

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ELBY AGUIAR MARINHO

**DIOGO DO COUTO (1542-1616), CRONISTA E GUARDA-MOR DA CASA DO
TOMBO DE GOA, E A INTERPRETAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE
SOBREVIVÊNCIA DO ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA**

Goiânia

2024



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estado do caso ou Revistas sistematizadas ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Elby Aguiar Marinho

3. Título do trabalho

DIOGO DO COULTO (1542-1816), CRONISTA E GUARDA-MOR DA CASA DO TOMBO DE GOÁ, E A INTERPRETAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA DO ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
- novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Dulce Oliveira Amarante Dos Santos, Usuário Externo**, em 06/01/2025, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elby Aguiar Marinho, Discente**, em 07/01/2025, às 07:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5079286** e o código CRC **3FAA3E29**.

Elby Aguiar Marinho

**DIOGO DO COUTO (1542-1616), CRONISTA E GUARDA-MOR DA CASA DO
TOMBO DE GOA, E A INTERPRETAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE
SOBREVIVÊNCIA DO ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Dulce Oliveira Amarante dos Santos.

Goiânia

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Marinho, Elby Aguiar

DIOGO DO COUTO (1542-1616), CRONISTA E GUARDA-MOR DA CASA DO TOMBO DE GOA [manuscrito] : E A INTERPRETAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA DO ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA / Elby Aguiar Marinho. - 2024.

311 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2024.
Bibliografia.

1. Estado Português da Índia. 2. Comércio de especiarias. 3. Armadas. 4. Fortalezas. I. Santos, Dulce Oliveira Amarante dos, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 022/2024 da sessão de Defesa da Tese de ELBY AGUIAR MARINHO, que confere o título de Doutor(a) em História, na área de concentração em Culturas, Fronteiras e Identidades.

Ao/s dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, a partir da(s) 14h00min, via Videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada "DIOGO DO COUTO (1542-1616), CRONISTA E GUARDA-MOR DA CASA DO TOMBO DE GOA, E A INTERPRETAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA DO ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA". Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) Dulce Oliveira Amarante dos Santos (PPGH/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) Jean Marcel Carvalho França (UNESP-Campus Franca), membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) André Costa Acirole da Silva (IFG), membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) Ana Teresa Marques Gonçalves (PPGH/UFG), membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) Renata Cristina Sousa Nascimento (UFJ/UEG/PUC-Goiás), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da Tese, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) Dulce Oliveira Amarante dos Santos, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Ana Teresa Marques Gonçalves, Professor do Magistério Superior**, em 17/12/2024, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dulce Oliveira Amarante Dos Santos, Usuário Externo**, em 18/12/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais, Coordenador de Pós-Graduação**, em 18/12/2024, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 5016695 e o código CRC 696DF69B.

Referência: Processo nº 23070.061719/2024-74

SEI nº 5016695

AGRADECIMENTOS

Em especial, agradeço à Professora Doutora Dulce. Nos últimos 24 anos, “admiração” e “exemplo” são as palavras que mais me veem à mente quando me lembro dela. Um muito obrigado também à Professora Doutora Ana Teresa, que desde meus tempos de graduação contribui de várias formas para meu enriquecimento acadêmico.

Ao Professor Doutor Jean Marcel que, ao participar de minha banca de qualificação, proporcionou orientações que muito somaram para a construção da argumentação de minha tese.

Aos familiares e amigos que, em tantos momentos desafiadores nesses últimos cinco anos, sempre estiveram ao meu lado - em vida ou em memória.

RESUMO

Diogo do Couto (1542-1616) foi um cronista português que, em seus primeiros anos de vida, viveu na corte do Infante D. Luís (1506-1555). Nessa época, iniciou seus estudos e presenciou o que entendeu serem “tempos de glória”. No entanto, a maior parte de sua vida foi no Estado Português da Índia, onde exerceu diferentes funções - indo de soldado à guarda-mor do Tombo de Goa e cronista oficial dos feitos na Ásia - tratadas em suas *Décadas*. Entre importantes características de sua escrita, destacam-se as denúncias a respeito do desregramento dos portugueses e o “abandono da Índia”, o que geraria séria ameaça de desestruturação do império, que também sofria pelo avanço de outras forças surgidas tanto da Ásia quanto da Europa.

É nesse ponto que ele ganha uma importante característica: por morar na Ásia durante anos, Diogo do Couto sugere ações que deveriam ser tomadas pelas autoridades para que o Estado da Índia fosse salvo.

Entre muitas reflexões, destacam-se pontos específicos: a defesa de uma poderosa armada no mar, a manutenção de algumas estratégicas fortalezas, aliado à manutenção de relações pacíficas com os povos orientais aos quais eram vizinhos e realizavam o rico comércio de especiarias deveria ser o ponto central da reorganização do Estado da Índia. Isso garantiria a presença portuguesa na Ásia.

Palavras-chave: Estado Português da Índia; Comércio de especiarias; Armadas; Fortalezas.

ABSTRACT

Diogo do Couto (1542-1616) was a Portuguese chronicler who, in his early years, lived at the court of Infante D. Luís (1506-1555). During this time, he began his studies and witnessed what he considered to be “times of glory.” However, most of his life was spent in the Portuguese State of India, where he held various positions—ranging from soldier to chief keeper of the Tombo of Goa and official chronicler of the deeds in Asia—discussed in his *Décadas*. Among the key characteristics of his writing are the denunciations regarding the disorderly conduct of the Portuguese and the "abandonment of India," which he believed posed a serious threat to the empire’s stability, already weakened by the rise of other powers both from Asia and Europe.

It is at this point that he gains an important characteristic: having lived in Asia for years, Diogo do Couto suggested actions that should be taken by the authorities to save the State of India.

Among many reflections, specific points stand out: the defense of a powerful fleet at sea, the maintenance of strategic fortresses, and the upkeep of peaceful relations with the Eastern peoples who were their neighbors and engaged in the rich spice trade. These should be the central focus of the reorganization of the State of India. This would ensure the continued Portuguese presence in Asia.

Keywords: Portuguese State of India; Spice trade; Fleets; Fortresses.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
------------------------	----------

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO DE PORTUGAL E A DINÂMICA DE SEU IMPÉRIO.....	22
1.1- De como um território europeu periférico e pequeno se tornou protagonista da expansão marítima.....	22
1.2- Sobre o início da expansão: a presença portuguesa no Mediterrâneo (1415-1443) e o avanço pelo Oceano Atlântico (1422-1481).....	24
1.3- Da materialização do Império (1481-1502).....	33
1.4- As histórias conectadas pelo comércio de especiarias na Ásia.....	35
1.4.1- As relações econômicas e de poder entre a África Oriental e a Ásia quando da chegada dos portugueses.....	36
1.4.2- O início do comércio português asiático e as consequências para o Reino.....	41
1.5- Do processo de surgimento e estruturação do Estado Português da Índia.....	48
1.6- A evolução da organização administrativa dos portugueses em seu império.....	55
1.7- Sobre a estrutura militar e das armadas no Estado da Índia.....	60
1.8- Das alterações na estrutura do império.....	65
1.8.1- Nos tempos de D. Manuel I (1495-1521).....	65
1.8.2- Nos tempos de D. João III (1521-1557).....	68
1.9- Sobre a presença dos religiosos cristãos no Oriente a partir das ações portuguesas.....	76
1.10- A estruturação da Carreira da Índia.....	85
1.10.1- A Carreira da Índia e as demais rotas comerciais que coexistiam entre a Europa e o Oriente.....	92

CAPÍTULO 2

A RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO DA ÍNDIA ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XVII.....	95
2.1- Sobre a grande extensão e os desafios enfrentados por um império pluricontinental (1549-1580).....	95
2.2- Sobre as transformações ocorridas no império como consequência da União Ibérica (1580-1640).....	102
2.3- Do processo de Restauração e a uma nova reconfiguração do império (1640-1668).....	115
2.4- Goa, a “Roma do Oriente” e cabeça do império português na Ásia.....	118
2.4.1- As origens de Goa.....	119
2.4.2- A conquista e ascensão de Goa com os portugueses.....	123
2.4.3- A política de casamentos e seus desdobramentos para a presença portuguesa na Ásia.....	125
2.4.4- As populações que habitavam Goa e a expansão do cristianismo e da língua portuguesa.....	130
2.4.5- A perda de importância de Goa.....	133

CAPÍTULO 3

DIOGO DO COUTO: uma trajetória entre o Reino e a “Índia”	137
3.1- Os primeiros biógrafos e a vida de Diogo do Couto em Portugal.....	137
3.2- Os primeiros anos de Diogo do Couto no Oriente.....	143
3.3- O retorno ao Reino.....	147
3.4- De volta à Índia.....	149
3.5- Diogo do Couto: Guarda-mor do Tombo de Goa e Cronista do Estado da Índia.....	154
3.6- A trajetória de suas primeiras obras e a continuidade da escrita da <i>História da Ásia</i> , iniciada por João de Barros.....	180
3.7- A construção da escrita de Diogo do Couto.....	187
3.8- Fins do século XVI e início do XVII: período da grande produção de Diogo do Couto....	195
3.9- Aproximações entre Diogo do Couto e importantes cronistas portugueses que o influenciaram.....	202
3.10- O andamento das atividades no Tombo e na escrita das <i>Décadas</i> , após o falecimento de Diogo do Couto.....	209

CAPÍTULO 4

A CONSTRUÇÃO DO ALVITRE DE DIOGO DO COUTO E SUA ESPECIFICIDADE NA DEFESA DAS ARMADAS E FORTALEZAS NA ÍNDIA.....

4.1- Reflexões acerca do império português na escrita coutiana.....	221
4.2- O tema do decadentismo entre os historiadores.....	225
4.2.1: O decadentismo nas historiografias do século XIX e início do século XX em Portugal.....	225
4.2.2- Relevantes interpretações historiográficas fora de Portugal.....	227
4.2.3- O revisionismo contemporâneo.....	228
4.3- Os escritores arbitristas portugueses.....	229
4.4- As fortalezas portuguesas.....	233
4.5- Vice-reis que se destacam para a construção da imagem de poder dos portugueses e na concepção das armadas e fortalezas.....	238
4.5.1- D. Francisco de Almeida (1505-1509).....	239
4.5.2- D. Afonso de Albuquerque (1509-1515).....	241
4.5.3- D. João de Castro (1545-1548).....	245
4.6- As obras coutianas sob o prisma das armadas e fortalezas do Estado da Índia.....	260
4.6.1- O primeiro <i>Soldado Prático</i>	260
4.6.2- O segundo <i>Soldado Prático</i>	265
4.6.3- Cartas de Diogo do Couto.....	271
4.6.4- As <i>Décadas</i>	274

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	282
----------------------------------	------------

FIGURAS.....	286
---------------------	------------

FONTES DOCUMENTAIS.....	299
--------------------------------	------------

CARTAS E DOCUMENTOS PERTENCENTES À TORRE DO TOMBO DE LISBOA.....304

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....306

INTRODUÇÃO

Desde os tempos da graduação, me dediquei a assuntos relativos ao império português, entre os séculos XIV e XVI. Inicialmente, foi tema de pesquisa o *Esmeraldo de Situ Orbis* (1508), um roteiro de navegação das costas africanas, mas que relata o encontro com povos e regiões até então desconhecidos pelos europeus, escrito pelo navegador Duarte Pacheco Pereira (1460-1533). Ao acessar os estudos de doutoramento, a vontade foi de explorar conhecimentos relativos ao continente asiático, já que anteriormente tratou-se do africano. Nesse cenário, várias opções apareceram, destacando-se a de Diogo do Couto (1542-1616). Chamou atenção o fato de ele ter saído da situação de soldado para a de cronista oficial dos feitos portugueses na Ásia, o que se soma ao fato dele lá ter vivido por longos anos, a defendendo e por ela demonstrando muito carinho.

Sua produção fora gigantesca e muito variada. Crônicas¹, peças de oratória, tratados, biografias, literatura trágico-marítima, cartas e discursos (orações) são alguns exemplos. Diogo do Couto aliava a descrição detalhada de acontecimentos, a análise dos costumes de vários povos e dos relacionamentos sociais, além da interpretação das características econômicas, políticas e culturais dos diferentes personagens presentes em seu campo de análise. É recorrente em seu discurso a denúncia do “abandono da Índia”² e o sério risco que Portugal enfrentava de perder todas aquelas regiões. As vivências que teve e o cuidado que se percebe nas reflexões sobre a presença portuguesa na Ásia, carregam suas análises de denúncias sobre a corrupção da política e dos costumes de seus compatriotas. Sendo um dos mais indiatícos escritores daquela época, narrou as vitórias e os desafios enfrentados pelos portugueses, sugerindo possíveis soluções aos problemas ao mesmo tempo que tentava preservar a memória dos seus feitos.

¹ A crônica é uma produção escrita de caráter oficial típica do período medieval e início do mundo moderno, sendo geralmente solicitada e financiada por algum monarca ou pessoa com determinado interesse de promoção junto aos poderosos. Em certos momentos se aproxima da literatura, já que em suas narrativas carrega as ações dos personagens históricos de emoção e mesmo um simples acontecimento é elevado a um alto nível de dramaticidade (MENEZES, 2010, p. 1). Ela apresenta a história oficial de um Estado, dinastia ou mesmo de um ou vários governantes, narrando suas origens, desafios e construindo um final sempre de sucesso com claros interesses de intencionalidade na escrita. É também um livro de história, mas detendo um caráter mais autônomo, liberdade interpretativa e uso variado de fontes. Por isso, a crônica geralmente se utiliza de fontes oficiais ou apenas daquelas que corroborem com seus objetivos, sendo muitas vezes parcial.

² Diogo do Couto se refere ao que hoje entendemos ser a presença portuguesa nas diferentes regiões asiáticas e na costa leste africana simplesmente como “Índia” (e por algumas vezes também como “Ásia”). Percebemos que a atenção que prestava a parte indiana do império português fazia com que nomeasse toda aquela região oriental, muito vasta e diversificada, com apenas o termo Índia. A título de exemplo, ao tratar da presença cristã pela Ásia, em seu segundo *Soldado Prático*, lê-se a seguinte fala do soldado: “Parece-me, senhores, que estais alheos do que aquilo é; pois sabeis que por toda a Índia; desde Sofala até o Japão, há mais de dous milhões de cristãos, afora o grande número que cada dia saem das pias do santo baptismo” (p. 231).

Despertada a curiosidade, em um segundo momento houve a pesquisa relativa à sua produção escrita, o que culminou com a análise inicial da segunda versão de seu *Soldado Prático*, obra de cunho literário e organizada na forma antiga de diálogos entre um soldado recém-chegado da Ásia, um despachador e um ex-governador do Estado da Índia, que lhe garantiu fama como escritor arbitrista³, e seus nove volumes das *Décadas da Ásia*, obra de grande extensão e inestimável valor documental-histórico sobre as ações portuguesas e os povos naquela vasta região. Ao findar esta leitura, Couto estava definido como tema geral de estudos. Com o desenvolvimento de mais pesquisas, principalmente de cunho historiográfico sobre ele, percebemos que a maioria das produções tinham como tema central justamente o trabalho com o *Soldado Prático*. Conseqüentemente, meus estudos passaram a focar em suas *Décadas* e outras documentações dispersas, como sua correspondência com reis e outros personagens históricos conhecidos⁴.

Na Ásia, Diogo do Couto viveu por duas vezes, totalizando 57 dos 74 anos de sua vida. Quando mais jovem, viveu na corte e passou para a Ásia como soldado. Posteriormente, após inúmeras experiências, executou diferentes atividades no aparelho administrativo-militar do Estado da Índia⁵, recebendo, em suas últimas décadas de vida, os importantes cargos de guardamora da Casa do Tombo, em Goa, e o de cronista oficial do Estado da Índia.

³ As obras de cunho arbitrista (ou alvitrista) se caracterizam por apontar uma grave problemática e oferecer um conselho de característica reformista por meio de uma narrativa, que tem como objetivos sua publicação e, acima de tudo, chamar a atenção do monarca, que daria apoio e reconhecimento ao autor e aplicaria as apontadas reformas. As demais obras de importância desse gênero apareceram entre os portugueses a partir da segunda metade do século XVI e começo do XVII. Mas, foi na Espanha que os textos arbitristas tiveram origem e maior força, já que lá era institucionalizado o pagamento de recompensas aos seus autores, cuja escrita era encarada como um tipo de serviço prestado à Coroa. É possível associar o crescimento do arbitrista entre os portugueses a partir da influência espanhola advinda da União Ibérica, o que se soma a todos os desafios enfrentados no Estado da Índia naquele contexto (LIMA, 2008, p. 219-224). Na mais recente historiografia portuguesa, além do uso dos termos arbitrista e alvitrista para caracterizar seus autores, têm aparecido também o termo “escritores políticos de intervenção”. Entende-se que todos esses termos são sinônimos. Neste trabalho, se priorizou o uso dos termos “arbitrista” e “alvitrite”, por serem esses os mais usados por seus escritores entre os séculos XVI e XVII.

⁴ Suas cartas estão publicadas em um número relativamente grande de livros ou revistas. Apontamos as referências conforme as citações e reflexões ocorreram. Ao longo das pesquisas, elas chamaram muito atenção e foram largamente utilizadas, em especial as escritas mais no fim da vida de Diogo do Couto. Existe também uma quantidade considerável de cartas de importantes autoridades enviadas para Couto ou mesmo que tratam sobre ele, as quais também compõem esse estudo. Porém, antes da utilização dessas missivas como fontes históricas, foi exigido um trabalho longo de pesquisa, catalogação, transcrição, leitura e interpretação. Isso, pois, não vimos material de tal tipo existente na historiografia, fazendo-se necessária sua criação para a tese que aqui foi construída.

⁵ O Estado Português da Índia (ou simplesmente Estado da Índia) possuía fronteiras geográficas e de autoridade imprecisas, exercendo o controle político direto, uma pequena influência ou apenas se fazendo presente pelos interesses comerciais em várias e distantes regiões asiáticas. Englobava áreas litorâneas desde o Cabo da Boa Esperança até o Japão, surgindo oficialmente em 1505, com a nomeação de D. Francisco de Almeida como primeiro vice-rei, e deixando de existir no ano de 1961, quando Goa fora entregue para as autoridades indianas após suas forças armadas conquistarem a cidade. Em sua origem, os interesses comerciais e religiosos eram o que ditavam as ações desse Estado, que atuava por meio da presença militar, no uso de armadas e na instalação de praças-fortes (feitorias e fortalezas) ao longo das costas, modelo usado já no norte africano, com as primeiras surgindo no Malabar (costa ocidental indiana), Sofala, Quíloa e Moçambique (costa africana oriental). Entre diversos territórios foram de suma importância o domínio de Málaca (1511) – que concedeu o acesso às mais

Outro fator central para a delimitação do tema foi a grande quantidade de material disponível na internet. Na época do mestrado, muitas coisas eram conseguidas por essa via, mas nada comparado com o momento atual. Quase que imediatamente, todas as obras conhecidas de Couto (incluindo publicações e edições diferentes) foram baixadas, em especial do site da Biblioteca Nacional de Portugal⁶. Juntamente com elas, outras fontes históricas e uma infinidade de obras historiográficas também foram conseguidas, todas gratuitamente. Com isso, o repertório de apoio cresceu vertiginosamente, trazendo maiores desafios para se vencer o grande volume de informações, mas também ampliando os referenciais interpretativos.

Foi também em um dos inúmeros momentos dedicados a pesquisas na internet que tivemos conhecimento de congresso internacional sobre Diogo do Couto e a sua obra, ocorrido em Lisboa, entre os dias 16 e 17 de dezembro de 2016, por conta dos 400 anos de sua morte. Os mais importantes estudiosos coutianos se fizeram presentes, renovando os diálogos e interpretações. O evento foi organizado pelo CHAM (*Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar*, composto pelo Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores) e pelo ANTT (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*), desenvolvendo-se em suas dependências. O livro *Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico*, organizado por Maria Augusta Lima Cruz e Rui Manuel Loureiro, foi publicado em 2019 com os textos das principais palestras ocorridas nesse evento⁷, se tornando uma importante fonte de conhecimento sobre os atuais estudos coutianos.

Se faz importante apontar que a inclusão de assuntos paralelos foi realizada quando necessário. Em vários momentos, tanto no corpo do texto quanto em notas de rodapé, buscou-se aumentar a exposição e a explicação de assuntos importantes, em especial acerca de temas relacionados ao Oriente, para o bom entendimento dos objetos de estudo. São vários os casos,

preciosas especiarias asiáticas, provindas das regiões insulares da Malásia – e do entreposto comercial de Ormuz (1515), no Golfo Pérsico. Posteriormente, seus comerciantes atingiriam o Extremo-Oriente, se estabelecendo em Macau (1557), na China, e depois em Nagasáki (1570), no Japão.

⁶ Ao longo de toda a pesquisa, foi surpreendente conhecer a riqueza de seu acervo e ainda mais o fato de possuírem tantas obras digitalizadas. Com toda a certeza, os rumos tomados por esse trabalho só foram possíveis graças a valorização da cultura e da história por parte de todos que compõem a Biblioteca Nacional de Portugal. A título de exemplo dessa admiração, um caso específico pode ser lembrado. Ao ser baixada e lida a obra *A ilha do Elephante*, de Diogo do Couto, percebemos que as páginas 11 e 12 faltavam no material digitalizado. Assim, procuramos no site da Biblioteca o e-mail do setor de acervo e enviamos uma mensagem solicitando o envio das 2 páginas ausentes. Em curto espaço de tempo, tudo foi ajustado no site.

⁷ No mesmo evento, fez-se uma mostra documental acerca de Couto; uma leitura encenada de partes do *Soldado Prático* pelo teatro MAIZUM e o lançamento da obra *Diogo do Couto orador: discursos oficiais proferidos na Câmara de Goa*, organizada por Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro e Nuno Vila Santa. Nesse livro, foram publicadas e comentadas as orações elaboradas por Couto para solenidades, em especial nas posses de vice-reis ou governadores, ocorridas em Goa, entre 1597 e 1614.

sendo exemplos: resumos biográficos de personalidades de destaque, análises de batalhas, descrições geográficas e de diferentes costumes culturais, explicação de localizações geográficas asiáticas (possuindo nomes muitas vezes diferentes atualmente, foi necessário indicarmos a localização de cidades, portos, fortalezas, comunidades de mercadores etc.), relatos de viajantes, literatura trágico-marítima, funções executadas por cargos no governo imperial.

Não se economizou o uso de fontes históricas não diretamente ligadas à Diogo do Couto, mas que são contemporâneas a ele ou aos temas estudados, com sua interpretação contribuindo na tarefa de compreensão e explicação histórica. Alguns exemplos usados foram os cronistas e historiadores Gomes Eanes de Zurara (1410-1474), Duarte Barbosa (1480-1521) e Fernão Lopes de Castanheda (1500-1559), o escritor Luís Mendes de Vasconcelos (1442-1523), o navegador Duarte Pacheco Pereira (1460-1533), os vice-reis D. Francisco de Almeida (1505-1509), D. Afonso de Albuquerque (1509-1515), D. João de Castro (1545-1547) e D. Francisco da Gama (1597-1600), além de documentos régios, tal como de D. Filipe II (1581-1598; conhecido em Portugal como D. Felipe I).

O objetivo, assim, é aprofundar os estudos sobre esse cronista de vida tão peculiar, por meio de sua produção escrita. Para isso, algumas linhas de raciocínio e interpretação serão seguidas. Inicialmente, é preciso apontar que a maior parte de sua atividade escrita se deu já em sua velhice, momento em que contava com maturidade intelectual e vários anos de vivência na Ásia, em contato direto com diferentes culturas e os mais variados tipos de pessoas, desde marinheiros e soldados até oficiais, governadores e vice-reis⁸, além de embaixadores e lideranças de Estados asiáticos. Fora também, com certeza, um homem de muitos livros, seja

⁸ Na prática, os cargos de governador e de vice-rei indicam a pessoa com mais alto poder dentro da hierarquia política portuguesa na Ásia, detendo o controle e a tomada final de decisão no Estado da Índia, sendo também o representante direto do rei de Portugal. A diferença se dá na forma de acesso ao poder. Vice-reis eram todos aqueles que recebiam a nomeação diretamente pelas mãos do rei. Já os governadores assumiam a partir de cartas de sucessão, escritas pelo rei e mantidas em poder do vice-rei na sede do governo em Goa (capital do Estado da Índia). No caso de morte, incapacidade ou desaparecimento de um vice-rei, eram abertas até três cartas. Em cada uma delas havia a indicação de algum fidalgo ou autoridade portuguesa que deveria se encontrar na Ásia, a qual assumiria o comando imediato do Estado da Índia até o final do mandato do vice-rei impossibilitado, que geralmente era de três anos. No caso de não possibilidade do primeiro nome apontado pela primeira carta assumir o governo, geralmente por sua morte ou por estar diretamente envolvido em alguma contenda militar muito distante de Goa, era aberta a segunda carta e revelado o segundo nome da sucessão. Em caso de nova impossibilidade, seria aberta a terceira carta. Se mesmo assim houvesse a impossibilidade do terceiro nome, o que ocorreu algumas vezes na longeva história do Estado da Índia, o cargo ficaria com o arcebispo de Goa.

os escrevendo ou lendo, tendo ao longo de muito tempo o contato com numerosas obras impressas ou manuscritas, as quais utilizou em larga escala em sua própria produção.

A opção pela edição das *Décadas* como fonte de referência, tal como se dá entre os demais historiadores coutianos, foi a produzida pela Regya Officina Typografica de Lisboa, entre os anos de 1778 (*Década IV*) e 1788 (*Década XII*)⁹. Trata-se da única publicação completa de todas as suas *Décadas*, que saíram com o título: *Da Ásia de Diogo do Couto – dos feitos, que os portugueses fizeram na conquista, e descobrimento das terras e mares do Oriente*. Algumas possuem tomo único, sendo organizadas em capítulos. As demais são divididas em dois tomos, cujos quais são, conseqüentemente, subdivididos em livros e seus respectivos capítulos¹⁰. Ao longo dos estudos, ocorreu a leitura, interpretação e anotação de comentários de todas as *Décadas*, o que só por si exigiu um esforço enorme, por conta de dois motivos desafiadores. O primeiro é o do grande volume de informações. Ao todo, são quase sete mil páginas, sem contar os documentos e textos anexos existentes ao longo de tantos volumes. O segundo se liga à estrutura da língua portuguesa do século XVIII, que é muito diferente da que estamos acostumados no século XXI aqui no Brasil¹¹.

A referência usada para a primeira versão de seu *Soldado Prático*, escrito entre 1565 e 1569, foi a organizada por António Caetano do Amaral e publicada no ano de 1790, pela Officina da Academia Real das Sciencias, com o título *Observações sobre as principaes causas da decadencia dos portugueses na Asia escritas por Diogo do Couto em forma de dialogo com o titulo de Soldado Pratico*. Já o exemplar utilizado para a segunda versão do *Soldado Prático*, foi a editada por Rodrigues Lapa e publicada em Lisboa no ano 1937, com o título *Diálogo do soldado prático que trata dos enganos e desenganos da Índia*.

⁹ Outras edições de algumas das *Décadas* mais antigas ou até mesmo contemporâneas também foram utilizadas. Isso se deu para fins de comparação, solucionamento de dúvidas acerca do vocabulário ou para acesso aos anexos com documentações extras.

¹⁰ Como a citação de trechos ou a referência de passagens é corriqueira ao longo deste trabalho, definimos o uso dos seguintes padrões: a *Década* é seguida de sua numeração em algarismo romano; o livro, quando existente, é indicado pela letra “L.”, seguida de sua numeração em algarismo romano; o capítulo é indicado pela sigla “Cap.”, seguida de sua numeração em algarismo romano; a(s) página(s) é(são) indicada(s) pela letra “p.”, seguida da numeração em algarismos arábicos.

¹¹ Além de exigir muita paciência e cuidado, foi de grande auxílio os dois volumes do *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau / reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva*, publicado em Lisboa, pela Officina de Simão Thaddeo Ferreira, no ano de 1789. Essa obra serviu como fonte de consulta ao significado de palavras ou de termos comuns ao século XVIII e períodos anteriores. Sua escolha ocorreu por conta do grande valor a ela atribuído dentro do estudo da Língua Portuguesa, além do fato de sua publicação ter sido historicamente muito próxima das edições das *Décadas* de Diogo do Couto aqui usadas.

Acerca dos estudiosos coutianos, tivemos a satisfação de identificar diferentes pesquisadores ao longo dos séculos, o que atesta o grande reconhecimento em Portugal e em outros países de Diogo do Couto. Já no século XVII, apareceram seus primeiros biógrafos: Manuel Serafim de Faria e Sebastião Gonçalves, com o primeiro estabelecendo relações intelectuais com Couto ainda em seu período de vida. Outros dois estudos biográficos como também de suas obras surgiram nos séculos seguintes. No XVIII, tivemos o trabalho de Carvalho da Costa e, no século XIX, de Pedro José de Figueiredo.

Porém, as pesquisas mais importantes na comunidade acadêmica são de outros três historiadores também portugueses. O primeiro deles foi António Coimbra Martins (1927-2021), destacando-se os estudos: *Sobre as Décadas que Diogo do Couto deixou inéditas* (1971), *Sobre a gênese da obra de Couto* (1974), *Em torno de Diogo do Couto* (1985), *História de Diogo do Couto e dos seus livros* (1991) e a publicação e comentário histórico do *Primeiro Soldado Prático* (2001).

Outro nome de grande relevância é o de Rui Manuel Loureiro, que, além das duas obras já citadas, destacam-se: *As vozes da Índia nas Décadas da Ásia de Diogo do Couto* (1994) e *A Biblioteca de Diogo do Couto* (1998). Nelas, Loureiro trabalha em especial as fontes usadas por Couto na produção de suas *Décadas*, fontes essas disponíveis a ele em Goa, compondo um quadro bem amplo, que vai de obras clássicas até estudos produzidos no próprio Oriente. Muito importante também é Maria Augusta Lima Cruz, que se destaca pela publicação de trabalhos inéditos de Diogo do Couto bem como de suas análises historiográficas. Além das já citadas obras, temos por ela organizadas e comentadas: *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia* (1993) e *a Década quarta da Ásia* (1999).

Ao longo do século XX, trabalhos mais volumosos foram compostos. Na primeira metade, tivemos grandes contribuições trazidas pelo professor Rodrigues Lapa, que se dedicou em especial sobre o *Soldado Prático*, em sua segunda versão. Ele considera esta obra como um dos mais honestos livros da literatura portuguesa, afirmando que sua leitura complementar a de *Os Lusíadas* para a boa compreensão da História de Portugal no Oriente. Acerca das *Décadas*, o historiador António Baião foi um de seus impulsionadores, inclusive implementando maiores pesquisas biográficas e organizando a publicação de quadro das *Décadas*, que compuseram a coleção *Clássicos Sá da Costa*, em 1947.

Mais recentemente surgiram outros historiadores portugueses dedicados à diferentes abordagens coutianas. Entre os de maior destaque estão Nuno Vila Santa (estudioso do império oriental português e de orações de Couto), Ana Dulce Ribeiro Carocha de Seabra (especialista na *Década X* e biógrafa do Frei Adeodato da Trindade, cunhado de Couto e responsável pela

edição e publicação de suas obras no Reino), Ana María García Martín (que tem interessante estudo sobre o vocabulário usado por Couto, muito influenciado por metáforas portuguesas indianas), João Teles e Cunha (trabalha obras de cunho arbitrista), Vasco Resende (traça relações entre o conhecimento exposto por Couto e a etnografia da Ásia Central) e Paulo Jorge de Sousa Pinto (historiador da política do Estado da Índia e sociedade local).

Por meio da participação em um congresso¹² na Universidade Estadual Paulista (Unesp), deu-se a oportunidade de conhecer a historiadora brasileira Sofia Theodoro Prevatto da Fonseca. Em 2020, ela defendeu sua dissertação de mestrado com o título: *Da Tradição à guerra justa: o arquétipo da guerra de Diogo do Couto*, pela Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente, ela é doutoranda na Universidade Estadual Paulista, sob orientação do Profº Drº Jean Marcel Carvalho França, desenvolvendo um projeto que continua seus estudos coutianos, com o tema: *História e aconselhamento: a lenda negra, a guerra e o arbitrista no século XVII*. Com ela, fechamos esse quadro de apontamentos acerca dos principais estudiosos de Diogo do Couto.

Cabe destacar também dois trabalhos que ainda causam grande polêmica dentro da academia. O primeiro deles é o *Libelo de Diogo do Couto contra os Contos de Goa* (1960), de Artur Águedo de Oliveira, em que o cronista foi acusado de traidor dos portugueses e bajulador de D. Filipe II. O segundo lançou Diogo do Couto como um dos primeiros, ou mesmo o primeiro, autor arbitrista: *A Lenda Negra da Índia Portuguesa* (publicada em 1985 em inglês e em 1994 em português), escrita pelo historiador inglês George Davison Winius.

Por fim, as interpretações e informações históricas trazida pelas *Décadas* de Diogo do Couto foram centrais para dois pesquisadores de origem e com foco de abordagens diferentes dos escritores portugueses: o inglês Charles Boxer (1904-2000) e o indiano Sanjay Subrahmanyam (1961-). Ambos passaram a influenciar historiadores mais recentes, o que inclui este trabalho que aqui se desenvolve, já que trouxeram campos de análises e problemáticas mais amplas, introduzindo novos atores e forças no complexo cenário asiático entre os séculos XV e XIX, tirando a centralidade das ações portuguesas típica de sua historiografia.

O Estado da Índia e o comércio de especiarias asiático do século XVI ao XIX se tornaram temas de estudos na historiografia inglesa a partir dos trabalhos de Charles Boxer, onde se destacam as obras *A Igreja militante e a expansão ibérica (1440-1770)*, *A Índia Portuguesa em meados do século XVII* e o *Império Marítimo Português: 1415-1825*. Diferentes

¹² XV Congresso Internacional do Grupo Raízes Medievais do Brasil Moderno e V Congresso Internacional do Grupo Escritos sobre os Novos Mundos: *Viver e conviver em duas margens do Atlântico*, realizado de forma online, no período de 26 a 28 de maio de 2021.

reflexões sobre as consequências da União Ibérica, a concorrência inglesa e holandesa no comércio de escravos, além de conclusões que se distanciam da ideia de decadência do Estado da Índia a partir do século XVII são algumas de suas principais teses.

Os estudos de Sanjay Subrahmanyam de forma geral buscam descentralizar um protagonismo português e posteriormente de outros europeus, colocando no campo das ações as próprias dinâmicas asiáticas em torno das relações comerciais, culturais e políticas ocorridas na Ásia entre os séculos XVI e XIX. Sua obra de referência é *O Império Asiático Português (1500-1700): uma história política e econômica*. Nela, é identificada uma viragem econômica no Estado da Índia, a partir da segunda metade do século XVI, que saía da tutela da coroa e passava para a ação de comerciantes portugueses independentes em relação direta com os mercados das rotas interasiáticas, como também para a ação de outras forças surgidas da Europa (holandeses e ingleses) ou da própria Ásia. Tudo isso ocorrendo em conjunto e como consequência de novas relações dadas a partir de dinâmicas políticas asiáticas.

Nessa parte introdutória, se faz importante abrir espaço para a apresentação de três conceitos, ou mesmo campos de análise historiográfica, que ao longo da pesquisa documental e elaboração do trabalho escrito foram de grande relevância, sendo eles: o de *histórias conectadas*, desenvolvido pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam; o de *império pluricontinental*, usado pelo historiador português João Paulo Oliveira e Costa (1962-); e, por fim, a noção de *biografia*, do qual as reflexões de Pierre Bourdieu (1930-2002) e Giovanni Levi (1939-) foram centrais.

O conceito de histórias conectadas é apresentado por Subrahmanyam especialmente na obra *Impérios em concorrência: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII*. Por meio dele, busca compreender a história local indiana em consonância com processos transnacionais em que vários povos e interesses se relacionavam, estando em cena desde os portugueses, passando pelos Habsburgos, otomanos, mogóis e Estados asiáticos poderosos e influentes, tal como os de Bijapur, Vijayanagar ou Achém, todos presentes no complexo cenário político e de disputas pelas rotas comerciais asiáticas, entre os séculos XVI e XVII.

Nesse sentido, Subrahmanyam entende que a dinâmica do comércio marítimo asiático era determinada por vários fatores, onde os portugueses se inseriram em processos políticos, culturais e sociais asiáticos pré-existentes, se desviando de uma história estritamente indiana ou estritamente portuguesa. Além disso, compreende que a ascensão de vários impérios, a partir do século XV, possibilitou a circulação de concepções políticas, artísticas, militares, expressões

religiosas e de comércio. As áreas em torno do Oceano Índico, conseqüentemente, ganharam forte característica de encruzilhada, com influências indo e vindo de regiões bem distantes: Europa, Império Otomano, África Oriental, Península Arábica, Sudoeste Asiático e Ásia Central. Tais reflexões ampliaram as perspectivas a serem analisadas nesse trabalho acerca da presença portuguesa na Ásia, sendo uma contribuição muito valiosa.

João Paulo de Oliveira e Costa se dedica ao estudo da expansão marítima e do império português, algo que lhe deu acesso ao cargo de diretor do CHAM, entre 2002 e 2020. Dentro de sua vasta e recente produção historiográfica, foi protagonista na revisão de importantes temas, trazendo à tona o conceito de império pluricontinental, que nos proporcionou uma melhor compreensão do espaço e do tempo de escrita de Diogo do Couto, entre a segunda metade do século XVI e início do XVII.

Esse período é encarado pela historiografia tradicional portuguesa como uma época de estagnação do império, momento seguido pelo princípio de sua decadência, perda da independência do Reino e o fim da dinastia de Avis, a partir da morte prematura do rei D. Sebastião (1554-1578), no Marrocos. Mas, segundo João Paulo de Oliveira e Costa, tanto no reinado de D. João III (1521-1557) quanto no de D. Sebastião as armas não ficaram guardadas. O império continuou em expansão, a exceção do caso do Marrocos. Ocorriam as ações dos missionários, mercadores particulares e dos militares da Coroa que se faziam presentes em novos territórios, alargando as ações portuguesas na América, África e Ásia, além do império manter ainda por várias décadas o domínio da Rota do Cabo.

Conseqüentemente, essa compreensão de que o raio das ações portuguesas era muito mais amplo do que o apontado pela historiografia tradicional ou mesmo na própria escrita dos cronistas do século XVI, tal como na de Diogo do Couto, foi de grande contribuição para a construção desse trabalho. A partir do conceito de império pluricontinental, se pôde ultrapassar também a concepção tradicional de decadência. Concepção essa construída ao longo de séculos, por conta de duas interpretações que agora são questionadas. A primeira delas advinda de uma crise financeira provocada pela perda de um suposto monopólio sobre o comércio de especiarias asiáticas executado pelo Estado Português da Índia. A segunda, proveniente de problemas internacionais, em especial contra holandeses e ingleses, em que Portugal teria sido lançado como consequência da perda de sua independência provocada pela União Ibérica. Além disso, por esse conceito de império pluricontinental também foi possível entender como o império português se reconfigurava diante de desafios enfrentados por conta das mudanças no cenário político europeu ou mesmo asiático, diminuindo suas ações ou formato de suas ações em algumas partes e, no mesmo momento, ampliando em outras.

Por fim, o estudo da trajetória de vida e da própria personalidade de Diogo do Couto foram orientados por dois importantes estudiosos que, além de atuarem em outras áreas, contribuem muito com o estudo da biografia como campo de análise historiográfico. O primeiro deles é Pierre Bourdieu.

Sua orientação se destacou primeiramente no estudo sobre a escrita dos primeiros biógrafos de Diogo do Couto, onde pôde ser notada uma cumplicidade em suas produções, além da criação artificial de um sentido pré-estabelecido. Assim, pôde-se evitar a análise da vida de Couto como uma história simplesmente coerente em uma sequência natural de acontecimentos com uma determinada direção, o que acarretaria a confirmação de uma ilusão retórica e a criação de um modelo oficial. Assim, foi possível se aproximar de uma leitura que viabilizasse a percepção do que seria mais íntimo a Diogo do Couto, encarando-o como um sujeito múltiplo, que reflete a pluralidade dos diferentes mundos que observava e atuava. Inúmeras e simultâneas foram suas relações objetivas em conjunto com os demais agentes presentes em sua superfície social, onde todos atuavam em campos com muitas possibilidades.

Já com Giovanni Levi, o estudo da trajetória de vida de Diogo do Couto serviu também para evidenciar a conjunção entre os seus comportamentos e os sistemas normativos gerais, as regras sociais que lhe eram impostas e contra as quais por várias vezes travava embates. Isso, pois, nos espaços normativos existe a possibilidade de escolha consciente, questionamento e negociação por parte dos indivíduos.

Assim, ao não se reduzir individualidades a coerências de grupo, ao mesmo tempo não se perde a explicação das condutas coletivas. Essa perspectiva de análise trazida por Levi contribuiu muito para, a partir da própria escrita coutiana, se compreender os conflitos existentes dentro de seu sistema normativo, algo diferente, mas não contraditório, ao que faz Bourdieu ao destacar mais os elementos de determinação e inconscientes, que também são muito importantes.

No primeiro capítulo desse trabalho apresenta-se o processo histórico de construção do império português. Para isso, partiu-se do tempo da formação do Estado Português, já que nele se identificam o surgimento de características que serão decisivas ao longo dos próximos séculos para a estruturação do império. Prioridade foi dada a alguns monarcas dos séculos XV e XVI, período em que o império estendeu o tráfego comercial por diferentes oceanos, mares e terras em cinco continentes (Europa, África, Ásia, América e Oceania). O tema geral da

estruturação do império é continuado no segundo capítulo, que assume reflexões mais ligadas ao Estado da Índia, a partir da segunda metade do século XVII.

Essa abordagem mais específica tem como objetivo explorar a compreensão do espaço e tempo em que viveu e atuou Diogo do Couto. Ao se dedicar a um maior entendimento de suas características e estruturação, uma base de reflexão importante é construída para a melhor compreensão das preocupações e conseqüentemente dos temas abordados pela escrita de Couto. Novas dinâmicas entraram em cena justamente na virada do século XVI para o XVII, acarretando alterações no Estado da Índia. Entender os efeitos das novas políticas trazidas pela união das coroas ibéricas nas mãos dos Habsburgo de D. Filipe II (1580-1640), novas dinâmicas comerciais e políticas dadas dentro do Estado da Índia, o surgimento de forças no cenário político europeu e no comércio com a Ásia advindas da Inglaterra e da Holanda, além de alterações nas relações sociais e políticas asiáticas são os eixos centrais de reflexão.

Ao final do segundo capítulo, soma-se o estudo específico sobre a cidade de Goa. Ela fora um importante centro comercial e populacional asiático desde antes da chegada dos portugueses, no começo do século XVI. Após sua conquista pelos lusos, sua influência política e comercial aumentou, se tornando a capital do Estado Português da Índia. Foi o local de residência de Diogo do Couto na maior parte de sua vida, exercendo lá suas mais importantes funções de cronista e guarda-mor da Casa do Tombo, tendo contato com pessoas vindas das mais distantes regiões do império, importantes autoridades portuguesas, embaixadores de Estados asiáticos, comerciantes, casados e com a gente comum. Entender a dinâmica dessa cidade é compreender as preocupações e toda a diversidade da escrita coutiana.

O terceiro capítulo inicia com o estudo da trajetória de vida de Diogo do Couto, onde se abordam sua origem em Portugal, a primeira estadia na Ásia como soldado, seu rápido retorno ao Reino e de como passará a maior parte de seus anos em Goa, quando se acelerou a produção de sua grande obra. Análises acerca dessa produção se dão a partir da segunda parte desse capítulo, onde se avalia seu estilo de escrita, destacando-se as influências que recebeu e se utilizou, desde autores clássicos da antiguidade aos modernos, passando pelo seu conhecimento direto e indireto das coisas do Oriente, destacando-se os contatos que fez com os mais diferentes tipos de pessoas e seu acesso à documentação do Estado da Índia.

Nesse terceiro capítulo, o respaldo em diferentes tipos de documentações é constante, se destacando vários trechos de suas *Décadas*, além de orações¹³ e cartas escritas ou recebidas

¹³ Foi necessário, para organização das pesquisas, a montagem de uma relação das orações preservadas de Diogo do Couto, já que suas publicações se espalham entre materiais muito diferentes e distantes no tempo.

por Couto, o que inclui missivas trocadas com reis e vice-reis. As citações, por vezes, poderão parecer longas, mas todas têm o objetivo de comprovar o estudo feito, que tentou ser o mais completo possível.

Por fim, o quarto capítulo aborda uma discussão mais específica. Primeiramente, partiu-se da ampla abordagem arbitrista feita por Diogo do Couto na compreensão dos fatores que geraram uma crise de poder no Estado da Índia e, conseqüentemente, do apontamento de possíveis soluções para que esse poder português não fosse de todo perdido. Percebe-se que ele era alimentado por uma forte visão saudosista e até mesmo cruzadista das ações portuguesas, bem ao estilo do que ocorreu no Norte da África ou com as ações dos primeiros vice-reis e governadores do Estado da Índia. Mas, dentre esses fatores desagregadores que ele soube identificar, alguns lhe eram muito específicos, chegando ao ponto de fazê-lo perceber, por exemplo, a influência das dinâmicas asiáticas, algo que geralmente não era notado por um europeu daquela época, que geralmente se colocava como centro de todas as ações. Diogo do Couto defende a necessidade, citando outro exemplo, dos portugueses alterarem seu estilo de ação na Ásia em prol do principal objetivo que era a manutenção do controle das ricas rotas marítimas comerciais, algo que nem mesmo os historiadores portugueses até fins do século XX conseguiram compreender. É daí que se destacam suas defesas por maior fiscalização das ações das autoridades portuguesas, punições exemplares, profissionalização dos soldados, além de poderosas armadas no mar apoiadas por algumas feitorias-fortalezas pelos litorais.

Diogo do Couto não conseguia perceber que o Reino já não se interessava ou então não priorizava mais o Estado da Índia. Mas, ele conseguia ver que o Estado da Índia não teria forças econômicas e humanas para atuar de maneira territorialista diante da vastidão oriental e de toda complexidade de relações entre as numerosas sociedades asiáticas. Ao mesmo tempo que ele criticava a postura dos portugueses que se corrompiam ao valorizar seus interesses particulares, Diogo do Couto muitas vezes fazia o mesmo, também se relacionando com poderosos em busca da conquista de mercês e maiores considerações ao seu trabalho.

Percebe-se, ao se comparar as muitas diferenças de abordagem e contextos de escrita entre suas duas versões do *Soldado Prático*, suas várias *Décadas* e suas cartas oficiais e particulares, que Diogo do Couto girava em torno de paradigmas construídos em torno das ações de alguns dos mais importantes vice-reis do Estado da Índia. Tendo vivido na corte e se alimentado do poder dos tempos de D. João III (1521-1557), é possível entender o seu desejo por um império grandioso e poderoso territorialmente, tal como se basearam as ações do vice-

rei D. Afonso de Albuquerque (1509-1515)¹⁴, que conquistara as importantes praças de Goa, Ormuz e Málaca. Ao mesmo tempo, ele entendia serem mais eficientes as propostas já defendidas anteriormente pelo primeiro vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida (1505-1509), em sua defesa por armadas e fortalezas que na prática seriam as bases do rico comércio de especiarias. Um terceiro paradigma e para esse trabalho o mais importante, viria da influência das ações do vice-rei D. João de Castro (1545-1548). Esse fora, tal como Couto, um grande estudioso. Foi também um importante líder político e militar, tendo destaque por defender diretamente com sua pessoa e filhos a fortaleza de Diu¹⁵ de violentos ataques inimigos, ocorridos em 1546. Esses acontecimentos são relatados na *Década VI* de Diogo do Couto. Um estudo mais minucioso dos relatos de Couto sobre esse episódio proporcionou a identificação do que ele defende como algo possível a ser feito pelos portugueses na Ásia, o que se liga ao que sempre destacou esse povo perante os demais: sua dedicação às navegações e à guerra no mar em prol do comércio. Usando como pano de fundo os apontamentos sobre as dificuldades enfrentadas na defesa da fortaleza de Diu em sua *Década VI*, é possível compreender tanto a complexidade de argumentações de Couto quanto o cerne de suas propostas em defesa de um império possível, que seria muito mais marítimo do que territorial.

Todas essas reflexões foram viabilizadas não apenas pela interpretação da produção coutiana. Muito se usou da escrita dos três citados vice-reis. Além disso, somaram-se análises sobre a estruturação das fortalezas na história de Portugal, uma interpretação acerca da concepção coutiana de império e, não menos importante, reflexões sobre o tema do decadentismo e do arbitramento na historiografia e na própria escrita de Diogo do Couto.

¹⁴ Seus feitos o fariam ser conhecido pelos codinomes *o Grande*, *o Leão dos Mares*, *o Terrível*, *o Marte Português* e *o César do Oriente*. Antes de seu falecimento, recebeu os títulos de vice-rei e “Duque de Goa”, tornando-se, assim, o primeiro português a receber um título relacionado ao além-mar, além de primeiro duque não nascido na família real (SILVA, 2006).

¹⁵ A fortaleza e cidade de Diu localiza-se no litoral norte da costa ocidental do subcontinente indiano.

CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO DE PORTUGAL E A DINÂMICA DE SEU IMPÉRIO

Entender a formação de Portugal e as concepções em torno da montagem de seu império, entre os séculos XV e XVII, é de importância central para esse trabalho. Por meio dessas reflexões se pode compreender melhor toda a complexidade dada na parte oriental desse vasto império, região em que Diogo do Couto viveu a maior parte de sua vida e pela qual, tal como parte significativa dos portugueses que se aventuravam por regiões tão distantes, se via atraído e vislumbrava conquistar honra, riqueza e glória. A construção do Estado Português da Índia foi consequência de um complexo processo histórico marcado por diversas particularidades, desencadeados tanto na formação do Reino quanto na maneira de conquista do oceano Atlântico. A luta contra a presença muçulmana, os esforços de defesa em relação ao poderoso vizinho de Castela, seu isolamento perante os conflitos europeus, o envolvimento da nobreza nas ações de expansão e a constante ida ao mar em busca de sustento e novas atividades, moldaram não só a estrutura política e administrativa portuguesa, mas também sua sociedade e cultura, que se voltaram ao mar e ao império. Compreender esse processo é a base para a interpretação de Diogo do Couto.

1.1- De como um território europeu periférico e pequeno se tornou protagonista da expansão marítima:

O processo histórico da expansão portuguesa se confunde com a própria história da formação de Portugal. Tudo começou ainda no século XII, na luta de Reconquista dos territórios peninsulares tomados pelos mouros, no século VIII. Soma-se a isso, o fato de os reis portugueses almejarem terras mais distantes desde antes da tomada de Ceuta, ocorrida em 1415. Muito antecipadamente, agentes oficiais e privados portugueses atuavam em distantes territórios, motivados por diferentes objetivos. Fatores políticos, culturais, econômicos e religiosos se fizeram presentes em cada navio, explorador, soldado, religioso e comerciante português pelo mundo, assumindo características próprias em cada contexto espacial e histórico.

O Império Português lentamente se formou por uma vasta rede de possessões ultramarinas ligadas à Coroa ou ao Estado de Portugal, durando entre os anos de 1415 e 1999, espalhados por quatro continentes e três oceanos. Assim, surgiu o primeiro império moderno,

destacando-se também pelo feito de conseguir manter boa parte de seus territórios e influências mesmo quando se deu o aparecimento de rivais europeus que se tornariam muito mais poderosos (BOXER, 1981, p. 15).

D. João I (1385-1433) ao vencer Castela, em 1411, e firmar aliança com os ingleses, logo no início do século XV, tinha o Reino consolidado. Localizado no extremo ocidental da Cristandade, Portugal era centralizado e pacificado, com suas fronteiras bem protegidas contra tentativas de assalto vizinho, além de vocacionado para a guerra religiosa. Esses movimentos levariam Portugal não apenas para a conquista do norte africano, mas também às ilhas próximas no oceano Atlântico, em especial as Canárias e Madeira.

Logo cedo, adotou uma posição de isolamento frente às contendidas europeias, buscando neutralidade, colocando seu foco e energias na expansão. Essa posição também viria muito a calhar levando-se em conta seu limitado e periférico território, sendo a expansão o meio encontrado para a superação de sua deficitária economia, buscando fora tudo aquilo que necessitava. Conseqüentemente, no início do século XVI, a expansão ultramarina servia como uma solução aos problemas portugueses, mas que os fariam acessar territórios, povos e riquezas bem distantes.

Entre os principais governantes e agentes econômicos do período, havia a concepção de avanço constante da fronteira marítima, para a qual o país ia se moldando. Um porto bastante estruturado surgiu, capaz de receber inúmeras embarcações. Além disso, estaleiros passaram a construir vários navios ao mesmo tempo, com diferentes propósitos. Portugal fora integrado numa vasta rede de negócios internacionais que iam do Báltico ao Mediterrâneo Oriental. Canais foram construídos por todo o país, interligando rios e territórios com o objetivo de levar para as costas tudo o que fosse necessário à indústria naval e comércio. Sua estrutura diplomática encarava o Atlântico como uma área de intervenção e hegemonia, criando aparelhos diplomáticos que atuavam desde o Canal da Mancha até o Estreito de Gibraltar. Nas ilhas e no litoral africano, ficavam os territórios de além-mar que serviram para prolongar toda essa rede de apoio e intervenção às ações portuguesas.

A conquista de Ceuta, em 21 de agosto de 1415, foi a materialização de uma tendência que já vinha de muitos anos, com a luta religiosa contra os mouros iniciada na Península e continuada no norte africano. Esse processo os levaria para regiões muito mais distantes, mudando a concepção terrestre e a história mundial por completo.

Sua campanha militar foi um primeiro passo de um longo processo complexo e multifacetado, no qual se destacou a figura do Infante D. Henrique (1394-1460). Quando ele

recebeu o governo de Ceuta, em 1416, e o da Ordem de Cristo¹⁶, em 1420, se ligou fortemente ao mar. Movido pelo desejo de enriquecimento e pela luta religiosa, ele conseguiu convencer a todos sobre a necessidade da expansão para além do Cabo Bojador¹⁷.

Suas iniciativas particulares se tornariam uma causa nacional 28 anos depois, com a Coroa sob a regência de D. Pedro (1438-1449), que concretizou uma doutrina de hegemonia marítima. D. Afonso V (1438-1481) ampliou as ações de expansão em várias direções, permitindo que no governo de D. João II (1481-1495) maiores estruturas fossem feitas e que se materializariam em conquistas e ações desencadeadas no reinado de D. Manuel I (1495-1521), quando se deu a chegada de Vasco da Gama à Índia.

1.2- Sobre o início da expansão: a presença portuguesa no Mediterrâneo (1415-1443) e o avanço pelo Oceano Atlântico (1422-1481)¹⁸:

O cronista régio Gomes Eanes de Zurara¹⁹, em sua *Crônica da Tomada de Ceuta* (1450), já identificava os primórdios da expansão:

Mas pera falarmos diretamente he bem que digamos a diversidade das openiões que avia entre as gentes do rregno cada huús em sua parte. E primeiramente todollos velhos e aquelles que aviam direito juizo eram muito alegres ouuindo a çertidam daqueste feito e convidavam seus amigos pera suas

¹⁶ A Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo era de característica religiosa e militar, tendo sido criada no dia 14 de março de 1319, pelo Papa João XXII, que ratificou a bula pontifícia *Ad ea ex quibus cultus augeatur*. Seu surgimento está relacionado com as tentativas de extinção da Ordem dos Templários, iniciada em 1314, pelo papa Clemente V e Felipe IV da França. Como a Ordem do Templo ajudou as forças portuguesas na luta contra os mouros, entre os séculos XII e XIII, recebeu como recompensa importantes domínios em Portugal, com seus povoados, castelos e igrejas alcançando grande prosperidade. Por isso, com a ameaça de fim dessa Ordem, o rei D. Dinis (1261-1325) buscou a transferência de todos esses valiosos bens e poder para uma nova ordem a ser criada, que seria a Ordem de Cristo, por ele ratificada, após àquela bula papal, de 1319. A partir de 1417, seu cargo de mestre passou a ser exercido por integrantes da Casa Real Portuguesa. O primeiro deles foi o Infante D. Henrique (1394-1460), que a colocou ao serviço dos descobrimentos marítimos, com muitos dos investimentos empregados vindos das riquezas da Ordem. Prova disso foi o grande símbolo ostentado nas velas das caravelas, que era justamente a Cruz da Ordem de Cristo. Ela receberia o direito espiritual sobre todas as regiões descobertas em 1454 e 1456, por meio das bulas dos papas Nicolau V e Calisto III, respectivamente.

¹⁷ Para os principais marcos da navegação portuguesa nas costas ocidentais africanas, ver a Figura 1, ao final do trabalho.

¹⁸ Para melhor visualização da expansão portuguesa e da estruturação do império, consultar as Figuras 2 e 3. A figura 2 é um mapa-mundi com as localizações das conquistas portuguesas e suas respectivas datas de ocupação, desde a África até o Extremo Oriente. A figura 3 é um mapa-mundi com as possessões portuguesas no ápice de suas conquistas.

¹⁹ Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) foi cronista régio no reinado de D. Afonso V. Assumiu também a função de guarda-mor da Torre do Tombo, em 1454. Sua produção cronística é vasta, escrevendo: a *Crônica da Tomada de Ceuta* (1450); a *Crônica do Infante D. Henrique* ou *Livro dos Feitos do Infante*, que também é conhecida como *Crônica dos Feitos da Guiné* (1452 e 1453); *Crônica de D. Pedro de Meneses* (1458 e 1464); e a *Crônica de D. Duarte de Meneses* (1464 e 1468).

casas e lugares fazendo muy grandes convites. Nos quaaes faziam grandes despesas soamente por se alegrarem de tamanho bem.

[...] Outras repartições muy contrairas daquestas eram ante os fidalgos mancebos com todollos outros de sua jdade e assi alguus homees que nam tinham outro bem senam esperança do ganho que lhe avia de seer dado por vantagem que fezessem no feito das armas (ZURARA, 1915, p. 19-21)

Nos trechos acima, o cronista Gomes Eanes de Zurara, logo no início de sua crônica, identifica a origem de um sério problema social em Portugal: a paz com Castela trazia alegria e honra aos mais velhos, porém, colocava frustração entre os mais jovens, que não encontravam oportunidade na guerra para conquistar sua honra. Essa honra agora poderia vir de um novo projeto, que era a expansão para a África e Atlântico. Entre essa juventude, se encontravam os infantes filhos de D. João I, onde se destacou o herdeiro do trono D. Duarte (1391-1438), que participou ativamente no governo régio até sua coroação, em 1433.

A guerra contra os muçulmanos era algo encarado como necessário na Europa há séculos, fazendo com que os portugueses em especial não entrassem em rota de choque com os demais povos no Ocidente Cristão. Aquartelado entre a fronteira de Castela e o oceano, o pequeno Reino precisava achar uma alternativa para o seu crescimento fora da península e do espaço europeu, sem também se colocar em risco. Dessa forma, a alternativa para Portugal era o mar.

Além disso, a nova dinastia, com D. João I (1385-1433), encarava como positiva a guerra na África, ajudando em sua legitimação pelo afastamento do estigma da bastardia. Ele ascendera ao trono por meio de uma eleição, sucedendo seu meio-irmão D. Fernando (1367-1383). A vitória em Aljubarrota²⁰ (1385) lhe dera prestígio, mas seria a nova guerra o caminho para sua legitimação. Sua vontade pessoal não seria suficiente para todas as ações que levariam à tomada de Ceuta, mas tais ideias achavam respaldo entre a maioria das pessoas do Reino, além de contar com o apoio dos próprios infantes, seus filhos.

Ao organizarem e vencerem expedições militares, os sobreviventes alcançavam maiores posições de enobrecimento como consequência dos feitos realizados. Além disso, o enriquecimento advindo do saque, de novos senhorios, da conquista de postos militares ou mesmo de cargos políticos-administrativos que surgiam em grande quantidade toda vez que um

²⁰ A famosa Batalha de Aljubarrota ocorreu no dia 14 de agosto de 1385. Nela, lutaram forças portuguesas, apoiadas por ingleses, contra os castelhanos. Transcorreu próximo da Vila de Aljubarrota, colocando frente a frente o então Mestre de Avis, futuro rei português D. João I, e o rei castelhano D. João I. A vitória ficou com os portugueses, dando início à nova Dinastia de Avis.

novo território era anexado, proporcionavam muitas oportunidades para aqueles que saíam de um Reino com dimensões pequenas, tal como Portugal (COSTA, 2014, p. 11).

Assim, fica lógico perceber a origem do apoio da nobreza e dos mercadores aos novos desafios. A própria ocupação de cidades na região do Estreito de Gibraltar era muito interessante para o comércio, enfraquecendo as atividades de corso dos islâmicos e garantindo maior segurança às navegações dos cristãos. Essa segurança seria vendida por meio dos direitos de ancoragem e no fornecimento de produtos para abastecimento dos navios que faziam as rotas do Atlântico Norte e Mediterrâneo. Nesse contexto, não se pode esquecer do apoio constante da Igreja, sempre presente no cenário da Reconquista.

Como governador de Ceuta, D. Henrique (1394-1460) foi de grande importância para a ocupação das ilhas atlânticas. Elas já eram há muito conhecidas. Porém, por serem inabitadas e ainda muito distantes da Europa, só então passaram a fazer parte dos planos de Portugal. Este, firmava cada vez mais sua identidade de Estado formado por um território continental e arquipélagos adjacentes. O objetivo imediato do Infante era abastecer sua praça, mas havia vários outros interesses sobre as ilhas, que atraíam a baixa nobreza, parte do clero, populares desejosos na posse de terras e mercadores que almejavam a ampliação das redes comerciais.

Dessa forma, não existia um plano de expansão por parte da coroa, mas ela se dava naturalmente por conta da ocorrência de vários fatores. Tanto é que o próximo passo de movimentação portuguesa na África quase os fez perder tudo o que já haviam conseguido até então. A inabilidade militar de D. Henrique no ataque contra Tânger, aliado com falhas na posição pretendida pelos portugueses, deixou seu irmão D. Fernando como refém dos inimigos. O rei D. Duarte (1433-1438) não cedeu à pressão dos mouros, com D. Fernando morrendo em cativo.

Essa tragédia, porém, não interrompeu a expansão. D. Henrique, agora também com os títulos de Duque de Viseu e Senhor da Madeira, dono de monopólios de produção e comercialização de sabão, além da pesca de atum no Algarve, era obstinado pela continuidade da guerra santa na África, procurando ter mais uma oportunidade para enfrentar os mouros. Além disso, é claro, interessava-se pela ampliação de seus negócios. Sua personalidade carismática e conciliadora o tornou o elo mais estável entre os diferentes integrantes da família real, fazendo com que seus planos se tornassem, com o tempo, uma política de Estado. Tendo irmãos entretidos com a riqueza e poder deixados pelo pai e vendo-se impedido de voltar ao Marrocos, após a derrota em Tânger, destinou seus esforços e recursos na busca do Preste

João²¹, um suposto rei cristão muito poderoso que existiria ao sul do Magrebe islâmico. Uma cristandade de fato lá existia (na região da atual Etiópia), muito capaz de se defender contra islâmicos, mas nem de longe tão poderosa quanto os europeus imaginavam.

Por isso, a partir de 1422, o Infante começou a organizar, junto com seus navegadores, a ultrapassagem do Cabo Bojador, limite geográfico máximo conhecido entre os europeus no Atlântico, com tudo o que existia após ele sendo denominado como “Mar Tenebroso”. Sua navegação foi paulatinamente enfrentada até a expedição de Gil Eanes, que o ultrapassou em 1434. A vontade de riqueza e a busca do aliado para a Guerra Santa ficavam mais próximos. A ultrapassagem desse marco geográfico foi encarada como algo revolucionário, com seu sucesso repercutindo por toda a Europa. Após séculos, o Oceano que mais trazia pavor aos europeus devido seu desconhecimento e pelas antigas lendas do imaginário se transformaria, com o tempo, no maior canal de comunicação comercial e humana de todo o mundo, ultrapassando em volume financeiro o que antes se fazia em torno do Oceano Índico e do Mar Mediterrâneo. D. Pedro (1438-1449), na menoridade do futuro rei D. Afonso V, contribuiu para dar a Portugal sua forte identidade de potência marítima, mas foi o Infante D. Henrique, seu irmão, o responsável direto na execução dos Descobrimentos.

Ao ultrapassar o Bojador, tanto o ouro da Guiné quanto o Preste João não foram imediatamente encontrados. Com isso, os navegadores do Infante passaram a caçar lobos-marinhos, cuja gordura era interessante ao monopólio de suas saboarias. Consequentemente, as embarcações precisavam, cada vez mais, ter capacidade de carga para as mercadorias e víveres.

Com o aumento das distâncias percorridas, os saques e cativos conseguidos contra muçulmanos eram encarados como presas da guerra justa, ajudando a enriquecer mais ainda as atividades marítimas, ampliando o interesse pelas navegações. Em 1443, por exemplo, um carregamento de 250 escravizados chegou em Lagos, com D. Henrique diretamente

²¹ Preste João seria tanto um patriarca quanto um poderoso rei cristão do Oriente, de grande importância na luta contra a expansão islâmica. O crescimento da lenda de sua existência ao longo dos séculos era alimentada por informações que davam conta de sua personalidade virtuosa e generosa, do grande poder militar de suas tropas, da posse de uma fonte da juventude que lhe conferia a idade de mais de 500 anos – já que todos que nela se banhassem retornavam à idade de 32 anos –, além da informação de que seria descendente de Baltasar, um dos Três Reis Magos. O território de seu reino seria localizado tanto na Ásia quanto na África, dependendo da versão contada da lenda, possuindo paisagens de beleza deslumbrante e lá se localizando parte do Inferno e do Paraíso Terrestre. Vários aventureiros, viajantes, embaixadores e mercadores europeus, que pelo Oriente circulavam, voltavam com novas notícias, o que fazia com que as informações sempre continuassem. Foi o rei português D. João II, no ano de 1487, o primeiro a enviar uma expedição que de certa forma conseguiu notícias concretas acerca do Preste João. Seu objetivo era de o tornar aliado no projeto de viagem marítima lusa até a Índia. Seus dois emissários, Afonso de Paiva e Pêro de Covilhã, seguiram por terra, via Mediterrâneo Oriental. O rei cristão encontrado era de fato o soberano da Etiópia, bem distante do que as lendas atestavam, existindo lá um antigo cristianismo com características bem diferentes das desenvolvidas na Europa. Covilhã, por uma série de motivos, acabou impossibilitado de voltar e contaria suas histórias apenas em 1520, quando presenciou a chegada da primeira embaixada do Estado Português da Índia àquele Reino (CORTESÃO, 1940, p. 41-43).

organizando sua venda, após a retirada de seu quinto. Imediatamente, a fama dos grandes lucros corria, provocando no Duque de Viseu e na Coroa a necessidade urgente de se regular as atividades ao sul do Bojador.

É nesse cenário que após contato de D. Henrique com a Igreja de Roma sobre a guerra na África, foi emitido, em 8 de janeiro de 1443, pelo papa Eugênio IV, o *Etsis suscepti*, documento que dava para a Ordem de Cristo o controle espiritual das regiões ao sul do Cabo Bojador, sendo este o primeiro documento oficial na Cristandade sobre os Descobrimentos.

Até 1444, as navegações seguiam as costas saarianas, muito áridas e com poucas povoações. Neste ano, porém, foi ultrapassada a foz do rio Senegal, revelando as savanas e florestas muito habitadas por populações belicosas, mas também com maiores riquezas. Entre conflitos e muitas mortes, com o tempo, contatos pacíficos surgiram e o comércio se desenvolvia, apesar de não ocorrerem ocupações territoriais portuguesas na Guiné ao sul do Bojador. Em troca de produtos baratos, as caravelas retornavam com escravos, ouro e itens exóticos, muito valorizados na Europa. O inverso também ocorria. Cativos de guerra eram fáceis de serem conseguidos e o ouro não era algo valorizado, diferente das quinquilharias, tecidos e cavalos trazidos pelos portugueses, produtos muito cobiçados entre os negros.

Nesse ponto, percebe-se claramente que mesmo não tendo sido achado o Preste João, os Descobrimentos ganhavam uma importante dimensão econômica, apesar do discurso político evocar que as navegações contribuíssem para a expansão do Cristianismo. Prova disso é o fato dos avanços geográficos se darem de maneira bem mais lenta ao longo dos anos 1450, já que diferente dos quase inabitáveis litorais saarianos já ultrapassados, agora eram inúmeros os mercados a serem conhecidos, com dezenas de populações diferentes entre si, o que dificultava os contatos até se conhecer as línguas e estabelecer um mínimo de comunicação produtiva. A noção que a cada passo mais ao Sul se poderia encontrar mais populações com mercados cada vez mais ricos, motivava os portugueses a continuarem seguindo em frente.

Por isso, um novo objetivo começava a se desenvolver: a Índia²². Agora, admitia-se a possibilidade de circum-navegação do continente africano, o que era alimentado por toda a

²² Existem poucos relatos de contatos entre europeus e os longínquos territórios asiáticos antes da chegada dos portugueses. No século XIII, três franciscanos percorreram sucessivamente a Ásia Central, sendo que um deles (João de Monte Calvino, em 1295) chegou a penetrar na China. Quem, porém, mais se celebrou como grande explorador da Ásia foi o veneziano Marco Polo (1254-1324), que, no mesmo século, viajou pela Ásia Central, China, o arquipélago Malaio e a Índia. Dessas peregrinações surgiu sua famosa narrativa, que foi a maior obra de literatura de viagens da Idade Média, revelando para o grande público europeu as maravilhas das civilizações e riquezas orientais. Suas descrições levantaram um pouco o véu que encobria as misteriosas terras do Oriente, aguçando a curiosidade do Ocidente. Um século depois, o frade Odorico de Pordenone (1286-1331), outro italiano, também visitou as mesmas terras e talvez o Tibete, onde teria sido o primeiro europeu a entrar na cidade sagrada de Lhassa. Já no século XV, outros dois europeus penetraram no continente asiático e em vários arquipélagos em busca de produtos: foram o espanhol Ruy Gonzalez de Clavijo (?-1412), que viajou até a corte de Timur, em

sedução europeia pelas especiarias asiáticas, além de se manter a justificativa religiosa de busca ao Preste João.

Em meados do século XV, o comércio promovido pelas navegações contribuía muito com o rápido crescimento de renda do Reino. A posse de Ceuta, produtos raros oriundos das costas africanas, que antes apareciam apenas por intermédio dos islâmicos, e a diversificada produção das ilhas atlânticas traziam itens que o pequeno território continental não produzia, além de propiciar exportações.

O reconhecimento internacional dos avanços portugueses começava a acontecer. Apesar do Infante D. Pedro, em 22 de outubro de 1443, ter determinado em carta que o exclusivo na navegação das costas africanas seria de Portugal e deste país ter força naval capaz de expulsar qualquer aventura estrangeira naquelas regiões, foi de grande importância o apoio vindo da Cúria Pontifícia²³. Em 8 de janeiro de 1455, o papa Nicolau V promulgou a bula *Romanus pontifex*, reconhecendo para a Coroa de Portugal e ao Infante D. Henrique a exclusividade da navegação nas regiões após o Cabo Bojador (DINIZ, 1971, p. 72-79).

Ao longo de todo o restante do século XV, os demais papas, no início dos novos mandatos, sempre emitiam bulas confirmando a *Romanus pontifex*. Além de apoiar e legitimar as ações portuguesas, a Igreja de Roma oficializava, perante as demais monarquias europeias, a exclusividade lusa na expansão geográfica e cristã, lhes conferindo autoridade.

Apesar do grande avanço espanhol protagonizado pela rainha Isabel I (1451-1504) e Cristóvão Colombo (1451-1506), com a chegada à América em 1492, o domínio completo do Atlântico Sul e das navegações nas costas africanas era de fato todo de Portugal. Esse poderio foi constantemente alargado, ao longo da segunda metade do século XV, pela especial ação

Samarcande (uma das cidades mais antigas da Ásia Central, ficando hoje no país do Usbequistão), e o italiano Niccolò Da Conti (1395-1469), que, nos fins daquele século, gastou 25 anos percorrendo a China, Java e Sumatra (SALDANHA, 1939, p. 196).

²³ A coroa portuguesa sempre buscava ter a legitimidade das suas conquistas no ultramar confirmadas pela Igreja de Roma, o que em sua visão evitaria a contestação de seu avanço por parte de outros países e os manteriam protegidos também da concorrência dos espanhóis. Entre inúmeras Bulas, as mais significativas na defesa desses objetivos, bem como com sua associação com as ações de cristianização, foram as bulas *Dum Diversas* [1452 – Papa Nicolau V (1397-1455)]; *Romanus Pontifex* [1454 – Papa Nicolau V] e *Inter Caetera* [1456 – Papa Calisto III (1378-1458)]. A primeira dava poder aos portugueses de conquistar e submeterem os muçulmanos e outros infiéis, além de autorizarem sua escravidão e a captura de seus bens e terras, que eram repassadas a El'Rei. A segunda Bula reconhece as ações de conquistas implementadas pelo Infante D. Henrique, exaltado também como um soldado da fé, além de reconhecer a colonização das ilhas dos Açores, da Madeira e Canárias e todo o esforço para se chegar na Índia por meio do périplo africano. A luta contra infiéis nas partes orientais também era já autorizada, bem como a missão de cristianização, o que permitia o desenvolvimento de atividades econômicas organizadas pela coroa que ajudariam em tais propósitos. A Bula *Inter Caetera* retomava as autorizações da Bula *Romanus Pontifex*, além de conceder a Ordem de Cristo (cujo Infante D. Henrique era o grão-mestre), total jurisdição espiritual em todas as áreas já conquistadas e a serem conquistadas por Portugal (o que equivalia a domínio pleno). O Papa Leão X em sua Bula *Praeelsae Devotionis*, de 1514, confirmou as ações concedidas pelas duas primeiras aqui citadas (FERRARI, 2024).

política de dois de seus soberanos: D. Afonso V (1438-1481) e D. João II (1481-1495). No longo prazo, percebe-se a dedicação de pai e filho na expansão sobre a África, com o domínio de suas costas, de importantes ilhas atlânticas, acesso a uma riquíssima mina de ouro e com o crescimento das explorações marítimas indo tanto ao Sul até que se vislumbrasse a Índia.

Durante muito tempo, a imagem histórica de D. Afonso V fora de um governante fraco perante os interesses da nobreza, focado na guerra contra os mouros e com um suposto desinteresse pelas viagens marítimas. Mas, novos estudos têm mostrado o contrário, revelando suas importantes ações no alargamento da influência portuguesa na navegação das costas africanas. No início de seu mandato, como as viagens ainda estavam sob controle de D. Henrique, o novo rei, ainda jovem e desejoso de glória e afirmação pelas armas, se colocou contra os mouros, tal como aconteceu com seus antecessores.

Nessa época, o Cristianismo presenciava o poderoso avanço otomano contra os Bizantinos no Oriente, com Constantinopla caindo em 1453, acontecimento que provocou grande preocupação no Ocidente. Assim, o único rei europeu que de fato enfrentava diretamente os inimigos islâmicos era D. Afonso V, mesmo porque era o único detentor de um Estado pacificado e com as fronteiras bem definidas. Atendendo ao pedido do papa, o *Africano* conseguiu recursos financeiros e militares para o combate contra os mouros no Marrocos. O primeiro alvo foi Tânger, contra a qual buscava vingança, mas seguindo seus conselheiros, focou seu ataque contra Alcácer-Quibir, em 1458. A vitória veio sem dificuldades, com Portugal ampliando seu domínio sobre o Estreito de Gibraltar.

Em 1471, tendo em companhia seu filho e herdeiro do trono D. João, tomou Arzila e, em seguida, a tão desejada Tânger, a qual assistira na infância a tragédia dos tios e do pai. Naquele ano, mesmo tendo poderio para atacar Fez, reino que estava em conflito interno, preferiu estabelecer com ele uma paz de vinte anos. Essa ação coloca em descrédito a concepção comumente aceita de que seu interesse fora apenas o litoral norte e noroeste do atual Marrocos, o que explicaria seu cognome. Com esse gesto, ele adiava um possível retorno aos conflitos africanos apenas para duas décadas depois.

Dessa forma, ia cada vez ficando mais consolidada a presença portuguesa no Atlântico rumo ao Sul. Nos anos de 1450, D. Afonso V enviou emissários de assuntos comerciais até a Guiné, apesar do monopólio da navegação atlântica e do comércio nesta região pertencer ao seu tio, D. Henrique. Seu objetivo era se inteirar de todos os negócios que iria assumir após a morte do Infante, o que ocorreu em 13 de novembro de 1460.

A exploração das costas africanas não continuaria por alguns anos, algo compreensível pela necessidade de reorganização das atividades, que saiu do comando da Casa de Viseu e passou para a Casa Real. Somando-se a isso, as embarcações agora chegaram na região da Linha do Equador, onde a estrela Polar não mais se fazia presente, criando um entrave técnico que necessitou de tempo para ser superado, o que seria conseguido com a adaptação do astrolábio para a medição da latitude por meio da altura do Sol. Ao mesmo tempo, os anos de 1460 serviram para consolidar de vez a presença lusa nas águas e terras já conhecidas. Nesse período, foram criados cargos e organizadas estruturas administrativas, ocupados em sua maioria por integrantes da baixa nobreza, que encontravam novas atividades na guerra, nas caravelas ou nas ilhas atlânticas e territórios costeiros africanos.

Superados os desafios técnicos, D. Afonso V ordenou a continuidade dos Descobrimientos em 1468. Um bom exemplo foi a importante chegada das caravelas na região do atual Gana, onde existia um quase inesgotável mercado de ouro, iniciando o primeiro grande ciclo econômico de obtenção desse minério pela monarquia portuguesa, base financeira de todos os avanços dos governos de D. João II e D. Manuel I. O monarca também incentivou os súditos a explorarem o interior do Atlântico, em especial com a ocupação e posse das ilhas recém-encontradas. Elas foram importantes no apoio das novas rotas de navegação, além de que, ao serem ocupadas por portugueses, evitavam a presença de outros povos europeus que poderiam lhes impor rivalidade militar e concorrência comercial (COSTA, 2014, p. 69).

Com esse propósito, o monarca começou a emitir cartas de doação de ilhas ainda por descobrir para os que se interessassem nas explorações, sendo um detalhe importante a ressalva de que a doação não teria efeito se as novas ocupações ocorressem nas imediações das costas da África, áreas já percorridas pelas caravelas. Assim, ao recorrer às ações de agentes privados, El'Rei buscava implementar a exploração de águas mais afastadas. Apesar de terem sido descobertos apenas São Tomé e Príncipe, por navegadores da Casa Real, esse incentivo e apoio aos navegadores independentes mostra que D. Afonso V agia de forma diversificada e estratégica na expansão, ocorrendo em seu reinado a consolidação da posição portuguesa como força hegemônica no Atlântico. Esse legado seria bem aproveitado por seu filho, D. João II (COSTA, 2014, p. 70-74).

Percebe-se assim que, com D. Afonso V, algumas características do futuro formato do império português já se desenhavam, com a valorização de entrepostos, seja nos litorais ou ilhas, em detrimento da ocupação de vastas regiões do interior, além do acesso a grandes fontes de riqueza, seja pelo variado comércio ou pela obtenção de ouro, e da participação de

navegadores e comerciantes privados. Com a chegada ao trono de D. João II, a expansão ganharia mais fôlego, se organizando em um projeto com objetivos claros a serem alcançados.

Primeiramente, D. João II desejava uma rota de navegação que ligasse Lisboa diretamente à obtenção das especiarias na Índia, enriquecendo o Reino e quebrando o comércio muçulmano e de Veneza no Mediterrâneo Oriental. Por isso, empenhou-se na navegação mais ampla do Atlântico, buscando o melhor caminho para o Sul da África sempre com vento favorável. A perspectiva de navegação mudara, pois não era mais o propósito a análise detalhada dos territórios litorâneos africanos, mas sim o de encontrar a suposta passagem ao Oriente. Assim, grandes expedições foram organizadas, como as lideradas por Diogo Cão e Bartolomeu Dias, que encontrou o Cabo da Boa Esperança²⁴ (1488), nome concedido por D. João II, em detrimento ao primeiro nome de Cabo das Tormentas, dado pelo navegador. Foi nesse período que os famosos padrões com armas portuguesas eram instalados nas regiões encontradas, um claro recado de afirmação de domínio luso contra qualquer concorrente que aparecesse.

Apesar de toda a infelicidade gerada entre os portugueses pelos avanços promovidos por Colombo e a rainha Isabel, em 1492, o Tratado de Tordesilhas (1498) garantiu o caminho marítimo para a Ásia, algo muito desejado pelo *Príncipe Perfeito*. Fora nesta época que se percebeu ser possível encontrar ventos favoráveis em direção ao Cabo desde que se rumassem primeiro ao Ocidente e depois dobrassem para o Sul da África. Assim, a batalha travada em Tordesilhas para que a linha ficasse o máximo à Ocidente não prova que os navegadores de D. João II já sabiam da existência do Brasil, mas é capaz de provar que já entendiam a dinâmica dos ventos do Atlântico Sul, sendo, por isso, muito importante garantir a posse do máximo de terras que porventura houvesse naquelas regiões. Para Castela, o interesse era mesmo assegurar as ilhas encontradas por Colombo, já que não se dedicavam a navegação Atlântica. Além disso, a assinatura desse tratado eliminou durante alguns anos os problemas entre Portugal e Castela, algo também muito significativo por ter ocorrido sem interferência do papa, apesar de suas tentativas. Foi um fato inédito na Cristandade, sendo a primeira vez que dois países sacramentavam um acordo sem a Cúria Romana (ALBUQUERQUE, 1987, p. 110).

²⁴ O nome assustador de “Cabo das Tormentas” se explicava pela dificuldade em sua navegação, com fortes correntes marítimas e de ventos, além das violentas tempestades, o que provocou o naufrágio de dezenas de embarcações. Por imposição de D. João II, seu nome fora mudado para “Cabo da Boa Esperança”, com o intuito de ser um motivador aos próximos navegadores que tinham como missão chegar a Índia. Ao contrário do que muitos pensam, ele não fica no extremo meridional africano e nem no encontro entre as águas do Atlântico e do Índico, localizando-se aí o Cabo Agulhas, que dista 150 quilômetros a leste do Cabo da Boa Esperança. Este localiza-se ao sul da atual Cidade do Cabo, na África do Sul, em seu ponto mais ao sudoeste.

Agora, Portugal já estava em condições para chegar à Índia, além de possuir parte das bases de seu Império Ultramarino bem definidas.

1.3- Da materialização do Império (1481-1502):

Logo no início do seu governo, D. João II ordenou a construção de uma fortaleza na Mina (Fortaleza de São Jorge da Mina), África. Diferente da fortaleza da Guiné, que objetivava a colonização, a da Mina buscava assegurar o exclusivo comercial do ouro no Atlântico, conferindo importância estratégica para esse tipo de construção. Fora projetada para apenas 60 ocupantes, não sendo encarada como irradiador do Cristianismo. Uma proteção militar mínima para o ouro se fazia necessária, já que o monopólio da Coroa era desafiado constantemente por comerciantes portugueses independentes ou estrangeiros. O projeto foi um sucesso, com muito ouro encaminhado para o Reino, fortalecendo a monarquia e evitando a cobrança de altos impostos sobre as Cortes, garantindo a centralização política também aos próximos reis.

Esse interesse real no controle de pontos e rotas comerciais, em detrimento de territórios, é perceptível na atualização dos títulos reais. Em 1471, D. Afonso V se intitulou “Rei de Portugal e dos Algarves d’Aquém e d’Além-Mar”. Já em 1499, logo após o retorno de Vasco da Gama (que chegou na Índia em 1498), D. Manuel I alterou novamente o título real português, acrescentando, desde 25 de agosto de 1499, o termo “Senhor da conquista, da navegação e do comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”. Claramente, esse título era de caráter imperialista, conferindo ao monarca o direito de conquistar terras pertencentes à outras autoridades com o intuito de implantar sua navegação e a realização do comércio das especiarias. Concomitantemente, foi um ato direcionado aos demais europeus, evocando intenções políticas, comerciais e militares, contra todos aqueles que também tivessem interesse nessas lucrativas atividades, impondo um monopólio português na Rota do Cabo²⁵ (COELHO, 2001, p. 88).

Essa nova titulação evidencia a tendência intercontinental que o império português ganhava, também revelando que a sua idealização ainda era pautada pela lógica comercial e histórica ligada ao Mediterrâneo. Eram as regiões que há muito se relacionavam comercialmente com o Mediterrâneo as que interessavam à Portugal. Cipango (Japão), que orientou a navegação de Colombo ao Ocidente, e o próprio Cataio (China), que tanto alimentou o imaginário europeu com as histórias de Marco Polo, ainda não atraíam Portugal. Em breve, a

²⁵ Entendemos que os termos “Rota do Cabo” e “Carreira da Índia” significam o mesmo.

fama dos “chins” e de suas porcelanas e demais produtos luxuosos seriam conhecidos pelos portugueses, tendo essas riquezas muito destaque quando as especiarias começaram a declinar.

*O Livro das Cidades, e Fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das Capitânicas, e mais cargos que nelas há, e da importância deles*²⁶, de autor desconhecido e escrito em 1582, aponta importantes ações do governo de D. Manuel I priorizando o comércio, em detrimento a uma pura ação baseada em violência ou com objetivos claramente religiosos, nos primeiros contatos com os asiáticos:

[...] com tensão de paz e não de guerra, acerca dos Príncipes e povos daquelas partes, significando-lhes que deles não pretendiam mais interesse que amizade e comunicação de comércio, por comutação de ouro e prata e muitas mercadorias que levavam do Ocidente: oferecendo justamente com isso paz e amizade del-rei de Portugal seu senhor, cuja embaixada levava em conformidade disto aos reis e príncipes das partes a que chegavam [...] este nome de comércio e trato era o melhor e mais suave modo com que, sem escândalo nem alvoroço daqueles povos orientais, poderíamos entrar naquelas partes e ser melhor recebidos [...] para mais autoridade e crédito do mesmo negócio e mor conservação dele (*Anônimo*, 1960, p. 107).

Lembrado por ter conseguido levar a presença portuguesa para quatro continentes, dominar o comércio de especiarias, além de promover uma vasta e moderna reforma administrativa, D. Manuel I não deixava de ser um rei renascentista, vivendo em um mundo de rápidas transformações e, ao mesmo tempo, muito apegado ao passado. Ele também sonhava em vencer o domínio muçulmano no Mediterrâneo Oriental, conquistar a rota das especiarias pelo Mar Vermelho, achar o Preste João e ainda conseguir libertar Jerusalém.

Os domínios além-mar de Portugal se ampliaram logo em sua entronização, já que suas terras particulares imediatamente passaram a compor o patrimônio da Casa Real. Sendo o Duque de Beja, ele era senhor dos arquipélagos de Cabo Verde, Madeira e Açores. Recebia a totalidade da produção dessas partes, além de 5% do ouro da Guiné, por conta da Ordem de Cristo, da qual era governador.

²⁶ A obra é dedicada e dirigida a D. Filipe II (1527-1598), que apenas dois anos antes assumira a coroa de Portugal, tendo como objetivo apresentar ao rei uma descrição detalhada dos territórios do Estado da Índia. Apesar do autor ser desconhecido, sua linguagem aponta se tratar de algum alto oficial português. Ela é composta por 107 páginas e foi editada apenas em 1952, pelo estudioso Mendes da Luz, a partir do original existente na Biblioteca Nacional de Espanha (Manuscritos, 3217). Um fragmento com apenas três capítulos (sobre Chaul, Rachol, Bardez e Goa) existe na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (Série Azul, 993).

As fronteiras imperiais chegavam a dimensões extraordinárias. Rapidamente a Índia ofuscou as ações sobre a África e deslumbrava os portugueses como nada anteriormente, apesar de nunca ter se tornado o sustentáculo financeiro do império. Mesmo sendo o comércio das especiarias orientais muito valioso, seus ganhos eram absorvidos pelos altos custos das armadas. A riqueza de Portugal, na prática, vinha mesmo das atividades no Atlântico: a produção de açúcar na ilha da Madeira, no comércio de escravos, no ouro da Guiné e, mais futuramente, nas atividades desenvolvidas no Brasil.

1.4- As histórias conectadas pelo comércio de especiarias na Ásia:

As dinâmicas populacionais dadas em torno do comércio e interações políticas e culturais na Ásia²⁷ no princípio do século XVI, foram consequência de significativas mudanças ocorridas em várias partes do mundo. Dinâmicas essas em parte motivadas por poderes centrais e parte por interesses não formais, em consonância com processos transnacionais onde vários povos se relacionam, com destaque aos portugueses, Habsburgos, otomanos, mogóis e Estados asiáticos poderosos e influentes naquele contexto, tal como os de Bijapur, Vijayanagar ou Achém²⁸.

O que melhor exemplifica essas dinâmicas são as trocas comerciais entre os séculos XVI e XVII: a cânfora usada no Sul da Índia vinha de Sumatra, o Sudoeste Asiático e o arquipélago malaio utilizavam tecidos indianos tanto em suas cerimônias ritualísticas quando no cotidiano, escravos africanos eram usados por parte dos Estados indianos há quase três séculos, a maior parte da prata cunhada no Império Mogol²⁹ vinha de Potosí (Peru) e do Japão dos Tokugawas.

²⁷ A compreensão das relações nos espaços do oceano Índico passa pela noção de encruzilhada, onde não apenas as regiões do sul asiático se relacionam. As influências iam e voltavam de áreas bem distantes: Europa, Império Otomano, África Oriental, península arábica, Sudoeste Asiático e Ásia Central. Mesmo antes do domínio colonial europeu, a violência era um fator já existente nas relações de trocas, indo desde graves disputas políticas até a profanação de templos religiosos e saques contra cidades (SUBRAHMANYAM, 2012, p. 30).

²⁸ Como ainda será trabalhado, os dois primeiros ficavam em territórios da atual Índia e o último na atual Indonésia.

²⁹ O Império Mogol foi um dos mais extensos e poderosos de sua época, existindo entre 1526 e 1857, se estendendo por boa parte do subcontinente indiano e regiões dos atuais países de Bangladesh, Paquistão e Afeganistão. Chegaram ao poder a partir do apoio dos Impérios Safávida e Otomano, derrotando o antigo sultão de Deli, Ibraim Lodi, sendo seu primeiro líder um chefe guerreiro conhecido como *Badur*. Acredita-se que ele era descendente do antigo líder mongol Gengis Khan (1162-1227), daí a proximidade dos nomes de seus impérios. Seu poder e influência diminuiu muito após conflitos contra a Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC), sendo definitivamente derrotados pelos ingleses após a rebelião indiana de 1857.

Além do aumento do interesse europeu pelas especiarias, por todo o século XVI houve a intensificação da procura desses produtos entre os próprios asiáticos. Isso gerou mais conflitos a serem enfrentados perante os objetivos comerciais portugueses, como também se tornaram novas oportunidades abraçadas pelos lusos, seja pelos interesses dos comerciantes particulares e, conseqüentemente, pelas taxações do Estado da Índia. Porém, tais conflitos se davam há décadas entre as próprias sociedades asiáticas, com alguns deles passando agora a serem motivados pelos portugueses, que se aliavam ou se colocavam contra uma infinidade de reinos de acordo aos interesses de defesa comercial dos diferentes momentos, num cenário de muita fluidez política (SUBRAHMANYAM, 1995, p. 15).

Na prática, a presença portuguesa pela Ásia se inseriu a uma dinâmica comercial lá já existente, exigindo que eles a compreendessem e se adaptassem a ela³⁰, o que caminhou junto com imposições estabelecidas, seja pelo uso da força militar ou da diplomacia. Isso provocou alterações políticas entre os vários reinos locais e suas populações, tanto por conta da miscigenação quanto das ações dos agentes comerciais a serviço do Reino ou de seus interesses particulares. Tanto é que apesar do Estado da Índia ter perdido força política ao longo das primeiras décadas do século XVII, os portugueses se mantiveram com importância social e econômica por todo o comércio asiático.

1.4.1- As relações econômicas e de poder entre a África Oriental e a Ásia quando da chegada dos portugueses:

Quando da chegada dos portugueses, os impérios do Egito, Pérsia e de Vijayanagar e nem mesmos os importantes portos de Ormuz e Málaca não possuíam navios poderosos e armados pelo Índico, sendo essa uma situação que viria a calhar com os objetivos expansionistas dos lusos. Os próprios navios de comerciantes árabes ou guzerates³¹, apesar de

³⁰ O reconhecimento internacional dos estudos do historiador indiano Sanjay Subrahmanyam (1961-) acarretaram revisões profundas na interpretação sobre a presença europeia na Ásia a partir do século XVI. A visão clássica de supremacia das ações europeias ao imporem sua visão de mundo e interesses financeiros sobre as vastas populações asiáticas começou a ser questionada. Ao optar pelo caminho que ele chama de *histórias conectadas*, Subrahmanyam encontrou uma alternativa em relação a uma história estritamente indiana ou estritamente portuguesa. Seus temas de estudos chamam atenção aos diferentes olhares de escritores orientais e de outras partes do mundo, onde eles se contradizem, compactuam ou se complementam, aumentando a dimensão de análise. O que o levou a esse caminho foram os estudos do conceito de *história integrativa*, desenvolvido pelo historiador da China e Ásia Central Joseph Fletcher, pesquisador da Universidade de Harvard (SUBRAHMANYAM, 2012, p. 16).

³¹ Proveniente da região do Guzerate, localizada na costa noroeste da Índia, ao norte de Goa, onde se situava a fortaleza e a cidade de Diu. O Reino de Guzerate na escrita dos cronistas portugueses também é chamado de Reino de Cambaia.

grandes, não eram armados e não se utilizavam de metal em sua fabricação, sendo muito frágeis perante os poderosos ataques das embarcações portuguesas.

No princípio do século XVI, os árabes não dominavam mais o comércio marítimo de Ormuz até Cantão, com sua importância reduzindo-se ao Índico Ocidental. A parte do comércio do Índico Oriental e dos mares mais ao leste eram agora controlados por comerciantes indianos muçulmanos advindos das regiões do Guzarate, Malabar³², Coromandel³³ e Bengala³⁴. Os comerciantes hindus continuavam fixos nos portos, tendo suas mercadorias levadas e trazidas por embarcações muçulmanas, algo explicado pelas proibições das castas, que viam como impuras as viagens e o contato com povos de regiões distantes e inferiores³⁵ (DORÉ, 2009, p. 174).

Nesse processo, por meio das viagens dos comerciantes árabes e indianos, o islamismo ia se espalhando de forma pacífica desde as costas africanas orientais até as ilhas das especiarias da Indonésia, seja por meio da abertura de mesquitas autorizadas nos portos ou dos casamentos feitos com mulheres locais. Assim, com o tempo, o comércio asiático mesmo contando com a participação de diferentes grupos, na prática era controlado por comerciantes muçulmanos. Nesse cenário, os portugueses entenderam que o controle dessa atividade teria que ocorrer por meio de uma guerra que também seria religiosa e nunca por conta de uma concorrência pacífica.

Apesar dos portugueses conquistarem as bases comerciais e fundarem fortalezas em Ormuz, Diu, Goa, Malaca e na costa oriental africana (Moçambique e Sofala), não é possível afirmar que eles chegaram a monopolizar o comércio no Índico, mas na prática chegaram a exercer o controle de parte considerável do comércio asiático ao longo de maior parte do século XVI e início do XVII (BOXER, 1981, p. 67).

Há tempos, as áreas pretendidas pelos portugueses estavam envolvidas em conflitos políticos internos, o que os deixavam seriamente enfraquecidos perante as pretensões lusas. Exemplos foram as rivalidades entre Mombaça e Melinde, na costa africana oriental, com os portugueses se alinhando a Melinde contra Mombaça. Se aliaram também ao rajá de Cochim³⁶ (Cochim viria a se tornar a primeira base portuguesa na Ásia) contra seu antigo rival, o Samorim³⁷ de Calicute, o que lhes deu acesso ao comércio da pimenta do Malabar. Exploraram

³² Região localizada na costa sul-ocidental do subcontinente indiano.

³³ Região costeira do sudeste indiano.

³⁴ Área entre a costa oriental indiana e o atual país de Bangladesh.

³⁵ Os reis hindus da Índia, tal como o Xá Bahadur, rei de Guzarate, enxergavam a disputa comercial pelos mares como algo indigno ao prestígio dos nobres, entregando essas atividades para comerciantes andarilhos.

³⁶ Fora uma importante cidade localizada no sudeste do subcontinente indiano, na região do Malabar (atual sudoeste indiano).

³⁷ Título usado, entre os séculos XII e XVIII, pelos soberanos do antigo Estado hindu de Calicute, localizado no atual distrito indiano de Querala.

também a acirrada rivalidade entre os sultões de Tidore e Ternate nas Molucas, abrindo caminho ao comércio do cravo-da-índia. Enfim, os portugueses em nada se relacionavam com a origem de tais rivalidades, mas souberam as explorar para seus objetivos comerciais.

Nesse momento, para uma abordagem mais aprofundada das relações entre tantos povos com os quais os portugueses comerciaram, lutaram e viveram, é importante especificar um pouco mais sobre como estavam as diferentes áreas que direta ou indiretamente se ligaram ao Estado da Índia, em princípios do século XVI. A organização política dos reinos asiáticos e dos territórios da costa leste africana que os portugueses se relacionavam se caracterizava por cidades ou sultanatos em maior ou menor grau autônomos. Os que eram virados para o mar, se dedicavam as já numerosas rotas comerciais. Somando-se a isso, muitos desses portos em cidades comerciais se ligavam mais facilmente com outras regiões pelo mar do que pelo interior, devido a precariedade das estradas e a existência de muitas áreas montanhosas.

Dessa grande quantidade de regiões, a que primeiro os portugueses tiveram contato foi com a Costa Suaíli (Figura 4), localizada na África Oriental, se estendendo do litoral da atual Somália até Sofala, que já há algumas décadas se ligada à Arábia e Índia pelos vieses político, cultural e econômico.

Em 1500, as cidades suális mais influentes comercialmente eram Quíloa, Mombaça, Melinde e Pate, com a cultura árabe e islâmica aí presente, com alguns traços de influência persa. O casamento com mulheres bantas trazidas do interior se dava já há certo tempo, se destacando no comércio a chegada do ouro, marfim e escravos vindos do interior, trocados por têxteis trazidos por comerciantes guzerates e árabes da Índia e regiões do Mar Vermelho e Golfo Pérsico. Após as montanhas, se encontrava o reino copta da Abissínia.

Acima, existia o próspero Império Mameluco, composto pelo Egito, Síria e o Hejaz³⁸. Sua riqueza vinha da taxaço sobre as rotas comerciais terrestres de especiarias que ligavam o Oriente à Europa, saídas do Golfo Pérsico por Alepo (interior da atual Turquia) e Alexandreta (atual Iskenderun, no litoral da atual Turquia) e do Mar Vermelho via Suez, Alexandria e Cairo.

A Península Arábica era habitada por uma infinidade de sociedades nômades de beduínos, composta por pequenos Estados e tribos. Nela, a pequena ilha e cidade de Ormuz (no atual Irã, localizada na entrada do Golfo Pérsico) exercia autoridade nas costas da Arábia e Pérsia, entre o Golfo Pérsico e o Golfo de Omã. Apesar de possuir uma pequena produção de sal e enxofre, tornou-se um dos entrepostos comerciais mais ricos do mundo, já que grande

³⁸ Região oeste da atual Arábia Saudita, nas costas do Mar Vermelho, tendo como cidade principal Gidá. Meca e Medina, no interior, são as mais famosas por sua grande relevância no islamismo.

parte do comércio entre a Índia e Pérsia passava por ela, além das especiarias vindas da Indonésia e dos cavalos árabes. Suas moedas (*xerafim* de ouro e o *larim* de prata) circulavam pela Pérsia, Arábia, Índia até Malaca.

A região da Pérsia passava pela fundação da dinastia dos Safávidas, inaugurada pelo Xá Ismail I. Em 1514, entrou em choque com o Império Turco-Otomano, que além das disputas territoriais colocava frente a frente a vertente radical xiita do islamismo dos safávidas e o vertente sunita do Grão-turco.

O território da Índia era dividido entre hindus e muçulmanos. Os mogóis (turcos originários da Ásia Central) demorariam um pouco para se estabelecerem no Hindustão³⁹. A região norte há tempos fora ocupada por muçulmanos, tendo disso surgido os Reinos de Guzarate, Deli e Bengala, cuja maioria da população ainda era hindu, que resistiam pacificamente às tentativas de conversão ao islamismo. O Decão⁴⁰ também era formado por reinos muçulmanos, sendo o principal o de Bijapur, que detinha Goa. Esses reinos constantemente lutavam contra o império hindu de Vijayanagar, chamado entre os portugueses de Bisnagá. Esse era o maior e mais poderoso Estado indiano quando da chegada de Vasco da Gama.

O restante da costa ocidental, composta por Canará e pelo Malabar, ambas ao sul de Goa, se isolavam do interior pela presença da cordilheira dos Gates Ocidentais, sendo formada por vários pequenos governos de rajás hindus, sendo o mais significativo o do Samorim de Calicute. Já a região no sul da Índia era ocupada por reinos hindus que englobavam muitas comunidades pacíficas de comerciantes árabes, que gozavam de respeito e influência.

Ceilão⁴¹ possuía comunidades singalesas budistas, contando com a presença de comerciantes muçulmanos de origem árabe e indiana, presentes principalmente em Colombo e outras áreas costeiras.

A Birmânia (Myanmar), Sião (Tailândia) e Indochina (Vietnã, Laos e Camboja) eram compostas por estados guerreiros e com aspectos culturais bem diferentes entre si, com o budismo predominando, contando também com influências hindus de prática brâmane. O antes poderoso império Quemer, no Camboja atual, havia desaparecido e sua imponente capital Angkor agora se encontrava em ruínas e tomada pela floresta. Do Sul vinham os Anamitas

³⁹ Trata-se do subcontinente indiano, região ao sul da Ásia, onde hoje ficam os países do Nepal, Butão, Paquistão e Índia.

⁴⁰ Grande planalto no centro-sul do subcontinente indiano.

⁴¹ Antigo nome do atual país insular do Sri Lanka, localizado ao sul do subcontinente indiano.

(originários dos atuais vietnamitas), tendo desde aqueles tempos muitas relações culturais e religiosas com os chineses.

Na ilha da atual Malásia, os principais reinos eram os de Patani, Singora e Ligar, todos influenciados por contatos culturais siameses e chineses, apesar da conversão de seus governantes ao islamismo ainda no século XIV. Malaca era a principal cidade e porto, sendo junto com Ormuz o outro centro comercial mais importante e dinâmico da Ásia, com cada um se localizando em um extremo geográfico – Ormuz ao Norte e Malaca ao Sul. Seus produtos chegavam já há tempos na Europa pelas rotas terrestres do Norte. As ricas especiarias que comercializava vinham principalmente das Molucas, recebendo navios das distantes regiões da Arábia, ilhas Léquiás, Coromandel, Guzarate, Java e Sumatra.

Muito interessantes são as descrições de viajantes europeus que lá estiveram antes do estabelecimento dos portugueses. O português Tomé Pires (1465-1540)⁴², em sua *Suma Oriental* (1515), conta:

Não se conhece nenhum porto comercial tão grande como o de Malaca, nem nenhum outro local onde se encontrem mercadorias de tão boa qualidade e tão valiosas. Existem aqui todos os produtos do Oriente e vendem-se produtos de todo o Ocidente. Fica no fim das monções e encontra-se lá tudo o que se quer e por vezes mais do que se procura (PIRES, 1978, p. 503).

No arquipélago da Indonésia, a ilha de Sumatra era ocupada por inúmeros pequenos Estados, em sua maioria islâmicos. Os produtos mais importantes que partiam para Malaca, China e Índia eram a pimenta, benjoim⁴³ e o ouro. Já na ilha de Java, o antes poderoso império hindu de Madjapahit passava por acentuado declínio, com o islamismo crescendo rapidamente.

⁴² De origem simples, Tomé Pires era de uma família de boticários, com seu pai servindo D. João II e ele próprio se tornando boticário do príncipe D. Afonso. Partiu para o Oriente na função de “feitor das drogas” em Cananor, com o objetivo de conhecer os potenciais produtos a serem comercializadas pela Carreira da Índia. Grande observador e muito entendido sobre as especiarias, afirmava que “o qual trato de mercadoria é tão necessário que, sem ele, não se susteria o mundo; este é o que nobreça os reinos, que faz grandes as gentes e nobilita as cidades, e o que faz a guerra e a paz” (PIRES, 1978, p. 132). Participou da tomada de Malaca, no ano de 1511, se dedicando logo em seguida a redação de sua *Suma Oriental*. Nessa obra, compila e descreve informações históricas orientais, com destaque para reinos, portos, produtos, rotas e atividades comerciais, analisa pesos, moedas e medidas de regiões que vão do Mar Vermelho até o Extremo Oriente, além de analisar as drogas e plantas com características medicinais. Naquele contexto de euforia pela lucratividade proporcionada pela Carreira da Índia, seu objetivo era oferecer sua obra ao rei, que se beneficiaria de informações preciosas sobre as realidades asiáticas. Tomé Pires também foi o primeiro embaixador português enviado para a China, vivendo vários anos pela Ásia e lá visitando diferentes regiões. Não era um erudito que se respaldava em estudos e citações de autores clássicos e tradicionais, tal como a grande maioria dos autores de sua época faziam, afirmando categoricamente que muitos conhecimentos vistos como verdadeiros eram enganosos, sendo importante a conferência direta para a construção de informações corretas.

⁴³ Tipo de resina extraída de árvores do género *Styrax*, usada na fabricação de incenso, cosméticos e remédios com ações cicatrizantes e expectorante.

Da ilha de Timor provinha o sândalo⁴⁴, muito procurado pelos chineses. Os pequenos Estados muçulmanos de Ternate e Tidore, disputavam o poder das Ilhas Molucas – de onde provinha o cravo-da-índia, valiosa especiaria – e demais ilhas próximas (indo desde as Celebes até Nova Guiné). A grande ilha de Bornéu⁴⁵ (terceira maior do mundo) abrigava o sultanato de Brunei, na costa Norte. A maior parte de sua área era coberta por densa floresta, ocupada por comunidades caçadoras e fechadas à expansão islâmica.

Nas Filipinas, a conversão ao islamismo, a partir da chegada de comerciantes dessa religião, também já havia ocorrido.

Na China, a dinastia Ming há pouco interrompia sua expansão militar e marítima, que chegou a levá-los nos tempos das viagens de Marco Polo para a costa oriental africana e ao Golfo Pérsico. Tal interrupção se deu como consequência das ameaças vinda do Norte por parte dos mongóis e dos manchus, além dos constantes ataques exercidos pelos piratas japoneses. Apesar disso, algumas províncias costeiras (em especial Fulquiém e Kuvangtung), mesmo sem uma autorização formal do poder central, continuavam a realizar o comércio com as ilhas das Filipinas e Malaca.

A Coréia vivia tempos de paz, com seus governantes prestando vassalagem aos imperadores chineses.

Já o Japão passava por intensas guerras internas, com o imperador e o *shogun* (generalíssimo) detendo autoridade bem reduzida diante das lutas ferozes por terras e poder travadas entre os nobres do interior (*daimyo*) (BOXER, 1981, p. 60-63).

1.4.2- O início do comércio português asiático e as consequências para o Reino:

A expedição de Pedro Álvares Cabral, em 1500, foi muito mais forte e numerosa em comparação com a de Vasco da Gama de dois anos antes. Seu objetivo, além de angariar riquezas com as especiarias, era efetuar melhores contatos com os asiáticos e explorações nas costas orientais africanas. Era homem de confiança de D. Manuel I, com ligações familiares antigas à casa de Viseu-Beja, além de cavaleiro da Ordem de Cristo.

Sua chegada ao Brasil foi a expedição secreta mais bem sucedida da Expansão Marítima Portuguesa. O Tratado de Tordesilhas estipulava a realização de uma armada conjunta entre portugueses e espanhóis ao longo de sua linha para a delimitação de possíveis terras. Apesar dos constantes pedidos dos reis católicos, D. Manuel I sempre postergava sua realização.

⁴⁴ Sua madeira é excelente para a confecção de esculturas, além dela ser extraído óleo para perfumaria.

⁴⁵ Hoje, a soberania da Malásia e de Brunei se dá ao norte, enquanto o centro-sul é de soberania da Indonésia.

Cabral, ao oficializar a presença de terras no Ocidente, assegurava a manutenção da Carreira da Índia, tornando a rota mais segura.

Vislumbrado as especiarias asiáticas e demais riquezas já conseguidas na região atlântica anteriormente dominada, D. Manuel I não investiu no Novo Mundo, arrendando o comércio de pau-brasil a agentes privados. Demoraria muito para que o Brasil se tornasse o principal polo do império português.

O foco, naquele momento, era o Oriente. Quando ocorreu a expedição de Vasco da Gama, o grande desconhecimento dos tratos comerciais asiáticos (nada pacíficos tal como eram os do litoral africano ocidental) e as trocas de presentes altamente luxuosos entre as cortes asiáticas, haviam dificultado muito as coisas. Agora, Cabral conseguiu reforçar laços com Melinde, no oriente africano, chegando até Calicute, na Índia. Conflitos logo apareceram e Cabral conseguiu impor sua superioridade armada sobre os muçulmanos. Soube também aproveitar a fragmentação política lá existente, marcada pela existência de inúmeros reinos locais em constantes disputas, com sucessões dinásticas complexas e muitas guerras internas.

Um bom exemplo seria o convite do rei de Cochim aos portugueses logo que ficou sabendo do conflito que tiveram com o Samorim de Calicute, seu vizinho e antigo rival. Essa parceria seria duradoura e central no estabelecimento de Portugal como a maior força naval na Ásia, com a construção em Cochim de uma importante fortaleza, que facilitava o acesso ao comércio local de especiarias. Grande ganho também teve o rei de Cochim. Além de ajudar na derrota do inimigo em comum, contando com o apoio de seu novo aliado, conseguiu protagonismo na venda da pimenta e reconquistou territórios antes perdidos. Ainda naquela região, Cabral recebeu o convite do rei de Cananor⁴⁶, outro importante rival do Samorim. O fato é que esses reis viam a presença portuguesa como algo que poderia, em seu favor, alterar a balança das relações na região do Malabar.

A segunda armada da Índia foi severamente castigada por acidentes no mar e conflitos armados. Porém, retornou ao Reino com uma valiosa carga de pimenta suficiente para recuperar tanto os prejuízos quanto os investimentos feitos, além de provar que todo aquele negócio de especiarias poderia continuar, já que o mercado indiano conseguia atender a demanda. Mas, também deixou bem claro que outros desafios maiores viriam.

Se tornou urgente a imposição da presença portuguesa pela força armada, além de permanecerem os antigos pretextos para os ataques contra os muçulmanos, que se deram sobre as suas linhas de comércio e pelo bloqueio do mar Vermelho. O objetivo era impedir a chegada

⁴⁶ Cananor era uma importante cidade litorânea no sudeste do subcontinente indiano, na região do Malabar.

das especiarias ao Egito, o que colocaria em colapso o Sultanato Mameluco (1250-1517), senhor do Cairo, da Síria, da Palestina e da Arábia, guardião de Meca e de Jerusalém. Enfim, as velhas concepções de cruzada se mantinham, mas agora com interesses econômicos muito mais rentáveis do que simplesmente o fator religioso. Ao mesmo tempo, antigas rivalidades comerciais mediterrânicas voltariam a se agitar.

Não é por acaso que entre os maiores financiadores de D. Manuel I e sua Rota do Cabo estavam Gênova e Florença. A luta entre as repúblicas italianas se fazia presente, sendo de interesse dessas duas desbancar a riqueza de Veneza, que dominava a maior parte da distribuição das especiarias na Cristandade vindas do Oriente Médio, Império Turco e Egito. Ao mesmo tempo, ao ver Veneza em crise, Portugal pretendia ocupar o seu lugar no abastecimento da Europa dos produtos orientais, vindos agora pela Rota do Cabo. Percebemos aí a força da lógica comercial do Mediterrâneo e da guerra santa a determinar os caminhos portugueses na construção de seu império.

Foi a terceira armada enviada para a Índia, em 1502, liderada por Vasco da Gama, que impôs a autoridade portuguesa no Índico. Eram vinte navios com mais de dois mil homens, tendo o grande navegador recebido de D. Manuel I total autoridade para o uso de força por meio de diferentes mecanismos: cobrança de impostos aos soberanos locais, proibição da navegação aos inimigos portugueses e seus aliados, emissão de salvo-condutos aos aliados, além do afundamento de embarcações muçulmanas e o próprio ataque às suas comunidades. As ações abarcavam todo o Índico Ocidental, indo muito além dos interesses portugueses na Índia, com foco no desmantelamento das linhas comerciais que até então abasteciam de especiarias o Mediterrâneo. Tanto é que os mercadores alemães instalados em Veneza⁴⁷ começaram a se mudar para Lisboa, já que percebiam que as rotas tradicionais de comércio que antes ligavam a Europa e o Oriente passariam a sofrer forte concorrência da Rota do Cabo.

A alta qualidade dos produtos trazidos pelos portugueses logo chamou a atenção dos compradores alemães de Nuremberg e Augsburg. Por isso, muitas de suas empresas de comércio se viram obrigadas a enviar funcionários para Lisboa. Nesse contexto, se deu a tentativa de evitar a bancarrota veneziana, quando a corporação de mercadores alemães, sediados no luxuoso prédio da Fondaco dei Tedeschi⁴⁸, paralisou suas ofertas na Bolsa de Rialto, apresentando-se em Lisboa como os mais novos clientes (DIAS, 1964, p. 172).

⁴⁷ Veneza já sofria com a falta de especiarias desde 1499, por conta da guerra que travara contra o Império Otomano.

⁴⁸ Fora adquirido em 1228 pelos comerciantes alemães, passando por inúmeras ampliações e modificações ao longo da história. Localiza-se de frente ao Canal Grande, via de maior movimento de Veneza, bem ao lado da famosa ponte de Rialto.

As primeiras companhias de comércio alemãs chegaram em Lisboa ainda em 1502, logo após a abertura da Rota do Cabo, destacando-se as de Anton Welser e a de Konrad Vöhlín, cujas delegações foram lideradas por Simon Seitz, Lucas Rem e Scipio Löwenstein. Fato curioso foi a mediação entre Simon Seitz e D. Manuel I, organizada pelo famoso impressor Valentim Fernandes⁴⁹. Foi deste encontro que surgiram os privilégios régios concedidos em 13 de fevereiro de 1503, que facilitavam a fixação em Portugal destes mercadores e banqueiros. Tanto é que, em setembro de 1503, Lucas Rem adquiriu uma grandiosa propriedade em Lisboa, na qual surgiria a primeira feitoria alemã em Portugal (POHLE, 2017, p. 74).

Isso tudo fora possível já que antes de 1503 a compra de pimenta em Lisboa podia ser feita por qualquer comerciante diretamente nas embarcações que voltavam das viagens. Mas, a partir daquele ano, as transações sobre a pimenta, bem como dos demais produtos importados, passaram a ser intermediadas pela Casa da Índia. Assim, comerciantes de Lisboa disputavam as cargas com comerciantes italianos, alemães e de países do Norte da Europa. Conseqüentemente, Antuérpia, na região de Flandres, na Bélgica, se tornou o principal entreposto redistribuidor na Europa da pimenta que saía de Lisboa.

Lisboa se tornava um centro de novidades, chamando atenção da Europa. São vários os exemplos. Há o caso do célebre planisfério de 1502⁵⁰, conhecido como *Mapa de Cantino* (Figura 5), que recebeu esse nome por conta do espião Alberto Cantino, enviado por Hércules d'Este (1472-1505), duque de Ferrara e Módena, que o conseguiu de maneira clandestina em Lisboa. Outro caso interessante é o da gravura feita por Albrecht Dürer de um rinoceronte que fugiu pelas ruas de Lisboa, em 1515⁵¹ (Figura 6).

⁴⁹ Valentim Fernandes (1450-1518) foi um importante impressor e tradutor alemão que trabalhou em Lisboa durante 23 anos, lá se estabelecendo a partir de 1495. Entre suas principais produções destacam-se a edição e tradução das *Viagens de Marco Polo* e a primeira versão das *Ordenações Manuelinas* (1512-1513). Em 1503, foi nomeado corretor e tabelião dos mercadores alemães de Lisboa.

⁵⁰ O mapa mede 2,18 × 1,02 metros, trazendo a inscrição *Carta da navegar per le Isole nouam tr[ovate] in le parte de l'India: dono Alberto Cantino al S. Duca Hercule* ("Carta náutica das ilhas novamente descobertas na região da Índia: dado por Alberto Cantino ao Sr. duque Hercule"). Por sua data, é um dos mais antigos mapas a representar as navegações de Portugal. Porém, ele se trata de uma cópia de outra carta que seria muito maior existente na sala da Casa da Guiné e da Mina, na cidade de Lisboa. Cantino teria pagado algum cartógrafo da Casa ou até mesmo um ilustrador italiano para que lhe fizesse a cópia. Apesar do mapa rapidamente se tornar desatualizado devido as navegações cada vez maiores ocorridas naqueles anos, deu aos italianos uma visão do mundo atlântico bem antes de outros europeus, o que pode ter influenciado em suas escolhas comerciais naqueles tempos. Perdendo-se nos séculos seguintes, ele foi reencontrado apenas em 1859, quando o diretor da Biblioteca Estense de Módena, Giuseppe Boni, o viu pendurado na parede de uma salsicharia, o comprando logo em seguida. O mapa, desde então, se encontra exposto na citada Biblioteca.

⁵¹ Outro episódio interessante foi o do rinoceronte. De todos os animais exóticos trazidos das distantes regiões, o que mais surpreendia era o rinoceronte. A existência na África e na Ásia desse poderoso quadrúpede com um grande chifre já era conhecida entre gregos e romanos, com o último exemplar sendo visto na Europa ainda na Roma Antiga. Ao longo do tempo, sua imagem fora transformada, chegando ao elegante unicórnio. Porém, em

Detendo um espaço relativamente populoso e cosmopolita, Lisboa⁵² tentava responder de forma eficiente às constantes e variadas necessidades da expansão marítima. Com D. Manuel I, fora ampliada e embelezada, passando por um amplo processo de renovação urbana, com a criação de várias obras públicas e o surgimento de edifícios monumentais, dedicados tanto a glória portuguesa quanto ao apoio às atividades comerciais. Nas margens do Tejo, instalavam-se inúmeras estruturas voltadas a navegação, como grandes estaleiros e armazéns, depósitos de armas e munições, confinamento de gado que era embarcado vivo, fornecimento de biscoitos e alimentos secos e salgados. Nesse sentido, ocorreu uma apropriação pela Coroa dos espaços ribeirinhos, que promoveu seu ordenamento por meio de uma série de obras, que teve paralelo na história apenas nos tempos pombalinos, como consequência do terremoto de 1755.

A cidade recebia de todo o interior vasta e diversificada produção para atender aos interesses náuticos: a madeira para os navios se originava da bacia do Tejo e de Leiria, alimentos vinham do Alentejo e Algarve, o linho para as velas vinha da bacia do Douro. Lisboa era a principal porta de entrada e saída de tudo o que se relacionava com o vasto império. Havia na cidade um ambiente de exotismo, marcado pela forte presença de europeus ligados às atividades financeiras e de comércio, um crescente número de escravos africanos destinados às mais diferentes atividades que dependiam de força, além do vai e vem de todos os que saíam e voltavam das regiões do império.

Estima-se que a população de Portugal era de 1 milhão a 1 milhão e 400 mil pessoas em princípios do século XVI, sendo que em média 2400 partiam anualmente para as diferentes regiões do império, sendo esses em sua maioria homens solteiros e saudáveis (BOXER, 1981, p. 70). A maior parte não voltava ao Reino, se estabelecendo por interesses financeiros ou por conta das famílias que formavam nas distantes regiões, em especial na Ásia. Muitos tiveram vida curta, envolvidos nas batalhas, nas viagens marítimas com altos índices de mortandade ou sofrendo com sérias doenças das áreas insalubres das costas africanas e interiores asiáticos e brasileiros. Esses foram desafios bem maiores do que os enfrentados pelos espanhóis, que tendo uma população oito vezes maior, tinham em média a saída de 1000 indivíduos por ano, com

1514, Lisboa recebeu um exemplar, oferecido pelo rei de Cambaia (na atual região do Guzerate, território localizado no extremo noroeste do subcontinente indiano) a D. Manuel I. Maravilhado, o monarca organizou um combate entre a nova besta e um de seus elefantes, que acabou fugindo pelas ruas onde hoje fica o Cais do Sodré, em 1º de maio de 1515. A fama pela Europa do rinoceronte, diferente do que se possa pensar, não veio da fuga do elefante, mas sim de uma gravura feita por Albrecht Dürer (Figura 6), que posteriormente fora impressa e rapidamente se espalhou por todo o continente. O rinoceronte morreu em 1516, em um naufrágio na costa italiana, quando seria dado de presente ao Papa Leão X por D. Manuel I. O próximo exemplar a chegar na Europa viria da Índia apenas em 1579, para a corte de D. Filipe II. Esses dois exemplos mostram o interesse e curiosidade dos europeus por tudo o que as viagens traziam para Lisboa.

⁵² Pelas imagens representadas na época, é perceptível a grande agitação das pessoas por conta do rico comércio nela existente, além do grande volume de embarcações em seu porto (Figuras 7, 8 e 9).

quase a totalidade se estabelecendo nas fazendas ou prósperas cidades do México e do Peru colonizados.

O contato dos navegadores, militares e comerciantes portugueses com distantes e tão diferentes regiões e povos influenciaria diretamente o modo de vida de boa parte da população portuguesa. Como atesta o militar, político e escritor português Luís Mendes de Vasconcelos (1442-1523), em seu *Do Sítio de Lisboa*, de 1608:

Nenhuma das outras cidades se pode trazer em comparação do comércio desta senão Lisboa, que lhe excede; porque ela tinha por mar este [comércio] só da Índia e o comércio da terra sempre é de pouca consideração, que não pode haver, nem houve, cidade muito grande sem ter comércio marítimo; e Lisboa não só tem o da Índia, mas o de todo o Mundo, que nela comerceiam todas as nações do grande Oceano e do Mediterrâneo, e a ela vêm as preciosas coisas da China, as aromáticas de Maluco⁵³ e Ceilão, e a rica pedraria da Índia, e o âmbar de todas as partes donde o mar o deita, o marfim de Angola, o ébano de Moçambique, o açúcar do Brasil, as holandas⁵⁴ de Flandres, os panos de Inglaterra, os vidros de Veneza, as telas de ouro de Milão, as sedas de Nápoles e Sicília, as peças de couro de Florença; e enfim, que coisa de estima e preço há em todas as províncias do Mundo que não venha a Lisboa em tanta abundância, que ordinariamente há no rio, e porto dela, uma grandíssima cópia de navios estrangeiros, sem os da própria terra, que por toda a África, Ásia e Novo Mundo se espalham? (VASCONCELOS, 1786, p. 34)

Alimentação e vestuários também são exemplos do grande impacto ocorrido sobre os costumes. Inicialmente, as especiarias influenciaram primeiro, trazendo para as mesas a condimentação dos pratos dos mais abastados e que queriam exibir riqueza. Muitas vezes, o uso excessivo de açúcar, canela, noz-moscada, cravo, açafraão e gengibre ocorria sem preocupação com o equilíbrio dos sabores, provocando desde intoxicações até constrangimentos nos momentos das exóticas refeições.

Chegavam em Portugal e eram distribuídos para boa parte da Europa, diferentes frutos, tubérculos e legumes. Tomates, feijão, amendoim, abóbora, milho e batata são bons exemplos que levaram mais tempo para se disseminar, diferente do sucesso imediato que futuramente teriam o café, tabaco, chás e cacau, ocorridos ao longo do século XVII.

Percebe-se também um refinamento dos costumes na Europa Ocidental, influência do contato com as elites sociais chinesas e japonesas. Diferente do estranhamento dos primeiros portugueses quando por lá estiveram, os finos hábitos alimentares e o asseio em seu cotidiano provocariam admiração com o passar do tempo. O uso de talheres e o ato dos alimentos já

⁵³ Fica no atual arquipélago das Molucas, Indonésia.

⁵⁴ Como eram conhecidos os finos tecidos de linho produzidos na região dos Países Baixos.

chegarem prontos para o consumo à mesa, eram muito diferentes dos costumes europeus, ampliando a influência cultural oriental no Ocidente (GUINOTE, 1998, p. 33).

Tudo isso proporcionou que, no período quinhentista, se desenvolvesse em Portugal um clima de sublevação dos descobrimentos marítimos e de seus resultados, com reflexos não só entre os escritos de homens dedicados às ciências e às técnicas, mas também entre os poetas, prosadores e cronistas. Intencionais ou não, exageros ocorriam como reflexo do clima de euforia pelo esforço nacional despendido, pelo surgimento de nomes heroicos e da confiança que o pequeno Reino de Portugal despertava em sua população frente a uma Europa muito conturbada. Era o sentimento de consolidação de uma obra inigualável de conquista do mundo e que para sempre saberiam dominá-lo. Bons exemplos de importantes textos foram o *Esmeraldo de situ Orbis* (1508), do navegador Duarte Pacheco Pereira, o *Tratado da Esfera* (1537), *Roteiro de Lisboa a Goa* (1538) e o *Roteiro do Mar Roxo* (1540), de D. João de Castro, a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda (1551), o *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, de Garcia da Orta (1563) e *Os Lusíadas* (1571), de Camões.

Nessa época, D. Manuel I tornara-se uma figura deslumbrante. Seus feitos eram narrados em várias obras portuguesas que seguiam o estilo padrão de obra Renascentista, abusando dos exemplos dos líderes antigos e dos grandes heróis atuais. Nesse sentido, Duarte Pacheco Pereira (1460-1533), afirma:

Mas qual eloquência terá tanta perfeição, que perfeitamente possa dizer o peso de tão grandes feitos como os do nosso César Manuel? Cá Marco Túlio, o mais excelente dos latinos, e Homero e Demóstenes, os principais oradores dos gregos, que por excelência sua eloquência entre todos os mortais até agora floresceu, certamente suas mãos tremeram de escrever feitos de tamanha gravidade (PEREIRA, 1988, p. 18).

Camões reforçaria essa imagem poderosa em seus versos:

*Cessem do sábio grego e do troiano
as navegações grandes que fizeram
cale-se de Alexandre e de Trajano
a fama das vitórias que tiveram*
(CAMÕES, 1930, p. 59)

As vitórias militares na Ásia – tal como em Malaca, quando em caso de derrota os portugueses não teriam chance de escapar por conta dos ventos contrários das monções –, os

produtos exóticos que chegavam em Portugal e as notícias sobre o Novo Mundo tornaram o nome de D. Manuel I celebrado por toda a Europa. Além disso, inúmeras produções escritas de portugueses pelo mundo, que narravam suas vivências em distantes paragens e contatos com povos e costumes muito diferentes, ganhavam impressão e sucesso rapidamente em vários países, sendo ótimos exemplos a *Suma Oriental* (1515), de Tomé Pires e o *Livro de Duarte Barbosa* (1518). Ao mesmo tempo em que jorravam as especiarias orientais, as riquezas do ouro da Mina, do tráfico de escravo e do açúcar da Madeira, D. Manuel I não marginalizou o sonho de seus predecessores na luta contra os mouros no Marrocos, enviando centenas de homens para os combates, quase se tornando o maior senhor daquele território, apesar de nunca ter saído de Portugal para guerrear.

Assim, surgia o Império português. Um império diferente, sem vastas colônias ou domínios territoriais, com exceção de ilhas no Atlântico, mas que se formava pela navegação e artilharia. A glória por via das armas, o desejo de recomeçar a vida e a busca por riqueza pelo saque ou pelos negócios, se tornavam motivações que atraíram milhões de portugueses ao mar.

1.5- Do processo de surgimento e estruturação do Estado Português da Índia:

A necessidade de criação de um Estado português no Oriente veio da percepção de D. Manuel I acerca das dificuldades trazidas pelas longas distâncias entre Lisboa e a Índia, cuja viagem de ida em volta, em condições normais, demorava pelo menos 15 meses. Era impraticável o envio de ordens atualizadas e o atendimento de demandas urgentes, algo necessário em vista das complexidades asiáticas cujas quais os portugueses necessitavam entender, se inserir e atuar.

Por isso, na primeira metade do século XVI, deu-se o protagonismo da Coroa na imposição de sua força militar, instalação da presença portuguesa e na exploração das rotas comerciais já existentes e na criação de outras novas. Com o tempo, principalmente a partir da segunda metade do século XVI, essa exploração comercial passou a ser feita também por meio de concessões do Estado da Índia a comerciantes independentes e por ações particulares de oficiais do próprio Estado, que conseguiam essa liberação como forma de compensação de seu trabalho naquelas partes, já que tais funções não eram geralmente bem remuneradas. Conflitos passaram a existir entre o Estado e essas ações privadas, mas, apesar disso, o Estado da Índia se mantinha presente na organização política e nas ações militares. Algo bem complexo, com

os portugueses se inserindo entre conflitos já existentes entre os reinos locais e gerando outros, tornando o cenário político e econômico muito dinâmico.

Desde o primeiro momento, nos locais em que os interesses comerciais eram mais valiosos, El'Rei ordenava a construção de feitorias e fortalezas buscando como princípio de ação a diplomacia. Ao mesmo tempo, nos locais em que encontravam resistência, a força das armas era o meio mais eficaz de imposição (HOLANDA, 2000, p. 392).

A primeira autoridade existente na Ásia foi D. Francisco de Almeida (1450-1510). Ele foi um dos principais fidalgos de seu tempo, atuando militarmente desde sua juventude, além de se destacar como grande administrador. Fora criado na corte do rei D. Afonso V, tendo destaque ao lado do futuro D. João II na Batalha de Toro, obtendo vitória aos portugueses em 1 de março de 1476, contra as forças de Fernando II, rei de Leão, Aragão e Castela. Por ordem de D. Manuel I, D. Francisco foi nomeado o primeiro vice-rei do Estado Português da Índia, exercendo o cargo entre 1506 e 1509, com o objetivo de implantação do poder português naquela região⁵⁵ (MARTINS, 2010, p. 140).

Nos três primeiros anos de sua administração, ele alargou o poder luso por todo o Índico Ocidental. Nessa época, se fazia necessário um porto de apoio à Carreira da Índia na costa oriental africana, sendo primeiro Melinde e depois passando para o Sul, em Moçambique. Em Sofala, construiu-se uma fortaleza para o controle do comércio do ouro, marfim e escravos que vinham do sertão africano, até então exercido pelos muçulmanos. Esses produtos africanos eram trocados por tecidos de algodão produzidos no Guzerate, gerando uma nova atividade comercial portuguesa nos portos do Noroeste da Índia. Surgiu, assim, um verdadeiro comércio triangular oriental.

Ao mesmo tempo, os custos de operação do comércio de especiarias eram muito elevados, devido a moeda de troca ser o ouro. Mas, era encarado como valioso por conta de sua alta lucratividade e prestígio que concedia ao rei português, o único europeu que conseguira tal feito. Além do próprio comércio em si, os gastos na construção e manutenção dos navios, pagamento dos salários dos tripulantes e soldados, armas e o estabelecimento de portos e fortalezas para pouso e segurança das armadas, se mostravam exorbitantes.

O Estado da Índia, seguindo a lógica concebida no Reino, não detinha grandes territórios e nem ocupações uniformes, mas sim um conjunto de fortalezas, feitorias, bases militares, vilas

⁵⁵ Em seu regimento havia ordens expressas para a construção das fortalezas de Sofala, Quíloa, Cochim e Cananor, sempre por meio de relações amistosas com os respectivos poderosos locais, diferentemente das ordens de guerra contra o poderoso chefe de Calicute.

e cidades muradas tanto em espaços de reis locais aliados quanto em áreas conquistadas. Incluía também protetorados submetidos à força, que apesar de manterem seu soberano à frente de seu governo, eram obrigados a pagar tributos e prestar obediência ao rei português. O objetivo principal era atender as demandas advindas das atividades comerciais. No início, foram Moçambique (1497), Quiloa (1500), Sofala (1502) – todas essas três localizando-se na costa oriental africana – Socotorá (1507 – ilha ao sul da Península Arábica), Anjediva (1498 – ilha ao sul de Goa), Cochim (1502), Cananor (1505) e Couvão (1505) – as três últimas no litoral ocidental indiano, próximas de Calicute. Cada um desses numerosos pontos tinha sua importância no sistema mercantil transoceânico, configurando o império manuelino como uma vasta rede de entrepostos comerciais e de bases militares.

Até então, a única forte ameaça eram as frotas dos rumes⁵⁶ vindas do Mar Vermelho. Esses mercenários estavam em serviço do sultão do Cairo. Chegaram ao Índico no ano de 1508, surpreendendo a frota comandada pelo filho do vice-rei, D. Lourenço de Almeida. Seu navio ficou preso em redes de pesca, sendo ele próprio e toda a tripulação massacrados. Essa foi a primeira derrota portuguesa naquelas partes. Mas, a vingança de D. Francisco não tardaria, quando venceu esses inimigos próximo a Diu⁵⁷, em 9 de fevereiro de 1509. Com isso, a presença portuguesa ficava consolidada na região.

Mudanças importantes ocorreram no governo do segundo vice-rei, D. Afonso de Albuquerque (1509-1515). Sendo de família nobre, iniciou suas atividades militares ainda bem jovem, participando das guerras contra Castela e no norte da África, com destaque para Arzila e Larache. Ele se tornaria uma figura lendária entre os portugueses, visto como o mais atuante líder luso na Ásia, servindo de exemplo e representando as maiores glórias portuguesas na escrita de vários cronistas. Seu objetivo era tornar o Estado Português da Índia uma verdadeira potência asiática. Lá, ele estivera pela primeira vez entre 1503 e 1504, quando compreendera o complexo sistema de relações políticas e a dinâmica de comércio do oceano Índico. Regressando ao Reino, foi recebido em glória por D. Manuel I, sendo por ele convocado para ajudar a traçar a estratégia de conquista do Oriente, que teve como norteador inicial a submissão do Samorim de Calicute. Por isso, em 1506, ele retornou para a Índia, liderando uma esquadra de cinco embarcações da armada de Tristão da Cunha, formada por 16 navios (MARTINS, 2010, p. 154).

⁵⁶ Esse termo foi usado de maneira genérica pelos portugueses ao longo do século XVI, para se referirem aos otomanos e mamelucos que se faziam presentes no Mar Vermelho e no Oceano Índico. Como os muçulmanos que viviam na Índia denominavam todos os muçulmanos do Ocidente como “rums”, o termo e a própria concepção foram apropriados pelos portugueses.

⁵⁷ Localizada no litoral do noroeste do subcontinente indiano.

Chegaram a Socotorá em 1507, tendo sua conquista e construção da fortaleza como primeira missão, o que com o tempo ajudaria no controle português do comércio no mar Vermelho. Em seguida, Albuquerque avançou contra Ormuz, outra praça de grande importância para o comércio oriental, tal como podemos verificar na descrição feita por Fernão Lopes de Castanheda:

Da Índia lhe vem toda a especiaria, droga e pedraria, e muita roupa de algodão, tafeciras e alaquecas⁵⁸. De Malaca, cravo, maçã, noz, sândalo, cânfora, porcelanas, beijoim⁵⁹, e calaim⁶⁰. De Bengala, sinabafos, baetilhas, chautares, mamonas, e rebotins, que são géneros de panos finos de algodão [...]. De Alexandria e do Cairo, azougue, vermelhão, açafraão, cobre, águas-rosadas, brocados, veludos, tafetás, grãs, chamalotes⁶¹, ouro e prata em barras, e em moeda, e alcatifas⁶². Da China, almíscar, ruibarbo⁶³, e seda (CASTANHEDA, 1979, p. 337-339).

Lá chegou em 26 de setembro de 1507, com fama de adversário de respeito, já que, pelo caminho, conquistara várias cidades árabes, tais como Mascate, Curiate, Corfacão e Soar. Isso explica o fato do rei de Ormuz ter logo optado em se submeter aos portugueses, evitando conflitos, com Albuquerque lá iniciando a construção do Forte de Nossa Senhora da Vitória.

Em pouco tempo, ele enfrentaria um violento revés. Como consequência dos difíceis percalços de construção da fortaleza (escassos mantimentos, acelerado ritmo de trabalho, condições climáticas terríveis), vários oficiais desertaram e fugiram com quase todos os navios e mantimentos. Reduzido à posse de duas embarcações, sem defesas contra os inimigos que o cercavam, já que novas forças haviam chegado para a defesa do rei de Ormuz, Albuquerque precisou abandonar tudo e rumar para Socotorá, onde as condições de vida dos portugueses também eram péssimas. Tanto é que, para se manterem vivos, voltaram a usar os recursos da violência na pilhagem de navios e cidades muçulmanas.

Como homem de seu tempo, partilhando com o rei o sonho das Cruzadas, Albuquerque desejava construir uma presença forte dos portugueses nos mares e territórios orientais, para poder atacar diretamente o Islão. Para isso, almejou pelo menos três objetivos centrais: bases montadas em cidades conquistadas, com seu poder exercido totalmente por oficiais portugueses; buscar a autossuficiência econômica, por meio da penetração em redes de

⁵⁸ Os dois últimos termos se referem a tipos de tecidos da região.

⁵⁹ Resina extraída de árvores, usada para incensos com propriedades farmacêuticas.

⁶⁰ Metal com características parecidas ao estanho.

⁶¹ Os dois últimos termos também se referem a tipos de tecidos da região.

⁶² Grandes tapetes.

⁶³ Planta comestível que ajuda na digestão.

comércio asiáticas com fins de abastecimento do próprio Estado da Índia; criar uma população local cristã, seguindo o exemplo desenvolvido pelos muçulmanos há séculos, ou seja, o casamento de portugueses com mulheres locais.

Nessa lógica, houve as conquistas efetivas de Goa (1510), Malaca (1511) e finalmente de Ormuz (apenas em 1515). Não se tratou de um processo de interiorização colonial, mas da posse de vários portos de grande importância. Tendo Goa e Ormuz, os portugueses acessaram o comércio de cavalos persas e árabes com o Hindustão, cuja venda lhes trazia muito ouro. Já Malaca, abriu caminho para inúmeros negócios, além de acesso ao mar da China, que com o tempo também produziria riquezas inimagináveis.

Nesse cenário, era de suma importância a existência de muitos trabalhadores na produção agrícola e pecuária, para a garantia do abastecimento das possessões portuguesas, ao que se somava a grande necessidade por intermediários locais nas negociações com os asiáticos. Tanto é que Albuquerque propagandeou, entre os hindus, que a conquista portuguesa representaria para eles sua libertação do jugo muçulmano, lhes garantindo a continuidade da posse de terras e proteção às suas instituições sociais⁶⁴ e templos. Além disso, chegou a determinar reduções de impostos e distribuir quintas no regime de arrendamento. Uma autoridade anteriormente já existente, cujo cargo era chamado de tanadar, foi mantida com a responsabilidade de exercer a administração local e o recolhimento de impostos. O mesmo não ocorreu com os muçulmanos, com todas as suas posses sendo repassadas para os portugueses.

Dentro desse avanço dos negócios interasiáticos, surgiam também as primeiras crianças luso-asiáticas, fruto da promoção dos casamentos mistos por parte do vice-rei, o que provocou a sedentarização de centenas de portugueses em Goa. Gerando sua própria população, o Estado da Índia ficava cada vez menos dependente da migração vinda da Europa, formando uma população mestiça e bilíngue, adaptada às culturas locais, porém, sendo fiel ao cristianismo e ao rei português.

Após os citados avanços, contando com 55 anos de idade, o já glorioso D. Afonso de Albuquerque voltou a atuar sobre o Mar Vermelho e Golfo Pérsico, a partir de 1513. Novamente, partiu contra Ormuz, em março de 1515, submetendo-a com apoio de 26 navios de

⁶⁴ A grande maioria das crenças religiosas locais foram toleradas nesse contexto, com exceção da prática do sati, que obrigava a viúva hindu ir à pira funerária junto com o corpo do falecido marido. Apesar da proibição de Albuquerque, não foi possível extinguir novas práticas que proibiam a viúva ter um novo casamento, as obrigando a raspar os cabelos da cabeça e a vestirem roupas sempre velhas.

guerra. Porém, ele não conseguiu conquistar Ádem⁶⁵, apesar do sultanato do Cairo se encontrar agonizante.

Em meio às obras de construção da fortaleza de Ormuz, Albuquerque contraiu uma violenta desintéria, que o deixou agonizante. Partindo rapidamente para Goa, acabou falecendo em suas proximidades, no dia 15 de dezembro de 1515. Em sua honra, El'Rei o nomeou perpetuamente vice-rei da Índia, além de lhe atribuir o título póstumo de *Duque de Goa e Senhor do mar Roxo*, já que suas ações tornaram a presença portuguesa uma força muito poderosa na Ásia, tanto em nível econômico quanto militar.

Os altos cargos de comando da burocracia bem como das forças terrestres e armadas do Estado da Índia eram destinados a fidalgos e nobres reinóis, onde a experiência militar ou tática era geralmente negligenciada. Consequentemente, a ascensão na carreira militar ou soldos maiores eram praticamente impossíveis aos soldados comuns e principalmente aos mestiços. Mesmo assim, nesse início o mérito individual dos combatentes aliado com a superioridade bélica trouxe mais vitórias do que derrotas. Essas, geralmente, eram provocadas por desconhecimento ou menosprezo pelos inimigos, que muitas vezes eram poderosos e eficientes, além de também serem fatores o excesso de ousadia ou indisciplina, tanto de soldados quanto dos líderes portugueses.

Ao mesmo tempo, faltam dados para entender melhor o envolvimento dos portugueses diretamente na construção de sua presença na Ásia. Dos mais de 1500 tripulantes da armada de Cabral, por exemplo, são sabidos os nomes de menos de trinta. O próprio Diogo do Couto constantemente relata e se queixa dessa situação de ausência dos nomes dos envolvidos nas mais diferentes atividades portuguesas.

Para ele, isso era reflexo de um antigo e péssimo costume português: o de não honrar sua história e as virtudes de seus heróis, incluindo a não valorização dos mais simples. Dentro dessa reflexão, Diogo do Couto afirma que isso era mais um motivo para que muitos portugueses não se dedicassem a gestos de heroísmos tal como seus antepassados, já que nunca seriam reconhecidos. Uma passagem elucidativa de angústia do cronista está a seguir, em meio a uma narrativa do ataque muçulmano contra a fortaleza portuguesa de Diu:

Fernão Carvalho, tanto que foi o quarto da modorra, despedio o
batel com fieis soldados, que pera aquillo escolheo, cujos nomes

⁶⁵ Localizada no litoral ao sul da Península Arábica, próxima da entrada do Mar Vermelho e hoje localizada no Iêmen.

ficáram em esquecimento aos daquelle tempo, (porque os desttes homens, que não nascêram illustres, e fizeram cousas abalizas, não lhes luzíram nem em história, nem em mercês, e satisfações; porque lhe é muito antiga esta miseria Portuguesa nao saber dar lugar ás virtudes, nem engradecer honrosos pensamentos, antes acanhillos, e desprezallos pelos verem avantantajar nas obras a alguns, e que se contentão da gloria de seus passados.) E essa he a razão, por que muitos não trabalham por obrarem grandes proezas, porque antes querem poupar as vidas, que arriscallas sem esperança de galardão (Década VI, L. II, Cap. I, p. 79-80)⁶⁶.

Sempre que um comandante era escolhido, uma rede de familiares e criados era envolvida para a ocupação das numerosas capitánias asiáticas e os vários cargos de governo do Estado da Índia. Um bom exemplo foi o da maioria das pessoas que acompanharam Martim Afonso de Melo à China, no ano de 1521, terem servido com ele no Marrocos, entre os anos de 1514 e 1517, quando o fidalgo comandara Mazagão.

Isso, inclusive, desencadeou problemas graves na já complexa administração política portuguesa no Oriente, provocando inimizades e rivalidades entre as diferentes linhagens de nobres presentes. O posicionamento de cada um tornava-se um jogo difícil de ser equacionado, pois as lealdades sobrepunham-se, geralmente, aos interesses políticos e oficiais.

Os vários membros da Casa Real, em vasta expansão desde D. Afonso V, atuavam nas redes comerciais como feitores, capitães, almoxarifes⁶⁷ e escrivães. Os nobres menos favorecidos ou os não-primogênitos, viam nas distantes regiões novas oportunidades de glória pelas armas, além da conquista de riquezas. Já aos humildes, o trabalho nas embarcações representava possibilidade de melhoria de vida.

Muito raramente iam para a Guiné ou Ásia os membros da alta nobreza e primogênitos, que ocupavam os cargos importantes no Reino ou no máximo nas pouco distantes praças do Marrocos. Como já tinham vida garantida, seja por herança, importantes títulos e posse de senhorios, quando passavam às regiões ultramarinas iam apenas pelo gosto da aventura, o que era muito raro. Casos exemplares foram os filhos de Vasco da Gama, com todos exercendo importantes cargos na Ásia.

⁶⁶ Quando conseguia documentos ou simplesmente menções dos nomes de portugueses envolvidos em vários tipos de ações, Diogo do Couto fazia questão de lançar mão de todos em suas obras, chegando a gastar páginas inteiras com esse objetivo de preservação da memória.

⁶⁷ Na Ásia, o cargo de almoxarife era de grande importância. Detinha a responsabilidade de controlar o recebimento, estocagem e a distribuição de diferentes produtos (armas, munições, alimentos, as mais diversas matérias-primas), evitando sua escassez principalmente em épocas de conflitos e monções, quando as viagens das embarcações de abastecimento eram muita afetadas.

Seja na África ou no Oriente, desde 1415, com a conquista de Ceuta, a fidalguia liderava os portugueses nas conquistas. Sua atuação geralmente não era pautada na tática, mas no uso da força bruta e ousadia contra os adversários. Nesse sentido, Goa foi outra conquista importante feita ao mesmo estilo de Ceuta, ocorrendo também numerosas derrotas provocadas por essa mesma impetuosidade, tal como as acontecidas em Tânger (1437) e Ádem (1513), que sofreram muito com a indisciplina dos capitães.

1.6- A evolução da organização administrativa dos portugueses em seu império:

Ao longo dos séculos XV e XVI, não existiam órgãos da administração central voltados ao controle dos domínios coloniais. Com exceção dos vedores da fazenda, o controle político e administrativo das atividades ultramarinas era executado pelos mesmos órgãos que tratavam dos assuntos metropolitanos, que estavam nas mãos de altos funcionários e de pessoas de confiança do rei. Muito lentamente ocorreria sua dissociação, sendo um dos primeiros a exercer uma função administrativa, ainda em tempos de D. Pedro I, o escrivão da puridade (uma espécie de escrivão e secretário do rei), assessorado por vários empregados.

Nesse início e praticamente ao longo de todo o século XVI, o cargo de mais relevância na prática era mesmo o dos vedores da fazenda. Sob sua responsabilidade estava o controle das finanças do Reino, África e Índia, bem como a fiscalização dos feitores e tesoureiros do Reino e do ultramar, além da Casa da Índia. Sua influência vinha da grande importância que ganhou o comércio oceânico, com toda a cobrança de receitas e direitos advindos do monopólio real. Seu relevo é atestado por Diogo do Couto já em seu primeiro *Soldado Prático*, quando narra algumas das ações positivas tomadas pelo governador Martim Afonso de Souza (1542-1545), que se utilizou de pessoas desse cargo para tentar sanar problemas administrativos na Ásia. O soldado afirma que:

[O governador Martim Afonso de Sousa [...] se servio delles, e os achou proveitosos para o descuido dos Feitores, e ousadias dos Capitães, e prejuízo da Fazenda de S. Alteza, de que huns, e outros faziaõ com sua, e acudiaõ mal as necessidades do Estado, cuja carga carrega sobre os Viso-Reys: por onde dizia Martim Affonso, que para EIRey ter fazenda na India havia de ter muitos para arrecadar, e hum só para gastar [...] (COUTO, 1790, p. 25).

Até as reformas de Pombal, a arrecadação fiscal ocorria em meio a um conjunto confuso de alfândegas, repartições e ofícios, com impostos mal resolvidos e muito onerosos, apesar de

pouco rentáveis à coroa. O sistema de cobrança de impostos adotado naquele momento impedia qualquer rigor, exatidão ou justiça no processo. Havia uma enorme dificuldade de compreensão dos limites entre os cargos e suas atribuições, cabendo aos mesmos indivíduos, muitas vezes, cobrar, guardar e aplicar os rendimentos.

Assim, o sistema tributário e administrativo evoluía de forma espontânea, e não de acordo com um plano. D. Manuel I tentou uma melhor organização por meio das Ordenações da Fazenda, de 17 de outubro de 1516. Em 1532, no reinado de D. João III, foi criada a Mesa da Consciência, que depois seria chamada de Mesa da Consciência e Ordem, com atribuições relativas à administração ultramarina. Outra tentativa de maior organização viria sob os Filipes, nos tempos da União Ibérica. Mas, em todos os casos, os problemas não foram totalmente sanados.

A organização fiscal e a gestão das alfândegas marítimas ficavam a cargo de uma infinidade de órgãos em Lisboa, entre os quais a Casa dos Contos, a Repartição das Sete Casas, a Casa da Índia, Guiné e Mina, o Juízo da Alfândega, além do Juízo da Guiné, Índia e Mina. Mas, de todas essas, a mais importante era a Casa da Índia, onde ficavam os grandes armazéns, enormes balanças, milhares de fardos, caixotes, rolos, as toneladas de pimenta, as belas pedras preciosas, exóticas madeiras, marfins, além de toda algazarra dos mercadores, escravos e marinheiros.

Inicialmente, fora denominada Casa da Guiné, como consequência do valioso comércio feito com essa região nos princípios das navegações, quando ainda se localizava em Lagos. Após a construção da fortaleza da Mina (1481-1482), seria transferida para Lisboa, passando a ser chamada de Casa da Guiné e Mina. Com a chegada das especiarias orientais, se chamaria Casa da Índia. Nela, além do recebimento das mercadorias africanas e asiáticas, eram pagos os seus direitos, se armazenavam os víveres para as embarcações, além de se redigirem os contratos com os navegadores e comerciantes. Enfim, ela exercia funções fiscais, administrativas e contenciosas.

Para a Casa dos Contos de Lisboa ficava a responsabilidade da administração financeira, com a contabilidade da fazenda pública tanto da metrópole quanto das partes de ultramar, examinando as contas apresentadas pelos diferentes administradores e contadores, além do julgamento das diferenças. Com o crescimento das atividades econômicas, em pouco tempo Goa, que se tornaria em breve a capital do Estado da Índia, recebeu a instalação de uma Casa dos Contos, com o claro intuito de melhorar a administração financeira local. Acerca de sua relevância e dos problemas de corrupção lá surgidos, Diogo do Couto denuncia na Cena X de seu segundo *Soldado Prático* o enriquecimento ilícito dos seus funcionários, bem diferente dos

portugueses que lá estiveram nos primeiros tempos de ocupação da Ásia, de acordo com o que ele acreditava. O soldado fala:

A Casa dos Contos de Goa é a mais importante pera a fazenda del-rei, que há na Índia; à qual concorrem todos os feitores das fortalezas, d'armadas, naus e navios, almoxarifes e rendeiros de todas as rendas, que são muitas; pera o que era necessário que estivesse esta Casa provida de homens muito honrados e de muita verdade, muito bons oficiais e de consciência, que de tudo isto está falta. [...] Alguns de seus oficiais conheci eu muito ricos que na Casa engrossaram, sem terem mais que o que disse; e se não fôr por meos ilícitos, não podem fazer mais que sustentar-se piadosamente, como faziam os antigos que conheci, que viviam com verdade e faziam justiça; mas alguns dos de hoje tem quintas, palmares, casas curiosas, e trazem muito dinheiro ao trato; e os meos por onde engrossam, apontarei aqui como soldado e não como oficial (COUTO, 1937, p. 100-101).

A partir de um alvará de 1565, o Juízo da Índia era formado por um juiz dos feitos e justificações, um juiz da fazenda, um vedor da fazenda, além do procurador dos feitos e do escrivão.

Nota-se que essa infinidade de órgãos e cargos estabelecidos no governo central, com atribuições fluidas, tornavam os processos lentos, além de muitas vezes marcados pela espoliação dos envolvidos. Paralelamente a esse complexo cenário, as diferentes condições geográficas, políticas, econômicas e populacionais impunham a existência de diferentes formatos administrativos nas áreas ocupadas, apesar de haver um modelo metropolitano que servia de base, que se adaptava e evoluía de acordo com as especificidades (RITA, 1939, p. 79).

A administração nas primeiras décadas do século XVI se diferenciava entre as ilhas, costas africanas, regiões asiáticas e Brasil. Nas ilhas, o formato era bem simples, tendo geralmente um governador ou capitão, acompanhado de um ouvidor, que tratava das questões da justiça, e de um feitor, para as questões dos direitos do rei.

Em algumas regiões da África, tal como se deu no Congo, eram estabelecidos protetorados, onde os portugueses ganhavam autoridade e acesso ao comércio de algumas regiões e, em troca, davam proteção aos chefes locais em suas disputas com rivais.

Na Ásia, havia uma diversidade maior de organizações políticas, dependendo da situação de cada região. Como abordado anteriormente, existiam desde áreas mais ocupadas com núcleos de povoação portuguesa, como Goa, Diu e Malaca, a pequenas regiões, um bairro ou cidade dentro de territórios de um chefe local aliado e protegido. A isso se somavam as fortalezas, feitorias e a presença em cidades como Macau (China) e Nagasáki (Japão), onde os portugueses tinham autoridade concedida pelos soberanos independentes locais.

A nomeação e demissão dos governadores e vice-reis ficava à cargo do monarca. Os documentos que orientavam o trabalho desses gestores eram os regimentos, instruções, alvarás e cartas régias. Essa esparsa e imprecisa legislação, muitas vezes, os colocavam em conflito com os magistrados, que também tinham atribuições mal determinadas. O arbítrio entre essas partes ficava à cargo do rei, cujas definições geralmente chegavam tarde e muitas vezes eram mal estabelecidas, por conta de todas as dificuldades de comunicação e a complexidade das intrigas palacianas que atuavam de forma parcial (RITA, 1939, p. 81).

Por fim, é importante apontar que as grandes distâncias, a precária rede de comunicação e todas as dificuldades na fiscalização proporcionavam tanto aos cargos administrativos mais elevados quanto aos menos uma considerável liberdade de ação, seja para o que era de fato a serviço de El'Rei ou para o que não era. Um bom exemplo disso ocorria na nomeação de importantes cargos administrativos e militares na Ásia feitos por vice-reis e governadores. Em sua *Década VII*, Diogo do Couto, novamente, elogia os tempos antigos onde pessoas de fato merecedoras assumiam os cargos de relevância, bem diferente do que ocorria no período de sua escrita, marcada pela devassidão na nomeação de cargos:

Disto teve tambem culpa a devassidão que depois houve nos despachos dos cargos da India; porque naquelle tempo davam-se a Cavalleiros muito honrados, e que muitos delles podiam ser Capitães das mesmas fortalezas; e depois chegou isto a tanto menos, (assim por se darem os cargos mais por adherencias, que por merecimentos, como pelas transpassações que hoje correm), que nos não espantamos do pouco que hoje os homens estimam os seus officios. (*Década VII, L. IX, Cap. IX, p. 369*).

Os altos cargos administrativos eram concedidos por três anos, podendo ser renovados, tais como os de vice-reis, governadores, capitães de fortalezas, chefes de feitorias, escrivães e almoxarifes. O objetivo real era evitar a corrupção e distribuir o melhor possível os benefícios do império aos seus nobres. Exceções foram Ceuta, Arzila e Tânger, que sempre ficaram sob a responsabilidade de linhagens senhoriais.

Constantes eram as críticas acerca desse sistema trienal, já que seria pouco tempo para o desenvolvimento de um trabalho mais estruturado e que permitisse ao detentor do cargo de fato conhecer melhor as tantas especificidades locais. Um grande crítico, por exemplo, fora o próprio Diogo do Couto. Por diversas vezes em suas obras ele afirma a urgente necessidade de ampliação do tempo de trabalho principalmente dos vice-reis, governadores e capitães de fortalezas. Segundo ele, o curto prazo de atuação trazia efeitos negativos, sendo exemplos a paralização de obras (que nunca eram finalizadas por aqueles que assumiam o cargo), a

nomeação de diferentes pessoas para os mesmos cargos (o que trazia um eterno revezamento no poder entre grupos rivais), ampliação constante da burocracia por conta do maior número de cargos criados a cada gestão, a sempre crescente desinformação do rei (que recebia opiniões diferentes acerca dos mesmos assuntos), além do triste e constante quadro de corrupções.

Mesmo com problemas tão claros, esse sistema se manteve por séculos. No primeiro *Soldado Prático*, Couto exemplifica todo o seu descontentamento por meio de duras denúncias e críticas expressas pelo soldado ao vice-rei:

[...] e porque o cargo se dá por tão pouco tempo [...], em que os Viso-Reys gastam esse pequeno tempo, he no que direi: no primeiro anno he em perguntarem pelas cousas da terra, para vir dellas e ter inteira informação; o segundo em aproveitar o tempo, e em ajuntar o que podem, como fizeraõ seus antecessores; o terceiro em entrouxar os homens, de que começam ser mal servidos [...].

Um ano para apenas se inteirar dos assuntos, outro ano para conseguir usar o poder em benefício e enriquecimento próprio e o último para manter os demais poderosos satisfeitos e evitar denúncias. Alguns parágrafos depois, o soldado compara a atividade agrícola com a situação da Índia. Da mesma forma que a terra não pode ser explorada ininterruptamente ao longo dos anos,

[...] não pode a India dar de si cada tres annos o que della querem tirar os que a governam, e nella tem cargos, e porque assim he a terra, e a gente, e a Fazenda de S. Alteza o sente; e parece que devemos já mais temer as necessidades, e pobrezas, em que o Estado está posto por esta razão, que nossos inimigos, por poderosos que sejaõ. (COUTO, 1790, p. 66-67)

Ainda seguindo a escrita de Diogo do Couto, era recorrente a denúncia acerca do problema de o novo vice-rei empossado sempre criticar a gestão anterior para se livrar de problemas e atrair mais brilho para si próprio. Em sua *Década X*, afirma que o início de um novo governo geralmente é bem atuante, enquanto as naus ainda não voltaram ao Reino, depois esfriando-se as ações rapidamente:

[...] cousa muito acostumada em muitos Viço-Reys fazerem mui grandes apercebimentos e lançarem fama de grandes jornadas, enquanto as náos de Portugal estão na India, por chegarem com aquella fama ao Reyno e depois de partidas arrefecer tudo, e ficarem cousas mui importantes por fazer, e lançarem depois o gato, como lá dizem (Década X, L. II, Cap. V, p. 155).

Em outra passagem, agora da *Década XII*, Couto relata o clima de expectativas e interesses pessoais existentes em Goa sempre que ocorria a troca do vice-rei:

[...] e isto acontece; geralmente; na chegada dos Viço-Reys; porque huns são de suas obrigações; outros parentes, e amigos, e outros por outras razões, porque, todos esperam sempre alguma cousa, e a India pera todos tem: e o contrario acontece nos da valia, e obrigação dos Viço-Reys que acabão; porque estes são os brincos do mundo não dar bens a huns, sem os tirar de outros; e algumas vezes succede, os que mais festejão a vinda de hum Viço-Rey, serem os que depois mais praguejão, e murmurão d'elle, e desejarem o anno seguinte já outro (*Década XII, L. I, Cap. II, p. 14*).

Com todas essas dificuldades administrativas, após o estabelecimento português em diversos pontos estratégicos no comércio asiático, alguns comerciantes particulares começaram a desenvolver atividades em concorrência ao comércio oficial. Apesar de sua ilegalidade, esses comerciantes independentes contribuíram para a difusão do nome português por mais vastas regiões, destacadamente nos rios da Guiné, Golfo de Bengala (Figura 10) e no mar da China, regiões menos patrulhadas pelos oficiais da coroa. Esses personagens já anunciavam novas dinâmicas dentro do império em mudança nos tempos de D. João III.

1.7- Sobre a estrutura militar e das armadas no Estado da Índia:

Para melhor compreensão da estrutura militar montada nos territórios do Estado da Índia, ao longo do século XVI e início do XVII, é importante entender como se dava o recrutamento, enquadramento, preparação técnica e disciplina da gente de guerra. O termo “gente de guerra”, muito usado na historiografia portuguesa, torna-se mais adequado do que o termo “tropas”, já que os soldados da Índia acumulavam atividades em terra como também de infantaria e artilharia marítima, dificilmente se agrupando em unidades militares mais organizadas, principalmente até inícios do século XVII.

Os militares brancos eram recrutados de forma voluntária na Europa, sendo obrigados a ficarem em serviço no Oriente por um tempo mínimo, que variava entre três e oito anos. Nas armadas partidas do Reino seguiam uma média de mil a dois mil homens, além de dezenas de bombardeiros e artilheiros, alguns desses estrangeiros, destacando-se em número os que vinham das regiões de Flandres e da Alemanha. Uma parte era composta de gente da nobreza, partindo

aproximadamente vinte a trinta fidalgos e mais uma ou duas centenas de pessoas de segunda categoria como soldados, pois essa função usufruía de boa consideração na Índia.

Com o tempo, o voluntariado foi diminuindo. Tanto é que crianças passaram a ser enviadas para Goa com o objetivo de servirem os fidalgos como pagens, os acompanhando nas expedições, além de passarem à categoria de soldados quando desenvolviam idade para manuseio de armas em campo de batalha. Há um exemplo da presença de crianças na luta contra os muçulmanos na *Década VIII*, quando Diogo do Couto conta que:

Aqui [no sítio de Mangalor⁶⁸, em 1567] succedeo um caso muito gracioso a hum pagem de D. Miguel de Castro, que seria de treze annos, o qual alguns Mouros acharam fora da tenda com armas de seu amo, e que as não havia de dar, nomeando o amo; os Mouros lhe deram dezeseite cutiladas, de que o derrubaram e lhas tomaram (*Década VIII*, Cap. XX, p. 117).

Os militares geralmente não ficavam enquadrados em quartéis ou destacamentos em períodos sem guerra, chegando a residir nas praças que preferiam, muitas vezes enfrentando severas dificuldades. Perambulavam e mendigavam por todas as regiões, envolvendo-se com prostituição, brigas e aventuras. Por vezes, atuavam como mercenários de poderosos locais ou se ligavam a algum fidalgo ou capitão importante, buscando sempre os melhores rendimentos possíveis ou simplesmente em troca de alimentação e moradia. Alguns se tornavam casados⁶⁹ ou se integravam a comunidades locais, com outros desaparecendo ou voltando após anos ao Reino, reivindicando recompensas nem sempre merecidas.

Surgindo a necessidade de formar expedições, o vice-rei ou governador nomeava oficiais (capitão-mor e seus capitães subalternos) para o período em que as atividades transcorreriam, escolhendo-os entre os fidalgos mais ilustres ou de sua particular confiança e simpatia. Os capitães disputavam entre si a chance de levar os melhores soldados, momento em que a clientela dos tempos de paz ajudava muito (VEIGA, 1939, p. 87).

Os soldados eram mobilizados e desmobilizados em prazos muito rápidos e de maneira desorganizada, quase sempre sem treinamento, alojamento e alimentação satisfatória. Iniciados os conflitos, recebiam soldos adiantados, além de ficarem com parte dos saques e terem a possibilidade de fazer negócios, algo permitido por conta dos baixos soldos a eles oferecidos.

⁶⁸ Cidade portuária na costa ocidental indiana, localizada entre Goa e Calicute.

⁶⁹ Este termo designava os homens de origem portuguesa que, ao deixarem o serviço real, se casavam com mulheres portuguesas ou nativas dos territórios orientais. Tornando-se cidadãos ou negociantes, ao serem denominados “casados”, se diferenciavam dos “soldados”, que preferiam o solteirismo, aventuras e se sujeitavam ao serviço militar até a morte. Assim, exceto para os missionários, todos os leigos, soldados ou fidalgos eram autorizados a deixar o serviço régio se quisessem se casar (BOXER, 2002, p. 315).

Suas condições de vida eram ruins, dormindo por meses ao relento nos conveses das embarcações, além de consumirem apenas peixe salgado, arroz e água muitas vezes já corrompida. Não era raro problemas de disciplina, com motins e ataques violentos às comunidades locais sempre ocorrendo.

Também era deficiente o serviço de guarnição nas fortalezas, inclusive nas mais importantes, tais como Ormuz, Diu e Malaca, cujas cidades adjacentes tinham grande movimento de pessoas por conta das intensas atividades comerciais, o que incluía a presença constante de inimigos dos portugueses.

A necessidade de maior treinamento e profissionalismo fez D. Afonso de Albuquerque solicitar a D. Manuel I a vinda de técnicos para a devida organização desses guerreiros. A primeira leva chegou na Índia em 1512, sendo eles suíços. Em carta enviada para o rei, de 9 de outubro desse ano, Albuquerque a eles se refere da seguinte forma:

Os capitães da soíça chegaram per derradeiros na nao conceiçam, e asy alguns homens de bem, cabos desquadra [oficiais subalternos, à razão de três por cada capitão], e fez me vossa alteza a mayor mercee do mundo, porque mayor medo ey no desarranjo da gente e pee quaa nestas partes, que em cometer qualquer fecto (ALBUQUERQUE, 1942, p. 83).

Esta viria a ser a primeira tropa de fato existente na Ásia, formada por 300 piqueiros⁷⁰, 50 besteiros, 50 espingardeiros, todos organizados em duas companhias. Assim, a preparação técnica e os treinamentos receberam maior atenção apenas nos primeiros anos da presença lusa, em especial no governo de Albuquerque, que chegou a premiar besteiros e espingardeiros de destaque em exercícios de tiro ao alvo, realizados aos domingos, além de organizar melhor as forças em esquadrões. O vice-rei D. João de Castro (1545-1548) seria um dos poucos de seus sucessores a dar andamento nessas ações. No geral, ao longo de todo o século XVI e início do XVII, eram poucos os investimentos em treinamentos, sendo os sucessos militares portugueses provenientes muito mais de situações de heroísmo e lealdades de casados e de alguns soldados.

Apenas quando surgiram as ameaças holandesas e inglesas, combatentes mais poderosos e com técnicas modernas, é que voltaria de fato a se discutir em Goa a necessidade de bandeiras e tropas especializadas, em especial para as guarnições de Ormuz, Diu e Malaca. Exemplos de importantes vitórias que contaram com resultados advindos da formação de tropas regulares e

⁷⁰ Piqueiros eram os militares que formavam a base da infantaria. Sua origem data dos conflitos medievais, época em que o pique (uma espécie de lança longa, tendo de três a cinco metros, com uma ponta metálica afiada) já era a principal arma contra os ataques das cavalaria inimigas.

melhor treinadas foram as ocorridas em Macau, nos anos de 1622 e 1626, e em Pernambuco (Brasil), no ano de 1656, ambas as situações contra forças holandesas.

O número efetivo de combatentes era sempre muito inferior ao que Lisboa acreditava. Isso ocorria devido às muitas mortes e deserções, algo difícil de se mensurar em um império com possessões tão distantes uma das outras. Entre 1500 e 1640, o efetivo das forças móveis portuguesas no Oriente raramente ultrapassava a média de 5 mil homens. A esse número é necessário se somar os casados e os mercenários locais, chamados de lascarins ou peões, muito usados na defesa territorial e por vezes em expedições longínquas. Além desses, havia também os cristãos da terra, bem como os escravos⁷¹. O próprio número total de europeus presentes na Ásia, incluindo os casados, raramente ultrapassava 10 mil pessoas (VEIGA, 1939, p. 89).

Nota-se, assim, que os efetivos portugueses eram insuficientes para se empreender conquistas territoriais pelos sertões do Hindustão, composto por Estados poderosos. Além disso, é perceptível a significativa relevância dos casados na organização militar, já que além de atuarem tanto na defesa local quanto em expedições para áreas mais distantes, recebiam muitas fortificações e formavam as únicas cavalaria existentes no Oriente, presentes em Damão (1523) e Baçaim (1534), possessões portuguesas na costa ocidental indiana.

A força naval portuguesa, além de ser o meio de transporte de todos os produtos comercializados, também proporcionava o poder de fogo no momento da conquista e, posteriormente, a manutenção das posições dispersas ocupadas na África, Ásia e América. Por conta de sua grande importância, desde os primeiros tempos os portugueses passaram a construir vários tipos de embarcações também no Oriente.

Caravelas eram feitas em Moçambique, barcos ligeiros em Socotorá, estaleiros surgiram em Cochim e Damão, embarcações de remo para o comércio e combate eram produzidos em Ormuz e Malaca e, em Goa, por concepção de D. Afonso de Albuquerque, existia a Ribeira, que atendia tanto o conserto das embarcações vindas do Reino quanto a construção de naus para as armadas locais. Essa complexa estrutura inicialmente fora chamada de Ribeira das armadas, sendo depois conhecida como Ribeira das Naus e finalmente como Arsenal da Marinha. Goa,

⁷¹ São várias as fontes iconográficas que apontam o largo uso de escravos africanos por parte dos portugueses na Ásia. Entre elas se destaca uma ilustração presente na obra *Navegação e itinerário de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais Portuguesas*, publicada em Amsterdã, no ano de 1599 (Figura 11). A legenda da imagem afirma o seguinte: “Deste modo se deixam transportar os portugueses que são de ascendência nobre e de posses”, onde há um português sendo transportado por escravos e cercado por vários pagens. O aventureiro e comerciante holandês Jan Huygen Van Linschoten (1563-1611) acompanhou vários navegadores e exploradores portugueses pela Ásia. Dentre outras contribuições, suas informações e escritos despertaram a atenção em terras holandesas ao acesso direto sobre os mercados fornecedores das ricas especiarias orientais, o que os colocaria em rota de colisão com os interesses portugueses naquelas vastas regiões.

assim, era o ponto central de todas as armadas do Oriente, já que lá se fundia artilharia, lavrava pólvora, produziam as variadas ferragens para os navios, além de toda a parte relativa ao trabalho com madeira, velas e abastecimento de alimentos e demais víveres para as embarcações (SOUSA, 1939, p. 95).

No Oriente, os portugueses costumavam usar galés, galeotas e fustas⁷² para os combates, todas essas sendo embarcações mais ligeiras, constituindo a armada de remo. Esse tipo de armada possibilitava a abordagem e o próprio atracamento nas embarcações inimigas, valorizando-se o combate corpo a corpo com arma branca, algo que até a princípio do século XVII era mais eficiente do que o uso da artilharia de longa distância, ainda pouco precisa.

Era rotineiro, ao longo das costas indianas, o ataque de corsários malabares⁷³ contra as embarcações de mercadores que viajavam sozinhos ou em grupos. Isso exigiu a luta contra eles diretamente no mar ou mesmo em seus portos antes que saíssem ao ataque, além de forçar os portugueses a formarem escoltas de proteção às embarcações dos mercadores.

Com a chegada dos ingleses e holandeses, a partir de fins do século XVI, possuidores de navios com grande porte, mais manobráveis e artilharias mais precisas à longa distância, as embarcações lusas se revelaram lentas e obsoletas. Sua tática militar também se tornaria ultrapassada. Como já referido, seu objetivo era a destruição da guarnição inimiga, enquanto para ingleses e holandeses a meta era a destruição imediata e veloz da embarcação adversária, sempre à distância.

Nas forças portuguesas asiáticas não havia muita diferenciação entre destacamentos navais e terrestres. Os mesmos combatentes lutavam em terra e no mar, usando as mesmas armas, o que também se aplicava aos líderes. Nos séculos XVI e XVII, era comum o capitão-mor saltar e continuar a liderar seus comandados terras adentro. Exemplo disso se deu com o fidalgo D. Paulo de Lima, quando fora socorrer Malaca, em 1587. Ele e seus guerreiros combatiam no rio com navios de remo, quando se deu o desembarque e ele mesmo liderou as forças em terra, deixando seus galeões atacando a cidade. Interessante também é o caso narrado na *Década VI* por Diogo do Couto, quando o vice-rei D. João de Castro liderou a destruição e o saque da cidade em que Rumecan, rei da região do Guzerate, havia sido morto em sua tentativa de capturar a fortaleza de Diu:

⁷² As galés eram embarcações altas e compridas, movidas por muitos remadores e, por vezes, com o auxílio de algumas velas, o que lhes proporcionavam altas velocidades. As galeotas eram menores, com casco baixo e movidas apenas por velas. Já as fustas eram embarcações de casco longo e baixo, movimentadas por meio de pequenas velas e por alguns remadores.

⁷³ Habitantes da região do Malabar.

O Viso-Rey tanto que vio a vitória arrematada, se foi recolhendo pera a Cidade, que entregou liberalmente a sacco aos soldados, que nella se cevaram bem; e elle se foi ás casas de ElRey, e nellas achou toda a recamara de Rumecan, de ouro, prata, peças ricas, cavallos, jaezes, armas de muitas fortes, o que tudo mandou pôr a bom recado; e a artilheria toda, que eram quarenta peças grossas de bazaliscos, até camelos de marca maior, e outras muitas de outras sortes.

Assolada a cidade, se recolheo o D. João de Castro pera e fortaleza a descansar, e a dar folga a gente, que andava mui cançada, mandando recolher e enterrar os mortos, e curar os feridos com muita diligência, e resguardo [...].

Morreram na batalha dos Mouros cinco mil, conforme a huma carta que achamos de D. João e Castro no Cartório da Sé de Goa, que escreveo ao Bispo D. João de Albuquerque, quando lhe mandou as novas da vitória, em que lhe relata em breves palavras esta jornada.

Foi cativo Juzarcán [filho de Rumecan], e perto de seiscentos homens de armas [...].

Tomaram-se muitas bandeiras, armas, e outras muitas cousas, que no triunfo do Governador adiante melhor se veram.

Portuguezes morreram trinta e cinco, e ficaram feridos duzentos e cincoenta (Década VI, L. IV, Cap. II, p. 284-285).

Capitão-mor do Mar era o cargo logo abaixo do vice-rei ou governador na hierarquia do Estado da Índia, comandando as principais armadas. Já os capitães de Armada e mesmo os capitães de navios eram nomeados pelos vice-reis e governadores, sendo tais cargos de muita estima entre os fidalgos, pois saíam da condição de soldados para ter o mando sobre vários outros. Como não havia uma organização definida, cada capitão escolhia seus combatentes, ou os próprios combatentes escolhiam a qual capitão serviriam, de acordo com as melhores oportunidades de lucro oferecidas.

Ao longo do verão, as armadas percorriam toda a Ásia com diferentes objetivos, promovendo lutas contra os locais ou europeus inimigos, protegendo as inúmeras rotas comerciais que iam até o Japão, além de garantir o abastecimento de mantimentos das possessões e fortalezas portuguesas.

1.8- Das alterações na estrutura do império:

1.8.1- Nos tempos de D. Manuel I (1495-1521):

Percebe-se que nas duas primeiras décadas de seu reinado, D. Manuel I se aproveitou de uma conjuntura europeia favorável, já que não possuía concorrentes no comércio de longa distância de especiarias, além dos adversários asiáticos e os nativos africanos e americanos

serem menos poderosos militarmente no mar. Isso lhe proporcionou a montagem de uma rede econômica que em breve colocaria as ações portuguesas desde o Brasil até o Japão.

Mas, nos primeiros anos do século XVI, eram duas as principais áreas de atuação de Portugal: o Norte da África e o Estado da Índia. Essas eram sustentadas economicamente pelas atividades desenvolvidas no Atlântico (Costa da Guiné com o ouro e outros produtos, tráfico de escravos e as produções nas ilhas), sendo que todos eram defendidos pela posse do Brasil, área que confirmava a hegemonia de Portugal no Atlântico Sul.

No Norte africano, continuava a luta cruzadista mediterrânea, com vários sucessos até 1515. Após o Bojador, o império era necessariamente marítimo, já que o objetivo era o de preservar e alargar as rotas comerciais, não buscando colônias tal como Castela fazia nas Antilhas. Essa lógica de domínio dos mares no geral continuaria a mesma ao longo do século XVI, sendo também a principal forma de atuação até a Restauração (COSTA, 2014, p. 101).

Mas, a partir de 1515, essa estrutura imperial precisou se adaptar, já que passou a enfrentar dificuldades por conta da atenção despertada na Europa, o que trouxe rivais e piratas a serem combatidos. O Mar dos Açores e as costas portuguesas não tardaram em ficar cheios de inimigos. Ao mesmo tempo, o custo do império estava cada vez mais alto, já que se necessitava de mais armadas com o objetivo de defesa militar. Um bom exemplo foram as armadas das ilhas. Surgindo a partir de 1518, seu objetivo era esperar, na região dos Açores, as naus de comércio vindas do Oriente, fazendo sua escolta até o Tejo, evitando que fossem atacadas e pilhadas por inimigos europeus.

Ao mesmo tempo, ficava mais onerosa a proteção das costas marroquinas, por conta da migração de muitos mouros para o Reino de Fez, como consequência de sua saída de Granada, em 1492. Apesar dos portugueses dominarem a grande maioria das vilas da costa atlântica do Marrocos, não foram poucos os revezes e sobressaltos, sendo senhores efetivos apenas das tradicionais praças de Ceuta, Tânger, Alcácer-Quibir e Arzila. Apesar disso, lá mantinham sua forte imagem de invencíveis guerreiros.

Em 1513, Azamor fora conquistada. Dois anos depois, as forças lusas quase conquistaram Marraquexe. Mas, com a fracassada construção de uma fortaleza na foz do rio Cebu, comandada por D. António de Noronha, em que foram perdidos aproximadamente uma centena de navios e perecido por volta de 5000 portugueses, a expansão manuelina fora interrompida e os mouros reacenderam suas defesas. Também cresceu o poder dos Saaditas. Vindos da região sul, se lançaram contra os portugueses com muita ferocidade, ganhando rápido apoio de vasta população.

Por conta desses percalços, Portugal não conseguia fincar sua hegemonia no vizinho Marrocos. Obtendo apenas fortalezas e vilas muradas pelo litoral, os lusos atuavam de maneira defensiva, além do cristianismo não se expandir pelo norte africano.

No Atlântico, as notícias eram ruins. O açúcar da Madeira perdia força e o comércio negreiro declinava. O mercado consumidor de cativos do Sul da Europa estava saturado, além do preço pago pelo escravo na Guiné ter subido muito, já que as mercadorias que os portugueses usavam na sua obtenção não mudaram em 50 anos, não exercendo o mesmo interesse de antes. Em 1518, esse comércio seria suspenso por ordem de D. Manuel I.

Enquanto isso, o Brasil continuava fornecendo apenas a sua madeira, apesar de atrair a cobiça de estrangeiros, o que obrigou Portugal a posteriormente criar capitânias para sua defesa. Mas, era claro o desinteresse econômico pela região, tanto é que D. Manuel I nem cogitou experimentar o cultivo de especiarias neste vasto território, sendo isso prova de como os interesses ideológicos eram fortes. Se o cultivo desse certo na América, o preço das especiarias chegaria bem mais baixo em Lisboa, já que se economizariam os custos com as armadas da Índia. Mas, manter o seu comércio no Oriente, na visão do rei, era necessário para continuar motivando sua nobreza na luta cruzadista na Ásia, além de se manter como único monarca europeu a ter acesso direto às especiarias.

Os anos de 1515 até 1518 foram de inabilidade política de D. Manuel I, muito afetado pela morte de sua segunda esposa, D. Maria, o que provocaria um longo período de afastamento do monarca das coisas públicas. Ele retornaria com energia a partir de 1518. Em novo casamento, se fizera cunhado de Carlos V (1500-1558)⁷⁴, e implementou novamente uma forte perspectiva centralizadora e cruzadista na condução do Império. Nomeou como governador do Estado da Índia Diogo Lopes de Siqueira (1518-1522), que descobriria a cristandade da Etiópia, em 1520, reacendendo o sonho do monarca de uma Cruzada na Ásia. O grande número de cavaleiros da Ordem de Cristo a comandar naus da Carreira da Índia também demonstra essa orientação do rei.

Outro acontecimento de grande importância e que mudaria o equilíbrio de força por séculos no Mediterrâneo, algo de certa forma facilitado pelos portugueses com seu sucesso no Índico, fora a derrota do Império Mameluco perante os Otomanos. O sultão do Egito caía, algo

⁷⁴ Imperador da Casa de Habsburgo, foi o nome mais poderoso da Europa na primeira metade do século XVI. Filho de Felipe, o Belo (da casa austríaca dos Habsburgo, imperador do Sacro Império Romano), e de Joana, a Louca (da casa espanhola, filha de Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão), herdou os Estados de sua família ainda jovem, por conta do falecimento prematuro do pai e da doença da mãe. Assim, se tornou imperador do Sacro Império Romano (desde a Alemanha até o norte da Itália) e da Áustria, da Espanha, dos Países Baixos, e dos Reinos do Sul da Itália (Nápoles, Sicília e Sardenha). Foi o pai de D. Filipe II.

sonhado por D. Manuel I, muito como consequência do estrangulamento português de seu comércio de especiarias vindas pelo Mar Vermelho. Mas, paradoxalmente, isso contribuiu para o avanço mais poderoso dos otomanos. Estes já detinham a Anatólia desde o século XIII, depois dominando os Balcãs até conquistarem Constantinopla e seu Império, agora se apoderando também da Síria, Líbano, Palestina, Egito e das cidades sagradas islâmicas da Península Arábica.

Os otomanos ampliavam o seu poder e objetivavam se adiantarem perante o Império Persa, cuja dinastia xiita dos Safávidas também pretendia conquistar Meca e Medina. Assim, o colapso dos mamelucos não fora de fato aproveitado pelos povos cristãos europeus.

Após o domínio de Malaca (iniciado em 1511), os lusos perceberam que a China consumia mais especiarias do que a Europa, buscando o domínio das rotas comerciais entre Sumatra (Indonésia) e o Sul do Império do Meio. Tanto é que entre os navios da Armada de 1521, quatro foram destinados a construção de uma fortaleza na costa chinesa. Também levava um novo governador da Índia, o veterano de guerra na África e capitão de Tânger, D. Duarte de Meneses (1522-1524). Sua ida indicou a vontade do soberano na intensificação da luta contra os muçulmanos. Ao mesmo tempo, o envio de parte da armada para a China mostra que o monarca aprendera o legado de D. Afonso de Albuquerque, entendendo a presença portuguesa na Ásia como algo muito maior do que a Cruzada.

Outras fortalezas foram ordenadas em Madagascar, Sumatra e nas Maldivas, com o objetivo de bloqueio de rotas comerciais muçulmanas. Essas ações tornaram Portugal o mais importante fornecedor de especiarias tanto para a China quanto para a Europa, nunca tendo o exclusivo, devido a impossibilidade de sozinha atender os dois grandes mercados simultaneamente. Foi nessa época que uma embaixada veneziana, que ia para Londres, fez uma escala em Lisboa para tratar com D. Manuel I. Ao visitarem o rei, em 1521, os venezianos apontaram seu interesse em comprar a totalidade das especiarias trazidas da Índia.

Porém, apenas dois meses depois D. Manuel I faleceria, encerrando um longo ciclo na política do Império português. Sua morte o poupou de saber que o Preste João não passava de um rei detentor de um território pobre e incapaz de apoiar os europeus em qualquer empreitada, como também do próximo avanço otomano. Novos rivais surgiriam no Ocidente, ficando o enfrentamento de tantas dificuldades a cargo de D. João III (1521-1557).

1.8.2- Nos tempos de D. João III (1521-1557):

Foram constantes os embates de opiniões acerca de como o império deveria se estruturar ao longo do reinado de D. Manuel I, existindo divergência até mesmo deste com o filho, que se aproximou dos setores que apontavam a necessidade de afastamento do ideal da Cruzada. Os que defendiam os argumentos da fé eram questionados por aqueles que lembravam a força da presença das armas portuguesas (COELHO, 2001, p. 88). O cronista João de Barros, em sua *Década I*, questiona o fato de como se poderia esperar que os povos asiáticos aceitassem:

[...] a nossa doutrina cristã, ainda que católica fosse, por ser com mão armada e não por boca de apóstolo, mas de homens sujeitos mais a seus particulares proveitos que à salvação daquele povo gentio? (BARROS, 1974, p. 214).

Com a morte inesperada do *Venturoso*, tudo mudou rapidamente.

A personalidade de D. João III, seu conhecimento da vastidão dos oceanos (diferente da formação que tiveram tanto D. João II e D. Manuel I) e todas as mudanças internacionais explicam a ocorrência de mudanças. Teve como foco central a defesa do domínio sobre as navegações oceânicas, dedicando-se à colonização do Brasil e a maior organização do Estado da Índia, afastando-se da África e dos assuntos mediterrânicos.

Com pouco tempo de reinado já era perceptível a mudança política, com o monarca suspendendo, por exemplo, a ordem manuelina de construção de novas fortalezas na Índia. Muitos dos homens de confiança do *Venturoso* foram desafiados e acusados de corrupção. Casos importantes foram os de Duarte Pacheco Pereira, que retornou preso da Mina; D. Duarte de Meneses, último governador do Estado da Índia empossado por D. Manuel I, preso em Lisboa por sete anos sem formalização de culpa; Diogo Lopes de Siqueira, também ex-governador do Estado da Índia, vítima de uma devassa humilhante. Ao mesmo tempo, outros nobres que haviam perdido espaço voltavam ao protagonismo no império, tal como Vasco da Gama, que se tornou o primeiro vice-rei da Índia nomeado por D. João III, em 1524 (COSTA, 2014, p. 130).

Uma situação se colocaria sobre aqueles que antes eram apoiadores de D. Manuel I. Agora, todos os que voltavam da Índia com riqueza eram vistos com inveja ou desconfiança. É fato que a corrupção fora algo sempre corriqueiro em terras tão distantes, mas, ao mesmo tempo, a grandiosidade dos negócios também permitia o enriquecimento de muitos agentes da Coroa sem prejuízo dos interesses reais. Porém, o forte clima de acusações, desencadeadas entre 1522 e 1525, levantou uma suspeita geral sobre todos, além de muitos indivíduos se aproveitarem da situação para prejudicar seus rivais.

Concomitantemente, via-se a revalorização do nome dos pioneiros na conquista do Oriente, encarados como heróis. Essa visão perduraria por séculos nas produções escritas portuguesas, incluindo as linhas de Diogo do Couto, desde sempre um defensor dos Gama. Para citar um exemplo, no período de governo do vice-rei D. Francisco da Gama (1597-1600)⁷⁵, Couto foi o responsável por fazer uma oração na Câmara de Goa, em solenidade que inaugurava a estátua do Almirante Vasco da Gama. Segue um trecho:

[...] mas foi tal o descuido desta cidade, que há annos lhe tinha negado o que tanto merecia: o que não succedeo em Portugal, onde se comserva sua memória na amplissima geração que delle procedeo, e na illustrissima Casa da Vidigueira, de que Vossa Senhoria he dignissimo herdeiro, que tem lançado de si varoes tão famosos, que bem pudera este Estado andar sempre em suas mãos muito seguramente.

E querendo agora estes Padres Conscriptos remediar o descuido passado, vendo que entre estes Illustres varões lhe era a elle com razão devido o primeiro lugar, ordenaram de lho dar, não só neste Senado, mas ainda levantarem-lhe estátua⁷⁶ na principal porta desta Cidade, para que todos que por ella entrarem, se lembrem do muito que todos lhe devemos (Década XII, L. I, Cap. XV, p. 116-117).

Apesar de todas as ações militares portuguesas, os muçulmanos montaram uma nova rota comercial para o Mar Vermelho, com origem na Insulíndia⁷⁷ e apoio nas Maldivas⁷⁸. Porém, a capacidade de ampliação na produção das especiarias pelo Oriente e o seu crescente consumo na Europa, fez com que tanto as rotas dos muçulmanos quanto a dos portugueses com a Carreira das Índias se mantivessem. Nenhuma era capaz de atender toda a demanda de produção e venda sozinha, além de não darem conta de aniquilar militarmente seu rival.

O avanço dos mouros pelo Marrocos se desenvolvia de forma veemente, deixando tanto portugueses como o Reino de Fez na defensiva. As próprias fortificações portuguesas se encontravam antiquadas para as novas armas de fogo utilizadas, já que haviam sido construídas

⁷⁵ Bisneto do Almirante Vasco da Gama, teve o seu primeiro vice-reinado do Estado da Índia entre 1597 e 1600. Retomou o cargo de 1622 a 1627. Desenvolveu muita proximidade com Diogo do Couto, algo muito abordado ao longo desse trabalho.

⁷⁶ A estátua foi instalada no arco dos vice-reis, em Goa (Figura 12). Ele foi construído por ordem de D. Francisco da Gama, em 1597, onde antes ficava a “Porta do Cais”, bem ao lado do palácio dos vice-reis. Nele se encontram as seguintes inscrições: *Reinando Elrei D. Phelipe 1º pos a cidade aqui dom Vasco da Gama 1º conde almirante descobridor e conquistador da India, sendo vizo-rei o conde dom Francisco da Gama seu bisneto o ano de 97*. A estátua do Almirante foi vandalizada em 1601, sendo restaurada no segundo vice-reinado de seu neto. O arco ruuiu em 1951, por conta de seu abandono e má conservação. Viria a ser restaurado em 1954.

⁷⁷ Região situada entre os oceanos Índico e Pacífico, que compõe o maior arquipélago do mundo, com mais de 20 mil ilhas, divididas entre os atuais países da Indonésia, Singapura, Brunei, Filipinas e Timor-Leste.

⁷⁸ Região insular localizada no Oceano Índico, ao sudoeste dos atuais Sri Lanka e Índia.

um século antes, quando a guerra ocorria em outro formato e sem armas de fogo tão poderosas e capazes de atingir alvos a distâncias tão longas.

Apesar do vasto crescimento do Império em outras frentes, esse pequeno recuo no Marrocos fora encarado como sendo uma grande crise. D. João III já percebia a inviabilidade e o pouco benefício no domínio do norte africano, preferindo as riquezas das distantes regiões asiáticas, algo incompreendido por parte importante de seus súditos. Tanto é que, logo ao falecer e deixar seu herdeiro D. Sebastião (1554-1578) com apenas três anos de idade, muitos portugueses desejaram que o jovem menino se tornasse o reconquistador daquelas regiões abandonadas.

Ao mesmo tempo, a obtenção de ouro na Guiné continuava a diminuir, ainda como consequência do fornecimento dos mesmos produtos ofertados na troca com os africanos. Aventureiros também se tornavam rivais dos portugueses ao oferecerem produtos mais interessantes. Curioso perceber que os lusos continuavam senhores absolutos da navegação ao sul do Bojador, mas não conseguiam evitar que outros europeus andassem pelas costas da Guiné.

A fundação de colônias hispânicas na América traria uma nova dinâmica ao Atlântico, criando uma enorme demanda por mão de obra escravizada africana, comércio este reavivado pelos portugueses. Essa atividade gerou muito ouro para Lisboa, compensando as perdas no comércio com a Guiné. Ao mesmo tempo, a produção de açúcar em São Tomé e em seguida no Brasil, compensaram a crise nessa atividade na Madeira.

Também em 1522, chegaram à Andaluzia, liderados por Sebastião Del Cano (1476-1526), os sobreviventes da primeira viagem de circum-navegação. Idealizada pelo navegador Fernão de Magalhães (1480-1521), que morrera em batalha nas Filipinas, essa expedição (1519-1522) a serviço de Castela descobriu a ligação entre o Atlântico e o Pacífico pelo sul da América. Em pouco tempo, portugueses e castelhanos se desgastariam pela posse das Molucas⁷⁹ e pela navegação no Oceano Pacífico, ao mesmo tempo em que Sevilha crescia comercialmente e recebia mercadores de todo o mundo, destacadamente os alemães que, em 1502, trocaram Veneza por Lisboa.

Pelo Tratado de Saragoça, de 1529, Portugal reconheceu a posse geográfica das Molucas aos castelhanos. Porém, por conta de sua localização, sua manutenção se tornaria inviável aos

⁷⁹ Arquipélago existente na Insulíndia, nos dias de hoje pertencente ao país da Indonésia. Os portugueses foram os primeiros europeus a chegarem lá, entre 1511 e 1512. Assim, conseguiram acesso direto a duas das especiarias mais valiosas, e que eram produzidas até então somente nessas ilhas: a noz-moscada e o cravo-da-índia. Antes disso, elas só eram conseguidas por intermédio do comércio muçulmano na região.

de Castela, possibilitando que Portugal a comprasse por 350 mil ducados de ouro⁸⁰. Essa compra foi muito assertiva. Sem as Molucas, seria difícil manter Malaca, além do fato de um conflito militar com Carlos V não ser vantajoso em nada. Assim, os acontecimentos em Saragoça contribuíram para a continuidade da viabilidade do Estado da Índia, mesmo com uma sangria tão onerosa aos cofres lusos.

A década de 1520 não fora fácil no governo do Estado da Índia. D. Vasco da Gama lá chegou em outubro de 1524, morrendo no final de 1525. O sucessor, D. Henrique de Meneses (1525-1526) faleceu após pouco mais de um ano de governo. Abrindo-se a segunda via das sucessões, o indicado era Pêro de Mascarenhas, que ocupava a função de capitão de Malaca. Estando tão longe, abriu-se a terceira via de forma interina, porém, o indicado Lopo Vaz de Sampaio pretendeu assumir o poder em sua totalidade, o que quase provocou uma guerra civil. Esse episódio foi visto por muitos portugueses da época como uma situação vexatória e triste, sendo narrado em detalhes por Diogo do Couto⁸¹, ao longo de várias páginas de sua *Década IV*. As coisas viriam a se resolver apenas com a chegada de Nuno da Cunha, novo governador entre 1529 e 1538, época em que Goa tornou-se capital do Estado da Índia.

Uma nova política, que incluía a busca por alguns pequenos domínios territoriais, foi posta em ação. Seu início se deu com a ocupação da cidade de Baçaim (próxima de Bombaim), em 1534, com um sucessivo acréscimo territorial até Damão, dominada em 1558. Nos tempos do governador D. João de Castro (1545-1548), as terras próximas de Goa, Bardez e Salsete foram incorporadas, possibilitando o enraizamento de portugueses e a ampliação da produção, com consequente aumento da receita para Portugal. Este caso não foi idealizado pela Coroa, mas consequência do maior poder e presença portuguesa nesses pontos. Ao mesmo tempo, os lusos se consolidavam no Brasil (com a criação do Governo-Geral), dominaram o mar de Ceilão e derrotaram os turcos na região do Gofu Pérsico, em 1554, fazendo perecer suas pretensões no Índico Ocidental.

Os aventureiros portugueses que não tiveram muita sorte nos negócios com os chineses conheceram, em 1543, o valioso comércio de prata no Japão, em troca da seda chinesa. Sendo bem aceitos entre os nipônicos, por conseguinte, chamaram atenção das autoridades chinesas que com o tempo autorizaram sua presença em seu país. Tanto é que, em 1550, os portugueses

⁸⁰ Hoje, sabemos que as Molucas ficavam originalmente dentro da área portuguesa estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas. Porém, a tecnologia dos homens daquela época não fora capaz de comprovar tão detalhadas medições.

⁸¹ Em próxima parte desse trabalho o caso será detalhado.

conseguiram o monopólio desse comércio por meio da nau do trato⁸², se estabelecendo a partir de 1557 em Macau, na China. Essa nova rota de comércio do Extremo Oriente⁸³ tornou-se uma das bases a sustentar as finanças do Estado da Índia.

Essa presença dos portugueses no comércio envolvendo a China é um exemplo muito importante de como eles conseguiam se inserir em dinâmicas locais asiáticas sem a participação direta do Estado da Índia ou do uso constante de força militar.

Por meio de documentos existentes na coletânea dos anais da Dinastia Ming (1368-1644), conhecida como *Ming Shi Lu*⁸⁴ (LIMA, 2018, p. 230-237), é possível entender a evolução da visão oficial chinesa sobre a presença e comércio exercido pelos portugueses em sua região, entre inúmeros assuntos relacionados à política chinesa e o Sudoeste Asiático entre os séculos XIV e XVII.

Em um fragmento datado de 27 de junho de 1514⁸⁵, ou seja, de apenas três anos depois da conquista de Malaca pelos portugueses, são narradas as primeiras interações entre os lusos e os chineses. O comissário da província de Guang-dong se queixa à corte sobre os portugueses não comercializarem itens de maior importância, como alimentos, roupas ou seda, dedicando-se ao fornecimento de madeira aromática, cascos de tartarugas e pimentas. Acrescenta que a administração local:

⁸² A riqueza gerada pelas atividades desse navio português conhecido como “nau do trato” (entre os chineses, por conta da coloração da madeira de seu casco, era conhecido como “navio negro”) foi grande. Sua dinâmica era a seguinte: a partida da embarcação ocorria em Goa, carregada com tecidos do Guzerate. Esses tecidos eram trocados por pimenta em Sumatra ou na região de Banda, na Insulíndia. Chegando em Macau, os portugueses usavam a pimenta como moeda de troca pela seda, a levando para o Japão, quando conseguiam a valiosa prata. Voltando para Macau, a prata era vendida e se conseguia cobre e porcelana, de lá regressando para Goa, cuja alfândega recebia valiosos recursos. Junto com esse tráfico principal, é importante apontar que uma miríada de outros produtos traziam à cena novos lugares e uma infinidade de pequenos mercadores, contribuindo para a expansão comercial, com diversos produtos partindo e chegando de Goa para a África, América e Europa.

⁸³ São de extrema beleza as manifestações artísticas japonesas em pinturas que retratam cenas de atividades comerciais portuguesas. A título de exemplo, um rico biombo de fins do século XVI, hoje exposto no museu da cidade de Kobe, no Japão, mostra várias cenas em torno da chegada da nau do trato em Nagasáki. Nas imagens, além do belo navio e os numerosos membros de sua tripulação, existem vários comerciantes que trazem animais pequenos, cavalos, caixotes e tecidos. Há também os líderes do grupo português, se destacando o que está com roupa vermelha e acompanhado por um escravo negro que lhe protege com um guarda-sol. Os japoneses aparecem muito bem-organizados e demonstram curiosidade com a chegada dos estrangeiros. Existem muitos escravos negros carregando diferentes tipos de mercadorias (Figura: 13).

⁸⁴ Toda a documentação é organizada em 8 volumes, composta por cerca de 40 mil manuscritos referentes a diários, relatos das atividades dos imperadores, relatórios das relações políticas internas e externas à corte, além de uma parte que engloba as chamadas “outras fontes”, tais como memórias e assuntos relacionados a outros governos e povos. Essa coletânea foi traduzida do chinês ao inglês pelo historiador Geoffrey Wade, como parte de seu doutorado na Universidade de Hong Kong (1994). Australiano, o Professor Geoffrey Wade faz parte do grupo de estudos asiáticos da Universidade Nacional Australiana, dedicando-se ao estudo do islamismo e das redes comerciais no sudeste da Ásia.

⁸⁵ Na tradução feita pelo Professor Geoffrey Wade existem duas datações: a ocidental e a do calendário dinástico chinês. De acordo com essa última, a título de exemplo, seria o 6º dia do 6º mês do 9º ano do reinado do imperador Zheng-de.

foi autorizada a cobrar impostos proporcionais com as cargas dos navios, abrindo, assim, o comércio. Isso resultou em milhares de pessoas ruins [da própria China] construindo enormes navios, comprando armas de forma particular, engajando-se em atividades malignas nos mares, se ligando ilicitamente com os vários portugueses e trazendo grandes danos à região (p. 1952⁸⁶).

No citado trecho se percebe a preocupação das autoridades locais com a disseminação das armas de fogo, mesmo porque nessa época ainda ocorriam muitos ataques de piratas japoneses, acusados pelos chineses de serem aliados dos portugueses. Em parte, isso explica as negativas da corte chinesa para abertura de comércio com os lusos nos primeiros anos logo após sua chegada.

Apesar de todas as dificuldades, os portugueses não abandonaram as atividades comerciais pelo sul da China. Em um texto de 1521, o escrivão do governo chinês, chamado Wu-zong, também aponta preocupação com a presença dos portugueses, que já haviam chegado na cidade de Guang-dong, que serviria de base para a futura ocupação de Macau anos depois. Segundo ele:

Há pouco tempo, eles navegaram até aqui com grandes barcos e tomaram abruptamente a província de Guang-dong. O som das suas armas chocara a cidade e os subúrbios. As pessoas que ficaram nos postos violaram o banimento de comunicação, enquanto os que vieram para a capital eram ferozes, imprudentes e ansiosos por supremacia. [...] Aqueles que ficaram começaram a sequestrar e comprar pessoas e erguer casas com a intenção de fixar residência (p. 1973-76).

Após muitos conflitos e negociações, em 1550 foi dada permissão aos portugueses para se estabelecerem em Macau, com a condição de apenas se relacionarem ao comércio, não interferindo nas questões do governo e no dia a dia da população. Porém, os próprios comerciantes chineses agiam de forma diferente do pensamento da corte de Pequim, já que eram atraídos pelos diferentes produtos de origem europeia e africana.

É perceptível na documentação que a insatisfação do governo central chinês não é apenas com as ações dos comerciantes portugueses. Suas críticas eram ferozes contra os

⁸⁶ Este é o único material documental utilizado na tese ao qual não tive acesso direto. Por se tratar de um tema muito específico e de uma língua tão diferente, as partes citadas da coletânea *Ming Shi Lu* foram coletadas no artigo “*Ming Shi Lu* ou história oficial da Dinastia Ming: possibilidades de estudo sobre o mundo português moderno na Ásia”, publicado pela revista *Veredas da História*, escrito pela historiadora brasileira Maria Clara Porto Lima. A referência da paginação dos trechos dos documentos indica a paginação da coletânea organizada pelo Professor Geoffrey Wade.

comerciantes chineses e administradores corruptos das províncias do Sul, onde se concentravam as ações comerciais lusas. O mesmo Wu-zong, agora em um documento de 1517, afirmava que a responsabilidade pela rápida ascensão portuguesa naquela região era da cobiça dos próprios chineses:

O comissário de administração Wu Ting-ju, plausivelmente argumentou sobre os benefícios a serem obtidos e solicitou que todos os navios fossem recebidos. O grande coordenador regional e o inspetor do Ministério da Receita foram iludidos e a proposta foi aprovada. Não muitos anos depois, os problemas com os portugueses começaram (p. 1966).

O império português experimentava um de seus momentos de maiores avanços e mudanças. Ao mesmo tempo em que o antigo modelo de expansão, baseado no controle dos mares, se somava com algumas conquistas territoriais tanto na América quanto na Ásia, os mercadores ampliavam as áreas sob influência dos portugueses e novas atividades comerciais despontavam nos oceanos Atlântico, Índico e agora também no Pacífico (COSTA, 2014, p. 137).

Mas, apesar de todas essas mudanças a área mais prestigiada continuava sendo a Ásia. Prova disso são os fidalgos escolhidos para o governo do Estado da Índia e a organização de seus títulos, bem diferente do que se dava no Brasil. Os importantes cargos eram restritos aos integrantes de poucas famílias tradicionais, com destaque aos Meneses, Mascarenhas, Noronhas, Castros e os Coutinhos, de onde, por exemplo, saíram vinte dos quarenta governadores e vice-reis entre 1550 e 1671.

Entre 1505 e 1548, o Estado da Índia foi governado na maior parte do tempo por fidalgos com o título de governador, sendo apenas três as exceções: D. Francisco de Almeida (1505-1509), D. Vasco da Gama (1524) e D. Garcia de Noronha (1538-1540). Em 1548, D. João de Castro teve seu mandato renovado com o título de governador substituído pelo de vice-rei, seguindo ordens de D. João III.

A partir desse episódio, todos os governantes do Estado da Índia nomeados diretamente pela Coroa receberiam sempre o título de vice-rei, com o título de governador aplicado aos sucessores dos vice-reis para os casos de morte ou impedimento, nomeados por meio do sistema de cartas de sucessão.

Em 1548, deu-se a criação do governo-geral do Brasil. Como já dito, sua importância simbólica era bem menor e continuaria assim por muitos anos. Conseqüentemente, o

representante do rei na América não poderia ter o mesmo título e honras do governante do Estado da Índia. Seria apenas em 1640 que o Brasil receberia o primeiro vice-rei, com seu território tornando-se um vice-reinado apenas em 1714 (COSTA, 2014, p. 137).

Os comerciantes independentes ganhavam maior espaço em todo o império. O comércio de açúcar e de escravos nunca fora monopólio real, com a coroa sempre cobrando taxações. Os particulares buscavam novas áreas de obtenção de produtos como também para sua comercialização. A própria ocupação do interior do Brasil se dava dessa forma, sendo um bom exemplo a fundação da vila de São Paulo de Piratininga, em 1554, primeira povoação distante do mar a surgir.

Nos mares orientais não era diferente. Os privados constantemente criavam rotas de comércio, com a Coroa se distanciando do controle de todas aquelas trocas que se alargavam em quantidade e variedade. Fidalgos que se destacavam na defesa dos interesses da Coroa recebiam concessões de rotas, passando a arcar com os pesados investimentos e a enfrentar os inúmeros riscos daquelas operações. Com essas concessões, a Coroa deixava de oferecer outros tipos de recompensas, que provocavam enormes sangrias aos seus cofres, evitando desgastes e todos os riscos envolvidos na ampliação das atividades comerciais.

Esses fidalgos, assim, precisavam se dedicar à atividade comercial para obter seus ganhos financeiros como consequência dos serviços prestados ao rei em ações militares ou diplomáticas. Muitas vezes, por inaptidão ou por não considerarem a atividade comercial nobre, acabavam vendendo esses direitos comerciais para terceiros, que de fato se tornavam mercadores. Esses terceiros não se tratava de nobres capitães que atuavam em nome do rei, como foram Gama e Cabral que miraram portos e negócios já definidos pelo monarca, mas sim aventureiros e ex-soldados que exploravam aquelas regiões em busca de vultosos lucros. Dessa movimentação, mais rotas surgiram no Golfo de Bengala, Insulíndia e no mar da China.

Consequentemente, novidades apareciam e renovavam os interesses europeus pelos luxuosos produtos asiáticos, sendo bons exemplos a laca japonesa e as porcelanas chinesas, todos para lá chegando por meio da Carreira da Índia. Isso demonstra toda a vitalidade daquele império, capaz de recuperar em novas atividades perdas ocorridas em atividades mais antigas.

Todas essas transformações, em fins do governo do *Piedoso*, viriam a ter importância decisiva um século depois, quando o Brasil, grande aposta deste monarca, se tornaria o novo sustentáculo econômico na luta pela Restauração. Mas, apesar de tudo, o governo do D. João III continuava sendo encarado por muitos contemporâneos no Reino como uma fase de decadência do Império. Somava-se a isso a preocupação acerca da hereditariedade do trono. A

maioria de seus irmãos e todos os filhos haviam morrido, ameaçando a continuidade da dinastia de Avis. Tanto é que quem subiria ao trono foi D. Sebastião, único neto do monarca, contando apenas com três anos de idade.

Na prática, o império enfrentava muito mais sucessos do que perdas, mas em Lisboa as perdas tinham mais relevância. Como visto, novas atividades faziam suportar os recentes prejuízos e ainda ampliavam as riquezas que chegavam ao Reino, mas comentários de insatisfação transbordam nas documentações do período⁸⁷. Uma prova desse crescimento de riquezas eram os cada vez mais constantes ataques de corsários, em especial dos franceses. Várias embarcações foram perdidas, mas em sua maioria de pequeno tamanho e pertencentes a particulares. As grandes armadas sempre eram escoltadas, com apenas duas sofrendo ataques. As perdas, assim, eram suportáveis, perante toda a ampliação comercial que ocorria, tanto para a Coroa quanto para os privados.

Essas falas catastrofistas são presentes em muitas documentações do período de governo de D. João III. Mas, elas também precisam ser compreendidas como sendo parte das peças de uma intrincada luta política do período e dentro de todo cenário de mudanças que ocorriam pelo império. Tal como em qualquer outro momento histórico, não é possível se ter um retrato fiel da realidade, sendo possível apenas o conhecimento das diferentes visões de mundo existentes por meio do debate e embate de interpretações.

Se percebe claramente uma fidalguia e grupos a ela ligados sempre queixosos por perder influência, perante novos grupos privados que assumiam o protagonismo nas atividades do império. Esses fidalgos se ressentiam por serem remunerados por meio de oportunidades de negócios, em vez de novos cargos e tenças. Todas as rivalidades entre seus grupos ampliavam as críticas e insatisfações, mesmo com o império crescendo na maioria de suas áreas de atuação, com exceção do Marrocos.

Assim, a opinião pública e a fidalguia começavam a alimentar uma visão saudosista do início do século, visto como uma idade de ouro já perdida. Importantes obras de cunho cronístico eram impressas justamente na década de 1550, alimentando essas opiniões, recordando uma antiga época heroica que já se passara. Exemplos foram os já citados *Décadas da Ásia*, de João de Barros, *História da Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda e os *Comentários de Afonso de Albuquerque*, organizados por seu filho. Todas elas iriam influenciar escritas posteriores, como a do próprio Diogo do Couto, onde o sentimento de decadência se fortalecia, não correspondendo com a realidade geral de expansão.

⁸⁷ No capítulo final deste trabalho entenderemos alguns dos motivos dessa situação.

Assim, as ampliações comerciais que dilatavam a presença lusa no Oriente não eram ditadas por um plano oficial. Os mercadores independentes seguiam as oportunidades que apareciam. Neste mesmo cenário de expansão, outro personagem ganhava muita força e contribuía para o alargamento da presença portuguesa e cristã naquelas vastas paragens: o missionário.

1.9- Sobre a presença dos religiosos cristãos no Oriente a partir das ações portuguesas:

As palavras do Frei franciscano Paulo da Trindade (1570-1651) caracterizam bem a união ocorrida entre a expansão portuguesa, por meio da imposição de sua força militar, e a expansão das ações missionárias católicas no Oriente. Ele residia em Goa quando escreveu a obra *Conquista espiritual do Oriente em que se dá relação de algumas cousas mais notáveis que fizeram os Frades Menores da Santa Província de S. Tomé da India Oriental*, de 1638, onde afirma:

As duas espadas do poder civil e do eclesiástico andaram sempre tão unidas na conquista do Oriente que raramente encontramos uma a ser utilizada sem a outra; porque as armas só conquistaram através do direito que a pregação do Evangelho lhes dava, e a pregação só servia para alguma coisa quando era acompanhada e protegida pelas armas (TRINDADE, 1967, p. 127).

No mesmo sentido caminham as reflexões do Padre Antônio Vieira (1608-1697). Em sua *História do Futuro*, publicada postumamente, em 1718, ele descreve o quanto as atividades comerciais e a expansão da fé se expandiam juntas pela Ásia:

Sei que não é cousa nova em Deus, quando quer passar a religião de um reino a outros, meter neles a Fé às costas do interesse [...]. E em quantas províncias achou o Evangelho fechadas as portas e, depois que o comércio bateu a elas, as teve abertas e francas? Se não houvesse mercadores que fossem buscar a umas e outras Índias os tesouros da Terra, quem havia de passar lá os pregadores que levam os do Céu? Os pregadores levam o Evangelho, e o comércio leva os pregadores (VIEIRA, 1855, p. 93).

O que justificava essa união é o exercício do *Padroado* detido por Portugal nas ações oficiais cristãs em seus territórios no ultramar, direito concedido pela Igreja de Roma

originalmente a Ordem de Cristo. Como visto, ela recebeu completa jurisdição espiritual nas terras recém-descobertas e ainda a serem descobertas. Posteriormente, importantes bulas e pontifícios foram concedidos pela Igreja de Roma para confirmar de forma oficial, perante o restante da Cristandade, essas ações portuguesas⁸⁸.

De certa forma, a liberalidade dos papas dos séculos XV e XVI perante as ações de Portugal e Espanha no ultramar se ligavam a suas maiores preocupações com a expansão turca no Mediterrâneo e das Igrejas Protestantes pela Europa. Os papas não viam problemas no fato dos monarcas ibéricos precisarem arcar com as despesas de construção das igrejas, manutenção da hierarquia eclesiástica e ações missionárias, em troca dos privilégios de nomearem os bispos, instituírem novas Sés, cobrarem dízimos e impostos eclesiásticos (BOXER, 2007, p. 225).

Por isso, do lado português foi vista a instalação de sucessivas estruturas eclesiásticas ao longo do século XVI. Em 1514, foi estabelecido o bispado do Funchal, na Ilha da Madeira. No governo de D. João III, em 1553, surgiram os bispados de Goa, Angra, Cabo Verde e São Tomé. Ainda com ele, em 1551, surgiu o de Salvador. Em seguida, Goa fora elevada à dignidade metropolitana, contando com dois bispados sufragâneos, Cochim e Malaca. O avanço na cristianização oriental fez a Santa Sé autorizar a criação da diocese de Macau, em 1576, e a do Japão, em 1588.

Nas primeiras décadas da expansão marítima e comercial, o papel da Igreja era a de acompanhar as novas povoações cristãs pelo mundo, ampliando a Cristandade. Assim, de forma geral, os clérigos não se interessavam por singrar regiões além dos limites já conhecidos, tanto no império português quanto no castelhano. Por isso, D. João III ao reformar os regimentos das fortalezas entre 1526 e 1527, colocava a responsabilidade da conversão sobre os seus capitães.

Com o tempo, cada vez mais missionários partiam junto com as armadas portuguesas. Esses enfrentavam dificuldades enormes, tais como as longas distâncias, as múltiplas manifestações culturais das diferentes regiões e povos e os desafios da comunicação. Tiveram que aprender as línguas locais a partir dos poucos e precários intérpretes existentes, sendo suas principais conquistas a conversão de mulheres asiáticas casadas ou não com os portugueses, escravos domésticos e pessoas miseráveis.

A força da ação missionária ampliaria muito em meados do século XVI. Em 1540, ocorreu a fundação da Companhia de Jesus, que atraiu de imediato a atenção de D. João III,

⁸⁸ Para melhor compreensão das *Bulas*, retomar leitura da nota de rodapé número 21.

com um dos seus fundadores, Francisco Xavier⁸⁹, partindo para a Índia em 1541, na armada do governador Martim Afonso de Sousa (1542-1545). Em 1542, os jesuítas já estavam instalados em Goa, com Francisco Xavier partindo para o Japão em 1549, tornando a conversão desta região a mais vitoriosa do século, lá chegando em uma nau de mercadores⁹⁰.

Por meio de diferentes métodos de persuasão e do uso da força, a expansão cristã acelerou em especial na costa ocidental indiana, nas regiões próximas de bases comerciais e militares portuguesas. A partir de 1540, a destruição de templos e a proibição de cerimônias religiosas hindus, budistas e muçulmanas ganhou força, além do surgimento de leis que favoreciam os convertidos em relação aos nativos que insistiam em manter suas crenças originárias.

Concílios eclesiásticos realizados em Goa, a partir de 1567, ditavam as ações da política missionária portuguesa no Oriente, indo na esteira do vigor surgido na Igreja após o Concílio de Trento. Um exemplo é o decreto de 4 de dezembro de 1567, que determinava que nas áreas controladas pelos portugueses os templos pagãos, bem como seus livros sagrados, deveriam ser destruídos, além da proibição do trânsito de peregrinos asiáticos que se dirigiam para templos e cidades sagradas distantes.

Tais leis coercitivas praticamente deixavam sem opção a população nativa, que ou devia se cristianizar ou simplesmente tentar fugir. É certo também que a aplicação dessas leis variava muito de acordo com os interesses comerciais envolvidos e os vice-reis e arcebispos que assumiam o poder. Tanto é que essas mesmas leis coercitivas de 1567 liberavam templos em importantes entrepostos comerciais, tal como as mesquitas de Ormuz, os templos hindus de Diu e os templos chineses (budistas e taoístas) de Macau.

Essa maior liberalidade concedida às religiosidades nativas de áreas ligadas aos interesses comerciais não era diferente em Goa. Sobre o dia a dia dessa cidade entre os anos de 1583 e 1589, o calvinista holandês Linschoten conta em sua obra de 1599:

toda a espécie de gente como indianos, pagãos, mouros, judeus, arménios, guzarates, banianos, brâmanes e todas as nações e povos da Índia que vivem e negociam todos aqui eram autorizados a ter liberdade de consciência, desde

⁸⁹ Francisco de Jasso Azpilicueta Atondo y Aznáres nasceu em Xavier (região de Navarra, na Espanha), em 1506. É considerado pela Igreja Católica o maior missionário na conversão ao Cristianismo desde São Paulo. Foi um dos fundadores da Companhia de Jesus, atuando no Oriente, em especial na região da Índia, Macau e do Japão, sendo conhecido como o "Apóstolo do Oriente". Sua canonização ocorreu em 1622, pelo Papa Gregório XV, juntamente com a canonização de Inácio de Loyola. Faleceu em 1552, enquanto atuava em Sanchoão (ilha chinesa situada ao sul da província de Guang-dong).

⁹⁰ O sucesso missionário no Japão foi tamanho que inclusive ajudou a fortalecer a atividade comercial lá desenvolvida pelos portugueses.

que praticassem os seus ritos e outras invenções supersticiosas e diabólicas à porta fechada (LINSCHOTEN, 1977, p. 170).

Os interesses comerciais precisavam sempre ser considerados. Ainda no tempo de Afonso de Albuquerque, os mercadores muçulmanos e os marinheiros guzerates eram de grande importância na região do Índico Ocidental, como podemos observar em uma carta enviada por ele a D. Manuel I, em outubro de 1514:

Os mercadores muçulmanos têm as residências e os estabelecimentos nos melhores portos dos hindus. Têm numerosos navios muito grandes, e fazem um grande comércio, e os reis hindus estão muito intimamente ligados a eles, devido ao lucro anual que obtêm deles. E os banianos de Cambaia, que são os mercadores hindus mais importantes destas regiões, dependem inteiramente da navegação muçulmana (ALBUQUERQUE, 1942, p. 125).

Dentro da esfera de atuação do Padroado, que em sua extensão máxima, na segunda metade do século XVI, ia do Brasil ao Japão, os monarcas portugueses tratavam com o clero como se fossem mais um grupo de funcionários estatais, dando-lhes ordens na esfera religiosa sem prévia consulta a Roma. Era comum ordenarem que os religiosos não seguissem determinações de bulas que não eram previamente autorizadas pelo monarca ou que poderiam diminuir seu poder, além de não permitirem a ordenação de missionários em terras coloniais que não haviam chegado com consentimento de El' Rei e em navios portugueses.

Ao mesmo tempo, era muito comum que as rendas conseguidas pela cobrança de dízimos não serem suficientes para a manutenção básicas das missões, igrejas e dos religiosos, tendo o Reino que arcar constantemente com subsídios, apesar de que nem sempre tais recursos de fato chegavam ao destino de forma completa e no tempo necessário. Por isso, eram constantes as queixas do Conselho de Goa, governadores e vice-reis ao fato do Reino gastar excessivamente com as ações religiosas, justificando a falta de recursos para outros fins, mesmo em tempos de graves concorrências comerciais e conflitos armados.

Consequentemente, as ações missionárias na Ásia precisavam contar com a ajuda de doações de particulares ou então recorrer a atividades comerciais, em especial nas regiões mais pobres. Os jesuítas, voluntária ou involuntariamente, foram os que mais se lançaram a essa alternativa, em especial no Japão. Um exemplo é a defesa do Padre Alessandro Valignano

(1539-1606)⁹¹ da acusação a ele feita de comércio ilegal de ouro e sedas chinesas para a Índia, em 1599:

Pela graça de Deus não nasci filho de mercador, nem nunca o fui; mas sinto-me feliz por ter feito o que fiz para bem do Japão, e acredito que Nosso Senhor também o considera bem-feito e que me dá e dará muitas recompensas por isto. Porque se Sua Divina Majestade não me tivesse inspirado a fazer o que fiz pelo Japão, podia muito bem ser que o Japão estivesse agora a braços com uma crise ainda pior e sem qualquer esperança de remédio. Por conseguinte, meu amigo, aquele que está bem alimentado e não sente a falta de nada, não pode ser um bom juiz das dificuldades que assaltam os que estão a morrer de fome em grande privação. E se alguma de Vossas Reverências pudesse vir aqui ver de perto estas províncias, com as suas enormes despesas e os miseráveis rendimentos e capital, proveniente este último de processos incertos e perigosos, posso assegurar-lhes que não passaram calmamente o tempo a dormir [...] por conseguinte, Vossa Reverência e o padre visitador deviam apoiar-nos neste assunto e não discutirem conosco (VALIGNANO, 1944, p. 201).

A ação conjunta entre jesuítas e mercadores se materializaria pela fundação de Nagasáki, em 1570, vindo essa cidade japonesa a se tornar o mais extremo posto comercial português. Nunca se tornou uma cidade colonial com oficiais ou soldados de El'Rei, cabendo ao capitão da nau do trato defender os interesses lusos quando lá estavam. A mesma contribuição entre jesuítas e mercadores ocorreu em Macau, com os religiosos influenciando diretamente na fixação portuguesa concedida pelas autoridades locais, na década de 1560.

Diogo do Couto reconhece essas ações jesuítas como centrais na ampliação da presença cristã e do poder luso por toda a Ásia. Em sua *Década X*, afirma:

Como os padres da Companhia de Jesus, verdadeiros agricultores do Ceo, andavam espalhados pela Índia pera romperem matos marinhos, e estereis, e cortarem todos os espinhos, e cardos das idolatrias, cujo fruto havia tantas centenas de annos não era outro que morte, e perdição; e como as Aldeias de Salsete, que são sessenta e seis, tão vizinhas á Ilha de Goa, que erão do Estado da India, estavam ainda para cultivar, querendo dispôr por todas ellas a planta Evangelica, que desse fruto de vida, puzeram mãos á obra pelos annos do

⁹¹ Alessandro Valignano (nascido na comuna italiana de Chieti, em 1539; faleceu em Macau, em 1606), fez seus estudos jesuítas em Nápolis, se tornando um dos missionários mais importantes na expansão do cristianismo no Extremo Oriente, se destacando especialmente no Japão. Em 1573, foi nomeado supervisor da ação missionária do Padroado português. Foi por meio de suas ações de conversão do daimyo Omura Sumitada (1533-1587), que o controle do porto de Nagasaki passou para as mãos dos portugueses. Com ele também fora fundado o Colégio de São Paulo, em Macau, no ano de 1594. Essa instituição se tornaria a norteadora da ação missionária no Extremo Oriente, além de centro dos primeiros estudos sinólogos ocidentais. Sendo um defensor da necessidade de os missionários conhecerem e se adaptarem aos costumes locais, foi dele o primeiro esforço para a construção de dicionários de português e latim das línguas japonesas e chinesas. Foi autor da obra *Catechismus Christianae Fidei*, impressa em Lisboa, no ano de 1586, pela oficina de António Ribeiro e Manuel da Lira.

Senhor 1559, aonde com muito trabalho de corpo, e espirito começaram a cortar e dissipar o mato bravo, de que todos aquelles campos estavam cubertos, achando pera isso grandes inconvenientes, e impedimentos em os naturaes; mas grandes favores entre em todos os Viço-Reys, e Governadores da Índia (Década X, L. I, cap. III, p. 410-411).

Já na *Década XII*, Couto aponta a postura sempre correta dos religiosos presentes no Japão, que não se desviavam da castidade mesmo tendo presente tão formosas mulheres:

[...] e tanto foi Deos nosso Senhor cumprindo os bons intentos destes Obreiros Evangélicos, que os mais dos Reys lhe ofrecêram lugares pera Igrejas, chamando-os cada hum pera si, porque folgavam de comunicar com homens de tanta virtude e exemplo. E isto lhes succedeo sempre, depois de estarem nestas Ilhas, que com andarem muitos, e sós, e apartados do ministério da conversão das almas entre moças muito formosas, que as ha naquellas Ilhas, tanto como as da Europa, até hoje, por misericórdia de Deos, se não achou Padre nem de Missa, nem Leigo comprehendido em hum máo exemplo, nem escândalo: e assim por sua limpeza fertilizáram seus campos, e suas sementeiras, com o grão do Evangelho (Década XII, Cap. XIX, p. 155-156).

A grande maioria dos bispos que para o Oriente partiram, nunca chegaram a retornar para a Europa, cumprindo suas atividades por toda a vida naquelas partes. Por vezes, chegavam a trocar de diocese, sendo bem frequente o bispo de Cochim ser promovido a arcebispo de Goa, cargo que garantia muita autoridade na Ásia ao seu detentor. Tal poder e influência se tornaria tão grande que gerou uma série de críticas, em diferentes campos, acerca da interferência religiosa nos assuntos da política portuguesa na Ásia. O próprio Diogo do Couto, que ao mesmo tempo elogia as ações missionárias dos religiosos, se colocava veementemente contra suas interferências na esfera política.

Na *Década IX*, relata um episódio ocorrido em tempos do governador António Moniz Barreto (1573-1576), quando o fidalgo Vasco Fernandes Homem recebera a ordem real de procurar as Minas de Manichás, no interior do território de Moçambique, mas foi persuadido pelo padre Francisco de Monclaros que abandonasse a ordem real e fosse para a fortaleza de Moçambique, o que fez com que o fidalgo, posteriormente, recebesse séria repreensão de seu primo Francisco Pinto Pimentel, que aconselhava que cada um cuidasse do que lhe é a função ao qual é devidamente conhecedor e experiente:

[...] que não desse mais ouvidos a Religiosos nas materias de guerra, pois se não creáram nellas, nem a versavam, e que lhes dissesse, quando lhe aconselhassem neste particular, se seria acertado; sendo elles Letrados,

perguntarem a elle Governador matérias da Sagrada Theologia, pera que lhas decidisse, não estudando elle, nem professando ciencias; que o acertado era cada hum usar do seu officio, e das faculdades que professavam, porque tudo o mais servia de confusão. O capitão Vasco Fernades Homem entendeu que lhe fallava como parente, e amigo, e logo se preparou pera se tornar [...] (Década IX, Cap. XXIV, p. 204-206).

Alguns estudos apontam que em fins do século XVI existiam 1 milhão de cristãos nas áreas diretamente ligadas as ações missionárias, desde as costas orientais africanas ao Japão. Número relativamente pequeno em comparação aos vários milhões que viviam na Ásia, mas muito significativo se levarmos em consideração que as ações de fato começaram a partir de 1550 e sempre com número restrito de padres (BOXER, 1981, p. 94).

Além disso, é preciso enfatizar que as ações dos missionários não miravam apenas os indivíduos da população asiática comum. Muitos deles se ligaram aos poderosos daquela época, sendo bons exemplos os missionários jesuítas que se estabeleceram na corte do grão-mogol e na corte do Taiko Hideyoshi do Japão. Franciscanos converteram o governador cingalês de Kotte, que posteriormente doaria a ilha de Ceilão ao rei de Portugal. Agostinianos foram recebidos pelo xá da Pérsia, além dos dominicanos em Sião e no Camboja.

Ao longo do século XVII os papas passaram a ter uma visão completamente diferente e contrária acerca da permanência do Padroado português e ao *Patronato* espanhol na América. Agora, se entendia que essa autoridade concedida aos monarcas portugueses e espanhóis (unidos por Filipe II, em 1580) era inconveniente e subversiva em relação a autoridade de Roma e dos papas. Na América, tanto espanhola quanto portuguesa, as ações religiosas ibéricas já eram muito estruturadas e pouco mudaram. Situação diferente ao que se viu nos territórios dominados ou influenciados pelas ações missionárias portuguesas pela Ásia e África, já que sua presença havia sido gravemente ferida e diminuída como consequência das ações comerciais e militares de holandeses e ingleses. Por isso, ocorreu um crescente recrudescimento das ações missionárias portuguesas diante de várias outras, em especial de religiosos franceses e italianos organizados diretamente por Roma.

As queixas levantadas contra a ineficiência do Padroado eram de vários âmbitos, se destacando a nomeação funcionários eclesiásticos indicados mais por interesses políticos do que religiosos; a força excessiva dos decretos reais que transpunham as bulas e documentos pontifícios; o envio insuficiente de recursos financeiros para a manutenção do clero, ações religiosas e igrejas; bispados recorrentemente vagos; a relutância da ordenação de padres

asiáticos que tinham a devida qualificação para tal; a continuidade do batismo à força; a constante recusa dos jesuítas para colaborarem com as demais ordens religiosas; a vastidão das Sés, o que impedia ações mais duradouras; além de críticas ligadas diretamente aos costumes de muitos portugueses, muito cruéis e imorais, em especial ao concubinato e vícios de todas as espécies.

1.10- A estruturação da Carreira da Índia:

Antes das famosas caravelas dos descobrimentos, os navios utilizados nas primeiras viagens atlânticas pelos portugueses foram a barca e o barinel. Muito mais simples e leves, eram embarcações típicas da navegação costeira, mas que iam sendo adaptadas para se navegar mais distante do litoral. Com o passar do tempo, as evidências de existência de terras cada vez mais distantes e o maior conhecimento dos regimes de ventos, correntes marítimas e das estrelas, exigia a necessidade de embarcações mais modernas e aptas aos novos desafios, originando as caravelas. Ao se chegar na Ásia, novas necessidades militares e comerciais se imporam, o que gerou o surgimento das naus e galeões portugueses.

Os navios usados por Vasco da Gama eram equipados com velas redondas, úteis na navegação em que se seguia o sentido favorável dos ventos, vindos da popa, típico da navegação em mares mais conhecidos. Essas embarcações eram as naus, que se tornaram o principal meio empregado na Carreira da Índia durante o século XVI. De forma geral, possuíam três cobertas, três mastros com as citadas velas redondas, e velas latinas no mastro de ré, além de serem munidas com peças de grosso calibre.

Conforme aumentava-se a tonelagem dos navios, se ampliava também o calibre de suas peças de artilharia, com parte delas pesando algumas toneladas. A falta de padronização anterior em sua produção, dificultava muito a recarga de munições. Por isso, as diferentes peças eram denominadas de várias formas, seguindo geralmente os motivos decorativos que traziam. Uma padronização viria apenas em fins do século XVI, com o agrupamento de três modelos (canhões, pedreiros e colubrinhas).

Naus de aproximadamente seiscentas toneladas levavam em média quarenta peças de artilharia, sendo metade de grosso calibre. Mas, havia muita variação, já que tudo também dependia da capacidade financeira dos armadores, mesmo porque só a parte de artilharia chegava a corresponder 25% dos custos de uma “nau da Índia”.

Na década de 1520, surgiu o galeão português, que trazia muitas diferenças em relação aos galeões espanhóis e ingleses. Ele era especializado para combates em alto mar, sendo fortemente armado com canhões para tiros de curta e longa distância, com seus militares não desprezando a abordagem direta, encarada como mais digna e decisiva. Assim, a poderosa artilharia dos galeões era de fato empregada no início da ação, sendo o objetivo final a abordagem direta e o uso de vários tipos de armas brancas, incendiárias, de arremesso ou mesmo de fogo. Apesar de ter a mesma tonelagem de uma nau, seu casco era mais comprido, baixo e estreito. Tinha vários mastros, que traziam velas latinas e redondas, o que aliado ao formato do casco, a deixava bem manobrável. Nesse momento, a indústria naval crescia de forma inimaginável, aproveitando a antiga experiência dos tempos de navegação de cabotagem por conta da pesca e comércio.

Nas naus e galeões, durante meses, viviam em média oitocentas pessoas, entre tripulantes e passageiros. Formava-se aí uma espécie de microssociedade. Normalmente nomeado pelo rei segundo critérios de cunho social, o capitão era a autoridade máxima. Não necessariamente possuía conhecimentos náuticos, que ficava a cargo do piloto, logo abaixo na hierarquia.

Dois outros oficiais eram o mestre e o condestável. Àquele cabia a função de organizar e supervisionar os marinheiros, com o segundo sendo responsável pela artilharia e seus bombardeiros. Havia vários tipos de artífices, tais como carpinteiros e calafates. Funções mais técnicas como escrivão, cirurgião e capelão também existiam a bordo. Completando a tripulação, que em média era formada por 150 pessoas, seguiam aproximadamente sessenta marinheiros e sessenta grumetes (ajudantes de marinheiros e responsáveis pelos serviços de limpeza). Os soldados eram o grupo geralmente mais numeroso, além de algumas centenas de passageiros, comerciantes, funcionários da administração e religiosos (DOMINGOS, 1992, p. 56).

Das armadas que a cada ano partiam de Lisboa para o Oriente, alguns navios voltavam com os produtos, sendo denominados de naus de carreira ou naus de viagem. Os que lá ficavam, ajudavam a compor as armadas permanentes de alto bordo.

Acerca do calendário das viagens, o mais viável era as armadas saírem de Lisboa entre março e abril, chegando na Índia em setembro, fugindo do período das fortes monções. Após ultrapassarem o Cabo da Boa Esperança, duas rotas eram possíveis. A rota normal, que rumava

ao lado da Ilha de São Lourenço (Madagascar), parando em Moçambique para fazer a aguada⁹² e o refresco de todos que iam a bordo, partindo depois para a costa da Índia. Já a outra ia por fora, como consequência de ter saído tarde de Lisboa ou ter se demorado no percurso, não podendo passar por Moçambique e rumando direto para a Índia, sem escalas.

A torna-viagem devia ocorrer até início de fevereiro. A demora na carga das embarcações, muitas vezes, acarretava atrasos na partida, o que comprometia a viagem e provocava perdas de embarcações.

O trecho mais difícil costumava ser próximo da linha do Equador, onde a falta de ventos e o intenso calor provocavam pouco avanço dos navios e as condições de vida se tornavam lastimáveis. Passada essa etapa, a grande variação do clima, ao se aproximarem do hemisfério sul, acarretava novas dificuldades [o que também ocorria no sentido oposto]. A falta de alimentos e água em boas condições para o consumo eram parte das adversidades que provocavam a alta mortalidade.

Nas primeiras décadas da Carreira da Índia eram comuns as paradas para a aguada em pontos pré-determinados, como na ilha de Santa Helena e nos Açores. Mas, com o avanço das atividades corsárias, que interceptavam os navios portugueses justamente em pontos de reabastecimento, essas paradas passaram a ocorrer de maneira intercalada, incluindo áreas menos aprazíveis, chegando ao ponto de se eliminar boa parte ou até mesmo todas elas. Tanto é que no século XVII, quando a força inglesa e holandesa crescera muito nos mares, eram cada vez mais constantes as instruções reais para que as embarcações fizessem a chamada “rota batida”, com toda a viagem feita sem nenhuma escala. Nesse novo cenário, a mortalidade chegava a alcançar 50% do número total de pessoas a bordo.

Muitas dessas informações sobre as viagens se originam dos relatórios feitos pelos missionários, em especial, jesuítas. Além de auxiliarem os cirurgiões e barbeiros nos tratamentos disponíveis, como sangrias e dietas, se dedicavam a manutenção de um clima de equilíbrio entre todos os embarcados, já que a fragilidade psicológica era latente. Havia um ditado que dizia: “Se queres aprender a orar, entra no mar”. Medo dos corsários, das doenças, de conflitos e da precariedade da subsistência deixava as relações bastante tensas. A disciplina também ia se perdendo ao longo dos meses de viagem, com vários homens se envolvendo em jogos, que, apesar de proibidos, eram tolerados pelos capitães, provocando a falência de

⁹² Termo utilizado na época para caracterizar o período de alguns dias em que os navios, após semanas ou meses ininterruptos de viagem, paravam para o descanso de todos que iam a bordo, reabastecimento de água e alimentos, além de limpeza e algumas manutenções nas embarcações.

viajantes ou mesmo lutas, que chegavam a mortes. Assim, os atos e encenações religiosas se tornavam centrais, além de serem um dos poucos momentos de atividade social a bordo.

Não houve na história uma rota marítima tão longa, difícil e mortal quanto a Carreira da Índia, durando mais de três séculos, entre 1497 e 1863. Prova disso foi o surgimento da literatura trágico-marítima, como consequência de inúmeros relatos das mais diferentes experiências de naufrágios, publicados em pequenas brochuras ao longo do século XVI, se tornando verdadeiros best-sellers.

As tempestades, ventos, ataques corsários, dificuldades técnicas, fome, doenças e a ganância dos envolvidos eram os principais motivos das catástrofes. Com uma visão ao mesmo tempo terrível e apaixonante, os relatos são feitos por testemunhas que vivenciaram os episódios, ou a partir de suas narrativas aos efetivos escritores. É comum o relato de mastros e conveses sendo quebrados, gritos de pavor, a engenhosidade dos sobreviventes na busca de mecanismos para se salvarem, narrativas detalhadas das intermináveis e perigosas marchas dos naufragos pela África, que enfrentavam a violência dos cafres⁹³, a falta de água e comida, além da fúria de inúmeras feras. Assim, surgia uma literatura pitoresca e dramática, que despertava curiosidade por toda a Europa⁹⁴ (LANCIANI, 1992, p. 71).

São inúmeras também as narrativas de naufrágios ou mesmo esclarecimentos acerca deles existentes nas *Décadas VI, VII, X e XI* de Diogo do Couto. Um bom exemplo, aponta a imprudência do piloto da nau Santiago, capitânia da armada partida de Lisboa em 1585, cujo capitão-mor era Fernão de Mendonça, que não sobreviveria ao naufrágio ocorrido nas costas de Madagascar:

[...] mas como só Deos he o que sabe tudo, não só se enganou o Piloto em seu Sol, e em sua estimativa, mas ainda ensurdeceo pera não ouvir os brados de um marinheiro, homem havido por esperto no Sol, que bradou muitas vezes que o baixo estava por proa, porque elle tomara mais altura; que o bom seria que aquella noite tomassem o rumo por outra via [...] pera se afastarem da Ilha, porque vento levava nas velas pera tudo; e como os Pilotos desta carreira se tem por deoses do mar, e cuidam que sabem mais que todos os homens, a quem a natureza deu melhor entendimento que o seu [...] posto que se não

⁹³ Termo genérico utilizado pelos portugueses para identificar os negros habitantes das costas da região Sul da África.

⁹⁴ Surgiram impressores especializados nesse tipo de texto, com vários dos relatos sendo reimpressos. A título de exemplo, a *Crônica da viagem de Jorge Albuquerque Coelho* (1565) teve duas edições com mil exemplares cada, em uma época em que a tiragem média de um livro na Europa era de trezentos exemplares. Fontes não faltavam, devido aos numerosos naufrágios que constantemente ocorriam. O escritor Bernardo Gomes de Brito (1688-1759) reuniu vários desses relatos no século XVIII, com o título geral de *História trágico-marítima*, tendo em um de seus volumes um relato escrito por Diogo do Couto.

nega que no curso dos tempos e na arte de mareagem sejam elles [os marinheiros] mais expertos pelos muitos annos que tem de curso nesta carreira; assim o piloto, por muito que o marinheiro bradou, e gritou, e não foi ouvido, nem o Capitão Fernão de Mendouça fez nisso nada por não aggravar o piloto [...] e assim se deixou ir ao rumo em que hia até á noite [...] foi a nãoo assim infunada dar num baixo [...] que era de pedra, e com a força com que hia, que era muito grande, assim o foi cortando [...] e ali encalhou [...]. O sobressalto da gente toda em a nãoo foi de feição, por estarem repousando, que sem saberem o que faziam, acudiram assim, e assim alienados, e muitos a quem lembrou mais a alma que o corpo, recorrêram aos Padres de S. Domingos, e da Companhia, que alli vinham, a se confessarem; e houve hum homem que o desattento, e o temor da morte se chegou a hum Padre, que estava confessando outro, e por nãoo saber se lhe faltaria tempo pera se confessar, se começou a acusar dos seus peccados em altas vozes (Década X, L. VII, cap. I, p. 123-126).

Gaspar Gonçalves era o piloto. Ele não tinha a prudência e nem os conhecimentos acumulados de outras pessoas mais simples, como os marinheiros. Um deles chegou a alertar o capitão, mas este, em sua vaidade, não deu ouvidos, o mesmo fazendo o capitão-mor. Diogo do Couto sempre valoriza os portugueses mais humildes em seus escritos, sendo esse caso narrado também exemplo disso. A situação provocaria grande pavor em todos a bordo, em especial aos que estavam dormindo no momento do encalhe e quebra do casco. Como sempre, os padres passam a ser os mais procurados e trabalham até o limite do naufrágio.

As perdas iniciaram logo cedo na história da Carreira da Índia. Na frota de Pedro Álvares Cabral, das treze embarcações iniciais, sete se perderam. Na segunda armada comandada por Vasco da Gama, dos vinte e um navios, cinco naufragaram. Mas, mesmo assim, as riquezas trazidas eram tamanhas que faziam valer todos os riscos e prejuízos, já que os lucros obtidos chegavam a alcançar cinquenta vezes o valor investido nas viagens. A título de exemplo, uma nau saindo de Lisboa custava, em 1506, aproximadamente 8 contos de réis. Ao chegar na Índia, esses 8 contos subiam para 20. Ao regressar a Lisboa, sua carga de especiarias era avaliada em 100 contos de réis. Ou seja, uma nau da carreira chegava a valer mais em sua viagem de volta do que as receitas do Estado no tempo de D. Afonso V. No início do século XVI, a alfândega de Lisboa rendia por volta de 9 contos, passando a render cerca de 115 na década de 1580 (COELHO, 2001, p. 98). Isso prova o aumento dos ganhos do Reino até fins do século XVI.

Defronte a tantas riquezas, nada freava os governantes e mercadores. Tanto é que a causa central dos naufrágios nos primeiros tempos das navegações, relacionadas com a falta de técnicas mais apuradas e conhecimentos geográficos ainda incipientes acerca de correntes marítimas, do céu noturno e dos ventos, se tornou diferente do período seguinte. Agora, mesmo possuindo técnicas e conhecimentos mais avançados, as maiores causas dos naufrágios se

relacionavam com a ganância pelo lucro excessivo, que provocava a negligência dos conhecimentos mais avançados.

Navios carregados muito além de sua capacidade e com a própria carga mal distribuída na embarcação, fruto do carregamento demasiadamente rápido e feito sem o devido cuidado, provocavam a imersão do casco acima da linha normal de flutuação e a inoperância do timão, que não conseguia promover o correto rumo da embarcação, algo que fazia muita falta ao se enfrentar as fortes correntes de vento do Cabo da Boa Esperança. É esclarecedora a denúncia feita por Couto:

Não deixou Martim Affonso de Sousa embarcar nella matalotagem a pessoa alguma, porque à todos os que se embarcáram deo de comer, até aos grumetes. E teve tão boa viagem, que surgio na barra de Lisboa a treze de Junho do ano de quarenta e seis, cousa nunca acontecida até então. E a mesma viagem farão todas as nãos, que partirem tão cedo, e tão lestes como foi esta. E em quanto as naos foram proprias de ElRey, e a carga dellas corria por sua conta, fizeram sempre suas viagens, e aconteciam poucos desastres; mas depois que se contrataram à mercadores, e que a carga dellas correo por elles, são acontecidas grandes perdas, e desaventuras, porque a cubiça do ganho as faz carregar de feição, que nem lhes fica lugar pera se marearem, nem pera levarem bem huma amarra. E assim afogou, e sumio o mar a muitas com o sobejo pezo que lhe põe; e a mór parte das que são desaparecidas, se presume que foi nos primeiros dias com qualquer tempo, porque nem hiam pera se poderem marear, nem alijar cousa alguma, e assim as comeo o mar. E na barra de Cochim se foi huma nao (pelo grande, e espantofu pezo que tinha) ao fundo, porque como lhe mettéram mais daquillo com que podia, não pode o mar com ella, e assim a sorveo. E se estas desordens se não emendão, não deixará de haver todos os annos grandes desastres, e destruições (Década VI, L. I, Cap. I, p. 10-11).

Percebe-se um certo saudosismo por parte de Diogo do Couto, ao afirmar que enquanto as naus eram organizadas a mando do rei, as viagens corriam tranquilas e quase sem desastres. Mas, após a chegada dos mercadores e toda sua cobiça, o sobrepeso das embarcações passou a ser uma constante, tornando-as pouco manobráveis e frágeis, indo a fundo logo nos primeiros dias de viagem.

Mas, é fato que além dos supostos fatores citados acima pelo cronista, somavam-se a cada vez mais frequente inadequação técnica das embarcações. Ao longo das décadas, era cada vez mais comum na construção das embarcações a utilização de madeira ainda verde e tábuas cada vez menores – como consequência da diminuição das florestas após várias décadas de exploração para o fornecimento de madeira aos construtores de navios – , exigindo muitas juntas metálicas que deixavam as embarcações mais frágeis, construções deficientes, obsoletas, com velas em retalhos, bombas em pequeno número ou pouco potentes, cascos mal calafetados

e quase nunca bem revisados. Isso tudo gerava infiltrações e instabilidades de navegação em alto mar.

Numerosas são as fontes que narram os desafios enfrentados nas costas africanas e asiáticas pelos naufragos. Seguiam-se longos dias de caminhadas em busca de bases costeiras portuguesas ou de locais em que se acreditava serem rotas dos navios, onde poderiam ser avistados e salvos, antes que fossem todos dizimados pela sede, doenças, fome, calor, frio, piolhos, animais ferozes ou pelos cafres.

Eram constantes também o desrespeito às datas corretas para a partida, numa grande inobservância acerca dos desafios climáticos a serem enfrentados. Na *Década VII*, Couto relata o caso de uma armada despachada para Ormuz pelo vice-rei D. Constantino de Bragança (1558-1561), cujo capitão-mor era Bastião de Sá:

Dada esta Armada á vela, sendo mais de cento e cincoenta leguas affastada da costa da India; na altura das Ilhas de Maldivas, lhe deo hum tempo contrario tão tormentoso; que fez virar a todos em poppa, e com muito risco; e trabalho foram correndo á vontade dos ventos, e quasi destroçados ferráram a costa de Carapatão até Baçaim, espalhados, e cada hum se recolheo no porto que pode alcançar; e o Capitão mór com os mais dos navios de alto bordo foi tomar Chaul, onde por ser tarde, e não haver já monção pera Ormuz, determinou de invernar alli; e mandou desaparelhar os navios, e escreveo ao Vice-Rey o que lhe succedêra, perdendo-se, por partir tarde esta armada, huma occasião tamanha, e ficando com as depezas feitas, que foram muito grandes, o que acontece cada dia na India por se não fazerem as despezas necessarias a tempo: e onde isto faz mais nojo he no Reyno, onde por não entrarem hum mez antes no despacho das náos, e das cousas da Índia, se perdem tantas, tanta gente e fazendas pela tardança de dez dias (*Década VII*, L. II, Cap. XI, p. 384-385)

A desobediência às ordens régias acerca das rotas a serem seguidas e da obrigação em se navegar em comboios, o que facilitaria o resgate em situações de naufrágio, também eram comuns. Em boa parte das vezes, o objetivo de se chegar primeiro ao destino para se conseguir negociar melhor a carga, falava mais alto. Tanto é que, geralmente, os naufrágios ou a captura das embarcações por corsários ocorriam na viagem de volta à Portugal.

Os longos períodos sem atividade física e psíquica, enfim, o sedentarismo, gerava querelas que, em alto nível de tensão, provocavam violências. É exemplar o caso da nau São João⁹⁵, ocorrido em 1552:

⁹⁵ O autor é anônimo. Por isso, colocamos como referência o nome do organizador da coleção *História trágico-marítima*: Bernardo Gomes de Brito.

Bem mal se correspondia neste tempo com Deus pelas mercês que nos fazia: porque poucos eram os dias em que não houvesse na nau roubos, latrocínios, e alguns de grande quantia; e também feridas e cutiladas pelo rosto. Os juramentos eram muito contínuos e tais que se escandalizavam os mais timoratos. Também entre as pessoas despachadas se moveram dúvidas, e algumas chegaram a afrontas, com [o] que se dividiram em ranchos [bandos opostos], com ódios mortais; de maneira que ia o galeão muito cheio de pecados, que parece se despertavam com a felicidade da viagem, não deixando as pessoas mais religiosas de temer o castigo da mão de Deus, que não tardou muito (BRITO, 1942, p. 25).

Ataques dos corsários holandeses, ingleses, franceses e turcos se tornaram cada vez mais constantes a partir da segunda metade do século XVI. Sua superioridade bélica, numérica e de manobrabilidade venciam com certa facilidade os já deteriorados navios portugueses, que se encontravam pesados pelo excesso de carga e com dificuldades para manobrar. Os combates variavam de algumas horas até dias. Em algumas situações, boa parte das pessoas eram salvas em pequenas embarcações para eles destinadas ou deixados em alguma ilha ou litoral, após passarem por inúmeras humilhações. Outras vezes, eram mortos em combate ou simplesmente afundavam com os navios. Alguns destes, além de afundarem pela destruição do inimigo, também eram incendiados ou simplesmente levados como presas, passando a defender outras bandeiras.

1.10.1- A Carreira da Índia e as demais rotas comerciais que coexistiam entre a Europa e o Oriente:

Coexistiram antigas e novas rotas comerciais entre Europa e Ásia ao longo de todo o século XVI. De um lado se dava o comércio a partir da Índia indo para o Golfo Pérsico (que atendia as regiões da Ásia Ocidental, Norte da África, Rússia e parte da Europa Oriental) e Mar Vermelho (que atendia a Europa Ocidental e Norte da África), e do outro a Carreira da Índia.

De acordo com a interpretação historiográfica tradicional, todas essas rotas passaram a ser rivais a partir de 1500, com a chegada da segunda frota portuguesa. Essa interpretação de cunho econômico se torna reducionista, já que nenhuma delas conseguiria sozinha atender a demanda europeia e asiática por especiarias.

As ações militares portuguesas de bloqueio das rotas que seguiam para o Mar Vermelho e Golfo Pérsico tinham mais o foco político de minar recursos fiscais mamelucos e depois otomanos, rivais geopolíticos dos portugueses na região. Outro elo dessa intrincada corrente se

dava pelas ações dos poderosos grupos de mercadores das cidades italianas de Gênova e Veneza (SUBRAHMANYAM, 2012, p. 157).

Seus interesses na obtenção das especiarias aumentavam ou diminuiam de acordo com os carregamentos que chegavam anualmente em Lisboa. Quando nela eram grandes os recebimentos de especiarias advindas da Carreira da Índia, não havia procura dos italianos pelas especiarias que chegavam por exemplo a Gidá (Jiddah – atual Arábia Saudita, no litoral do Mar Vermelho), com a situação sendo diferente caso Lisboa recebesse menos carregamentos.

Pelos portos do Mar Vermelho, Alexandria e do Golfo Pérsico circulavam notícias sobre as frotas portuguesas que partiam da Ásia, onde emissários de Gênova, Veneza e Flandres sempre se faziam presentes. As informações apontavam a quantidade de navios e suas possíveis cargas, quantos porventura ficavam presos antes do Cabo da Boa Esperança a espera de ventos favoráveis ou por atrasos em suas partidas, a perda de navios contra corsários ou por conta dos naufrágios. Com a detecção de problemas de abastecimento via Carreira da Índia, as rotas pelo Mar Vermelho (Alexandria), Golfo Pérsico (Ormuz e Bossorá), além de rotas terrestres (Alepo e Tripoli) recebiam uma maior procura de compradores, em especial dos italianos. Mas, se ao mesmo tempo devido ações militares e de fiscalização portuguesa menos navios abastessessem essas citadas rotas, ocorria um processo inflacionário sobre os preços das especiarias. Assim, o que se dava não era uma divisão de mercado, mas flutuações anuais provocadas por vários fatores.

Outro importante ponto é o dos portugueses tratarem a questão da aquisição da pimenta mais como um desafio político do que comercial. Sua noção errônea de possuírem o monopólio da pimenta fazia com que parte considerável da produção não chegasse em suas mãos, passando por atravessadores, o que inclui até mesmo mercadores privados portugueses. A pimenta, assim, viajava até Bengala ou para as rotas do Mar Vermelho e Golfo Pérsico, buscando ganhos mais interessantes e, assim, abastecendo mercados diferentes e rivais do Estado da Índia.

Para tanto, ou o Estado procurava pagar preços condizentes com o mercado ou atuava de maneira político-militar, extorquindo governantes locais por meio de ameaças ou subornos. Como a Coroa julgava não poder elevar seus gastos com a aquisição da pimenta e via seu orgulho afetado, o Estado da Índia recorria a política e aos ataques militares, o que consequentemente desabastecia suas feitorias de pimenta e outras especiarias.

Uma modernização das ações portuguesas no Mar Vermelho viria apenas no fim do século XVI, com a concessão de cartazes para navios de comércio que partiam do litoral ocidental indiano. A partir de 1573, com a chegada do Estado Mogol, esse cenário complexo se acentuaria mais ainda.

Assim, ao longo do século XVI, mesmo no Índico Ocidental onde o Estado da Índia atuava com sua maior influência, força e recursos, o comércio marítimo era determinado por vários fatores. O fato é que os portugueses não agiam no vazio.

CAPÍTULO 2: A RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO DA ÍNDIA ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XVII

Nenhum império consegue se expandir para todo o sempre, mas o estilo de vida da fidalguia portuguesa sempre desejava guerras, já que nelas é que conseguiam suas honras, diferente das atividades comerciais que eram o sustentáculo financeiro de Portugal. Além disso, as armas não estavam guardadas. O império continuava em expansão nos tempos de D. João III. Ocorriam as ações dos missionários, mercadores provados e dos oficiais da Coroa que ocupavam novos territórios, alargando a presença portuguesa na América, África e Ásia. Assim, neste momento, o objetivo é entender as dinâmicas históricas enfrentadas na parte oriental do império português a partir da segunda metade do século XVI, época em que Diogo do Couto lá viveu.

Especificamente, trata-se também do período em que se estabeleceu a União Ibérica (1580-1640), momento em que Couto ganhou importância tanto no trabalho de cronista dos feitos portugueses na Ásia quanto em atividades administrativas no Estado Português da Índia.

2.1- Sobre a grande extensão e os desafios enfrentados por um império pluricontinental (1549-1580):

Na América, o primeiro Governador-Geral do Brasil, Tomé de Sousa (1549-1553), iniciou suas atividades em 1549, firmando a presença portuguesa naquele continente. Agora, com a chegada dos oficiais e missionários, tudo mudava, com os lusos dominando desde o extremo Sul até a foz do rio Amazonas, o que não era encarado em Portugal e nem entre cronistas e historiadores, tal como Diogo do Couto⁹⁶, com a mesma empolgação dos sucessos ocorridos outrora na Ásia. O império crescia absurdamente em extensão na segunda metade do século XVI, pela ocupação de grandes regiões no Brasil e em novas áreas na África.

Na década de 1560, por conta do interesse em estabelecer uma colônia na bacia do rio Cuanza, surgiu a capitania de Angola. Em 1576, era fundada a Vila de Luanda. Assim, novas

⁹⁶ São muito raras as citações de Diogo do Couto sobre o Brasil. Chega-se a ter a impressão de um possível desconhecimento por sua parte de tudo o que ocorria na América. Sendo de fato um desconhecimento, isso reflete a opinião geral acerca da América existente no Estado da Índia: como sendo uma terra distante, sem importância e valor. Ou, no mínimo, reflete entre os portugueses da Ásia o que ocorria também no Reino: a sensação de que as glórias e riquezas vinham apenas do Norte da África e do Oriente.

fontes de escravos apareciam e, ao mesmo tempo, novas redes de ligação com o sertão eram formadas pelos portugueses que subiam as bacias dos rios, extrapolando o objetivo inicial de atendimento das rotas atlânticas e do comércio marítimo.

Cenário parecido deu-se nas costas orientais africanas. Penetrações já eram pretendidas desde tempos mais antigos. Ainda com D. Afonso de Albuquerque, os portugueses cogitaram alcançar a região produtora de ouro: as minas do Reino negro de Monomotapa, no interior de Moçambique. Fora este governador que mandou o primeiro explorador ao sertão, apesar da expedição não ter dado certo. Já contando com posições costeiras e as importantes fortalezas de Sofala e Moçambique, agora ocorriam penetrações pelo vale do rio Zambeze, estabelecendo os lusos no interior, em sua futura capitania de Rios de Sena. O objetivo central era impedir de vez o comércio do ouro pelos muçulmanos, controlando esta atividade (OSÓRIO, 1939, p. 250).

Entre 1560 e 1561, quando o padre D. Gonçalo da Silveira (1526-1561) tentou ação missionária na corte de Monomotapa, lá encontrou o português António Caiado já muito familiar daquele monarca. Este padre para lá partira motivado pelas notícias levadas à Lisboa por Francisco Barreto (1520-1573)⁹⁷, após ter governado o Estado da Índia (1555-1558). Ele contava histórias correntes na Índia sobre montanhas de ouro maciço existentes em Monomotapa, e de uma grande população pronta para ser cristianizada (CARREIRA, 1939, p. 269).

Apesar de ter iniciado o trabalho de cristianização, o padre Gonçalo da Silveira acabou sendo morto por ordem do rei, influenciado pelos muçulmanos, que também perseguiram seus companheiros.

Tal episódio é exemplar ao mostrar que a penetração naquela região que não fosse por fins comerciais dificilmente seria pacífica, tal como era feita pelos muçulmanos. Mas, os portugueses não se contentavam apenas com isso, atuando pela força militar para atender também os seus objetivos religiosos.

Esse foi o caráter da nova expedição liderada por Francisco Barreto, ocorrida em 1570, logo após voltar do Reino. Encarregado de vingar a morte do padre Gonçalo e continuar o processo de cristianização, para lá partiu acompanhado por jesuítas. Mas, a evangelização também não foi frutífera, conseguindo sucessos apenas no século XVII, quando para lá foram os dominicanos. Apesar de todos esses percalços, a ocupação portuguesa se tornava cada vez

⁹⁷ Importante fidalgo e militar português, foi enviado para a Ásia em 1547, liderando armadas com o objetivo de controle do comércio da pimenta em Cochim. Em 1555, assumiu o governo do Estado da Índia em sucessão ao vice-rei D. Pedro Mascarenhas, que havia falecido. Após um período no Reino, retornou para a Ásia no cargo de governador do Monomotapa, com a missão de conquistar as minas de ouro e dar continuidade ao processo de cristianização de sua gente. Morreria em Moçambique, como consequência desse objetivo.

mais intensa, surgindo uma rede de feitorias, fortalezas ou simplesmente tranqueiras⁹⁸, na passagem do século XVI para o XVII.

Percebemos assim que, seja no Brasil, Angola, Moçambique ou pela Ásia, a lenta ocupação de áreas mais distantes ou do interior ocorria por conta dos aventureiros particulares e missionários, que iam negociando com os habitantes naturais daquelas terras, com nenhuma delas sendo fruto de uma ação militar da Coroa ou de seus fidalgos. Apesar disso, o aparato oficial chegava em seguida, com a Coroa instalando suas estruturas políticas e militares nas novas vilas e entrepostos⁹⁹.

Na Ásia, as expansões portuguesas continuavam, seja por feitos militares ou na ampliação das áreas de influência por conta das atividades dos mercadores ou dos padres. Desde a vitória lusa de 1554 na região de Ormuz, os turcos não ameaçaram mais o comércio oriental português, apesar de incentivarem os povos muçulmanos locais contra Goa. Com o Norte indiano paulatinamente dominado pelos Mogois, que se tornaram os novos senhores de Deli (desde 1572) e do Reino de Guzerate, o que os colocou em contato direto com os portugueses do Estado da Índia, a sua distância em relação às rotas de comércio não gerou conflitos ou prejuízos iniciais.

A partir do século XVII, as relações entre esses dois Estados foram mistas, indo desde a convivência pacífica a alguns momentos de crise, com alguns deles mais sérios, mas não chegando a graves e longas hostilidades, já que os custos de um sério embate seriam demasiadamente onerosos para ambas as partes e com benefícios pequenos, caso ocorressem (SUBRAHMANYAM, 2012, p. 200). A mesma situação se dava com o Império Persa dos Safávidas, também muito distante dos interesses comerciais portugueses.

Consequência direta e prejudicial ao Estado da Índia foi a derrota de seus aliados do Império Hindu de Vijayanagar¹⁰⁰, em 1565, contra os inimigos muçulmanos na Batalha de Talikota. Esse importante potentado hindu da região Sul da Índia se formara ainda no século XIV, em luta contra os muçulmanos do Norte, mas que agora capitulava após quase dois séculos de resistência. Com isso, os portugueses perdiam um importante parceiro militar e comercial,

⁹⁸ Sequência de grossas estacas de madeira presas ao chão e seguidas por trincheiras. Eram montadas pelos portugueses para promover sua defesa própria ou impedir a penetração de inimigos em áreas recentemente ocupadas, até que fortificações melhor estruturadas fossem construídas.

⁹⁹ É nesse contexto que se destacam a fundação de importantes cidades pelos portugueses em três continentes muito distantes entre si, todas ocorridas entre 1554 e 1576: Rio de Janeiro, São Paulo, Luanda, Macau e Nagasáki. Concomitantemente, os lusos mantinham seu domínio do Atlântico Sul e da Rota do Cabo, já que nenhum país europeu possuía entrepostos tão distantes, apesar da continuidade dos ataques corsários.

¹⁰⁰ Também conhecido como Reino de Bisnaga, dominava a região sul do subcontinente indiano.

já que para eles vendiam cavalos árabes e persas, negócio muito lucrativo, além de Goa ficar mais exposta aos ataques inimigos.

Mesmo assim, o Estado da Índia seguia resistindo e encontrando outras atividades econômicas. Um bom exemplo fora o sucesso contra os turcos e seus aliados ocorrido em 1570, que atacaram vários domínios portugueses desde Malaca até Ormuz, com os lusos perdendo apenas a fortaleza de Chalé¹⁰¹, próxima de Calicute.

Os governos de dois vice-reis trariam expansões nesse período: D. Constantino de Bragança (1558-1561) e D. Luís de Ataíde (1568-1571). Com o primeiro, Damão fora conquistada em 1558, alargando a Província do Norte. Também conquistaria a ilha de Ceilão e voltaria a ofensiva contra Colombo (uma das principais cidades de Ceilão e importante entreposto comercial), o que foi ajudado pela ação dos franciscanos na conversão de sua população, levando ao domínio de boa parte da ilha pelo Estado da Índia.

Entre 1568 e 1569, três praças na Costa do Canará, ao sul de Goa, foram tomadas pelos lusos: Bacelor, Onor e Mangalor. O objetivo era evitar que essas três cidades, anteriormente pertencentes ao Império de Vijayanagar, fossem conquistadas pelos muçulmanos.

À leste de Ceilão os avanços eram feitos de forma mais pacífica, pelos comerciantes independentes que sempre buscavam novas oportunidades de comércio, o que constantemente criavam povoamentos. O velho paradigma de domínio das rotas marítimas de comércio, mas agora lideradas pelos particulares, criava possessões que posteriormente seriam integradas na estrutura administrativa do Estado da Índia, sendo exemplos na região do Golfo de Bengala as cidades de Palecate, Masulipatão e Ugolim.

O primeiro centro de atração comercial de portugueses no Coromandel foi Palecate (Figura 14). A cidade de Meliapor, um pouco mais ao sul, fora aonde desde a chegada dos portugueses se procurava o túmulo do apóstolo São Tomé. Nessa região viviam os chamados “cristãos de São Tomé”, que na prática seguiam os ritos nestorianos. Posteriormente, seriam englobados ao Padroado com sede em Goa, dando mais esperança ao aumento da cristianização no Malabar e no Coromandel, em especial a partir da descoberta do suposto túmulo em 1517 (GRANGEIO, 2021, p. 9).

A partir disso, vários outros importantes pontos em torno do Golfo de Bengala vão recebendo a presença portuguesa, muito marcada pela ação dos comerciantes particulares.

Malaca e as Molucas, como visto, já contavam com a presença de oficiais portugueses, com a primeira se tornando o principal território do Estado da Índia entre os oceanos Índico e

¹⁰¹ Posteriormente, ao analisar a escrita de Diogo do Couto, esse acontecimento da perda da fortaleza de Chalé será tratado.

Pacífico. Sua função de intermediário central entre o comércio do Ocidente e Oriente continuaria forte, mas com o desenvolvimento das atividades em Macau, na segunda metade do século XVI, esse pequeno porto de habitações temporárias se tornou uma cidade rica, consequência do poder bélico português na região, articulando as rotas comerciais entre o Golfo de Bengala, Insulíndia e o Mar da China.

Outro destaque veio da produção de sândalo na ilha de Timor, no arquipélago malaio. Dominicanos lá iniciaram seus trabalhos em 1556. Com o tempo, o destino principal do rico produto seria o porto de Macau, agora o mais importante do comércio português no Extremo Oriente.

A força portuguesa nos mares orientais se mantinha como a mais proeminente. Tanto é que a nau do trato continuava navegando sozinha, sem escolta. Não possuíam um monopólio completo como era no Atlântico Sul, já que reinos e potentados locais mantinham a posse de algumas rotas naquelas vastas e tão povoadas regiões. Mas, o fato de vários povos que viviam direta ou indiretamente nas áreas de influência do Estado da Índia terem que pedir salvo-conduto para Goa em busca da garantia de sua navegação, mostra o controle e influência portuguesa na região.

A própria estrutura de embarcações da Armada portuguesa mudou, como consequência do controle marítimo de Goa naqueles mares e oceanos. Diferente dos primeiros tempos, em que ocorriam violentos conflitos marítimos que exigiam a presença constante de grandes galeões e naus, não havia agora uma ameaça contra os portugueses em mar aberto. Os inimigos se localizavam nas partes mais costeiras, com as armadas se organizando com fustas e galeotas, embarcações de menor calado e mais ligeiras.

Assim, no final do século XVI, a estrutura militar portuguesa procurava se adaptar às necessidades reais do contexto asiático, assegurando o controle dos negócios comerciais e possessões. O próprio Diogo do Couto confirma a ocorrência dessas mudanças, ao tratar de ordens dadas pelo Conde Almirante, o vice-rei D. Francisco da Gama (1597-1600), para que um modelo de navio mais ligeiro fosse empregado na captura das rápidas embarcações dos corsários malabares que atacavam mercadores portugueses pelo litoral sudoeste do subcontinente indiano:

[...] e escreveu a Baçaim que se armassem seis sanguiceis muito ligeiros [...] Isto mandou o Conde Almirante ordenar, por entender que as Armadas grandes não serviam de mais que de darem guarda às casilas, e que estes navios assim soltos eram os que podiam tomar paraos, e navios de corsairos, que já com medo de nossas Armadas faziam outros navios pequenos, que eram

os que roubavam toda aquella costa, porque fugiam à nossas Armadas, e chegavam aos navios de mercadores cada vez que queriam, e como Ginetes ligeiros entravam, e saíam quando queriam, e contra elles mandou armar estes que dissemos, que os fizeram affugentar, como adiante veremos (Década XII, L. I, Cap. XVIII, p. 136).

Nesse contexto, o alargamento territorial e a maior quantidade de fortalezas e feitorias exigiam a ampliação do aparato administrativo, que também contava com um maior número de membros da nobreza a se revezar nos cargos. Nesse cenário, com dezenas e dezenas de postos espalhados pelo mundo, era difícil garantir que a corrupção não crescesse.

A corrupção existia, porém, as mesmas pessoas nelas envolvidas eram mal pagas pela Coroa. Além disso, quando ameaças afligiam os portugueses na Ásia, geralmente eram os casados e os comerciantes independentes que financiavam as despesas da defesa. Há exemplo disso na *Década X*, quando Diogo do Couto trata da ajuda financeira dada pelos moradores de Goa em pedido do vice-rei D. Duarte de Menezes (1584-1588), para arcar com a armada de D. Paulo de Lima enviada em socorro da fortaleza de Malaca, em 1587, atacada por um reino local:

[...] pera pessoas particulares, nas quais lhes representava as necessidades do Estado, e o trabalho, e risco, em que a fortaleza de Malaca estava, pedindo-lhes o socorresse com dez, ou doze mil pardaos de emprestimo, dos quaes, pera o que elle mandou logo provisões muito largas, e assim se valeo da cidade de Goa que sempre esteve offerecida a estes sucessos do serviço de ElRey (Década X, L. VIII, cap. XVII, p. 377).

Reclamações sobre a lenta burocracia e a má administração eram constantes, pois o aumento do império não trouxe junto a necessária ampliação da fiscalização. Além disso, alguns desafios eram inerentes em um império com tamanha dimensão entre suas áreas. Contando apenas com a comunicação marítima, importantes tomadas de decisão chegavam a demorar até quatro ou cinco anos para serem executadas, pois uma carta gastava até dois anos para chegar ao seu destinatário.

Mesmo assim, é possível destacar ações reformistas do jovem monarca D. Sebastião (1557-1578). Nos anos de 1560 e 1570, ocorreram os maiores ganhos da Carreira da Índia, com mais de 90% das viagens sendo bem-sucedidas. Novas leis foram promulgadas, como as de 1570, que proibiam a escravidão de indígenas no Brasil, chineses e japoneses, deixando essa lucrativa atividade focada sobre os negros africanos. Percebe-se aí também a forte influência dos jesuítas, apesar dos desrespeitos dos mercadores na Ásia e de colonos no sertão do Brasil.

D. Sebastião entendia, desde o início de seu governo, a grande amplitude do império e a urgente necessidade de reorganizar tanto o Brasil quanto o Estado da Índia em estruturas administrativas mais numerosas e menores. Assim, o Estado da Índia fora dividido em três partes, levando em consideração os ventos favoráveis das monções: Vice-Reinado da Índia (com seus limites entre Ormuz e Ceilão, tendo como sede Goa), o Governo da Costa Oriental da África (com sede em Moçambique) e o Governo da Ásia Oriental (com sede em Malaca). O centro político dessas três áreas do Estado da Índia continuava sendo Goa.

Ao mesmo tempo, D. Sebastião criou uma organização militar por meio de ordenanças, ao estilo do que fora ensaiado por D. Afonso de Albuquerque e D. João de Castro no Estado da Índia. O objetivo era ter uma infantaria disciplinada e hierarquizada, que não dependeria da mobilização normalmente executada pela fidalguia e efetuassem um estilo de batalha moderno com armas de fogo cada vez mais poderosas, já que as batalhas não mais dependiam tanto da coragem individual ou de proezas de cavalaria. Logicamente, a antiga nobreza não encarava isso com bons olhos. A dúvida que ainda paira é saber se tantas ações teriam dado certo, caso o rei não morresse tão cedo e a União Ibérica não tivesse acontecido (COSTA, 2014, p. 163).

Por conta da morte do avô e da ausência de descendência de seu pai, a educação de D. Sebastião ficou à cargo de membros da fidalguia e religiosos¹⁰² que sempre foram contra o abandono das posições portuguesas no Marrocos, refletindo um sentimento tradicional que se formara na Reconquista. Consequentemente, o jovem monarca se tornaria obstinado por aquela região, tal como se dera com Afonso V, outro rei jovem que chegava ao poder logo após o insucesso em Tânger, nunca ficando contente antes de obter vitória naquelas partes.

O império grandioso exigia atenção em seus diversos polos, com um Reino cercado por inimigos e inúmeras contendas entre europeus, comandado por uma família real composta por dois idosos (o cardeal D. Henrique e a rainha D. Catarina), uma infanta solteira e infértil (D. Maria) e pelo jovem rei de destino trágico. Sua aristocracia enriquecia com os frutos do comércio, mas que não se interessava pelos assuntos importantes do império. Enfim, um Reino bastante frágil em fins do século XVI, com D. Sebastião acreditando que ganharia autoridade ao imitar os feitos de antigos monarcas ao ir para o campo de batalha, coisa que os monarcas de seu tempo já não faziam, tal como seu tio, D. Filipe II da Espanha.

¹⁰² Dois exemplos foram D. Aleixo de Meneses (?-1569), nobre e grande guerreiro com vitórias no norte africano e na Ásia, indicado ao posto de aio de D. Sebastião pelo próprio D. João III, e o padre jesuíta Luís Gonçalves da Câmara (1519-1575), que fora confidente pessoal de Inácio de Loyola.

A ameaça turca, que se mantinha forte no Mediterrâneo como também no Oriente, impôs um novo sultanato no Reino de Fez, no ano de 1576. D. Sebastião enxergou aí a oportunidade de mobilizar o exército português e alcançar a sua glória pessoal. Aliou-se com o rei deposto de Fez, esperando em troca receber posições litorâneas, tal como de fato ocorreu em Arzila.

Assim, a expedição de 1578 foi organizada com bastante otimismo, quase não contando com opositores, já que a popularidade da guerra na África sempre foi forte. Um bom exemplo fora o do Duque de Bragança: estando doente, enviou o próprio herdeiro, D. Teodósio, que tinha apenas 10 anos de idade. Era uma operação totalmente desligada da nova estrutura do império e da estratégia adotada já por D. Manuel I deste 1522, representando uma volta às origens sem nenhum sentido prático. A derrota traria muitas mudanças ao Reino, e não ao Império. As dinâmicas que sustentavam a presença e a expansão lusa nos três continentes em nada foram afetadas pelo episódio de 4 de agosto de 1578 (COSTA, 2014, p. 145). Nem mesmo no próprio Marrocos territórios foram perdidos.

Uma concepção errônea da expedição e um comando deficiente explicam o fracasso. D. Sebastião (1557-1578) fora inábil e a derrota veio como consequência de diferentes fatores. Esses fatos não refletem uma decadência já anterior. As perdas militares e os 5 mil mortos já haviam ocorrido em outras situações passadas. O ponto que abalou a História de Portugal fora o desaparecimento do rei em meio aos combates. Ele tivera oportunidade de abandonar o campo de batalha e até mesmo de se render ao inimigo, mas seu desejo por glória preferiu seguir a lenda dos antigos, sofrendo com sua inexperiência e jovialidade.

Uma família real desestruturada e sem descendência teve sua fragilidade exposta nessa derrota militar, provocando a perda da independência após dois anos, quando morrera o idoso cardeal D. Henrique. A anexação de Portugal pela Monarquia Católica dos Áustria, em 1580, acarretaria mudanças importantes no Império.

2.2- Sobre as transformações ocorridas no império como consequência da União Ibérica (1580-1640):

O período inferior a dois anos do reinado do Cardeal Henrique (1578-1580) foi marcado pela crise sucessória, com ele chegando a tentar sua desvinculação da Igreja junto ao papado, intento fracassado em parte por ação da diplomacia filipina. Entendendo ser crucial respeitar a

individualidade portuguesa, D. Filipe II (1581-1598)¹⁰³ foi aclamado rei em abril de 1581. Sem uso de força, o *Prudente* jurou que os importantes cargos políticos do Reino e do Império continuaram ocupados por portugueses.

De fato, as possessões imperiais portuguesas continuaram separadas das castelhanas, mesmo em áreas de fronteira. De forma geral, a estrutura administrativa e as relações comerciais nos continentes em que os portugueses desenvolviam suas atividades mantiveram sua dinâmica dentro do que já vinha dos tempos de D. Sebastião.

Administrativamente, as dificuldades e mudanças foram mínimas no Estado da Índia. Os Habsburgos suspeitavam que o vice-rei D. Luís de Ataíde (1578-1581) seria um apoiador do Prior do Crato, líder da resistência portuguesa, se preparando para lhe conceder o título superior de Marquês de Santarém, em troca de lealdade. Foi escolhido como sucessor ao vice-reino do Estado da Índia D. Francisco de Mascarenhas (1581-1584), de lealdade ferrenha aos Habsburgos, quando recebeu também o título de Conde da Vila da Horta.

Sua escolha foi muito assertiva. De grande reputação militar, também acompanhara D. Sebastião em Alcácer-Quibir, tendo o aconselhado a manter posição e não avançar ao ataque que provocaria seu desaparecimento. D. Francisco de Mascarenhas chegou a ser capturado pelos inimigos, sendo posteriormente resgatado não como nobre, mas como gente comum. Quando da possibilidade de sucessão ao trono, desde o início se colocara ao lado da dinastia espanhola. Ao partir para a Índia, em 8 de abril de 1581, levava amplos poderes, nomeações e, se necessário, muitas reformas (SUBRAHMANYAM, 2012, p. 217).

D. Luís de Ataíde morreu em 10 de março de 1581, sem tempo de receber notícias da União Ibérica. Fernão Teles de Meneses (março a setembro de 1581) assumiu como Governador do Estado da Índia, deixando o posto de capitão em Malaca até a chegada do próximo vice-rei.

Com o passar do tempo, D. Filipe I implementou ações parecidas à política levada a cabo por seu avô, D. Manuel I, tentando utilizar ações estratégicas no Oriente que atendessem também seus interesses no Mediterrâneo. Deu ordens ao Estado da Índia para atacar posições otomanas no Mar Vermelho, além de reavaliar as potencialidades militares da Etiópia cristã, abrindo uma nova frente de guerra contra os turcos, dividindo suas forças e arrefecendo a sua

¹⁰³ Na História de Portugal, D. Filipe II é chamado de D. Filipe I. Filho de Carlos V, rei do Sacro Império Romano Germânico e da Espanha, e de Isabel de Portugal, se tornou o monarca mais poderoso de sua época, dominando territórios em todos os continentes conhecidos. Assim, fora rei da Espanha (1556-1598), de Portugal (1581-1598), de Nápoles e Sicília (ambos de 1554), rei da Inglaterra e Irlanda (*jure uxoris* – ou seja, em direito de sua esposa a rainha Maria I, de 1554 a 1558), duque de Milão e senhor de várias províncias na Holanda (a partir de 1555). Por padrão ao que escreve Diogo do Couto, a partir de agora usaremos a referência portuguesa, tratando D. Filipe II por D. Filipe I. Assim se dará sucessivamente com os demais reis citados do período da União Ibérica (1580-1640).

presença no Mediterrâneo. O cuidado com a individualidade lusa não o impedia de usar seus novos domínios ao atendimento dos interesses da Monarquia Católica. Porém, essas ordens não foram totalmente cumpridas por Goa, tal como não se cumpriria a ordem de seu filho, D. Filipe III (1598-1621)¹⁰⁴, para a aliança com os Persas, também objetivando o enfraquecimento dos turcos. Os interesses locais do Estado da Índia iam se sobrepondo às ordens dos novos governantes.

Mas, problemas antigos continuavam a existir. Conflitos entre burocratas e privados que tentavam fugir das taxações, acusações de desvio de verbas executadas pelos oficiais, venda de cargos e desobediências militares são alguns exemplos. Nesse tema, a maior parte da obra de Diogo do Couto é volumosa de exemplos. Como ele terá maior expressividade em suas atribuições justamente a partir do governo de D. Filipe I, abundam suas denúncias a todo o instante. Seguem dois casos.

Em sua *Década XII*, ele analisa o desastroso ataque à Fortaleza do Cunhale (1598), no território norte indiano. Eram tempos do Vice-Rei D. Francisco da Gama (1597-1600). O capitão não obedeceu a ordem deixada pelo capitão-mor, provocando o fracasso por conta de sua ambição e inveja:

[...] a ordem que o capitão Luiz da Silva deu aos marinheiros das jangadas; que não voltassem sem ordem sua, porque cuidava poder tomar a Fortaleza sem a ajuda do Capitão Mór; e, queria mandar-lhe as embarcações, e jangadas, depois que estivesse de posse da Fortaleza, parecendo-lhe que se antes passasse o Capitão Mór, lhe ficava toda a honra, e gloria do sucesso. Erro he este, que não aconteceu só a este Fidalgo, nem foi o primeiro que desta qualidade houve neste Estado, porque as Chronicas estam cheias de muitos semelhantes, porque se deixaram de alcançar grandes, e importantes vitorias com perda de muita gente, e reputação, que se deve sentir sobre tudo: ser a inveja, e ambição tão Poderosas, que sendo estes feitos escurecidos (*Década XII, L. II, cap. VI, p. 202*).

Em trecho da uma carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, datada de Goa na derradeira oitava do Natal de 1608, lê-se:

Nas materias do estado dee me V. S. licença para não tratar porque me cansão e me matão, la vai Bras Correa que falara por sy e por mi dos trabalhos que se lhe levantão sô direj para que V. S. lâ saiba ocomo hade tratar este negocio, pois tanto lhe vai nesta bolada, e tantas obrigaçõis tem a este estado. Primeiramente agora em desasseis de novembro nos chegarão

¹⁰⁴ Em Portugal, era chamado de D. Felipe II (a designação portuguesa é a adotada nesse trabalho).

novas de Ormuz de como o soltão de lara veo com grãde poder sobre o mogostão e o tem tudo ganhado, e não hã mais que a nossa fortaleza dobandel. E asy mais tomarão a Ilha dequexume e nella grandes Riquezas, e a mayor de todas foi a agoa de que os da nossa fortaleza bebião por onde não ficavão mais que com huns poços que novamente abrirão no lugar de turùbaque, e se lhos tambem tomarem, porão a fortaleza em muito perigo mas em mayor a poem os visorreis e os oficiais da fazemda contantos Regimentos e cortes da fazenda de sua magestade e que elle não quer senão para se gastar nos tais tempos como estes procederão estes malles de mandarem que se não pagassem as mōcarrarias [*seria uma espécie de direito de passagem*] que costumavão dar Aquelles soltois por deixarem passar as cafillas para a nossa fortaleza tendo esta neste ponto me vierão diser que chegara a nao D'Ormuz a barra por onde como souber as novas as escreverey no cabo desta Carta.

Trecho, entre outros, em que Couto cai em contradição. Por vezes, afirma que não se relaciona com os vice-reis e com a política da Índia. Mas, sempre quer vender o seu serviço, oferecendo sugestões para as críticas que faz, além de expressar sentimento de grande desgosto. Em seguida, narra notícias vindas de Ormuz. O sultão de Lara, chefe local, atacou a região com grande poder, ameaçando gravemente uma das fortalezas portuguesas, tomando regiões, riquezas e a importante fonte de água que abastecia os lusos.

Porém, perigo maior são as ações do vice-rei e dos oficiais da fazenda, que ao imporem tantos regimentos e cortes de investimentos enviados pelo rei, ameaçam a continuidade da presença portuguesa na região. Couto, novamente, se mostra avesso ao aumento da burocratização do Estado e a condutas dos governantes, tal como exemplifica no citado trecho. O vice-rei teria deixado de pagar aos sultões locais, como sempre fora de costume, um direito de passagem de pequenas embarcações de abastecimento para a fortaleza, o que aumentava a carestia entre os portugueses que mal conseguiam sobreviver, veja lá defender o espaço luso na região. Ao final da carta, trará novas notícias desse caso. Continuando:

Chegarão ontem novas de Ormuz, que se consertarão o do soltom de lara os nossos e lhe derão dezaseis mil pardaos de lares e conta das moscaRarias que lhe devião veja V. S. se fora mais barato e hōroso, pagarem lhe cada ano o que lhe devem, e não depois por força e por medo, que não pode ser mor descredito da vida em ja o nome portugues he acabado, e parreceme que estes gentios nos aseitão o nome que querendonos chamar frãgis, nome que antigamente tivemos nos chamão frãgãos, e asi o somos tão inerte e tão molhados que todos nos amasão não sei para onde fuja nem para onde me va decorrido, e não sei como não moro de pasmo mas senão morem os mais hōrados que eu he bem que viva por que sinta isto para todos. V. S. se lembre de mi e de minha molher e mandelhe a tença pelo que daqui e desta me despede do mundo de nosso sor de a V. S. tudo o que pode aver.

De Goa a derradeira oitava do natal – Diogo do Couto (Torre do Tombo, Caixa nº 19, Tomo 2º E, p. 651¹⁰⁵).

O desfecho da missiva é deprimente. Couto traz as últimas informações sobre o Sultão de Lara chegadas de Ormuz, tal como prometido no início de sua escrita. Em vez de se pagar o que lhe era devido ano a ano, o que seria muito mais fácil e evitaria prejuízos e mortes, apenas agora lhe pagaram por força e medo, provocando o total descrédito do nome português naquela região, fazendo serem comparados com frangos pelos locais. Couto se indigna com tantos problemas, não entendendo como ainda não morreu de pasmo ao ver tanto desgoverno.

Mas, mesmo com essas deficiências da máquina política-administrativa, os desafios eram enfrentados e a expansão comercial continuava. D. Filipe I conseguia separar os interesses de seus súditos; exemplos foram a manutenção do comércio negreiro da Guiné com os portugueses e a proibição dos castelhanos de Manila passarem para a China e Japão, garantindo a manutenção da identidade do império luso. O que percebemos, aliás, foi a penetração em partes da América Espanhola pelos colonos portugueses a partir do Brasil, se beneficiando da unificação.

Detendo coroas pela Europa e domínios em escala planetária, D. Filipe I avançou seu modelo de administração baseado em Conselhos. Cada uma de suas Coroas tinha o seu respectivo Conselho. O de Portugal fora criado em 1581, e o Conselho da Índia surgiu em 1591, seguindo o modelo do Conselho das Índias existente na América Espanhola, voltado aos assuntos relacionados às possessões do ultramar portuguesas (COSTA, 2014, p. 171).

Percebe-se então, que o processo de reconfiguração do império, iniciado no governo de D. João III, fora acelerado no período da unificação e agora passava por novas dinâmicas. A novidade se ligava à conjuntura externa.

Uma fronteira bem definida entre os Habsburgos espanhóis e os otomanos já existia desde a derrota desses em Lepanto, em 1571¹⁰⁶. Um suposto medo europeu da ameaça otomana teria sido ultrapassado, surgindo os verdadeiros inimigos Habsburgos dentro da Cristandade.

¹⁰⁵ A carta foi transcrita do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 77-78).

¹⁰⁶ A Batalha de Lepanto (cidade e porto comercial na costa ocidental da Grécia que era de posse dos otomanos), ocorrida em 7 de outubro de 1571, colocou de um lado a Liga Santa, que saiu vitoriosa, contra a frota do Império Otomano no Golfo de Patras. A Liga Santa foi uma coalisão militar cristã organizada pelo Papa Pio V, atuando forças do Império Espanhol, Veneza, Gênova, Estados Papais, do Grão Ducado da Toscana, do Ducado de Sabóia, entre outros. Foi a maior batalha naval no Ocidente desde a Antiguidade, interrompendo a expansão militar otomana pelo Mediterrâneo, embora alguns conflitos entre otomanos e cristãos terem ocorrido na Europa posteriormente.

Agora, D. Filipe I enfrentava conflitos contra os protestantes dos Países Baixos e da Inglaterra, povos antes muito próximos de Portugal. A Inglaterra era sua aliada desde o século XIV e os holandeses eram grandes compradores das especiarias trazidas pelas naus lusas. Toda a política de neutralidade em relação aos conflitos europeus, bem desencadeada pelos reis de Avis, se viu em cheque com a monarquia do Áustria, com Portugal lançado em conflitos que não lhe pertenciam e aos quais não se encontrava preparado, tanto na Ásia quanto na América.

Até 1588, quando a Invencível Armada fora derrotada pelos ingleses, os portugueses não se preocuparam com essa nova situação política. Mas, após esse episódio, as coisas mudariam rápido. A perda de poderosos navios e a morte de muitos militares portugueses provocaram a perda do monopólio na navegação do Atlântico Sul e ampliaram os antigos sentimentos decadentistas entre os lusos. Para piorar, D. Filipe I proibiu a presença de comerciantes holandeses em Lisboa, objetivando prejuízos econômicos aos adversários. Foi uma medida fracassada, já que acendeu entre os holandeses o desejo de acesso direto aos mercados de especiarias no Oriente.

A partir da década de 1590, a Rota do Cabo e a nau do trato passaram a ser pesadamente atacadas, trazendo prejuízos enormes e acarretando a perda de boa parte do comércio exercido pelos portugueses. A agressiva atividade corsária de ingleses e holandeses atacava também o Atlântico Sul, capturando embarcações e suas ricas cargas, além de provocar o naufrágio de muitas outras, consequência das tentativas de resistência ou pela fuga desesperada. As costas brasileiras também sofriam muito, assistindo aos saques ingleses à Santos, em 1590, e ao Recife, em 1595. Já os holandeses saquearam o Rio de Janeiro, em 1599, e Salvador por várias vezes, em 1595, 1600 e 1604.

As primeiras ações inglesas e holandeses de ataques predatórios foram seguidas pela presença direta no trato asiático. Comerciantes independentes ingleses foram os que primeiro chegaram na Ásia, no ano de 1592. Em 1600, fora criada a *East India Company*, porém ainda com poucos navios presentes no Índico. Diferentemente, os holandeses usaram sua *Companhia Holandesa das Índias Orientais* (VOC: *Verenigde Oost-Indische Compagnie*, criada em 1602) de forma mais eficiente, a aproveitando também em sua luta pela independência. Essa companhia trouxe um modelo de atuação mais moderno, agindo com investimento e participação de particulares. Em dez anos os holandeses conquistaram vários entrepostos comerciais pela Ásia, com destaque para Java e Sumatra, em 1596. Em sequência, levariam os portugueses a um estado de desespero no Oriente, acometidos por forte sentimento de insegurança.

Antigos aliados lusos, os holandeses conheciam bem as dinâmicas do comércio asiático. A estrutura militar portuguesa na região estava acostumada a enfrentar os inimigos locais (reinos hindus ou das inúmeras ilhas, muçulmanos do Oriente Médio e seus aliados indianos), não tendo condições de fazer guerra contra os holandeses, cuja marinha era enormemente mais poderosa. Assim, eles rapidamente acessaram o mercado de pimenta de Sumatra e capturavam a rica nau do trato, nos anos de 1601, 1603 e 1604, gerando grande prejuízo.

Os problemas portugueses não paravam aí. Várias viagens eram interrompidas por bloqueios navais impostos pelos holandeses em Goa e Macau, ou simplesmente por medo de ataques em alto mar. Vale destacar que essa pressão holandesa, feita por suas embarcações de grande calado, atingiam em especial a Carreira da Índia, não afetando a navegação costeira lusa entre o Guzerate e o Malabar, defendidas pelo poder de fogo das fortalezas. Os portugueses ainda eram senhores da navegação litorânea, mas perderam o monopólio da navegação em alto mar.

A emergência era tamanha que Goa reagiu enviando poderosa armada para Malaca, liderada pelo próprio vice-rei Martim Afonso de Castro (1605-1607). Era a primeira vez que a maior autoridade lusa na Ásia se deslocava para a Malásia desde 1511, quando lá estivera D. Afonso de Albuquerque em sua conquista. Os combates não foram definitivos, com a continuidade e fortalecimento da presença holandesa se mantendo, o que levaria à conquista de Ternate (na Indonésia) no ano de 1605, primeira possessão portuguesa perdida na Ásia.

Os portugueses possuíam mais homens e poder de fogo do que os holandeses no Oriente. Mas, estes atacavam fortemente alguns pontos, enquanto as forças portuguesas eram espalhadas desde o Cabo da Boa Esperança até o Japão. Além disso, como sempre, os lusos continuavam enfrentando os inimigos locais ainda no início do século XVII, impossibilitando a imposição de uma derrota definitiva aos holandeses logo em sua chegada no Oriente.

A presença dos holandeses rapidamente despertou os interesses de alguns dos antigos inimigos locais dos portugueses, como o Samorim de Calicute, que com eles estabeleceu aliança, tal como depois fizera o rei de Kotte, em Ceilão. A exemplo dos portugueses no início de sua presença no Oriente, os holandeses iam criando feitorias, além de estabelecerem uma base central em Jacarta (Indonésia), por meio da criação da colônia da Batávia (hoje na ilha de Java), tomada em 1619. Seu poder seria tão grande que afastaram a pequena presença inglesa num enfrentamento ocorrido nas Molucas, no ano de 1623.

Somando-se a tudo isso, a própria organização política de importantes reinos orientais se alterava nos anos iniciais do século XVII, com vários deles se interessando diretamente pelo rico comércio que atravessava suas regiões. Isso ocorreu na Pérsia (com a nova dinastia dos

Safávidas), com os Mogois, que agora tornavam seu poder hegemônico na Índia, e o centralismo conseguido pelos Tokugawa, que dominaram o poder no Japão e desenvolviam uma forte luta anticristã, criando um ambiente político organizado, bem diferente da polarização do século anterior, que havia facilitado a entrada dos mercadores e missionários portugueses.

Além de perder o Japão, o Padroado do Oriente abandonou a Etiópia, já que seus cristãos não se interessaram em deixar a Igreja Monofisita. O mesmo fracasso ocorreu com a Igreja Siro-Malabar, seguida por uma comunidade cristã existente no Sudoeste indiano desde a Antiguidade, ligada ao patriarcado nestoriano sediado em Bagdá.

Apesar de vários missionários adentrarem nas cortes de autoridades muçulmanas importantes, tais como o Xá da Pérsia e o Grã-Mogol, sua curiosidade não deu espaço para a expansão cristã, sendo mais uma prova da impossibilidade de penetração em territórios islâmicos, tal como se dera no Marrocos. Ou seja, além da presença holandesa, os portugueses enfrentavam novos e pesados desafios na Ásia entre fins do século XVI e início do XVII, desencadeados pelas alterações de suas próprias estruturas internas.

Com tantas mudanças, o Estado da Índia perdeu todas as suas bases ligadas apenas ao comércio marítimo, com exceção de Macau, diminuindo drasticamente a rede de rotas comerciais oceânicas.

Ao mesmo tempo, as possessões lusas que se ligavam a ocupações territoriais iriam quase todas sobreviver aos ataques locais, holandeses e ingleses. Um bom exemplo foi Moçambique, que suportou um cerco duradouro contra os holandeses entre 1606 e 1607, fruto de boas relações com os locais que lhes garantiam recursos e víveres. Já um exemplo de importante derrota, também contra os holandeses, se deu em Ceilão, ilha que ficara isolada pela perda das rotas que a ligavam à Goa. Por meio de alianças com poderosos locais, os holandeses capturaram várias fortalezas, destacando-se Baticale e Trincomale (1638), Negombo e Gale (1640), Colombo (1656), Jaffna e Manar (1658).

Tendo os holandeses dominado as rotas comerciais do Sudeste Asiático e do mar da China, os ingleses se concentraram no Índico Ocidental, apesar de evitarem enfrentamentos diretos com os portugueses. Em 1612, conquistaram Surrate (cidade ao norte de Goa), lá criando uma feitoria.

Em contrapartida, na costa oriental africana a presença lusa se ampliava pelo vale do rio Zambeze, onde distribuíam cartas de doações para portugueses e luso-asiáticos que, em grande parte, se juntavam com negras da terra, ampliando o número de súditos de El'Rei.

Já nas costas ocidentais, a presença portuguesa aumentava em torno de Luanda e Cuanza, surgindo uma nova praça em Benguela, no ano de 1610. Nesse mesmo período, crescia

a praça de Cacheu, na Guiné. O que continuava assegurando a presença lusa em todas essas citadas regiões africanas não era a sua superioridade militar e tecnológica, mas sim sua capacidade de relação comercial com os locais, já que se encontravam em bem menor número.

Mas, o maior avanço foi no Brasil, em especial entre 1580 e 1622. Toda a faixa costeira fora dominada, indo até a foz do rio Amazonas, o que incluiu a derrota imposta aos franceses em São Luís do Maranhão, em 1614, e contra os holandeses no Amazonas, em 1620. A ocupação também era impulsionada pelo crescimento das famílias dos primeiros colonos, que sempre buscavam novas terras. Ao mesmo tempo, expedições saídas principalmente de São Paulo exploravam o sertão. Com suas bandeiras, capturavam índios para o comércio de escravos, além de buscarem ricas áreas de mineração, algo que era estimulado pela Coroa. Outro ponto de partida dessa interiorização era Belém do Pará. Aproveitando o desinteresse de Madrid pelas regiões centrais, os colonos iam ocupando todo o vale amazônico e áreas que hoje são o centro do Brasil, bem além do que era delimitado pelo Tratado de Tordesilhas.

Assim, os problemas nos mares orientais eram apenas um lado de tudo o que ocorria ao longo dos governos de D. Filipe I e D. Filipe II. As perdas em um continente eram compensadas por ganhos em outros¹⁰⁷, sendo o Império Português ainda um dos maiores do mundo. Mudava muito suas características, mas sempre sobrevivendo. Porém, as lamúrias na corte das perdas comerciais e oceânicas eram bem maiores do que a satisfação pelos ganhos territoriais, já que não traziam o esplendor das antigas batalhas militares (COSTA, 2014, p. 184).

Nas décadas seguintes, em especial entre 1620 e 1640, o cenário ficaria mais problemático. Em 1621, ocorreu a fundação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, que apesar da derrotada tentativa de conquista da Bahia, em 1624, teve sucesso com o domínio sobre a rica região açucareira de Pernambuco, em 1630. Seguiu os mesmos modelos de atuação da empresa oriental, mas agora avançando e estabelecendo uma concorrência propriamente colonial, ocupando uma vasta área produtora de gêneros tropicais (NOVAES, 1989, p. 35).

Liderados por Maurício de Nassau, fundaram o Brasil Holandês, que subsistiria até 1654. Em 1637 e 1638, tomariam respectivamente a Mina e Arguim; em 1641, seria a vez de Luanda e seu fornecimento de escravos, além de São Tomé e o Maranhão.

A asfixia militar e as perdas comerciais continuavam no Extremo Oriente. Em 1640, os comerciantes de Macau perderam a rota com o Japão para os holandeses. Com a expulsão dos portugueses em 1638 do Japão, os holandeses assumiram seu comércio exterior.

¹⁰⁷ A título de exemplo, a exportação de açúcar pela colônia do Brasil chegava nessa época a níveis inimaginados: em 1580, foram 350 mil arrobas, já em 1600, foram 1.200.000 arrobas.

Em 1641, seria a vez da perda de Malaca, que já havia sido cercada em 1606 e 1629, diante de uma coalisão holandesa e do Achém¹⁰⁸. O comércio asiático português entrava em colapso.

O Império Português, em meados do século XVII, estava reduzido às ilhas atlânticas, às capitâneas da Bahia à São Vicente no Brasil, e aos pequenos territórios do Estado da Índia, todos desprovidos do acesso ao rico comércio oceânico.

A possibilidade dessa completa asfixia causada pelos holandeses provocava, alguns anos antes, enorme desespero em Diogo do Couto, algo perceptível em suas cartas. Dois casos serão aqui analisados. A primeira é datada do dia 23 de dezembro de 1605, enviada de Goa para D. Francisco da Gama. Seguem alguns de seus trechos:

[...] porque he necessário que todos gritemos e V. S. aynda mais que todos, porque se não perqua a migua hum estado descoberto por seus avós cõ tantos riscos e trabalhos, mas cuidado que isto naçe de meus Pecados que querem que aremate minha istoria cõ tanta dezaventura cõmesãdo a cõ tanta felicidade. Descuidos deste Reino, poucos cuidados dos que qua nos governão, são causa de fiquarmos no estado em que oje nos vemos: culpo todos porque nenhum ouve que não entre nesta materia cõ huma Pequena quota de culpa, e a seu tempo se saberão os Pecados de cada hum.

Couto se comunica agora com o antigo vice-rei, que fora para o Reino após um governo bastante problemático e que deixou bastantes inimizadas. Afirma que é importante todos gritarem para chamar a atenção sobre o Estado da Índia que está sendo perdido à míngua. Aponta como causas os descuidos do Reino, o pouco cuidado dos governantes e a culpa de todos, pois todos tiveram pelo menos uma pequena parcela de responsabilidade, afirmando que chegará o tempo em que cada um saberá o seu pecado. Couto continua:

É serto Senhor que o dia que parecerão ffoi o de mor cõffusão nesta çidade que todos os que vi, porque não se maginava senão que ja nos levavão pelos cabellos, que tamanhos medos temos tomados este luteros, e tão acorvadados nos trazem nossos pecados. Duas destas náos fforão até Surrate, e de caminho tomarão a nao S. João que vinha d'Ormuz carregada de cavalos e fazendas e a queimarão cõ os cavalos dentro, e assy a outras duas embarcassõis. E da volta que fizerão para Cochim, queimarão a náo de Fernão D'Albuquerque que estava naquelle Porto, e passarão á ponta de gâle indo ja tres que se lhe ajuntou outra; e aly tomarão huma, de Bengala muito grãde que armarão e trazem cõçigo.

¹⁰⁸ Reino que se localizava ao norte da ilha de Sumatra, na atual Indonésia.

Interessante passagem em que relata o poder dos holandeses na Ásia, provocando pavor entre os portugueses de Goa, que não tinham como se defender ao longo de vários dias de cerco. Os pecados portugueses os acovardavam diante de seus inimigos, que ainda atacaram outros dois territórios portugueses (Surrate e Cochim) e saquearam cinco embarcações de comércio.

O V. Rey armou tres galiões como soube delles, que forão a gale onde se encõtrarão, e tiveram huma grande batalha, que por nosso dezmazallamento e sua muita ligeireza lhe escaparão tão destroçadas que duas dellas forão dar a costa nas Ilhas de Maldiva, as sete de sua companhia passarão esse logo ao sul, e lá por fora de Jaoa e canais de balãbuão,

O vice-rei português mandou um contra-ataque, mas dos três galeões, dois foram desmantelados.

derão cõsigo em Amboino e pozerão serco a nossa fortaleza em que estava hum Gaspar de Mello de Baçaim por capitão que dizem se defendeo mui bem, e faltado mantimentos amarrarão os Casados e proveu capitão segundo vio hum padre da Companhia que de la veo por terra a vera sete ou oito dias e o entregarão aos olãdezes que tomarão logo posse da fortaleza e os nossos jurarão homenagem ao conde Maurício, e chamado aos padres da companhia que aly estavam lhe disserão que vivessem cõ suas Igreias e corressem cõ suas christãdade que o Conde Mauricio¹⁰⁹ os mãdaria Prover muito bem e deixãdo aly duas náos em guarda da fortaleza passarão cinco para Maluco, e tenho muito reços por aquella fortaleza, porque andão nella os nossos desunidos, e ás bõbardadas a fortaleza cõ os galiões que estão no porto, e huma noite se queimou hum de que era capitão Luis Machado Boto, por onde reço a perdição de tudo e quãdo em olãda souberem esta felicidade, está muito certo mãdarem lhe mais armada, cõ quem tenho por sem duvida fazeremse senhores de todas aquellas Ilhas, e das manilhas, e ainda da çidade de Machao de China e comércio de Japão, cõ que não teremos que fazem em Goa, e iremos buscar nossas vidas se nos deixarem.

Os holandeses fizeram cerco contra a fortaleza de Amboino¹¹⁰, que apesar da bravura de seu capitão e dos demais portugueses, sofria pela falta de mantimentos e defesas, sendo derrotados e a fortaleza entregue aos inimigos. Em seguida, os holandeses partiram para a fortaleza de Maluco (Málaca), na qual os portugueses se encontravam em estado de desunião, anunciando uma provável vitória do inimigo. Couto se lamenta ao comentar que quando essas notícias de tantos sucessos chegassem na Holanda, novas armadas seriam enviadas, afirmando

¹⁰⁹ Trata-se de Maurício de Nassau (1604-1679), o mesmo que esteve no governo do Brasil Holandês nas costas do Nordeste.

¹¹⁰ Uma das ilhas do arquipélago das Molucas, atual Indonésia.

não ter dúvidas que eles se farão senhores de todas as riquezas asiáticas que antes eram dos portugueses, tal como o rico comércio de Macau e do Japão, destruindo inclusive a razão de existir de Goa. Percebe-se, com o desenrolar do processo histórico, que muitos de seus avisos de fato se concretizaram.

[...] huma não olãdeza tomou huma nao da China que vindo para Malaca não pode passar e foi tomar o porto de Patane e por ser ja temerem dos olãdezes cõsertarão se cõ a Rainha que governava para lhes guardar a fazenda em terra e vido aly ter esta nao olãdeza tratarão cõ a Rainha seus negócios e asentouisse que partissem a fazenda da nao e andando os olãdezes em terra tomãdo entrega dela e os nossos Portugueses da não cõ mãos amarradas sem fazerem nada enfundio dos nosso senhor Animo em quinze ou vinte japõis Christãos, que aly estava em huma somma¹¹¹ e alevantando hum cruxifício remeterão cõ suas catanas aos olandezes e matarão a mor parte delles e daquelle caminho logo se forão a embarcar em huma soma e se forão. Ora veja V. S. quão acorvardados andão todos os homens e como nos castigão nossos pecados.

A tristeza de Couto com as derrotas e covardias dos portugueses é enorme. Em outro relato, mostra como uma nau da China não pode passar até Malaca por receio de ataque holandês. Tentando salvar a mercadoria, os portugueses foram até Patane¹¹² e acordaram com sua rainha para lá esconder suas mercadorias em terra firme. Porém, os holandeses, muito espertos, fizeram acordo com a mesma rainha e ficaram com as ricas mercadorias. O contra-ataque, por incrível que pareça, não viria dos portugueses, mas sim de japoneses cristãos, que mataram vários holandeses enquanto os portugueses sofriam com seus pecados.

O Senhor V. Rey ficasse negociãdo para passar ao sul e pretender levar treze Náos três galés e trita navios de Remo para isto não tem dinheiro mais que setenta mil Crusados que ElRey mãdava nos galiõis de Álvaro de Crvalho para Malaca os quais vierão tomar esta Cidade de Goa por virem destroçados que foi a mor ofensa, que podia ser para os fidalgos da Índia polla eleição que fizerão para estes galiõis por cudarem nesse Reino que vinhão estes fidalgos remediala aynda que todavia fizerão o que poderão mas não pode ser menos.

ElRey não tem dinheiro para esta jornada nem o mãdou desse Reino nem os moradores tem cõ que acudir porque estão perdidos, pollas muitas perdas que estes holãdezes nos tem tomado; a çidade de Goa ofereceu ao Senhor V. Rey a paga de gente para dois galiõis mâtimentos e ordenados de capitais por tempo de três annos que môtarão corenta mil Pardaos cada ano, que ei medo não possam cumprir, porque não vejo donde se poderão tirar (Torre do Tombo de Lisboa: Caixa 15, III – p. 371¹¹³).

¹¹¹ Somma: tipo de barco de comércio usado na China e Malásia, parecido com os juncos.

¹¹² Antigo Reino que ocupava pequenos territórios onde hoje são a Tailândia e a Malásia.

¹¹³ A carta foi transcrita do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 54-68).

O vice-rei tentou negociar uma armada de guerra rumo ao sul para lutar contra a presença dos holandeses, mas dispunha de poucos recursos enviados pelo rei, o que foi um ultraje aos fidalgos de Goa, que esperavam uma ajuda mais significativa. Os moradores de Goa estão desesperados por conta de todas as perdas impostas pelos holandeses.

Dando continuidade na carta enviada para D. Francisco da Gama, datada da derradeira oitava do Natal de 1608, Couto relata:

E entendendo o Arçebispo D. Frei Aleixo de Meneses que a nao [*Oliveira*] se não podia livrar dos holandeses mandou alguns capitães em navios de remo para a virem favorecendo athe Goa com Regimento que quando os olandeses acometessem trabalhassem por salvar o que pudessem e lhe pusessem fogo por se não aproveitarem dartelharia e fasendas o que os capitais fiserão não sei se mais apressado do que convinha, e assim ficou ardendo por nossas próprias mãos a mais riqua que de Purtugal partio e tam cheia de todas as cousas que ella sô bastava a fartar toda esta cidade que fica em estado de faltar vinho para missas e de se não esvrever a esse Reinno a falta de papel porque entoda a India o não hã. [...]

Estes Rebeldes partirão dolanda entrada de Janeiro, e hem junho entrarão em Moçambique, e queimarão a nao nossa Snorà da Consolação do capitão Diogo de Souza, e a nao do trato, e poserão serco enterra sobre a nossa fortaleza encorilando¹¹⁴ os nossos de feição, que se muito continuarão não sei o que seria. Tornarão se embarcar, e sahindo de Moçambique encontraram hum galleão de quem era capitão João Sodre da companhia do conde Visorrei, que logo se lhe rendeo, e trouxerão athe esta barra, e quando se levantarão de sobre ella lhe derão fundo, e a gente della dis que deitarão numa Ilha, dessas e depois que nos deixarão se forão para a costa do Mallavar ate Calecut aonde fizerão tãtas tropezas e sujidades que estou corrido deverem os malavares a vilesa da gente que nos acanha, como V. S. vera per huma Relação que delaa mãdou o padre da companhia que Rezide em calecut, a qual mãdo ao padre frei Adeodato para mostrar a V. S. e a todos os snores do conselho, porque saibam estes vetuperios e afrontas (Torre do Tombo de Lisboa, Caixa 19, Tomo 2º E, pág. 651)¹¹⁵.

A nau Oliveria havia acabado de chegar do Reino, munida de um pouco de tudo para melhorar a difícil situação de Goa após um longo período de carestia, marcado pela ausência de auxílios e pela forte presença holandesa. O arcebispo da cidade vendo a nau e todo o seu poder de fogo ameaçados pelos inimigos, ordenou que em caso de ataque holandês, tudo fosse incendiado, para que os invasores não a tomassem. Mas, Couto dá a entender que o desespero

¹¹⁴ O mesmo que encorilhando, metendo em corrilho, isto é, em pequeno círculo.

¹¹⁵ A carta foi transcrita do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 75-77).

dos portugueses diante do poder dos inimigos fora tão grande que arderam o poderoso navio em chamas antes mesmo da ameaça de ataque ser concretizada.

O cronista aproveita o espaço para também mostrar o grande raio de atuação dos ataques holandeses, que ia muito além de Goa, iniciando nas costas africanas e atravessando todo o Índico. Logo em sua chegada, atacaram a fortaleza de Moçambique, destruíram duas naus e impondo um pesado cerco aos portugueses que lá estavam. Em seguida, capturaram o galeão do capitão João Sodré. Quando os tripulantes se revoltaram, o galeão foi afundado, com os sobreviventes se salvando em uma ilha. Partiram para as costas indianas do Malabar até Calicute, fazendo violentos ataques, que também chamavam a atenção dos nativos, que se assustavam com os novos poderosos a dominar aquelas partes.

Logo, porém, Portugal reconquistaria sua independência em relação à Castela, o que traria de volta todas as suas possessões no Atlântico Sul, apesar de perder definitivamente muitas áreas orientais e as fortalezas da Mina e Arguim, no Atlântico. Uma nova estrutura surgiria após a Restauração.

2.3- Do processo de Restauração e a uma nova reconfiguração do império (1640-1668):

O sucesso da Restauração não fora apenas consequência dos interesses resultantes da elite intermediária que apoiara o duque de Bragança no embalo do descontentamento geral da população do Reino, sendo também fruto de uma vontade coletiva do império¹¹⁶. Os anos entre 1640 e 1668 foram muito difíceis para Portugal, suportando uma demorada guerra nas fronteiras e mantendo um conflito em escala mundial com os holandeses, além de ter vencido duas tentativas de golpe de Estado. Concomitantemente, sua ligação com a colônia do Brasil ficaria cada vez mais forte.

A Restauração também não gerou significativas alterações na dinâmica do Império. O que mudava eram as relações do Reino com as demais potências da Europa, buscando uma política de neutralidade, tal como a executada anteriormente pela dinastia de Avis. Com a perda

¹¹⁶ O melhor exemplo dessa vontade pela restauração entre os portugueses fora de Portugal se deu em Macau. Esta já havia perdido o comércio com o Japão e Malaca, e, agora, perderia o de Manila por conta do rompimento com os espanhóis. Mesmo assim, Macau optou por continuar ligada à Portugal. Algo parecido ocorreu com Cacheu (cidade localizada no atual país de Guiné-Bissau), que via ameaçado seu comércio de escravos com a América Espanhola, e do Rio de Janeiro, que lucrava com as trocas comerciais com Buenos Aires. Apesar dos percalços, essas atividades se restabeleceriam.

do monopólio da Rota do Cabo, no início do século XVII, as vantagens comerciais da exploração colonial passaram a ser usadas como moeda de troca nas relações internacionais. Portugal conseguiu explorar o sistema de alianças e o estado de conflito entre as potências europeias com muita habilidade, por meio da concessão de privilégios comerciais concomitantemente com sua reorganização política e econômica em torno de sua aliança com a Inglaterra. Assim, mantiveram sua independência política e a parte mais lucrativa e extensa de seu império, o Brasil, ao longo do século XVII até o princípio do XIX (NOVAES, 1989, p. 19).

Com o fim da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648)¹¹⁷, a Holanda tinha sua independência reconhecida perante a Espanha. Mas, em 1650, iniciaram pesado conflito contra a Inglaterra, obrigando os holandeses a redefinir suas ações, já que manter três frentes de conflitos (na Europa, no Brasil Holandês e no Oriente) simultaneamente seria impraticável. O elo mais fraco era sua presença no Brasil. Assim, as sucessivas resistências dos luso-brasileiros saíam vitoriosas.

As possessões restantes do Estado da Índia associadas ao comércio marítimo foram se tornando cada vez mais problemáticas, já que haviam perdido sua função econômica e exigiam muitas despesas para sua manutenção e defesa. A incapacidade de reconhecerem as mudanças fazia com que os portugueses ainda mantivessem essas heranças de uma época já passada. Logo, essas últimas regiões também seriam anexadas pela Holanda. Canará fora totalmente tomada em 1654, o mesmo ocorrendo com Ceilão e São Tomé de Meliapor, em 1658, ano em que também caiu Negapatão¹¹⁸ e iniciou-se o ataque holandês ao Malabar. Coullão seria tomada em 1658, Cranganor, em 1662, e Cochim e Cananor, em 1663. A própria capital do Estado da Índia sofreria inúmeros cercos dos batavos entre os anos de 1636 e 1644. Processo relativamente lento, já que a Holanda tinha agora que movimentar forças muito maiores. O tratado luso-holandês de 1669 terminaria o conflito histórico, reconhecendo o novo mapa político oriental.

Aproveitando-se do enfraquecimento de Goa, os inimigos asiáticos expandiam suas forças. O sultanato de Omã tomou Mascate em 1650, terminando com a presença portuguesa no Golfo Pérsico, e o sultão de Golconda¹¹⁹ ficou com Meliapor¹²⁰, em 1662. Outras derrotas importantes foram a perda de Sirião para as forças da dinastia Taung-Ngu da Birmânia (1612);

¹¹⁷ A Guerra dos Trinta Anos foi um dos conflitos mais violentos da história europeia, acumulando cerca de 8 milhões de mortos. As causas iniciais se ligavam às diferenças religiosas entre católicos e protestantes, ampliando-se para disputas políticas, dinásticas, territoriais e econômicas, colocando em conflito vários povos.

¹¹⁸ Cidade no sudeste do subcontinente indiano que fora dominada pelos portugueses ainda em 1507.

¹¹⁹ Sultanato de Colconda: Reino moderno surgido em 1512 na centro-sul indiano. Seus fundadores tinham origem persa e ligação com os turcos.

¹²⁰ Cidade conquistada pelos portugueses em 1523. Se localiza no litoral sudeste do subcontinente indiano.

para o governo mogol os portugueses perderam Ugulim (1632); Mascate foi tomada pelos Omanitas (1650); e os fortes do Canará – Mangalor, Onor e Barcelor – foram conquistados pelos hindus do Reino de Ikkeri (1650).

Os portugueses continuavam a fazer comércio pelos oceanos, mas apenas com seus agentes independentes. Porém, a força de seu império deixou sua marca. Um bom exemplo fora a prevalência da língua portuguesa, idioma que se manteve por muito tempo como o principal nas cidades comerciais e usado nos tratados assinados entre os locais e os holandeses.

Além disso, houve também uma ampliação da presença de portugueses e seus descendentes pela Ásia a partir do século XVII, como consequência do êxodo provocado pela perda de suas possessões para holandeses e ingleses. Nas diferentes regiões que chegavam, formavam famílias ou iam tendo filhos com as mulheres locais, surgindo comunidades mestiças que, ao longo do tempo, iam perdendo os costumes ancestrais e assimilando hábitos locais. Os descendentes portugueses, mesmo duas ou três gerações posteriores, mantiveram certo destaque com os chefes locais e muita influência por todo o comércio asiático, sendo o Cristianismo o elo central de sua ligação identitária (GRANGEIO, 2021, p. 21).

Agora, o Estado da Índia se baseava nos domínios territoriais próximos de Goa e Baçaim, por meio de suas atividades agrícolas, e no aumento da presença na África Oriental e seu comércio especialmente com Diu. Macau e Timor resistiam aos holandeses, mesmo porque eram independentes economicamente de Goa.

A manutenção da ligação oceânica de Macau com Portugal fora algo totalmente atípico naquele novo contexto, principalmente após as perdas da nau do trato com o Japão e da ligação com Malaca. Resistiam aos holandeses e mantiveram seu estatuto dentro da China mesmo com a mudança de poder da dinastia Ming para a Manchu, em 1644¹²¹. Muitos dos missionários expulsos do Japão, em 1614, foram usados pelos mercadores independentes de Macau no início de relações com territórios ainda não contactados, tal como ocorreu com o Tonquim¹²², o Camboja e a Cochinchina¹²³.

Incansáveis, esses mercadores obtiveram o comércio de prata em Macassar (sultanato localizado nas Celebes, Indonésia), sendo também elo com Timor e distribuidor de especiarias.

¹²¹ O Império Chinês, apesar dos vários percalços, só aceitava comerciar com os europeus por intermédio dos portugueses de Macau, seus antigos parceiros. Isso, pois, talvez fossem encarados como os estrangeiros menos perigosos. Além disso, seu estabelecimento por tantos anos e a grande mestiçagem e fixação à terra, fazia com que fossem se mantendo. Tanto é que o próximo porto chinês controlado por estrangeiros viria a ser Hong Kong, transferida aos ingleses quase duzentos anos depois dos conturbados anos de meados do século XVII.

¹²² Na atual região norte do Vietnã.

¹²³ Na atual região sul do Vietnã.

A perderiam para os holandeses em 1666, mas conseguindo a continuidade daquelas atividades por meio do sultanato de Bantém, no extremo ocidental da ilha de Java. Lá, novamente, passaram a obter a prata de Manila e as especiarias.

Em 1662, Bombaim fora passada aos ingleses como parte do dote da infanta D. Catarina ao se casar com Carlos II, rei da Inglaterra. Desesperados pelo auxílio inglês em meio a uma nova ofensiva espanhola, a perda do pequeno território não faria diferença aos portugueses, situação oposta para os ingleses, que com isso conseguiam seu primeiro entreposto na Índia. Na mesma negociação, Tânger também fora passada aos ingleses, que de longa data desejavam o controle de Gibraltar.

As costas de Moçambique só foram garantidas pela solidariedade de sangue há muito realizada pelos portugueses. Vários deles nem sequer haviam estado na Europa, mas sua mestiçagem garantia a ocupação do sertão e o desenvolvimento de suas atividades. Possuindo poucas fortalezas, a única realmente defensável era a do litoral de Moçambique. Situação diferente ocorreu com a fortaleza de Sofala, abandonada no início do século XVII, por conta da mudança do curso do rio, que a inundou.

O império ia se recompondo por si mesmo, ajudando a pagar a cara guerra e todas as suas consequências. Territórios e recursos enormes eram somados na América, em detrimento às perdas ocorridas em especial na Ásia. Mas, como sempre, os homens da época e a maioria dos autores continuavam enxergando mais as perdas do que os sucessos, não conseguindo ver que o saldo geral se mantinha positivo.

Fato é que a perda da Rota do Cabo e de várias possessões na Ásia foi encarado pelos portugueses, cronistas, historiadores e demais europeus como uma catástrofe irreparável, algo que influenciaria os estudos acerca do império luso por séculos. Isso pode ser explicado pelo fato das especiarias do Oriente continuarem encantadoras ainda em pleno século XVII, tanto é que os holandeses as preferiram em relação ao Brasil e demais atividades no Atlântico Sul.

2.4- Goa, a “Roma do Oriente” e cabeça do império português na Ásia:

Esta Ilha de Goa he tão antiga, que se não acha nas escrituras Canarás (cuja sempre foi) o princípio de sua povoação. Mas acha-se que foi sempre tão continuada dos estrangeiros, que andava entre elles por adajo, vamo-nos recrear às frescas sombras de Goa, e a gostar da doçura do seu betre¹²⁴. E assim lhe chamavam por excellencia Goe moat, que na sua antiga linguagem quer dizer terra fresca, e fertil.

¹²⁴ Erva típica da região, vista como muito saborosa pelos habitantes locais.

É pela continuação do nome se veio a abbreviar, e a lhe chamarem Goe, e nós mudando-lhe a letra E, lhe chamamos Goa. Os naturaes Canarins della lhe chamam Tis Vart, que quer dizer trinta aldeias, por serem tantas as que essa Ilha tem, que todas, louvado Deos, são hoje povoadas de Chritãos, e repartidas por doze, ou quinze Freguezias (Diogo do Couto – Década IV).

Um primeiro objetivo será explorar alguns temas centrais que possibilitem um satisfatório conhecimento histórico acerca dessa cidade, em especial ao longo do século XVI e início do XVII, intervalo temporal em que Diogo do Couto por lá viveu muitos anos. Em sua escrita, percebe-se a grande consideração que ele sentia pela cidade, além de, em vários momentos, narrar episódios importantes lá ocorridos, testemunhados ou mesmo protagonizados por ele, que influenciaram diretamente sua vida e produção.

2.4.1- As origens de Goa:

Por conta de sua posição geográfica estratégica na costa ocidental da Índia, desde o início do século XVI, Goa se tornou um dos grandes objetivos a serem conquistados pelos portugueses, já que o seu controle seria a base para a tentativa de domínio do comércio marítimo no Oceano Índico, Golfo Pérsico e Mar Vermelho. Naquela região, de longa data, já habitavam povos muito organizados e com tradições, economia e política bem estruturadas, perdendo para os europeus no menor desenvolvimento de suas técnicas militares e navais.

Antes do domínio luso, Goa pertencera sucessivamente aos máurias¹²⁵, kadambas¹²⁶, hindus e depois aos muçulmanos. Durante o domínio do império de Vijayanagar (1336-1646), Goa se tornara uma cidade rica e bastante povoada, com construções e edifícios majestosos e atividade comercial próspera. O relato a seguir, do comerciante florentino Piero Strozzi¹²⁷, que

¹²⁵ O Império Máuria foi um dos maiores impérios de sua época e o maior a existir na região da Índia em toda a sua história. Prevaleceu entre os séculos IV e II a.C., com sua extensão máxima se estendendo do norte a partir do monte Himalaia, a oeste até o atual Paquistão e chegando aonde hoje está o Afeganistão, a leste indo até Assam (na fronteira com a China), e chegando ao centro e sul da Índia. Acredita-se que teve uma população entre 30 e 40 milhões de pessoas, sendo uma das principais bases de disseminação do Budismo.

¹²⁶ A Dinastia Kadamba existiu entre os séculos IV e VI d.C, ocupando a parte centro-oeste da atual Índia. Nele, o hinduísmo ganhou grande força.

¹²⁷ Strozzi nasceu em 11 de março de 1483, em Florença. Sua família era dedicada às atividades comerciais, o que lhe propiciou não só conhecimentos vivenciados em terras italianas, mas também em território francês, de onde partiu para Lisboa e de lá, em 1509, na frota de Diogo Mendes de Vasconcelos, embarcou para a Ásia. Apesar de seu destino ser Malaca, foi comandado por Afonso de Albuquerque no cerco de Goa, quando chegou a ser atingido por uma flecha. Pela Ásia viveu vários anos, exercendo inúmeras atividades comerciais, que lhe tornariam um homem rico. Essas suas vivências são relatadas em uma carta enviada ao pai, de 20 de dezembro de 1510, a única que não fora perdida, não sendo conhecidos outros documentos diretos a ele atribuídos, com demais referências partindo de outros comerciantes italianos e historiadores portugueses, como Garpar Correa. Faleceu em 22 de outubro de 1522, em Thionville, França (GHISALBERTI, 2019, p. 235).

lá esteve em 1510 durante a conquista portuguesa, testemunha o forte engajamento comercial daquela cidade:

Estamos convencidos de que somos os homens mais astutos que se podem encontrar, e o povo aqui ultrapassa-nos em tudo. E há ricos mercadores mouros que valem mais de quatrocentos mil a quinhentos mil ducados. E fazem melhores contas de memória do que nós somos capazes com a caneta. Parece que nos são superiores em inúmeras coisas, exceto com a espada na mão, a que eles não conseguem resistir (STROZZI, 1510, apud UZIELLI, 1895. p. 115).

O florentino Strozzi se referia aos comerciantes de Guzarate. Eles se guiavam por princípios espirituais de não-violência, bem diferente dos beligerantes portugueses. O domínio muçulmano ocorreu em 1471, quando toda a região fora conquistada pelo Sultanato de Bahmani que, posteriormente, se fragmentaria em cinco estados, com Goa se enquadrando ao Reino de Bijapur, chefiado pelo sultão Yusuf Adil Khan (conhecido entre os portugueses por Hidalcão). Mesmo mantendo uma população de maioria hindu, Goa se tornaria um dos mais importantes portos de onde partiam inúmeros muçulmanos em peregrinação para Meca. Por isso, em pouco tempo afloraria às margens do rio Mandovi um grande estaleiro e uma magnífica mesquita.

Goa se mantinha como grande empório comercial, o que atraía mercadores de várias regiões e produtos de todo o subcontinente indiano e áreas adjacentes. Era composta por uma sociedade organizada, em um território urbano bem construído, possuindo edifícios, praças, templos e jardins notáveis, a exemplo do palácio do Hidalcão, lembrado pelos espaçosos salões, por uma rica arte em madeira lavrada e pela coleção de plantas aromáticas.

Sua riqueza era visível nos inúmeros bazares, por onde se negociavam as especiarias (em especial a pimenta, canela, a noz-moscada e o cravinho, arroz, açúcar e ferro, na bela ourivesaria, nos registos aduaneiros, nos haréns de odaliscas. Havia o ouro, marfim e ébano vindos de Moçambique; as pérolas de Bahrein e Ceilão; as lojas de seda da China; os tapetes persas, seda e plantas medicinais de Ormuz; índigo, cera, ópio, alume, metais e tecidos de Diu.

Muito forte também era o comércio de cavalos importados de Ormuz, animais esplêndidos criados na Pérsia e Arábia, muito cobiçados por todas as forças de cavalaria e infantaria da Índia. Aproximadamente mil eram vendidos anualmente em Goa, rendendo altíssimas receitas por conta das pesadas taxas de importação, correspondendo a quase metade de tudo que a cidade recebia. Assim, não é por acaso que antes dos portugueses, Goa fora assediada por diferentes povos.

Suas características e todo o movimento populacional lá existente chamaram atenção de inúmeros viajantes e escritores do período. É de grande ensinamento o destaque dado por Duarte Barbosa¹²⁸, que lá esteve nos primeiros anos após a conquista portuguesa:

[Goa] é habitada de muitos mouros honrados, muitos deles estrangeiros de muitas partidas. Eram homens brancos, entre os quais, além de muito ricos mercadores que aí havia, eram outros lavradores. A terra por ser muito bom porto, era de grande trato, onde vinham muitas naus de Meca e da cidade de Adem, Ormuz, de Cambaia e do Malabar [...]. É a cidade mui grande, de boas casas, bem cercada de fortes muros, torres e cubelos¹²⁹; ao redor dela muitas hortas e pomares, com muitas formosas árvores e tanques de boa água com mesquitas e casas de oração de gentios. A terra é toda arredor muito aproveitada [...]. Neste porto de Goa há grande trato de muitas mercadorias de todo o Malabar, Chaul e Dabul, do grande reino de Cambaia, que se gastam para a terra firme. Do reino de Ormuz vem aqui cada ano muitas naus carregadas de cavalos, os quais vêm aqui comprar muitos mercadores dos reinos locais, e compram cada um a duzentos e trezentos cruzados e segundo é, e vão-nos a vender aos reis e senhores aqui das suas terras, e, todos, uns e outros, ganham nisso muito e assim el-rei nosso senhor, que de cada cavalo tem quarenta cruzados de direitos (BARBOSA, 1946, p. 89-91).

Com o domínio português, o movimento das atividades comerciais aumentou muito. Nas conhecidas ruas das Naus de Ormuz e do Arsenal, havia várias pousadas e restaurantes, frequentados pelos trabalhadores locais e marinheiros. Os cais da Fortaleza e de Santa Catarina eram os mais movimentados, com grande agitação também ocorrendo nos estaleiros, em especial o da Ribeira Grande e o das Galés. Os prédios importantes, tais como a fortaleza,

¹²⁸ Grande exemplo de escritor da literatura de viagens, o navegador, explorador e oficial Duarte Barbosa (1480-1521), era de uma família de grandes viajantes. Seu pai, Diogo Barbosa, foi para a Índia na armada de 1501. Já o seu tio, Gonçalo Gil Barbosa, partiu na armada de Pedro Álvares Cabral, assumindo o cargo de feitor em Cochim, no ano de 1502, e depois em Cananor, momento em que Duarte Barbosa o acompanhava e lá aprendeu a língua local. Exerceu várias atividades em Cananor, com destaque para as de escrivão e tradutor. Em 1503, fora intérprete de Francisco de Almeida em seus contatos com o rajá. Quem recorreu também aos seus serviços foi Afonso de Albuquerque, na tentativa de cristianização do rei de Cochim, em 1514, além de ter sido enviado por ele para Calicute, no ano de 1515, para verificar a construção de algumas embarcações que seriam utilizadas em expedições no Mar Vermelho. Retornou para o Reino em 1517, quando finalizou a escrita de sua obra, conhecida como o *Livro que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Porém, seu manuscrito ficaria desconhecido até o século XIX, quando fora encontrado e publicado em Lisboa. Essa obra possui um valor histórico incrível, trazendo ricas informações sobre diversas características das regiões, povos e atividades orientais. A apresentação do livro assinala um pouco toda a sua importância, bem ao estilo da escrita de viajantes, que narravam aquilo que afirmaram ter conhecido diretamente. Insatisfeito pela falta de reconhecimento aos seus serviços, embarcou na primeira viagem de circum-navegação mundial, em 1519, liderada por seu cunhado, Fernão de Magalhães. Por conta de sua grande curiosidade em buscar conhecimento dos diferentes espaços e populações, constantemente se afastava do grupo, fazendo com que chegasse a ficar preso por alguns dias após castigo imposto por Magalhães. Após a morte deste e vários desentendimentos havidos entre a tripulação, recebeu a liderança da expedição. Mas, viria a falecer em Cebu (nas Filipinas), no ano de 1521, quando parte do grupo caiu em uma cilada organizada pelo rei local, durante um banquete ao qual foram convidados.

¹²⁹ Torre em forma de cubo para defesa militar.

hospital, Alfândega e a Casa da Moeda¹³⁰ se localizavam na parte cercada e fortificada da cidade, que também contava com fortalezas em regiões próximas para maior defesa¹³¹.

A posição de Goa era estratégica não apenas por sua localização geográfica em um vasto estuário e pelo seu porto, que oferecia condições únicas de segurança para a frota e ponto chave às operações de policiamento de toda aquela região. Ao longo dos meses de monções, seu estuário se transformava em um dos mais importantes para o abrigo de inúmeras embarcações. Cercada por rios e encravada no extremo sul da costa do Concão, ocupando uma extensão de 3611 quilômetros quadrados, contando com 101 quilômetros de litoral e sendo uma ilha¹³², era de fácil defesa, se tornando peça-chave no comércio do Índico Ocidental, principalmente entre o Malabar e o Guzarate, permitindo também o controle do Noroeste do Mar Árábico¹³³.



*A Ilha, Cidade de Goa Metropolitana da Índia e Partes Orientais, de Arnoldus e Henricus Van Langren (1596)*¹³⁴

¹³⁰ Muitas das principais moedas que circulavam entre as regiões de importância comercial na Ásia eram provenientes do Estado da Índia. A partir de 1547, por exemplo, a Casa da Moeda de Goa começou a cunhagem do *São Tomé*, moeda de ouro que se manteria forte por várias décadas, tal como eram o *Xerafim* (*Xarifi*) de Ormuz e o *Pardau* (cunhada em Goa entre os séculos XVIII e XIX). Muito importantes também eram o *Ducado* (*Zecchino*) veneziano, os *Cequins* turcos, os *Pagodes* do Império hindu de Vijayanagar e os *Mohurs* mogóis.

¹³¹ Uma das mais imponentes foi a Fortaleza da Aguada, construída no norte de Goa, entre 1609 e 1612. Tinha como objetivo a proteção da cidade contra piratas e holandeses. Ficou conhecida como fortaleza da “aguada” por conta da sua volumosa mina de água doce, utilizada no reabastecimento dos navios. Chegou a possuir 79 canhões, um poder de fogo muito grande para o período. O imponente farol é da segunda metade de século XIX. Ficou abandonada por muito tempo, voltando ao uso e sendo reformada e adaptada na época do Salazarismo, quando passou a servir de prisão aos opositores do regime (Figura 15).

¹³² A parte principal da cidade se instalava em uma grande ilha, limitada pelo mar Árábico e os rios Mandovi, Zuari, Terekhol, Chapora e o rio do Sal. Porém, sua área urbana e adjacente se espalhava por quarenta ilhas estuarinas, dezenove ilhas de rio e oito ilhas marinhas.

¹³³ Ocupando uma região tropical, Goa possui clima quente e úmido na maioria dos meses do ano. Maio é o período de maior calor, chegando aos 35°C. As monções, com seus fortes ventos e chuvas, chegam em junho, indo até setembro.

¹³⁴ Este mapa faz parte do acervo da Universidade de Utrecht, na Holanda. Foi elaborado pelos irmãos Arnoldus e Henricus Van Langren, cuja família já tinha tradição em ter grandes cartógrafos. O mapa, provavelmente, fora

Essa reunião de fatores tornaria Goa uma das mais importantes cidades tropicais Portuguesas e um dos grandes empórios comerciais do mundo daquela época, além de centro de proselitismo religioso, como atestam as grandiosas igrejas construídas pelos Portugueses (Figuras 16 a 19). Sua importância para o império era tão relevante que a coroa chegou a organizá-la como uma réplica de Lisboa. Esta seria a capital ocidental, enquanto Goa seria a capital oriental do império. Prova disso foi sua estrutura político-administrativa, dispondo de vice-rei, Conselho de Estado e da Fazenda, Alfândega, Tribunal da Relação e Mesa da Consciência e Ordens. Além disso, sua estrutura eclesiástica também era semelhante à da metrópole, ascendendo, em 1557, ao estatuto de arcebispado, com a Inquisição iniciando sua atuação a partir de 1560. Por isso tudo, Goa era conhecida como a “Roma do Oriente”¹³⁵ (AVELAR, 2012, p. 28).

2.4.2- A conquista e ascensão de Goa com os portugueses:

Em outubro de 1509, chegara de Lisboa o marechal D. Fernando Coutinho. Além de ser da família do vice-rei D. Afonso de Albuquerque, ele era o fidalgo com título mais elevado a ir ao Oriente, trazendo uma armada de 15 naus e três mil homens, com ordens reais para que se promovesse a conquista de Calicute. Mas, suas forças atuaram de forma imprudente, sofrendo pesada derrota.

Tiveram que ser salvos por D. Afonso de Albuquerque, que acabou ferido em combate. Recuando para Cochim, Albuquerque reuniu forças maiores, compostas por 23 navios e aproximadamente 1200 homens. Inicialmente, rumou para a costa do Malabar, com os objetivos de reconquistar Ormuz e derrotar os mamelucos egípcios do mar Vermelho. No caminho, acabou recebendo notícias de que a frota dos mamelucos estava em Goa, aproveitando seus estaleiros para melhor se aparelharem na luta contra os portugueses. Assim, um novo objetivo muito mais interessante lhe aparecia.

encomendado por Cornelis Claesz (1546-1609), um editor, impressor e livreiro de Amsterdã. Ele foi o responsável pela primeira impressão da obra *Navegação e itinerário para as Índias Orientais Portuguesas* (1599), escrita pelo aventureiro e comerciante holandês Jan Huygen Van Linschoten (1563-1611). É nessa obra que o citado mapa fora publicado pela primeira vez, tendo a importante função de ilustrar as descrições da cidade de Goa (LINSCHOTEN, 1977, p. 34-35).

¹³⁵ É importante frisar que essa imagem de grandiosidade existia na perspectiva dos europeus. Entre as cidades do subcontinente indiano, Goa possuía tamanho médio. No início do século XVI, as maiores cidades da Índia eram Deli, Agra e Lahore, com cada uma possuindo aproximadamente 500 mil habitantes. Na mesma época, a título de exemplo, Roma e Lisboa possuíam cerca de 110 mil habitantes, Londres 170 mil e Madrid 60 mil.

A favor dos portugueses havia a oposição dos habitantes contra o governo dos muçulmanos e as disputas entre os chefes militares locais, consequência de o território ser dividido em várias soberanias controladas por diferentes príncipes muçulmanos. Os portugueses pegaram os inimigos de surpresa, atacando Goa em fevereiro de 1510. Com a ausência do Hidalcão, que estava em guerra no Decão, a rendição foi rápida. Logo depois, também sem resistência, Salcete e Bardez foram subjugadas pacificamente.

De posse de Goa, Albuquerque ordenou a reconstrução da fortaleza e a cunhagem de moedas, dando início à nova organização a ser imposta pelos portugueses. Mas, passados apenas três meses, o Hidalcão e suas tropas cercaram a cidade, conseguindo vingança. Os portugueses se encontravam em meio a obras de fortificações inacabadas e em disputas de interesses, com alguns querendo permanecer e aguardar reforços que viriam de Cochim e outros defendendo o abandono de Goa. No dia 23 de maio, os portugueses acabaram se refugiando em sua frota sediada no rio Mandovi, por lá ficando todo o inverno e sofrendo pesadas privações.

Com a melhoria das condições climáticas, aproveitando-se da chegada de dez navios vindos de Portugal e da notícia de que o sultão se ausentara, os portugueses atacaram Angediva, no dia 15 de agosto, seguindo depois para Cananor, onde reorganizaram suas forças e, finalmente, rumaram contra Goa, no dia 25 de novembro. Era uma segunda-feira, dia de Santa Catarina de Alexandria, que por isso foi nomeada padroeira daquela cidade.

Para essa segunda e definitiva vitória, contribuiu muito a aliança com Timoja¹³⁶ e a própria desorganização momentânea dos inimigos, divididos em lutas de sucessão ao trono do Hidalcão, morto pouco tempo antes. Seu filho mais novo, o xá Ismail Adil, ocupava o trono naquele momento, sendo ainda muito inexperiente em batalhas. As mortes foram elevadas entre os inimigos, quando perderam cerca de dois mil homens de suas forças, que eram compostas por quatro mil soldados. Aos lusos, foram contabilizadas 40 mortes e aproximadamente 150 feridos.

Buscando assegurar o domínio português, Albuquerque agiu de maneira exemplar em suas primeiras ações, condenando à morte todos os muçulmanos acusados de crimes e insubordinação, além de liberar o saque, quando mais de seis mil pessoas foram mortas, incluindo mulheres e crianças.

Especificamente em Goa, Albuquerque criou o senado, conselho municipal, tribunais de justiça, reformou e adaptou o palácio lá já existente para que se tornasse a residência dos governadores, além da construção de novos edifícios e da catedral em honra de Santa Catarina.

¹³⁶ Corsário hindu, inimigo do Hidalcão.

Mas, nem tudo era imposição. É importante apontar que a política seguida e defendida por Albuquerque envolvia também importantes estratégias de diplomacia e boa convivência com as populações locais, já que sem elas a obtenção dos valiosos produtos a serem comercializados ficaria impossibilitada. Por isso, houve o respeito as comunidades agrícolas, garantindo a proteção aos hindus que reconhecessem o domínio português. Consequentemente, a economia era cada vez mais estimulada, elevando mais ainda a importância comercial de Goa como eixo comercial entre as várias regiões orientais e, agora, também com a África e a Europa. Tanto é que D. Afonso de Albuquerque passou a assinar suas documentações com novos títulos, muito mais imponentes: “Capitão-mor e governador das Índias e da Pérsia, e do reino e senhorio de Ormuz, e do reino e senhorio de Goa, e do reino e senhorio de Malaca, por El-Rei nosso senhor” (AVELAR, 2012, p. 47).

De agora em diante, todos os navios mercantes que se relacionassem com os portugueses tinham necessariamente que passar por Goa. Lá estando a alfândega, embarcações indianas e muçulmanas eram obrigadas a pagarem por passes de salvo-conduto e direitos alfandegários, o que, junto com todo o comércio lá praticado, tornou essa cidade a principal fonte de receitas do Oriente para Portugal. Além disso, era em sua Chancelaria que se conseguia todos os atos de autorização comercial no Oriente, com outras importantes possessões portuguesas também estando sob sua autoridade, tal como Moçambique, Macau e Timor.

O sucessor de Afonso de Albuquerque, Lopo Soares de Albergaria (1515-1518), transferiu a residência do governador de Cochim, até então a feitoria mais importante pelo menos até a década de 1530, para Goa. Era claro que, a partir desta cidade, as atividades de proteção dos territórios e rotas como também o controle das intrigas entre os fidalgos portugueses seria mais fácil de serem geridas.

Alguns anos depois, já sob o mandato do quarto governador, Diogo Lopes de Siqueira (1518-1522), Goa fora considerada “cidade real”, quando todos os seus cidadãos (independente da religião), ficaram isentos de taxas portuárias e impostos sobre alimentos importados. Além disso, seu regimento trazia orientações reais ao bom convívio com os locais.

No governo de Nuno da Cunha (1529-1538), filho de Tristão da Cunha, as instituições existentes em Cochim foram transferidas para Goa, que agora se tornava, de fato e oficialmente, sede do poder político e administrativo português no Oriente até 1961.

2.4.3- A política de casamentos e seus desdobramentos para a presença portuguesa na Ásia:

A autorização e o incentivo ao casamento entre homens portugueses e mulheres locais, com certeza, foi a mais impactante de todas as ações de cunho social desencadeadas por D. Afonso de Albuquerque. A emigração europeia para a Ásia era esmagadoramente masculina, já que para as batalhas de conquistas e a construção de todas as estruturas necessárias para a defesa, administração e comércio, se fazia necessário a presença de soldados, oficiais, magistrados, burocratas, padres e uma infinidade de técnicos.

As mulheres raramente ultrapassavam 1% dos embarcados na Carreira da Índia, sendo geralmente, pertencentes à corte dos governadores. Assim, o casamento com mulheres locais seria uma rápida resposta para a urgente necessidade de povoamento e cristianização daquelas terras, o que criaria mais soldados, lavradores e pessoas dedicadas aos ofícios mecânicos. Após apenas três meses de conquista, Albuquerque escreveu sobre esse assunto ao rei D. Manuel I, em carta do dia 22 de dezembro de 1510, contanto os incentivos que deu:

Aqui se tomaram algumas mouras, mulheres alvas e de bom parecer, e alguns homens limpos e de bem quiseram casar com elas e ficar aqui nesta terra, e me pediram fazenda, e eu os casei com elas e lhes dei o casamento ordenado de Vossa Alteza, e a cada um seu cavalo e casas e terras e gado, aquilo que arrazoadamente me parecia bem.

Ele manifesta inclusive, mais à frente, as suas preferências:

Eu nunca tive devoção de casar homens com estas mulheres malabares, porque são negras e mulheres corruptas em seu viver por seus costumes; e as mulheres que foram mouras, são alvas e castas e retraídas em suas casas e no modo de seu viver, como os mouros desta terra têm por costume, e as mulheres de brâmanes e filhas deles também são castas mulheres e de bom viver, e são alvas e de boa presença (ALBUQUERQUE, 1942, p. 10).

Neste segundo trecho, percebe-se uma valorização das mulheres de origem moura e brâmane, por serem de pele alva, castas e de bom costume, em detrimento da desvalorização das mulheres malabares¹³⁷. Alguns anos depois, entre 1512 e 1515, o cronista português Tomé Pires esteve em Goa e narrou essas mesmas impressões de Afonso de Albuquerque, além de tratar de outras características daquela cidade e de sua gente vistas como muito interessantes:

¹³⁷ Indianas bramares e muçulmanas, malaias, japonesas e indonésias foram os primeiros grupos de esposas ou concubinas até 1580, quando foram substituídas pelas chinesas, descendentes das primeiras famílias convertidas ao cristianismo ou escravas adquiridas ainda na infância para serviços domésticos ou sexuais.

Os gentios do reino de Goa são mais válidos que os do reino de Cambaia. Têm formosos templos seus neste reino, têm sacerdotes ou brâmanes de muitas maneiras. Há entre estes brâmanes gerações muito honradas deles, não comem coisa que tivesse sangue nem coisa feita por mão de outrem [...]. As gentes do reino de Goa por nenhum tormento não confessarão coisa que façam. Sofrem grandemente e imaginam ser atormentados de diversos tormentos. Antes morrem que confessar o que determinaram calar. E as mulheres de Goa são jeitosas no vestir, as que dançam e volteiam o fazem com melhor maneira que todas as destas partes. [...] E costuma-se grandemente neste reino de Goa, toda mulher de gentio queimar-se por morte de seu marido. Entre si têm todos isto em apreço e os parentes dela ficam desonrados quando se não querem queimar e eles com admoestações as fazem queimar (PIRES, 1978. p. 212-218).

Os homens portugueses que se uniam nestes casamentos eram de parcelas sociais mais baixas, tal como soldados e artífices, enxergando no matrimônio a possibilidade de se estabelecerem naquelas distantes regiões e melhorarem de vida. O Estado concedia aos casados direitos de cidadania idênticos aos cidadãos do Reino, além de vários outros incentivos, tais como: liberdade de comércio com todos os portos portugueses e povos aliados, concessão de terras, subsídios, distribuição de gado e armas e elegibilidade para cargos públicos.

Tanto é que, na segunda metade do século XVI, muitos dos homens portugueses adultos que combatiam ou desenvolviam atividades comerciais e produtivas na Ásia eram filhos desses casamentos ou de relacionamentos com escravas e amantes, nunca tendo estado em Portugal. Sendo bilíngues ou até mesmo trilíngues, eram mestiços, porém, cristãos de hábitos portugueses. Assim, o império crescia sem provocar um esvaziamento do Reino.

Juntamente a esse processo de casamentos e relacionamentos locais, os fidalgos priorizavam casamentos com portuguesas do Reino. Seus filhos, mesmo sendo de pai e mãe brancos portugueses, por serem nascidos em terras do império, se encaixavam em uma escala abaixo no ideário nobiliárquico. Na prática, eram mestiços culturais, criados por amas locais que contavam suas lendas e histórias e diretamente ligados aos costumes nativos.

Ao contraírem laços, seja de simpatia ou mesmo de matrimônios, ocorriam aproximações com as comunidades locais, integrando relações de costumes, culinária, práticas religiosas e até artísticas, fortalecendo a presença lusa (SABEH, 2010, p. 135). Os elementos agregadores eram sempre a honra ao rei, o cristianismo e a cultura europeia, mas a mestiçagem foi, de fato, uma força que contribuiu muito com o alastramento do poder português. Essa mestiçagem não vinha de uma política deliberada da Coroa, muito menos de uma completa tolerância às diferentes culturas locais, mas evidencia a adaptação dos portugueses em terras tão distantes.

Essas relações são muito exaltadas e exemplificadas por Diogo do Couto. Em sua *Década VIII*, por exemplo, relata os contatos pacíficos que os portugueses tiveram com muçulmanos na Ilha de Amboino, próxima de Maluco, onde houve grande avanço da cristianização e de casamentos:

Nesta enseada tinham os Mouros alguns lugares, dos quaes fizeram doação aos portuguezes que alli foram, pera serviço e meneio dos galeões: e assim se lhes affeioaram, que vieram a tomar a nossa Santa Fé, e quando alli foi ter o Padre Mestre Francisco Xavier, proseguio naquella boa obra, e fez huma grande quantidade de Christãos: e não só naquellas Ilhas, mas ainda nas de Maluco. Pelo grande favor, e amizade que os nossos acharam naquelles moradores, se vieram muitos a se casare com fuas filhas, e multiplicarem em geração, vivendo com muita quietação, e amor (*Década VIII, Cap. XXV, p. 193*).

Esse tipo de relação não era incentivado entre ingleses, holandeses ou franceses nas regiões que dominaram. Ao mesmo tempo, os mestiços do império português não se caracterizaram por combater os interesses gerais do império e geralmente não eram vistos com desconfiança pelas autoridades, bem diferente do que ocorreu nas partes espanholas da América, com mestiços chegando a lutar contra as forças de Madri (COSTA, 2014, p. 160).

Na escrita de D. Afonso de Albuquerque, ser casado era sinal de ser bom cristão, ser homem de bem, servindo o Reino em detrimento de aventuras ou da busca de vantagens apenas pessoais. Prova disso é que ao mencionar uma pessoa em suas funções, ele sempre indicava sua ocupação e “condição”:

Manuel de Sampaio tem a alcaidaria de Pangim e é casado; Nuno Freire tem a alcaidaria de Benestarm e é casado; as escrivatinhas da feitoria, uma tem Vicente da Costa, filho do físico mór de Vossa Alteza; Cristóvão de Figueiredo, criado que foi marechal e ora é vosso, tem a outra, e são ambos casados em Goa [...].
A capitania, alcaidaria escrevaninhas da feitora, são dadas a vossos criados, e a feitoria a Francisco Corvinel; os outros oficiais tem-nos alguns homens de bem que casaram em Goa [...] (ALBUQUERQUE, 1942, p. 143).

De início, esse estímulo aos casamentos teve muita força, com o governador informando o rei D. Manuel I, em carta de 1 de abril de 1512, a existência de uma centena de homens casados em Cochim e Cananor, além de duzentos em Goa, entre os quais estavam inclusive duques, condes e oficiais, tais como ferreiros, bombeiros, carpinteiros e torneiros (1942, p. 74).

Havia também o incentivo político especial para o casamento de portugueses com filhas das elites hindus. Assim, a riqueza dessas famílias passaria, com o tempo, para as mãos dos portugueses, além da esposa e dos filhos se tornarem cristãos. Isso tudo se somava às clivagens que ocorriam entre cristãos e hindus, já que membros de parcelas locais mais baixas enxergavam sua conversão ao cristianismo como uma oportunidade de ascensão social não permitida dentro de sua cultura, além do fato de brâmanes, quando forçados, entenderem sua passagem ao cristianismo como uma oportunidade de não perderem as posses e o prestígio que já possuíam antes. Era, de fato, uma comunidade complexa a que se formava em Goa, com sincretismos diversos.

Mas, problemas não tardariam a aparecer, com dificuldades para se garantir o pagamento dos incentivos dados na promoção dos casamentos. Em uma missiva de 3 de dezembro de 1513, Albuquerque informa D. Manuel I que interromperia os matrimônios, seguindo ordem real que recebera (1942, p. 139). Mesmo assim, em uma perspectiva geral, a política de casamentos teve sucesso e contribuiu diretamente para a permanência dos portugueses no comércio asiático.

Com o passar dos anos, essa comunidade de casados se tornou muito influente dentro do Estado Português da Índia, tanto na ajuda com a manutenção e ampliação das forças militares com o uso de recursos próprios, quanto na ocupação de cargos importantes e, conseqüentemente, na defesa de seus negócios comerciais privados junto à Coroa.

Porém, com a ampliação da influência da Igreja, a política de casamentos sofreu forte revés, já que essas uniões eram encaradas negativamente por conta dos diferentes costumes locais e de caráter de licenciosidade sexual. O pluralismo cultural e o respeito aos costumes locais permaneceram fortes em Goa apenas até 1540. Com o governo de D. João III (1521-1557) passou-se a desencorajar casamentos com mulheres locais, custeando-se a ida de órfãs e desvalidas do Reino para a Índia. Mas, apenas quinze delas chegaram a Goa entre 1546 e 1595, número expressivamente baixo.

A partir de 1664, por conta dos recorrentes conflitos desencadeados pela presença inglesa e holandesa, uma maior ocupação portuguesa se tornou urgente, fazendo com que cartas reais chegassem a todo o instante ao vice-rei incentivando novamente os casamentos com mulheres locais. Esse processo ganhou mais força em 1672, quando D. Pedro II (1648-1706) lançou uma ordem real com o objetivo de honrar e favorecer aos naturais da Índia, e de fazer o mesmo aos portugueses que se casassem com filhas de brâmanes e de outras castas nobres, em troca de mercês.

2.4.4- As populações que habitavam Goa e a expansão do cristianismo e da língua portuguesa:

A maioria da população de Goa era hindu, organizada pelo sistema de castas. Esse sistema impedia a mobilidade entre seus diferentes patamares, o que não deve ter surpreendido os portugueses, acostumados com os rígidos padrões sociais europeus. Em ordem decrescente de importância, havia os brâmanes, parcela composta por sacerdotes, professores e, após a ocupação portuguesa, profissionais liberais importantes e detentores de altos cargos na administração e comércio. Logo abaixo deles vinham os xátrias (militares), os vanis (comerciantes), os sudras (camponeses e artesãos) e os chamados intocáveis, que trabalhavam com as atividades mais simples, vistos como sujos (tais como curtidores de couro, varredores de ruas e serviçais). Conseqüentemente, esses grupos habitavam setores diferentes da cidade, com as parcelas altas ocupando áreas mais nobres no centro, com as regiões mais periféricas ficando com as parcelas sociais mais baixas.

Concomitantemente a tudo isso, a própria organização social entre os portugueses era específica de lá. Acima, havia os reinóis, parcela minoritária composta pelos brancos católicos nascidos no Reino, ocupando os mais elevados cargos políticos e de grande influência. Logo abaixo, havia os castiços ou indiáticos, formados pelos nascidos na Ásia de pais portugueses, seguidos pelos mestiços ou euroasiáticos, descendentes de pais portugueses e mães asiáticas, finalizando com os mulatos, filhos de portugueses com africanas.

Já aqueles que não se ligavam diretamente aos portugueses, sempre encarados como superiores nos quesitos morais e físicos, ficavam socialmente mais abaixo ainda, destacando-se os nativos cristãos, cristãos-novos (hindus e judeus convertidos), muçulmanos (ligados ao comércio e artesanato), hindus (não-convertidos) e, por fim, os escravos (parcela muito numerosa).

Todas essas interações e alterações sociais ajudam a explicar como uma pequena parcela de fato europeia conseguiu se impor com autoridade naquela vasta região ocupada por milhões de pessoas. Os portugueses foram muito violentos, mas também ocorria o consentimento de parte dos grupos locais, em especial dos setores mais elitizados. Junto com os casos de resistência e oposição dos nativos, muitos também iam se adaptando ou se deixando assimilar por interesse, aproveitando oportunidades de enriquecimento material ou de ascensão social (AVELAR, 2012, p. 68). Além disso tudo, é importante apontar que parte ou grande parte desse consentimento poderia advir do simples medo da morte ou de outras formas de violência a que os locais poderiam passar pela imposição dos portugueses.

Deve-se somar a essas reflexões a situação de discriminação aos povos nativos como algo comum entre os portugueses. Ao mesmo tempo, não se pode negar que muito da longevidade do império é consequência de seu enraizamento nas mais diferentes regiões e populações.

Exemplo era o das ordens religiosas, incluindo a dos jesuítas, não aceitarem mestiços ou nativos em suas fileiras, apesar de toda sua ação missionária. Prova disso é que apenas após o Concílio de Trento se começou a discutir a criação de um clero nativo dentro do Estado da Índia, sendo que até 1773 apenas um indiano ingressou na Companhia de Jesus.

Se a discriminação ocorria na Igreja, se dava com mais força ainda em outras instituições, tais como nas forças armadas, administração, corporações de artesãos e, como visto anteriormente, nos casamentos. Além disso, o trabalho escravo perdurou por quase trezentos anos, sendo o seu comércio um dos mais lucrativos, o que claramente indica a existência de um sentimento de superioridade entre os portugueses. Artesãos, cidadãos ou importantes funcionários do Estado da Índia chegavam a ter dezenas de escravos com o claro objetivo de demonstração de elevado status social, tal como ocorria em todas as partes do império. Era também comum a posse de muitas mulheres escravas com as quais se relacionavam sexualmente (TEIXEIRA, 2014, p. 64).

Em 1534, Goa tornou-se diocese (com bispo), sendo elevada a diocese metropolitana (com arcebispo) em 1557, comprovando a importância do trabalho de catequização em terras distantes. Assim, Goa passou a ser também o principal ponto de difusão da cultura cristã pelo Oriente.

No contexto da Reforma Protestante, Goa fora designada sede do Padroado Ultramarino Português, fazendo com que suas autoridades fossem as únicas responsáveis pela nomeação dos cargos religiosos em todo o Oriente. Assim, a catedral de Goa tornou-se a igreja metropolitana de uma vasta extensão que ia desde o cabo da Boa Esperança até o Japão.

Em 1540, todos os pagodes e templos não-cristãos de Goa foram destruídos, com seus terrenos sendo destinados à construção de várias igrejas cristãs, hospitais e escolas. Um exemplo foi o surgimento do Seminário da Santa Fé, responsável pela instrução de jovens indianos, em especial brâmanes, além de outros vindos da China, Japão e África Oriental.

Várias outras medidas repressivas se seguiriam nos anos seguintes, destacando-se a proibição de festas gentílicas (ordem real de 1546), a continuidade da destruição de ídolos e templos hindus (a exemplo da profanação da mesquita de Damão, após sua conquista pelo vice-rei D. Constantino de Bragança), cargos administrativos importantes eram vedados aos não-

convertidos, além da implantação de penas mais duras, tal como a perda de patrimônios para quem se opusesse à conversão dos nativos (ordem régia de 1560).

Em 1556, deu-se a instalação da tipografia no Colégio Jesuíta de São Paulo, em Goa, algo único na história do colonialismo português¹³⁸. Desta tipografia se originaria a primeira editora asiática (sendo a quarta fora da Europa, antecedida apenas pela do México, Cambridge e Massachussets). Já na segunda metade do século XVI, outras tipografias seriam criadas com o uso de caracteres das escritas locais, facilitando o acesso a áreas e povoações mais remotas, que não compreendiam o português. Era claro que tais tipografias tinham como objetivo produzir materiais que ajudassem na catequização. Tanto é que das 40 obras impressas entre 1556 e 1679, apenas três não eram de caráter religioso. Entre as primeiras publicações ocorridas em Goa estavam o *Catecismo da Doutrina Cristã* (1557), de São Francisco Xavier, e *Compêndio Espiritual da Vida Cristã* (1567), de D. Gaspar de Leão Pereira, arcebispo de Goa. Entre as poucas obras fora do viés cristianizador estava *Colóquios dos Simples e Drogas e Cousas Medicinais da Índia*¹³⁹ (1563), de Garcia da Orta, físico do rei que coletara inúmeras informações sobre plantas asiáticas e seus usos medicinais.

Com a chegada da Inquisição em Goa, no dia 2 de março de 1560, e a consequente criação da Mesa da Consciência, em 1570, a ação católica ganhou mais força. D. João III retardara muito a autorização de instalação da Inquisição na Índia. Porém, com sua morte, em 1557, no governo de sua esposa D. Catarina, que assumira a regência por conta da minoridade do neto D. Sebastião, foi autorizada a Inquisição¹⁴⁰ pelo cardeal D. Henrique, irmão de D. João III e inquisidor-geral no Reino.

O Tribunal de Goa tornou-se um dos mais ativos entre todos os portugueses, com registros muito acima da média geral. Um exemplo foi o uso excessivo de força contra os cristãos-novos hindus e judeus, o que provocou um êxodo em massa de Goa. Esse fato foi tão alarmante que, em 1605, o rei publicou alvará dando proibição a qualquer êxodo, já que isso desencadeava fortes prejuízos financeiros ao Estado Português da Índia.

Eram muitos os grupos a serem fiscalizados e reprimidos: judeus, muçulmanos, hindus (população majoritária), além dos estrangeiros protestantes. Mas, apesar de tudo, as ações da Inquisição não foram mais contundentes por conta de seus conflitos com parte das autoridades políticas locais, que defendiam a tolerância como caminho mais fácil para a continuidade do

¹³⁸ Apenas em 1837 que seria instalada a primeira tipografia na África.

¹³⁹ O título completo da obra é: *Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India, e assi dalgu[m]as frutas achadas nella onde se tratam algu[m]as cousas tocantes amediçina, pratica e outras cousas boas, pera saber / cõpostos pello Doutor garçia dorta: fisico del Rey nosso senhor.*

¹⁴⁰ A Inquisição de Goa também exercia autoridade sobre todos os territórios portugueses na Ásia e África Oriental.

poder e presença portuguesa. Logo após esse período de maior rigor inquisitorial, a Coroa se viu obrigada a aceitar alguns costumes, arrefecendo a intransigência da Inquisição. Caso isso não ocorresse, as mortes seriam em volume ainda mais assustador (AVELAR, 2012, p. 87).

A língua falada em Goa quando de sua conquista era o concanim¹⁴¹. Já nessa época, por meio de ações de Afonso de Albuquerque, se iniciou a implantação do ensino do português para o atendimento das atividades comerciais e de catequização.

Várias ações se seguiram nos anos posteriores, até que, a partir de 1545, com a construção de escolas paroquiais, colégios e seminários das ordens religiosas, se passou a impor o português em Goa, com o seu ensino se disseminando aos rapazes das mais diferentes origens locais, além dos de origem portuguesa. Priorizava-se a entrada de jovens nativos com mais de treze anos, pois, assim, eles já dominariam sua língua materna e serviriam de intérpretes para as atividades portuguesas, em especial nas regiões mais distantes e isoladas. Outro fator a incentivar a proliferação do português foi o da afirmação nacional, valorizando-o cada vez mais como língua independente do latim e do castelhano. É nessa lógica que João de Barros escreveu *O Diálogo em Louvor da Linguagem Portuguesa*, de 1540.

Com tudo isso, a dispersão da língua portuguesa teve grandes sucessos, alcançando o status de língua franca nas atividades comerciais em diferentes pontos da Ásia, já nos séculos XVII e XVIII.

2.4.5- A perda de importância de Goa:

Existem diferentes explicações em torno do tema. Uma delas defende que teria iniciado em 1548, com a morte do vice-rei D. João de Castro. Diogo do Couto aponta como causa inicial a derrota do império hindu de Vijayanagar, em 1565, já que isso reduziu substancialmente o comércio que passava por Goa, além da cunhagem de moeda. Outra explicação defende a derrota militar e comercial frente aos holandeses, no início do século XVII, já que, até fins do século XVI, os orçamentos do Estado Português da Índia eram equilibrados, seus territórios bem defendidos e, mesmo com a diminuição do fornecimento de pimenta para a Europa, o comércio interasiático ganhou força, rendendo altas taxas alfandegárias para o governo e fazendo a riqueza dos casados e comerciantes da cidade. A União Ibérica é outro fator apontado, quando novos desafios foram impostos ao Reino e que traraim mudanças encaradas como

¹⁴¹ Foi reconhecida apenas em 1961, quando Goa passou para a União Indiana.

desinteresse dos metropolitanos por parte daqueles que habitavam os territórios portugueses asiáticos.

Esse suposto desinteresse, é bem marcante no segundo *Soldado Prático* de Diogo do Couto. Escrito em 1611, época do reinado de D. Filipe II, o soldado não esconde seu desapontamento com os recentes monarcas, que deveriam tomar conta diretamente de assuntos importantes, tal como a nomeação (“despacho”) para cargos no Estado da Índia, já que o descontrole estava alarmante e os vice-reis entulhavam a Índia com pessoas desnecessárias, que apenas se usufruíam das riquezas em benefício próprio:

Muitos remédios há; mas o principal é mandar el-rei ter mão nos despachos alguns anos, pera neles se dar evasão aos providos, e suspender as trespassações; e depois que se entrar no negócio dos despachos, saberem a quem se dão os cargos, que sejam a criados del-rei de serviços, e então poderão os homens esperar de entrar em seus cargos. E inda é mais necessário que tudo, não passar el-rei as provisões que passa aos vice-reis pera poderem prover todos os cargos da Índia, de feitorias pera baixo; porque por elas provê cada viso-rei mais de trinta cargos, e ficam com isso tão entulhados todos, que nada há poder um homem esperar vagarlhe o cargo de que é provido (COUTO, 1937, p. 187-188).

Os vários problemas ocorriam ao mesmo tempo, sendo muitas vezes apontados por expectadores da época e repetidamente citados pelos historiadores ao longo dos séculos. Além disso, um conjunto de costumes entre os que viviam na comunidade portuguesa de Goa viria dificultar mais ainda sua situação.

Primeiramente, a pouca preocupação com o investimento dos ganhos financeiros em novas atividades produtivas, com grande parte da renda usada para a ostentação. São muitos os relatos de viajantes que se surpreendiam com o uso excessivo de roupas de seda e a grande quantidade de escravos, mesmo entre os habitantes que não eram ricos, para citar apenas alguns exemplos. O outro fator foi a ocorrência de muitos governos arbitrários, corruptos e caprichosos, o que gerava sérias insatisfações, ciúmes e rivalidades entre autoridades, fidalgos e casados da cidade (CHAUDHURI, 1985, p. 185).

Talvez o melhor exemplo dos malefícios provocados entre grupos opostos de fidalgos em Goa ocorreu na destruição da estátua de Vasco da Gama, localizada no arco do Cais da Ribeira, na noite do dia 3 para o dia 4 de janeiro de 1601 (Figura 12). Na manhã seguinte ao ato de vandalismo, pedaços da estátua apareceram em diferentes lugares da cidade¹⁴².

¹⁴² A cabeça e a mão foram enviadas para o pelourinho, significando a falta de justiça; uma das mãos foi encontrada no mercado de leilões, representando os interesses excessivamente financeiros; um braço foi achado na Rua do

Após duas devassas ocorridas nos anos subsequentes, concluiu-se que os realizadores do crime se tratava de inimigos de D. Francisco da Gama. Esses fidalgos, ao serem afastados do círculo mais fechado do poder, se sentiram desprestigiados, o que se somava ao rigor imposto sobre os tribunais, armazéns e arsenal. Enfim, a imposição da autoridade de D. Francisco da Gama gerou fortes inquietações. Isso era típico a cada momento de troca do vice-rei, com a reordenação constante entre aqueles fidalgos que eram hora inseridos hora excluídos do poder, deixando a situação política sempre envolta a crises e insatisfações.

Por fim, as grandes perdas territoriais e de rotas de comércio sofridas frente os ingleses e principalmente holandeses, provocaram grande perda de renda, contribuindo ainda mais para o cenário goês já bastante complicado.

Essa fragilidade goesa contribuiu diretamente para a mudança do fluxo migratório português, que ao longo do século XVII passou a se direcionar em maior número para o Brasil, em oposição ao destino oriental. A título de exemplo, havia no Brasil aproximadamente 2000 portugueses em 1540, bem diferente de 1650, quando o número saltou para 50 mil, e em 1700, indo para 100 mil. Goa, diferentemente, passou de uma população portuguesa europeia de 2000 pessoas, em 1600, para aproximadamente 800, em 1630.

A luta contra os holandeses também exemplifica essa viragem. No ano de 1638, 41 navios e cinco mil militares foram reunidos contra eles no Brasil. Enquanto isso, a Ásia recebeu apenas 500 soldados, existindo lá pouquíssimos navios.

O famoso viajante e joalheiro francês Jean-Baptiste Tavernier (1605–1689)¹⁴³, comenta sobre a triste realidade de Goa após a expansão do poderio holandês na Ásia, situação bem diferente da ostentação de tempos já passados:

Açogue, indicando o desejo pela morte do vice-rei D. Francisco da Gama; o outro braço foi exposto na porta da cidade, simulando a prática de esquartejamento nos crimes de lesa-majestade (AVELAR, 2012, p. 154). No próximo governo de D. Francisco da Gama a estátua foi restaurada.

¹⁴³ Jean-Baptiste Tavernier (1605–1689) foi um negociador francês de joias. De família Huguenote, todos precisaram fugir para Antuérpia na tentativa de sobrevivência. Após a publicação do Édito de Nantes (1598) e sua proteção concedida aos protestantes, ele e a família retornaram para a França. Em suas atividades comerciais, atuava de maneira particular e, dominando vários idiomas, realizou inúmeras viagens pela Europa e Ásia. Nesta, esteve por seis vezes, entre os anos de 1630 e 1668. Dessas suas viagens, escreveu o livro *Les Six Voyages de Jean-Baptiste Tavernier, Ecuyer, Baron d'Aubonne, en Turquie, en Perse, et aux Indes – Pendant l'espace de quarante ans, & par toutes les routes que l'on peut tenir: accompagnez d'observations particulieres sur la qualité, la religion, le gouvernement, les coütumes & le commerce de chaque pais, avec les figures, le poids, & la valeur des monnoyes qui y ont cours*. Sua primeira publicação ocorreu no ano de 1675, em Paris, seguindo um pedido do próprio rei Luís XIV. Na obra, Tavernier relata detalhes sobre as particularidades culturais e dos costumes de diferentes povos, incluindo o seu processo de transformação ocorrido ao longo das décadas, tal como ele explica para o caso de Goa. O livro ganhou muito sucesso, sendo traduzido para o alemão, holandês, italiano e inglês, ainda em vida de Tavernier. Ele também é muito conhecido por ter comprado na Índia, no ano de 1666, um enorme diamante azul de 116 quilates. Em 1668, o vendeu para Luís XIV, quando o joalheiro da corte Jean Pitau o transformou no “Azul Francês”, com 68 quilates, passando a ser usado pelo Rei Sol em seu chapéu, pendurado por um alfinete. Posteriormente, a peça desapareceria em meio ao processo revolucionário, reaparecendo em

Antes de os holandeses terem subjugado o poder dos portugueses na Índia, em Goa nada mais se via do que magnificência e riqueza, mas com estes recém-chegados os privaram do comércio em todas as direções, perderem as fontes do abastecimento do ouro e da prata, bem como todo o seu antigo esplendor. Na minha primeira visita a Goa conheci pessoas que tinham propriedades com rendimentos de até 2000 écus [antiga moeda francesa], e na minha segunda visita apareceram em segredo, à noite, para me pedirem esmola, sem que isso lhes diminuísse o orgulho [...]. É certo que se os holandeses não tivessem chegado à Índia não se veria uma única peça de ferro na maioria das casas portuguesas, tudo seria de ouro ou prata porque lhes bastavam duas ou três viagens ao Japão, Filipinas, Molucas ou à China para adquirirem riquezas e para realizarem lucros de cinco ou seis vezes, ou até dez vezes nos artigos mais importantes (TAVERNIER, 2013, p. 89).

As palavras do viajante são esclarecedoras. Após a chegada e forte concorrência dos holandeses, a situação financeira do Estado Português da Índia ficara muito difícil. Um bom exemplo fora a cobrança de um novo imposto sobre os alimentos, iniciado em 1623. Até então, um dos privilégios mais aproveitados por aqueles que moravam em Goa era o livre comércio de alimentos, que agora era interrompido. Com o passar dos anos, a situação foi se tornando insustentável, com grande parte da população indo para a mendicância.

Porém, as perdas não eram só financeiras. Entre os anos de 1629 e 1635 (vice-reinado do Conde de Linhares, D. Miguel de Noronha) foram mortos 1500 homens portugueses e perderam-se 155 embarcações. No governo seguinte, entre 1635 e 1639 (vice-reinado de Pêro da Silva), morreram mais 4000. Outro exemplo foi o da redução das fortalezas geridas por Goa que, de mais de cinquenta em 1630, passaram para apenas nove em 1666.

Londres três décadas depois, como propriedade de um rico comerciante, conhecida agora como “Diamante Esperança”. Teve vários outros donos, com o último o doando para o Museu Nacional de História Natural de Washington, onde atualmente se encontra em exposição permanente.

CAPÍTULO 3 – DIOGO DO COUTO: uma trajetória entre o Reino e a “Índia”

Acompanhou Diogo do Couto, desde seus primeiros annos, hum grande zelo do Bem público da Patria, que junto com o entendimento e experiência, de que era dotado, lhe fez considerar as causas de alguns inconvenientes, que havia no Governo da Republica, e principalmente no Estado da Índia, onde elle assistia, e onde por ausência dos Reys, e excesso dos Ministros, hião as desordens em maior crescimento.
Manoel Serafim de Faria (1624)

Neste capítulo, o foco é o conhecimento da trajetória de vida e a produção escrita de Diogo do Couto. A primeira parte inicia tratando dos primeiros anos de vida em Portugal e na corte do Infante D. Luís (1506-1555), fase decisiva em sua formação acadêmica e na construção de visão do império, o que contribuiu diretamente para sua interpretação acerca do que presenciaria no Estado Português da Índia. Após isso, serão abordados os acontecimentos centrais de sua primeira estadia como soldado em algumas regiões orientais do império, seu retorno e rápida passagem pelo Reino. Em sequência, se tratará dos anos em que viveu em Goa e deu início às suas principais obras, incluindo sua nomeação como cronista da Ásia e guardamora da Casa do Tombo.

3.1- Os primeiros biógrafos e a vida de Diogo do Couto em Portugal:

Não são fartas as informações biográficas e profissionais sobre Diogo do Couto nas chancelarias reais ou documentações oficiais do Reino, podendo existir sérias razões para isso, com diferentes estudiosos coutianos apontando a possibilidade de censura, roubo ou mesmo a destruição de produções escritas e registros documentais de Couto¹⁴⁴.

Ainda em vida, ele teve um esboço biográfico preparado em Lisboa pelo padre jesuíta Sebastião Gonçalves (1574-1669). Couto constava em sua obra *Primeira parte da Historia dos religiosos da Companhia de Jesus e do que fizeram com a divina graça na conversão dos infieis a nossa sancta fee catholica nos reynos e provincias da India Oriental*¹⁴⁵, produzida entre 1604

¹⁴⁴ As denúncias acerca dos desmandos no Estado da Índia lhe foram muito caras, provocando por vezes seu isolamento social, sérias dificuldades financeiras e, de acordo com a opinião de alguns estudiosos, até mesmo a perseguição e censura de parte considerável de sua produção, pois muitos poderosos se sentiriam ameaçados. Porém, essa é uma questão que por agora não iremos aprofundar.

¹⁴⁵ Permaneceu apenas em manuscrito durante séculos, tendo sua edição apenas entre 1954 (primeiro volume) e 1962 (terceiro e último volume), pela editora Atlântica, em Coimbra, com organização de Josef Wicki, que utilizou o manuscrito original pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal (Fundo Geral, 915).

e 1614. No terceiro volume, é apontado o reconhecimento que já existia em Portugal sobre a produção de Couto (GONÇALVES, 1962, p. 118).

Porém, o primeiro texto completo de fato dedicado à biografia do cronista foi escrito pelo renomado escritor, Chantre e Cônego na Santa Sé de Évora, Manoel Serafim de Faria (1583-1655), que em suas próprias palavras, afirma ter desenvolvido um frutífero contato com o cronista, por meio de cartas, chegando a considerá-lo um amigo. Essa biografia seria publicada junto com outras pesquisas na obra *Discursos vários políticos*, impressa por Manoel Carvalho, da Universidade de Évora, em 1624, que ajudaria todos os próximos estudiosos coutianos no desenvolvimento de suas pesquisas¹⁴⁶.

Nela, Serafim de Faria trata de diferentes temas, tais como vestuário, análise política do território imperial, a língua portuguesa e biografias. São três as biografias existentes: João de Barros, Camões e Couto, que para o autor seriam os maiores nomes da escrita em Portugal. O título do capítulo dedicado à Couto anuncia sua grande autoridade: “*VIDA DE DIOGO DO COUTO, Chronista do Estado da India & Guarda mor da Torre do Tombo*”. Logo de início, Manoel Serafim de Faria explica que seu interesse pessoal pela história do poder dos portugueses lhe

fizerão procurar, com cartas deste Reyno, a amizade de Diogo de Couto na India, e agora me obrigão a que ponha em lembrança a noticia que alcancei de suas cousas, assi por cumprir em parte neste officio com o que lhe devo, como por entender, que com isso faço huma obra agradavel a todo este Reyno, de que pelo muito, que trabalhou no serviço público, com razão he tido por merecedor de outras avantajadas memorias (FARIA, 1624, p. 148).

É perceptível pelo tom desta primeira biografia, como também dos estudos anteriores aqui citados, uma intenção orientada e subjetiva de seus autores para o reconhecimento de Couto como um dos maiores expoentes da escrita portuguesa, mesmo ele tendo sua produção de maior relevância apenas no fim de sua vida. São notáveis exaltações típicas do período, sobre os quais, com o passar dos séculos, novas pesquisas e análises trariam outras opiniões e visões acerca do cronista.

As vivências que teve como soldado e em contato com a burocracia do Estado da Índia são compreendidas como etapas de desenvolvimento de suas reflexões e inquietações. Isso cria uma relação de causas e fins que conta com cumplicidade desses primeiros estudiosos,

¹⁴⁶ Prova disso é o fato do texto de Serafim de Faria sempre aparecer citado e republicado em edições posteriores das obras de Diogo do Couto, tal como ocorreu na edição da *Década IV*, de 1778, e nas *Obras inéditas de Diogo do Couto*, de 1808.

conferindo um sentido artificial ao desenrolar dos acontecimentos, uma ilusão retórica que acaba por esconder outros fatores, já que existe um objetivo claro de direção (BOURDIEU, 2006, p. 184-185).

É indiscutível o valor histórico do levantamento de informações feito por Serafim de Faria, algo que se faz mais interessante se levarmos em conta que ambos eram contemporâneos e desenvolveram relações diretas. Colocar em paralelo as escritas de Diogo do Couto e de Serafim de Faria evidencia a conjunção entre os seus comportamentos e os sistemas normativos gerais das regras sociais assumidas como importantes naquele determinado contexto histórico pelos escritores portugueses, o que lhes proporcionava conferir sentido às suas obras. Porém, apesar dessa reflexão expor as condutas coletivas assumidas, não se pode cair no risco de compreender essas individualidades como algo reduzido a coerências do grupo ao qual estavam inseridos (LEVI, 2006, p. 167 e 181).

Longos anos se passariam até que a biografia de Diogo do Couto fosse novamente abordada em duas importantes obras enciclopédicas, que traziam, entre vários temas, informações das maiores personalidades da história portuguesa. A primeira foi elaborada pelo padre Carvalho da Costa (1650-1715), em sua *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, publicada entre 1706-1712¹⁴⁷. A segunda foi *Retratos e elogios dos varões e donas que ilustraram a nação portuguesa em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionais, como estranhos, tanto antigos, como modernos, oferecidos aos generosos portugueses*, produzida por Pedro José de Figueiredo (1762-1826) e publicada em 1817. Esta última se destaca por trazer resultados mais amplos sobre a vida do cronista.

Essas três obras, somadas com documentações avulsas e apontamentos dentro da própria produção de Couto, em especial em suas *Décadas VII e VIII*, são as principais fontes antigas de informações sobre sua biografia.

Já no século XX, o historiador António Baião foi o responsável por reunir novas informações obtidas em arquivos portugueses, além de elaborar um importante levantamento histórico das obras coutianas, publicados na parte introdutória das *Décadas de Diogo do Couto*, por ele organizadas¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Publicada em Lisboa, na oficina de Valentim da Costa Deslandes.

¹⁴⁸ Impressas pela Coleção de Clássicos Sá da Costa, em Lisboa, a partir de 1947.

Logo de início, Baião esclarece a filiação de Couto por meio da análise de um documento encontrado na Torre do Tombo de Lisboa, datado de 2 de março de 1614, e escrito pelo Bispo D. Francisco de Castro (BAIÃO, 1947, p. 11-12):

Vio-se nesta mesa uma petição que V. Magestade a ela remeteo de Diogo do Couto, coronista, guarda-mór da Torre do Tombo do Estado da India em que diz que V. Magestade lhe fês mercê do hábito da ordem de Christo com trinta mil réis de tença e porque está nas ditas partes da India e neste Reino não tem quem corra com sua abonação e possa fazer as provanças que se requerem. Pede a V. Magestade mande passar provisão para na India onde, ha cincoenta anos, lhe conheceram pae, mãe e parentes o suprir na abonação de seus avós Gaspar do Couto, que foi do Infante D. Luiz e Vasco Serrão de Calvos, juiz que foi do Terreiro do Trigo d'esta cidade de Lisboa que ha mais de cem anos que são falecidos e com ele ser de setenta os não conheceu e não haver hoje quem se lembre deles e constando seu pae Gaspar do Couto e sua mãe Isabel Serrã de Calvos serem nobres e sem raça alguma de mouros nem de judeus e pela opinião que deles ha em toda a India lhe seja lançado nela habito e dispensa na idade que o Regimento manda.

[...]

Conformome com esta consulta em Lisboa, II de março de 1614 – O Bispo, D. Francisco de Castro, presidente. (Torre do Tombo: Mesa da Consciencia e Ordens, livro 23, fl. 251)

O documento acima traz como tema central um dos pagamentos solicitado por Couto à sua majestade, o que foi tardiamente atendido. Além disso, esclarece sobre sua família, atestando serem todos de origem nobre e com pureza de sangue, já que não eram descendentes de mouros ou judeus¹⁴⁹. Sua mãe foi Isabel Serrão de Calvos, filha de Vasco Serrão de Calvos, o que fazia dele primo do famoso pregador e religioso Padre Luiz Álvares (1550-1631), da Companhia de Jesus.

Couto nasceu em Lisboa no ano de 1542, informação por ele mesmo atestada em carta enviada de Goa para D. Francisco da Gama (1565-1632), de 16 de dezembro de 1607, onde escreve ter sessenta e quatro anos. Seus primeiros biógrafos apontam a sua naturalidade na Freguesia de Santa Justa, algo que é impossível ter certeza, já que os assentos paroquiais só passaram a ter regularidade após o Concílio de Trento (1545-1563) (BAIÃO, 1947, p. 13).

Seu pai, Gaspar do Couto, trabalhou para o Infante D. Luís (1506-1555), irmão do rei D. João III (1521-1557). Junto do Infante, participou da expedição de Túnis¹⁵⁰, em 1535, sendo

¹⁴⁹ Alguns estudiosos chegaram a acreditar que ele teria origem judaica, o que explicaria seus baixos pagamentos e pouco reconhecimento por parte das autoridades da época. Mas, tal hipótese nunca fora comprovada e o estudo de Baião finalizou essa discussão.

¹⁵⁰ No ano de 1535, os otomanos, liderados por Barba Ruiva, promoveram ataques aos navios de povos cristãos pelo Mar Mediterrâneo, a partir de Argel (na atual Argélia, norte africano). Também dominaram a região da atual Tunísia, que lhes serviria como base operacional para o controle de todo aquele mar. Para evitar esse intento,

armado cavaleiro por conta de sua brava atuação (LAPA, 1937, p. 10). Por conta disso, Diogo do Couto não era fidalgo de nascimento, já que seu pai se tornou cavaleiro às pressas, algo que o impedia de ingressar na Ordem de Cristo ou em cargo mais relevante. Percebe-se sua insatisfação com essa situação manifestada em toda a sua obra.

Seus primeiros anos são pouco documentados, sabendo-se que acompanhou seu pai nos serviços na casa do Infante D. Luís, vivenciando interessantes experiências neste ambiente de riqueza cultural. Sendo filho de D. Manuel I e irmão de D. João III, acredita-se que a formação de Couto teria sido muito influenciada pelo seu contato direto com o Infante. O seguinte trecho, da *Década VII*, é bem esclarecedor disso:

Foi este Principe por sua boa e real natureza muito amado de todos, não só dos naturaes, que o tinham em conta de pai, mas ainda dos estrangeiros [...] porque toda a honra, ser, e criação que tenho, me veio d'elle; porque de idade de dez annos o comecei a servir, e me achei na casa em que faleceo com huma tocha nas mãos; o por ficar desamparado por sua morte; me passei á India, onde atégora servi, e militei (Década VII, L. III, Cap. X, p. 236).

O Infante D. Luís fora homem reconhecido por sua valorização das armas e da cultura, por quem Couto nutria admiração e respeito filial. O Infante o protegeria e lhe proporcionaria uma educação de ótima qualidade para aquela época. D. Luís se tornaria exemplo do ideal de cavalaria, nobreza e intelectualidade para o jovem. Sua personalidade se tornou o protótipo de perfeição, a partir do qual julgaria os reis, vice-reis, governadores, capitães de armadas, capitães de fortalezas, comerciantes e burocratas.

D. Manuel I escolheu o mestre Lourenço de Cáceres para cuidar da educação de D. Luís, introduzindo-o nos estudos humanistas e de cunho cristão, apoiando-se na farta produção pedagógica e normativa daquele período, muito presente nos espelhos de príncipes. Estes eram fontes inesgotáveis de valorização das virtudes, destacando-se a sabedoria e prudência na

Carlos V (1500-1558), imperador do Sacro Império Romano-Germânico, organizou um enorme contingente militar com o objetivo de destruir o poder otomano, implementando longo cerco contra Túnis (na Tunísia) e obtendo a vitória. Foi nesse teatro de operações que se destacou o comando do Infante D. Luís, que era cunhado de Carlos V. Este solicitara apoio dos navios portugueses, em especial do poderoso galeão São João Batista, que transportou parte das forças lusas (o que incluía o Infante e o pai de Diogo do Couto), além do próprio Carlos V. Essa embarcação era armada por 366 canhões de bronze, aproximadamente 600 mosqueteiros, 300 artilheiros e 400 soldados de espada. Mas, grande parte de sua fama provinha do enorme esporão que trazia em sua proa. No dia 13 de julho de 1535, seguindo ordens de D. Luís, o piloto executou larga volta no mar e rumou a toda velocidade contra as correntes e obstáculos que fechavam a região de La Goleta (baía que dava acesso à Túnis). Esse sucesso proporcionou que as forças cristãs subissem o rio e atacassem as fortificações muçulmanas até a conquista da cidade, cabendo grande destaque novamente ao famoso galeão, que passou a ser apelidado de Botafogo.

administração da *res publica*, o equilíbrio nas ações e a justiça perante os súditos, além da liberalidade na distribuição de mercês (MONIZ, 2019, p. 16).

Com o incentivo do Infante, Couto foi estudar em Lisboa no Colégio de Santo Antão¹⁵¹, em 1553, com cerca de 11 anos, justamente quando esta instituição pertencente à Companhia de Jesus iniciou suas atividades escolares. Lá, possuiu entre seus mestres algumas das mentes mais influentes e reconhecidas daquele período em Portugal.

Por dois anos, teve aulas de latim com o padre Manuel Álvares, humanista, gramático e autor da obra, *De institutione grammatica libri tres*, editada em Lisboa, no ano de 1572, e adotada pelas universidades portuguesas da época. Segundo o próprio Couto, fez também os cursos de *Rhetorica* e de *Esfera* com o “padre Francisco Rodrigues, o Manquinho, mui douto em *Canones*, e muito aceito *Prégador*” (Década VII, L. II, Cap. VIII, p. 156). Estudou literatura clássica com o padre Cipriano Soares, escritor da obra *De arte rhetorica libri tres*, publicada em Coimbra, em 1562, e que viria a ser adotada também pelos demais colégios da Companhia.

Por um certo período, Couto paralisou os estudos, já que naqueles tempos não se estudava em Lisboa mais do que as Letras Humanas, continuando a serviço do Infante. Mas, algum tempo depois, o Infante enviaria seu filho, D. António (1531-1595), futuro Prior do Crato¹⁵², para estudar no Convento de São Domingos de Benfica¹⁵³, partindo Couto em sua companhia.

Lá estudou Filosofia com o Frei Bartolomeu dos Mártires, renomado intelectual daquele tempo e futuro Arcebispo de Braga. Além disso, Couto deve ter se beneficiado muito da companhia do também estudante Luís de Camões (1524-1580) e de D. António, que se tornou discípulo de Frei Bartholomeu, já que estudava com ele desde 1551, em Évora. Nessa época, o filho do Infante já possuía o grau de Mestre das Artes, acompanhando o famoso religioso quando fora para Benfica cuidar da direção daquele convento e lecionar o curso de Artes (AVELAR, 2019, p. 46).

Muitos dos aprendizados adquiridos em Benfica tornaram-se marcas do cronista, com destaque ao seu discurso contra os desmandos ocorridos na Ásia, fazendo com que seu primeiro biógrafo o apelida-se de incorruptível, apesar de todas as tentações lá existentes. Fruto de sua identidade e da boa educação:

¹⁵¹ Foi também a primeira instituição de ensino da Companhia de Jesus na Europa.

¹⁵² Esse título era atribuído ao superior da Ordem dos Hospitalários em Portugal. Essa Ordem detinha grandes domínios em Crato (no atual distrito de Portalegre), que foram doados por D. Sancho II, em 1232.

¹⁵³ Era um convento da Ordem de São Domingos, localizado na freguesia de São Domingos de Benfica, na cidade de Lisboa, fundado em 22 de Maio de 1399, por doação de D. João I de Portugal (1357-1433).

Aprendeu Diogo de Couto deste insigne Mestre não sómente as Artes Liberaes & em que elle foi eruditíssimo, juntamente as virtudes que nelle mais resplandecião, como bem o mostrou depois na temperança, modestia, e piedade, que em toda sua vida guardou, assi no estado de Soldado, como no de Cidadão, sem lhe as dilicias da Índia, poderem fazer per mudança nos costumes em tão largos annos, como teve de vida (FARIA, 1624, p. 149).

Sua vida em meio ao círculo intelectual proporcionado pelo Infante e o contato com importantes intelectuais nos colégios que frequentou, podem ter despertado em Couto o gosto pelos estudos e pesquisas ainda em tenra idade. Porém, quando contava com 13 anos e finalizava seus estudos de Filosofia, o Infante D. Luís faleceu, no dia 27 de novembro de 1555, seguindo-se também a morte de seu pai, apenas dois anos depois, o que colocaria a vida de Couto em rumos totalmente diferentes.

Por ficar desamparado, decidiu passar para a Índia. Mas, sua partida só ocorreria quatro anos depois, tempo em que prosseguiu seus estudos em Benfica e passou dois anos no serviço de moço da câmara de D. João III (Década VII, L. VIII, Cap. II, p. 184). Acredita-se que nessa época o seu sentimento era de total desamparo, pois agora circulava em um ambiente com mais vaidades, onde a insignificância de sua origem tornava-se mais evidente. Ao mesmo tempo, lá ouvia as notícias que constantemente chegavam do Oriente¹⁵⁴, o que devia encantar a sua imaginação, fazendo-o almejar possibilidades de fortuna (LAPA, 1937, p. 12).

Assim, logo percebeu que o elitismo do paço não lhe daria espaço para crescimento. Consequentemente, Couto abandonou o sonho da carreira das Letras e migrou para o sonho coletivo voltado à Índia, local em que aparentemente todos poderiam conquistar reconhecimento real, honra e glória pela via militar.

3.2- Os primeiros anos de Diogo do Couto no Oriente:

¹⁵⁴ Ao buscar maiores detalhes e referências sobre as características e atribuições das Casas da Índia, da Mina e de Ceuta em Lisboa, lugares em que as riquezas e novidades do comércio chegavam, foi identificado um estudo que parece ser muito interessante. Trata-se da obra *A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, de Júlio de Castilhos (1840-1919), publicada pela primeira vez em Lisboa, no ano de 1893. Ela descreve o ambiente exótico existente nos armazéns da Índia, em Lisboa, o que enchia o olhar dos contemporâneos de deslumbramento pelas maravilhas que aportavam de terras tão distantes, aguçando a curiosidade e o desejo de riqueza entre muitos que se aventuravam nas navegações.

Para a Ásia fora com dezessete anos, bem mais jovem do que Fernão Mendes Pinto¹⁵⁵ (1510-1583) e Camões, outros grandes escritores que por lá viveram bastante tempo. Como militar, serviu por dez anos consecutivos, com várias narrativas de suas atividades aparecendo nas *Décadas*, atitude que tinha o claro objetivo de intervir na narrativa da história.

Sua partida ocorreu em março de 1559, na armada de Pedro Vaz de Serqueira, em que também iam D. Fr. Jorge Temudo (?-1571)¹⁵⁶, para o cargo de Bispo de Cochim, e D. Fr. Jorge de Santa Luzia, para bispo de Malaca, ambos dominicanos, sendo vice-rei do Estado da Índia D. Constantino de Bragança (1558-1561).

Prestes esta armada, deu toda junta à vela em março deste anno de [mil quinhentos e] cincoenta e nove, em que andamos, onde foram embarcados perto de tres mil homens de armas gente mui lustrosa, e escolhida, em que entravam muitos, e mui honrados fidalgos e cavalleiros. O Capitão mór Pero Vaz de Siqueira escolheu pera si a nau *Flor de la mar*, em que se embarcou o bispo D. Fr. Jorge Temudo, que hia por bispo de Cochim, com quem eu passei também á Índia, moço de quinze anos, tendo deles gastado dous em serviço de elrei D. João o III de seu moço da câmara [...] (Década VII, L. VIII, Cap. II, p. 184-185).

Para finalizar essa rica passagem, Couto se confunde com sua própria idade, apontando ser de 15 anos quando passou ao Oriente, algo que também pode ser explicado pelo costume dos escritores da época arredondarem para baixo a própria idade, objetivando demonstrar ter maior maturidade ainda com poucos anos de vida.

Outra confirmação de sua ida para a Ásia em 1559 vem do jesuíta Sebastião Gonçalves, que estava na Índia desde 1594. Ele escreveu em 1607:

ajudando-me também do que o cronista-mor Diogo do Couto escreve na sétima Década, o qual também foi do serviço del-rei Dom João e veio à Índia no ano de 1559, em a nau chamada *Flor de la Mar*, de modo que há quarenta e sete anos que anda na Índia, na qual também serviu a el-rei com a espada na

¹⁵⁵ De origem humilde, ainda criança acompanhou um dos tios em mudança para Lisboa, quando trabalhou na corte de D. João II. Nesse tempo, se interessou pelos relatos de viajantes que retornavam de terras distantes, partindo para o Oriente em 1537. Logo na chegada, a embarcação em que viajava foi capturada por forças otomanas, quando foi aprisionado e depois tornado escravo. Seria resgatado em Ormuz anos depois, passando os próximos vinte anos viajando por inúmeras regiões asiáticas, atuando como mercenário, mercador e soldado, tendo como ponto mais distante sua ida ao Japão. Lá, ao conhecer o futuro São Francisco Xavier, entrou para a ordem dos jesuítas, em 1554. Não demoraria muito na função de missionário, retornando ao Reino e escrevendo sobre suas experiências entre os anos de 1570 e 1578, as quais comporiam uma das mais famosas obras da literatura de viagem: *Peregrinação* (1578). Ela seria publicada apenas em 1614.

¹⁵⁶ D. Jorge Temudo se tornaria futuramente, além de arcebispo de Goa, um importante escritor de cunho arbitrista. É possível acreditar que sua maior idade e experiência de vida tenham influenciado o jovem Diogo do Couto durante a longa viagem para o Oriente, já que ambos guardam muitas similitudes em suas reflexões sobre as ações portuguesas no Estado da Índia. Esse tema será posteriormente aqui trabalhado.

mão na flor de sua idade e depois de entrar na mercê que por seus serviços el-rei lhe fez, o serviu na derradeira idade com a pena, consagrando sua velhice pera escrever os ilustres feitos de sua nação, dando vida aos mortos que per sua Historia vivem nas memórias dos viventes, fazendo aos ânimos generosos umas santas invejas pera com elas se animarem à imitação de seus antepassados (GONÇALVES, 1962, p. 118).

Sua viagem até Goa ocorreu de maneira tranquila, lá alistando-se como soldado. Porém, esses dez anos que esteve pela primeira vez no Oriente são muito ricos de informações, a não ser por dispersos registros existentes ao longo das *Décadas*. Basicamente, realizou atividades militares pelas costas do Hindustão, estendendo-se pelos governos de D. Constantino de Bragança, D. Francisco Coutinho (1561-1564), D. Antão de Noronha (1564-1568) e D. Luís de Ataíde (1568-1571).

Logo no início, participou da expedição do vice-rei D. Constantino de Bragança a Chembé¹⁵⁷, próximo de Cochim, em janeiro de 1560, acompanhando o capitão Gonçalo Pires de Alvellos¹⁵⁸. No mesmo ano, em fins de março, partiu para Surrate¹⁵⁹, “sendo de dezoito annos e desejoso de ganhar honra” (Década VII, L. IX, Cap. XII, p. 396). Essa expedição foi liderada pelo capitão-mor D. Antônio de Noronha (1464-1551), que teria sido o herói culto e ardido a quem Camões endereçou as célebres oitavas de *Os Lusíadas*. Posteriormente, invernaram em Diu (Década IV, L. IX, Cap. III, p. 324).

Acerca deste episódio em Surrate, conta que ao ir na galeota de D. Jorge de Menezes, foram fortemente atingidos por uma bombarda, forçando seu capitão que a levasse às pressas para a terra, momento que os soldados tiveram que saltar e enfrentar ferozmente os inimigos:

[...] eu hia com eles, que era então de dezoito anos e desejoso de ganhar honra, chegando á estancia dos Mouros achei uma carreta de campo com uma formosíssima peça de artilharia e dois bois muito grandes que a tinham; e lembrando-me de uma machadinha de Rumes que levava na cinta (que os soldados então costumavam) com ella charretei os bois pelas pernas e, depois de cahirem e com alguns companheiros dos que se ali achavam, virámos a peça de artilharia para o campo onde os Mouros estavam em hum mui formoso esquadrão e varejamo-los com ella mui arrezoadamente e os bois, que eram

¹⁵⁷ “[...] até que o diabo deparou aquele Rey hum dia de bom agouro, que senão sou mal lembrado, porque me achei nessa jornada, foi quarta feira de Cinza, que he pera todos os Christãos o de melhores, e mais necessarios sinaes que póde ser, porque nelle nos desengana a Santa Madre Igreja de nossas vaidades, e nos mostra que somos lodo, e terra” (Década VII, L. IX, Cap. X, p. 372).

¹⁵⁸ “[...] porque não houve povoação, que não sentisse a ira, e o açoute Portuguez [...] onde estava Gonçalo Pires de Alvellos, com a sua caravela perto da terra, com quem eu estava embarcado, sendo moço, que costumava mandar todas as noites os navios de remo a vigiar a boca do rio, pera não sahirem os ladrões” (Década VII, L. VIII, Cap. III, p. 192).

¹⁵⁹ Surrate é uma cidade na costa ocidental do subcontinente indiano, ao norte de Goa.

maiores que os de Alemtejo, metemos na nossa fusta, que nos foi boa matalotagem (Década VII, L. IX, Cap. XII, p. 396).

Em 1563, estava no porto de Baroche, onde conheceu o capitão muçulmano da cidade, Qara Hasan¹⁶⁰, com quem aprendeu a história do Reino de Cambaia¹⁶¹. Conheceu também o porto vizinho de Cambaiete (Década VI, L. IV, Cap. I, p. 266).

Sua dura vida de soldado em Baroche o influenciou na escrita de uma das narrativas de seu *Soldado Prático*:

[...] como eu tôda a minha vida fiz, que nunca quietei senão os três meses do inverno, e inda nesses tive mór trabalho que nas armadas, porque pelejava com a fome, que é o inimigo contra quem não vai esforço nem armas; que nas armadas não faltava um prato de arroz com uma cavalinha salgada; que êstes são os regalos com que lá servimos el-rei (COUTO, 1937. p. 214).

Fora Capitão em Trapor, cidade ao norte de Baçaim. De dezembro de 1567 a março de 1568, embarcou com Fernão Teles na armada do vice-rei D. Antão de Noronha contra a cidade de Mangalor da rainha de Olaia, no litoral do Canará (ao sul de Goa). A cidade foi tomada de assalto, e a experiência direta da grande violência cometida perduraria fortemente em sua memória, sempre materializada em suas obras:

Nesta entrada desta Cidade vi as mais disformes cutiladas, que nunca vi com meus olhos, porque ouve golpe, que cortou um Mouro pelo hombro até a cinta, e outros, que cortáram pernas inteiras, e que abriram as entranhas a muitos. Em fim a cidade ganhou-se, e assolou-se com pouca perda dos nossos [...]. Dos inimigos morrêram mais de trezentos, afóra muitos feridos de espingardadas, de que depois deviam de morrer muitos (Década VIII, Cap. XX, p. 126).

¹⁶⁰ Sobre esse episódio, Diogo do Couto relata em sua *Década V*:

Era este homem muito grave, honrado, mui grande amigo de Portuguezes, a quem nós o anno de sessenta e três, que fomos á Cidade de Baroche, communicámos, estando elle alli por Capitão, e liamos Ariosto, Petrarcha, Dante, Petro Bembo, e outros Poetas Italianos, a que elle era muito affeiçoado, e gostava muito de o nos entendermos. Este nos contou algumas vezes muito particularmente da jornada de Rax Soleimão, em que se elle achou; e desta do Governador, e morte do Soltão Badur, estando nós ainda bem fóra de imaginar que a havíamos de escrever, porque então não tratávamos livros, senão a espingarda (Década V, L. I, Cap. XI, p 115-116).

¹⁶¹ Também conhecido como Reino de Guzerate, que ocupava o extremo noroeste do subcontinente indiano, ao norte de Goa.

Em fins de dezembro de 1568, ainda como soldado de Fernão Teles, integrou a armada organizada pelo novo vice-rei D. Luís de Ataíde contra o Malabar, comandada por Martim Afonso de Miranda (Década VIII, Cap. XXVIII, p. 225-226).

Sobre esse período, passados vários anos e refletindo sobre suas demais atividades, Couto conta:

[...] e todos os mais até esta era de [mil] seiscentos e três, em que escrevemos esta Decada, em outros serviços de mais riscos, e perigos, e neste de tanto trabalho e inquietação pera a velhice com tão poucos favores neste estado, que muitas vezes me caía a pena da mão com desgosto; e se a ergui, foi por me fazerem força as muitas instancias, com que el-rei D. Filipe de gloriosa memoria, e depois el-rei nosso senhor seu filho, me mandavam todos os annos por suas cartas (como se verão impressas nos principios de nossas decadas) prosseguisse, e continuasse esta obra, com palavras de Principes mui Catholicos, e que desejavam de não ficarem em esquecimento os feitos dos Portuguezes nossos naturais, posto que os deste tempo tanto se esquecessem disso em muitas cousas (Década VII, L. VIII, Cap. III, p. 183-184).

São notáveis seus lamentos pelos problemas aos quais passa na difícil tarefa de produção de sua história, já em sua velhice, no ano de 1603. Sua alegria é apenas receber as cartas dos reis, o que de certa forma é contraditório, já que estes poderiam facilmente melhorar sua condição de vida. Esses novos reis, segundo ele muito diferente dos portugueses seus contemporâneos, valorizavam a história e não queriam que os grandes feitos do passado fossem esquecidos, temas estes que ainda serão trabalhados.

Com o tempo, além de seu valor nas armas, Diogo do Couto seria reconhecido como jovem culto, motivo que faria com que recebesse algumas missões administrativas na complicada política do Oriente. Além disso, foi nesse contexto, entre os anos de 1565 e 1569, que ele teria dedicado seus momentos de descanso entre as batalhas para a redação do primeiro *Soldado Prático*.

3.3- O retorno ao Reino:

Autorizado por D. Luís de Ataíde¹⁶², Couto embarcou em 2 de fevereiro de 1569 de Cochim, na nau Santa Clara, a mesma em que ia o ex-vice-rei D. Antão de Noronha. Com este,

¹⁶² Para um maior controle sobre os portugueses que viviam na esfera de influência do Estado da Índia, era necessário que o governador ou vice-rei em exercício desse a autorização para o devido retorno ao Reino. O

tivera ótimo relacionamento, fazendo parte do grupo de fidalgos “e outros Cavalleiros honrados” aos quais dava mesa¹⁶³. Este nobre, porém, faleceria antes de chegar em Lisboa.

Por terem zarpado tardiamente, problema muito recorrente na Carreira da Índia em fins do século XVI, enfrentaram mal tempo e perderam os ventos responsáveis por proporcionar a passagem pelo Cabo da Boa Esperança com segurança. Por isso, foram obrigados a invernar na ilha de Moçambique, estratégia muito usada naqueles tempos, até que as condições climáticas voltassem a ser favoráveis para a viagem. Na fortaleza portuguesa, reencontrou o amigo dos tempos de colégio, Luís de Camões¹⁶⁴.

Ele voltava da China quando naufragou na costa de Sião (hoje Tailândia), passando agora por uma séria situação de miséria. Apesar da tentativa de ajuda oferecida pelo governador da Capitania de Moçambique, Pedro Barreto Rolim, o gênio difícil de Camões o tornava insuportável, ficando abandonado. Vivendo de esmolas, nos resta imaginar o grande alvoroço com que teria recebido o amigo, a quem saudou num soneto, revelador da sua triste situação.

Tal como Couto relata na *Década VIII*, o poeta estaria no início do seu *Parnaso*, obra erudita de Filosofia que lhe viria a ser furtada, e finalizava *Os Lusíadas*. Passariam aquela temporada tratando desse grande clássico, com Diogo do Couto se dedicando, atendendo ao pedido do amigo, ao seu *comentário histórico*¹⁶⁵, algo que exigiria saberes acerca de vários assuntos, acontecimentos e lugares do império português.

Após uma longa e conturbada viagem, chegou ao porto de Cascaes no dia 7 de abril de 1570, a bordo da nau Santa Fé, a mesma que trazia o Príncipe dos Poetas. Como ele mesmo

objetivo era evitar a evasão de pessoas da Ásia, um problema sempre existente no Estado, já que a carência de reinóis sempre foi muito grande diante das vastidões dos territórios orientais.

¹⁶³ “[...] embarcando-se com elle [D. Antão de Noronha] na sua não esses Fidalgos, [...] e outros Cavalleiros honrados, em que eu entrei, que todos comiamos com o Viso-Rey á meza, que a deo muito abastada em quanto viveo; e por partirmos tarde, arribámos todas as náos a Moçambique [...]” (*Década VIII*, Cap. XXVIII, p. 228-229).

¹⁶⁴ Na *Década VIII*, Diogo do Couto relata:

Aquelle Principe dos Poetas de seu tempo, meu matalote, e amigo Luiz de Camões, tão pobre, que comia de amigos, e pera se embarcar pera o Reyno lhe ajuntámos os amigos toda a roupa que houve mister, e não faltou quem lhe dêsse de comer, e aquelle inverno que estive em Moçambique, acabou por aperfeiçoar as suas Lusiadas pera as imprimir, e foi escrevendo muito em hum livro que hia fazendo, que intitulava *Parnaso de Luiz de Camões*, livro de muita erudição, doutrina e filosofia, o qual lhe furtaram, e nunca pude saber no Reyno delle, por muito que o inquiri, e foi furto notavel (*Década VIII*, Cap. XXVIII, p. 233).

¹⁶⁵ Existem especulações entre os estudiosos coutianos acerca da existência ou não desse texto que faria a abertura de *Os Lusíadas*. Até o momento, o manuscrito é desconhecido.

relata, encontrou Lisboa tomada pela peste, recebendo a missão de entregar as cartas da Índia para o rei D. Sebastião (1557-1578) em Almeirim:

[...] chegámos a Cascaes em Abril e ahi surgimos, por estar a cidade de peste; e tinha El-Rey ali regimento que, chegando as náos, surgissem fóra e lhe mandassem um creado seu com cartas, para saber novas da Índia, a que acudiu Fernão Peres de Andrade e D. Francisco de Menezes, o surdo, irmão de D. João Tello, que ahi estava por capitão de huma armada que era de alto bordo para ir esperar as náos ás Ilhas e pelo regimento que tinha de El-Rey me desembarcáram com as cartas pera lhe ir dar novas.

Em Almeirim o esperei, aonde veio ter dahi dois dias, e de mim soube tudo o que quis (Década VIII, Cap. XXVIII, p. 232).

No período em que estava em Lisboa, faleceu o humanista João de Barros, no dia 20 de outubro de 1570, na sua quinta da Ribeira de Alitém, em Pombal. Lá estava desde que sofrera um acidente vascular cerebral, no ano de 1568. Deixou inconcluídas suas *Décadas da Ásia*, com a primeira editada em 1552 e a terceira apenas em 1563, ficando material inédito acerca da quarta Década. Em pouco tempo, seu caminho se cruzaria com a produção de Diogo do Couto.

Ele ficou pouco tempo na corte, lugar em que não devia se sentir bem, lá já identificando males ligados aos diferentes tipos de problemas administrativos que criticava¹⁶⁶, além de ainda enxergar possibilidades para seu crescimento apenas em terras asiáticas.

Obtendo bom e rápido despacho, o usou para retornar a Índia, de onde nunca mais sairia. Partiu de Lisboa no dia 17 de março de 1571, na armada do vice-rei D. Antônio de Noronha (1571-1573), chegando em Goa no dia 6 de setembro do mesmo ano (FIGUEIREDO, 1817, p. 374).

3.4- De volta à Índia:

Durante a viagem de volta, a armada cumpriu uma missão em socorro da fortaleza de Chale¹⁶⁷ que era atacada pelas forças do Samorim de Calicute, sendo ela defendida pelo Capitão D. Jorge de Castro. Quando os reforços chegaram, a fortaleza já havia sido perdida, com Diogo do Couto futuramente presenciando em Goa a agonia de D. Jorge, que com mais de 80 anos de

¹⁶⁶ Um bom exemplo é o de sua preocupação com a desinformação dos reis acerca do que se dava nas partes orientais.

¹⁶⁷ Localizava-se no litoral ocidental do subcontinente indiano, entre Calicute e Goa.

idade ainda era injustamente culpado pela derrota. É possível defender que esse episódio marcou a visão de Couto sobre os acontecimentos naquela região e a postura das autoridades diante de situações em que os benefícios individuais falavam mais alto do que os interesses do Estado. Ao longo de vários momentos de suas obras esse caso é citado como uma das maiores vergonhas dos portugueses no Oriente, tal como é claramente denunciado na passagem a seguir, advinda da *Década IX*:

Paffados alguns dias de Setembro, chegaram a Goa as náos do Reyno [partidas em 1574], de que veio por Capitão mór Ambrofio de Aguiar Coutinho, como no seu título se verá: e entre as cousas que ElRey D. Sebastião mandou prover, foi, que se prendesse D. Jorge de Castro pela entrega da Fortaleza de Chalé, e que na meza da alçada da India com os Desembargadores da Relação fosse sentenceado, e executado publicamente, pelo que o foram prender ao Paço da Madre de Deos, onde estava apofentado com sua mulher, não faltando pessoas que o avisassem, pera que se pusesse em salvo, como pudéra pôr, mettendo-se na casa da Madre de Deos, o não quiz fazer, e se deixou estar muito seguro até o levarem a elle, e a sua mulher ao tronco de Goa, e logo se processou contra elle, dando o Promotor da Justiça seu libello, e provou-se-lhe muito bastantemente que entregára a Fortaleza ao Çamori, com o qual tivera primeiro muitas intelligencias, e outras culpas, que outros tinham mais que elle, pelas quaes foi sentenciado que morresse morte natural, e fosse degolado no pelourinho de Goa, a qual sentença se poz logo em execução: e o dia que se havia de tirar a justiça, se lançaram muitos pregões pelo terreiro do Viso-Rey, pela rua direita, e pelas mais públicas da Cidade, que nenhum homem Fidalgo sahisse aquella manhã fóra de suas casas, e que toda a mais gente não sahisse fóra de casa com armas, por evitarem alguns alvoroços: e logo foi tirado o pobre velho de oitenta annos, e ao apartar-se de sua mulher D. Filippa, que com elle estava preza, foi hum espetáculo espantoso pera todos, e de muitas lagrimas, e lastimas, e pelas ruas publicas foi levado ao Pelourinho [...].

Com a ordem régia de pena de morte contra o idoso Capitão, percebe-se a total contrariedade de Diogo do Couto ao narrar que a culpa seria muito maior por parte de outras autoridades, as quais não cita o nome, mesmo porque está escrevendo em uma crônica oficial, apesar de que isso não o impede de promover esses tipos de denúncias. Alardeia o heroísmo de D. Jorge de Castro e de sua esposa, que nada temem, ao não aceitarem as orientações para que fugissem. Curiosa também a sua narrativa de proibição dos moradores de Goa não poderem sair armados no dia da pena, para que alvoroços sejam evitados. Entendemos assim, que esse sentimento de injustiça não seria apenas do cronista, mas de muita gente que se manifestava por meio das lágrimas.

A narrativa continua com mais acusações e uma constante citação em suas obras de um ditado existente no Estado da Índia, que já naquela época afirmava que a pessoa que lá vivesse

por muito tempo, se tornaria desonrada ou pobre. Situação essa exemplificada ainda pelo fato de os reais responsáveis pela perda da fortaleza de Chale terem recebido do monarca benefícios por meio da capitania de ricas fortalezas:

[...] e por ventura que fosse isso de alguns Fidalgos que na entrega daquella Fortaleza tiveram mais culpa que elle: juizo secreto de Deos, chegar hum Fidalgo daquella idade, do melhor conselho que houve na India sempre, e que servio toda a vida aos Reys com muita fidelidade e amor, e que foi Capitão de Maluco, e de Cóchim muitas vezes, e de Chalé quasi toda a vida, no cabo de todos esses merecimentos vir a morrer degollado por culpa que elle não tinha, e de que se podia livrar por inhabilitado já de Juizo [...], e toda a minha vida ouvi dizer e o alcancei por experiencia, que o homem que na India viver muito, não escapará dessas duas cousas, ou de pobre, ou desonrado, o que tudo esse pobre velho vio; e a Deos, e aos Reys não se pergunta razão das cousas [...]. [...] Requerendo certo Fidalgo, que se achou naquele cerco de Chalé, que foi o que mais culpa teve, e o que primeiro assignou na Fortaleza, foi respondido no Reyno que lhe faziam mercê da Fortaleza de Chalé, e por derradeiro vi em poucos annos a elle, e todos despachados com Fortalezas grandes, e ricas. Ora deixemos dispôr a Deos, que sabe o que mais nos convem, e vamos dando conta das cousas mais necessárias (Década IX, Cap. XXVI, p. 216-219)

Ainda em 1571, o próprio vice-rei D. Antônio de Noronha nomeou Diogo do Couto como encarregado pelos armazéns de mantimentos de Goa, órgão responsável pelo abastecimento das embarcações e soldados no Estado da Índia. Buscava-se uma tentativa de solução aos graves problemas no fornecimento de alimentos sofridos nessa cidade após muito tempo de conflitos. Acerca desse episódio, Couto narra em sua *Década IX*:

[D. Antônio de Noronha] o qual tanto que tomou posse, foi logo visitar [...] os armazéns das munições, e mantimentos; e porque em Goa já não havia mais arroz, nem trigo, senão o que havia nos armazens, dos quaes o Vice-Rey D. Luiz de Ataíde em todo este tempo de inverno sustentou todo o povo, vendendo-lhos em preços moderados, pelo que se gastou tanta quantidade, que valia o candil de trigo a oitenta xerafins¹⁶⁸, que são mais de vinte mil reis, e o candil de arroz a vinte e cinco, e a trinta; e o que estava nos armazens, era já muito pouco, e de fóra não podiam vir mantimentos alguns senão no fim do verão; e querendo pôr muito cobro naquelles que havia, me mandou chamar, porque tinha vindo com elle na sua não bem despachado, e me encarregou daquelle armazém com muitas mercêz e ventagens, dizendo-me publicamente que só d'elle e de mim fiava aquelle negocio pela necessidade de tudo havia; e por fóra em toda a Cidade não havia um grão de trigo, nem quem comesse pão, senão algumas pessoas ricas que o puderam guardar; e chegou o negocio a tanto extremo, que me mandou o Vice-Rey chamar, e na sua camara muito em segredo me pediu emprestada dez mãos de trigo para o seu comer, e que de noite sem se ver o entregasse a huma pessoa sua de recado (Década IX, Cap. I, p. 3-4).

¹⁶⁸ Moeda de prata cunhada em Ormuz, sendo muito forte nos centros comerciais asiáticos do Estado da Índia.

Percebe-se aí que a posse desse cargo o colocava em contato com uma grande diversidade de pessoas e situações relacionadas com os negócios das Índias, lhe garantindo um ponto de vista amplo e direto acerca de tais assuntos. Logo de início, é notável toda a confiança a ele depositada pela figura do vice-rei, que afirmava ser apenas dele e de Couto a responsabilidade na gestão dos armazéns naquele período de carestia alimentar. Chama atenção a análise sobre os altos preços estipulados, a falta de mantimentos básicos como o trigo, fazendo com que apenas os muito ricos pudessem comer pão e, em especial, um pedido pessoal e sigiloso do vice-rei. D. Antônio de Noronha o chamou em segredo e lhe solicitou dez porções de trigo para seu consumo pessoal, tendo Couto que entregar tudo a um terceiro no meio da noite para que ninguém descobrisse. Vê-se aí a maior autoridade na Ásia, além do próprio Couto, envolvidos em um episódio obscuro, sendo este fato mais um exemplo do que inúmeras vezes é criticado nas obras coutianas.

Estabelecido na capital do Estado da Índia, conseguiu o desejável estatuto de casado. Segundo Figueiredo, “sendo de trinta annos casou em Goa com Luiza de Mello, filha de Manoel Fernandes, e de Marianna de Mello, pessoas nobres; houve só uma filha, que morreu sem estado, poronde não ficou delle geração” (1817, p. 380).

Pelos vinte anos seguintes, novamente, não se conhecem documentações históricas que tratam de Couto. Teria ocupado diferentes cargos administrativos e militares, tanto em Goa quanto em outros territórios portugueses na Ásia e África. Entre 1581 e 1584, é possível que tenha exercido a capitania de Tarapur, localizada no litoral do Decão, entre Damão e Bombaim. Em meio a cruéis cenas de batalha, Couto nos conta um pouco de suas experiências e percalços nesta época:

Desbaratados os Mouros, foram os nossos entrando por suas terras, e destruindo-lhes suas Aldeas, até chegarem a huma arrazoada Cidade de Colé chamada Darila, de casas grandes de pedra, e telha, a qual entráram, e cativáram, e matáram muitos dos moradores, e mercadores da Cidade, a qual foi entregue ao fogo, em que toda se consumio. [...] [os portugueses] lhe destruíram seus campos, cortáram seus arvoredos de fruto, e fizeram todos os mais danos que puderam. Com isso feito se foram os nossos recolhendo para Baçaim, passando por entre caminhos muito estreitos, e por entre serras, e matos de bambues mui espessos, por meio dos quaes era necessario irem a pé, e levarem os cavallo pelas redeas, como eu fiz algumas vezes, sendo Capitão de Tarapor, que entrei por essas terras, e por entre matos, donde sahimos todos escalavrados pelas mãos, rostos, e pernas dos bambues, que cortam como navalha (Década VIII, Cap. XXX, p. 260-261).

Apesar dos longos anos dedicados aos trabalhos militares e administrativos, a grande quantidade de autores antigos e modernos que citou em suas obras exigia que mantivesse leituras e estudos constantes, reforçando sua origem de homem das letras. Atuando diretamente no aparelho estatal português na Índia, e mesmo antes como soldado, também se mantinha atento a tudo o que ocorria. Além disso, como já afirmado, teve apenas uma filha que faleceu ainda jovem. Mais um triste episódio de uma vida que parece ter sido sofrida.

Com o passar do tempo e as atividades burocráticas que assumia, suas relações com os vice-reis variavam de acordo com as verdades que registrava e da paciência com que esses o liam e ouviam. Porém, chegou a estabelecer boas relações com alguns deles, tal como ocorrera com D. Duarte de Meneses (1584-1588), conhecido por sua erudição e a quem Couto deveria muitas honras. Porém, o exemplo mais importante foi o Conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, bisneto do descobridor Vasco da Gama, com quem desenvolveria uma relação aparentemente muito próxima, se fazendo por hora necessário um rápido espaço para sua contextualização.

Essa relação marcaria não apenas os últimos anos de vida de Diogo do Couto, mas também parte de sua produção escrita. Isso é perceptível na redação de seu *Tratado dos Gama* (1599), nos livros conhecidos de sua *Década XII*, que abordam justamente os anos do primeiro mandato do Conde (1597 a 1600), e nas cartas que para ele enviou e dele recebeu.

É parca a documentação conhecida pelos historiadores acerca do primeiro vice-reinado de D. Francisco da Gama, dado entre 1597 e 1600, situação diferente em relação ao segundo, ocorrido entre 1622 e 1627. Sua vida em ações fora do Reino iniciou cedo. Aos seus 13 anos de idade, participou da expedição de D. Sebastião ao norte africano, em 1578, tendo seu pai falecido e ele capturado pelos inimigos.

Foi resgatado, junto com outros 79 nobres, por D. Duarte de Menezes (1537-1588) em troca do valor de 400 mil ducados, entregues ao rei Sa'di. Fora com a filha de D. Duarte de Menezes (que viria a ser vice-rei do Estado da Índia entre 1584 e 1588, logo após a união entre as coroas ibéricas sob D. Felipe I), D. Maria de Vilhena, que D. Francisco da Gama se casou, em 1583. Isso demonstra o quanto a geração de Alcácer-Quibir teve força na administração Habsburgo na Ásia.

Ao retornar do Marrocos para o Reino, D. Francisco da Gama teve confirmados por D. Felipe I os títulos de Conde da Vidigueira e Almirante das Índias, estando presente, a pedido de uma carta enviada pelo próprio monarca de 10 de janeiro de 1581, nas Cortes que o

aclamaram como o novo rei. O fato dele pertencer a Ordem de Cristo, ao qual D. Felipe I era o Mestre, também foi outro fator de sua aproximação aos Habsburgos.

Sendo herdeiro de propriedades valiosas, se manteve em Portugal, diferente de seus irmãos que partiram para outras regiões do império. Em 1595, quando contava com trinta anos, foi nomeado vice-rei, mesmo sem antes ter tido experiência em qualquer cargo relevante. As discussões sobre o nome para suceder a Matias de Albuquerque, no governo da Índia desde 1591, se iniciaram em 1593 em torno de três nomes: Fernão Teles de Meneses (que fora governador após a morte de D. Luís de Ataíde, no momento de transição para a União Ibérica, em 1581), Fernão Silva (governador do Algarve) e o escolhido D. Fernando de Noronha (1540-1608), o 3º Conde de Linhares, que recusou o cargo. Por esse motivo, deu-se a prorrogação no vice-reinado por mais três anos de Matias de Albuquerque.

Assim, em agosto de 1595, o Conde da Vidigueira era nomeado sem o apoio dos governadores de Portugal, assumindo o importante cargo devido suas relações familiares, bem diferente de Matias de Albuquerque, um fidalgo de menor importância, mas experiente nos cargos de capitão (incluindo o de Ormuz) e de comandante da armada na Ásia, entre as décadas de 1570 e 1590 (SUBRAHMANYAM, 2012, p. 238-239).

Uma das poucas fontes a tratar desse seu primeiro governo são os escritos de Diogo do Couto em sua *Década XII*. Devido a boa relação entre os dois, a personalidade do vice-rei é exaltada, mas com pouca argumentação. Registros históricos mais detalhados são encontrados no *Tratado de todos os Visoreis e Governadores*, de Pedro Barreto de Resende, de 1635. De seu governo se destacam o envio de Lourenço de Brito contra Java, quando perdeu três navios; o envio de seu irmão Luís da Gama na luta contra o Cunhale (que se trata de Muhammad Kunjali Marikkar, chefe mapila de Kerala), da qual saiu derrotado; e por fim uma nova expedição contra o Cunhale enviada em 1599 e liderada por André Furtado de Mendonça. Essa foi a única ação de fato vitoriosa, com o inimigo sendo esquarterado em Goa. Seu segundo mandato seria ainda mais complicado, voltando ao Reino com pesadas acusações de corrupção e severas inimizades políticas.

3.5- Diogo do Couto: Guarda-mór do Tombo de Goa e Cronista do Estado da Índia:

Em carta ao rei D. Filipe I, de 20 de novembro de 1589¹⁶⁹, Couto declara seu interesse em escrever a história dos feitos portugueses na Ásia desde quando o novo monarca fora jurado rei dos portugueses.

Acredita-se que não houve resposta a esse seu primeiro contato, já que enviou outra carta ao rei, datada de 15 de novembro de 1593, quando narrou ter concluído a escrita da *Década X*, que abarcava justamente os tempos de início do governo de D. Filipe I. O texto dessa carta é desconhecido, mas é possível validar sua existência pela menção à mesma feita pelo próprio rei na carta que enviou para Couto, datada de 28 de fevereiro de 1595. Esta carta seria publicada pela primeira vez na edição da *Década V*, de 1612, feita em Lisboa por Pedro Crasbeeck¹⁷⁰.

O fato é que antes mesmo de seu retorno ao Reino, Couto juntava documentações, cartas, alvarás, relatos de batalhas e de viagens que o ajudariam a compor seus textos (LOUREIRO, 2019, p. 57). Além disso, suas próprias experiências como também as que conheceu de terceiros, acerca daquelas distantes terras de populações com costumes tão diferentes, somavam-se a esse acúmulo de informações sobre os acontecimentos e características de todo Oriente. Tais interesses por ele desenvolvidos ajudam a entender sua solicitação para o cargo de cronista¹⁷¹ da Ásia desde 1589.

Um exemplo é o já citado caso em que coletou informações sobre Cambaia com o capitão muçulmano de Baroche, em 1563. Outro episódio se deu em 1571, quando Couto fez uma nova escala em Moçambique, aproveitando a oportunidade para transcrever algumas cartas entre o rei e Francisco Barreto. Couto relata que este fora enviado para Moçambique como governador de Monomotapa¹⁷², para promover a conquista de suas minas. Além disso, nas

¹⁶⁹ Essa carta se encontra no Arquivo Geral de Simancas, Secretarias Provinciales, COD. 1551. Fora publicada por António Coimbra Martins, em *Sobre a génese da obra de Couto (1569-1600)*, impressa pelo Arquivo do Centro Cultural Português, em Paris, no ano de 1974 (p. 171-174).

¹⁷⁰ Além disso, essa edição trouxe uma gravura com o retrato de Couto, logo no verso da folha de rosto, sendo reeditado na *Década VII*, impressa em 1616, como também em edições mais modernas. Outro retrato dele apareceu em 1624, na obra já mencionada de Manoel Serafim de Faria, *Discursos Vários Políticos*. Garcia (2019, p. 36) sugere que o autor do primeiro retrato tenha sido Manuel Godinho de Erédia (1563-1623), que com Couto trabalhou, cujo mesmo retrato aparece em sua obra *Declaração de Malaca e da Índia Meridional com Cathay*, de 1613. Fora esse Manuel Godinho de Erédia, segundo Diogo Barbosa Machado (1752, p. 275), autor da *Biblioteca lusitana, histórica, crítica e cronológica*, um exímio matemático e cartógrafo, trabalhando como assistente em Goa. Ao final deste trabalho existe uma cópia do retrato atribuído a Manuel Godinho de Erédia (Figura 20).

¹⁷¹ O primeiro a exercer o cargo oficial de cronista do Reino em Portugal foi Fernão Lopes (1385-1460), a partir de 1434, o recebendo do rei D. Duarte (1391-1438). Juntamente a esse cargo recebeu também o de guarda-mor da Torre do Tombo de Lisboa, onde contava com acesso aos arquivos de documentos oficiais do Estado. Isso o distanciava dos cronistas da Idade Média, quando não se identificava qualquer distanciamento entre a história e a ficção, mesmo porque ambas eram encaradas como verdadeiras, desde que não contradissem a religiosidade (LIMA, 1986, p. 23). Suas principais obras foram a *Crônica de D. Pedro I* (1434), *Crônica de D. Fernando* (1436) e a *Crônica de D. João I* (1443).

¹⁷² O Reino de Monomotapa ocupava uma área onde hoje são os países de Zimbábue e o oeste de Moçambique. Desde a primeira expedição de Vasco da Gama os portugueses tiveram notícias de suas ricas minas de ouro, sendo

cartas com o rei, ambos tratam de uma possível viagem por terra entre o litoral ocidental e oriental africano. Tais assuntos aparecem na escrita do cronista:

Francisco Barreto, que estava invernando no Brazil na Bahia de Todos os Santos, tanto que foi tempo partio-se para Moçambique, aonde chegou a salvamento com toda a gente sã, e muito bem disposta; e tomando informação da terra, que achou falta de mantimentos, vendo que pela falta da gente da outra náó, de quem não sabiam novas, não podia ir prosseguir na conquista, e que havia de estar alli alguns mezes, até virem as náos do Reyno, em que se esperava mais socorro [...].

Se informou de muitas cousas pera sua entrada por aquellas terras dentro; e de huns do Reyno de Atoude soube que de Quiloa, ou de Atoude por quinze, ou vinte leguas de caminho pelo sertão dentro poderiam chegar até o outro mar de Angola, e que foram algumas vezes á sua feira, onde vinham os mercadores daquelloutro mar contratar com elles em suas fazendas; e disto achei na feitoria de Moçambique registrada uma carta, que Francisco Barreto escreveu a ElRey sobre este negocio [...] sem pedir o roteiro daquella viagem, que foi grande descuido; e com esta carta achei também registrada a resposta de ElRey, na qual lhe estranhava muito deixar a principal jornada, a que fora enviado que era a das Minas, e ir-se á costa de Melinde; mas que tambem lhe agradecia algumas cousas que lá fizera, as quaes cartas eu trasladei por curiosidade, sendo bem moço naquelle tempo (Década IX, Cap. 20, p. 154-155).

Retomando a carta real de 28 de fevereiro de 1595, D. Felipe I tornou Diogo do Couto cronista oficial do Estado da Índia, com a responsabilidade de dar continuidade a *Crônica da Índia*, que fora paralisada no início da quarta *Década*, em 1570, por conta do falecimento de João de Barros. Somando-se a isso, o encarregou de organizar os arquivos¹⁷³, nomeando-o como

muitas dessas histórias baseadas em lendas locais indianas. Com o tempo, os portugueses ocuparam a região, entrando em conflito o Reino, partindo de suas bases militares nas fortalezas litorâneas de Moçambique e Sofala.

¹⁷³ A importância da criação de um Tombo é defendida por Diogo do Couto em seu segundo *Soldado Prático*. Ao explicar a necessidade de pagamento correto dos militares, o soldado afirmava:

[...] sou de parecer, se Sua Alteza pretende de pagar alguma hora o que deve, que se tirem a limpo todas as dívidas dos soldados que se devem a vivos em um livro e dos mortos em outro; os quais, fechados, se metam no cofre do tesoureiro, ou em huma tôrre de tombo, que na India houvera de haver pera todas as antiguidades, e se lançarem nela todas as cartas del-rei, de capitães-móres d'armadas e das fortalezas; cartas de reis vizinhos e repostas delas; formas de embaixadas; pareceres que se tomam sobre as cousas do Estado; canhenhos d'armadas que se fazem, com os nomes dos capitães, com todas as mais cousas que podem servir pera se os cronistas aproveitarem pera suas escrituras, pera de todo se não apagar e extinguir o nome português, tão celebrado e famoso por todo o Universo; de cujo descuido pudera fazer um muito largo capítulo e envergonhar tantos governadores, quantos na India houve tão pouco curiosos do que lhes a êles mesmos cumpre; porque nesta tôrre houveram seus feitos de ficar perpetuamente em memória (COUTO, 1937, p. 93).

guarda-mór do Tombo de Goa¹⁷⁴. As funções de cronista e guarda-mór do Tombo, que incluía a elaboração de certidões e cartas de serviços dos soldados e capitães, lhe proporcionariam muito trabalho, preocupações e sérios desgastes até o fim de sua vida.

Segue a referida carta:

Carta del-rei D. Filipe o I deste nome pera Diogo do Couto, cronista e guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia.

Diogo do Couto. Eu el-rei vos envio muito saudar. Vi vossa carta de Goa de 15 de novembro de 1593; e tive contentamento de me dizerdes que vos dispúnheis a escrever os feitos que nessas partes se fizeram desde o dia que tomei posse destes meus reinos em diante: e que tínheis acabada a História desde então até ao tempo do governador Manuel de Sousa. E vos encomendo me envieis este volume, pera o mandar ver e imprimir; e que vos animeis pera continuardes essa obra dos feitos dessas partes, desde o dia que os acabou de escrever João de Barros; pera que assim possam vir à luz os serviços que os meus vassallos portugueses têm feitos aos reis meus predecessores e a mim. E pera o melhor poderdes fazer, mandei passar a provisão que me pedis; em que mando que vos sejam dadas as provisões, cartas, e mais papeis que vos forem necessários; e de vos encarregar de guarda-mor da Casa do Tombo, que mando ordenar em Goa, pera nela se recolherem todos os contratos, provisões, registos da chancelaria, e todos os mais papéis de importância, que estiverem em poder do secretário dessas partes, e de outras pessoas, como sabereis do visorei Matias de Albuquerque. E vos encomendo muito que nisto me sirvais como de vós confio.

Escrita em Lisboa a 28 de fevereiro de 1595.

REI

(COUTO, 1612, p. 14¹⁷⁵)

Como visto, Couto anteriormente manifestara interesse em ser cronista dos tempos do novo rei, afirmando que já concluíra o texto do que seria a *Década X*, que ia até os tempos do governador Manuel de Sousa (1588-1591). O fato de escolher justamente o período de início do mandato de D. Felipe I para a produção de sua obra, foi um movimento para atrair a atenção do novo rei. Este, por ser estrangeiro e mais poderoso, valorizaria a História, e nada melhor que já relatar os seus sucessos. Pelo que percebemos, a suposta estratégia deu certo, já que Sua Majestade de imediato solicitou o envio da obra e garantiu a sua impressão.

¹⁷⁴ Em julho de 1593, pouco tempo antes da nomeação de Couto, foi nomeado em Portugal Francisco de Andrade (1540-1614) para o cargo de cronista-mor do Reino e guarda-mor da Torre do Tombo de Lisboa. Disso percebe-se o interesse pela escrita da história de Portugal e de sua inclusão por parte de D. Filipe I. Francisco de Andrade assumiu logo após o falecimento de António de Castilho (1525-1593), ocorrido a 4 de julho de 1593, último a ocupar o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo. Já o cargo de cronista-mor do Reino estava vago desde 1582, quando se deu a morte de António Pinheiro (1520-1582), que o exerceu desde 16 de julho de 1550.

¹⁷⁵ A primeira publicação da *Década V*, impressa em 1612, por Pedro Crasbeeck (p. 14), trouxe transcrita essa carta, já que seu texto compunha o manuscrito original enviado por Couto da Índia.

Mas, não sabemos se Couto imaginava que este serviço inicial lhe renderia os frutos de assumir a escrita de onde parara o grande João de Barros, o que, segundo o próprio rei, relataria os feitos que “os meus vassallos portugueses têm feitos aos reis meus predecessores e a mim”. O próprio D. Filipe I se coloca como herdeiro de todo o império português, inclusive de sua História. Além disso, El’Rei garantiu que o cronista receberia todas “as provisões, cartas, e mais papeis que vos forem necessários”, além de encarregar Couto do cargo de “guarda-mor da Casa do Tombo” de Goa. Isso tudo nos faz perceber que, pelo menos de início, tal como também manifestado no fim da carta, Couto assumia essas atribuições a partir de muita confiança do rei.

Com o Tombo, objetivava preservar os documentos que antes ficavam dispersos em órgãos administrativos ou na posse de particulares, o que gerava muitas perdas. Nas *Décadas*, são constantes suas queixas acerca dessa situação: “[...] e de todos os Capitães destas tres armadas não achámos os nomes, buscando-os nós nos livros dos provimentos dellas, que são todos estragados de andarem aos tombos pelas casas dos Escrivães de Fazenda” (Década IV, L. V, Cap. VI, p. 42-43). Em alguns momentos, aponta sua insatisfação em não se ter os nomes dos portugueses, especialmente dos soldados, envolvidos naquilo que ele entende serem tão grandes ações de defesa ou de conquistas, sendo isso um grave crime contra a História de Portugal. Uma dessas denúncias ocorre ao narrar a defesa da fortaleza portuguesa no litoral etíope, contra sua população abexim. Tal defesa fora feita pelo capitão-mór de Damão D. Diogo de Noronha e suas forças, nos tempos do Vice-Rei D. Constantino de Bragança (1558-1561):

O Capitão mór levou nos braços a João Gomes da Silva [um dos soldados portugueses que havia sobrevivido ao ataque abexim], e lhe disse muitas palavras dignas de seu animo, e assim abraçou a todos os mais companheiros, e os soldados da Armada os levaram muitas vezes nos ares com o alvoroço de os verem daquela maneira: e nós tambem o tiveramos bem grande de lhes saber os nomes, pera os festejarmos com os deixarmos nomeados nessa nossa historia; mas o tempo e o descuido Portuguez os deixou em esquecimento, tendo elles feito obras merecedoras de serem eternizadas. O Capitão mór deteve-se na fortaleza dous, ou tres dias, mandando curar os feridos com grande resguardo [...] (Década VII, L. IV, Cap. IV, p. 200-201).

Outro exemplo em que Couto é mais duro em suas reflexões é o que trata da carta de pedido de vassalagem do rei de Cochim para D. João III, que apesar de sua procura, ainda continuava perdida, já que naquele Estado as drogas e fazendas do comércio eram mais importantes. Segue o trecho saído da *Década VII*:

[...] EIRey lhe mandou passar huma larga carta de vassalagem, que alguns moradores antigos de Cochim nos disseram que víram, de que hoje nos parece que não ha já memoria; porque nem na Secretaria, nem em alguma outra parte a pudemos achar pera lançar o traslado della na Torre do Tombo, de que temos cuidado, e fomos Guarda mór; porque essas cousas, e outras muitas dessa qualidade são perdidas, e acabadas pela pouca conta que nesse Estado se faz de tudo o que não são drogas e fazendas (Década VII, L. VIII, Cap. XIV, p. 286-287).

A partir de agora, ficaria sob sua responsabilidade a guarda e proteção das cartas e documentos régios, de vice-reis, governadores, capitães de fortalezas e de armadas, além das atas de conselhos, tratados, registros de comércio e alfândegas, regimentos de cargos e de fortalezas. Em sua visão, a maior organização e eficiência do Estado e a própria escrita da história deixariam de ser um problema constate aos portugueses daquelas vastas regiões.

Diogo do Couto logo se dedicou à sua nova tarefa, sofrendo as dificuldades burocráticas dos costumes e a má vontade das autoridades da Ásia, muito resistentes para a disponibilização dos documentos. Acerca dessa situação, escreveu ao rei, em carta do dia 29 de novembro de 1595:

Guarda Mor da Tòrre dó Tombo, que Vossa Magestade manda ordenar na Índia, das cousas que convem para a dita Casa, para Vossa Magestade mandar vêr.

Dis Vossa Magestade na Instrucção por onde manda ordenar a casa do Tombo, que sera polla ordem da de Portugual, que quá não ha, he necessário mandar Vossa Magestade que se mande della a Ordem, e Regimento da Torre do Tombo desse Reino.

Que todas as Patentes das fortallezas, todos contratos das náos, e da Pimenta, e todos os mais, todas as Instruçõis, Listras de despacho, Leys, Detreminações, Alvitres, e toda a couza desta esençia, he necessário mandar Vossa Magestade dellá mesmo que se registem no Tombo de Goa.

Que huma das vias do Alardos das Náos desse Reino que cada ano vem se lançem no Tombo, para alli ficar perpetuamente, porque se se perderem os da Matricula, como são perdidos os mais delles para alli se acharem perpetuamente.

Alguns inconvenientes cuidio se tratão da parte dos officiaes, Secretario, Escrivão da Chancelaria, Goarda dos Contos, e outros, sobre a entrega dos livros, e papeis que Vossa Magestade manda goardar nesta caza do Tombo, pollas buscas que levão as partes, e não parece rezão, que pollo seu particular se perca o serviço de Vossa Magestade, e o bem comum destes seus Estados, pois trata de sua perpetuidade e acreçentamento, polla pouqua ordem que até agora ouve nestas couzas, pello que são perdidos todos os livros, e papeis de importância antigos, polla mudança que cada três anos se fazem em todos estes cargos, em cuja entrega se perderão todas as couzas passadas, pollo que he necessário mande Vossa Magestade passar provizão para se entregarem em todos estes officiais assima todos os livros que já estiverem findos, e todos os mais papeis pera se depositarem na caza do

Tombo, onde não padecerão os naufrágios passados, por cauza das mudanças passadas, para ali se acharem perpetuamente sem embargo dos inconvenientes que se apontarem [...].

Pede ao rei que faça determinações para se levarem documentos para a Casa do Tombo de Goa, cuja organização seguiria o exemplo do Tombo de Lisboa, justificando a solicitação de seu regimento para que o siga da mesma forma.

Chama a atenção ao maior cuidado necessário para que os diferentes tipos de documentos do Estado sejam arquivados de forma segura no Tombo, já que muitos oficiais não se dedicam a essa organização e guarda dos materiais, algo ainda mais agravado a cada três anos, com as trocas dos cargos promovidos pelo fim e início dos mandatos de governadores e vice-reis, fazendo com que todo trabalho anterior sempre se perca. Essa denúncia, inclusive, foi uma bandeira de luta que Couto levantou em vários momentos de suas obras, que também serão trabalhados posteriormente. Seu objetivo era garantir “o serviço de Vossa Magestade, e o bem comum destes seus Estados, pois trata de sua perpetuidade e acreçentamento”. Continuando a carta:

[...] Porque em todos os Estados, em seus Tombos, e Archivos estão as Cronicas de suas couzas, pera se saber o fundamento dellas, he necessário avellas também neste, por onde deve Vossa Magestade mandar, que todos os vollumes das Décadas de João de Barros, e de Fernão Lopes de Castanheda, se mandem della, para estarem nesta caza do Tombo da Índia, como couza sua, porque se vão acabando estes vollumes, que na Índia já os não há.
[...]

Uma questão que fica no ar seria dos motivos para as crônicas de Barros e Castanheda desaparecerem no Oriente. Como se percebe, Couto se queixa constantemente da falta de valorização da história por parte dos portugueses, o que explica a ausência de exemplos dos grandes heróis portugueses das gerações anteriores entre seus contemporâneos, acarretando toda a ameaça agora sofrida de perda do império. Finalizando a missiva:

[...] Que mande Vossa Magestade prover hum Escrivão do Tombo, como em Purtugual, e que seja em homem que tenha partes, e callidades para servir de goarda, depois se fôr necesario, e que se paguem dous moços Escrivães pera ajudarem, como ha na Matrícula de Goa.

Que se a casa do Tombo se não fizer em parte em que eu não possa pouzar, que se me tomem as cazas da Pouzentadoria perto, e que se paguem da Fazenda de Vossa Magestade, por estar mais á mão, porque ade aver muito trabalho estes primeiros anos, no recolhimento de livros, e papeis, e em se por isto em ordem, como convem ao serviço de Vossa Magestade [...].

de Goa a vinte e nove de Novembro de 1595.

Diogo do Couto.

(Torre do Tombo, *Miscelânea do convento da Graça*, tomo II E, caixa 6, p. 345-347)¹⁷⁶

Solicita bons funcionários para o Tombo, sendo que o escrivão também tenha a função de guarda. Provavelmente, Couto já imaginava que a posse e toda a cobrança por organização das documentações pudessem atrair oposições, sofrendo o Tombo possíveis ataques. Algo que de fato ocorrerá, com o roubo de duas de suas *Décadas*.

Sua dupla função, de guarda-mor e cronista, devia ser muito exaustiva e arriscada. Além disso, o trabalho de produzir certidões criava constantes conflitos e inimizades. Naquela sociedade, onde muitos queriam parecer o que na verdade não eram, geravam-se choques com a personalidade de Couto, um homem que se mostrava duro e honesto. A própria austeridade de sua história surpreendia pelo empenho da informação e do que acreditava ser a verdade. Um bom exemplo toma boa parte dos capítulos da *Década IV*, ao narrar os vergonhosos incidentes do embate entre Pero Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio na sucessão para o governo da Índia, o que deve ter desagradado, além dos fidalgos de Goa, muitos homens da corte.

Isso é visto no grave teor das palavras de Couto nas seguintes passagens. Logo de início, ele critica fortemente os costumes dos fidalgos ao avaliarem seus pares:

Isso foi sempre muito antigo na India entre os Fidalgos, vituperarem huns aos outros que estam em melhor lugar, e que são mais pera elle, so por verem se os podem abater pera se elles elevantarem: tendo muitas vezes no votar mais respeitos aos seus particulares, que ao serviço de Deos, e d'EIRey, pelo que alguns foram causa de se perderem grandes ocassiões, e de succederem muitos desastres, e grandes desventuras (*Década IV, L. I, Cap. IX, p. 56*).

A defesa da causa de Pedro Mascarenhas logo fica clara em sua escrita. Esse nobre apenas queria ser ouvido, sofrendo pesadas consequências tal como muitos que sempre defenderam o rei e Portugal:

Antonio da Silveira vendo que não queria dar a mensagem, o prendeo, e lhe mandou logo lançar huns grilhões como malfeitor. Cousa vergonhosa

¹⁷⁶ Sua primeira publicação ocorreu na *Obras inéditas de Diogo do Couto*, organizada por Antonio Lourenço Caminha, em 1808 (p. 81-89). Essa obra foi nossa fonte de consulta da citada carta, porém, ela traz menção errada de sua data, como sendo de 27 de novembro.

certo tratarem tão mal hum tão bom vassallo d'ElRey de Portugal, e de tantos serviços, e merecimentos, vindo a pedir justiça em cousa que tão claramente a tinha (Década IV, L. II, Cap. VI, p. 123-124).

E, para finalizar esse caso exemplar, uma crítica aos fidalgos de Goa:

E como todos haviam que elle Lopo Vaz não era o legitimo Governador, que os havia mister a todos, todos se lhe queriam vender bem caros (Década IV, L. I, Cap. VIII, p. 135).

O caso dessa contenda foi interpretado como muito grave naquela época também no Reino, forçando D. João III (1521-1557) a elaborar um novo regimento dando mais clareza aos casos de sucessão na governança do Estado da Índia. Sobre isso, Diogo do Couto narra:

[...] Depois dessas diferenças (porque não houvesse outras na India) Mandou ElRey D. João hum regimento, em que diz, que abrindo-se as sucessões da Governança da India, se o que nellas sucedesse não estivesse desde o Cabo de Çamorim até a ponta de Dio, não se esperasse pela tal pessoa, e se abrisse a outra sucessão, (o que já aconteceu quando succedeo D. Diogo de Menezes, como em seu lugar diremos) (Década IV, L. IV, Cap. I, p. 248).

Nesse complexo ambiente, com o passar do tempo, as relações sociais de Couto, sua capacidade de produção escrita e a delicada montagem do Tombo passaram a preocupar Sua Majestade. Isso é perceptível em uma série de cartas trocadas entre D. Felipe I e o Conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama.

A primeira delas a ser analisada data de 5 de fevereiro de 1597:

Carta do Rei Filipe I para o Conde da Vidigueira:

E assim [Mathias d'Albuquerque] me diz que tem ordenado huma casa dentro na fortaleza de Goa acomodada pera Torre do Tombo junto da casa da matricolla e que tanto que fosse acabada se entregarião a Diogo do Couto os livros, cartas e papeis, como lhe tinha mandado pera ir continuando com ha historia dese Estado. Emcomemdo vos que se não está isto acabado o façaes fazer e vos informeis se este Diogo do Couto tem as partes que se requerem pera este negocio ou se ha outra pessoa de mais talento e suficiencia de que me avisareis e porque o Viso Rei me diz que ele manda a primeira parte do que o dito Diogo do Couto tinha escrito que não veo na nao São Pantallião se, nas que esperão este annos não vier, ordenareis que nas primeiras venha e vós o vereis primeiro e me enviareis vosso parecer, que será muito bom por a

curiosidade que me dizem que tendes na istoria da India (Torre do Tombo de Lisboa: fl. 299, do Tomo VI L, da caixa I6¹⁷⁷).

Percebe-se a confirmação do desejo do rei para que Couto receba toda a documentação necessária para a escrita de sua história na Casa do Tombo já estruturada pelo antigo vice-rei Mathias de Albuquerque. D. Filipe I pede ao Conde que verifique se de fato toda a estrutura física e documentação já estão operacionais, além de averiguar se Couto realmente possui as capacidades para o cargo de guarda-mor e a escrita da obra, ou se “ha outra pessoa de mais talento e suficiência”. Ao mesmo tempo, percebemos uma clara preocupação real com o que Couto escrevia. O rei solicita que D. Francisco da Gama faça a leitura da obra, enviando o seu parecer, já que o monarca conhecia a sua curiosidade acerca dos assuntos relacionados à História da Índia. É notável que, na visão do rei, o Conde seria a pessoa certa para perceber se o que está escrito é de fato conveniente ou não, mostrando uma clara intervenção oficial nos relatos históricos.

Todas essas questões são reforçadas em uma próxima carta do rei para o Conde, de apenas alguns dias depois. Segue trecho de carta de 15 de fevereiro de 1597:

Por outra carta minha vos trato da historia dessas partes de que está encarregado hum Dioguo do Couto, de Goa de cujo talento pera isto vos mando que tomeis nova informação e me aviseis e vendo agora hum carta e apontamentos seus sobre a mesma materia ouve por meu serviço enviarvo-los pera verdes tudo e proverdes no que cumprir e me avisardes do que fôr necessario que eu de quá mande se faça e em caso que acheis o dito Diogo do Couto capás disto de todo ho favor e ajuda e lhe direis vi a sua carta e lembranças e o remeti a vós pera nisso proverdes e que pera o assy fazerdes vos dê conta do mais que fôr necessário e que também me poderá fazer as lembranças que vir que convem (Torre do Tombo de Lisboa: fl. 367, do Tomo VI L, da caixa I6¹⁷⁸).

É notável a existência de um ambiente desconfortável envolto a criação da Torre do Tombo. Para piorar, a situação de Couto continua sendo reavaliada. Apenas um ano depois, em outra carta do rei D. Filipe I para D. Francisco da Gama, de 3 de março de 1598, lê-se:

E porque sou informado que o dito Diogo do Couto não é tão suficiente como o entendi pela primeira informação que dele me foi dada, e que tem por falta em seu nascimento, o que tudo deveis já ter sabido, depois de chegardes

¹⁷⁷ A carta foi transcrita do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 41-42).

¹⁷⁸ A carta foi transcrita do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 42-43).

à Índia pelo que sobre esta matéria vos escrevi nas vias do ano passado, advertir-vos-eis nestes particulares que praticareis como o arcebispo de Goa¹⁷⁹, e achando ambos que não convém entregar-se nem a casa do tombo, nem a escritura da história, ou pelo menos alguma destas cousas ao dito Diogo do Couto, ireis dissimulando com ele no melhor modo que vos parecer até me avisardes (Torre do Tombo: Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça, tomo 3, p. 7-11¹⁸⁰).

Destaca-se a seguinte fala do rei: “primeira informação que dele me foi dada”. Não é conhecida a pessoa que teria inicialmente falado bem de Couto ao rei. Mas, agora é fato que as novas informações que chegam à Lisboa não eram positivas. Quem seria, ou seriam, esses novos informantes? Será uma das autoridades ou burocratas do Oriente que se sentiam ameaçados com os relatos de Couto em suas *Décadas* ou com a organização dos documentos que ele promovia no Tombo de Goa?

O fato é que o rei coloca os cargos de Couto em cheque por conta de dissabores que teria criado com pessoas importantes, ordenando que as autoridades locais, o vice-rei e o arcebispo, reavaliassem a sua continuidade, enquanto o iam dissimulando.

Ao mesmo tempo, percebemos uma clara oscilação da opinião do rei. Em carta de apenas dois dias depois, também enviada ao Conde, sua interpretação acerca de Couto é um tanto quanto diferente, apesar de algumas preocupações serem mantidas. A missiva mostra claramente a intervenção e preocupação do rei D. Felipe I acerca da escrita da história a ser feita, merecendo ser analisada em detalhes:

Carta de D. Filipe I de Portugal, de 5 de março de 1598, para D. Francisco da Gama.

Conde Almirante, Viso Rei amigo, Eu El Rei vos envio muito saudar como áquelle que amo.

Diogo do Couto que tem a cargo a casa do tombo de Goa e a istoria desas partes me escreveo nas mãos do anno passado que inda que o V. Rei Mattias de Albuquerque lhe não tinha dados os papeis e cartas necessarias para a istoria da india conforme á minha provisão me enviava o primeiro do tempo do Governador Fernão Telles e do em que foi V. Rei dessas partes o conde de Santa Cruz e que hia prosseguindo a istoria de João de Barros fazendo a quarta decada do tempo dos Governadores Lopo Vaz de Sampaio e Nuno da Cunha e tinha começado a quinta, que continha os tempos do V. Rei Dom Garcia de Noronha e do Governador Dom Estevão da Gama e que este anno enviaria duas decadas e dahi por diante cada anno hum volume e me enviava huns apontamentos tocantes á dita Casa do Tombo em que tratava das cousas de

¹⁷⁹ O arcebispo de Goa nestes tempos era D. Aleixo de Menezes (1559-1617).

¹⁸⁰ A carta foi transcrita do original diretamente por Paulo Jorge de Sousa Pinto (2019, p. 285).

que vos deve ter dado conta e se inda o não tiver feito lhes direis que vollos apresente [...]

D. Filipe I alerta que já deixara ordenado, ainda para o vice-rei Mathias de Albuquerque, que fossem entregues a Couto todas as documentações necessárias à sua escrita, do que reclamou o cronista, que afirmava, em carta para Filipe I no ano anterior, negligência em relação a esse caso. Por quais motivos esses “papéis e cartas” não lhe foram entregues?

Couto passara ao rei a posição em que estava sua escrita, de certa maneira bastante adiantada, pelo pouco espaço de tempo decorrido e por levar em consideração que não recebia as informações de forma completa pelo vice-rei anterior. Parte da produção já havia sido enviada ao Reino, com outra remessa sendo escrita e a promessa de que seriam mandadas ao Rei duas *Décadas* nas próximas naus e, dali por diante, um volume por ano.

Mas, é curiosa a fala do rei acerca de um comentário de Couto. Este teria lhe informado que, além das *Décadas*, lhe enviaria “huns apontamentos tocantes á dita Casa do Tombo”. O rei demonstra preocupação, concluindo que o atual vice-rei e destinatário da carta já devia ter ciência do que se tratavam tais assuntos e, caso não, que procurasse saber junto ao cronista. O que Couto expressava em tais apontamentos? Seriam denúncias em relação ao que se dava na política do império no Oriente?

Dando continuidade à mensagem, o rei informa que em carta destinada a ele, enviada no dia 23 de setembro de 1596, o vice-rei Mathias de Albuquerque informava que a casa para o Tombo já estava pronta e as chaves entregues para Couto, lhe sendo repassadas também, diretamente pelo secretário de Estado, os livros de mensagens. Mas, sobre a entrega dos demais

[...] papeis, instruçoens, cartas e provisões que costumavão estar em poder do V. Rei se ordenou por assento, feito na Relação de Goa, que se sobrestivesse porque em algumas delas poderia eu tratar de matérias que, inda que estivessem dadas a execução, seria em segredo ou se deixarião de pôr por outros respeitos de meu servisso, as quais não parecia que convinha serem publicas nem irem á mão de Diogo Coutto e que devião estar em poder do Vice Rei ou do secretario andando por entrega de hum sucessor a outro, e que tambem convinha mandar eu dar regimento a este goarda do toambo para elle saber como avia de proceder com os livros e papeis que lhe fossem entregues e em cujo nome avia de passar as cirtidoens [...].

Observa-se a preocupação do vice-rei Mathias de Albuquerque em não expor informações administrativas que seriam confidenciais, usando como argumento a proteção e o

serviço do próprio rei! É notória uma certa desorientação acerca de quais documentos deveriam ir para o Tombo, que, de forma contraditória, não receberia tudo, tal como Couto esperava.

Interessante perceber a posição do próprio rei acerca de tais assuntos, buscando sempre um equilíbrio entre as partes. Ele escreve:

[...] E vendo eu tudo isto, por huma e outra parte me parece que esta materia se deve regular pello intento que nella se tem, sem de hum extremo se vir a outro como seria de não avendo até agora goarda de papeis nesse estado virsse a formar huma Torre do Tombo como a de Lisboa e meterense nella os papeis que ahi estivessem conforme ao que me escreveo Mattias d'Albuquerque que fica nesta carta referido, pello que vos encomendo que ouçais o dito Diogo do Couto, a quem mando escrever que vós lhes darei a ordem de como ha de proceder e vejais os seus apontamentos que já vos deve ter dado conforme aos que me enviou e pratiqueis os individuos desta materia cõ o Arcebispo de Goa e cõ quem mais vos parecer vendo tambem a provisão que mandei passar ao dito Diogo do Couto e lhes façaes entregar todas aquellas escrituras que não forem cartas das vias nem instruçoens senão outras cousas prepetuas que convem estarem bem goardadas, assi pelo que toca a meu serviço como ao bem das partes das quais, quando se ouvirem de dar alguns trelados ou cirtidoens, será por vosso expresso mandado e vereis se as deve passar ao dito Diogo do Couto ou aos officiais [...].

O vice-rei D. Francisco da Gama deve, seguindo ordens claras de D. Filipe I, arbitrar a situação. Tem por responsabilidade avaliar quais documentos devem ser guardados no Tombo, quais devem ficar sob poder do vice-rei e demais oficiais, além de acompanhar de perto o trabalho de Couto. Interessante a repetição para que sempre dialogue com o Arcebispo de Goa, ou com outra pessoa que lhe convém, sobre as atribuições do cronista.

Parece claro que, diferente do que Diogo do Couto achava de D. Filipe I, um rei superior e que valorizaria a escrita da história, o controle sobre o que deve ser sabido e escrito também com ele ocorria. Isso fica mais claro na próxima passagem, em que o rei orienta como e com quem as cartas oficiais devem ficar guardadas. Elas não ficariam no Tombo e sua consulta, por parte de Couto, deveria ser fiscalizada, já que apesar de algumas coisas serem escritas, por vezes não lhe é chegado o tempo de se revelarem pela História:

[...] E as instruçoens e cartas que vos escrevo e tiver enviado aos Vice Reis e governadores antes de vós estarão a bom recado e fechadas em mão do secretário desse estado, ao qual as entregará por inventario ao secretario que lhe succeder, de maneira que andarás sempre a todo bom recado na secretaria lugar proprio e decente para semelhantes matterias e quando pera a escritura da istoria, que está emcarregado do dito Diogo do Couto, elle tiver necessidade de alguns capitullos das ditas cartas ou das que vos escreverem meus capitaens vollos pidirá e vereis se se lhe devem e podem dar e se fará nisso o que

assentardes cõ o resgoardo e consideração que estas materias pedem, porque cousas averá que inda que se ajão de escrever não seria inda cheguado o tempo de se averem de revellar em istoria [...].

Finalizando essa carta, o Rei reforça um pedido para o Conde da Vidigueira. Ele deveria auxiliar o cronista no que precisasse para a sua escrita, além de ler toda a sua produção antes de ser enviada ao Reino, para que tudo ficasse do modo que se convém.

[...] e em tudo dareis toda ajuda e favor ao dito Diogo do Couto pera bem poder prosseguir esta istoria da india e tereis cuidado de o fazer aplicar a ella de modo que sempre todos os annos se me envie o mais que nisto puder fazer sendo primeiro visto por vós, cuja curiosidade, que sou informado que tendes da istoria da india, será tambem de efeito para procederdes cõ o dito Diogo do Couto no modo que convem (Torre do Tombo de Lisboa: caixa 16, tomo VI-L, p. 49¹⁸¹).

É possível concluir que Diogo do Couto não deveria tratar de fatos delicados aos poderosos. Todavia, duas circunstâncias livrariam Diogo do Couto da demissão dos seus cargos. Primeiramente, as críticas que fazia sobre as ações de alguns fidalgos beneficiavam o grupo contrário. Além disso, o vice-rei do Estado da Índia era o bisneto do descobridor, alguém de muita autoridade e que se tornara amigo de Couto, provavelmente por ambos serem amantes dos estudos de História e, como será visto, um defenderia os interesses do outro. D. Francisco da Gama desfez os problemas que se levantavam sobre o cronista, sendo prova disso ter confirmado sua nomeação, em 28 de janeiro de 1598, como escrivão da alfândega de Diu (LAPA, 1937, p. 20).

A proteção feita pelo Conde continuaria por muitos anos, tanto na Índia quanto no Reino. Inclusive, trocariam inúmeras cartas até a fase final da vida de Diogo do Couto. Tais cartas expressam seu esforço para ganhar honestamente a vida, os desafios e despesas que lhe acarretavam a impressão de suas *Décadas*, além do sentimento de mágoa de um ex-soldado e cronista, muito mais doídas em seus últimos anos, perante o que ele acreditava ser uma vergonhosa decadência dos portugueses no Oriente.

Retoma-se aqui um importante acontecimento de sua vida, transcorrido no dia 25 de dezembro de 1597. Por conta de um mandato dos vereadores de Goa para a colocação do busto

¹⁸¹ A carta foi transcrita do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 27-31). Baião também informa que ela fora publicada no volume XI da *Revista Literária*.

do Almirante D. Vasco da Gama na Casa da Câmara da cidade, foi pedido a Couto uma oração para a celebração. Sobre isso, Couto narra na *Década XII*:

E tendo tudo prestes, e preparado, me mandáram os Vereadores cometer quizesse celebrar aquele Auto com huma Oração em louvor do mesmo D. Vasco da Gama, porque queriam festejar aquelle dia com toda a solenidade devida; o que eu aceitei, por ver que pediam justiça, e que tudo aquillo se devia áquelle valoroso Capitão. E preparando tudo com o mór apparatus que podia ser, se ajuntáram todos os Vereadores, e Cidadãos na Camara no dia de Natal deste anno de noventa e sete, e mandáram recado ao Conde D. Francisco, pera que se fosse achar presente áquelle Auto, a qual elle logo veio acompanhado de todos os Capitães, e Fidalgos; e entre eles, e os Cidadãos houve muitos colares de ouro, medalhas, plumas, pontas de rica pedraria, trajos custosos, e galantes, formosos cavallos, e muito ricamente ajaezados (*Década XII, L. I, Cap. XV, p. 112-113*).

Percebemos que se tratou de um evento solene e muito importante. A memória do maior nome português na Ásia seria homenageada. As mais altas autoridades e importantes fidalgos de Goa se fizeram presentes, com toda pompa possível para aquela situação. Interessante notar uma certa vaidade de Diogo do Couto, ao aceitar o pedido dos vereadores para que fizesse o discurso. Percebe-se também o reconhecimento de sua sapiência entre as autoridades locais. Sua participação com orações em eventos importantes de Goa, em especial na Câmara, nas cerimônias de trocas de mandatos de vice-reis, governadores e demais autoridades, se tornaria uma constante¹⁸². Além disso, com o passar do tempo, Couto seguia prestando serviços em diferentes campos. Em 29 de março de 1601, por exemplo, iniciou a atividade de escrivão da alfândega de Goa (BAIÃO, 1947, p. 23).

Em 10 de fevereiro de 1602, D. Felipe II (o mesmo Filipe III da Espanha) escreveu para Couto lhe agradecendo, pedindo que continuasse em seu trabalho da escrita da História, o qual lhe agradava, afirmando que ficaria à disposição para futuras necessidades acerca do Tombo e que atenderia os pedidos já feitos em apontamentos anteriores do cronista, que agora seriam executados pelo vice-rei Aires de Saldanha (1600-1605). Com a chegada de um novo rei ao trono, a percepção inicial de suas palavras mostra que as preocupações sobre o que deveria ser narrado diminuía ou já haviam ficado bem resolvidas pelas anteriores ordens de D. Felipe I e ações de D. Francisco da Gama:

¹⁸² As mais importantes orações foram as seguintes: solenidade de chegada do vice-rei Aires de Saldanha, em 1600; início de mandato do vice-rei Martim Afonso de Castro, em 1605; oração em honra ao arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes, em 1607; orações em honra ao governador André Furtado de Mendonça (seu mandato fora de apenas três meses, no ano de 1609) e ao vice-rei D. Rui Lourenço de Távora (1609-1612), ambas em 1609 (MACHADO, 1741, p. 649).

Diogo do Couto, Eu ElRey vos envio muito saudar.

Vi vossa carta, e apontamento, que com ella me enviastes, e as cousas, de que me dais conta, tocantes à casa do Tombo, que hey por meu serviço, que haja neste Estado, que todas me parecerão bem. E conforme ao que se contem em vossos apontamentos mandey passar provisoens que hirão nestas vias, que mando ao Visorrey Aires de Saldanha, que faça cumprir inteiramente. E vos encomendo muito, que de vossa parte procureis a execução dellas, e me aviseis de todas as mais cousas que vos parecer, que devo ter informação, para nellas mandar prover, como houver por bem.

Vi as Decadas da historia da India, que me mandastes, em que me hey por muito bem fervido de vòs, e do bom modo, em que nisto procedeis, que vos encomendo vades continuando, e enviando-me tudo, que fordes fazendo para o mandar imprimir: porque de vossos serviços terey lembrança, para vos fazer a merce, que houver por bem.

Escrita em Lisboa a dez de Fevereiro de 1602.

Rey.
(COUTO, 1612, p. 183)

Na carta, também há menção à impressão das *Décadas*, cujo privilégio seria dado à Couto por meio de um alvará de março de 1602:

Diogo do Couto, guarda mór da Torre do Tombo do estado da Índia, morador em Goa, pediu privilegio para imprimir e vender a sua Obra dos feitos dos portugueses nas partes do Oriente, que lhe foi concedido, pelo tempo de vinte annos, a 22 de março de 1602. O alvará devia sair transcripto no principio de cada volume. Esta impressão, feita em Lisboa, em casa de Pedro Craesbeck, saiu com o título de Decadas da Asia.

Eu elRey faço saber ao que este alvara virem que, avendo respeito ao que na petição atras escrita diz Diogo do Couto, morador em Goa, guarda mor da Torre do Tombo do estado da India, e visto as causas que alega, ey por bem e me praz que, por tempo de vinte annos, imprimidor nem livreiro algum nem outra pessoa de qualquer qualidade que seja não possa imprimir nem vender em todos estes Reinos e senhorios, nem trazer de fora deles, o livro em que se conta os feitos que meus vassallos os portuguezes fizerão nas partes do oriente, de que na dita petição faz menção, salvo aquelles livreiros e pessoas que para isso tiverem seu poder e licença [...] o qual [Alvará] será tresladado no principio de cada livro [...].

Lisboa, 22 de março de 1602
(Torre do Tombo de Lisboa: folha 19, livro II, de *Privilegios de Filipe II*¹⁸⁴).

¹⁸³ A primeira publicação da *Década V*, impressa em 1612, por Pedro Crasbeeck (p. 15), trouxe transcrita essa carta, já que seu texto compunha o manuscrito original enviado por Couto.

¹⁸⁴ O documento foi transcrito do original diretamente por Deslandes, para a clássica obra *Documentos para a historia da typographia portugueza nos seculos XVI e XVII* (1888, p. 139).

Nos anos seguintes, a produtividade escrita de Diogo do Couto caiu muito. O lento processo para a impressão das primeiras *Décadas* enviadas pode ser uma explicação. Além disso, as mercês recebidas eram muito aquém do que ele esperava e que acreditava ser merecedor.

Como guarda-mor e cronista, seus recebimentos anuais eram de 90.000 réis, valor baixo e indigno para um funcionário de sua categoria, mas não muito diferente do que ocorria com outros cargos oficiais na Ásia. Conseguiu, após muitas solicitações, o aumento de 30.000 réis, o que não ajudou em muita coisa.

Seus pedidos por aumento de salário e melhores condições de trabalho seguiram até o fim da vida. A seguir, analisemos o teor de um requerimento seu enviado ao rei:

Dioguo do Couto chronista e guarda-mor da Torre do Tombo da India, que El Rey nosso sôr que está em gloria o encarregou dos cargos de guarda-mór da Torre do Tombo de Goa e de chronista da India com noventa mil réis de ordenado, depois V. Magestade lhe acrescentou mais trinta mil réis pelo trabalho que tem na escriptura da India.

E porque elle tem servido ha muitos annos neste negocio escrito sete volumes que tem neste Reino, que lhe tem muito trabalho e muita despeza e o ordenado he muito pouco. Pede a V. Magestade lhe faça merce de lhe acrescentar mais oitenta mil réis para serem duzentos avendo respeito ao muito trabalho que tem no negocio de que V. Magestade o encarregou de passar as certidois dos serviços dos homens em que merece mais que por tudo em que sofre aos soldados em guardar verdade e justiça e não lhe dar o que não he seu.

Asy mais quando V. Magestade emcarregou a elle suplicante este negocio das çertidois dos homens deu lhe por regimento poder levar huma tangua que são sessenta réis de cada certidão, cousa tam pouco que não basta para o papel e para os escrivais, e porque não he justo que os capitais das galés, galiois e navios paguem tanto como o soldado pobre pede a V. Magestade lhe mande passar provisão para que todo capitão lhe pague de cada certidão hum pardo para asy poder sustentar as despezas que fez neste negocio com escrivais

E. R. M.

(Torre do Tombo de Lisboa: Fl. 649 do tomo II E, da caixa I9¹⁸⁵)

Couto solicita o aumento de 80 mil réis em seu ordenado, já que além da atividade de escrita da história, a ordem real para que elabore as certidões dos serviços prestados pelos portugueses na Ásia tem-lhe desgastado muito. Além do grande volume de serviço, o cronista enfrentava conflitos no lidar com os soldados que, buscando vantagens indevidas e ganhos acima do correto, tentavam provar atividades que não haviam executado.

¹⁸⁵ O requerimento foi transcrito do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 39-41). Baião também informa que ela fora publicada no volume XI da *Revista Literária*.

Mas, os problemas continuam. Apesar de ter recebido o direito de cobrar um valor por cada certidão emitida, Couto garante que essa cifra não cobria os gastos mínimos com a própria elaboração dos documentos, ou seja, papel e o trabalho de seus secretários. Aproveita a oportunidade para delatar mais uma das injustiças sofridas pelos soldados pobres da Índia, que pagavam o mesmo valor de taxa pelas certidões que os capitães das embarcações.

Com o tempo, poucas mercês apareceriam. No livro X da Chancelaria de D. Felipe II (folha 312), consta na data de 18 de fevereiro de 1604, o cumprimento da promessa do rei para o aumento de cem pardãos de tangas aos trezentos que Couto possuía de salário anual como guarda-mór da Casa do Tombo de Goa, com os vencimentos iniciando a partir de 3 de janeiro de 1604 (BAIÃO, 1947, p. 34). Esse aumento de ordenado também é registrado pelo biógrafo Pedro José de Figueiredo “vindo a ter ao todo quatrocentos pardãos de ordenado cada anno em razão do trabalho que tivera na escriptura destas cousas da Índia, e continuava a fazer por ordem sua” (1817, p. 375).

Mesmo assim, Diogo do Couto não ficou satisfeito com o salário que recebia, continuando sem interrupção as suas lamúrias. Os melhores exemplos dessa situação são perceptíveis em cartas enviadas para D. Francisco da Gama¹⁸⁶, que já deixara o cargo de vice-rei e havia voltado ao Reino.

Segue a carta de 23 de dezembro de 1605:

[...] Mõbaça¹⁸⁷ que Pedi por meus serviços para huma sobrinha minha, porque não tenho filhos, fizeram lhe merçe a ella por Respeitos dos serviços de seu Pai como V. S. sabe. Agora polos meus peço de novo outros tres annos de mõbaça para casamentos de outra sobrinha e de trezentos xerafins de tença para minha molher por minha morte porque não fique desemperada cõ todo esta família porque Rezão he que as merçes de Sua Magestade luzão em mi e em minhas cousas já depois de eu morto. O padre deve de solicitar isto cõ todos mas se elle for morto porque elle hé velho, fiquo desobrigado e sem quem me possa valler senão V. S. [...].

Solicita ajuda ao Conde para o casamento de uma segunda sobrinha, além da pensão de 300 xerafins para a sua esposa, para que não ficasse desamparada em sua breve viuvez. O

¹⁸⁶ Nossa fonte principal para os textos completos de três importantes cartas do cronista para o Conde da Vidigueira, além de outros documentos trabalhados, fora a importante introdução escrita por António Baião para a edição de 1947 das *Décadas da Ásia de Diogo do Couto*, publicada pela Coleção Clássicos Sá da Costa. No rodapé da página 35, Baião nos conta o seguinte: “adiante, pelo seu alto valôr histórico e serem quasi desconhecidas publicamos as três cartas de Couto, copiadas dos próprios originais, hoje na Torre do Tombo. Já na página 54, afirma que elas também haviam sido publicadas pela *Revista Literária do Porto*, em 1843, mas de forma muito deficiente.

¹⁸⁷ É um tipo de valor financeiro a ser investido no pagamento do dote de um casamento.

cronista fica preocupado, pois acha que as mercês do rei para ele podem chegar apenas após a sua morte, cenário ainda mais difícil por ser o seu cunhado [Frei Adeodato da Trindade] já idoso e próximo da morte, talvez não conseguindo defender os seus interesses junto ao rei, tornando-se ainda mais necessária a atuação do Conde.

[...] Estou envergonhado cõ os homens da pouca conta que neste Rino sentem cõ minhas cousas, porque quãdo espero por mil Pardaos de ordenado então me respõdem com cem, que se não dão senão a huma viuva muito Pobre, tendo eu Cartas de Sua magestade e de todos os do seu conselho de muita satisfação de minhas cousas. E vejo tresentos homens que não servem sua magestade e coisas tão inportâtes como eu o faço, e só por huma sertidão dos contos lhe dão tâtos abitos e tâtas tenças e tâtos alvaras de fidalgos, não vendo eu na fazenda del Rey nenhuma cressenças se não de tudo migoãtes, ou me a mim me andem fazer Merce, ou eu não eide servir e largar tudo e meterme num canto onde ninguém me veja [...].

(Torre do Tombo: Caixa 15, III¹⁸⁸)

Fica envergonhado e indignado com o aumento salarial que obteve, irrisório perto dos mil pardaos que esperava, já que conta com cartas enviadas pelo rei e seus conselheiros de muita satisfação pelos seus serviços. Percebemos também um forte sentimento de revolta, ao ver tantas pessoas, que não exerciam trabalhos importantes como o dele, receberem premiações e benefícios. E ameaça: se não for minimamente atendido, largará todo o seu trabalho e se esconderá em um canto qualquer.

Suas narrativas se agravariam na carta de 16 de dezembro de 1607. Cansado pelo excesso de trabalho, sentindo o peso de seus sessenta e quatro anos, castigado pelo clima depressivo do Oriente e baixo salário, afirma:

A Primeira Cousa que tive desse Reino por estas naos de Dom Jeronimo Coutinho forão cartas de V. S. e Inda primeiro que as do meu cunhado frei Adeodato, que foi pera mim merçe mui aventajada; assy, por ver a lembrança que V. S. tem de me faser merçe como o que por ellas soube as novas do padre que inda as não tinha e serto que me não consolou pouco nisto, entre tanto desgosto quanto tenho, em ver o descudo que nesse Reyno ha, com hum homem como eu; que serve a Sua Magestade e a todos os homens engeral contanto trabalho, zello, e amor porque, depois que sua Magestade me encarregou de todas estas cousas em que sirvo, não tenho ate oje mais melhoramento que de trinta mil reis de ordenado, cousa que se não dã nem a hum escrivão dos contos. E serto que não sei mor protento ou sinal de tudo de hir acabando que ver o descudo que se aja com um homem que esta com huma pena na mão escrevendo dos homens que en todas as nações do mundo sempre se acostumarão honrrar, e favorecer mas consolome, que pois a India padesse

¹⁸⁸ A carta foi transcrita do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 61-62).

tantos naufragios e trebulações, que he justo que o seu chronista corra com ella huma mesma furtuna [...].

Aponta um tremendo desgosto em sua fase final de vida. A enorme dedicação ao trabalho, sua vida honesta, a defesa da Índia lhe parece que não serviram de nada. Se sente desamparado pelos do Reino, apesar de seu trabalho sempre eficiente e leal, com um salário miserável, algo nunca imaginado para escritores de outras nações. Em seguida, faz uma associação triste entre sua vida e os naufrágios e tribulações pelos quais passava o Estado da Índia. Continuando:

[...] Não sei o que o padre me escreve porque me dis que as minhas pitições forão Respondidas e que os de tribunal da Índia lhe disserão que bem, não sei quando este bem vira, porque sou de sessenta e quatro annos, e quando me derem alguã cousa sera a tempo que seja enterrado em são Francisco sobre as sinzas dos meus livros e papeis e lembranças que hei de mandar queimar antes que morra, porque se não logre outrem de favor de meus trabalhos e lhe fação a elles as merçes que me amim negarão [...].

Quando seus benefícios chegarem, acredita que já estará morto sobre seus escritos, por ele destruídos para que nenhum espertalhão se beneficie de seus esforços, recebendo mercês que sempre lhes foram negadas.

[...] Eu não peço a Sua Magestade que me faça fidalgo nem que me dê habito de Christo porque o mundo está tam cheo delles que inda hei de ser conhecido como homem que não tem abito; peço que me mande casar huma subrinha, que crio por filha e que me dê tresentos Xerafins de tença por minha morte para minha molher e outras cousas poucas, [...] se o mundo e os homêms não andarem tam esquecidos de mim [...].

Deixa claro que não deseja títulos de nobreza, afirmando que o mundo já está cheio deles, querendo ser lembrado de forma diferente. Retoma seus pedidos de ajuda no casamento da sobrinha e de pensão para a esposa, algo que ainda não lhe havia sido consentido, apesar dos pedidos anteriores.

[...] para dar a V. S. conta do que porqua vai he necessario faser huma decada de novo, e são as cousas tais que me tem embaraçado o entendimento porque vejo perder tudo amingoa por falta de tudo. E o que pior he que do animo e do conçelho, porque, asy andamos tam acovardados por nossos pecados, como andava Caim, depois que matou seu irmão Abel, que, toda a parte que hia se lhe representava a morte em castiguo de seus pecados.

(Torre do Tombo, caixa I9 – Tomo II, E – p. 381¹⁸⁹)

Não entrando em detalhes, afirma que para narrar todos os problemas que acometem a Índia seria necessário a escrita de uma nova *Década*. O Estado da Índia naufragava pela falta de tudo, momento em que a covardia dos portugueses se avolumava perante os seus pecados.

A próxima carta enviada para D. Francisco da Gama, datada da última oitava de Natal do ano de 1608, talvez seja a mais importante de todas. Além de revelar inúmeras notícias valiosas acerca da atual política do império naqueles tempos, volta a apontar as muitas dificuldades enfrentadas por Couto em seu trabalho e vida:

[...] Eu vou continuando com muito desgosto meu com a historia, prosigo pello tempo de Mathias d'Albuquerque adiante, se viver hirei chegando ao de V. S. çedo, para o que tenho todos os materiais juntos / na novena decada que entra com Dom Antão de Noronha tenho postas as mãos, e facilmente acabava, porque tenho tudo de Casa, se tivera hum pequeno de gosto asi delaa como dequaa estou pasmado como não ha hum fidalgo nesse Reinno que persuada e grite aos ministros, ha me faserem alguã honrra, so por me levãtarem o spu [espírito] / e sertefico V. S., e por esta por mi assinada como por escrita de muita obrigação, que se me não faserem hôrras, que ninguem se hade lograr de meus papeis porque antes da ora de minha morte os eide mandar queimar diante de mi, como tudo ja tenho escrito a V. S. outra ves / e segurolhe que não a ja outro Diogo do Couto que torne a Renovar a historia, porque não sei se a minha facilidade e prestesa me fes nojo [...].

Novamente, presta conta sobre em que pé está seu trabalho na escrita da história. Diferente do que narra em outras cartas, afirma que possui farto material em mãos para finalizar tanto a nona *Década* como também a décima segunda, que trataria justamente dos tempos de D. Francisco da Gama, esperando ter vida e tempo para a fazer.

Mas, continua pasmo em não haver um fidalgo no Reino que convença os ministros a lhe fazerem alguma honra. Deseja apenas ter seu espírito um pouco alevantado, ameaçando novamente, se nada receber, incendiar toda a sua produção escrita antes da morte. Além disso, assegura que lá na Índia não existiria um substituto para ele.

[...] para onde não sei se o padre se descudou, o que muito sinti, e muito mais não me escrever V. S. se se me tem Respondido a meus negocios, nem se se trata de impreção dos meus livros, que he cousa em que eu tenho mais os olhos que tudo, porque se isto ouver de ficar asi em esquecimento, não tenha para que me cansar, nem pa que lâ mandar meus livros plo que me fara merçê

¹⁸⁹ A carta foi transcrita do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 69-73).

muito grãde tratar isto cõ o padre meu cunhado, e dar calor a estas cousas plo quinhão que V. S. nella tem [...].

Continua se lamentando em não ter notícias de seu cunhado. O que mais lhe preocupa é sobre a impressão de suas obras, pedindo que o Conde interfira no caso, já que isso também é de seu interesse.

[...] Eu cudo, porque me vou polla Resão, que deve V. S. de estar nesse tribunal [Conselho da Índia], lugar em que pode executar o gosto que sempre mostrou de me fazer merçe. Por isso não se diminuâ agora, pois em mym sempre cresce cada ves mais o desejo de o servir as cousas que pedi em minhas pitiçoins, perque esperava Resposta nesta última Armada.

São estes tresentos pardaos de tença para minha molher por minha morte, provisão para poder testar do Cargo descripção dalfandega de Dio que tenho e que a peço em que o testar entre nelle no mesmo tempo em que me foi feita a merçe sem embargo de todas que ja servi, porque a prouvisão, perque me fiserão esta merçe não Resalva / Alvara para os soldados me poderem comprar os meus livros em seu soldo e que me paguem nalfandega nas fasendas que eu apresentar, porque asi andarão espalhados polas fustas das armadas, e moverão aos homens aos himitar, e eu poder ajuntar dinheiro para emprêção dos livros / porque não se vendendo, mal posso eu imprimir os mais. E confeço a V. S. que de tresentos volumes que o padre me mandou, não vendy mais que trinta, e dei mais de corenta, e o que hê mais gracioso, que mandei aos capitães das fortalezas cada hum seu presente, e ao Arcebispo e V. Rey, e nenhum delles me mandou huma caixa de mermalada, digo isto para que veja quão ruim hê este ofício neste tempo [...].

Couto lembra que o Conde, por participar do Conselho da Índia, tem condições de lhe garantir mercês, pedindo que isso não diminua, pois nele aumenta sempre o desejo de lhe servir. Importante apontar, tal como sugerido no trecho anterior, que a escrita da *Década XII* seria de interesse para os dois. O fato era que Couto prometia ao Conde valorizar bem os seus feitos durante os tempos em que fora vice-rei do Estado da Índia. Como visto, D. Francisco da Gama não executou ações significativas e encontrou sérias animosidades em sua gestão. Assim, ambos teriam muito a ganhar com essa relação, que superava a amizade por conta do gosto pessoal que ambos tinham pelos estudos de História. Ao Conde lhe caberia um lugar mais honrado nas *Décadas*. A Couto ficariam mercês mais dignas e reconhecimento de suas atividades, o que a autoridade e a influência de D. Francisco da Gama poderiam lhe proporcionar.

Será que, neste caso, o cronista fazia o mesmo que criticava em relação aos outros portugueses? Mesmo sendo justos os seus pedidos de melhorias de salário e condições de trabalho, Couto tentava tirar proveito pessoal a partir do seu cargo? Ao mesmo tempo, ele ia contra algo comum naqueles tempos, que era o fato dos cargos de autoridade e importância no

Estado da Índia não receberem boas remunerações. Isso, inclusive, como já abordado, era uma das razões para que muitas autoridades se corrompessem ou se dedicassem às atividades particulares de comércio, que rendiam vantajosas riquezas.

Dando continuidade à interpretação do documento, o cronista aproveita o espaço para perguntar acerca de pedidos que fizera e que não chegaram as respostas na última armada. Entre esses, retoma o de pensão para a sua esposa, mas não trata mais do caso da sobrinha, que talvez já tivesse sido atendido ou mesmo desistido.

Solicita a provisão para iniciar suas atividades de escrivão da alfândega de Diu e, o que é muito curioso, pede um alvará que ordene os soldados a comprarem seus livros com o soldo recebido. O objetivo era que suas obras andassem entre os militares a lhes influenciar com os vários exemplos dos heróis antigos, promovendo neles a vontade de imitá-los e, assim, se resolverem vários dos problemas que ameaçam a presença portuguesa no Oriente. Além disso, com esses recursos o cronista poderia investir na impressão de mais *Décadas*, pois as vendas estavam muito baixas e o reconhecimento dela era insuficiente. O exemplo do que ocorreu com os trezentos exemplares que recebera, prova o tanto que o ofício de cronista era desconsiderado em seu contexto.

[...] Muitas veses lembrei a S. Magestade a importãcia desta torre do tombo, porque se senão for aqueitando, tornar se a aperder tudo, como tem feito o atrasado, porque senão fas o que Sua Magestade manda nem se entregão os papeis e livros neçessarios, nem a Casa que fizerão he desente para nada, e tão desauthorisada que tenho vergonha de entrar nella, pera o que lhe pedia mandasse por sua provisão que se comprassem no terreiro do paço ou perto delle humas Casas acomodadas para este negocio, e eu tambem poder pousar nelas, porque sou velho e não hey dir a vir a torre do tombo / pera o que peço a V. S. me faça nisto merçe porque sera gasalharne e quietarme.

Qua tenho huma Carta do gardamor¹⁹⁰ da torre do tombo desse Reinno, em que me diz que Sua magestade o fiserá do seu concelho, como sempre o forão os que servirão o dito Cargo. E como Sua Magestade na provisão que passou diz que sirva com a mesma ordem e Regimento logo me fica direito para o mesmo negocio com sua Magestade, para me faser tambem do seu concelho como elles, e mais sendo eu Choronista delle que os guardamores dessa torre do tombo não são pelo que peço a V. S. trate este negocio e trabalha de me honrar para asy ficarem os meus livros mais acreditados com este titollo do Concelho de Sua Magestade porque qua se mandou alguns bachareis que não naçerão melhor que eu nem servem a elrei melhor que eu nem em mais cousas nem mais importãtes [...].

¹⁹⁰ O guarda-mór a quem Couto cita foi o cronista Francisco de Andrade que, em 24 de julho de 1599, foi nomeado cronista-mór, fidalgo da casa d'El Rei, superintendente da Torre do Tombo de Lisboa e do conselho d'El Rei. Mas, é importante salientar que o cargo de guarda-mór da Torre do Tombo não era diretamente ligado ao de conselheiro. Além disso, ao longo dos séculos XV e XVI, alguns guarda-móres também foram cronistas-móres, sendo exemplos Fernão Lopes de Castanheda, Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina e Damião de Goes.

Reafirma sua preocupação com o cumprimento efetivo das atribuições da Torre do Tombo, já que ainda não é possível atender as determinações reais por conta do não recebimento dos documentos necessários. Soma-se a isso o fato de a estrutura física ser insuficiente para a boa realização de seu trabalho.

Solicita sua equiparação com o colega guarda-mór da Torre do Tombo do Reino, que fora alevantando para o Conselho de sua majestade. Sente-se no direito à mesma promoção, algo que valorizaria suas *Décadas*.

[...] Não tive tempo nem papel para treladar o livro que mando a V. S. e assim vai em borrão e não sei se a tornarei a juntar outra ves os papeis para reformar outros que me hade dar trabalho mas de tudo ma Risquei por servir a V. S.

Ao Conde Almirante D. Francisco da Gama

608

De Diogo do Couto

(Torre do Tombo, C. 19, Tomo 2º E, p. 651¹⁹¹).

Despede-se lembrando ao Conde que não se esqueça de seus pedidos, aproveitando o momento para se desculpar pelo envio de um livro ainda em borrão, já que não tinha (e acredita que não terá) papel para fazer a transcrição de forma correta.

Já com mais de 70 anos de idade e sofrendo de enfermidades, Couto provavelmente se dedicava à redação de suas *Décadas VIII e IX*, entre os anos de 1613 e 1615, quando esses dois volumes lhe foram roubados. Esse triste episódio por ele é narrado em parte da carta enviada ao rei D. Filipe II, de 28 de janeiro de 1616:

Ao muito catholico, e muito poderoso monarca das Hespanhas D. Filippe Rey de Portugal o segundo do nome nosso senhor.

Aquella cruel, e deshumana harpia da inveja, muito Catholico, Poderoso Monarca, e Senhor nosso, he tão antiga, e tão levantada, que em Deos nosso senhor creando os Anjos, logo entra pela Gloria, e destroe aquella soberana Monarquia, com lher meter em cabeça, que podiam ser semelhantes ao Altissimo, com que do mais alto fez dar com elles, no mais baixo do Inferno; e depois que no Ceo não teve que fazer, desceo á terra: e tanto que Deos nosso Senhor formou os homens, entre os primeiros dous que havia se mette cruel embaidora, e faz com que Caim mate seu irmão Abel; e assim como foram crescendo as gerações, assim foi ella fazendo seus estragos; porque em se

¹⁹¹ A carta foi transcrita do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 83-88).

alevantando a primeira Monarquia, que foram os Assyrios, logo trabalhou de a derrubar, até que o fez; e succedendo a segunda dos Medos, e Persas, foi entrando por ella até a desbaratar; e crescendo a dos Gregos, ella a derrubou em pouco tempo; e depois de se levantar dos Romanos, não consentiu que permanecesse, porque logo a consumio, e assim foi subindo hunos, e alevantando outros, e jogando a choca (como lá dizem) com os Senhorios, Estados, e Reinos, em que sempre fez seu officio; e assim como começou no mais alto estado, que foi o do Ceo, assim desceo ao mais baixo da terra, tanto, que veio a entender comigo, que não pode ser maior desproposito; porque vendo ella as mercês que V. Magestada me faz a mim, e a todos os Portuguezes em mandar imprimir as minhas Decadas da Historia da India, que eu com tanto trabalho, e gosto compuz por mandato do muito Catholico, e Prudente Rey D. Filippe nosso Pai, e pelo de V. M Magestada, que muitos annos viva; e que andava tão acreditada pelo Mundo, onde se tratava traduzirem-se em Francez, e Alemão, o que me faz alevantar tanto o animo que em breves tempos acabei a outava, a novena Decadas, que já o anno passado pertendia mandar a V. M Magestada. Mas esta destroidora de tudo cruel, e inhumana inveja parece que se metteo em algum peito diabolico, e dá ordem com que me furem estes dous volumes, havendo que isto fez que como eu era velho, e por razão da natureza não podia viver muito, e imprimirem-na em nome de quem quer que fosse, e ficarem-se logrando do meu trabalho, e suor [...].

Couto desabafa sobre os problemas que a inveja provoca nos homens e que levaram duas de suas obras a serem roubadas. Inicia tratando da origem da própria inveja, que teria começado entre os anjos no céu e depois descido para a Terra, entre os primeiros homens. Por mais uma vez, algo constante em seus escritos, usa como exemplo o caso bíblico do assassinato de Abel por seu irmão Caim, passando depois para todos os reinos e impérios que surgiram.

Bem diferente do discurso usado com o Conde, que é de lamentações e desgosto com sua vida provocado pela falta de mercês e por todas as contrariedades sentidas pelos desmandos na Índia por parte dos portugueses, ao tratar com o rei o cronista é cheio de agradecimentos e afirma ser muito feliz com todo o trabalho dedicado à escrita de suas *Décadas*. Porém, tais mercês dadas pelo rei ao cronista, como a impressão de sua História que já andam acreditadas pelo mundo, com traduções em França e Alemanha, fez com que a inveja sobre ele agisse, aproveitando de sua velhice para, posteriormente, assinarem as ditas obras e lograrem toda a fama.

Aqui, vale a pena uma pequena pausa na análise de sua trajetória de vida para se abordar um pouco sobre as diferentes posições de escrita que Diogo do Couto assume. Em sua volumosa produção, é perceptível um tom cada vez mais agressivo, de revolta e denunciador dos problemas no Estado da Índia mais ao fim de sua vida. Vê-se isso nas cartas, mas também ao se comparar o tom dos textos das primeiras *Décadas* produzidas com as últimas, ou ao se colocar frente a frente a redação do primeiro e do segundo *Soldado Prático*.

Como visto, Couto possui discursos totalmente diferentes com o rei e com D. Francisco da Gama, demonstrando a pluralidade dos mundos da identidade socialmente determinada que podia assumir. Se forem analisados apenas os documentos oficiais e mais relevantes, como a redação das *Décadas* ou suas missivas com os reis, se teria uma limitada visão acerca dos concretos desafios que enfrentava, promovendo um grave afastamento do que lhe era íntimo.

Em seus *Soldados Práticos* e nas cartas com o Conde, além de recortes dentro de várias *Décadas*, é possível identificar uma lógica de confidências só possíveis em espaços mais protegidos, mesmo porque nenhuma vida é uma série única e sucessiva de acontecimentos. Daí a necessidade de se compreender a superfície social em que vivia, o que possibilita o entendimento do conjunto das posições simultaneamente ocupadas pelo cronista (BOURDIEU, 2006, p. 187-190).

Ao mesmo tempo, quando Diogo do Couto se dedica às denúncias de tudo de errado que há na Índia, mesmo sendo um escritor oficial, ele se utiliza de uma posição singular que é possível dentro do contexto histórico em que vive. Seu sistema social o justifica e o possibilita. Isso, pois, apesar das regras existentes dentro de um sistema normativo, em todos eles há espaço para a possibilidade de escolha consciente, de questionamento e negociação (LEVI, 2006, p. 176-180). Tanto é que Diogo do Couto trabalhava, vivia e atuava na contramão dos problemas que relatava, ao mesmo tempo que se utiliza desse próprio sistema que criticava para tentar receber o que acreditava ser justo.

Voltando à missiva enviada ao rei D. Filipe II, de 28 de janeiro de 1616:

[...] Mas Deos nosso Senhor, Author de todos os bens, que não consente hum tão manifesto roubo, quis que me ficassem alguns fragmentos, e lembranças, das quaes com o que me ficou na memoria das cousas que vi, que aquellas duas Decadas contém, o tempo de D. Antão de Noronha, de D. Luiz de Ataíde, de D. Antonio de Noronha, de Antonio Moniz Barreto, de D. Diogo de Menezes, e segunda vez do Conde D. Luiz de Ataíde, em que eu militei neste Estado, estava presente nas mais das cousas, em que me achei. Permittio Deos nosso Senhor encaminhar-me de feição, que tornei a recopilar estas duas Decadas a modo de Epilogo, em que resumí as cousas mais notaveis, e substanciaes que succedêram, e fiquei assim supprindo o melhor que pude o furto que me fizeram; e quando alguma hora apparecerem, logo se conhecerão assim pelo meu estilo, como pela materia [...].

(COUTO, 1786, p. 1-5¹⁹²)

¹⁹² A citada carta consta na parte introdutória da edição de 1786 da *Década VIII*, da Regia Officina Typografica de Lisboa, já que seu texto compunha o manuscrito original enviado por Couto da Índia.

Mas, com a ajuda de Deus, conseguiu refazer as obras roubadas em forma de epílogo, auxiliado pela posse de algumas anotações, de seus estudos e da narrativa de suas memórias e de vivências como soldado, destacando-se os tempos do segundo governo de D. Luiz de Ataíde.

3.6- A trajetória de suas primeiras obras e a continuidade da escrita da *História da Ásia*, iniciada por João de Barros:

Entre os historiadores coutianos, é unanimidade a percepção de que ele teve contato com estudos clássicos em seus primeiros anos de vida, continuando esses estudos de maneira individual ao longo de todo o tempo que esteve na Ásia, tendo acesso a obras e manuscritos dos mais variados. Sendo um homem de muita leitura e erudição, é explicável a grande extensão e variedade de temas tratados em suas obras.

Nos tempos de seus estudos no Convento de São Domingos de Benfica, tendo como professor o Frei Bartolomeu dos Mártires, Couto se tornou um grande conhecedor das Matemáticas e da Geografia, dominando bem o latim e o italiano, línguas em que chegou a compor alguns poemas. Na língua vulgar, também teria composto obras líricas e pastoris de particular beleza, das quais organizou um grande tomo de elegias, écloas¹⁹³, sonetos, trovas e canções. Porém, só temos notícia da existência dessa grande produção literária por meio de Serafim de Faria, que afirmava a possuir em sua biblioteca pessoal (1624, p. 150-151).

Acredita-se que entre 1565 e 1569, o jovem, porém já experiente militar, teria dedicado suas horas livres, ocorridas entre estadias em diferentes possessões portuguesas asiáticas, para a redação¹⁹⁴ de seu primeiro *Soldado Prático (Observações sobre as principaes causas da decadencia dos portuguezes na Asia escritas por Diogo do Couto em forma de dialogo com o titulo de Soldado Pratico)* (MARTINS, 1985, p. 29-30). Trata-se de um diálogo doutrinário entre um soldado experiente que voltava do Oriente e um vice-rei recém nomeado. O soldado denuncia as complicadas situações administrativas do longínquo império, apontando os problemas políticos, econômicos e militares que o novo governante teria que enfrentar, sempre

¹⁹³ Écloga é um tipo de poema cuja trama se desenvolve na natureza, geralmente apresentando um monólogo ou diálogos de pastores. Pode ser representado no formato de peça teatral.

¹⁹⁴ Existe outra interpretação na historiografia sobre a data correta da produção dessa obra, apesar de que isso não interfere no fato de Couto ter sido o primeiro escritor arbitrista em Portugal. Para Nuno Vila-Santa, a redação teria ocorrido entre 1564 e 1565, isto é, no início do governo de D. Antão de Noronha (2019, p. 200). Isso seria justificado pelos seguintes dados perceptíveis na obra: o soldado narrar que presenciou o primeiro ano do mandato de D. Antão (1564-1568), os acontecimentos históricos que lá transcorrem se dão dentro do período do vice-reinado deste governador, além do fato de, quando o soldado conta sobre a conquista de Ceilão (Sri Lanka), não citar o abandono de Kotte (importante cidade de Ceilão), que foi determinado por D. Antão, no ano de 1565.

dando conselhos sobre como resolver tais desafios. O objetivo de Couto seria o de chamar a atenção e a proteção do rei, mostrando-se como alguém preocupado com os rumos do poder luso no Oriente e se colocando à disposição para ajudar.

Vê-se uma interessante menção à esta obra na *Década IV*. Ao tratar dos regimentos das fortalezas lusas no Oriente, que oprimiam seus capitães e empobreciam os moradores portugueses, conta que:

Rey de vassallos pobres não pode ser rico, e as perdas que estes desejosos de enriquecer o Rey lhe encobrem, debaixo de hum pequeno de dourado, he como pirola dourada, que se o Rey a mastigar forçosamente, lhe ha de amargar, e como Catholico, e Christão ha de sentir as perdas de seus vassallos: essas perdas e cresenças nós alguma hora apontaremos se nos cair a pelo, posto que muito claramente o temos já feito em nosso *Diálogo do soldado práctico* (Década IV, L. VIII, Cap. I, p. 215-216).

Mas, o fato é que o manuscrito desse diálogo se perdeu, não se sabendo se o cronista realmente chegou a apresentá-lo para D. Sebastião (1554-1578). Seu principal biógrafo, Manoel Serafim de Faria, afirma que cópias teriam sido feitas sem o conhecimento de Couto, fazendo muito sucesso entre pessoas do Reino:

Porém, antes de aperfeiçoar esta obra lhe foi furtado o original dela e, sem mais o poder haver às mãos, chegou a êste reino sem nome do autor, onde se trasladaram algumas cópias, que foram tidas em grande estima dos que as puderam haver. Sendo disto advertido no ano de 1610 por um amigo seu, tornou a reformar esta obra ou quási fazê-la de novo. Esta obra dedicou ao marquês de Alenquer e o original está na livraria de Manuel Severim de Faria, chantre de Évora, a quem êle a mandou. (FARIA, 1624, p. 155-156).

Apenas em 1610, ao ser avisado que cópias manuscritas de sua obra circulavam e faziam sucesso no Reino, Couto se viu obrigado a reescrevê-la. Porém, a nova versão se tornaria uma obra de natureza muito diferente, com estrutura e conteúdos novos, além de mais complexa e menos otimista. Nela, Couto trabalhou com três personagens: o “soldado velho” de 60 anos que voltava da Índia para tratar de seus requerimentos, o secretário do rei e o fidalgo, que havia sido governador da Índia. Agora, o soldado passa a ocupar um papel central, com o secretário e o fidalgo ficando em posição secundária. Muito mais erudito, o texto também expressa melhor as experiências dos negócios da Índia, as amarguras pessoais e a visão da eminente decadência portuguesa no Oriente, um fator de grande tristeza e desespero que a primeira versão não transmite.

Diogo do Couto aponta os problemas e seus pormenores, se respaldando pelo profundo conhecimento do homem que vivenciara as coisas da Índia. Mas, não para por aí: ele denuncia os responsáveis diretos pela decadência do Império, o que inclui o próprio rei. Suas denúncias, de certa forma, aparecem em toda a sua produção. Sua própria visão da História traz essa característica. Na *Década IV*, ao tratar da trajetória de Fernão Lopes de Castanheda¹⁹⁵, também cronista dos feitos da Índia, afirma:

Êste homem andou na Índia quási dez anos, correndo a mór parte dela, até chegar a Maluco, escrevendo as cousas daquele tempo mui diligentemente, que recopilou em dez livros, acabando o seu décimo com o governador D. João de Castro. Êste volume nos disseram algúas pessoas dignas de fé que el-rei D. João mandara recolher a requerimento de alguns fidalgos, porque falava nêle verdades. A êstes e a outros riscos se põem os escritores que as escrevem, enquanto vivem os homens de que o fazem; e por isso com menor receio escrevemos as cousas passadas (como el-rei nos mandou) que as presentes, que também temos escrito; e assi em umas como em outras nem por respeitos nem por temor deixaremos de as falar. E, posto que também em algum tempo se mande recolher algum volume dos nossos, outro virá em que se elas manifestem (Década IV. L. V, Cap. I, p. 330).

Tal como ele, Castanheda conhecia o Oriente, tendo propriedade para tratar desse tema. Ao apontar problemas em seu décimo volume e, assim, contrariar alguns fidalgos, teve sua produção censurada por ordem real. Consequentemente, Couto denuncia o grave risco de se escrever enquanto os personagens ainda estão vivos, tendo ciência que sua escrita também pode sofrer perseguição, apesar de que outras obras sempre surgirão, com a verdade sendo revelada pela História.

Em meio à sua viagem de volta ao Reino, em 1569, ao invernar em Moçambique, recebeu do amigo Luís de Camões a tarefa de escrever o *Comentário Histórico de Os Lusíadas*.

Segundo Serafim de Faria, Couto:

[...] tomou seu parecer em alguns lugares das suas Luziadas, e a seu rogo commentou este seu heroico Poema, chegando com os commentarios até o quinto Canto, o qual não acabou de todo por outros impedimentos que lhe occorrerão, porém nem por isso deixão de ser muito estimados estes seus fragmentos, & em poder de D. Fernando de Castro, conego de Évora está o

¹⁹⁵ Estudou no Convento de São Domingos de Lisboa durante sua juventude. Foi para Goa em 1528, acompanhando seu pai que havia sido nomeado ao cargo de ouvidor. Durante dez anos circulou por várias regiões asiáticas, fazendo contatos e tomando conhecimentos sobre as culturas locais, sobre os negócios portugueses e tendo acesso à inúmeras documentações oficiais. Isso formaria sua rede de fontes e informações para a construção da primeira crônica dos sucessos portugueses na Ásia: *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* (1551-1561).

Volume original delles, que foi de seu Tio D. Fernando de Castro Pereira, a quem Diogo de Couto o enviou por ser particular amigo seu (1624, p. 151).

Apesar do biógrafo garantir a existência do manuscrito, ele ainda se encontra desaparecido. Outra dúvida que permanece é acerca dos motivos que levariam Couto a não concluir esse importante texto. Segundo ele mesmo, a obra seria grande e exigiria muito trabalho, necessitando de longos anos para terminá-la:

[já havia gasto] mais de sinco mãos de papel, por conta de ser o comento muito copioso, porque pera se fazer bem era necessário declarar tudo o que Vasco da Gama contou ao rey de Melinde da origem de Portugal e de seus reys e tudo o que aquella ninfa lhe mostrou na ilha de Santa Elena dos vissoresys que avião de governar a India e todos os seus feitos (Década VIII, Cap. XXVIII, p. 235).

É possível acreditar que esse encontro marcaria profundamente a vida e a obra de Couto. Percebe-se que os amigos compartilhavam o mesmo sonho e a mesma frustração: o estudo dos clássicos lhes faziam pensar grande e sonhar com uma república de homens sábios e corretos. Agora, ao ver o poeta em situação vexatória, o cronista devia ter aumentado o desgosto com os portugueses de seu tempo.

Sua primeira produção relativa à história da presença portuguesa no Oriente abarcaria os anos a partir do início do mandato de D. Filipe I (1581-1598), escrita entre 1589 e 1593. Esse material viria a compor sua *Década X*, contemplando os anos entre 1581 e 1591. Mas, como visto anteriormente, seguindo solicitação desse monarca, Couto assumiu muito mais do que esperava. Entre suas novas atribuições continuaria as *Décadas da História dos Portugueses na Ásia* a partir do ano de 1526, data em que se encerrou os assuntos tratados pela *Década III* de João de Barros (1496-1570), publicada em Lisboa, no ano de 1563.

Entretanto, essa situação que o levou a ser o continuador da obra do grande João de Barros não foi simples, já que envolve o nome de um dos maiores escritores lusos, sempre lembrado não apenas como o principal mestre da língua portuguesa, mas também como um grande cronista. Sua vida fora de muitas atividades e produções, com essa importância refletindo-se nas disputas travadas pela continuidade de sua *História da Ásia*.

Tal como ocorreu com Couto, o biógrafo mais importante de João de Barros fora também Manuel Serafim de Faria, cujo trabalho foi publicado em seu *Discursos vários políticos* (1624),

na edição de 1742 da *Chronica do Imperador Clarimundo* e na edição das *Décadas* de 1778, no volume de índice.

A origem de João de Barros ainda é misteriosa. Seria filho bastardo do nobre Lopo de Barros (1423-1480), fidalgo da Casa Real, corregedor e juiz, além de ter conseguido fama quando fora capitão de quatro navios na tomada de Arzila, em 24 de agosto de 1471. É desconhecida a identidade de sua mãe, que faleceu no parto. Especula-se como local de seu nascimento Viseu, Pombal, Braga ou Vila Real, no ano de 1496.

Por conta da influência de seu pai, iniciou jovem o serviço no palácio de D. Manuel I. Em sua corte aprendeu as humanidades, tornando-se guarda-roupa do então Infante D. João, futuro rei D. João III.

Ao assumir a coroa, D. João III despachou vários de seus criados para as colônias, sendo um dos primeiros João de Barros, que partiu para a Capitania de São Jorge da Mina, na costa ocidental africana, nas funções de tesoureiro e feitor, em 1552, época em que ainda não era a fonte de tanta riqueza pela qual ficaria afamada.

Retornou para o Reino em 1525, trabalhando em Lisboa até 1528 como tesoureiro da Casa da Índia, depois da Casa da Mina e por fim da Casa de Ceuta, importantes armazéns e entrepostos por onde chegavam as incalculáveis riquezas do império.

Em 1530, afastou-se de Lisboa por conta da peste. Acabou por permanecer mais tempo na sua quinta em Pombal, chamada Ribeira de Alitem, devido aos efeitos catastróficos sofridos por Lisboa como consequência do grande terremoto de 26 de janeiro de 1531.

Retornaria às atividades na capital a partir de 23 de dezembro de 1533, quando foi nomeado feitor das Casas de Guiné e Índias. Poucos registros sobraram dessa sua atividade, com a maioria dos documentos sendo destruídos em consequência do terremoto e incêndio de 1755.

Em 8 de março de 1535, D. João III lhe doou, junto com Ayres da Cunha e Álvares de Andrade, duas capitanias no Brasil. Para lá partiu em uma grande armada, com a presença de mais de 900 homens. Essa empreitada lhe proporcionaria enormes dificuldades, consumindo muito de sua fazenda. Mesmo assim, em 1556, enviou para lá dois de seus filhos com o objetivo de povoar a região. Mas, as lutas contra os franceses e os gentios provocaram novo fracasso.

Faleceu em 21 de outubro de 1570, provavelmente entravado e sem falar, deixando uma vasta produção¹⁹⁶. Se destaca, além de sua obra de história composta pelas três primeiras

¹⁹⁶ Várias obras, em especial de cunho moral, foram escritas por João de Barros com o intuito de facilitar o ensino e aprendizagem da língua portuguesa. Exemplos importantes são: *Rhopicapneuma* ou *Mercadoria Espiritual* (1532) – esse diálogo moral foi inserido no index da Inquisição –, *Cartinha com os preceitos e mandamos da Santa Madre Igreja* (1539), *Diálogo sobre Preceitos Morais* (1540), *Diálogo da Viciosa Vergonha* (1540) e o *Diálogo Evangélico sobre os Artigos da Fé* (1543). De grande importância cultural também

Décadas da História Ásia (escritas entre 1552 e 1563), sua *Grammatica da Língua Portuguesa*, de 1540. Ela normatizou o português falado da época, sendo uma produção de cunho didático. Barros era um crítico dos pedagogos que ainda insistiam no uso dos feitos judiciais no ensino de leitura das crianças, defendendo o aprendizado por meio da letra redonda, tendo como base a língua materna e não a latina.

No prólogo das *Décadas*, dedicado a D. João III, relata que fora D. Manuel I, após ficar contente com a sua *Crónica do Imperador Clarimundo*, que o convidara a escrever as coisas do Oriente, já que antes não encontrara outra pessoa capaz de o fazer (1988, p. 3). Mas, após sua morte e ascensão de D. João III, quando recebeu todas aquelas responsabilidades, ficara sem tempo para produzir, o que obrigou o monarca a repassar a escrita da história para Lourenço de Cáceres, em 1531. Percebendo a ameaça de perder seu posto de cronista e aproveitando do fato do rival se demorar a iniciar a atividade solicitada, Barros decidiu repartir seu tempo, dedicando-se ao longo do dia ao trabalho de oficial e parte das noites para a redação de sua clássica obra.

Suas fontes são diversas. Alguns exemplos encontrados ao longo dos capítulos das *Décadas* são citações de Barros sobre pesquisas que fazia em obras de antigos cronistas, interrogatórios com embaixadores estrangeiros que chegavam à Lisboa, as traduções feitas por um escravo chinês que adquiriu com o objetivo de interpretação de uma obra de cosmografia vinda da China, além de informações que recolhera nos tempos em que fora oficial em São Jorge da Mina e feitor nas Casas da Mina, Guiné, Índia e de Ceuta. Além disso tudo, enfrentava a mesma dificuldade que Diogo do Couto ao procurar informações oficiais, sendo um grande trabalho “*ajuntar cousas derramadas e per papeis rotos e fóra da ordem [sendo] o que escrevemos do tempo delrei D. Afonso não mais que algumas lembranças que achámos no tomo e no livro da sua fazenda*” (1988, p. 64). É certo entre seus estudiosos que João de Barros era conhecedor das línguas pérsica e arábica, além de possuidor de coleções de manuscritos orientais (VITERBO, 1890, p. 10).

Com sua morte, o problema da continuação da escrita de suas *Décadas da Ásia* ganharia grande repercussão, onde se destacou Diogo do Couto.

é o seu romance de cavalaria *Crônica do Imperador Clarimundo* (1522). Produziu também dois panegíricos: *O Panegírico de D. João III* (1533) e o *Panegírico à muy alta, e esclarecida Princeza Infanta D. Maria nossa Senhora* (1545). Teria escrito um livro de *Geographia*, que ainda está perdido, havendo várias evidências de sua existência em capítulos de suas *Décadas* e entre autores daquela época, tal como ocorre na escrita de Manuel Serafim de Faria: “Combinava Geografia antiga com a moderna, descrevendo os instrumentos da navegação e as situações das províncias, arrumações das terras e costumes dos seus habitantes” (1624, p. 41). Com temática parecida compôs o *Libro das antiguidades e cousas notaveis de antre Douro e Minho, e de outras muitas de Espanha e Portugal* (1549).

Inicialmente, quem assumiu sua redação foi seu filho primogênito, Jerónimo de Barros. Ele fora incumbido diretamente pelo Rei D. Sebastião a tirar a limpo o que já existia de escrito da *Década IV*, trabalhando nisso por quatro anos, sem grandes avanços. Apesar de D. Filipe I continuar insistindo nessa produção, é fato que Jerónimo de Barros não herdara o talento do pai, não a concluindo até sua morte, ocorrida em 1586.

Passados cinco anos desse falecimento, sua viúva vendeu, em 22 de outubro de 1591, por 500.000 réis, alguns livros, cadernos e a *Geographia* de João de Barros. Esses materiais teriam ficado com D. Fernando de Castro¹⁹⁷, que também falecera pouco tempo depois. Com tantos empecilhos, o secretário de Estado propôs a D. Filipe I que os manuscritos da *Geographia* fossem para os jesuítas e a parte das *Décadas* para o Dr. Duarte Nunes de Lião, incumbido de finalizar a quarta década. Este cumpriu o que lhe foi solicitado, o pegando de surpresa o aparecimento de outra *Década IV*, só que de Diogo do Couto (BAIÃO, 1945, p. 63-65).

Couto recebeu essa incumbência do próprio D. Filipe I, em 28 de fevereiro de 1595, mas Duarte Nunes de Lião encarou tal obra como falsa, exigindo a publicação apenas da sua versão. Assim, o Vice-Rei de Portugal D. Pedro de Castilho (?-1615), ordenou ao secretário de Estado, Cristovam Soares, que pegasse com Duarte Nunes todos os documentos que D. Filipe I lhe havia solicitado, incluindo a finalização da *Década IV*. Porém, só foram devolvidos dez cadernos maltratados, sendo que ele havia recebido uma *Década* quase completa, escrita com boa letra e encadernada em couro negro, tal como Jerónimo de Barros havia deixado, com um prólogo e dedicação sua.

O impasse perdurou sem solução até 1608, quando falecera Duarte Nunes. Aqueles dez cadernos foram, posteriormente, usados pelo escritor João Baptista Lavanha (1550-1624) que também compôs uma *Década IV* impressa em Madrid, já que também havia recebido essa incumbência de El-Rei para finalizar a obra de João de Barros.

Longa foi a contenda entre Lavanha e a Câmara de Lisboa, que emprestara 540.000 réis para a impressão daquela obra, não tendo o autor recursos suficientes para saldar a sua dívida, precisando ser socorrido pelo rei D. Filipe II. Essa segunda edição sairia apenas em 1627 (BAIÃO, 1945, p. 66-71).

Na prática, o trabalho sobre as *Décadas* que contou com mais credibilidade e teve muito mais vulto e produtividade foi mesmo o de Diogo do Couto. Diferentemente de João de Barros,

¹⁹⁷ D. Fernando de Castro (1530-1591) foi um fidalgo português que participou das lutas em Alcácer-Quibir e fora cônego de Évora. Recebeu de D. Filipe I o título de 1º Conde de Basto, em 1583. Em seu palácio de Évora acumulou uma grande quantidade de manuscritos, onde talvez estivesse o aqui já citado *Comentário histórico de Os Lusíadas*, escrito por Diogo do Couto.

que pegou a maior parte das informações sobre a Ásia por meio da análise de documentos ou de relatos de segunda mão, Diogo do Couto a conhecia diretamente, lá vivenciando inúmeras experiências e acontecimentos importantes, recebendo notícias de diversos fatos diretamente de suas testemunhas, além de ter manipulado e organizado a documentação da Torre do Tombo de Goa.

3.7- A construção da escrita de Diogo do Couto:

A grande quantidade de obras e a rápida velocidade de sua produção são em parte explicadas por meio da forma de uso de suas fontes. Sua metodologia de trabalho compilava muitos tipos de materiais, onde aparecem recortes e até mesmo cópias literais de outros autores, textos de sua própria autoria mais antigos ou saídos de outras obras que escreveu, uma infinidade de documentos oficiais, relatórios jesuítas, além de testemunhos orais diretos ou de segunda mão que conseguia, somando-se a isso várias narrativas de situações presenciadas por ele próprio. Esse último recurso aparece em especial da *Década VII* em diante, pois tratam de contextos históricos próximos de sua vida, onde a marca de oralidade de Couto aparece em expressões como "ouvi dizer", "contaram-me" ou "ouvi contar".

Essa prática, aliada com a pressa na redação e a necessidade de se refazer a escrita de obras perdidas, nem sempre gerou textos organizados, revisados e maturados, tal como se vê em João de Barros. Mas, tais dificuldades não lhe tiram o mérito. Couto consegue prender a atenção e o interesse de seu leitor, tanto pela riqueza das informações, quanto por sua narrativa muitas vezes pitoresca e anedótica. É constante ao longo de sua escrita a inclusão de notícias autobiográficas, comentários sobre uma infinidade de questões locais e apontamentos de grande erudição tirados de autores clássicos, tudo isso também para deixar a história menos "enfadonha", tal como ele mesmo afirma.

Buscando dar mais vivacidade ao texto, é comum sair do discurso indireto acerca da narrativa de um episódio para o discurso direto, introduzindo falas e diálogos que teriam ocorrido entre os participantes do fato citado. Além disso, sempre foge para o seu tempo presente, adiantando o resultado dos acontecimentos ou o desenrolar da vida de seus participantes.

Não recolhe apenas os testemunhos de autoridades, prática comum entre os cronistas daquela época. Couto traz para suas narrativas a participação de pessoas comuns, tais como amigos, soldados, mulheres, artífices. Isso torna seu texto menos convencional e mais vivo. As

dificuldades das batalhas, por exemplo, são mais evidenciadas a partir do olhar e do heroísmo dessas pessoas comuns, o que não deixa de se somar aos feitos dos fidalgos e cavaleiros.

O fato é que Diogo do Couto se aproveitava das inúmeras leituras e pesquisas que fez ao longo de sua vida. Soma-se a isso, a sua vivência de várias décadas na Ásia, que o colocou em contato direto com o espaço geográfico e histórico que tratava. Sua escrita se valeu dos estudos e da:

[...] assistência, que teve naquellas partes por mais de cincoenta annos, nos quaes vio por razão da Milícia, e Commercio, muitos daquelles Reynos, & depois sendo Cidadão de Goa, Cabeça daquele Estado, poude bem alcançar a verdade dos successos que refere, [recebendo] as informações dos mesmos que se acharão nas empresas [...].

A esta razão se lhe acrescentou outra, que foi a do Officio de Guarda Mor da Torre do Tombo do Estado da India. [...] no qual se recolherão todos os Contratos de Pazes, Provisões, Registos de Chancelaria, e os mais papeis de importância, que costumavão andar em poder do Secretario, e de outras Pessoas daquele Estado, com que lhe ficou huma noticia original de tudo o tocante áquella Historia (FARIA, 1624, p. 153).

Talvez esse rico repertório de informações fez com que seus primeiros estudiosos acreditassem na originalidade completa ou atuassem na defesa de uma verdade inquestionável apresentada por suas obras. Nesse sentido, é exemplo a posição de Serafim de Faria, que afirma:

Não he menos de estimar esta Obra por sua grandeza, porque além de escrever Diogo do Couto noventa livros nestas nove Décadas, numero a que raros Escriptores chegarão, foi toda esta Historia escripta por elle novamente e não tomada de outros Authores, no que se mostra bem a grandeza e valor de seu engenho, a que não chegou Livio, ainda que lhe excedeo no numero dos Volumes, por quanto a maior parte de sua Historia foi tomada de outros, & principalmente de Polybio, o qual também confessa de si, que das Obras que muitos Escriptores tinham publicado de cada Conquista dos Romanos, em particular, compozera a sua universal Historia (FARIA, 1624, p. 154).

Assim, seu trabalho com as *Décadas* foi grande, contando tanto com compilações como também com farto material autoral. Além disso, seus outros trabalhos por si só já são de grande robustez e importância.

Apesar de Couto afirmar ter acesso a embaixadores e documentos de reinos asiáticos que chegavam a Goa¹⁹⁸ ou ter ouvido portugueses e seus relatos vindos de variadas regiões, a

¹⁹⁸ Um exemplo é a ida de embaixadores mogóis entre 1580 e 1590 e às crônicas persas sobre os mogóis por eles levadas, ou das informações sobre o Decão que teria conseguido ao conversar com o exilado em Goa Ali bin Yusuf Adil Khan, filho do fundador da dinastia 'Adil Shahi', de Bijapur.

comparação com fontes asiáticas aponta muitas contradições, confusões e até mesmo invenções de sua parte. Ao mesmo tempo, muito das confusões que surgem em seu relato eram também relatos das confusões existentes entre as interpretações portuguesas daquele vasto emaranhado de povos e suas complexas relações políticas¹⁹⁹.

Não são raros capítulos inteiros tratando da história e costumes de povos asiáticos²⁰⁰, em vários momentos assumindo como verdade o que escutava dos gentios ou de terceiros. Tais relatos são encaixados especialmente nos momentos em que a estação do inverno chega nas áreas ocupadas pelos portugueses. A navegação comercial ou mesmo das armadas de guerra ficava impossibilitada pelo rigor do clima das monções, com tudo simplesmente parando, fazendo com que Couto procure entreter seu leitor “pera maior gosto da historia, e passatempo dos que a lerem” (Década XII, Liv. IV, Cap. IV, p. 375).

Um exemplo é seu relato sobre a origem, que lhe parece fantástica, do pagode (templo religioso) existente na ilha de Salsete, no litoral da cidade de Baçaim, na *Década VII*:

Esta Cidade de Baçaim tem o mór termo, e jurdição de todas as da India; porque pera o Levante se estende [...], em que há fertilíssimas aldeias, e de grandes rendimentos. [...]. O rio que faz a Ilha de Salsete antes de chegar ao mar, lança hum braço ao Sul, que faz a Ilha de Caranjá, e outra ao Norte, que se chama Bandorá. [...]

No meio desta Ilha está aquelle admirável Pagode do Canari, que se presume ser obra dos Canarás, e por isso se chama assim, que está feito ao pé de um arrazoadado monte, todo de pedra de cór pardo claro, e á entrada delle fe faz huma formosa sala, e no pateo de fóra da porta de huma e da outra banda della, estam duas figuras de vulto entalhadas na mesma pedra tamanhas como duas vezes os gigantes que vam nas procissões da festa do Corpo de Deos de Lisboa, tão formosas, tão primas e tão bem lavradas que nem em prata se podiam entalhar melhor, nem mais preciosas. A porta da banda de fóra tem algumas cisternas feitas na mesma rocha, que recebem a agua do inverno, que no verão está tão fria, que não ha mão que a sofra. Pela serra assima até o cume della, a modo de caracol, se fazem mais de três mil camarinhas pequenas, a modo de cubículos, cortadas na mesma rocha, e cada huma dellas tem á porta huma cisterna da mesma agua. E o que he pera admirar, he, que há hun cano feito por tal artificio, que corre por todas esta tres mil camarinhas; este cano recolhe todas as aguas vertentes daquela serra, e a reparte por todas as cisternas, que estão ás portas das camarinhas.

A explicação sobre ser a região da cidade de Baçaim de rica produção econômica, o que converte com os interesses comerciais portugueses, é o que desde o início chama a atenção do

¹⁹⁹ Um exemplo é a confusão entre a história mogol com a do líder afegão Bahlul Lodi.

²⁰⁰ Os povos destacados por Diogo do Couto em suas descrições são geralmente os que possuem alguma relação com os interesses comerciais portugueses. Tanto é que costuma dar mais espaço e consegue ser mais criterioso em relação as regiões do Decão e do Sudeste Asiático, áreas mais interessantes economicamente por conta de seu rico comércio de especiarias (SUBRAHMANYAM, 2012, p. 74-77).

cronista. Logo em seguida, a grande construção de pedra do pagode recebe detalhada descrição, onde Couto usa a comparação com estátuas da metade do tamanho existentes em procissões de Lisboa para que seus compatriotas percebam o tamanho da edificação existente na Índia. Lhe é curioso também o sistema de engenharia que capta água da chuva e das proximidades para o abastecimento dos milhares de cômodos existentes, cuja temperatura se mantém fria mesmo no mais quente período do verão. Ainda sobre o pagode, continua Couto:

[...] O Padre que andou por essa Ilha naquele principio convertendo, chamava-se Fr. Antonio do Porto, da Ordem dos Menores, Varão Apostolico e de vida exemplar, que penetrou todos os segredos daguella Ilha, que eram muitos. E neste Pagode que digo, chamado do Canari, se assentou, e o consagrou em Templo da invocação do Anjo S. Miguel; e no tempo que alli esteve, foi informado do mais novo, admiravel, e intrincado labirinto de todo o Mundo, que por espanto se possa relatar, como o farei aqui brevemente [...].

E praticando eu com Gentios muito antigos sobre isso, me affirmáram, que por aquelle caminho podiam ir até Cambaya, e ainda até ás terras do Magor, e Cidade de Agará, e que fora esse caminho antigamente muito usado, e continuado; e que assim o affirmavam as escrituras dos antigos Gentios; e que outros muitos caminhos como esses por baixo da terra havia em muitas partes de Cambaya, e no Decan, e que sem dúvida fora isso mandado fazer por hum potentíssimo Rey Gentio, chamado Bimelamenta, que havia mais de mil e trezentos annos reinára em todos os Reynos desse Oriente, desde Bisnaga, Bengala até o Magor, e ainda até Ormuz; e este tem suas escrituras, que viveo trezentos annos, e que destes reinou cento e tantos.

No trecho anterior as descrições e curiosidades aumentam. Couto relata sobre o trabalho de conversão ao cristianismo, com o citado pagode passando a ser a casa de um santo católico. Em seguida, passa a descrever uma espécie de labirinto, que acaba por se tornar um caminho por terra e até por baixo da terra ligando diferentes regiões no centro da Índia. O cronista se respalda em conversas que teve com gentios anciãos e no contato com suas escrituras, de onde soube que o grande construtor dessas obras fora um rei que havia governado há mais de 1300 anos, tendo vivido 300 e governado mais de cem anos! E continuando:

E como em todas suas cousas metem muitas fabulas, e patranhas, pera darem princípios honrosos aos seus reys [...] e pera que os governasse em polícia, e trouxesse, e ajuntasse em lugares comunicáveis, porque andavam espalhados pelos matos, vivendo como brutos, o que elle fizera, e os ordenára, e metêra em razão, fundando Cidades, Villas, e povoações, e que fora por todos alevantado por seu Rey. Deste homem contam suas historias tantas grandezas que causa espanto. Affirmam, que fez elle labyrinthos, e que

mandára fabricar infinitos Pagodes de admiravel artificio, e que esse do Canari, e do Elefante²⁰¹ era obra sua.

E estando eu escrevendo actualmente isso, vieram ter comigo huns Baneanes, mercadores ricos, que continuam nesta cidade de Goa; e praticando com elles sobre isso, me affirmáram ser tudo verdade, e que elles víram as escrituras que disso tratam, e que com seus olhos viram alguns Pagodes famosissimos por esses Reynos do Decan, Cambaya, e Magor feitos por esse Rey, e que sobre suas portas tinham hum letreiro, que dizia assim: “Este pagode mandou fazer ElRey Bimelamenta” e que elles o lêram muitas vezes. [...]. Escreve-se tambem delle, que mandára fazer muitos, e formosos tanques, e alguns tamanhos, que mais se podiam chamar grandes alagôas, de que todos esses Reynos estam cheios. E em alguns põem algumas virtudes, como em hum que está a meio caminho de Baçaim pera Agaçaim, onde hoje está a casa de nossa Senhora dos Remédios, em que residem Padres Dominicos, que tem obrado tantas maravilhas, e milagres, que estam todas as paredes do Templo cobertas de paineis delles. Defronte fica esse tanque, em que elles põem tanta virtude, que affirmam que toda a pessoa que se metteo nelle, sarará de toda a enfermidade que tiver, sobre quem tem os Padres tanta vigia, que não deixam chegar a elle nenhum Gentio, por não fazerem suas superstições (Década VII, L. III, Cap. X, p. 236-244).

Couto segue exemplificando os feitos do rei local Bimelamenta, com destaque agora aos grandes tanques (lagoas) de água que produzira. Um deles chama atenção. Localizado onde antes havia um pagode, também convertido a casa cristã em que residiam padres dominicanos, ao receber banhistas doentes promovia milagrosamente suas curas. A certeza desse fato espetacular é tão grande que faz com que os padres restrinjam o seu acesso. Por que será que os padres faziam isso? Apenas para evitar superstições dos locais ou para não alimentar crenças que poderiam ser mais poderosas do que a cristã? Couto deixa essa avaliação em aberto.

Couto também não consegue imprimir uma postura objetiva e distanciada em sua escrita. Suas constantes intervenções geram momentos de conversa com o leitor, traçando comentários, desabafos, denúncias e até mesmo se divertindo ou se entusiasmando.

Não diferente dos demais escritores de sua época, Couto se utiliza de autores anteriores como fontes²⁰². Por vezes os nomeia e em outras vezes não. Em várias situações copia trechos inteiros, fazendo recortes ou abreviações (LOUREIRO, 1998, p. 64).

²⁰¹ Este, no litoral de Bombaim, foi explorado diretamente por Diogo do Couto, sobre o qual escreveu uma obra denominada *A ilha do elephante*.

²⁰² Esse tema de estudo de identificação das fontes de Diogo do Couto é vasto e muito já foi produzido. Cabe destacar os estudos de Antônio Coimbra Martins sobre a *Década Quarta* (MARTINS, A. Coimbra. Introdução à leitura da Década Quarta. In: CRUZ, M. Augusta Lima (Coord). *Diogo do Couto, Década Quarta da Ásia*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. XXIX-XXXV.), de M. Vitalina Leal de Matos e a relação entre a obra de Camões e os *Soldados Práticos* (MATOS, M. Vitalina Leal de. Camões lido por Diogo do Couto no 'soldado prático'. In: *IV Reunião Internacional de Camonistas – Actas*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1984, p. 359-372.) e de Rui Manoel Loureiro sobre as *Décadas* (LOUREIRO, Rui Manuel. *A biblioteca de Diogo do Couto*. Instituto Cultural de Macau, 1998), além do trabalho de Maria Augusta Lima Cruz sobre a *Década Oitava* (CRUZ, Maria Augusta Lima. *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1993.)

A título de exemplo, na *Década IV* António Coimbra Martins (1999, p. 32) identificou na descrição de terras, povos e seus costumes o uso de Gabriel Rebelo (*Informação das Cousas de Maluco*), António Galvão (*Tratado dos Descobrimentos*)²⁰³ e Garcia da Orta. Já Maria Augusta Lima Gruz (1993, p. 15) notou o uso que Couto fez da *Crónica de D. Manuel* de Damião de Góis na produção de seu *Tratado dos Gama*. Em vários capítulos da *Década V* que tratam dos reis de Ormuz e de Ceilão, além de características da religião hindu, há reproduções da *Relação do Estado da Índia*, atribuída ao frade agostinho Frei Agostinho de Azevedo. Em relação aos feitos militares e políticos a fonte mais usada foi Fernão Lopes Castanheda. Na *Década VIII*, para o tratamento dos temas acerca dos cercos a Chaul e Goa, ocorridos entre 1570 e 1571, é clara sua utilização da obra *Historia da India no tempo em que a o visorrey D. Luis de Ataide*, de António Pinto Pereira²⁰⁴ (CRUZ, 2019, p. 105).

Além desses usos de outros autores, Diogo do Couto também fazia de suas próprias obras. O melhor exemplo disso está na parte II de seu *Tratado dos Gama*. Ela é dedicada às ações do filho do Almirante, tendo Couto copiado todas as informações de suas *Décadas Quarta, Quinta e Sexta*.

Ao mesmo tempo, suas constantes citações de autores antigos e modernos o levavam a perceber alguns equívocos de interpretação por parte deles, momentos em que não perdia a oportunidade de fazer os devidos ajustes, já que teria o conhecimento de causa e *in loco*. Segundo Serafim de Faria, Couto “levou a muitos conhecida vantajem, como se pode claramente ver nas suas Décadas, nas quaes se mostram os erros que nestas matérias tiverão, os que antes delle escreverão as cousas do Oriente” (1624, p. 153).

Outro olhar clássico, agora de Diogo Barbosa Machado, nos afirma que:

O estilo, que observou nessa grande obra ainda que sincero, he muyto judicioso censurando com liberdade as acçoens reprehensíveis, e referindo com summa verdade, e exacta Geografia os costumes daqueles povos, e a situação das terras como quem a aprendeo mais com os olhos, que com os livros (MACHADO, 1741, p. 647).

²⁰³ O título completo da obra é: *Tratado dos Descobrimentos antigos, e modernos, feitos até a Era de 1550, com os nomes particulares das pessoas que os fizeram: e em que tempos, e as suas alturas, e dos desvairados caminhos por onde a pimenta, e especiaria veyo da India ás nossas partes: obra certa muy notavel, e copiosa / composto pelo famoso António Galvão*.

²⁰⁴ Sua edição e publicação começou em 1586. Porém, ficou interrompida por quase três décadas, finalizando apenas em 1616, na oficina de Nicolao Carvalho, em Coimbra. Mas, antes de sua primeira edição completa, alguns cadernos impressos já existiam em Goa e Lisboa.

Como exemplo, são várias as passagens em que o cronista corrige os enganos e explica a origem correta dos nomes e a devida localização geográfica de vários locais pela Ásia. Na *Década VI*, executou correções nos relatos dos viajantes italianos (que primeiro estiveram na Índia por terra) e dos cronistas portugueses Damião de Góis e João de Barros, quando trata da fundação do Reino Canará, da origem de seus reis e de onde surgiu o costume de o chamar Reino Bisnagá ou Reino de Narsinga.

Este Reyno de Canará, segundo suas escrituras, teve principio quase nos annos de mil duzentos e vinte de nossa Redenção. O seu proprio nome he Charná Thacá, que de corrupção em corrupção se veio a chamar Canará. E porque, como muitas vezes temos dito todos esse Gentios do Oriente fabulão mil patranhas, pera virem dar hum honroso principio a seus Reys. [...]

[Falecido o seu Rey], lhe succedeo no Reyno hum tio irmão de seu pai, chamado Narsinga, que foi muito valoroso. Este não quiz tomar o titulo de Ráo, que he de Imperador, nem o de Rayo, que he o de Rey, (como alguns dos Reys passados se intitularam,) mas tomou o de Naique por mais humilde, que he tanto como dizer Capitão, ou Duque, e assim se ficou chamando Narsinga Naique. E porque este viveo muitos annos, e foi valoroso, e fez sempre muitas guerras aos Mouros, foi muito nomeado no Mundo; e os Estrangeiros Italianos, que antes dos Portuguezes vieram á India por terra, como este Reyno era o mais rico de todos os do Oriente, e o Rey Narsinga grande favorecedor de estrangeiros, e todos o continuavam mais, diziam cá na Europa, que vinham do Reyno de Narsinga, ou que hiam pera o Reyno de Narsinga, dando a todo o Reyno o nome do Rey; e assim o nomeam João de Barros, e Damião de Goes, porque lhes não souberam dizer a razão desse nome.

E desta maneira fica bem clara, e entendida a origem, e principio desse Reyno, de seus Reys, e tirada a confusão que havia em seus nomes (*Década VI, L. V, Cap. V, p. 375-383*).

A seguir é citado outro caso curioso, ainda na *Década VI*. Novamente, critica a confusão feita pelos primeiros viajantes e comerciantes europeus que chegaram na Ásia, neste caso vindos de Ormuz, que por serem “idiotas” acerca de suas percepções, confundiam o nome da cidade com o do Reino de Cinde, que abrigava uma das mais importantes feiras de especiarias do Oriente. Consequentemente, os geógrafos modernos passaram a replicar a nomeação equivocada em seus estudos:

[...] pera darmos razão donde nasceo a confusão dos Geografos modernos chamarem a essa Provincia Dulcinda, como nos penhorámos no principio do Capítulo. Pelo que se ha de saber, que os mercadores italianos, e outros da nossa Europa que passáram á India por terra, muito antes que ella se descubrisse por mar, navegando de Ormuz, e de outros portos pera o de Cinde,

que sempre foi humma das mais celebradas feiras do Oriente²⁰⁵, como chegavam a boca do rio Indo, achavam de outra banda do Ponente, aquelles povos Diulis, chamados assim da sua principal Cidade chamada Diul, onde elles faziam sua habitação, e dalli passavam ao Cinde, e hiam fazer suas mercadorias á Cidade de Tatá; e como eram homens idiotas naquellas partes, e não sabiam fazer differença dos nomes daquella Província, dando lá na Europa razão das terras por onde andáram, diziam que foram ter a Dulcinda, confundindo humma cousa com a outra, sendo Diul nome da Cidade, e Cinde de todo o Reyno; e daqui ficáram os Geografos modernos chamando a todo esse Reyno Dulcinda.

Da mesma maneira Marco Polo se confundiu em relação aos nomes das áreas da China, apesar de Diogo do Couto considerar a possibilidade de o equívoco ter sido feito pelos seus copistas, algo que fora assumido por Abraham Ortelius, cartógrafo oficial de D. Filipe I.

Desta mesma maneira confundia Marco Polo Veneto, ou seus trasladadores, o nome da Provincia da China, fazendo de huma só duas, por esta maneira. Aquelle Imperio da China se chama entre os naturaes Cin, Macin; e dividindo elle este nome (que he todo hum) em dous, chamou a huma parte China, e á outra Mangi. E ainda Abrahão Ortelio²⁰⁶ passou adiante, que deo limites a essas duas Provincias, lançando no seu *Theatrum Orbis* a provincia Mangi mais ao Norte da China.

Voltando a tratar da população do litoral do atual Paquistão, o cronista aponta novos equívocos de cartógrafos e geógrafos modernos, se destacando o caso sobre a existência de uma suposta população cristã, que apesar das pesquisas sobre as escrituras e memórias daquele povo, Diogo do Couto nunca encontrou provas de real existência:

E tornando aos povos Diulis, nelles se começa a Província Gedrofa, que Sabellico²⁰⁷ chama de Tarse. E Cadamosto²⁰⁸ chama de Guzarate, (cujo erro

²⁰⁵ Diogo do Couto trata nesse ponto de regiões ao norte do Guzerate, sendo elas hoje localizadas no Paquistão, onde o rio Indo encontra a sua foz.

²⁰⁶ Abraham Ortelius (1527-1598), foi um importante cartógrafo e geógrafo nascido em Antuérpia (na atual Bélgica), atuando em guildas de comerciantes como viajante e mercador, onde foi atraído para a função de geógrafo científico, passando a produzir importantes mapas de rotas comerciais. Em 1570, publicou o seu *Theatrum Orbis Terrarum* (Teatro do Mundo), considerado o primeiro atlas moderno, com 139 mapas coloridos e desenhados a mão. Sua importância ganhou muito relevo, sendo nomeado cartógrafo oficial de D. Filipe II de Habsburgo (D. Filipe I de Portugal), em 1575. Entre 1578 e 1596, lançou três edições sempre expandidas de seu *Thesaurus geographicus*, obra mais robusta em que discute várias características continentais e oceânicas, sendo o primeiro estudioso a considerar a hipótese da deriva continental, séculos antes de sua comprovação.

²⁰⁷ O veneziano Marcus Antonius Coccius Sabellicus (1436–1506) – conhecido também como Marcantonio Sabellico – foi o escritor de umas das primeiras obras modernas com o propósito de compor a história universal: *Rapsodiae Historiarum Enneadum* (Crônica Geral da Eneida: desde o começo do mundo até nosso tempo), de 1527.

²⁰⁸ Alvise Cadamosto (1432-1488) foi um explorador veneziano do território africano. Trabalhou no conhecimento dos litorais e ilhas africanas para o Infante D. Henrique, sendo a ele atribuídas a descoberta de algumas ilhas de Cabo Verde, a navegação e conhecimento da foz do rio Gâmbia e do arquipélago de Bijagós (atual Guiné-Bissau).

na V. Década fica declarado,). Gyrolamo Ruscelli²⁰⁹, fallando nesta Provincia, diz que todos os della são Christãos, e não sabemos com que fundamento, nem por que informações, porque hoje na India não temos noticia alguma disso, nem por escrituras, nem por memória de avós, e netos, em que nestas partes se conservam por muitas centenas de annos suas antiguidades (Década VI, L. III. Cap. XIV, p. 383-384).

3.8- Fins do século XVI e início do XVII: período da grande produção de Diogo do Couto:

Suas nove *Décadas da Ásia*, que contemplam cerca de 75 anos (de 1526 a 1600), vão muito além de expor o que segundo Diogo do Couto seriam os sucessos das conquistas portuguesas no Oriente. Mostram o que para ele foram acertos como também erros cometidos, além de abordar sobre os costumes, a religiosidade e a história de diversos povos orientais, características geográficas, políticas e econômicas. Mas, é importante apontar que tais narrativas são sempre descritas a partir do olhar português e cristão, apesar de em vários momentos Couto parecer bem sensível ao que as culturas locais e seus registros defendiam sobre si mesmas.

Em 1596, finalizou a escrita da *Década IV*, abordando os anos entre 1526 e 1536. A *Década V*, que trata dos anos entre 1537 e 1545, foi iniciada ainda em 1596 e concluída no ano seguinte, quando foi redigida a *Década VI*, tratando do período entre 1545 e 1554. Na armada partida de Cochim com destino ao Reino, no ano de 1598, Couto enviou os manuscritos das duas primeiras décadas. Percebe-se, assim, que a produção dos primeiros volumes foi muito acelerada, levando-se em conta não apenas o curto tempo, mas a grande quantidade de informações nelas lançadas.

Em fins do século XVI, Diogo do Couto recebeu do Conde D. Francisco da Gama o pedido para a elaboração de um livro que tratasse das glórias de sua família no Oriente. O *Tratado dos Gama*²¹⁰ foi-lhe entregue em 1599. Toda a presteza sobre esse trabalho, além dos interesses envolvidos, se explica pelo uso de uma farta quantidade de materiais existentes sobre

Transformou em livro as experiências de suas viagens com o amigo Pedro de Sintra, outro importante explorador do Infante.

²⁰⁹ Girolamo Ruscelli (1518-1566) foi um humanista italiano, nascido na cidade de Viterbo, se destacando com trabalhos na área da Matemática e da Cartografia. Foi o editor da *Geographia de Ptolomeu*, publicada em Veneza e constantemente revisada por ele a partir de 1561. Elaborou alguns dos Atlas mais importantes de seu tempo.

²¹⁰ Seria publicado apenas em 1998, organizado por José Martinho dos Santos e João Manuel Azevedo e Silva, pela Editorial Cosmos. Seu título original é *Tratado de todas as cousas succedidas ao valoroso Capitão D. Vasco da Gama, primeiro conde de Vidigueira e almirante do mar e terras do Oriente e de todas as vezes que á India passou e das cousas que succederam nela a todos seus filhos, dirigido a D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, almirante do mar Indico e Vice-Rei da India*. A obra é organizada em duas partes, tendo a primeira vinte e oito capítulos e a segunda trinta, feita em Goa e assinada por Couto, em 16 de novembro de 1599.

os Gama, tanto do descobridor quanto de seus cinco filhos, o que incluía textos de autoria de Couto como também de João de Barros, Damião de Góis (1502-1574) e de D. João Bermudes (?-1570), para citar alguns exemplos.

Dentro desse retrospecto de suas obras, é indispensável falar de uma figura central: o seu cunhado Frei Adeodato da Trindade. Ele foi o procurador de Couto em Lisboa, tratando especialmente da impressão de seus livros. Segundo Diogo Barbosa Machado, ele nasceu em Goa, exercendo “o habito de Eremita Augustiniano no Convento de Lisboa em 31 de Mayo de 1565”. Passados alguns anos, tornou-se um “dos mais insignes Escrivaes do seu tempo” (1741, p. 10).

Apesar de sua densa formação acadêmica, Adeodato da Trindade não chegou a conquistar influência histórica ou social de relevo, a não ser por sua importante função na editoração das *Décadas* do cunhado. Era para ele que o cronista enviava suas obras, com a responsabilidade de as ajustar e preparar para a edição, incumbência que lhe seria atribuída pelo próprio rei.

É sabido na historiografia que o frei, por diversas vezes, interpretava à sua maneira as orientações passadas por Couto, chegando a intervir diretamente nos textos. Adaptações na ortografia e sintaxe, trechos censurados, alguns capítulos acrescentados ou temas intercalados foram de sua autoria (SEABRA, 2019, p. 120).

Apesar dos professores que teve e dos colégios de renome que frequentou, é fato que a escolaridade de Couto ficou incompleta. Ele começou seus estudos relativamente tarde e foi para a Índia ainda muito jovem. Talvez por conta desses fatores, teria sido movido por curiosidade e avidez a continuar os seus estudos, mesmo que de forma autônoma, distante do Reino e já adulto. Essa formação que lhe foi possível talvez também explique seu estilo de linguagem mais popular e arcaico, que tanto lhe caracterizam.

Já Adeodato da Trindade, por ser padre, detinha vasto repertório cultural. Além disso, toda a sua formação e a maior parte dos anos de sua vida foram no Reino, o que possibilitou que conhecesse os novos códigos estético-literários do início do século XVII, que eram profundamente diferentes dos praticados em fins da década de 1550, quando deu-se a partida definitiva de Couto para o Oriente.

Ainda em 1599, era enviada para D. Filipe II de Portugal a *Década VI*. Em 1600, Diogo do Couto concluiu sua última redação da *Década X*, que foi a primeira em que trabalhou, contemplando os acontecimentos entre 1580 e 1588. A armada daquele ano levaria o

manuscrito, aguardado por D. Felipe I, já que abarcava justamente o início de seu mandato em Portugal. Apesar de Couto ter lhe afirmado em carta que já terminara sua escrita, ela acabou consumindo mais tempo. Conseqüentemente, aquele rei nunca viria a tê-la, já que faleceu dois anos antes da chegada do manuscrito em Lisboa.

Em 1601, escreveu e enviou ao Reino sua *Década VII*, abarcando os anos entre 1554 e 1564. Porém, a nau S. Tiago que a levava foi capturada pelos ingleses na região próxima da ilha de Santa Helena, com o manuscrito desaparecendo. Por conta disso, entre 1602 e 1603, Couto elaborou uma nova versão, que enviou para Portugal em fins deste último ano. Em 1602, era impressa sua *Década IV*, por Pedro Craesbeck, em Lisboa.

Sobre essa grande leva de produções e todo o valor que acreditava possuir, Couto escreve ao rei D. Filipe II, em carta de 6 de novembro de 1603:

Ao muito Catholico poderoso Monarca d'Espanha & Rey de Portugal dom Felipe o segundo deste nome.

Todas as vezes (muito Catholico & poderoso Rey & senhor nosso) que considero a brevidade, & pouco tempo em que acabei cinco decadas da istoria da India, que por mandado do muito Catholico Rey dom Felipe vosso pay de gloriosa memoria, & o primeiro deste nome, fui continuando sobre as tres de João de Barros, convem a saber, coarta & quinta, que lhe mandei na armada de noventa & sete; sexta na de noventa & nove: & esta setima, que foi na armada de seiscentos & um, que os Ingreses tomarão na nao São Tiago, & que agora torno a mandar reformada: & a decima que mandei o anno de seisçétos por ma vossa Majestade mandar pedir: certo que eu mesmo me maravilho. Porque não sei que espirito me encaminhou a ajuntar & descobrir cousas que estavam tão esquecidas, & que quasi nao avia dellas memoria: & de terras tão distantes & apartadas, como são des do alongado Maluco, ate o Cabo de boa esperança: pera o que erão necessarios tempos & mouçoens pera mandar vir, & trazer as cousas & informaçoens pera a istoria se poder escrever.

[...] Por onde o mais certo he, que o verdadeiro Deos & Senhor nosso, que he o Autor de todas as cousas boas, foi o que me guiou & encaminhou nesta materia: porque quis visse o mundo todo o grande zelo, trabalho, despezas, riscos, & perigos de vassallos com que os Reys de Portugal, predecessores de vossa Majestade trabalharão por dilatar & estender a santissima fé de Christo por todo este Oriente. E pois tudo isto he de Deos, a elle o offereço: & a vossa Majestade peço queira aceitar este pequeno serviço, pera que com mayor gosto possa proseguir nesta istoria, que me Elrey vosso pay, & vossa Majestade tem encomendado: ate chegar ao tempo de vossa Majestade, a quem nosso Senhor conserve em saude, & em largos annos de vida, como he necessario a toda a Christandade.

Da India, & desta cidade de Goa a seis de Novembro de 1603 annos.
Diogo do Couto (COUTO, 1616, p. 4)

Percebe-se que o próprio Couto se surpreende e valoriza o fato de, em tão curto espaço de tempo, ter conseguido informações já esquecidas de regiões tão vastas e distantes como são as do Oriente, para a finalização de cinco de suas *Décadas*.

É clara a sua lamentação pela perda da *Década VII*. Mas, não se deixou abalar pelos transtornos, a reformulando logo em seguida e a encaminhando, como as demais, ao Reino.

Entende o seu trabalho como uma ordem, além de real, também divina. A defesa dos portugueses caminhava junto com a missão cristã de evangelização de todas aquelas terras, executadas com toda a coragem pelos portugueses.

Sua produção voltaria a acelerar apenas em 1611, quando junto com a escrita de mais *Décadas* produziu a biografia *Vida de D. Paulo*²¹¹, seguindo pedido da irmã deste fidalgo, D. Ana de Lima Pereira²¹². Sobre esse mesmo assunto relacionado à vida de D. Paulo de Lima, Couto também redigiu a *Relação do Naufrágio da nau S. Tomé na terra dos Fumos, no ano de 1589. E dos grandes trabalhos que passou D. Paulo de Lima nas terras da Cafraria, até sua morte, escrita por Diogo do Couto, Guarda-mór da Torre do Tombo, a rôgo da Senhora D. Ana de Lima irmã do dito D. Paulo de Lima*. Essa obra viria a ser impressa no tomo II da *História Trágico-Marítima*, organizada por Bernardo Gomes de Brito, em 1736. Essa segunda obra é muito parecida à primeira, se diferenciando por dar maiores detalhes em relação ao episódio do naufrágio e aos medos e desafios enfrentados pelos naufragos na África, em especial toda a agonia de D. Paulo de Lima, que sofreu uma terrível morte.

Ainda em 1611, escreveu o já citado *Diálogo do Soldado Prático, que trata dos Enganos e Desenganos da Índia*, que é o seu segundo *Soldado Prático*, quando retomou àqueles temas arbitristas. Manuel Serafim de Faria e Frei Adeotado da Trindade, cada um, receberiam um manuscrito desse diálogo. Nesse mesmo ano enviou para Portugal os cinco primeiros livros da *Década XII*²¹³, abordando os anos entre 1597 e 1600²¹⁴, que contemplam os anos do vice-reino

²¹¹ Seu nome original é: *Vida de D. Paulo de Lima Pereira, capitam mor de armadas do Estado da India, onde por seu valor, e esforço nas batalhas de mar, e terra, de que sempre conseguiu gloriosas vitorias, foy chamado O Hercules Portuguez, Dirigido à Sr.ª D. Anna de Lima Pereira, sua irmã, mulher de D. António de Ataíde, filho do 2º conde da Castanheira, por Diogo do Couto*.

²¹² D. Paulo de Lima foi um importante capitão de armadas português, vitorioso em inúmeras batalhas pela Ásia, encarado como grande herói em sua época. Para sua escrita, Couto se apoiou em dados por ele já levantados e escritos para as suas *Décadas*. Essa obra seria impressa apenas em 1765, em Lisboa.

²¹³ Seu título no manuscrito original é bem pomposo, provavelmente por evocar os anos de mandato de seu protetor, o neto do descobridor, D. Francisco da Gama: *Os cinco livros da duodecima Decada da Asia que contê os feitos que os portuguezes fiserão no descobrimento e conquista deste Oriente, emquanto governou a India D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, almirante do mar da India, do conselho de S. Magestade e presidente do Tribunal da India, dirigido á catholica magestade del-rei Dom Philipe segundo deste nome rei de Portugal por Diogo do Couto chronista e guarda mór da Torre do Tombo da India*.

²¹⁴ São conhecidos apenas esses cinco livros, que foram pela primeira vez editados em 1645, em Paris, por Manuel Fernandes de Vila-Real.

de seu protetor D. Francisco da Gama. Também no ano de 1611 é provável que concluía a *Década XI*, que trata dos anos de 1588 a 1597. Esta teria sido enviada para Lisboa na mesma armada de fins de 1611 ou na de 1612, não existindo nenhum relato de seu conhecimento no Reino, estando ainda desaparecida.

Em 1612, ocorreu a impressão da *Década V*²¹⁵ e, em 1614, a da *Década VI*. Após a impressão dessa última, a casa do impressor pegou fogo, perdendo-se no incêndio quase todos os volumes já prontos. Foram poucos os que se salvaram, pois alguns haviam sido levados para o convento de S. Agostinho de Lisboa.

Os exemplares enviados para Goa destas duas *Décadas* devem ter animado o já septuagenário cronista, que se encontrava provavelmente trabalhando nas *Décadas VIII e IX* de 1613 até 1615. Estando estas duas prontas e organizadas para serem enviadas a Portugal, foram furtadas de dentro da própria casa de Diogo do Couto, época em que já sofria muito pela velhice e fraca saúde. Em carta ao rei²¹⁶, o cronista atribui essa maldade ao desejo de alguém se enriquecer e afamar com o suor alheio. Porém, para Rodrigues Lapa, o motivo desse crime seria outro: o interesse de alguns fidalgos portugueses da Índia em esconder as verdades narradas, dando fim aos manuscritos (1937, p. 25).

Um alvará régio de fevereiro de 1615 lhe acrescentou uma pensão, por conta da continuidade da redação da *História da Índia*, além de conceder seu pedido por dois auxiliares escreventes (LOUREIRO, 1998, p. 69). Contando com essa ajuda, ganhou novamente energia para que, ainda em 1615, reescrevesse novas versões das duas *Décadas* roubadas, apesar de resumidas, enviando-as logo no início de 1616 para o Reino²¹⁷.

A pedido dos padres da Companhia de Jesus de Goa, Couto teria escrito, entre os anos de 1615 e 1616, uma *História do Reino da Etiópia*. Temos notícias de sua existência por meio de seu primeiro biógrafo, Manoel Serafim de Faria, que afirma que o amigo a elaborou “já quasi com o corpo na sepultura, mas com tanto vigor de animo, que bem parece que se lhe faltavão as forças corporais, que as do entendimento são sempre em maior perfeição” (1624, p. 156).

²¹⁵ A *Década V* traz uma forte particularidade: a aprovação do Santo Ofício e licença para a reprodução são de abril e maio de 1602. Porém, a impressão só ocorreu dez anos depois, em 1612, prova de que a censura do Paço atuou sobre ela.

²¹⁶ Trata-se da carta ao rei D. Filipe II, de 28 de janeiro de 1616, já abordada em outra parte deste trabalho.

²¹⁷ Especificamente acerca da *Década VIII*, achamos por bem colocar uma informação complementar. Até o início do século XX, conhecia-se apenas uma versão de seu manuscrito. Porém, outros dois manuscritos, mais completos, foram encontrados por dois pesquisadores. A primeira descoberta ocorreu na Biblioteca Pública Municipal do Porto, em 1917, por João Grave, e a segunda na Biblioteca Nacional de Madrid, em 1971, por António Coimbra Martins. Sua publicação e comparação com os manuscritos anteriormente conhecidos foi feita pelo já referido trabalho de Maria Augusta Lima Cruz: *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*. A impressão dos dois volumes, em Lisboa, ficou a cargo da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses & Imprensa Nacional – Casa da Moeda, entre os anos 1993-1994.

O curioso pedido dos jesuítas seria uma retaliação contra a obra *Historia Ecclesiastica, Politica, Natural, y Moral, de los Grandes y Remotes Reynos de la Etiopia, Monarchia del Emperador, llamado Preste Iuan de las Indias*, do Padre Frei Luiz de Urreta, dos dominicanos, e publicada em Valência, no ano de 1610. Ele a teria escrito sem ter conhecimento algum daquelas partes e muito menos lido as histórias do Oriente e daquele reino. Serafim de Faria sai em defesa feroz do maior nome e autoridade de Couto, afirmando que a obra de Urreta seria fabulosa, fruto de sua vida “entre os bosques, e delicias de Valença, sem ver mais que hum só homem, que o informou, e a quem creio; disse muitas cousas contra toda a verdade da Historia” (1624, p. 156).

A obra de Diogo do Couto teria sido levada para Portugal por padres da Índia e entregue ao Arcebispo de Braga, D. Fr. Aleixo de Menezes, por pedido do próprio Couto (MACHADO, 1741, p. 649). A partir desse momento, não se teve mais notícias dela.

Existe um livro de Diogo do Couto que, até onde essa atual pesquisa conseguiu saber, não é de conhecimento dos historiadores contemporâneos ou então não lhes chamou atenção, além do fato de não ter sido mencionada pelos seus biógrafos: *A Ilha do Elephante*. Trata-se da descrição pormenorizada feita por Couto dos templos religiosos existentes nessa ilha, que fica próxima de Bombaim, na Índia, trazendo interessantes características de literatura de viagem²¹⁸.

Lá, Diogo do Couto estivera quarenta anos antes, testemunhando a beleza e grandiosidade das construções. Tendo a oportunidade de retornar, decidiu construir esse seu roteiro para levar ao mundo o conhecimento de todas aquelas belezas, apesar de constatar a destruição de vários de seus ídolos por conta das “travessuras dos soldados portugueses” (1880, p. 6).

Uma última obra teria sido iniciada e não finalizada, por conta de tantas ocupações as quais Couto se dedicou e por já estar próximo da morte. Seus temas, segundo Serafim de Faria, seriam: “*Luz ao Commercio da Índia; e que tratava de todos os tempos e monções em que se navega para todas as partes do Oriente, e dos pesos, medidas, e moedas, com todas as mais cousas, que a este particular pertencio*” (1624, p. 156). Trata-se de seu *Epílogo da História das Índias*, que colocaria em foco o tema das fortalezas portuguesas no Oriente, assunto muito recorrente em toda a sua produção e que, por isso, parecia lhe interessar muito.

Apesar do manuscrito dessa obra se encontrar desaparecido, existem ainda outros dois indícios de sua existência. Seu outro biógrafo, Pedro José de Figueiredo, relata não apenas a forma com que a obra teria sido feita, mas aponta a existência de dois exemplares:

²¹⁸ Essa obra foi publicada apenas uma vez, no ano de 1880, na cidade de Bombaim, Índia.

Consta, que em seu tempo e talvez por direcção sua se tiraram plantas, e vistas de todas as praças e fortalezas, de que nos Estados da Índia estavam Senhores os Portuguezes, levantadas em ponto grande, e illuminadas com muita delicadeza, e perfeição. A este Reino vieram dous exemplares em tudo conformes; um existia na Livraria da Excellentissima Caza do Cadaval, o outro ainda em 1796, se conservava com todo o recato no Convento de Ara Caeli dos Monges de São Bruno de Évora (FIGUEIREDO, 1817, p. 380).

E por fim, na carta enviada por Couto ao Conde D. Francisco da Gama, do dia 16 de dezembro de 1607, lê-se:

De todas as fortalezas, tenho feito hum livro que irá para o ano se eu viver, que contem todos os Reis mouros e gentios que contenderam com esta conquista da India como são turcos, Abexins, persas, mogores, Reis de Cambaia, Reis de Chaul, Reis de Visapor, Reis de Canara, Reis de Cochim, Reis de Cananor, Reis de Ceilão, Reis de Malaca, Reis do Dachem, Reis de Maluco, en cujas terras temos fortalezas emfim todos os que ouve nestes Reinos des que se fundarão ate oje, diguo todos os capitains que ouve em todas estas fortalezas contitolos separados de cada huma dellas, contem mais todos os Vice Reis que ouve na India, todas as armadas todos os Arcebispos e bispos que he huma Cousa muito aseito.
(Torre do Tombo, caixa I9 – Tomo II, E – p. 381²¹⁹)

O próprio Diogo do Couto aí afirma construir um material com o levantamento de todas as fortalezas portuguesas nos diferentes reinos e territórios asiáticos, incluindo a relação dos reis das ditas regiões, capitães portugueses das fortalezas, os vice-rei, armadas, arcebispos e bispos. Como afirmado anteriormente, esse material ainda é desconhecido. Hoje, não se sabe se de fato foi finalizado. Mas, provavelmente, seria uma produção volumosa e de grande valor. Além disso, essa possível produção seria mais uma referência de seu interesse em relação ao tema das fortalezas.

Com sua morte em fins de 1616, após mais de 50 anos vivendo no Estado da Índia, não chegou a ver impressa a *Década VII*, produzida também por Pedro Craesbeck naquele mesmo ano. Porém, outras três já eram impressas, colocando ainda em vida o seu nome entre os maiores escritores de Portugal.

²¹⁹ A carta foi transcrita do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 69-73).

3.9- Aproximações entre Diogo do Couto e importantes cronistas portugueses que o influenciaram:

Ao longo dos capítulos dessa tese, foram comuns menções aos cronistas Fernão Lopes de Castanheda e principalmente a João de Barros. Diogo do Couto sempre cita suas obras, sendo que de Barros foi o continuador na escrita da história da presença portuguesa na Ásia. Mas na prática, Couto se aproxima muito mais da escrita de Castanheda, tal como também ocorre – de uma maneira até maior – com a escrita de outro cronista quinhentista da Ásia portuguesa, Gaspar Correia (1496-1563). Os três, Castanheda, Correia e Couto, além da cumplicidade do tema central de estudo, moraram no Estado da Índia e vivenciaram diferentes situações tanto militares quanto burocráticas, o que claramente determinou suas escritas.

Esses três autores se dedicaram a modalidade específica da crônica da expansão, que de certa forma também fora usada por João de Barros, apesar de que neste algumas características foram bem inferiores, já que não residira na Ásia.

Castanheda, Correia e Couto também comungavam da clássica distinção entre História e Literatura/Poesia da *Poética*, de Aristóteles. Esse defende que não é função do poeta narrar o que aconteceu, mas sim de representar o que poderia ter acontecido, guardando um tom de verossimilhança para atender alguma necessidade. Já ao autor da escrita de História cabe a função de narrar o que ocorreu (ARISTÓTELES, 1986, p. 115). Mas, suas narrativas sobre o que teria ocorrido também carregam um objetivo comum de expressar a conquista de um domínio, sendo o seu registro feito pela exposição de um império. Esse império traz a imagem de uma idade do ouro, interpretado por discurso histórico que também é memorativo, onde se destacam as ações dos reis e de seus homens de confiança e que lhe representam nas distantes regiões, onde ganham características de verdadeiros heróis.

Aí aparece outra marca de sua escrita, incluindo nesse ponto também João de Barros, que é a elaboração de panegíricos. Esses aparecem ao fim de cada narrativa de governo, onde se relevam as ações e virtudes de cada vice-rei ou governador, ocorrendo até mesmo uma hierarquia entre seus feitos. A conquista de mares e terras, o enfrentamento ao outro e as ações espetaculares de seus compatriotas são a lição da História que querem transmitir, que é o que os tornam cronistas (AVELAR, 1997, p. 66).

Todos os quatro se serviam da matriz clássica titolíviana. O uso do número 10, que evoca o inteiro, o que é universal, organizava a redação dos textos e a disposição dos livros e

capítulos²²⁰. Junto a isso, o discurso moderno também é central, destacando-se a importância de se possuir conhecimento direto dos espaços, onde o testemunho e a vivência autoral fazem parte de uma fidedigna escrita da História.

Suas obras não se constituíam em torno do registro histórico do tempo e percurso de vida de um monarca ou pessoa ilustre. São narrados períodos de tempos da presença portuguesa na Ásia. Fernão Lopes de Castanheda finalizou sua obra no vice-reinado de D. João de Castro, em 1548. Já Gaspar Correia terminou *Lendas da Índia* com o início do vice-reinado de D. Afonso de Noronha, em 1550. João de Barros, no capítulo I de sua *Primeira Década*, anuncia que terminaria sua redação com os acontecimentos do ano de 1539, quando se dera o falecimento do governador Nuno da Cunha. Diogo Couto continuou a partir de onde João de Barros parou, narrando os feitos de Nuno da Cunha nas Décadas IV e V.

Voltando a tríade Castanheda, Correia e Couto, em todos eles são comuns as digressões autorais, onde vivências e contingências pessoais ajudam a conduzir as narrativas. Interrompendo momentaneamente suas narrativas, os autores se dedicam a descrever os espaços, acontecimentos em que estiveram presentes ou até mesmo aspectos das culturas e dos povos locais, logo em seguida retomando a sequência cronológica da atuação dos portugueses. Em outros momentos, essas rápidas interrupções narram acontecimentos anteriores ou até futuros, mas que se ligam diretamente ao tema exposto como assunto central em seus textos (AVELAR, 2016, p. 261-262).

A obra de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, foi impressa a partir de 1551, influenciando com o seu padrão de escrita os autores seguintes e tendo muito sucesso também fora de Portugal, com traduções ainda no século XVI para o espanhol, francês e italiano, e posteriormente ao inglês. Seu estilo oficial traz a citação e até mesmo a transcrição de documentos, não há ofensas diretas contra personagens históricos específicos, tomando partido apenas em situações de extrema complexidade política (SUBRAHMANYAM, 2012, p. 68-69).

²²⁰ Diogo do Couto organizou cada uma de suas *Décadas* com dez livros. Antes dele, João de Barros planejou sua obra com quatro partes, cada uma correspondendo a uma década e dividida em 10 livros. Fernão Lopes de Castanheda escreveu dez livros em sua *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, apesar de apenas sete terem ido para impressão ainda em vida, com a publicação do oitavo feita por seus filhos e os livros IX e X serem perdidos. Cada livro era atribuído aos feitos, conquistas ou problemas surgidos ao longo do mandato de cada importante governador ou vice-rei. Isso se fez com os mandatos de D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, Diogo Lopes Sequeira, Lopo Vaz de Sampaio e Nuno da Cunha (o que se acredita que deva ter sido feito para D. João de Castro se perdeu entre os livros IX e X). Gaspar Correia divide as mais de 3500 páginas de sua *Lendas da Índia* em quatro livros, com cada livro trazendo também a narrativa do mandato de cada governador ou vice-rei, sendo subdivididos pela narrativa dos acontecimentos transcorridos no intervalo de tempo entre cada armada, o que valoriza sua característica de ligar os sucessos portugueses às suas conquistas marítimas.

Assim, é perceptível sua grande influência sobre Diogo do Couto, com destaque especial para a legitimação de sua escrita por meio da experiência como também pela sua visão pedagógica do estudo da História. No Prólogo do Livro III, lê-se:

O tempo que andei na Índia, e o que vi dela, que se isso não fora bem me poderão enganar como a quem não tenha visto a terra, nem sabia como se podiam ou não podiam fazer as coisas nos lugares em que aconteceram. [...] Não soube [sobre o que escreve] em minha casa; nem a mandei perguntar por escrito aos que a sabiam [...], passando por bravas e terríveis tormentas, com que me vi perto da morte e sem esperança de vida [...] [em diferentes momentos em que se viu] em mil perigos em muito espantosas peleias de bombardadas e espingardas (CASTANHEDA, L. III, p. 494-495).

Sobre sua visão de ensinamento prestada pela História, escreve no Prólogo do Livro I:

[...] e para que aprenda essas coisas não há melhor preceptor que a história. Porque ela é doutrina de discrição e prudência para boa governança da República assim na paz como na guerra que a história não insine com experiência de exemplos, que são muito mais do que um homem pode ver em sua vida por mais comprida que seja, e por isso todos esses príncipes famosos assi Barbaros como Gregos & Latinos forão tão dados a ler histórias. E por a história ser tão necessaria aos príncipes especial as de seus antecessores de que muito melhor hão de tomar exemplo que dos estrangeiros soy instituido que nos reynos houvesse cronistas que fiel & particularmente ecrevessem os feitos dos Reys assi na paz como na guerra & os costumes & qualidades que tiverão, pera que ficassem por regimento de seus sucessores que vissem no que os havião de seguir & do que se havião de goardar [...] (CASTANHEDA, L. I, p. 1-2).

Sua função de cronista é ligada à honra nacional, com claro propósito utilitarista e de sentido ao seu povo e, em especial, aos governantes. Desenvolve uma concepção pragmática da História, uma atitude que viria a ser comum entre escritores portugueses do século XVI, com destaque para Diogo do Couto. Algo claramente perceptível na seguinte passagem:

[...] todas as milagrosas façanhas que os Portugueses fizerão em Ethiopia, Arabia, Persia, e nas Índias, dentro do Ganges & fora dele, & na China e nas Ilhas Maluco, do tempo que dom Vasco da Gama conde da Vidigueira & Almirante do Mar Indico descobriu as Índias, ate a morte de dom João de Castro que la foy governador & visorey. Em que se contem espaço de cinquenta annos (CASTANHEDA, L. I, p. 1-2).

Mas, é com Gaspar Correia e sua obra *Lendas da Índia* que as aproximações com Diogo do Couto são maiores, desde suas semelhanças biográficas ao estilo de escrita. Gaspar Correia

foi moço da Câmara Real no mandato de D. Manuel I. Muito jovem, por volta de seus quatorze anos, embarcou para o Oriente como soldado, partindo na Armada de Jorge de Melo Pereira, de 1512, atuando em ações militares por várias regiões asiáticas, ocupando diferentes cargos no Estado da Índia e sendo também a cidade de Goa seu local mais prolongado de residência.

Fora escrivão de D. Afonso de Albuquerque, entre 1512 e 1513, presenciando a tentativa de seu envenenamento, em 1514. Em sua companhia esteve, em 1515, na conquista de Ormuz, acompanhando sua morte na barra de Goa, a bordo da nau *Frol da Rosa*. Todas as robustas conquistas desse governante com certeza influenciaram muito sua escrita sobre como a presença portuguesa na Ásia devia se impor, explicando em grande parte suas lamentações acerca dos problemas que presenciaria futuramente.

Ainda em 1515, exerceu a função de escrivão em Calicute, junto com Duarte Barbosa (1480-1521). Já em 1516, assumira o posto de vedor das obras da cidade de Goa. Entre 1521 e 1524, esteve em São Tomé de Meliapor, supervisionando as obras de construção da igreja onde se acreditava ter vivido São Tomé. Manteve o cargo de vedor de obras nos governos de Lopo Soares de Albergaria, Diogo Lopes Sequeira, D. Duarte de Meneses e do vice-rei Vasco da Gama, passando ao cargo de almoxarife do armazém da Ribeira de Cochim, de 1525 a 1528, no governo de D. Henrique de Meneses. Acompanhou o governador Nuno da Cunha no ataque a Diu, em 1529, quando esteve com o jovem Fernão Lopes de Castanheda. Mas, mesmo existindo o relato desse ataque na obra dos dois escritores, não há menções a esse encontro.

Nesse episódio em Diu, Gaspar Correa fora armador de um catur e combatente. Já sobre as atividades exercidas por Castanheda não se tem conhecimento, mas chama atenção o tom acusatório que elabora dos equívocos cometidos pelo governador Nuno da Cunha. Esse teria exagerado nos recursos empregados para a ação, levantando poucas informações sobre os inimigos, além de ter se demorado muito em Chaul antes de acometer Diu, o que explicava a derrota portuguesa no combate, já que os inimigos teriam tido tempo para se organizarem e se reforçarem. Segundo Castanheda:

[...] ho erro que fizera em se deter tanto no caminho, & em fazer tamanho gasto como fez em fazer aquela armada pera ir a Diu sem saber muito bem sua disposição, & que gente lhe era necessária pera ho tomar [...] foy cousa espantosa as bombardadas que desparavam dhuma parte & doutra, & a grossa fumaça que se levantava dambas as partes que escurecia ho ceo & a terra [...] (CASTANHEDA, L. VIII, Cap. XXXI).

Retornando a Gaspar Correia, tal como Diogo do Couto, teve um breve regresso ao Reino com o objetivo de requerer pagamento, voltando à Índia em 1531 e participando posteriormente da conquista de Baçaim, em 1533.

Entre 1532 e 1534, escreveu as *Chronicas dos Reys de Portugal e summarios das suas vidas com a historia da India e Armadas que se mandaram athe o anno de 1533*. Nos anos posteriores fez a redação de *Lendas da Índia*, descrevendo a presença portuguesa na Ásia entre 1497 até 1550. Participou da construção da fortaleza de Diu, entre 1535 e 1536.

Trabalharia ainda nas praças do Golfo Pérsico, do Malabar, Cambaia, Coromandel e Negapatão. Em 1546, participou do segundo cerco sofrido pela fortaleza de Diu. Já em 1547, recebeu o pedido do vice-rei D. João de Castro para a orientação de pintores locais na produção de retratos dos governadores e vice-reis da Índia desde D. Francisco de Almeida. O manuscrito de *Lendas da Índia*²²¹ chegaria em Portugal na frota de 1583, levada pelo neto de Vasco da Gama, Miguel da Gama (AVELAR, 2016, p. 307-308).

Nessa obra, Gaspar Correia critica o cronista oficial (João de Barros) logo no prefácio, apontando que diferente dele não escrevia por ter ouvido outros que lá estiveram, tendo a autoridade de na Ásia ter vivido. Não possui uma erudição ao nível de Castanheda ou Barros, sua cronologia é falha, além de não mostrar muita confiabilidade em seus relatos, parecendo em vários momentos que simplesmente inventa situações, escrevendo mais na perspectiva de colono e supervalorizando tudo o que parece exótico. Além disso, traz uma linguagem quase messiânica das ações portuguesas, muito influenciado pela nostalgia dos tempos de D. Afonso de Albuquerque. No início do segundo livro, ele escreve:

He verdade que quando comecey esta occupação de escrever as cousas da India erão ellas tão gostosas, per suas bondades, que dava muyto contentamento ouvilas recontar; mas, porque as cousas boas pouquo durão, as bondades se forão danando e comrompendo, como ao diante direy, que nom deixarey de escrever, pera que cada um aja o galardão de seu bem e do mal, neste mundo nas lingoas e memorias das gentes, e no outro, ante Deos, cada hum averá direita satisfação de seus merecimento (CORREIA, L. II, p. 5).

Defende que sua importância maior viria sobre mostrar o pensamento português dos que moravam na Ásia e o que se passava em sua tradição oral. Além disso, exerceu influência de

²²¹ O manuscrito original de *Lendas da Índia* ficou conservado pela família de Gaspar Correia por muitos anos, tendo sua primeira impressão apenas no século XIX. Com organização feita pela Academia Real das Ciências de Lisboa, a publicação se deu entre 1858 e 1863. Mas, antes disso, cópias manuscritas feitas a partir do original circularam tanto no Reino quanto no Estado da Índia, sendo fonte de consulta para vários escritores dos séculos XVI e XVII.

seu estilo mais vulgar e objetivo em escritos posteriores, fugindo da tradição cronística de Barros, além de sua interpretação de contraste entre os primeiros tempos gloriosos dos portugueses na Ásia que se seguiram a sua decadência (SUBRAHMANYAM, 2012, p. 72-73).

Assim, Gaspar Correia e Diogo do Couto comungavam do objetivo da escrita de uma história favorável ao Reino e com a esperança de recebimento de mercês, mas as injustiças vistas e sofridas trouxeram a ambos uma visão triste sobre as ações portuguesas, não deixando de denunciar os excessos da ganância e corrupção. Com o andamento de suas vidas, o sentimento de defesa da justiça a partir da denúncia se tornara mais forte do que a possibilidade de mercês, que poderiam justificar silêncios que em suas escritas não ocorreram (BAPTISTA, 2014, p. 140-141).

Além disso, Couto guarda uma diferença marcante em relação a Castanheda, Correia e João de Barros: ele foi o único ligado a uma família: os Gama. Outra característica que lhe é particular é a sua voz de casado em contradição com a escrita do que se espera de um cronista oficial, sendo aí muito mais próximo de Gaspar Correia do que de João de Barros, destacando os problemas do Estado da Índia apesar dos grandiosos feitos portugueses. Soma-se a isso a postura do reformista que aparece nas versões de seu *Soldado Prático*.

Enfim, Diogo do Couto procurava construir uma história em escala global e de forma insistente investia na demonstração de erudição e rigor, tal como Castanheda e Barros, ao mesmo tempo que usava recursos do folclore, narrativas da gente miúda e críticas ao Estado, tal como Gaspar Correia.

3.10- O andamento das atividades no Tombo e na escrita das *Décadas*, após o falecimento de Diogo do Couto:

Faleceu em Goa aos 74 anos de idade sabbado, 10 de dezembro de 1616. Foi homem de meia estatura, de alegre e veneravel presença, os olhos teve pardos, pequenos, e de muita viveza, o nariz aquilino, e côr de rosto atericiada.

Pedro José de Figueiredo (1817)

Possuía idade bastante avançada para os padrões da época, estando mergulhado em meio ao pessimismo de uma melancolia patriótica, estado ainda agravado por um forte reumatismo que lhe incomodava já há alguns anos.

Em carta do dia 6 de janeiro desse ano, ainda escrevia a D. Francisco da Gama defendendo sua posição de honrado, algo que seria muito difícil naqueles tempos na Índia, desiludido com os homens e a política:

Fico velho, e inda que asi, todavia espero em Deos que hei de ficar de fóra daquela regra tão geral neste Estado, que he, todo homem que nelle envelhecer não escapa, ou de pobre, ou de desonrado; pobre sou, mas muito honrado espero em Deos de acabar, porque me não póde tirar o mundo, deixar nelle impressos seis, ou sete Livros tão acreditados pela Europa, que se não fôra tão humilde, podéra-me tocar uma pequena de altivez.

(Torre do Tombo: Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça, tomo 3, p. 371²²²)

Apesar de todos os percalços, sua produção escrita mantivera-se até seus últimos dias, como atestam suas cartas, a elaboração do *Epílogo da História das Índias* e a *História do Reino da Etiópia*.

As tratativas oficiais para a continuidade da escrita da história dos portugueses no Oriente bem como para a gestão da Casa do Tombo de Goa, porém, demorariam muito para iniciar. Apenas quando D. Francisco da Gama chegou na Índia para assumir seu segundo mandato como vice-rei, em 1622, é que uma autoridade levou ao rei D. Felipe III (1621-1640 – Filipe IV, na Espanha) essas necessidades. Notamos a sua aflição em duas cartas dirigidas ao rei. Vamos à primeira, escrita em 4 de março de 1626:

Snõr

Os herdeiros de Diogo do Couto me deram a 8^a Decada que elle deixou em borrão e poserão em limpo, que começa no ano de 64 e trata dos governos de D. Antão de Noronha e Dom Luiz dataide a primeira vez que governou este estado, vay por duas vias a V. Magestade para que, sendo servido, a mandar imprimir por conta de sua fazenda como tem feito as mais e com esta occasião me pareceo devia lembrar que, falecendo em Lisboa frei Adeodato, Religioso de Santo Augustinho, cunhado de Diogo do Couto, que corria com a impressão destas Decadas, lembrey ao Duque de Villa Formosa que se devia encarregar esta occupação a pessoa que tivesse curiosidade de continuar com ella, e lhe apontey frey Cosmo de Sancta Maria, religioso do mesma ordem, que antes de o ser militou neste Estado e tem noticia delle e partes para fazer isto com curiosidade [...].

²²² Fora publicada pela primeira vez em *Obras inéditas de Diogo do Couto: cronista da Índia e guarda-mor na Torre do Tombo*, organizada por Antonio Lourenço Caminha (1808, p. 74).

Percebemos que as *Décadas* finalizadas em fins da vida do cronista ficaram paradas por anos, esperando seu envio para o Reino e posterior publicação. Apenas após a ação de recolhimento do Conde junto aos herdeiros de Couto é que as coisas começaram a se desenrolar. Para piorar, a situação também não estava fácil no Reino, já que o Frei Adeodato da Trindade, cunhado de Couto e responsável pelas impressões, havia falecido e precisaria ser substituído, tarefa nada fácil, já que o novo organizador das edições também deveria ser bom entendedor das coisas da Índia.

[...] Também lembrey, por morte de Diogo do Couto, que se encarregasse o officio de chronista deste estado a quem continuasse com a escriptura das Decadas como elle fazia e té gora se não proveo nisto; neste estado não vejo pessoa que tenha partes e talento para este lugar senão o Letrado Nicolao da Silva, que tem acabado de servir de vedor da fazenda de Mascate e, como he letrado e tem servido cargos de justiça neste estado, pode-o V. Magestade obrigar a que sirva de Guarda-mór da Torre do Tombo e chronista, sem exercicio nem beca pelo defeito do seu nascimento, e entendo que convem muito não se dissimular com a provisão deste cargo [...].

É notória a preocupação do Conde com a continuidade da escrita das *Décadas* e com a administração do Tombo que, pelo que tudo indica no trecho a seguir, ficara mal gerido por vários anos. O único nome sugerido para ambas as atribuições foi o de Nicolau da Silva, que apesar de seu “defeito” de nascimento, parecia ter talento e conhecimento.

[...] Eu achei a Torre do Tombo notavelmente desbaratada porque depois que faleceu Diogo do Couto as pessoas que ali servirão não tinham curiosidade para tratar bem os livros e papeis que nella havia. Provy Domingos de Barros que, por ser naturalmente curioso, reformou e emquadernou todos os livros que ally havia e lhe fez seus alfabetos e tavoadas pelo que estão hoje na forma que convem, e, quem lhe suceder, não terá nenhum trabalho. Também não achei escrivão na Torre do Tombo e achei por tradição, que já houvera portuguez provido por V. M. de com ordenado; se achar pessoa que dignamente mereça o lugar, provelloey até V. M. demandar o que fôr servido porque entendo que he muy necessario.

De Goa, a 4 de março de 1626.

O conde almirante.

(Torre do Tombo de Lisboa: Livro 22 das Monções, fl. I27²²³)

²²³ A carta foi transcrita do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 47-49).

Em carta do ano seguinte, datada de 23 de fevereiro de 1627, as tratativas do Conde pela solução dos mesmos problemas continuariam. Boa prova da lentidão daquele processo:

Depois que falleceo Diogo do Couto se não continuou mais com a chronica das cousas deste estado, que Elle tinha a cargo, e por isto ser cousa tão digna de se proseguir, e entender que Bertolameu Galvão correm as partes que se requerem para o bem fazer por ser pratico de historias e cousas de humanidade e de bom entendimento e estilo e homem recolhido e quieto como requere semelhante occupação, o provi desta juntamente com o cargo de Guarda-mór da Torre do Tombo que Diogo do Couto tambem tinha para com o ordenado delle se poder sustentar, de que se lhe passou carta em nome de V. M. com obrigação de haver confirmação sua no Reino, de que me pareceo dar conta a V. Magestade e que o dito Bertolameu Galvão alem de concorrerem em sua pessoa as qualidades e partes referidas servio neste estado algumas ouvidorias e procedeo em todas com satisfação e que entendo o dará nisto sendo V. Magestade servido de lho confirmar. Nem vejo aqui outra pessoa que o haja de fazer com elle. V. Magestade fará o que for servido. Grande Deus a catholica pessoa de V. Magestade como a christandade ha mister.

De Goa, a 23 de fevereiro de 1627.

O Conde Almirante.

(Torre do Tombo de Lisboa: Docs. Remetidos da India, liv. 24, fl. 88²²⁴)

Talvez já antecipando a negativa real sobre o nome de Nicolau da Silva, o Conde colocou outro cronista no cargo que era de Couto. De fato, o próprio rei vetaria o nome de Nicolau da Silva em carta redigida, no dia 1 de abril de 1627, e destinada ao próximo governante do Estado da Índia²²⁵.

²²⁴ A carta foi transcrita do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 49-50).

²²⁵ Segue a citada carta:

Dom Francisco Mascarenhas, vice-Rei da India, amigo, EU ELRei vos envio muito saudar.

Na via do anno passado me enviou o Conde da Vidigueira, Visorei que então era desse estado, a oitava decada da História da India que Diogo do Couto deixou em borrão e seus herdeiros a puzerão em limpo, para a aver de mandar imprimir per conta de minha fazenda como se fez às mais de que se fica tratando e porque com essa occasião me lembra a provisão do officio de cronista desse estado para se aver de continuar com a istoria das Decadas como Diogo do Couto o fazia, mandei que para o officio de Guarda-mór da Torre do Tombo se me consulte os sogeitos que se oferecerem asy neste Reino como nessas partes e os que ouver a preposito para se continuar a istoria das Decadas, não se tratando porem da pessoa de Nicolao da Silva que o conde para isso lembrava de que me pareceo avizar-vos para que saibaes o que nisto tenho mandado.

Escrita em Lisboa o prº de Abril de 1627.

(Torre do Tombo – Liv. 24 dos Docs. remetidos da India; fl. 149)

Tratava-se agora de Bartolomeu Galvão, que além de conhecedor das humanidades e experiente em outros cargos administrativos do Estado, era pessoa discreta. Percebemos aí, novamente, o cuidado que o vice-rei, já em seu segundo mandato e obediente a outro soberano, precisava manter em relação a tudo o que poderia ser escrito na história e com quem a escreveria.

Porém, a situação seria resolvida apenas muito tempo depois. Prova disso é uma carta do Arcebispo de Goa Frei Manuel Teles de Brito ao rei D. Filipe III (1621-1640), do dia 19 de agosto de 1631, onde narra sobre a indicação de António Bocarro (1594-1642)²²⁶. Ele escreveu a *Década XIII*, que ficaria inédita por séculos, simbolizando a falta de valorização desse tipo de produção. Sua impressão ocorreria apenas em 1876, pela Academia Real de Ciências²²⁷.

Segue a citada carta:

V. Magestade me manda por apertadas ordens que busque homem que continue cõ a istoria da India e cometendo ao Doutor Gonçalo Pinto da Fonseca, chanceler deste Estado, o exame das pessoas que podião servir a V. Magestade nesta ocupação me nomeou para ella a António Bocarro por pessoa de talento e em quem me affirmou concorrerem algumas mui boas partes para a dita ocupação, porque neste Estado sõr há grande falta de sogeitos; passarão se lhe os despachos necessarios para servir juntamente de Guarda-mór da Torre do Tombo.

E porque tenho por noticia que Diogo do Couto escreveo até o tempo de Dom Jeronimo dazevedo e qua não ha estes livros e tenho ouvido que o marques de Castel Rodrigo tem parte delles de letra de mão, sirva-se de V. Magestade de mandar que se envie huma copia delles para se emendar a parte em que elle ouver sido diminuto e se poerem nesta Torre do Tombo que está em tal miseria que não ha nella hum só papel em que se faça fundamento nem ainda para dar lume a istoria, a que tenho grã lastima e vou dando o remedio que me he factível.

Deus guarde a Catholica e Real pessoa de V. Magestade como a Christandade e seus vassallos havemos mistér.

De Goa, a 19 de agosto de 1631.

A citada carta foi transcrita do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 51).

²²⁶ António Bocarro foi um geógrafo e cronista português, autor da *Década XIII* e de outras três obras: *Descrição das Ilhas de Quirimba* (1634), *Livro das Monções* e o importante *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoaçoens do Estado da India Oriental*, de 1635. Essa última surgiu como um pedido do próprio rei D. Filipe III, com o objetivo de caracterizar as partes orientais do Império Português, sendo coordenada desde 1633 pelo vice-rei D. Miguel de Noronha. Trata-se de uma obra volumosa e repleta de ilustrações atribuídas a Pedro Barreto de Rezende. Seu original está depositado na Biblioteca Pública de Évora, ainda em manuscrito e não tendo edição moderna. No site da Biblioteca Nacional Digital de Portugal é possível baixar o arquivo com toda a obra digitalizada.

²²⁷ Essa publicação foi dirigida por Rodrigo José de Lima Felner, fazendo parte da *Collecção de Monumentos inéditos para a história das conquistas dos portugueses em Africa, Asia e America* – tomo VI – 1ª serie, em Lisboa.

(Torre do Tombo, Livro 29 das Monções, fl. 89²²⁸)

António Bocarro se destacava por suas boas qualidades, em um contexto de completa ausência de sujeitos na área da escrita e documentação. São superficiais as notícias sobre em que ponto Couto parara sua produção, ouvindo-se dizer que parte de seus escritos inéditos estariam em forma manuscrita no Reino, sendo solicitado ao rei que enviasse as cópias para serem complementadas. A situação do Tombo parece mais lastimável do que aquela narrada pelo Conde na carta de 1626, agora faltando até papel.

Enfim, acontecia no Tombo e na escrita da história os problemas que já há muito tempo eram apontados por Diogo do Couto. De jovem estudante à soldado na Índia, de burocrata em Goa à cronista. Sua vida atribulada reflete os próprios percalços de seus temas de estudos e da trajetória de suas muitas obras.

²²⁸ A carta foi transcrita do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 52-53).

CAPÍTULO 4 – A CONSTRUÇÃO DO ALVITRE DE DIOGO DO COUTO E SUA ESPECIFICIDADE NA DEFESA DAS ARMADAS E FORTALEZAS NA ÍNDIA

Foi Diogo do Couto homem de meia estatura, de alegre e venerável presença, olhos vivos, cor atericiada, e nariz algum tanto aquilino, mui laborioso, como o mostra a multidão de seus Escriptos. Teve grande conselho, e por essa causa era chamado muitas vezes dos Vice-Reys a elle, nos negócios de môr importância. Era pouco cubiçoso, que para homem que viveo tantos annos na India, he grande maravilha, e assi foi mais rico de partes e merecimentos.
Manoel Serafim de Faria (1624).

É comum ao longo de toda a obra coutiana suas críticas às mais diferentes autoridades do Estado da Índia, além de denúncias sobre o desregramento dos portugueses e o apontamento de inúmeros outros problemas que ameaçavam a perda das conquistas realizadas na Ásia. Tais conquistas, segundo ele, eram frutos de muitos esforços de uma época de glória que já havia se passado. Até mesmo os monarcas não escapam de duras críticas, pois se deixavam influenciar por interlocutores que não trabalhavam em benefício do império, não observando o que de fato era necessário na Índia, deixando de castigar os que mereciam e não dando as devidas mercês aos que lhe eram fiéis. Por isso, são recorrentes suas reflexões acerca da Índia ter sido conquistada pela coragem, heroísmo e fidelidade a El’Rei e a Deus pelos primeiros fidalgos e soldados, sendo posteriormente ameaçada pela falta justamente dessas belas ações dos primeiros tempos.

Porém, o tema do decadentismo do império na escrita dos portugueses não é algo específico de Diogo do Couto. Inúmeras produções, desde o século XVI, foram marcadas por essa problemática, encontrando o seu auge entre os historiadores dos séculos XIX e XX. Para Diogo do Couto, e isso se replica a outros escritores portugueses que viveram pelo Estado da Índia, entre os séculos XVI e XVII, tudo poderia ser resolvido se novas e fortes ações reformadoras fossem tomadas. É nesse momento que surgem as obras arbitristas, sendo Couto um dos primeiros ou até mesmo o primeiro a se dedicar na cultura portuguesa a essa temática: identificar os problemas existentes no Estado da Índia e sugerir (ou “alvitrar”, ou mesmo “fazer o alvitre”, tal como esses autores escrevem) ações que remediariam essa crise, trazendo de volta os tempos de glória de fins do século XV e início do XVI.

São inúmeros os alvitres feitos por Couto. Mas, alguns são mais recorrentes, permanecendo como importantes bandeiras de luta em todas as suas obras, escritas ao longo de aproximadamente 51 anos dos 74 de sua vida. Muito já se estudou na historiografia sobre seus

alvitre nas duas obras específicas desse tema, que são seu primeiro e segundo *Soldado Prático*. Mas, seu arbitramento também se encontra, de forma direta ou indireta, ao longo de todas as suas *Décadas*, como também em algumas das cartas escritas em seus anos finais de vida.

Nas cartas presenciamos um tom mais colérico, típico de uma escrita mais privada e consequência do diálogo e confidências que fazia com D. Francisco da Gama, tal como já visto em passagens anteriores desse trabalho. Chamam mais atenção os seus alvitre ao longo das várias *Décadas*. Essas foram obras do cronista oficial do Estado Português da Índia e guardamór do Tombo de Goa. Seu objetivo é o de contar os feitos dos portugueses na Ásia, seus desafios e vitórias. Porém, a existência de inúmeros momentos de críticas diretas às mais diferentes situações que ameaçavam o Estado da Índia, além dos alvitre que na visão de Diogo do Couto solucionariam todos os problemas, tornam a análise desse tema muito especial.

É nesse sentido que se busca aqui a construção de uma linha de raciocínio que liga sua produção escrita arbitrista a suas vivências tanto no Reino quanto na Ásia. Diferente da maioria dos escritores arbitristas, Diogo do Couto conseguiu identificar de forma mais clara os principais problemas enfrentados pelos portugueses na Ásia, já que além de um apurado conhecimento burocrático do Estado da Índia e dos costumes de seus contemporâneos, teve Couto a percepção de compreender as dinâmicas asiáticas, e até mesmo europeias, que atuavam dentro daquele vasto espaço. Esse olhar mais crítico e amplo seria difícil de se encontrar naquele momento, sendo mais comum os autores manifestarem mais a posição de superioridade de sua própria gente, havendo pouco espaço para a compreensão de sociedades vistas como primitivas, tal como era o comum entre os escritores quinhentistas em relação às inúmeras sociedades asiáticas. Isso lhe foi possível por uma característica única: suas diferentes experiências de vida. Desde sua juventude, na corte do Infante D. Luís e de D. João III em Lisboa, até as diferentes posições de soldado e cronista oficial da Ásia, ao longo dos muitos anos em que viveu no Estado da Índia.

Sua obra e visão de mundo carregam um saudosismo herdado de sua criação na corte. Nela, conviviam com a forte imagem dos feitos gloriosos dos tempos de D. João II e D. Manuel I, ao que se somava às ações dos grandes heróis lusos em terras asiáticas: os governadores e futuros vice-reis do Estado da Índia D. Francisco de Almeida, D. Afonso de Albuquerque e D. João de Castro. Essas referências moldaram suas opiniões acerca de como eram e deveriam continuar sendo as inspirações para as ações do povo português. Povo marcado tanto pelo ideal cruzadista quando pela expansão comercial, situações que lhes eram de muito valor e que deveriam garantir perpetuamente riqueza e glória.

Com os falecimentos do Infante e de El'Rei, estando desprotegido, Diogo do Couto partiu para a Ásia na condição de soldado. Essa posição de soldado continuaria marcando toda a sua vida e escrita, tanto pela humildade quanto por sua responsabilidade, que era a de consolidar o império. Para ele, o soldado era um dos dois protagonistas que sustentavam o poder português no Oriente. O outro deveria ser a ação fiel da maior autoridade portuguesa na Ásia: o vice-rei ou governador.

Nesse sentido, a escrita coutiana assumiu as ações e a vida do vice-rei D. João de Castro (1545-1548) como referência concreta a ser lembrada e seguida pelos portugueses seus contemporâneos. Tal como Diogo do Couto, D. João de Castro fora um importante estudioso e viveu na corte do Infante D. Luís e do rei D. João III, atuando diretamente no Estado da Índia após os primeiros tempos dos portugueses na Ásia.

Para Diogo do Couto, D. João de Castro fora um continuador das assertivas ações de D. Francisco de Almeida e de D. Afonso de Albuquerque, tal como D. João III e o Infante D. Luís seriam continuadores de D. João II e D. Manuel I. Couto cresceu na corte justamente no período em que D. João de Castro fora governador do Estado da Índia e conseguiu a maior vitória militar portuguesa até então naquela região²²⁹, com os anos seguintes de sua juventude marcados pelo exemplo de elevada moral, vida simples, coragem e dedicação do vice-rei. Daí, são compreensíveis as constantes referências aos exemplos de D. João de Castro, do Infante D. Luís e do rei D. João III ao longo de toda a obra coutiana, com os três ocupando sempre lugar de destaque.

Ao chegar na Ásia, o jovem soldado e futuro cronista identificaria nesses exemplos, além de se respaldar em suas próprias reflexões e análises, a solução para os problemas enfrentados pelos portugueses, que agora conviviam com o que seria a desestruturação do Estado da Índia.

Esse processo de desestruturação teria sido provocado tanto pela perda da identidade portuguesa, com seus contemporâneos mais entregues à defesa de interesses privados, quanto pela incapacidade de adaptação às novas dinâmicas presentes, impostas por movimentos vindos da própria Ásia como também consequência de desdobramentos políticos europeus.

Dentre os vários alvitreiros feitos por Couto, é central a defesa por uma nova organização da presença portuguesa na Ásia. Essa nova organização seria consequência tanto de um retorno às origens das ações portuguesas dos primeiros tempos, o que incluiria as experiências do governo do primeiro vice-rei D. Francisco de Almeida e que foram retomadas no governo de

²²⁹ O citado episódio foi a defesa da fortaleza de Diu contra o segundo cerco que sofreu. Esse tema será trabalhado adiante.

D. João de Castro, quanto fruto de uma reflexão assertiva das novas dinâmicas políticas e econômicas do espaço asiático dadas no período final de sua vida, na passagem para o século XVII.

Assim, Diogo do Couto defendia que a presença portuguesa na Ásia não deveria objetivar a ocupação de grandes territórios. Apesar dos exemplos do Império Romano e do Império Espanhol serem muito bem quistos, ele entendia que o império português era em sua origem um império de comerciantes navegadores que atuavam em nome de Deus e de El'Rei. Por isso, menos fortalezas e a manutenção de poderosas armadas no mar deveriam ser as ações principais a serem tomadas. Apesar de inúmeras e variadas as ações alvitadas por Diogo do Couto, essas marcam direta ou indiretamente toda a sua produção, desde o primeiro *Soldado Prático*, passando por suas cartas e *Décadas*, até o seu segundo *Soldado Prático*.

Poucas e poderosas fortalezas protegeriam as regiões com maior ocupação de populações portuguesas, além de defenderem os mais importantes entrepostos comerciais e as entradas e saídas das principais rotas do comércio marítimo. Já as poderosas armadas resguardariam o que de fato sempre trouxe glória aos portugueses: a presença nos mares e oceanos com o objetivo de domínio comercial, a partir tanto da soberania sobre as principais rotas comerciais quanto da subjugação militar sobre seus adversários e concorrentes, sejam eles povos asiáticos ou europeus.

Apesar de defender armadas no mar e a manutenção de poucas e poderosas fortalezas, o foco não era o de manter um constante estado de guerra. Ao contrário do que se possa pensar, elas serviriam para o objetivo maior de garantia da paz necessária a prosperidade do comércio. Os inimigos ou concorrentes asiáticos e europeus dos portugueses ficarem constantemente intimidados pela ameaça mantida por suas armadas no mar e não conseguiriam o acesso aos entrepostos e rotas comerciais de especiarias protegidos por suas fortalezas. Assim, na prática Diogo do Couto propõe um enxugamento do Estado, algo que se entende ser muito pertinente para o cenário do comércio e política asiática entre fim do século XVI e início do XVII, em que novas forças asiáticas e europeias se faziam presentes. Diminuição de fortalezas, aumento do poder no mar com as armadas e conseqüentemente a diminuição de cargos burocráticos vistos como desnecessários, além da melhoria na remuneração a quem de fato trabalha, tal como ele, seriam as ações mais urgentes e necessárias.

A falta de ligação com o heroísmo dos primeiros tempos aliado com a má remuneração dos cargos oficiais no Estado da Índia era o que desviava, segundo Diogo do Couto, os portugueses dos objetivos do Reino, os levando para a defesa de interesses particulares, seja por via da corrupção ou no envolvimento com atividades lucrativas do comércio privado. Essas

percepções, como visto, se materializariam futuramente (e bem recentemente) na historiografia portuguesa e em estudiosos de outras origens. Perceber essas argumentações em Diogo do Couto, que escreveu vários séculos atrás, é o que torna tudo muito interessante.

Ele visualizou a importância de um urgente redirecionamento das ações portuguesas na Ásia. Compreendeu também a condição de seus compatriotas em terem a necessidade de sobreviverem com outras atividades fora da esfera do Estado, que se tornava cada vez mais inchado, lento e com menos presença do rei. O que ele não aceitava era o fato de que, em fins do século XVI, os portugueses tinham em grande parte abandonado as atitudes e a mentalidade de conquistadores que os haviam inspirado nas primeiras décadas da sua expansão na Ásia, encontrando-se fundamentalmente interessados agora no comércio local asiático e em conservarem o que já tinham conseguido.

Um fator importante que Diogo do Couto não conseguiu identificar foi o fato de que o Reino já não possuía recursos financeiros e até mesmo interesse pela Ásia, devido as questões políticas desencadeadas pela União Ibérica como também pelas atividades lucrativas que começavam a surgir no Brasil e nas costas ocidentais africanas. Não era apenas Portugal que não dava conta de controlar toda a vastidão asiática²³⁰. Nenhum dos impérios ou forças de grande projeção local ou mundial davam conta, sejam os turcos ou mogóis, os safávidas ou guzerates, e nem mesmo ingleses e holandeses. Mas, ao sugerir mais armadas e foco em poucas e poderosas fortalezas, isso resguardaria o império português como ele poderia ser possível: um império de comerciantes navegadores. Apesar de ser pouco o necessário para se manter a presença portuguesa na Ásia, Diogo do Couto identificou nos problemas enfrentados as ações que poderiam ser feitas para a defesa do básico, que era o comércio.

Naquele período histórico, eram poucos os portugueses que viviam tanto e por tantos anos no Estado da Índia. Apesar de entender bem o cenário da presença portuguesa na Ásia, sua origem era do Reino. Isso torna suas reflexões bem específicas. Apesar de suas defesas pelo Estado da Índia, ele não esquece Portugal e tentava reproduzir Portugal na Índia. Os próprios pedidos por reconhecimento de seu trabalho indicam isso. Ao clamar por mais soldados, por mais envolvimento dos que chegavam, ao defender o período de governo com mais de três anos, entre outros alvitres, ele tenta criar um enraizamento que ninguém ou quase ninguém no Reino queria ter numa região tão distante e num cenário político internacional agora tão distinto.

²³⁰ As causas para mudanças na política do Estado Português da Índia não terem sido levadas a diante, tal como todo o processo de diminuição de força de Portugal no Oriente, são temas há muito discutidos na historiografia. A esses temas se somam recentes problemáticas advindas de reflexões historiográficas produzidas por estudiosos asiáticos bem como por revisões na historiografia portuguesa e de outros países. Porém, isso seria pauta para outro trabalho.

Ao mesmo tempo, sua vida foi construída na Ásia, sendo perceptível em toda sua escrita um forte envolvimento pessoal para com o sucesso do Estado da Índia. Diogo do Couto constrói um propósito de transformação política e social por meio de sua obra cronística, sendo suas *Décadas* em especial muito mais do que uma história dos feitos portugueses.

Percebe-se isso principalmente na redação das últimas *Décadas* produzidas (VIII, IX e XII) como também em seu segundo *Soldado Prático*. Suas denúncias apontam que o sentimento de ingratidão e de não aceitação de tudo de errado que se dava na Ásia eram bem mais fortes do que as exigências de seu cargo de cronista oficial. Eram mais fortes também do que os supostos benefícios ou reconhecimento pelos quais ele sempre esperou acerca de seu trabalho. Ao se ler a *Década X*²³¹, por exemplo, não há espaço para críticas contra D. Filipe I, que era o rei que ocupava o trono de Portugal naquele momento, como também figurava nas ações justamente da citada *Década X* que foi a primeira escrita. Mas, na segunda versão do *Soldado Prático* e em especial nas últimas *Décadas* redigidas, Diogo do Couto não economiza críticas a esse mesmo rei.

A existência de críticas nos *Soldados Práticos* é algo pertinente, já que se tratam de obras com objetivos arbitristas. Mas, ao também aparecerem nas *Décadas*, torna muito concreta a noção de que Diogo do Couto priorizava mais a Índia do que supostos benefícios pessoais que poderia receber.

Outra noção ligada a essa última reflexão advém de sua já citada relação de proximidade com o Conde D. Francisco da Gama. Mesmo sempre se gabando de não ter relações de interesse e proximidade com os fidalgos poderosos, apesar de seu cargo oficial, isso não ocorreu nos últimos anos de vida de Diogo do Couto. É fato que o primeiro vice-reinado do neto do Almirante Vasco da Gama não contou com grandes realizações, além de lhe ter gerado muitas dificuldades políticas. Mas, provavelmente por interesse de ambas as partes, o Conde esperava de Diogo do Couto uma escrita mais deslumbrante sobre sua passagem pelo Estado da Índia, o que de fato ocorre na redação da *Década XII*, que abarca justamente os acontecimentos dos tempos de seu primeiro governo.

Ao mesmo tempo, por intermédio das cartas de Diogo do Couto para o Conde, nota-se o grande investimento do cronista nesta relação, esperando e até mesmo cobrando diretamente por reconhecimento real e financeiro de seu trabalho. Ocorre, assim, uma clara contradição entre o que Couto defende em toda a sua obra e o que de fato ele lança mão na fase final de sua

²³¹ É significativo lembrar que a *Década X* foi a primeira escrita, tratando dos tempos do reinado de D. Filipe I, que foi o monarca que justamente viria a criar o Tombo de Goa e a ordenar a continuidade da escrita das *Décadas da Ásia* de João de Barros, ambas funções assumidas por Diogo do Couto.

vida. As agruras em que vivia talvez tenham feito com que se aproximasse de D. Francisco da Gama, além do fato de ser algo normal no período o financiamento de obras para honrar famílias e feitos particulares.

Será que Diogo do Couto acabou fazendo, ou tentando fazer, o que sempre criticou nos outros? Ou agia buscando algo que de fato era justo, de acordo com todo o esforço e dificuldades de seu trabalho? Isso talvez não possa ser resolvido. Por outro lado, essa relação com o amigo poderoso poderia abrir o caminho para que seus alvires fossem ouvidos pelas autoridades do Reino ou até mesmo diretamente pelo rei. Isso traria mais chance, do seu ponto de vista, para o salvamento do Estado da Índia, que fora sempre o seu objetivo como escritor desde o primeiro *Soldado Prático*.

Para a construção da argumentação em torno da tese exposta, alguns temas complementares aliados a análises documentais foram lançados. Sobre os temas complementares, alguns trabalhos de outros historiadores são de muita importância, além de reflexões próprias que se materializaram ao longo dos estudos. Acerca da parte documental, aos materiais de Diogo do Couto se somaram interpretações acerca de escritos dos três governadores/vice-reis do Estado da Índia mais ligados aos alvires feitos por Diogo do Couto – D. Francisco de Almeida, D. Afonso de Albuquerque e D. João de Castro – além de documentos redigidos pelo Infante D. Luís e pelo rei D. João III.

Primeiramente, a estrutura do império português voltou ao foco, com atenção especial acerca das alterações impostas a parte asiática, na transição entre fins do século XVI e início do XVII. Com essa temática, se buscou entender melhor o cenário que marcou os últimos anos de vida de Diogo do Couto e lhe proporcionaram as reflexões possíveis para seus alvires.

Após isso, duas análises de produção historiográfica se fizeram necessárias. A primeira acerca do tema do decadentismo, desde os cronistas do século XVI até os historiadores do século XX. A segunda sobre os principais escritores arbitristas portugueses do século XVI e início do XVII. O objetivo foi o de localizar o espaço e a influência sobre Diogo do Couto dessas duas temáticas que tanto se fazem presentes na escrita da história de Portugal.

Partindo para abordagens mais específicas, se lançaram estudos acerca da estruturação das fortalezas portuguesas na Ásia, desde seus projetos e objetivos de construção até a sua dinâmica de existência e relevância para a presença lusa naquelas regiões. Juntamente a isso, o tema das armadas também voltou ao foco, mas agora se ligando diretamente, tal como o das fortalezas, aos alvires de Diogo do Couto.

Em sequência, aparecem as ações dos citados três vice-reis. O caso de D. Francisco de Almeida chama atenção por sua defesa por uma mínima ocupação territorial portuguesa no Oriente, destacando-se a construção de fortalezas e o domínio dos mares. Essas concepções foram diferentes das defendidas por D. Afonso de Albuquerque. Este é trabalhado pelo exemplo de inspiração que se tornou aos portugueses, já que foi ao longo de seu governo que as principais praças na Ásia foram conquistadas. Porém, em seus escritos aparecem preocupações com problemas já existentes nos tempos de seu governo que seriam denunciados por Diogo do Couto e os demais autores arbitristas muitas décadas depois. Tais análises contribuíram muito para se reavaliar neste trabalho os temas do decadentismo e do arbitristismo na historiografia portuguesa.

Encerrando essa parte, seguiram as interpretações das ações de D. João de Castro. A esse se renderam maiores análises, devido a todos os motivos aqui já expostos, em especial a sua contemporaneidade com a vida de Diogo do Couto e por ser identificado por ele como um dos maiores governantes do Estado da Índia. Como se percebeu, muitas das concepções de D. João de Castro acerca da estrutura do Estado da Índia são parecidas com concepções defendidas por D. Francisco de Almeida, e muitas de suas preocupações também se tornaram pautas assumidas por Diogo do Couto. Ao longo das análises de seu governo, abriu-se espaço para o aprofundamento acerca dos ocorridos em torno do segundo cerco sofrido pela fortaleza de Diu, a mais poderosa da Ásia naqueles tempos.

A parte final do capítulo fez um levantamento dos temas mais ligados as armadas e as fortalezas para a reestruturação do Estado da Índia na produção escrita de Diogo do Couto. Destaque maior foi concedido às *Décadas*, já que o tema do arbitristismo em Diogo do Couto na historiografia sempre contemplou os dois exemplares do *Soldado Prático*. Isso não descartou a sua utilização, mas os dois *Soldados Práticos* entram para introduzir as argumentações e apoiar o tema central dessa tese, servindo como balizadores do amadurecimento interpretativo de Couto, já que a primeira versão foi também sua primeira produção escrita, enquanto a segunda versão foi uma de suas últimas obras, quando já era bem mais velho e mais experiente sobre a Índia.

Nesse momento, ficou claro não existir em torno dos temas das armadas e das fortalezas uma novidade. D. Francisco de Almeida e D. João de Castro já haviam conjecturado muito a respeito. Mas, será nos tempos da escrita mais amadurecida dos anos finais de vida de Diogo do Couto que tais abordagens faziam mais sentido ao cronista e ao próprio Estado da Índia. Couto se encontrava na privilegiada posição de observador dos feitos antigos e presenciava as novas dinâmicas e ameaças sofridas por esse Estado. Por isso, a própria ideia de uma suposta

decadência da presença portuguesa na Ásia passou a ser problematizada. Decadência de quê? Em algum momento houve um império continental português na Ásia?

Pelo estudo dos primeiros capítulos desse trabalho viu-se ser não a resposta. Entende-se assim que a decadência na prática foi uma decadência da imagem construída em torno dos feitos portugueses encarados como grandiosos e heróicos sobre os tempos de sua chegada na Ásia.

4.1- Reflexões acerca do império português na escrita coutiana:

É possível entender que essa crise do Estado da Índia presenciada e narrada por Diogo do Couto é um misto entre sua visão saudosista de ações e estruturas que não mais existiam e, como trazido pelos estudos da historiografia, pela não percepção de uma mudança estrutural do Império Português como um todo. Ocorreria uma reorganização do império, que continuava rico, mas de forma diferente do esperado por Diogo do Couto e muito distante do que ele poderia perceber.

Na época de sua escrita, consolidou-se a concepção de que o império estava em decadência, daí o saudosismo em relação aos antigos heróis. Rotas comerciais pela Ásia eram perdidas, tal como a presença do Estado da Índia diminuía territorialmente, além da perda de importantes entrepostos comerciais ou fortalezas. Mas, na prática, o império estava mudando, ficando mais forte em outros planos e abandonando planos antigos, adaptando-se aos novos contextos tanto asiático, atlântico quanto europeu. Como visto, territorialmente o império português se tornou muito mais presente no Brasil, outras atividades econômicas se davam pela África e ilhas atlânticas, além do fato de uma grande comunidade de identidade também portuguesa se espalhar e se estabelecer pela Ásia por meio das atividades comerciais dos privados. Ao perceber que a influência do Estado Português da Índia diminuía, era claro para Diogo do Couto um cenário de decadência, mesmo diante do crescimento de atividades protagonizadas pelos comerciantes portugueses privados ou oficiais em outros territórios asiáticos e demais continentes pelo mundo.

A título de exemplo, ao longo de toda a obra coutiana praticamente nada é abordado sobre o Brasil, que se tornaria a nova fonte de riquezas para Portugal. Em sua posição de oficial do Estado da Índia e súdito fiel de um rei que também é espanhol, seu foco continuava sendo o mesmo do que se alimentava nos tempos de juventude na corte de D. João III e do Infante D. Luís: a luta contra o muçulmano e o comércio de especiarias. Essas ações só existiam na Ásia,

não podendo se materializar no Brasil ou outras áreas mais recentemente ocupadas. Em sua concepção, porém, a única região que tornava Portugal grande e poderoso era o Estado da Índia.

Esse Estado não conseguia mais retribuir o trabalhado e o esforço das pessoas na Índia, como o próprio Couto, soldados, gente comum ou até mesmo os fidalgos. De um lado, era impraticável a manutenção de guerras constantes que incentivassem a ida de soldados e fidalgos para as distantes regiões asiáticas, na promessa da conquista de riqueza e glória. Ao mesmo tempo, as atividades comerciais iam se adaptando a novos tempos, seja pela concorrência provocada por holandeses e posteriormente ingleses, pelas constantes mudanças nas dinâmicas do império turco e dos safávidas do Irã, pelo crescimento dos mogóis ou por toda a reorganização das demais populações e Estados asiáticos em torno de suas atividades comerciais e relações de poder. O Estado Português da Índia precisava, concomitantemente a tudo isso, se repensar e se reorganizar constantemente.

Essa reorganização era vista por Diogo do Couto em uma dupla perspectiva. Em parte, como visto, ele defendia urgentemente a volta às ações militares e heróicas de um passado distante. Mas, ao mesmo tempo, ao entender todas essas novas dinâmicas impostas sobre o Estado da Índia, algo possível para quem por tantos anos lá viveu, estudou e se relacionou com os mais variados tipos de pessoas, o fez defender a necessidade de ações específicas que, se tomadas, poderiam proporcionar a sobrevivência e continuidade da presença portuguesa na Ásia. É nesse ponto que sua defesa por armadas nos mares e poucas e poderosas fortalezas em terra ia muito de acordo com o que de fato era possível se fazer para a continuidade da presença portuguesa na Ásia por meio do comércio. Nesse ponto, Diogo do Couto foi muito assertivo, com o processo histórico posterior mostrando que sua análise em parte estava correta. Tanto é que Portugal ainda manteve presença por muito tempo na Ásia justamente focando nas atividades comerciais, seja por meio de ações do Estado ou dos comerciantes independentes.

Soma-se a isso uma errônea concepção de força que o Estado Português da Índia teria sobre vastos territórios e povos asiáticos. Ao longo de sua escrita e em meio a tantas citações e exemplos, são perceptíveis a influência sofrida por Diogo do Couto sobre a estrutura e vastidão do império dos Habsburgo espanhóis como também do império romano. Esses, possuindo cada um em seu tempo grandes impérios territoriais, foram para o cronista excelentes exemplos para o que ele sonhava se tornar o império português em sua época. Mas, até a época de seu falecimento, o império português nunca fora um vasto império territorial. Isso se aplicaria algum tempo depois, em parte, a partir da ocupação do interior do Brasil no distante século XVIII. Antes disso, na prática, o império português possuía alguns territórios maiores próximos de entrepostos comerciais desde as costas ocidentais africanas até o Japão, além de importantes

ilhas e demais áreas geralmente costeiras, que em sua maioria serviam justamente como bases da expansão marítima e comercial. A própria cidade de Goa, por exemplo, já era há décadas um importante entreposto comercial para os asiáticos. Enfim, nunca fora de fato um império territorial ao longo da vida do cronista.

Apesar de desejar uma forte presença portuguesa na Ásia, Diogo do Couto entendia que seus heróis construíram bases para as ações comerciais portuguesas, daí se destacando a defesa por poderosas armadas e fortalezas. D. Francisco de Almeida, D. Afonso de Albuquerque ou mesmo D. João de Castro nunca foram conquistadores de vastos territórios, se dedicando em seus diferentes contextos ao que era original das ações portuguesas desde o início de sua expansão ainda no século XV: a busca por novas fontes de renda e rotas de comércio marítimo, por meio da conquista e manutenção de territórios economicamente e geograficamente importantes ao comércio, além de manterem o discurso de luta contra os infiéis. Isso era na prática a grandiosidade dos portugueses, com Diogo do Couto defendendo justamente isso. Apesar da política de D. Afonso de Albuquerque defender a necessidade de maior presença e ocupação territorial portuguesa na Ásia, suas ações recaíram na conquista de importantes praças comerciais e suas respectivas regiões adjacentes. Praças essas que já eram importantes comercialmente e estrategicamente antes mesmo da chegada dos portugueses: Ormuz, Goa e Malaca. Por isso, um império de vastidões territoriais nunca chegou a existir na Ásia nas mãos dos portugueses. Consequentemente, não se teria como perder o que nunca existiu. Fortemente ameaçada era a presença militar e econômica do Estado da Índia, retraído justamente pela perda de rotas comerciais, entrepostos e fortalezas, que foram o cerne da defesa de Diogo do Couto em toda a sua obra.

Essa crise sim era concreta, já que foi no comércio de longa distância e na guerra no mar onde antes os portugueses se destacavam de todos os demais povos. Esse era o seu real império. Um império baseado na força do nome, da presença e honra do rei e de Deus no comércio, fortalezas e armadas portuguesas. Tanto é que Diogo do Couto em nenhum momento em sua vasta obra defende a conquistas de territórios extensos. Isso lhe é particular.

A concepção de império para Portugal justifica essa reflexão. Seu império, desde o início, olhava mais para fora da Europa do que para dentro. O inimigo muçulmano a ser destruído e as ricas especiarias a serem controladas estavam a milhares de quilômetros de seu território. Seu distanciamento em relação às questões políticas europeias, pelo menos até antes da União Ibérica, lhe foi outra característica muito importante.

Um exemplo advém da comparação entre as ações portuguesas e da Espanha diante de seus respectivos impérios. Portugal desde o início de sua expansão possuía menores recursos

financeiros e população a serem empregados em comparação com o que a Espanha detinha. Além disso, para a Espanha as grandes extensões territoriais no ultramar durante muito tempo foram instrumentos usados para o atendimento de seus interesses centrados na política europeia. Daí a maior força concedida às ações individuais nas terras ultramarinas espanholas, sendo o esforço privado protagonista desde as primeiras expedições. Já para Portugal, suas terras ultramarinas eram o motivo de suas ações, vivendo delas e para elas, lhe absorvendo praticamente todos os recursos, soldados e fidalgos (HOLANDA, 2000, p. 393-395).

Nas possessões lusas no ultramar, principalmente na Ásia e no Brasil, a coroa se fazia diretamente presente com as figuras de seus governadores, vice-reis e oficiais em especial nas regiões economicamente mais importantes desde os princípios das ocupações. Foi da coroa que se impoz o sistema de povoamento dos litorais, o que lhes permitia contato mais direto com as atividades econômicas do comércio e maior controle de sua gente, impedindo as entradas ao interior organizadas por ações individuais e o desenvolvimento de atividades que não poderia gerenciar. Além disso, deu-se em áreas portuguesas uma maior centralização política em comparação com a descentralização existente nas áreas ultramarinas espanholas²³². A criação do Estado da Índia, com capital em Goa, e do Governo-Geral do Brasil, em Salvador (após outras tentativas de organização política em parceria com particulares não surtiram efeitos significativos), são exemplos dessa maior presença administrativa e política advinda de Lisboa.

Assim, se entende que a noção de império ao que Portugal possuía nos séculos XV e XVI é diferente do uso tradicional dado ao império romano ou ao que se materializaria em casos europeus a partir do século XVIII, relacionado ao poder exercido em extensões territoriais contínuas. No caso português isso não se dava, caracterizado pela posse de territórios em áreas descontínuas e muito distantes uma da outra, indo desde uma influência até o controle de fato por meio da imposição de sua autoridade política e força militar.

Essa característica específica da presença do império português na Ásia mudaria com o passar do tempo, principalmente a partir do século XVII, com um crescente conjunto de pessoas de origem portuguesa passando a agir fora do controle político ou influência do Estado da Índia, desde comerciantes particulares a missionários, mercenários que se ligavam aos inúmeros poderosos locais, degredados ou desertores. A maioria não era de reinóis, sendo mestiços com

²³² O estudo de Sérgio Buarque de Holanda defende que a descentralização nas regiões do império espanhol refletia a falta de uma verdadeira unidade nacional nas regiões europeias controladas pela Coroa de Castela. Cada Reino peninsular tinha estrutura jurídica e política própria, tal como os direitos particulares aragonês, catalão ou valenciano. Em Portugal era muito diferente, onde a centralização real servia de espelho para a administração colonial. É por isso que no Brasil a penetração ao interior se daria apenas muito tempo depois, a partir de São Paulo, onde as ações individuais foram forças atuantes ocorridas em um cenário bem diferente dos principais centros coloniais (HOLANDA, 2000, p. 397).

ligação cultural já bem distante do Reino. Os reinóis passaram a ser uma minoria, mais ligados às regiões e atividades legais do Estado, que só diminuía (GRANGEIO, 2021, p. 3-4).

4.2- O tema do decadentismo entre os historiadores:

O tema da decadência do império é antigo entre os portugueses. Ao contrário do que se possa pensar, ele não surgiu após os primeiros trabalhos historiográficos do século XIX. Como pauta e mesmo como sentimento, o decadentismo já era concreto na escrita dos governadores e cronistas portugueses desde os primeiros tempos e problemas enfrentados pelo Estado da Índia. Esse assunto em particular será trabalhado em abordagens ainda dentro desse capítulo. Mas, por hora, cabe a necessidade de aprofundamento acerca de seu tratamento dentro da historiografia.

Seus discursos se relacionam com os diferentes momentos históricos vividos por Portugal. Em especial entre o século XIX e o começo do XX, as frustrações em relação ao presente português eram explicadas pelas dificuldades enfrentadas em seu passado colonial. Novas reflexões e conclusões surgiram a partir da segunda metade do século XX, mas mantinham-se ainda ligadas aos problemas da corrupção na administração colonial (PEREIRA, 2018, p. 285).

4.2.1: O decadentismo nas historiografias do século XIX e início do século XX em Portugal:

Como estudo historiográfico, a tese decadentista ganhou força no século XIX. Seus principais nomes foram o historiador Alexandre Herculano (1810-1877) e o escritor Antero de Quental (1842-1891).

Para o primeiro, as enormes riquezas conquistadas não foram convertidas para um real desenvolvimento do Reino, explicando toda a crise portuguesa existente em seu momento de escrita. As atividades ultramarinas teriam inclusive contribuído para uma recrudescência moral dos portugueses. Os reis de fins do século XV e do século XVI, ao negligenciarem a agricultura em detrimento do incerto comércio marítimo, teriam também esgotado os recursos humanos e financeiros em favor da manutenção do império, impedindo um desenvolvimento sustentável de Portugal. O enriquecimento esplendoroso, porém, passageiro, advindo das atividades comerciais e das cruéis explorações contra os nativos das distantes regiões do império teriam

corrompido a moral dos portugueses, distanciando-os do trabalho (HERCULANO, 1998, p. 341).

Para Antero de Quental, a perspectiva tridentina do catolicismo teria dificultado a ação civilizatória que o império português poderia ter desencadeado, o que se somava com a limitação da ação da iniciativa privada da burguesia por meio da força de sua monarquia centralizada, que concentrava a riqueza nas mãos da nobreza estéril. Nesse cenário, o mundo da conquista criou soldados e aventureiros, tirando o trabalho do objetivo dos portugueses (QUENTAL, 1871, pp. 19-42).

Na primeira metade do século XX, uma interpretação não romântica teria começado com os estudos de António Sérgio (1883-1969). Para ele, o Estado da Índia era deficitário em orçamento, algo que o Reino não conseguiria suportar após a chegada da concorrência de holandeses e ingleses. Esse déficit era alargado também por conta dos constantes conflitos bélicos em que os portugueses se envolviam por toda a Ásia, além da fuga de vultoso capital judeu para regiões da Europa do Norte, como consequência da ferocidade da Inquisição que em Portugal ganhou muito espaço (SERGIO, 1979, p. 97-99).

João Lúcio de Azevedo (1855-1933) corroborou a tese de insustentabilidade financeira do Estado da Índia, analisando relatórios da Casa da Índia, os livros fiscais da Fazenda de Lisboa e de Goa e títulos de dívida pública. Afirma inclusive que boa parte dos altos lucros das primeiras décadas de atuação dos portugueses no Índico eram consequência de atividades corsárias e de saques, não provindo do comércio de especiarias. Além disso, os lucros exorbitantes do comércio da pimenta no Malabar teriam entorpecido até mesmo a visão dos reis, desencadeando a criação do Estado da Índia para o seu suporte.

Consequentemente, o descontrole na manutenção das contas provocou o endividamento do Reino e a própria crise no governo de seu Estado asiático, onde inúmeros funcionários por conta da má remuneração acabavam desviando recursos oficiais ou se dedicando a atividades que iam contra o comércio real (AZEVEDO, 1947, p. 107 e 150-151).

Jaime Cortesão (1884-1960) também defende a impossibilidade de sucesso diante do Estado da Índia hipertrofiado perante os poucos recursos destinados ao seu funcionamento. A grande extensão da atuação portuguesa pela Ásia acabava minando os recursos humanos, militares e financeiros existentes, promovendo conquistas temporárias e enfraquecendo as conquistas dos primeiros tempos.

Aponta também como fator central do desastre o fato dos cargos de comando na Ásia serem sempre destinados a fidalguia. Essa teria sido importante no primeiro momento da conquista, por conta de suas virtudes militares. Mas, com o passar do tempo, acabaram por

manter uma ação constante de saque, o que gerava desgastes com os reinos, governos e sultanatos locais. Concomitantemente a isso, a burguesia em Portugal não foi suficientemente desenvolvida, atrofiando atividades econômicas que não se desenvolviam nas mãos da fidalguia (CORTESÃO, 1933, p. 319-336).

4.2.2- Relevantes interpretações historiográficas fora de Portugal:

Na segunda metade do século XX, surgiram importantes estudos sobre essa temática fora do ambiente acadêmico português, dando início a um grande revisionismo. O primeiro a se destacar foi o historiador inglês Charles Boxer (1904-2000). Como já apontado nesse trabalho, ele defende que o choque dos portugueses contra holandeses e ingleses pelo comércio internacional necessariamente ocorreria mesmo com o surgimento da União Ibérica. Muito importante também é a sua defesa de que não teria havido na prática um declínio da presença portuguesa na Ásia, tendo ocorrido na verdade um realinhamento de suas ações junto com uma ampliação de interesses perante as atividades brasileiras (BOXER, 2002, p. 121-123 e 127-131).

Boxer também concorda com a tese de Jaime Cortesão, defendendo como dificuldades no Oriente a dispersão das forças portuguesas em inúmeras regiões, além do domínio da fidalguia nos mais importantes cargos administrativos e militares. Aponta a ineficiência na tomada de decisões e as dificuldades administrativas provocadas pela corrupção, tornando o governo deficitário e a arrecadação insatisfatória (BOXER, 1982, p. 16-21 e 62-71).

Ao se questionar como mesmo diante de inimigos mais poderosos os portugueses conseguiram manter algumas praças e ainda se fazerem presentes de forma importante no comércio asiático, ele justifica que os asiáticos preferiam os portugueses em suas negociações. Diferente dos demais europeus, os lusos já haviam se enraizado entre os locais e se adaptado aos seus trâmites políticos e relações sociais. Somado a isso, os portugueses contavam com o prestígio dos missionários católicos, com destaque aos jesuítas, o que nunca se equiparou com a ação dos pregadores protestantes (BOXER, 2007, p. 200).

O segundo destaque vai para o indiano Sanjay Subrahmanyam (1961-). Como também já visto neste trabalho, seus estudos relativizam o protagonismo português e de outros impérios europeus, trazendo para o campo das ações as dinâmicas asiáticas.

Também não encara como uma decadência as dificuldades sofridas pelo Estado da Índia a partir da segunda metade do século XVI. O que teria ocorrido foi um redirecionamento econômico, onde a principal força de atuação agora recaia sobre as ações de comerciantes

particulares, que ocupavam mais espaço do que os agentes oficiais, em meio as várias rotas comerciais interasiáticas.

Aliado a isso, poderosas oposições e rivalidades apareceram a partir do século XVII, vindas da Europa e de constantes mudanças nas dinâmicas asiáticas. Praticamente ao mesmo tempo, holandeses e ingleses se vincularam a redes políticas e comerciais asiáticas contrárias aos portugueses, além da reorganização de governos asiáticos promoverem a conquista de parte de suas importantes praças comerciais (SUBRAHMANYAM, 1995, pp. 221-225).

4.2.3- O revisionismo contemporâneo:

Retomando ao campo historiográfico português, mais recentemente a coordenadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, professora Ângela Barreto Xavier (1968-), apontou a ocorrência de uma renovação no quadro de discussão historiográfica nos últimos anos acerca da interpretação da presença portuguesa no Oriente, especialmente na área da História Social. De importância central nesse processo foi a Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), que dominou a produção sobre a expansão ultramarina por meio de financiamento e coordenação de estudos até os anos 2000 (XAVIER, 2000, p. 141-143).

Foi daí que surgia a obra *História da expansão portuguesa*. Organizada em cinco volumes, juntou importantes historiadores contemporâneos portugueses e alguns estrangeiros sobre o tema. Destaque se dá ao trabalho de Romero Magalhães (1942 -), que no segundo volume estuda os limites da atuação portuguesa no Oriente. Para ele, a oposição de europeus contra a expansão portuguesa, como também espanhola, iniciou ainda com o Tratado de Tordesilhas. Mas, as condições técnicas desses outros países só permitiram que entrassem em cena muito tempo depois. Além disso, as questões políticas europeias iriam recair diretamente sobre o monopólio português da rota do Cabo.

Fato é que o Norte europeu era de importância central para o comércio português na Ásia, seja como mercado consumidor ou distribuidor (com destaque para Antuérpia) das especiarias trazidas, além de mercado fornecedor de artigos destinados para servirem como moeda de troca pelos produtos do Oriente. Quando a região ao sul dos Países Baixos foi ocupada pelos espanhóis, os flamengos foram obrigados a mudarem suas atividades econômicas para Amsterdã, sendo seguidos pelos portugueses. Porém, quando D. Filipe I fechou os portos de Portugal aos navios holandeses e ingleses, em 1585, com o objetivo de lhes provocar séria crise financeira, acabou por ferir diretamente as ações comerciais portuguesas

na Ásia, não prevendo que seus rivais europeus acabariam sendo compelidos a buscarem as especiarias direto na fonte (MAGALHÃES, 1998, p. 10-12). É bem provável também que holandeses e espanhóis não previram todas as consequências de suas ações na Ásia ao se lançarem contra os Habsburgo.

Magalhães também defende uma maior eficiência nas ações da VOC. Mobilizando os capitais burgueses, montaram melhores salários aos seus agentes comerciais e militares, conseguindo aliados entre os que eram inimigos dos portugueses e tendo a perspicácia de que seria difícil atacar o coração do comércio luso no Índico, o eixo Ormuz-Goa-Malaca, iniciando suas ações pela periferia.

Para finalizar, acusa os governos Habsburgo de sacrificarem as possessões portuguesas em defesa das espanholas nas negociações de paz com os holandeses, além de responsáveis diretos pela ineficiência militar sofrida no Estado da Índia. Entende, concordando com os estudos de Boxer, que não ocorreu uma decadência geral, mas sim um redirecionamento das ações portuguesas. Assim, a partir de meados do século XVII, as atividades econômicas lusas diminuía suas ações no Ásia em detrimento do aumento das atividades atlânticas, (MAGALHÃES, 1998, p. 21 e 27).

Apesar dessa multiplicidade de interpretações, é fato que a origem do discurso decadentista ocorre já nos relatos de protagonistas das ações pelo Estado da Índia e entre escritores que lá viveram entre os séculos XVI e XVII. Discursos lastimosos deixados pelos contemporâneos e usados por muitos estudiosos, apontam desde diferentes problemas até a ausência de atitudes que poderiam ter garantido o fortalecimento do Estado da Índia e do império como um todo ainda no século XVI. Corrompido e com uma estrutura administrativa ultrapassada e indefeso perante inimigos mais poderosos e organizados, relatos como os dos vice-reis D. Afonso de Albuquerque e D. João de Castro, além do cronista Diogo do Couto, atestam desde cedo as inúmeras preocupações. O Estado da Índia diminuía sua força, apesar das ações portuguesas não. É justamente nesse cenário que se dá a atuação dos escritores arbitristas.

4.3- Os escritores arbitristas portugueses:

A posição de Diogo do Couto para expor o que ele entendia ser a verdade deveria ser difícil, pois precisava equilibrar as funções do cargo oficial e de confiança que exercia, a

rigorosa censura e vigilância imposta pelos poderosos que não queriam perder sua autoridade, além de toda a fiscalização da Inquisição que se dava sobre suas obras quando chegavam no Reino.

Couto ainda se diferencia por não se limitar a identificação de problemas e no oferecimento de alvitre. Sua narrativa é moralizante, baseando-se em um passado repleto de qualidades que teriam se perdido ao longo do século XVI.

Ao mesmo tempo, é preciso entender a existência de contradições em que muitas vezes cai Diogo do Couto em suas análises dos problemas e propostas de soluções. Um bom exemplo é a sua admiração pela fidalguia do passado, quando era generosa e redistribuía riquezas aos soldados, ao mesmo tempo que defende uma organização militar moderna e critica os fidalgos ao usarem sua colocação social de destaque em prol do favorecimento de interesses pessoais, de seus familiares e protegidos, coisas que no passado lembrado e evocado sempre ocorreu.

A mesma situação é identificável nos demais escritores do gênero arbitrista. Vários deles surgiram no espaço do Estado da Índia e sendo contemporâneos a Diogo do Couto. Mas, foi o período do reinado de D. Sebastião (1557-1578) o mais rico no desenvolvimento de textos arbitristas. Nele surgiram a *Carta do padre jesuíta Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez*, escrita em Cochim, a 20 de janeiro de 1566, as *Relações* do vedor João da Fonseca (1568) e do arcebispo D. Jorge Temudo (1569), além do primeiro *Soldado Prático* de Diogo do Couto, redigido entre 1565 e 1569, o que o coloca como número um na lista de autores desse tipo de escrita.

O jesuíta Belchior Nunes Barreto nasceu na cidade de Porto, em 1520, falecendo em Goa, no ano de 1571. Partiu para a Índia em 1551, sendo empossado temporariamente no colégio de Goa. Em seguida, o futuro santo Francisco Xavier o nomeou como reitor do colégio de Baçaim. A partir de 1553, ocupou o cargo de provincial jesuíta, por conta dos falecimentos de Francisco Xavier e Gaspar Barzeus. A pedido do vice-rei D. Afonso de Noronha (1550-1554), compôs a embaixada ao Japão em companhia de Fernão Mendes Pinto. Em sua viagem de volta esteve na China, quando tentou negociar a libertação de alguns portugueses acusados de pirataria, falhando tanto nesse caso quanto na tentativa de início da cristianização daquele império. Por conta dessas suas experiências, a partir de seu regresso à Índia, ocorrido em 1557, exerceu papel importante entre os vice-reis e Roma na organização de futuras embaixadas à China. Nesse mesmo ano se tornou reitor do colégio de Cochim. A partir de 1561, se tornaria muito próximo do novo bispo de Cochim (1560) e futuro arcebispo de Goa (1567), D. Jorge Temudo.

Todas essas experiências e cargos lhe garantiram repertório e autoridade para a escrita de tom arbitrista que produziu em janeiro de 1566, posição muito diferente ao do então soldado Diogo do Couto, quando escreveu seu primeiro *Soldado Prático*.

É possível que tenham se conhecido entre os anos de 1567 e 1569 em Goa, quando ambos lá residiram e pelo fato de serem próximos a D. Jorge Temudo (Couto foi para a Índia na mesma armada de D. Jorge Temudo, no ano de 1559).

Nunes Barreto e Diogo do Couto redigiram suas obras no mesmo contexto cultural e político: o vice-reinado de D. Antão de Noronha (1564-1568). Mas, diferente dos alvitres existentes no primeiro *Soldado Prático*, Nunes Barreto defende que apenas uma clara cooperação entre eclesiásticos e o poder político poderia resolver as dificuldades enfrentadas pelos portugueses na Índia, catapultando-os a uma nova fase expansionista (BARRETO, 1960, p. 673-714).

Já em relação ao vedor João da Fonseca e ao arcebispo D. Jorge Temudo, ambos exerciam cargos oficiais no Estado da Índia no momento de suas respectivas escritas, diferente de Diogo do Couto ou de Nunes Barreto. A priori, suas posições de muito maior prestígio lhes garantiam mais possibilidade de intervenção e influência de suas obras.

João da Fonseca foi capitão e vedor de Cochim, escrevendo sua relação em janeiro de 1568, período em que o vice-rei D. Antão de Noronha e as forças portuguesas conquistaram Mangalor, na costa do Canará. Sua escrita privilegia análises financeiras do Estado da Índia, apontando importantes dados acerca do comércio, receitas e despesas, defendendo a privatização das atividades de comércio na Ásia.

D. Jorge Temudo (?-1571) assumiu em 1560 o cargo de bispo de Cochim, o exercendo até ser elevado a arcebispo de Goa, em 1567. Neste cargo presidiu o primeiro Concílio Provincial (1567), além de ter publicado as constituições da arquidiocese e os decretos do Concílio de Trento. Também exerceu o cargo de governador do Estado da Índia, quando da ausência do vice-rei D. Luís de Ataíde (1568-1571), que participava da ocupação de Onor e Mangalor, em 1569. Fora neste ano que escreveu sua *Relação*, segundo ele a pedido do próprio rei. O que também confere alto valor ao seu trabalho arbitrista é o fato de ser o único entre os autores aqui citados a ter exercido os dois cargos de maior autoridade na Ásia.

É interessante o fato de se aproximar muito mais do primeiro *Soldado Prático* do que da obra de Belchior Nunes Barreto. O arcebispo aponta como os três principais males da Índia os triênios do governo, a falta de justiça e a ociosidade da fidalguia. Entre suas defesas se encontram a necessidade de implementação de devassas aos capitães e oficiais, punições exemplares e o fim das nomeações de recompensa feitas pelo rei, as quais deveriam se sujeitar

a confirmação do vice-rei. Sugere a criação de um Conselho da Índia, o que evitaria a interferência constante e interesseira da fidalguia e traria decisões mais assertivas (VILA-SANTA, 2019, p. 194-213).

Além disso, é importante lembrar que foi dele o primeiro registro de uma autoridade na Ásia a defender a nomeação de um cronista da Índia que fosse lá residente. Anos depois, o seu companheiro de viagem Diogo do Couto assumiria tal cargo.

Uma segunda leva de escritos arbitristas apareceria com a crise dinástica que trouxe a entronização de D. Filipe I. Foram marcados pelo mais elevado tom de decepção e pelo reforço dos discursos de decadência, que começavam a aparecer em maior número no fim do reinado de D. Sebastião. Aí se destacam o segundo *Soldado Prático* de Diogo do Couto, escrito em 1611, e a *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, de Francisco Rodrigues de Silveira, escrito em 1619.

Nessa obra, Francisco Rodrigues Silveira também denuncia as dificuldades no Estado da Índia, onde a não resolução dos problemas poderia provocar a perda das conquistas portuguesas. Seu autor também servira como soldado na Ásia, entre 1586 e 1598. Diferente das críticas de Couto, Francisco Rodrigues se levanta contra a ineficiência e indisciplina militar de seus compatriotas: “de nossa barbaríssima desordem nascem todas as nossas desventuras, e tenhamos para nós que a disciplina militar nos será na Índia para os males um frutífero remédio” (SILVEIRA, 1996, p. 34).

Em comum com Diogo do Couto, aponta problemas na estrutura administrativa do Estado da Índia, problematiza a questão da territorialidade, a corrupção entre os funcionários e a necessidade de reformas militares. O fato de residirem na Ásia e de terem experiência militar naquela grande região fazia com que coincidissem também em relação a um dos mais importantes alvítes: a defesa pela necessidade de experiência na Ásia para os cargos oficiais responsáveis pela condução do Estado e ações militares, objetivando uma sociedade mais equitativa no acesso aos ofícios e honrarias.

Apesar de surgirem no momento da máxima extensão da presença portuguesa na Ásia (entre fins do século XVI e início do XVII), a melhor percepção dos desafios a serem enfrentados diante da vastidão que o Estado da Índia devia cobrir, um difícil sentimento de orfandade trazido pela União Ibérica, a chegada dos rivais europeus, a reorganização dos poderes asiáticos e seu fortalecimento, aliado com uma virada ao Atlântico dos interesses do Reino, são fatores que explicam o tom de desespero dessas obras do período filipino, diferente da esperança que ainda se vê nas obras arbitristas do período sebástico.

Assim, para muitos escritores do século XVII, já era clara a percepção de que o império oriental português havia conhecido um pico e naquele momento passava por uma retração. Uma referência importante desse período foi a obra do padre Manuel Godinho, *Relação do Novo Caminho da Índia para Portugal*, escrita em 1664, entendido pela historiografia como o primeiro ensaio a tratar a questão da teorização da decadência. Nele, tal como se vê também em Diogo do Couto, as razões centrais para se compreender a decadência do Estado da Índia não se relacionam diretamente com a chegada dos holandeses ou do surgimento de novas potências asiáticas, mas na diminuição do valor dos portugueses, a falta de zelo dos vice-reis e governadores e a perda da prudência dos capitães e almirantes (GODINHO, 1974).

4.4- As fortalezas portuguesas:

A existência de fortalezas se confunde com a própria história europeia, contribuindo desde o processo de formações políticas nacionais até na manutenção do orgulho dos diferentes povos. Existindo em Portugal desde tempos medievais, sua construção também se fez presente na fase inicial da expansão portuguesa, ocorrida entre a tomada de Ceuta (1415) e a primeira viagem de Vasco da Gama (1498). Após isso, elas se proliferaram por todas as áreas do império, quando várias foram erguidas nos litorais ocidentais e orientais da África, ilhas atlânticas e do oceano Índico, pela Ásia, além do litoral e margens de rios brasileiros.

Sua presença é constante também em toda a produção escrita coutiana. Como soldado ao longo dos anos de sua primeira estadia no Estado da Índia, ele atuou em algumas das principais fortalezas portuguesas lá existentes. Em seu retorno à Ásia, quando em 1571 embarcou na armada que levava o vice-rei D. Antônio de Noronha, o objetivo era o socorro da fortaleza de Chale. Como visto, ela foi sitiada por muçulmanos e era ferozmente defendida por D. Jorge de Castro. Porém, quando a ajuda chegou, a fortaleza já havia sido perdida, com Diogo do Couto futuramente presenciando em Goa a agonia de D. Jorge de Castro, que com mais de 80 anos de idade ainda era injustamente culpado pela derrota. Se esse tema militar já marcava suas explanações no primeiro *Soldado Prático*, a partir dessa fatídica experiência em que atuou diretamente, essa pauta se fez cada vez mais presente em suas obras.

Além de ser central em suas cartas e no segundo *Soldado Prático*, em todas as *Décadas* as ações militares portuguesas pela Ásia são sempre o tema norteador das narrativas e reflexões. As *Décadas* são grandes histórias militares, com grande parte dos principais acontecimentos narrados girando em torno da conquista ou de cercos sofridos por fortalezas.

Sendo instaladas inicialmente pelos litorais africanos, assumiam diferentes funções no primeiro momento da expansão. Para além de local de proteção dos reinóis presentes, tinham uma forte característica de feitorias comerciais, além de demonstrar o poder português às populações locais em um contexto de relações ainda pacíficas. Além disso, exerciam a importante função como pontos de aguada para as frotas de embarcações marítimas, sendo também os pontos centrais de onde partiam novas conquistas e expansões. Por fim, constituíam espaços de fronteiras, tanto físicas quanto culturais, demarcando os limites entre o que era europeu e os demais povos.

Assim, em um primeiro momento, a fortaleza unia a comunidade portuguesa existente, seja por meio de sua identidade ou da ameaçada sofrida diante de povos não-europeus. Essa diferença ameaçadora impunha a necessidade de segregação, uma repressão pelo afastamento. Esse contexto de diferenças, complexidades e estranhezas sustentava a resistência (SENETT, 1997, p. 75).

Breves contatos permitiam apenas imagens superficiais e falaciosas do outro. Gerava uma representação muito mais pautada na criatividade do imaginário e nos preconceitos etnocêntricos do que num estruturado conhecimento determinado pelo diálogo e contato cotidiano. Os europeus não conseguiam aceitar as diferenças culturais dos outros povos, levando a imposição política e comercial violenta e, no plano cultural, na tendência ao preconceito e na desqualificação das outras etnias, nivelando os mais diferentes povos a uma igualdade vil rotulada como bárbaros, selvagens ou simplesmente sem cultura. O sentimento de superioridade trazia junto a incapacidade de compreensão de outros modos de vida. Assim, a fé na existência de apenas um Deus e na unidade do gênero humano contribuiu para a dificuldade de compreensão do outro e de suas diferentes culturas (PINTO, 1992, p. 120).

Os primeiros exemplos de fortalezas com todo esse teor foram erguidas para a obtenção do ouro da Baixa Guiné, sendo elas as de São Jorge da Mina (1482) e de Axim (1503), em Gana (BOXER, 1972, p. 39). Ambas proporcionaram um grande aprendizado nas práticas de construção militar. Serviram também para ganho de experiência nas ações comerciais e diplomáticas, já que tanto nas costas atlânticas africanas, ao longo do século XV, quanto ao redor do Índico, durante o século XVI, as fortalezas surgiram após as feitorias de comércio.

Isso foi possível pela associação de diferentes aspectos. O primeiro deles regido pela própria cultura europeia da construção de fortificações (marcada pelos castelos, cidades amuralhadas, fortalezas), que buscavam garantir a defesa militar e o controle dos territórios próximos (DORÉ, 2021, p. 171-172). Tais construções foram incrementadas entre os séculos

XV e XVI por novas tecnologias, sendo o maior destaque o baluarte, sempre muito citado por Diogo do Couto, que servia como base de observação e projeção para as inovadoras e pesadas peças de artilharia de fogo. Esse modelo se proliferou a partir das costas atlânticas da África para todo o restante do império.

É importante salientar que as fortalezas por si só não eram suficientes tanto para a defesa dos reinos quanto para a garantia do acesso ao rico comércio de especiarias na Ásia. Antes delas, era necessário o controle marítimo, o que exigia um forte sistema de armadas no mar apoiado pela posse das fortificações (PAULINO, 1994, p. 210). Por isso, é possível encarar a fortaleza e o navio como veículos da expansão portuguesa, sendo semelhantes em muitas situações, tal como nos momentos críticos do cerco ou do naufrágio.

A territorialidade até então era estranha aos portugueses, em especial quando se consideram as expansões na África e na Ásia. Assim, o navio servia como prolongamento do próprio Reino. Bons exemplos são os do primeiro vice-rei na Ásia, D. Francisco de Almeida, que não tendo capital ou uma cidade-base governava de seu navio, ou Vasco da Gama, que em sua segunda viagem não desembarcava, encontrando sempre as autoridades locais no convés de seu navio. Até mesmo Pedro Álvares Cabral (1467-1520) exigiu cinco nobres indianos como reféns para desembarcar com uma maior sensação de segurança quando de seu encontro com o Samorim de Calicute. Esses exemplos são muito diferentes ao de Hernán Cortez (1485-1547), no México, que desmontou sua armada para aproveitar a madeira e os canhões em suas conquistas. Assim, as embarcações portuguesas, e num segundo momento suas fortalezas, eram os principais símbolos de sua identidade e de demonstração de poder nas distantes regiões.

Em sequência, já nas primeiras armadas do início do século XVI, era perceptível que o apoio dos poderosos navios saídos do Reino não seria suficiente para garantir o estabelecimento duradouro do poder português no Oriente, por conta da grande demora em seu deslocamento. Isso exigia a instalação de forças locais na Ásia. Por isso, nas ordens de D. Manuel I para D. Francisco de Almeida, já se destacava como objetivo a fundação de fortalezas que garantissem suas operações militares e mercantis.

Sua armada que partiu para a Ásia em 25 de março de 1505, era composta por vinte e duas embarcações e mil e quinhentos soldados, das quais doze navios tinham ordens para retornar no ano seguinte, ficando os demais para o apoio às atividades no Oriente. O acompanharam também quatro capitães já nomeados para o comando de futuras fortalezas a serem construídas em Cochim, Cananor, Quíloa e Angediva, incluindo grande carga de materiais de construção. A meta era afastar os turcos, o comércio dos árabes e o intermédio dos

venezianos. E, como já visto, foi com D. Afonso de Albuquerque que ocorreu a grande expansão de fortalezas, a partir das conquistas de Goa, Ormuz, Sofala, Socotorá e Malaca.

O primeiro e maior investidor em suas construções foi o Estado. Isso, num cenário europeu ainda marcado por conflitos internos e na delimitação dos espaços entre as diferentes nações e lutas dinásticas, conferia ao monarca português uma aparência de poder muito especial, já que era o único com condições de desenvolver atividades fora de seu espaço continental.

As fortalezas procuravam suprir os protegidos em suas necessidades básicas, precisando desenvolver sua autonomia como unidade militar da Coroa. O comércio de víveres com os locais ocorria e uma infinidade de produções acontecia, com destaques aos artífices de marcenaria, tecelagem e ao trabalho dos ferreiros. A permanência das pessoas variava de acordo com a posição social e o contexto enfrentando, sendo fixos apenas os cargos elevados, que nos primeiros séculos era pelo período de três anos. A rotina era rígida, com as funções distribuídas para que a sobrevivência interna e a defesa contra as hostilidades fossem garantidas. Seu espaço emuralhado valorizava a construção de edifícios, com destaque às residências dos oficiais, igrejas e armazéns de munição e de comércio, além das casas.

As denúncias de desmandos, corrupção e indisciplina eram constantes. Mas, é fato que o momento do cerco unia sobre a mesma causa diferentes tipos de sujeitos. Quando alguma sofria ameaças, todos pela Ásia eram convocados para ajudar: fidalgos, marinheiros, soldados, casados, artífices, escravos, mercenários e os ocupantes das demais fortalezas.

Os relatos dos cercos sofridos pelas fortalezas, apesar desses escritos serem menos numerosos, se aproximam muito das narrativas de naufrágios. Como visto, os relatos de agonia no mar se tornaram comuns entre os séculos XVI e XVII, o que originou a chamada literatura trágico-marítima. Já as narrativas de cercos sofridos por fortalezas procuram valorizar a força e coragem de seus defensores, que em nome do rei e de Portugal deveriam ter seus feitos imortalizados (DORÉ, 2008, p. 99-102).

Em tais narrativas, tudo inicia com a descrição do contexto político da contenda, além da caracterização do formato de construção da fortificação. Repetitivos relatos de batalhas mostram a vitória heroica dos portugueses, que com menos pessoas e recursos sempre vencem os ferozes inimigos. Destaques são dados aos homens e mulheres que lutam, apoiados pelo Deus cristão que os defende contra os pagãos e infiéis, havendo espaço para a ação dos religiosos que buscam manter a fé mesmo em situações de extrema desvantagem e violência. Nesse cenário, sejam pelas pregações dos religiosos ou no discurso dos ilustres fidalgos, a morte

em batalha era vista como maior missão a ser conseguida, o que garantiria a todos a salvação perante seus pecados.

Por todas as *Décadas*, Diogo do Couto expõe inúmeros casos de cercos sofridos pelas fortalezas portuguesas na Ásia. Mas, os mais detalhados são os cercos impostos pela segunda vez contra a fortaleza de Diu, ocorridos no tempo do vice-rei D. João de Castro (1545-1548). O trecho a seguir é um bom exemplo, onde se destaca o filho do próprio vice-rei, D. Fernando de Castro, que morreria alguns dias depois da citada contenda:

D. Fernando de Castro como era moço, e nunca se tinha visto em outro perigo, desejou de se assinalar neste, e assim deo provas de seu grande valor, e animo, de que a fortuna lhe começou logo a ter inveja. Todos os mais Fidalgos, e cavaleiros trabalháram em quanto durou o espantoso combate mui animosamente. Huns ajudando a carregar as peças da artilheria; outros em reformar as ruínas, e em outras semelhantes, e necessarias operações, de sorte que todos deram muito grandes esperanças no animo com que acudiam a todas as cousas, e na alegria que mostravam nos trabalhos, de huma muito certa, e grande vitória. A bateria inimiga durou até se pôr o Sol, que cessou, deixando os baluartes todos destruidos, e arrazados, ficando a artilheria toda delles quasi descuberta. O Capitão da fortaleza Dom João Mascarenhas não tomando repouso toda a noite, trabalhou em reedificar os baluartes, sendo todos os Fidalgos e cavaleiros os pedreiros, e officiaes da obra, que deram tanta pressa, que quando amanheceu estava tudo renovado, como se nunca fora derribado, do que os inimigos pásmaram (Década VI, L. II, Cap. I, p. 84-85).

Outro exemplo é o de Lopo de Sousa Coutinho (1515-1577)²³³. Ele descreve em seu *Livro primeiro do cerco de Diu que os Turcos posseram à fortaleza de Diu – por Lopo de Sousa Coutinho, fidalgo da casa do invictissimo Rey dom Joam de Portugal, ho terceiro deste nome*, de 1556, o que presenciou no citado episódio, ocorrido em 1538:

[...] lançando-lhes infinitos zargunchos e artifícios de fogo e muitas pedras, e pelos de fora tanta quantidade de frechas e espingardadas [...] e com isto tão estranhas gritas e brados fazendo mui deiferentes sons que parecia que o mundo se transtornava. Mui amiúde desciam do muro e lugares da peleja muitos dos nossos feridos, suas faces cheias de sangue e pó, com melancolizados semblantes e atribulados espíritos [...]. Uns pediam que lhes fosse mostrada a figura do nosso Redentor antes que expirassem; [...] desciam outros queimados e abrasados do terrível fogo da pólvora, nus com as carnes despedaçadas tão disformes, que houve irmão que fugiu de irmão cuidando ser fantasma. Era coisa mui piedosa ver como em gritos e desassossegos,

²³³ Filósofo, matemático e latinista português, participou como soldado no primeiro cerco da fortaleza de Diu, em 1538. Após retorno ao Reino, recebeu a capitania da fortaleza de São Jorge da Mina, por ordem de D. João III. Outras obras por ele escritas foram a *Empresas dos varões ilustres da Índia* e as traduções para o português das comédias de Píndaro, tragédias de Sêneca e da *Farsália* de Lucano (nenhuma dessas chegaram a ser impressas). Um de seus filhos foi o famoso escritor Frei Luís de Sousa.

correndo com muita agonia que os tristes padeciam, andavam a buscar alguma água para mitigar sua inflamada miséria (COUTINHO, 1844, p. 195).

Como eram poucas as áreas pela Ásia que os portugueses detinham um maior controle territorial e, assim, uma maior segurança, a maioria das fortalezas protegiam aqueles que viviam sob a influência do Estado da Índia em regiões mais distantes. Fora desse espaço oficial, os mercenários, aventureiros e particulares que se dedicavam ao comércio nas mais variadas regiões asiáticas precisavam garantir por si mesmos sua proteção. Por isso, é possível entender que era o mar, pelo menos até a chegada dos holandeses, o lugar que os portugueses de fato se sentiam livres e detedores de grande poder.

4.5- Vice-reis que se destacam para a construção da imagem de poder dos portugueses e na concepção das armadas e fortalezas:

Como já afirmado, a defesa pela posse de domínios territoriais asiáticos que não fossem extensos, apoiados por estratégicas fortalezas e com o poder português imposto sobre o mar não foi algo criado por Diogo do Couto ou outros autores arbitristas dos séculos XVI ou XVII. Tais ideias, ao se aprofundarem as pesquisas, já se faziam presentes de certa forma nas concepções e atividades desencadeadas por dois vice-reis: D. Francisco de Almeida e D. João de Castro.

Diogo do Couto em especial foi muito influenciado por D. João de Castro, pois este além de ter sido um estudioso tal como o cronista, tinha com ele em comum uma ligação com a corte do Infante D. Luís e do rei D. João III. É claro que no momento de auge da escrita de Couto, suas ideias e proposta eram mais complexas e robustas por conta de sua experiência das coisas da Índia, além de ser um claro objetivo seu os alvites para se salvar o poder português na Ásia. Para a compreensão do processo de amadurecimento dessas suas concepções, vê-se como muito importante o estudo das ações e opiniões específicas dos citados vice-reis em torno da temática aqui problematizada, ao que se soma também alguns pontos de discussão sobre as ações de D. Afonso de Albuquerque dentro dessa mesma problematização.

Esse último, apesar de planejar a presença portuguesa de forma diferente dos outros dois vice-reis abordados, foi o maior nome para o surgimento da ideia em Portugal de que a presença lusa na Ásia e sua própria importância mundial eram feitos inigualáveis. Isso marcou

profundamente a escrita dos arbitristas e a historiografia portuguesa, além de outra parte de suas ações terem corroborado para a elaboração de parte dos alvitres de Diogo do Couto.

4.5.1- D. Francisco de Almeida (1505-1509):

Sendo o representante maior e direto do rei na Ásia, detinha poder sobre todos naquelas partes: capitães de mar e das fortalezas, tripulações dos navios e todos que já residiam na Índia, além do direito de morte contra os que cometessem crimes. A descoberta de terras e a consequente instalação de padrões de pedra com as armas de Portugal e a Cruz de Cristo, organizando a divisão das presas, também a ele eram confiadas. Deveria atuar sobre todos os assuntos da fazenda, com autoridade sobre os feitores e escrivães das feitorias, podendo castigá-los, demiti-los ou transferi-los em caso de necessidade. Sob sua responsabilidade também ficava a preparação das naus para as viagens e seu carregamento, escriturações, comércio de especiarias, quintalada (forma de pagamento do século XVI) dos mareantes, marcação e peso dos fardos, além da instalação de fortalezas (BAIÃO, 1939, p. 125-126).

Para a conquista do monopólio de comércio com aquelas regiões, algo que como visto nunca foi conseguido por nenhum reino ou império devido toda à vastidão asiática e as complexas relações lá existentes, o estabelecimento de fortalezas com o passar do tempo não ficou a cargo apenas dos vice-reis e governadores do Estado da Índia. No seguinte regimento, de 13 de fevereiro de 1508, enviado pelo capitão-mor da Armada Diogo Lopes de Siqueira (que se tornaria posteriormente governador da Índia entre 1518 e 1522), D. Manuel I ordenava:

Deve também pedir notícias do apóstolo S. Tomé e reparar em tôdas as terras se ha hy desposysam pera fazer fortallezas junto do mar, olhando por porto pera os navios especialmente pera de inverno poderem estar. Sityo pera as fortalezas que seja forte e tenha augua e lenha que se lhe nam possa tolher e que seja lugar sadyo e toda a outra cousa que se requere pera assunto seguro e confiavel da fortaleza (D. MANUEL I, *Regimento de 13 de fevereiro de 1508*²³⁴).

No documento a seguir, uma carta do vice-rei D. Francisco de Almeida para D. Manuel I, é perceptível seu posicionamento acerca desse tema (a data da missiva é desconhecida):

²³⁴ *Regimento que D. Manuel I deu a Diogo Lopes de Sequeira, capitão-mor da armada, mandando-o descobrir outras terras e recolher informações sobre a China.* O documento foi acessado pelo site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Portugal. A referência completa encontra-se ao final desse trabalho.

Toda a nossa força seja no mar, dizia: desistamos de nos apropriar da terra. As tradições antigas de conquista, o império sobre reinos tão distantes, não convêm. Destruamos estas gentes novas [nesse caso, se refere aos invasores advindos de fora da Índia, sendo eles os árabes, afegãos, etíopes e turcos] e assentemos as velhas e naturais desta terra e costa: depois iremos mais longe. Com as nossas esquadras teremos seguro o mar e protegidos os indígenas, em cujo nome reinaremos de facto sobre a Índia; e se o que queremos são os produtos dela, o nosso império marítimo assegurará o monopólio português, contra o turco e o veneziano.

Imponhamos pesados tributos, exageremos o preço das licenças [cartazes] para as naus dos mouros navegarem nos mares da Índia e isso os expulsará: as nossas armadas darão curso aos contrabandos. Não é mal decerto que tenhamos algumas fortalezas ao longo das costas, mas somente para proteger as feitorias de um golpe de mão; porque a verdadeira segurança delas estará na amizade dos rajás indígenas, por nós colocados nos seus tronos, por nossas armadas apoiados e defendidos.

Substituamo-nos, pura e simplesmente, ao turco; e abandonemos a ideia de conquistas, para não padecermos das moléstias de Alexandre. O que até agora se tem feito é uma anarquia e um esboço apenas; um sistema de matanças, de piratarias e desordens, a que é mister pôr cobro (*Carta de D. Francisco de Almeida Vice-Rei que foi na Índia*. Torre do Tombo de Lisboa²³⁵).

D. Francisco de Almeida é bem claro ao afirmar que o poder português se dá no mar e o objetivo é o comércio de especiarias, tomando o lugar dos turcos e venezianos. Aos inimigos mais poderosos defende a guerra, enquanto a aliança e proteção portuguesa é dedicada aos naturais da terra, que são justamente os elos para obtenção e produção das especiarias. As armadas portuguesas, além de protegerem seus aliados e possibilitarem o poder português, lhes garantiriam a luta contra o contrabando e o controle sobre os comerciantes muçulmanos. Esses sofreriam tanto com os pesados impostos cobrados para a obtenção da autorização de navegação, os “cartazes”, que logo abandonariam suas pretensões em favor dos portugueses.

As poucas fortalezas teriam um papel central, com objetivo de proteção das atividades comerciais, já que eram as boas relações com os chefes locais que garantiriam a segurança dos portugueses. Não era o foco a conquista territorial, que poderiam lhes render as dificuldades anteriormente sofridas por Alexandre, o Grande.

Um pouco mais de um século depois, na escrita do segundo *Soldado Prático*, Diogo do Couto defendeu a concretude das orientações de D. Manuel I e das ações de D. Francisco de Almeida como sendo mais eficientes acerca do que realmente era possível acerca da presença

²³⁵ A transcrição do original da carta foi feita por Oliveira Martins, para sua obra *História de Portugal*, Tomo I, publicada em Braga, em 2010 (p. 146-147). O documento original pode ser acessado pelo site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Portugal. A referência completa encontra-se ao final desse trabalho.

física dos portugueses pela Ásia: o controle do mar, a força militar e a posse de poucas, mas poderosas fortalezas. Muitas fortalezas eram vistas como ineficientes e onerosas:

Primeiramente digo que o valeroso capitão e visor-rei, D. Francisco de Almeida, governando o Estado da Índia, mandando-lhe el-rei fazer algumas fortalezas, lhe respondeu que as com que a Índia se havia de defender eram muitos galeões, muitas armadas e bem providas, e muita e boa soldadesca; que as fortalezas eram currais, e quanto menos houvesse, tanto a Índia seria mais próspera e teria menos obrigações. E eu assim afirmo ainda agora; porque muitas fortalezas há, que não servem mais que de fazer despesas e estarem mal providas e arriscadas a uma desventura (COUTO, 1937, p. 222).

4.5.2- D. Afonso de Albuquerque (1509-1515):

De forma diferente, com D. Afonso de Albuquerque foram desencadeadas ações de maior ocupação e interiorização territorial, implantando a presença efetiva portuguesa na Ásia. Como visto, as praças mais importantes de Portugal naquela região foram conquistadas nos tempos desse vice-rei. Mas, na prática, ao longo do tempo a extensão territorial dominada diretamente pelas forças portuguesas do Estado da Índia foi pequena, se concentrando nas áreas próximas de suas principais praças (Goa, Ormuz e Málaca), em outros trechos de menor extensão (tais como faixas litorâneas da península indiana e ilhas pelo Oceano Índico) ou detendo relativo controle em partes de territórios aliados.

D. Afonso de Albuquerque em cartas²³⁶ para o amigo Duarte Galvão (1446-1517)²³⁷, já apontava três dificuldades que ameaçavam a presença portuguesa na Índia. Tais missivas são de 1515, último ano de seu governo e de uma época ainda distante dos escritores arbitristas e dos discursos acerca de uma decadência portuguesa. As preocupações recaem sobre os difamadores de suas ações em nome do rei e de Portugal, a vinda de oficiais do Reino que não possuem nenhuma prática ou conhecimento das atividades exercidas na Índia e contra os

²³⁶ A primeira publicação das cartas de D. Afonso de Albuquerque foi organizada pela antiga Academia Real das Ciências de Lisboa (após a implantação da República em Portugal, se tornou a Academia das Ciências de Lisboa). Ao todo, são sete tomos, lançados entre os anos de 1884 e 1935. As duas cartas de D. Afonso de Albuquerque para Duarte Galvão se encontram no Tomo I.

²³⁷ Duarte Galvão exerceu o cargo de cronista-mor do Reino a partir de 1460, escrevendo a *Chronica do Muito Alto e Muito Esclarecido Príncipe D. Afonso Henriques, Primeiro Rey de Portugal*, de 1505. Se tornando um importante fidalgo, assumiu o cargo de secretário real, com destaque nos reinados de D. Afonso V e D. João II. Atuou também no campo da diplomacia europeia, tendo sido embaixador de Maximiliano I (1508-1519), Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, junto ao rei francês Luís XII (1498-1515) e ao papa Alexandre VI (1492-1503). Nos tempos do governo de D. Manuel I, exerceu muita influência na corte, já sendo amigo de D. Afonso de Albuquerque antes de sua partida para a Ásia.

portugueses que acabam por se dedicar mais a atividades privadas de comércio ou de interesses pessoais contrários ao Estado.

Na primeira missiva, o foco são suas chateações com os murmuradores e invejas de que é vítima, o que fazia chegar ao rei informações erradas. Mesmo acabando de realizar seu maior feito na Ásia, a conquista de Malaca, afirma viver pobre, focado em alargar o nome do rei e de Portugal. Essas murmurações faziam a Índia ser perdida, daí sua dedicação à amizade de Duarte Galvão, naquele momento secretário real, que se tornaria seu maior defensor no Reino. O outro tema importante que relata é sobre as orientações de D. Manuel I para a destruição de Meca, o domínio do mar Vermelho contra o sultão do Cairo e o contato com o Preste João, tudo fortemente marcado pelo ideal cruzadista. É por conta dos temas tratados, em especial o relato sobre a conquista de Malaca, que se acredita a carta ser datada de 1515²³⁸:

Carta de Afonso d Albuquerque Guovernador da Índia a Duarte Gualvão.

Em tempo estamos que por nossos pecados Reina mais a inveja amtre os portugueses e desejos de destróirnos huns aos outros e damnificarmos e Roermos as homrras alheas, que obrannos neste feito ho que nossos avoos sempre fizeram: sorria nos tempos passados antre os portugueses de serem louvados diamte da pessoa de nosso Rey os serviços e feitos homrrados que lhe os cavaleiros faziam, e nam lhe estranhavam nem lhe hiam á mão, querendo lhe elle agualardoar os grandes feitos que os homens cometiam, e punham sua vida a todo periguo por acrescentamento e estima de sua pessoa e fama [...].

Percebemos que a referência de heróis e verdadeiros portugueses são seus avós. Vê-se aí o mesmo tipo de referência utilizado por Diogo do Couto, que também entende serem as gerações anteriores mais nobres e leais. Por isso, se destacam na escrita do cronista os feitos do próprio Afonso de Albuquerque, tal como os feitos dos demais portugueses que primeiro chegaram na Ásia. Continuando a carta:

[...] e portamto, senhor, nam me espanto a ver muitos juyzos e dizeres que a Índia era já perdida, porque a estes taes nam lhe minguariam Rezões afiguradas pera isso poder ser:[...] diguo, senhor, que nam tenho eu o mundo por tam perdido que ainda aí nam aja hum justo, pera que nos nosso senhor perdoe; nem falecerá sempre a el Rei huma virtuosa pessoa de arredor de si, como vós, senhor, sois, que lhe fale verdade e lhe ajude a soster ha opinião dos bons cavaleiros que ho desejam servir; [...] porque as cousas da India, como vós, senhor, dizeis, sam das mãos de deos divinalmente achadas e

²³⁸ As duas citadas cartas de D. Afonso de Albuquerque para Duarte Galvão não possuem referência de data e local de escrita.

divinalmente sostidas, e a mim, senhor, mo parece mais verdadeiramente [...].
(ALBUQUERQUE, 1884, p. 395-402²³⁹)

Afirma ouvir muitas falas sobre a Índia já ser perdida. Mas, ele não acredita que isso possa ocorrer, já que existem pessoas justas ao redor do rei para lhe falar as verdades e a sustentar a opinião dos bons cavaleiros que o desejam servir, tal como ele o é. Duarte Galvão, assim, deve assumir esse papel de guardião das reais ações feitas na Ásia, que são protegidas e guiadas por Deus.

Na segunda carta, D. Afonso de Albuquerque acusa os oficiais portugueses de calúnia, além de relatar que apenas priorizam seus interesses comerciais pessoais em detrimento dos interesses de Portugal. As cartas que tais oficiais escrevem ao rei deturpam a verdade, fazendo com que ele não possa ter uma impressão correta do que lá de fato ocorre. Isso faz com que o Rei não tenha uma correta determinação para as ações a serem feitas na Ásia. Assim, o tema é uma continuidade do que foi tratado na carta anterior, abordando também o mesmo contexto histórico. Por isso, acredita-se que também é de 1515:

Carta de Afonso d Albuquerque Guovernador da Índia a Duarte Gualvão.

[...] e crerei neste amor e amizade que me tendes, e será grande conforto pera saudade que me muitas vezes quá toca de vossa amizade e conversação e irmandade verdadeira, que me quá daa mais saudade e mais trabalho que a lembrança de cousas de portugual, porque tudo tenho esquecido, que doutra maneira nam se poderam sofrer os trabalhos desordenados da India, e as despesas e guastos dessa pobreza minha, que por bem de meu carguo nam posso deixar de fazer, que sam mayores que o proveito de quá nem o ordenado que me sua alteza daa, porque alguma cousa que me sostinha nessas joyas e partes das presas [...].

D. Afonso de Albuquerque inicia a missiva apontando toda sua amizade e saudade do amigo, relatando em seguida os trabalhos que enfrenta na Índia, aos quais dedica muitos gastos em nome de seu cargo. Gastos esses que superam em muito os ganhos por ele recebidos do Rei, se sustentando dos recursos provenientes de saques realizados.

[...] maior mal lhe tem a elle feito as cartas da India, porque ho nam deixam tomar verdadeira determinação do que quer fazer da India [...] prouesse que nosso senhor que el Rei nunca visse carta da India, porque esses de que elle tem confiança, tem lhe dado tanto credito, poder e autoridade nas suas cousas da India como a mim, e com esse favor tem se tornado meus competidores e

²³⁹ O original dessa carta se encontra nos arquivos da Biblioteca Nacional de Lisboa: Códice de Alcobaça nº 475, folha 176.

nunca escrevem em tratos de mercadorias proveitosas a seu serviço, nem da maneira que se a Riqueza da Índia poderaa aver e levar para esses Reinos, nem nos tratos de que ha maneira que se poderia ter pera se fazer proveito na sua fazenda: todo o feito desses é aconselhar elRei como ha de guovernar ha Índia; culpar meus caminhos feitos pollo Regimento del Rei, damnar meus feitos & minhas cousas, desejar toda minha destroyção, [...] porque minha limpeza culpa os homens muito; e os officiaes com os quaes nam tenho nenhuma companhia, nem parceria, nem faço nenhuma mastelada com elles [...] nam queriam ver ha assessegua, como agora estaa, nem os portos em tratos abertos; [...] e estes que tem carguo da fazenda del Rei, nam lhe vejo fazer nenhum fruto, nem lhe vejo tratos com esses portos, nem os vejo usar de seus officios e carguos como homens que ho sabem fazer: vejo tudo hermo [...].

As acusações são fortes. Mesmo estando a Índia assegurada e com o trato de comércio bem-sucedido em virtude das ações que implementou, muitos desejam sua destruição. Sua honestidade perante o regimento do rei e o fato de não participar de ações duvidosas junto com os oficiais lhe rendem as calúnias contra sua pessoa. Os que possuem cargos da Fazenda são acusados de nada produzirem.

É sabido, como apontado anteriormente nesse estudo, que as ações na Ásia de D. Afonso de Albuquerque foram muitas vezes empregadas de forma autoritária. Seu jeito de fazer as coisas desagradava outros fidalgos e oficiais, sendo isso um tema bastante trabalhado na historiografia. Mas, por hora, essas denúncias de calúnias, corrupção e improdutividade, além do alerta sobre a ameaça de perda do poder português na Ásia, sendo manifestadas tão cedo, no ano de 1515, são o tema central para a análise dos discursos acerca dos problemas enfrentados ao longo de muitas décadas no Estado da Índia. D. Afonso de Albuquerque finaliza:

[...] e vaisse todo o bem da Índia a perder, porque quer el Rei ter feitores, escrivães de feitoria, homens que nam sabem contar dez Reaes, nem sabem que cousa sam tratos, nem sabem enderençar as mercadorias onde façam fruto [...] e vos certifico, senhor, que sam tam grandes os guanhos dos tratos de quá e tam grossa a mercadoria e Riqueza da Índia, que he riso falar no ganho da pymenta; e el Rei comete este negocio a dous moços da camara que vem de tres em tres anos, boçaes, que nam sabem que cousa he trato nem mercadorias nem compras nem vendas nem fardos de mercadoria [...]. Assi, senhor, que me creaes, que o neguocio del Rei neste feito nam perde senam de nam ter homens mercadores cadimos, cosidos na mercadoria e no saber della, porque destes que quá tem, nam pôde receber senam mexericos e emburilhadas: mostramse muito cheos de dor de sua fazenda, pera se poderem melhor ajudar dela e saber feitorizar ha sua. (ALBUQUERQUE, 1884, p. 402-405²⁴⁰)

²⁴⁰ O original dessa carta se encontra nos arquivos da Biblioteca Nacional de Lisboa – Códice de Alcobça nº 475, folha 180.

4.5.3- D. João de Castro (1545-1548):

D. João de Castro (1500-1548), antes de se tornar o quarto vice-rei do Estado Português da Índia, fora um importante militar e teve grande destaque na área acadêmica. Sendo discípulo do matemático e cosmógrafo-mór do Reino Pedro Nunes (1502-1578), produziu importantes roteiros e descrições geográficas, ampliando os estudos sobre o magnetismo terrestre²⁴¹.

Sua carreira militar iniciou aos seus 18 anos, quando fora enviado a Tânger. Por lá serviu ao longo de nove anos, durante o governo de D. Duarte de Meneses, sendo por ele ordenado cavaleiro. Foi pela primeira vez a Índia nos tempos do governo de seu cunhado D. Garcia de Noronha (1538-1540). Este liderou a armada composta por onze naus e mais de dois mil e quinhentos soldados, já que El'Rei tinha notícias de que os turcos se organizavam para expulsar os portugueses da Ásia. A capitania de Ormuz fora oferecida para D. João de Castro, que recusou, sendo incumbido de observações náuticas e estudos de cartografia (ALBUQUERQUE, 1994, p. 247).

Foi em companhia do próximo governador da Índia, D. Estevão da Gama (1540-1542), que se deu a expedição ao Mar Vermelho (1540-1541), quando D. João de Castro assumiu a capitania de um dos galeões, na luta contra o paxá do Egito e em socorro da Etiópia contra os invasores otomanos. Alcançando a região de Suez, todos os conhecimentos práticos exercitados ao longo da viagem lhe proporcionaram a escrita de sua principal obra, *O Roteiro do Mar Roxo (1541)*²⁴², obra oferecida ao seu protetor, o Infante D. Luís.

De volta ao Reino, foi nomeado general de armada da costa, no ano de 1543, protegendo as naus da Carreira da Índia dos ataques corsários. Posteriormente, tendo D. João III que escolher sucessor para Martim Afonso de Souza, que governou o Estado da Índia entre 1542 e 1545, em conselho com seu irmão o Infante D. Luís chegaram ao consenso pelo nome de D. João de Castro. Esse rumou de volta à Índia, dessa vez levando seus dois filhos: D. Álvaro e D. Fernando de Castro (MARTINS, 2010, p. 169).

²⁴¹ Ao longo do século XVI, se desenvolveu em Portugal uma comunidade pensante que se voltava à compreensão do mundo empírico, com destaque para Pedro Nunes, Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro, Garcia da Orta e Fernando Oliveira. Seu conjunto de obras revela aspectos inovadores comuns, sendo possível citar: a rejeição da autoridade dos autores antigos, a aceitação da experiência como critério de verdade, o desenvolvimento de perspectivas e metodologias científicas e as relações de trocas entre teoria e prática ocorridas entre os eruditos, artesãos e marinheiros (ALMEIDA, 2002, p. 40). Assim, o pensamento moderno dava seus primeiros passos, tendo como referência os fenômenos humanos e naturais, dispensando os antigos atributos da ordem transcendente, ou seja, a universalidade, a eternidade e a imutabilidade. O homem passava a depender cada cada vez mais da sua capacidade interventiva e reflexiva (FUNKS, 1991, p. 45).

²⁴² Também escreveu o *Roteiro de Lisboa a Goa* (1538) e o *Roteiro de Goa a Diu* (1539).

Partiu de Lisboa a 24 de março de 1545, com uma armada composta por seis embarcações e cerca de dois mil soldados. Chegando em Goa no mês de setembro, após boa viagem, teve que enfrentar o inimigo Haldão, chefe do Sultanato muçulmano de Bijapur. Logo no ano seguinte, outro desafio de maiores proporções lhe foi imposto: uma nova guerra em defesa da fortaleza de Diu, agora desencadeada pelo inimigo muçulmano Coge Çofar, que buscava vingança para sua derrota anterior.

A fortaleza de Diu foi a maior e mais poderosa estrutura portuguesa construída na Ásia (Figuras 21, 22 e 23). Ela foi erguida na ilha de Diu, localizada ao sul da península de Katiavar, na entrada do golfo de Cambaia, na Índia. Por conta de sua posição estratégica e proximidade em relação a importantes rotas de comércio, foi constantemente assediada por árabes, diferentes povos indianos, otomanos, ingleses e holandeses, resistindo a todos. Sua importância econômica se manteve até a inauguração do Canal de Suez, em 1869. Esteve sob o controle português até o ano de 1961, quando foi tomada pelas forças da União Indiana.

A ilha de Diu já era um movimentado entreposto comercial desde antes da chegada dos portugueses na Ásia. Já em 1513, Afonso de Albuquerque tentou conquistá-la para a abertura de uma feitoria, não tendo sucesso. Outras tentativas se deram com os governadores Diogo Lopes de Siqueira, em 1521, e com Nuno da Cunha, em 1523 e 1531. O primeiro sucesso viria apenas em 1534, quando os portugueses a obtiveram em troca de seu apoio militar a Bahadur Xá, sultão do Guzerate, que estava em guerra contra o Grão-Mogol, de Deli. No mesmo acordo foram repassados aos portugueses Damão, Bombaim e Baçaim.

A construção da fortaleza ocorreu entre os anos de 1535 e 1536, no governo de D. Nuno da Cunha (1529-1538). Logo após sua edificação, o sultão Bahadur Xá, estando livre da ameaça mogol e arrependido da perda da ilha, tentou a restabelecer, saindo derrotado. O estado de guerra entre as forças portuguesas e do Sultanato do Guzerate se tornou constante de agora em diante, algo intensificado pelo fato desse reino se tornar aliado do Grão-Turco a partir de 1538. Após a morte de Bahadur Xá por forças portuguesas, o novo líder do Reino do Guzerate, Coge Çofar, senhor muçulmano de Cambaia, atacou a fortaleza de Diu, em junho de 1546. Essa sua primeira investida foi derrotada pelas forças portuguesas, liderados por Martim Afonso de Sousa. Mas, durante os próximos cinco meses, Coge Çofar impôs um ferrenho cerco contra Diu (ROSSA, 1997, p. 117).

As dificuldades enfrentadas pelos portugueses em Diu são descritas em detalhes na *Década VI* de Diogo do Couto. Mesmo com parte das batalhas vencidas, as necessidades e

provações eram grandes dentro da fortaleza, exigindo muitos sacrifícios e dedicação do capitão, D. João de Mascarenhas, e todos os seus subordinados:

Mas o que mais os atormentava, e punha em cuidados, era a falta que havia já de mantimentos, porque tinham chegado a estado, que o alqueire de trigo que se achava, valia a três cruzados [...]. E por esta maneira todas as mais cousas até chegarem a estado, que comeram gatos, cães, e alguns legumes podres, e com isso andavam todos tão contentes, e tão esforçados, como se tiveram tudo de sobejo. O Capitão supria a estas faltas com tudo o que tinha; e se achava por dinheiro, não perdoava a despezas por remediar aquellas necessidades (Década VI, L. II, Cap. VIII, p. 147-148).

Por isso, em novembro do mesmo ano de 1546, o governador D. João de Castro reorganizou as forças e liderou em pessoa uma poderosa expedição em socorro da fortaleza, conseguindo a vitória definitiva e a morte do inimigo Coge Çofar²⁴³. Apesar da reconquista da fortaleza, ela se encontrava totalmente destruída após os encarniçados conflitos, fazendo com o governador enviasse uma missiva aos vereadores e casados de Goa, datada de 23 de novembro de 1546, solicitando recursos para a sua reedificação e melhor fortificação²⁴⁴.

Em penhor ao seu pedido, já que não pôde utilizar os ossos do filho D. Fernando morto em combate²⁴⁵, enviou junto com a carta um punhado de sua barba²⁴⁶. Em honra ao seu pedido, o valor conseguido junto aos casados foi superior ao esperado, tal como descrito em uma carta a ele enviada pelos vereadores de Goa, de 27 de dezembro de 1547. Diogo do Couto narra essa situação em sua *Década VI*:

²⁴³ Diogo do Couto narra a morte desse inimigo. Destacam-se o heroísmo dos portugueses e a constante ajuda de Deus contra o infiel, encarado como um degenerado:

E estando alli dando ordem ao que se havia de fazer, ordenou Deos, e não permitio que se tardasse mais o castigo a este inimigo de sua Santa Fé, (nascido, e creado nella,) que desparassem da fortaleza algumas bombardas naquella multidão de gente, que com elle se ajuntou; e endireitando hum dos pelouros com elle, tomando-o pela cabeça, lha fez logo em pedaços, borrifando os que estavam derredor com seus miolos, e aquella perversa, e maldita alma foi levada dos diabos ás penas perpetuas do Inferno, aonde será atormentada em quanto Deos durar (Década VI, L. II, Cap. VI, p. 98).

²⁴⁴ O projeto de reforma e fortalecimento de Diu foi liderado por Francisco Pires. Encontra-se uma referência interessante a esse grande mestre português construtor de fortalezas na obra de Gaspar Correia. Ele partira do Reino para edificar a fortaleza de Moçambique, quando “quis Deus que tudo isto se não fizesse [...] porque Lourenço Pires não achando tempo, correu por fora da Ilha de São Lourenço, que chegando a Cochim, partiu a buscar o Governador, que não esqueceu de embarcar esse mestre consigo rumo a Diu (CORREIA, 1860, p. 581).

²⁴⁵ Seu corpo estaria em estado de putrefação muito avançado, por conta da impossibilidade de um enterro mais organizado em meio ao violento conflito.

²⁴⁶ Segundo a tradição, essa ação teria gerado o ditado “colocar as barbas de molho”.

Os Cidadãos, ajuntando logo o dinheiro, que cada hum pode, o levaram á câmara, e com ele as joias das mulheres, que tudo prefazia maior a quantia de dinheiro, do que o Governador pedia. E recolhendo tudo em um cofre e a guedelha da barba do Governador em outro pequeno, guarnecido de prata, lhe mandaram tudo pelo mesmo Diogo Rodrigues de Azevedo, escrevendo-lhe huma breve carta, em que lhe certificavam, “que se fosse necessário empenharem seus filhos pera o serviço de seu Rey, que todos o fariam com muito gosto (Década VI, L. IV, Cap. IV, p. 300).

Como o volume financeiro arrecadado foi superior ao necessário para a reconstrução de Diu, D. João de Castro teve a ombridade, na narrativa coutiana, de devolver parte dos recursos doados pelos cidadãos de Goa:

[...] sabendo [D. João de Castro] pelas cartas o amor com que lhas mandavam, assim se moveo daquelle zelo, e liberalidade, que lhe rebentáram as lagrimas pelos olhos fóra. E vendo-se provido de dinheiro da não, sem tocar em nenhuma cousa das que lhe mandaram, tornou a enviar tudo, assim, e da maneira que veio, pelo mesmo Diogo Rodrigues de Azevedo, por quem escreveo á Cidade huma muito honrosa carta, cheia de muitos oferecimentos, e agradecimentos, que se lhe deo.

E certo, que segundo ouvimos a algumas pessoas daquelle tempo, que quando as matronas de Goa viram outra vez as suas joias, sem se nellas bulir, que sentiram em estremo [...] tanto pode a afabilidade, virtude e zelo Christão de hum bom Governador, que não só se fez senhor das fazendas dos homens, mas ainda dos seus corações, e vontades, que Deos fez tão livres pera todos. E quanto ao revéz acontece ao Capitão austero, áspero, e tacanho, porque não faz mais que crear nos corações dos homens ódio, e aborrecimento (Década VI, L. IV, Cap. IV, p. 302-303).

Em meio a conquista de tanta honra, D. João III o elevou a condição de vice-rei do Estado Português da Índia, em carta de 13 de outubro de 1547, ampliando seu mandato para mais três anos, lhe concedendo ajuda de custo financeira e nomeando seu filho D. Álvaro ao cargo de capitão-mor da Armada da Índia (MATTOSO, 1993, p. 397).

Faleceu em 5 de junho de 1548, como consequência de uma febre, em meio a uma vida simples e, de acordo com várias fontes, tendo gastado tudo o que ganhou em favor das ações portuguesas na Ásia. Para Diogo do Couto, suas ações serviam como exemplo de fidalgo que deveria se fazer novamente presente na Índia. Prova disso é a existência de uma fala feita por D. João de Castro em seu leito de morte, presente na *Década VI*. Tal fala foi transcrita pelo cronista a partir dos registros da Fazenda dos Contos de Goa, afirmando que o certo seria que “assim devia de andar escrito nos animos de todos os Governadores, e Viso-Reys da India”, devendo ser a vida desse fidalgo “regra, e nivel de todos os outros, e os Reys de Portugal darem

o traslado desse auto por regimento a todos os que pera a Índia despachassem, porque nelle lhes mostra bem a pureza, que hão de ter em sua Fazenda” (Década VI, L. VI, Cap. IX, p. 67-68).

Seguem alguns trechos dessa fala:

“Mandei-vos, Senhores, chamar pera vos dizer o estado, e necessidades a que sou chegado, que não houve hoje nessa casa dinheiro com que se comprasse huma gallinha pera minha pessoa; porque fiquei tão despezo, e individado pelos grandes gastos, que fiz esses dous annos nas guerras passadas, que até dos meus ordenados estou pago adiantado até quinze de Setembro que vem: e confesso-vos, que não ousou a pedir dinheiro emprestado, a pessoa alguma pera mim, como nunca fiz, porque o houve por mui grande inconveniente pera o homem que cestá neste cargo, porque lhe convem que esteja livre, e isento com os homens, pera fazer Justiça direita a todos. [...] E se virdes que tenho alguns gastos desnecessarios, e sobrejos, vos peço que os corteis.” [...]

E tomando hum Missal, poz sobre elle a mão direita, dizendo: “Por esse juramento dos Santos Evangelhos, que até essa hora em que estou, nao sou encargo á Fazenda de EIRey de hum cruzado, nem a alguma outra pessoa de cousa que tomasse Christão, Judeo, Mouro, ou Gentio, nem nunca, em quanto governei a Índia, tive genero algum de trato de mercadoria, nem por outra alguma via tenho, ou tive proveito algum; antes até agora vivi, e gastei de meus ordenados, sem me ajudar de outra alguma cousa. Nem em meu poder, nem fóra delle tenho senão aquillo, que trouxe de Portugal pera o serviço, e autoridade deste cargo. [...] E de tal maneira, e tão registado fui sempre em minhas despezas, que fóra do ordinário, nao tive alguma hora posse pera comprar outra colcha, além della que tenho na cama; nem em minha casa se achará peça, que eu fizesse nesse Estado [...]” (Década VI, L. VI, Cap. IX, p. 64-65).

Se destacam suas falas acerca de uma vida simples, onde até a sua comida era regrada para que dívidas em nome do rei não fossem feitas. Tudo o que tinha teria vindo do que trouxe de Portugal e proveniente do que El’Rei lhe pagava, o que parecia ser pouco devido sua condição de vice-rei. Chamam atenção os exemplos, entre outros que aqui não chegaram a ser citados, de possuir apenas uma colcha para sua cama e de nunca ter se envolvido em atividades paralelas de comércio, as quais lhe desviariam de suas funções. Enfim, exemplo claro a ser seguido, segundo Diogo do Couto, por todos na Índia e pelos próprios monarcas.

Tendo a figura de D. João de Castro tanto destaque na história de Portugal e para a escrita de Diogo do Couto, se passará agora a um segundo momento de sua análise. O objetivo é a compreensão de suas concepções acerca de qual formato se deveriam encaminhar as ações portuguesas na Ásia, haja vista que ele próprio já identifica sérios desafios a serem enfrentados pelo Estado da Índia. Por isso, o uso de parte de suas cartas se fez necessário. Em meio a tanta documentação disponível, esse tipo de fonte foi escolhido por evidenciar mais claramente a

intimidade e a particularidade das opiniões e análises sobre os fatos. Os temas tratados foram limitados, focando especificamente nas concepções defendidas na tese que se constrói, apesar de inúmeros outros assuntos importantes serem tratados nas missivas.

Sendo fidalgo de confiança de D. João III e muito próximo do Infante D. Luís, as concepções expansionistas de D. João de Castro já eram consolidadas bem antes de sua nomeação como governador e depois como vice-rei do Estado da Índia. Prova disso são as cartas por ele escritas ao rei e ao infante. Em uma carta para D. João III escrita em Goa, de outubro de 1539, após ter passado seu primeiro ano na Ásia, afirmava:

O viso Rei me deu conta e tomou meu parecer em grandes segredos sobre se era bem e segurança da Índia fazer se huma fortaleza as portas do estreito [de Suez, no Mar Vermelho]. O meu voto foi que em nenhuma maneira se fizesse; as causas que me há este parecer sam as seguintes: [...]. Pera que quer vossa Alteza meter huma fortaleza tanto no seio dos turquos? Ela feita, que cousa havera no mundo que vos mais atyce a senha e a vingança, e como, cuyda que se pode fechar com chave ho oceano indico aos turquos? [...].

Em pouco tempo vivendo na Ásia, D. João de Castro já percebia a enormidade de seus espaços e mares, entendendo que nenhuma ação asseguraria um completo monopólio seja de poder ou de comércio por parte dos portugueses. Além disso, uma fortaleza próxima a Suez só serviria para atrair mais a rivalidade por parte do poderoso inimigo turco.

Nos resultados dessa pesquisa, foi D. João de Castro que pela primeira vez apontou a necessidade de uma poderosa armada para tornar o Estado da Índia pacífico e próspero economicamente, com militares bem treinados e de prontidão para todas as necessidades contra os inimigos:

A guarda e fortaleza com que Vosa Alteza a de sustentar e acrescentar seu estado e ter a India pasifica he huma grossa e bem aparelhada armada de tres mil homens disciplinados na guerra que possam entrar nela quando cumprir, e desta maneira e nam doutra alguma estará a India segura de nossos comtrairos.

Pois tenho dito a Vossa Alteza quanto importa huma poderosa armada pera a defemção destas partes. Nam será fora de propósito dizer lhe o que achamos [no Estado da Índia]: as gales e galeotas sam tam velhas e mal repairadas que nenhuma delas he pera atravessar o golfão, e este mal he o menor que nelas há, [...] que fazem tamanho gasto a vossa Alteza. [...] Os outros navios sam pouquos e esses alquebrados e quasi podres.

Ele aproveita o espaço para denunciar a situação de gravidade em que a armada portuguesa se encontrava. O leitor de Diogo do Couto é levado a acreditar que esse problema seria algo comum ao longo dos anos finais da vida do cronista, em especial nos primeiros anos do século XVII. Mas, D. João de Castro relata essa situação em 1539! Eficiente também foi a sua percepção sobre como estavam espalhados os portugueses pela Ásia, não estando diretamente ligados ao rei nem a menor parte dos milhares que lá se encontravam. Novamente, temos aí explícita uma das futuras preocupações do cronista: os portugueses haviam perdido a vergonha e o temor de Deos, não desejando mais servir a El'Rei:

He grande o numero de portugueses que nestas partes andam, porque de Sofala até a China, mas o que andam em seu serviço somos poucos e mal ordenados, e ho meu juízo comprindo ao vyso rei dar huma batalha a turquos não poderá ajuntar dous mil homens; daqui parece ho sono e Relaxamento de seu serviço que ouve na India, pois há tantos annos que pagua Vossa Alteza dezessete mil homens não tendo em seu serviço dous mil. Eu tomei alguma pratica da matricula e os aforismos que dela tirei foram esses: Alem de muytas onzenas, roubos, perdimento de vergonha, destroição da fazenda de vossa Alteza; [...] nela achei muitos homens a que foram paguos vinte e trinta mil cruzados de soldos; por cousa averigoada tenho que esta matricula foi o preçeiitor que insinou os portugueses a perderem a vergonha e o temor de Deos e desejo de servir vossa Alteza [...].

Agora, o fidalgo finaliza sua reflexão sobre o caminho mais viável para que ocorra a manutenção e prosperidade dos lusos na Ásia:

[...] e sendo asi veio que as mais proveitosas e riquas fortalezas despedem mais a vossa Alteza do que lhe dam de proveito [...]. Pareçeme que devia Vossa Alteza arrendar Çofala e tudo ho que tem do Cabo de Çamorim pera dentro, a saber, a leste, e saeria fora de tamanhos gastos e cuidados.

[...] Quisera eu afirmar que em nenhuma maneira os portugueses deviam dentrar hum só palmo pela terra dentro da India, porque nenhuma outra cousa sustenta a paz e conserva em amizade hos Reys e Senhores da India, senam crerem e terem por muyto averigoado, que somente nos contentamos do mar, e que nenhum propósito nem imaginação reina em lhes cobixarmos suas terras. Nao dovydo que as terras de Basaim rendam mais de cem mil cruzados, mas que proveito tira disso vossa Alteza? Ate guora nenhum veador da fazenda nem outro oficial me disse que vira hum so cruzado de Basaim, antes me mostram grandes despesas que sam feitas nela.

Para D. João de Castro, a maioria das fortalezas, apesar de suas riquezas, exigiam gastos muito grandes, não dando um eficiente retorno financeiro. Além disso, a presença de muitas fortalezas e a ocupação de maiores territórios só atrairia a desconfiança e a guerra por parte dos

inimigos. Para garantir a paz, os portugueses deveriam se contentar apenas com a posse do mar, que era de onde de fato a riqueza do comércio circulava.

Indo para o final da missiva, um tema menos corrente em sua escrita se destaca: o desvio de funções e interesses por parte das autoridades que recebiam capitânicas ou feitorias como pagamento de serviços prestados. D. João de Castro defende que tais funções deveriam ser ocupadas por pessoas realmente escolhidas para elas:

[...] Rezão sera que me de licemça pera lhe apontar em algumas cousas que me parece serem geradas por descuido: a primeira sera que me parece muyto prejudicial a sua consciência e fazenda dar as capitanyas e feitorias e outros ofiços na Índia em pagameto de serviço. A prova disto ser destroição de sua fazenda, seja a experiênçia que neste caso vemos, que hum capitão e hum feitor acabado seu tempo tira cada hum deles çem mil cruzados e deixa outros tantos de divida pera vosa Alteza aver de pagar, o que se não fosse no todo seria em muyta parte emmendado este dano quãdo quer que vosa Alteza escolhese pessoas sofeçiemtes e altas pera os taes cargos.

O fidalgo ainda sugere ao rei que os serviços prestados na Ásia sejam pagos quando do retorno dos portugueses ao Reino. Ele denuncia que ao passarem muitos anos longe, os portugueses iam se corrompendo e se distanciando do que eram as ações esperadas para o serviço de Sua Majestade. Passar o menor tempo possível distante do Reino seria uma conduta positiva para todos:

[...] Se vosa Alteza podese satisfazer em seu Reino, os serviços que qua sam feitos, eu averia por grãde serviço de Deus as taes pesoas nam tornar é outra vez qua. Perdoe me vosa Alteza nam lhe dar muytas Razõeo que pera isto tenho.

Huma cousa quero alembrar a vosa Alteza he que não consemta que envelheçãm os homes nesta Índia, e que faça de qua ir todolos velhos, porque así como em todalas partes elles sam espelho e exêmpros de virtude e bõs emsinos, asi nestas se fazem escolas de viços e preguadores descamdalos e discordias, e grãdes semeadores de zizania e de muita trovação na Republica sem deles se poder colher algúm fruto que seja pera serviço de vosa Alteza e omra de seu estado Real (CASTRO, 1954, p. 22-30²⁴⁷).

Do mesmo ano se destaca outra carta, agora enviada para o infante D. Luís. Escrita em Goa, a 29 de outubro de 1539, ele retoma e aprofunda o tema tratado com o rei na carta do mesmo ano sobre a manutenção das fortalezas portuguesas pela Ásia. Agora, ele complementa

²⁴⁷ O original dessa carta se encontra nos arquivos da Torre do Tombo de Lisboa: Coleção de S. Lourenço, Vol. V, fols. 123 e segs.

suas ideias afirmando serem suficientes apenas três ou quatro fortalezas bastante poderosas, aliadas com a existência de algumas feitorias e de forte armada no mar:

Tem elrei nosso senhor muitas fortalezas por toda esta terra e de muytas não tyra fruyto nem proveito, mas antes o que rendem algumas necesareas se guasta nestas que não servem de nada. Pareçeme a my que Sua Alteza devia de cosyderar bem isto, e tirarse de tamanhos gastos, porque basta para senhorear a India tres ou quatro fortalezas muyto fortes, e nos outros lugares ter feytorias, e húa grosa armada posta no mar muy bem aparelhada, e pera a perder não se podia dar melhor remedio que o que ategora ordenarão os governadores e foy fazerem muytas fortalezas muito fracas e descuydaremse grademente do mar e de fazer armada.

Para piorar a situação, além das inúmeras fortalezas desnecessárias e honerosas, os soldados estão totalmente desgarrados:

[...] Sabera Vosa Alteza que o mor numero de soldados que se pode ajuntar com a pessoa do viso Rey ou governador que for he ate dous mil, e estes desarmados e sem capitães nem disciplina, ordem, comcerto nem obediencia.

A armada se encontra em péssimas condições estruturais e sem a força humana necessária para operar para manter o poder português na Ásia. Isso tudo lembra muito as acusações de Diogo do Couto, mas feitas pelo futuro vice-rei ainda no ano de 1539, bem antes das denúncias do cronista:

As embarcações pera esta gente sam muitas e muito mal comçertadas, e muito aparelhadas pera nellas acontecer gramdes desastres [...] As naos e gualeões não tem marinheiros que lhe mareem as velas e a artelharia he pouca pera tamos navyos, e imda a faz parecer menos ha grãde falta de bombardeiros. [Essa situação é resultado de] quãtos viçios, quãtos mãos costumes, quã pouco amor de Deus, quãto esquecymto do serviço del Rey, quãto desamor a patria temos todos os portugueses que nestas partes amdamos! (CASTRO, 1954, p. 40-44²⁴⁸)

Cerca de um ano depois, novamente em carta destinada ao Infante, datada agora de 30 de outubro de 1540, D. João de Castro aponta quais as fortalezas de fato seriam necessárias, sendo as demais sugadouros de recursos financeiros, humanos e bélicos que poderiam ser melhor empregados no que de fato seria mais importante: a armada do mar:

²⁴⁸ O original dessa carta se encontra nos arquivos da Torre do Tombo de Lisboa: Coleção de S. Lourenço, Vol. V, Fls. 113.

A costa da Índia está cheia de fortalezas e castelos, onde se consomem as rendas da Índia e quanta fazenda vem de Portugal [...] porem eu vejo que tudo isto hé contraio e que por respeito destas fortalezas somos fracos e polas queremos sustentar padecemos muitas deshonras e necessidades.

Nam sei que leis sam estas dos homens tam crueis que dizem ser abatimento de principes derribar paredes velhas, as quaes postas em pé destroem os seus reinos e delles poem em perigo, e derribadas os faz grandes e mais poderozos e a seus reinos bem aventurados. Nesta terra, Senhor, a meu ver, não devia haver mais que Cochim, Goa, Baçaim.

[...] Além deste emcoviniemte ocupão estas fortalezas tamta gemte, artelharia, bombardeiros e gastão tamta soma de polvora e moniçõis de guerra que as nossas armadas ficão pareçemdo mais vazilhas de mercadoria e de carga que navios de guerra, e tãmbem são estas fortalezas tão fracas que tiramdo Dio nenhũa outra he capaz de se poder defemder oito dias de nosos Inimigos.

Interessante notar sua concepção de grande poder existente em Diu. Poucos anos depois, na condição de governador do Estado da Índia, D. João de Castro se veria obrigado a defendê-la e reconstruí-la. Partindo para o final da missiva, ele complementa apontando um grande desgosto pessoal. Sendo identificado por seus contemporâneos e estudiosos ao longo dos séculos como um fidalgo honesto, disciplinado e dedicado ao Reino, percebemos o quanto lhe gerava sofrimento a percepção constante de descaso e a corrupção dos costumes aos quais os portugueses de seu tempo se entregavam. Segundo ele, os portugueses mudam:

[...] tão facilmete por que vejo quem chegamdo de Portugal a Índia no mesmo instante tomam nova forma, nova arte, nova maneira de viver: a pesoa que vem por soldado na mesma ora quer pareser mercador, a que vem pera mercador logo julga nas cousas da guerra e trabalha de pareser soldado, os fidalgos e capitães todo ho tempo gastão em praticas sobre a fazemda del Rey [...] [sendo necessário que El'Rei] fizeçe justiça e castigaçe çem nenhum respeito os fidalgos asi como fazia dom Anrrique, grande e singlar barão, ho mais de nosos tempos (CASTRO, 1954, p. 52-56²⁴⁹).

Percebe-se aí que em sua primeira estadia na Ásia D. João de Castro construíra uma concepção de ação a ser seguida pelos portugueses, identificando seus vícios e as irregularidades que ameaçavam sua permanência e poder.

De volta ao Estado da Índia alguns anos depois, D. João de Castro manteve suas concepções acerca das necessidades para a viabilidade da presença portuguesa na Ásia. O cenário que encontrou não havia melhorado, apesar dos elogios ao seu antecessor, o governador

²⁴⁹ O original dessa carta se encontra nos arquivos da Torre do Tombo de Lisboa: Coleção de S. Lourenço, Vol. V, fls. 97 a 102.

Martim Afonso de Souza (1542-1545). Assim, é possível perceber em seu discurso e em algumas de suas ações como governador, que tais problemas serviram como norteadores de seu trabalho agora no cargo de maior autoridade no Estado da Índia.

Em certo sentido, D. João de Castro conseguiu muita evolução. Implementando medidas e alterações dentro do que ele defendia desde sua primeira estadia naquelas regiões, suas ações marcariam seu nome como uma das maiores lideranças que governaram a Índia Portuguesa. Para a comprovação disso, seguem as análises de outras duas cartas. A primeira escrita pouco tempo depois que chegou em Goa, no ano de 1545, e destinada ao Rei D. João III.

Logo de início, procurou fazer uma averiguada análise das condições da armada ancorada naquela capital, encontrando o seguinte cenário:

Carta Geral de D. João de Castro a El' Rei D. João III das coisas, que naquelas partes da Índia tinham acontecido, escrita nesta cidade de Gôa, a 24 de dezembro de 1545

[...] quiz saber da armada como estava: e porque em cousa de tanta sustância não seria razão confia-la de ninguem, eu em pessoa, com o secretario e veador da Fazenda a corri toda, decendo ao porão dos navios [...] trazendo sempre o mestre da ribeira, patrão mór mestre dos calafates, e todos os pilotos, e mestres das náus da carreira e muitos capitães, e fidalgos. Andando fazendo esta diligencia, achei sete galés e tres galiotas podres, que com as mãos se desfaziam, sem prestarem, nem terem corregimento: e serem más de navegação por sua má feição [...].

E vendo o desfalecimento desta armada, e o grande perigo, em que por esta razao estava esta terra, determinei com parecer de muitos fidalgos, capitães e officiaes de Vossa Alteza nao sair aquelle verão fóra de Gôa, e converter o gasto o despeza que em minha embarcação havia de fazer, no concerto desta armada; por que a este respeito todas as outras necessidades são accessorias. Polo que mandei logo fazer envasaduras, cabrestantes, viradores, por na ribeira não haver pera viração de navios: mandei pera me trazerem muita somma de madeira. De Baçaim mandei também vir toda a quantidade que me foi possivel, e doutras partes. Isto tudo fiz a fim de com brevidade poder concertar toda a armada, que estava no mar.

As condições das embarcações eram precárias. Diante de todos os oficiais disponíveis, o novo governador determinou a restauração de tudo que era possível na armada, destinando inclusive recursos que seriam empregados em sua embarcação pessoal. Além disso, realinhou a concepção de tipo de embarcação que seria mais viável e de mais utilidade ao Estado da Índia em sua época de governo, determinando:

[...] fazer duas caravelas em Baçaim, quatro em Cochim, e mais duas em Chaul, e em Gôa outras duas. A razão que me moveu a mandar fazer

caravellas, e não outros navios, foi parecer-me que os galiões, pera poderem pelejar, haviam mister muita gente, assim do mar, como bombardeiros e lascarins²⁵⁰, o que na Índia não ha. Pera se haverem de armar oito galiões, como é costume, e ordenança de guerra não ficará gente, nem bombardeiros pera mais armada. As gallés não se remam: e não se remando, são os piores navios de guerra de todos. E considerando eu todos estes inconvenientes, me pareceu nenhum outro genero de navio ser competente à Índia, senão estas caravellas; por que, com quarenta homens, vam muito bem armadas, e com quatro bombardeiros e um condestabre se aproveitam de toda a artilharia e são navios muito guerreiros, e que esperam toda a fortuna e tormenta do mar. E pera autoridade, e reputação do nosso poder é necessario muito número de velas: por que a muita armada espanta, e fere aos inimigos, e aos amigos dá ousadia, e a pouca não é estimada dos contrarios, nem dá ânimo aos que van nella pelejar.

No último trecho, D. João de Castro justifica a importância de uma poderosa armada, já que é por meio dela que a autoridade e reputação dos portugueses é imposta, ferindo os inimigos, encorajando os aliados e animando os seus. Relata também que apesar das péssimas condições gerais da maioria das embarcações, quando chegou em Goa encontrou toda a armada possível atuando no mar, com:

[...] toda sua artilheria, velas e aguada feita; nos armazéns muita polvora e enxofre, salitre, e outras munições de guerra, e a maior parte dos lascarins em Gôa, e bem pagos aos quarteis, e a gente do mar paga aos mezes. Estas cousas todas andaram também ordenadas, que por ellas, sem mais outra consideração se poderá inferir, quam bom capitão é Martim Affonso de Souza.

Elrei de Ormuz, com ajuda dos portuguezes, dos quaes foi por capitão Bernaldim de Sousa, tomaram um lugar na costa da Arabia, chamado Catyfa, que já em outro tempo foi do reino de Ormuz. Luiz Falcão me escreve, e requer, que ponha nelle um portugûês por capitão, o que não parece bem; por que me parecia melhor reduzirmo-nos a poucas fortalezas, e termos junto e unido o nosso poder, que derrarmos mais do que estamos, e irmo-nos avizinhar com Baçorá, e terras do Turco, d'onde os despertemos a nos fazerem guerra (CASTRO, 1954, p. 119-121²⁵¹).

Finaliza essa primeira missiva dos tempos de seu governo relatando que os portugueses junto com seu aliado de Ormuz conquistaram uma área litorânea da Península Arábica, sendo sugerido que lá fosse construída mais uma fortaleza. Mas, seguindo suas já concretas opiniões sobre o tema, a proposta foi logo descartada.

Foram vários os desafios enfrentados ao longo dos quatro anos de sua governança do Estado da Índia, mas nenhum foi tão complexo e desafiador como o já analisado cerco sofrido

²⁵⁰ “Lascarins” é o termo usado pelos portugueses para designar os habitantes locais que, em troca de pagamento, lhes prestavam diferentes serviços.

²⁵¹ O manuscrito original dessa carte é desconhecido, existindo várias cópias datadas do século XVIII.

por Diu. Em longa carta destinada a D. João III, escrita desta fortaleza, aos 16 dias de dezembro de 1546, é possível observar como suas ações foram eficientes. Esses assuntos são corroborados pelas demais documentações do período, inclusive pela escrita de Diogo do Couto. Esse acontecimento, visto por séculos como uma das maiores contendas ocorridas na Ásia, pôs a prova as concepções do governador, o fazendo encontrar desde a perda de um de seus filhos até a glória máxima entre os homens de sua época, se tornando ao lado de D. Afonso de Albuquerque, D. João II e D. Manuel I, um dos principais heróis para os portugueses.

Na mencionada carta, logo de início D. João de Castro aponta seus objetivos de ação no governo, deixando claro que seguia e concordava com as ordens recebidas de El'Rei. O objetivo primordial era garantir a paz e a justiça, curando os vícios e mantendo as possessões lusas obtidas desde os tempos de D. Manuel I:

Carta de D. João de Castro sendo governador da Índia para El Rei D. João III, escrita de Diu, dando lhe conta das coisas daquelle Estado e particularmente do cerco de Diu, que sustentou D. João Mascarenhas, de 16 de dezembro de 1546

[...] Considerando que Vossa Alteza nam me elegera para vir a levantar e fazer Guerra à India, mas para a Governar e manter em paz e justiça, nam para a vir encher dos roubos, e mortes de homens, se nam para a limpar de vicios e maus costumes, nem me mandara em seu Regimento que conquistasse de novo Reinos e Terras Estranhas, mas que lhe guardasse e conservasse as que de longo tempo já tinha ganhado, e lho ficavão por propria e verdadeira herança de seu Pay, porque assim como parece bem que de soldados venhamos a ser cappitaens.

Mais a diante, relata como se deu uma de suas ações que viriam a ser mais elogiadas por Diogo do Couto, algo visto apenas nos tempos de D. Afonso de Albuquerque, que fora o treinamento militar dos soldados: “[...] Pelo que fiz prestes quatrocentos de Cavallo mui luzidos (e bem armados) os quaes levava todos os dias ao Campo em Batalhas exercitando-os em escaramussas, silladas, e outras Artes de Guerra”.

De agora em diante, a maior parte das mais de 60 páginas da carta são dedicadas ao cerco sofrido pela fortaleza de Diu. A vitória foi gigantesca, morrendo aproximadamente três mil dos vinte mil inimigos que a atacaram, com apenas sessenta mortes e trezentos feridos do lado português. Por conta de sua destruição, D. João de Castro conta que precisou ordenar sua reconstrução e modernização. Mas, abre espaço em sua missiva para opinar acerca novamente desse tema das fortalezas.

Deixa claro que preferiria usar esses esforços e recursos de reconstrução de Diu para a edificação de outra fortaleza em um lugar diferente, já que Diu sempre atrapalhou mais do que ajudou os portugueses. A sugestão de D. João de Castro era construir na Ilha dos Mortos, que fica próxima a Diu, porém, mais afastada da costa. Ela teria uma localização mais privilegiada e seria menos assediada pelos inimigos, proporcionando um maior apoio a armada portuguesa:

Eu estive muito perto de acabar de desfazer de todo esta Fortaleza e Ilha de Dio, e hia a fazer na Ilha dos Mortos, porque creia Vossa Alteza que Dio da muito mayor oppressão à India que os Rumes, e cada vez que quiser EI Rey de Cambaya porá todo Estado da India a húm tombo de Dado; nem nos serve pera outra couza salvo pera nos pôr de contino as tripas na boca. O que se escuzara de todo se fizesse esta Fortaleza na Ilha dos Mortos, por cazo de ser hũa Ilha muito forte de sytio, e estar muy apartada da Terra firme, e ter grande e singular Porto, no qual com todolos ventos podem entrar e sahir, polas quaes couzas a nam podia nunca vir cercar El Rey de Cambaya, e nam na cercando lhe poderemos fazer tanta guerra por mar, que fora nosso tributário.

Tendo em comum as concepções de como deveriam se organizar as armadas e fortalezas no Estado da Índia, D. João de Castro e Diogo do Couto pensam diferente sobre os três anos de mandato que duravam os cargos e responsabilidades na Índia. Por inúmeras vezes, Diogo do Couto afirma ser esse tempo muito pouco. Já para D. João de Castro, esse tempo era muito grande. O interessante é notar que os problemas por eles apontados são os mesmos, com ambos afirmando que os três anos de mandato geravam maiores possibilidades para a corrupção e o desregramento.

O próprio D. João de Castro afirma estar se deteriorando com o passar do tempo na Índia, aguardando ansiosamente a chegada do novo governador para poder voltar a Sintra. Nesse mesmo espaço de fala, ele aproveita para alertar o rei sobre a necessidade de as normas serem definidas no Reino, já que se perdem mais portugueses na Ásia devido a todos os desmandos do que se ganham gentios ao cristianismo:

Primeiramente faço lembrança a Vossa Alteza que nam devia ter qua nenhum Governador nem oficial assi de Justiça, como de fazenda, mais tempo que de tres annos, porque a terra he de tal calydade que nam sinto qual seja a natureza tam forte que possa resistir muitos tempos às cobiças, e vicios que se nella uzam e praticão, as quaes tem cobrado tamanha posse, e autoridade que nenhũa couza se pode já qua fazer [...]. Eu confesso a Vossa Alteza que nam sou já o que party de Portugal, e que cada vez me vou enchendo de ferrugem e apodrecendo como as armas dos seus Almazens, e com tudo isto tenho muita esperança em Deos que athe trez annos me não arrombe de todo!

Polo que peço muito por mercê a Vossa Alteza que mande outro Governador, porque lhe juro em verdade que os trabalhos da India me tem

gastado as carnes, e os cuidados, de tantas e tam desvairadas couzas moido os ossos, e o máo viver dos homêns danada a alma, de maneira, Senhor, que cumpre muito a Vossa Alteza nam me ter quá mais tempo que de trez annos, e a minha consciencia recolher-me outra vez aos mattos da Serra de Sintra, pera dar algũs dias a Deos de quantos annos me tem levado o mundo [...].

E tambem seria de parecer que nenhuma couza que se demandasse a Vossa Alteza se determinasse finalmente quá, mas que todas fossem por apelação ao Reino, [...] pelo que me afirmo que mais Almas sam perdidas dos Portuguezes que vem à India, do que se salvam dos Gentios, que os pregadores e Religiozos converteram à nossa Santa fee.

Na prática, a parte final da carta se caracteriza por uma sucessão de sugestões para a lida governamental da Índia, quase que com um estilo arbitrista. D. João de Castro continua:

He necessario que Vossa Alteza mande muita Gente à India, e esta nam venha sem soldo nem outra nenhuma conveniência porque em chegando quá nam he possível deixar de os assentar e pagar, porque se o assi nam fizer, na propria hora hiram receber soldo dos Mouros, e o que for de muita consciencia se passará a Choromandel e China, e outras partes, onde se podem contar [...].

De sua parte, o governador afirma pagar todos os portugueses em dia, o que inclusive consome todo o ordenado que recebe do Reino. Mas, mesmo assim, alerta que não consegue unir os portugueses nas ações de interesse do Estado, com muitos se dedicando a atividades de comércio:

A gente da India, eu a tenho paga, do dia que cheguei athe a feitura desta carta, aos quarteis, sem nunca o lhe tardar hum só dia; e a paga he geral com bandeira posta, de maneira que se não podem aqueixar de lhe retardar o pagamento. Mesas ha poucas, porque nam acho ninguem que as queira dar por mais mercê que lhe faça, e a verdade he que sempre assim foi [...] mas eu nam posso deixar de lhe falar verdade, porque o tenho de condição. Eu dou em minha caza mesa a quantos querem vir comer a ella, e nos primeiros oito mezes de minha chegada a esta terra gastei nisto oito mil e quinhentos pardãos; e nam digo isto a Vossa Alteza para lhe pedir Mercê, mas para que saiba em que se gasta o Ordenado que me dá. A gente do mar he inda melhor paga, e muito bem tratada, mas nem com isso a posso ter junta, e certa, porque todo o homem que quá anda se faz comerciante e andam buscando sua vida por toda a India, sem a isso se poder dar remedio.

Sugere também separar o governo – que devia se dedicar as coisas da guerra, armadas e fortalezas – das coisas relativas à Fazenda:

Eu sou muito fraco Official de Fazenda; e nam he para me porem culpa, pois me nam creci nas aulas de Gracia Homem e de Pero da Motta. Verdade

he que nam sou ladrão, nem consinto ser a ninguem. Faça-me Vossa Alteza tamanha Mercê que me tire todo o mando da fazenda e o passe a seus Officiaes, pois são taes homes que cõ muita razam se deve confiar delles, e o sabem tambem fazer, mayormente Braz de Araujo e Simão Botelho seus Veadores da Fazenda; a a mi somente deixe o cuidado da Guerra e de prover suas fortalezas, e reparar a Armada, as quaes couzas posto que haja vinte e tres annos que ando emburilhado nellas, confesso a Vossa Alteza que ainda o sey mal fazer, e cada dia faço muitos erros, e passam por mi descuidos e negligenças; [...] creia Vossa Alteza que o cuidado da fazenda e da Guerra são muy contrarios e repunhão hum ao outro, e nam pode ganhar hum Governador tanto em huma dessas partes que nam perca muito na outra, e ambas são de tamanha importancia que em huma dellas consiste a sua honra, e na outra a Fazenda (CASTRO, 1954, p. 213-309²⁵²).

4.6- As obras coutianas sob o prisma das armadas e fortalezas do Estado da Índia:

A título de justificativa documental da tese que aqui se constrói, se dará a análise das obras coutianas acerca dos problemas e alvitres específicos que se destacam dentro da tese por hora construída. De início, segue a análise do primeiro *Soldado Prático*.

4.6.1- O primeiro *Soldado Prático*:

Como visto anteriormente, sua escrita é mais simples, porém muito rica no apontamento dos problemas enfrentados e, mesmo sendo elaborado num momento de juventude de Diogo do Couto, apresenta uma visão básica, porém bem estruturada, acerca de como o Estado da Índia deve se estruturar por meio do estabelecimento de armadas e fortalezas com foco nos objetivos comerciais, dentre outros fatores complementares. Foi produzido no período final da primeira estadia de Diogo do Couto na Ásia, quando exercia a condição de soldado, sendo os assuntos e alvitres levantados mais relacionados ao cotidiano das atividades militares e comerciais praticadas pelos portugueses naquelas vastas regiões, sempre com um tom mais duro acerca das críticas. Tanto é que o único a ter de fato experiência sobre o Estado da Índia ao longo de todo o diálogo é o soldado. De acordo com a historiografia coutiana – sendo essa a interpretação aqui assumida também – o soldado do diálogo reflete, tanto nessa primeira versão da obra quanto na segunda, o próprio Diogo do Couto, seja em suas experiências ou concepções.

²⁵² O original dessa carta é desconhecido, existindo várias cópias manuscritas. A versão que parece mais completa é a da Biblioteca Municipal do Porto, nº 633, escrita em letra moderna de fins do século XVIII e princípios do XIX, a qual se baseia a publicação aqui utilizada.

No diálogo, um novo vice-rei acaba de ser escolhido para ser enviado à Índia. Por isso, o rei decide que ele ouça um soldado “seu servidor, que aquelle anno viera da Índia, e lá servira quarenta annos, com o qual já algumas vezes praticara, e entendêra elle ser homem de muita experiência, assim nas cousas da guerra, como do governo, e fazenda de S. Magestade” (p. 3-4), sendo por isso encarado como uma fonte de informação confiável.

Os conselhos e orientações ao vice-rei já começam nas primeiras páginas do texto, trazendo forte carga arbitrista. Interessante perceber também que Diogo do Couto nunca esconde ou disfarça seu real interesse com o trabalho de arbitrista, apesar dos riscos que recaem sobre os que decidem escrever a verdade: “O peyor officio que ha no mundo he ser author de novidades, que muitas vezes, por alguns respeitos não contentam a muitos homens [...]. Porque eu quero também vender o meu saber, pois sou mal pago do meu serviço” (p. 33-34).

A primeira orientação que se destaca ocorre quando o vice-rei anuncia que precisará levar um secretário para lhe auxiliar nas coisas do governo. Sobre isso, o soldado destaca a importância de que a pessoa escolhida “tenha experiência da terra, e dos negocios della, e que conheça os homens, e serviços seus e nao correrá por informações de homens suspeitosos, que as passam mais por fazer em suas pessoas, que por nellas fallar verdade” (p. 12-13). Já que nesses tempos tão difíceis, “às vezes vale mais a desculpa dos culpados, que a verdade dos leaes” (p. 14).

Outros cargos mencionados são os relacionados à justiça, quando o soldado também adverte sobre a necessidade de cuidado, já que tais cargos “naõ são os que se ham de pedir, nem requerer”, devendo “o Principe buscar homens para elles, que tenham letras, e idade, e bons costumes, e conhecidos por tementes a Deos” (p. 16).

Menções a situação das fortalezas da Ásia também não demoram a aparecer. No geral, seus capitães são contra a presença de vedores da Fazenda, pois “naõ querem testemunhas de seus erros, de comprarem por menos preço o que ham mister do que vale, e venderem por mais o que tem por vender; [...] nao pagando os direitos de S. Alteza” (p. 26).

Ao ser questionado pelo vice-rei sobre qual tipo de pessoas ele deve levar para a Índia, o soldado aponta a urgente necessidade por militares e gente do mar, dando início ao destaque da importância das armadas e fortalezas:

Dous mil homens, que parece que basta, porque vai muito para a gente ir sã, e bem tratada no alojamento; porque a viagem he comprida, e trabalhosa, [...] e seria de parecer que nao fosse toda a gente de armas, senão alguns homens do mar, bombardeiros para ficarem servindo na Índia, do que ha muita falta; porque eu vi já em Goa na Ribeira de S. Alteza quinhentos homens do mar

que serviaó, e pagos por ponto, e agora não ha cento e cincoenta, que he huma grande falta para o que cumpre ao bem do Estado, cujas forças, e defensão delle está na Armada do mar, e bombardeiros. Muitas vezes me disse o Condestavel Mór, que não havia cento e vinte para servir nas Armadas, e destes os mais poucos destros no officio: pois nas Fortalezas eu sei, que mais de tres não tem, e esses saó condestaveis velhos, e doentes, mal pagos, e descontentes; e essa gente quer antes ser bem paga, e privilegiada (p. 35).

Essa situação de fraqueza é justificada pelo soldado pelo argumento de que no início da presença portuguesa na Ásia terem sido empregados poucos recursos. Agora, o Estado da Índia havia crescido, mas ainda não contando com maiores investimentos. Para piorar, os inimigos ficaram mais poderosos com o passar do tempo, inclusive aprendendo o tipo de guerra dos portugueses (p. 36).

Voltando a tratar do abandono e fraqueza que se encontram a maioria das fortalezas, o vice-rei demonstra interesse em consertá-las no menor tempo possível, recebendo a orientação do soldado para que se apresse a fazer tudo dentro dos três anos de seu governo: “naó ha nenhum Viso-Rey, que queira conservar o que acha feito por outro; [nenhum quer] reparar as obras a seu tempo, e até que vieraó a não ter outro concerto, senaó de novo serem outra vez edificadas” (p. 74)²⁵³.

Ainda dentro da temática militar, o vice-rei dá a entender que manter uma poderosa armada no mar é desnecessário e caro. O soldado é veemente contra essa ideia, afirmando que “cada vez que o inimigo sentir na nossa Armada ventagem, metterá a sua em hum dos seus portos [...]” (p. 75), o que reduziria em muito os conflitos enfrentados pelos portugueses. Como por lá tudo está desorganizado, o mau funcionamento da armada impera. Aprofundando seu alvitre, o soldado apresenta várias sugestões sobre como se manter a armada sempre preparada a um custo viável:

escusaria S. Alteza melhora de quarenta mil pardáos por anno que se gastam em remendala, [...] e houver os curadores, que para elles laborarem saó necessarios, fico a Vossa Senhoria que dentro em hum mez tenhaõ toda a Armada posta no mar, e toda esta munição nova estará guardada para o tempo do mez ter com menos custo, do que cada anno S. Alteza faz no máo concerto de sua Armada; porque tendo na sua Ribeira o necessário, gente para a lotação desta dita Armada lhe sobeja em Goa, [...] quando esta cousa correr desta maneira se poupará da Fazenda de S. Alteza o que se gasta (p. 85).

²⁵³ Como já apontado neste trabalho, uma das defesas mais caras a Diogo do Couto em toda a sua obra é a necessidade de ampliação dos três anos do governo do Estado da Índia, período visto como muito curto.

Nesse momento do diálogo, o vice-rei relata sobre ser pressionado a levar filhos de fidalgos do Reino “porque como não ha já Africa, não lhes podem dar despezas para outras partes, è o tempo está de maneira, que não ha homem taó abastado nesse Reyno, que possa sustentar mais que hum filho” (p. 38). Em resposta, o soldado orienta que o vice-rei leve:

[...] os menos que puder, e os que tiver mais obrigação, e não se metta em mais trabalhos, pois [...] ha mancebos Fidalgos tão ditosos, que em sahindo do ninho, e casas de seus pays, lhe manda dar Sua Alteza na Índia para sua despeza trezentos, ou quatrocentos cruzados, ou três, ou quatro mil por anno, que he huma boa mercê, e que se antigamente dava a Fidalgos velhos no serviço [...] e pôr isso não ha dinheiro que baste á Índia por as grandes despezas que S. Alteza faz [...] e o peyor he, que quando Vossa Senhoria se quizer servir de alguns destes, não nos haveis de achar mais de maneira que são ricos para viver, e pobres para servir (p. 39).

O soldado denuncia que os interesses dos mancebos filhos dos fidalgos do Reino muitas vezes se dão sobre as armadas, assumindo cargos sem ter idade, experiência ou aptidão, enquanto os soldados sofrem. Por isso, sugere que os capitães sejam mais experientes e velhos, devendo o vice-rei os encontrar entre os casados que vivem na Índia, enquanto os mancebos vão aprendendo até amadurecer (p. 40).

Nisso se insere o tema da aplicação da justiça. Ela deve ser para todos, já que os fidalgos nunca a recebem, “e destas cousas, e outras vem ser a justiça pouco temida, e os Viso-Reys não serem tão venerados como he razao; porque de se não castigarem os males seguem-se outros mayores” (p. 41).

O Soldado critica os portugueses de agora que só querem as riquezas do comércio, diferente dos antigos:

Nos tempos passados em chegando os homens a Índia perguntavaõ: qual era a fortaleza mais fronteira, ou quae eram as Armadas, em que se mais merecia para servir nellas? Mas agora vai a cubiça em tanto crescimento, que em chegando perguntaõ: quem se faz prestes para a China, Japao, para Bengala, para Pegú, e para Sunda? E todos se vao para lá, que faz crer, que virá a ser o que dizem os Mouros por nós: *que ganhamos a Índia como Cavalleiros, e a perdemos como mercadores* (p. 96).

Partindo para o encerramento da obra, a partir do capítulo XXV, intitulado *Das obrigações do Viso-Rey*, o soldado é questionado: “Segundo vosso conselho, em nada poderei errar, folgarei que me aviseis da maneira que devo ter em meu officio no governo dá Índia para ter contentes os homens della, com tanto que nao dessirva a Deos e a S. Alteza?” (p. 100).

Em resposta, o soldado enumera uma série de obrigações que não podem ser negligenciadas, começando por “humra regra principal: que em todas as cousas que houver de ordenar, e fazer, dê sempre a Deos o primeiro lugar, [...] porque as cousas que se fazem justas, segundo Deos, ficam bem ordenadas” (p. 102). Deve cuidar dos hospitais, fazer visitas e dar esmolas, dando disso exemplo ao povo. Retoma o tema do cuidado para com a justiça:

[...] o zelo da Justiça, que seja sempre muito inteiro, mas não pezados, tendo muito particular cuidado dos presos, e guardando-lhes sua justiça, [...] com tanto que não seja nos perdões muito largo, porque também perdoar a muitos he peyor que ser cruel, já que neste tempo a gente da Índia he mais negociante que guerreira (p. 103).

O vice-rei nunca deve descansar na observação de seus oficiais da Justiça e da Fazenda, “sempre pondo os olhos em sua vida, e costumes, e vendo, e examinando, como se ham na serventia do seu cargo, favorecendo, honrando, e acreditando sempre nos que bem servirem, castigando os que por suas fraquezas o mereçam para sua emenda” (p. 104).

Novamente, levanta o alvitre sobre “o cuidado no concerto de sua Armada; [...] porque a Armada he humra das principaes forças da nossa força da Índia, e em que os inimigos, e amigos mais põem os olhos, e como negocio principal, nelle se deve occupar [...]”. O mesmo cuidado deve ter com a manutenção dos armazéns,

porque se se offerecer necessidade tenha nelles o necessario para a guerra, e defenáo do seu Estado, pois nisso ganha, e não perde, porque as cousas, que se compram ordinárias, sempre são mais baratas, que as que se compram em tempo de necessidade, e também estará seguro de não estarem na mão de seus inimigos as cousas necessarias ao tempo, que as houver mister, que será grande perigo; porque dito verdadeiro he: *Quem na guerra que houver de fazer, quizer vencer, de longe se ha de aperceber* (p. 104).

Nesse campo do cuidado com a armada, deve também o vice-rei trabalhar para trazer a “gente de guerra contente, junta, paga, e favorecida, dando a cada hum conforme a seus serviços, e merecimento, de tal maneira, que se nao possa dizer, que paga a huns com a justiça de outros” (p. 105).

E, finalizando em um último alvitre que se destaca entre os vários feitos, o soldado defende a importância do estabelecimento da paz com os reinos locais. Isso seria central não apenas para a tranquilidade dos portugueses, mas o mais interessante para a manutenção do comércio das especiarias. O soldado afirma que “elles são os senhores da terra, e os portugueses

são hospedes que vivem delles; porque todas as cousas que nos servem para a nossa defensão, as havemos de haver da sua mão”. Assim, o vice-rei deve se destacar pelo empenho em “conservar o Estado quieto, pacifico, e em justiça; porque sempre foi mais louvada a conservação do ganhado, que a ganhar alguma cousa de novo; porque [...] para governalás, e conservalas he necessário arte, e saber, e conselho” (p. 105).

4.6.2- O segundo Soldado Prático:

É uma obra de riqueza argumentativa muito maior, focado nas questões políticas e jurídicas. As análises são profundas e as justificativas de seus alvites mais detalhados, analisados e explicados, fruto do momento em que foi escrita, com a maturidade conseguida após muitos anos na Ásia.

Dessa vez, são dois os personagens com experiência da Índia: o soldado e o governador que acabaram de retornar ao Reino, tendo os dois visões muito diferentes. Outro fator que torna seu enredo mais complexo é o fato de seu momento de escrita refletir as fortes pressões sofridas no Estado da Índia provocadas pelo crescimento do império Mogol, a maior organização e força de reinos asiáticos e pela chegada dos holandeses e ingleses. Por isso, aparecem momentos com forte apelo e desespero acerca da necessidade de mudanças urgentes, pois a perda de poder por parte dos portugueses já ocorria.

Logo no início, em uma parte intitulada “Argumento”, é declarado o formato do diálogo que se seguirá: “Estando um fidalgo, que fôra governador da India por sucessão, em casa de um despachador de Portugal, entrou um soldado velho da India, que ía a dar sua petição e papéis; e entre todos três se passou o diálogo seguinte” (p. 3). No caso, o soldado iria expor suas experiências em busca do que seria o seu merecido despacho, dando-se um diálogo entre ele e o antigo governador sobre os ocorridos na Ásia, com o despachador fazendo o papel de ouvinte e intermediário, se surpreendendo com tudo.

Também nessa obra, o soldado é o reflexo da própria pessoa de Diogo do Couto, que se coloca como um dos humildes da Índia, que em nome do rei e de Deus quer a prosperidade para Portugal. Sua autoridade de fala, advinda da sempre valorizada experiência nas obras coutianas, aparece no reconhecimento feito pelo fidalgo: “da qual vós polos muitos anos que tendes [da Índia], bem sei que podereis dar muito boa rezão de tudo com aquela liberdade e desengano de soldado veterano, que nem recea mal pelo que disser nem espera bens pelo que lisonjar” (p. 4). Um pouco mais adiante, o soldado afirma que pela “bôca dos pequenos descobre Deus muitas

vezes grandes segredos, que encobriu aos grandes e sabedores. Aí não há mais alta filosofia que a verdade [...] que ela é a que dá fala a mudos e ensina os ignorantes” (p. 102).

Porém, apesar do início trazer um diálogo aparentemente cortês, as diferenças entre os personagens não tardam a aparecer. Um primeiro embate se dá entre as opiniões divergentes acerca da riqueza a ser obtida na Índia. Para o fidalgo, ele “tinha razão em desejar de tirar muito dinheiro; porque vir um fidalgo a êste reino cheirando a pobreza, não há quem lhe não vire o rosto; o bom é vir rico”. Já para o soldado, “Não está nisso a riqueza: em ter muito dinheiro; nos feitos e obras heróicas e de virtude, aí si; a êstes são os que se haviam de buscar pera tudo” (p. 46).

Uma novidade nessa segunda obra e que conta com um peso de críticas muito fortes se dá contra a figura dos reis. Eles são, no geral, diretamente criticados pelo soldado ao longo de todo o texto, sendo deles parte da culpa das tormentas sofridas pelo Estado da Índia. Apesar de faltarem pessoas que “lhe falem a verdade nestas cousas” da Índia, a culpa para que isso ocorra é dos próprios “reis, porque vieram a gostar mais de lisonjeiros que de filósofos e sabedores [...]” (p. 56). Muitos dos problemas que ocorrem na Índia advém do fato dos reis não organizarem “[...] as cousas da India com tempo; porque está já em costume guardar-se tudo pera Janeiro e Fevereiro, em que se as naus fazem prestes; com o tempo curto, não fazem mais que meter o jôgo na mão do viso-rei, que sempre faz o que quer” (p. 109).

Agora, começam a se destacar pesadas críticas também à figura dos governadores e vice-reis. Para que esses não continuem livres e trabalhando em desfavor de Portugal, o soldado sugere a criação no Reino de “um tribunal separado pera as cousas da Índia de homens muito inteiros e zelosos do bem comum”. O Estado da Índia é muito “apartado do rei, e onde os viso-reis e ministros de justiça e fazenda são tão livres, parece sem-justiça”. Assim, o soldado afirma que “não teve el-rei na Índia môres inimigos de sua fazenda e alma que alguns viso-reis; e não vos enganeis com mostras de virtude, porque não sei que tem a India, e debaixo de que planeta está, que assi muda os pensamentos e desejos bons, que é de se pasmar” (p. 110).

Para piorar, o soldado lembra que “as ordenações dêste reino, polas quais todos os seus Estados se governam, foram feitas muito antes que a Índia se descobrisse, e os casos de cá são muitas vezes mais que as leis” (p. 136) conseguem reger, ficando o arbítrio a cargo do juiz e de seus interesses e entendimentos pessoais. Outro alvitre surge dessa delicada situação. O soldado sugere a criação na Índia de uma “Mesa de Consciência de homens muito apurados, de que seja presidente o arcebispo, só pera êste negócio de cargos, e nela se determinarem” (p. 140).

A corrupção nas fortalezas é outro tema constante no segundo *Soldado Prático*. Em parte, as denúncias são as mesmas apontadas na primeira obra. Mas, agora, além de novas

acusações, há um aprofundamento nas explicações, o que eleva o sentimento de contrariedade acerca da situação. Seus capitães são os responsáveis pelos problemas, o que prejudica diretamente o comércio das especiarias. Exemplos são muitos. Eles monopolizam o envio de embarcações para o trato do comércio “como se o mar e navegação não fôsse comum a todos; com o que impedem o comércio dos moradores que sustentam as fortalezas” (p. 48). Eles “nunca pagam direitos de suas fazendas e vendem a el-rei as mais cousas por preços excessivos, [...] sem haver temor de Deus nem do rei, com outras infinitas tiranias, que eu direi à orelha, se me preguntarem” (p. 51).

Para piorar, a fiscalização da atuação dos capitães das fortalezas se torna falha por dois motivos. Primeiro, porque os vice-reis visitam apenas as ricas fortalezas do Norte, em detrimento das demais que são pobres (p. 76). O segundo problema se dá com a presença dos vedores da Fazenda. Diferente da defesa que ocorre na atuação desses funcionários reais no primeiro *Soldado Prático*, agora o soldado é veemente contra a sua existência na Ásia. Isso indica pelo menos uma entre duas possibilidades, senão até mesmo as duas: Diogo do Couto presenciou ao longo de mais anos vivendo na Ásia a ampliação da corrupção, ou então não conseguiu perceber toda a sua complexidade ainda na época da escrita da primeira versão dessa obra. Para o soldado, “estas idas dos veadores da fazenda às fortalezas são contra o serviço del-rei [porque] se vê claramente que já não vai pera servir o rei, senão pera se servir a si” (p. 81). Para as visitas dos vedores às fortalezas, o rei emprega “dez, quinze mil cruzados nestas cousas, e o veador da fazenda que foi a isso, gasta e faz despesas de três, quatro mil pardaus [...]” (p. 82). Gastam os recursos reais e depois aparecem em Goa vivendo em grande luxo e se dedicando a outras atividades econômicas:

[...] que se entráis em casa dêstes veadores da fazenda, achar-lhe-eis a sala, a varanda cheia de alfaiates: uns a fazer colchas de sêda e de bofetás, outros, acolchoados ricos; e lá mais dentro, na câmara, ourívezes a bater e fazer garrafas de prata, pichéis de obra da China, cadeas e braceletes pera as filhas e mulheres; guarnecer cofres de tartaruga, de prata e cascas de côco das ilhas; e, em baixo, nas lojas, dareis em torneiros e carpinteiros a fazer esquifes de muitas feições, e escritórios marchetados, guarda-roupas de marcenaria (p. 83).

Seriam esses casos dos capitães de fortalezas e dos vedores da Fazenda exemplos de oficiais que ao receberem baixo ordenado por suas funções acabavam por se dedicar a outras atividades econômicas que fossem lucrativas? Como sempre alertado por Diogo do Couto e

também já estudado nesse trabalho, isso fora algo constante no Estado da Índia, além do fato da corrupção ser sempre presente.

O soldado defende que o trabalho feito pelos vedores devia ser a partir de agora executado pelos feitores do rei, “[...] porque tudo o que os veadores de fazenda vão fazer, o farão os mesmos feitores, a quem o rei dá os cargos por seus serviços, que são tão honrados como êles, e muitas vezes mais, sem êsses gastos e despesas” (p. 84).

As acusações dos problemas enfrentados pelas fortalezas continuam. Agora, cita o pagamento de “soldados fantásticos”, pois “Nas fortalezas fronteiras, onde há por regimento trezentos, quatrocentos homens, pagam seiscentos e setecentos; e nelas de maravilha se acham duzentos, e todos os mais são praças mortas” (p. 88). Para solucionar tanto esse problema quanto conseguir uma maior eficiência na defesa militar das fortalezas, o soldado defende a organização dos combatentes em bandeiras, com “o governador dando provisões pera todas as cidades e fortalezas da Índia, pera que os capitães delas com grandes penas façam assentar os soldados todos” (p. 94), e assim, “se pagará aos que servirem, e não haverá poder o capitão da fortaleza pagar a cincoenta homens sem os ter consigo, nem o feitor e os outros oficiais aos seus” (p. 95). Essa organização em bandeiras, algo mais moderno e eficiente, proporcionará saber:

[...] sempre quais são os soldados e casados, e os que são mortos e vivos. E pera isto serão obrigados os escrivães das Misericórdias das fortalezas todas a, tanto que nos hospitais entrar soldado enfermo que falecer, mandar seu nome à matrícula, e de que bandeira é, pera que o escrivão de tal bandeira lhe ponha em seu título verba de morto; e assi, tanto que no comêço do mês se forem apontar à matrícula, fará o tal escrivão declaração dos que se foram pera fora e dos que casaram e morreram, por que não haja andar morto por vivo, casado por soldado, nem ausente por presente; e com isto ficará a cousa tão desembaraçada, que um não possa receber na matrícula de outro, [...] no que se poupará mais de vinte mil pardaus cada ano, que se pagam polo modo que disse (p. 97).

Alvitra também para o retorno do treinamento dos combatentes. O soldado conta que “as casas que em Gôa havia d'esgrima, tornaram-se escolas de dançar e ensinar moças [...] e assi não há bombardeiro em tôda a Índia que acerte à serra dêa outra, sem lhe atirar do pé dela” (p. 115).

Diogo do Couto retoma nessa segunda versão de seu *Soldado Prático* uma pauta cara a ele desde a primeira obra. Os portugueses perdiam a Índia pela falta das mesmas qualidades

que possuíam quando de sua conquista. Mas, agora tudo é tratado com mais esmero e justificado com exemplos históricos. Cita o filósofo romano Sêneca, pois ele já afirmava:

que com as mesmas artes com que os Estados se conquistaram, com essas se haviam de conservar. O Estado da Índia ganhou-se com muita verdade, com muita fidelidade, com muita liberalidade, com muito valor e com muito esforço. Ora vede se o estado em que está não é o contrário destas cousas! (p. 141)

Essa percepção era clara até mesmo para o rei de Cochim, que segundo o soldado “vendo ir aquele Estado empiorando, disse *que logo êle começara a descair, tanto que de Portugal deixaram de vir estas três cousas: verdade, espadas largas e portuguesas d'ouro*”.

A ausência de ações fortes e de presença militar constante acarretavam vários prejuízos, diferente das:

verdades com que êste Estado se ganhou, que foram viso-reis embarcados, armas vistidas, fazendo guerra aos inimigos, acrescentando o património real e enriquecendo o Estado e os vassallos. E senão, vêde como esteve a Índia no tempo dos que seguiram estas verdades, que foram D. Francisco d'Almeida, Afonso d'Albuquerque, e todos os mais viso-reis e governadores [...] até D. Constantino.

Mas, depois que tais ações deixaram de ser presentes, começou a se dar no Estado da Índia o contrário dos primeiros tempos da presença portuguesa e do que se dera, a título de exemplo, com Aníbal: “que, enquanto andou com as armas vistidas polos exércitos, dormindo nos campos em um couro de boi, que era a sua cama mimosa, conquistou tôda Espanha e Itália, e inda fôra senhor de Roma e do mundo todo” (p. 142).

O soldado deseja ver ressuscitado o bom rei D. Manuel I, e com ele o tipo de:

soldados veteranos com que a Índia se conquistou, com huma barba polos peitos, huma chuça ferrugenta nas mãos ou huma bésta às costas, e a-par dêle um dos soldados dêste tempo, com huma capa bandada de veludo, coura e calções do mesmo, meias d'arretros, chapéu com fita d'ouro, espada e adaga dourada, barba rapada ou muito tosada, topete muito alto (p. 144).

Entristecido com a atual postura das lideranças e dos combatentes na Índia, o soldado acredita que se D. Manuel I fosse vivo para ver tamanhos desmandos, iria logo:

morrer de nojo, e que poderia pedir conta aos reis seus sucessores de se descuidarem tanto nas cousas da Índia, [...] pois que descuido é não se atentar neste negócio, e não haver um viso-rei que se ponha à soldadesca pera todos o seguirem, e querer parecer capitão, pera todos quererem parecer soldados? (p. 144).

Para o soldado é uma grande contradição o constante aumento da burocracia, de juízes e funcionários do Estado da Índia em detrimento de suas forças militares em terra e das armadas no mar. Cita o que se dava até os tempos do vice-rei D. João de Castro “em que não havia mais que um ouvidor geral, que trazia tudo tão dereito e bem governado, que em se fazendo um crime era logo punido; e depois de tanto juiz não vejo punir nenhum”.

Também cita o filósofo Platão, que ao afirmar que “nas terras onde havia muitos médicos, havia muitas infirmitades; e pola mesma maneira podemos dizer que onde há muitos ministros de justiça, há muitas maldades” (p. 157). Era por isso que a Índia estava sendo perdida. Ter muitos juristas e poucos soldados era um mal que deveria ser resolvido com urgência, sendo uma grande contradição:

ver esta infernalidade em huma terra rodeada de inimigos, que nos desejam beber o sangue, e na qual não houvera de haver senão escolas de armas, barreiras, soldadesca a ponto; por que os inimigos trouxessem sempre ante os olhos as armas portuguesas, pera que sempre andassem temidos (p. 166).

O soldado relata que antes os “reis vizinhos andavam assombrados com a potência dos nossos galeões e caravelas [...]”. Prova disso foi o fato das “fortalezas de Ormuz, Malaca, Dio, Baçaim e outras não se conquistaram senão com os nossos galeões; de maneira que podíamos dizer que em cada galeão tínhamos huma fortaleza no mar, com que se assombrava o mundo”. Ele justifica sua incompreensão pelo fato de antes o Estado não render “mais que seiscentos mil xerafins; e hoje, que rende mais de um milhão, não há nada disto nem há armada, [...] e se naquele Estado houver um apêrto, não temos a que nos apegar senão aos cabelos” (p. 170).

Partindo para o final de suas exposições, o soldado se concentra sobre uma de suas defesas que seria de maior proveito para o Estado da Índia: a redução no número de fortalezas e a ampliação da força das armadas. Para justificar suas concepções, ele retoma as ações do primeiro vice-rei a governar o Estado da Índia: D. Francisco de Almeida. Segundo o que relata, e que vai de encontro com os estudos neste trabalho feitos acerca desse governador:

mandando-lhe el-rei fazer algumas fortalezas, lhe respondeu que as com que a Índia se havia de defender eram muitos galeões, muitas armadas, e bem

providas, e muita e boa soldadesca; que as fortalezas eram currais, e quantos menos houvesse, tanto a Índia seria mais próspera e teria menos obrigações. E eu assim afirmo inda agora; porque muitas fortalezas há que não servem mais que de fazer despesas e estarem mal providas e arriscadas a huma desventura; e então, se tornam um curral (p. 222).

Algumas são importantes por sua posição estratégica, tendo que ser mantidas com forças poderosas, tais “como são Mombaça, Mascate, Moçambique e Sofala, que eram necessárias, por que se não metessem ali turcos, [...] mas havei-las de ter tão bem providas como as de Ormuz e Dio, não tanto pelo que rendem como pelo que importam” (p. 223).

O soldado finaliza suas abordagens de forma melancolia. Ao ressaltar que na Índia existe de tudo o que há de mais valioso, “os mais puros, excelentes ares do mundo, fructas, águas de fontes e rios, as melhores e mais salutíferas de tôda a terra, pão, cevada, todos os legumes, todas as hortaliças, gado grosso e miúdo, que pode sustentar o mundo”, aponta que o que há lá agora de ruim são os portugueses, que foram danar aquela “terra tão maravilhosa com suas mentiras, falsidades, buíras, trapaças, cobiças, injustiças, e outros vícios que calo” (p. 245).

4.6.3- Cartas de Diogo do Couto:

Como visto, estão nas cartas os momentos em que Diogo do Couto mais diretamente manifesta suas acusações e preocupações sobre o Estado da Índia. Nas próximas páginas, partes de três de suas missivas serão interpretadas. A primeira delas, enviada ao rei D. Filipe I, possui um discurso menos direto, mas não deixa de apontar as preocupações que lhe pautaram por toda sua vida na Ásia. Já nas duas últimas, enviadas a D. Francisco da Gama, sua postura é mais ácida e direta. Em todas as três cartas, em comum, ocorre a sua defesa pela necessidade de maior presença militar portuguesa na Ásia para que o Estado da Índia não fosse perdido, destacando-se sempre seus pedidos urgentes por uma poderosa armada de guerra no mar.

Na carta escrita ao rei D. Filipe I, de 20 de novembro de 1597²⁵⁴, o tema central tratado por Diogo do Couto é o da importância de se escrever a história dos portugueses na Índia.

O início de sua justificativa defende a necessidade de se responder aos desejos da natureza que implantou nos grandes homens a necessidade de perpetuação de suas grandes obras heroicas, feitos, conquistas e impérios. Como é característico do período renascentista, diversos líderes do mundo clássico são citados, destacando-se Alexandre, além de grandes

²⁵⁴ Ela está publicada na parte introdutória do primeiro livro da Década IV, editada pela Regya Officina Typografica, em 1778.

escritores, tais como Tucídides, Plutarco e Virgílio. É clara a intenção de Couto em comparar a imagem de D. Filipe I com os grandes nomes da História, e até mesmo fazer com que ele apareça de maneira superior, já que “nenhuma cousa puxa mais por hum varão de honra, que estes desejos de gloria, e fama, porque tantos obráram, e fizeram tantas, e tão altas maravilhas, que pareciam passar os termos, e limites da natureza humana”, aparecendo aí sua nobre função de registro dos feitos portugueses e de El’Rei.

Para demonstrar o direito de D. Filipe I ao trono português, Couto narra a gloriosa fundação do Reino por meio da expulsão dos mouros, citando as ações de D. Henrique (ao qual D. Felipe I descende) e de D. Afonso Henriques, que venceu os cinco reis mouros na famosa Batalha de Ourique. Esta vitória proporcionou as armas no escudo do Reino, fazendo alusão aos feitos antigos, armas estas que ficaram por “henrança aos Reys de Portugal, como Vossa Magestade as tem”.

Porém, ainda faltava uma glória, que é a escrita de todos esses feitos, e em especial de tudo o que ocorrera no Oriente. Até então, os portugueses não teriam seguido o exemplo ateniense e romano. Couto se lamenta, afirmando que

Só a esta nossa nação Portugueza faltou esta gloria, como se fora menos merecedora della, de que nós mesmos temos a culpa, parecendo-nos que só o obrar feitos illustres, e insignes nos basta; não vendo que esta gloria em cada hum se passa, e que estotra vive em todos eternamente; e que assi ficam sendo suas obras mortas, como o estavam muitas, e mui dignas de grandes escrituras, que neste Oriente passáram, que em toda a outra nação haviam de andar em mil volumes por espantosas ao Mundo.

Percebe-se aí a opinião clara de Couto acerca do descaso português com sua história, o que provoca que tantas glórias sejam esquecidas. Mas, o cronista não para por aí, provando seu ponto de vista por meio de uma reflexão acerca da importante obra de João de Barros, também negligenciada pelos portugueses, informando que só contou com a primeira edição, sendo rara em Portugal como também na Índia, coisa que, por incrível que pareça, não ocorre em outros países, onde é traduzida e se tornou livro de cabeceira de pessoas importantes.

Assim, D. Filipe I conta com a ajuda de Couto para resolver esse importante problema: “Esta perda, que tanto nos deve envergonhar, quiz Vossa Magestade remediar com me mandar prosseguisse a Historia de India, começando donde João de Barros acabou, pera que sahisses á luz os feitos, que estes vassallos Portuguezes tem obrado nestes Estados”.

E tal necessidade é urgente, com Couto deixando bem claro ao rei o recrudescimento do poder português no Oriente: “Porque os juros, as fortalezas, as commendas, as tenças, e tudo

mais que encheo todos os Portuguezes assi desses Reynos, como destes Estados, cousas foram que acabáram já em muitos, e não tardará muito que o faça em os mais.”

Diogo do Couto garante que toda a confiança a ele destinada pelo rei não será em vão. Afirma ter gastado muitos anos de trabalho e enormes forças para reunir glórias dos antigos governadores há muito tempo esquecidas.

Indo para a parte final da missiva, chama atenção uma clara crítica aos monarcas portugueses anteriores, afirmando que os reis deveriam “se ocupar em ler livros, porque nelles achavam os Reys cousas, que ninguem lhes ousava dizer pessoalmente.” Assim, D. Filipe I, um incentivador da História, seria uma espécie de salvador do império português, proporcionando que seus liderados munidos de espadas e Diogo do Couto com a pena, mostrassem ao mundo o poder dos portugueses em:

arvorarem as Reaes bandeiras da milicia de Christo, e as pôrem nos mais altos coruchéos da nefanda casa de Mafamede; pera que no lugar de suas torpezas, e abominações, offereçam ao altíssimo Deos muitos sacrificios de louvor, com que o nome de VOSSA MAGESTADE fique muito assimada de todos (Década IV, L. I, p. XXVII-XXXVIII).

Na já referida carta de 1608 enviada a D. Francisco da Gama, Diogo do Couto faz menção à expansão militar e territorial sobre a Índia feita pelo Império Mogol, que lhe assustava mais do que a presença dos inimigos holandeses: “O outro trabalho em que ficamos, e que nos há de ser mais caro que dos olandeses, he, abalarse o mogor com exercito muito poderoso [...] com sesenta mil cavalos, não tenho duvida a levar tudo nas mãos”. Novamente, o cronista se preocupa com a complexa dinâmica de poder na Ásia no início do século XVII, quando vários impérios se chocavam, sendo o português o que mais recrudescia perante o avanço de novos poderosos.

Sobre essa ameaça mogol, Couto se preocupa até mesmo com a segurança de Goa, sugerindo reforços urgentes para a armada de guerra: “E se ele vem abarbar cõ esta ilha de goa não lhe escapara. [...] porque a fome nos fara entregar, pello que couvem grãdes armadas por toda a costa, e com capitais”.

Sua preocupação é explicada pela precariedade das embarcações e pilotos que agora serviam o Estado da Índia. A título de exemplo, Couto cita a “armada de 607, cujo gallião São tiago, do capitão luis de britto de mello, tomou moçãbique tarde e veo a esta cidade a vinte e tantos de maio, por não traser piloto que soubesse o caminho certo a ser seguido”. Não é por

acaso que “nosso Snõr Claramente, quão aborreçido está deste estado, pois ha tantos Annos que as naos que para elle vem, padecem tantos naufrágios”. Para ele, “he necessario fundir de novo todo este estado e os homens delles, porque em quãto não ouver muita força de fogo não avera emenda” (Torre do Tombo, C. 19, Tomo 2º E, p. 651²⁵⁵). Assim, sugere e defende ações enérgicas a serem tomadas para se recriar novamente todo aquele Estado e seus homens, situação que só será ajustada com o uso de muita força militar, o que se enquadra em sua defesa de uma poderosa armada no mar.

É na carta também enviada ao Conde Almirante D. Francisco da Gama, escrita em Goa, no dia 6 de janeiro de 1616, ano de seu falecimento, que se pode compreender como deveriam estar seus pensamentos finais acerca da condição ao qual o Estado da Índia se encontrava.

Segundo ele,

inventou o demonio que isto foi obra sua, mandarem vemder as fortalezas, e os cargos, [...] e o sangue de Seus Vaçalos. Porque quem comprou as fortalezas por presos tão alevantados, bem sabido he, que os ha de pagar as alfandigas, e os Vaçalos, porque se os capitães, que até agora servirão livremente, não deixarão viver o Rey, e o povo, que será agora que lhe custava tanto. Prazá Deos que as logrem, e que as veja lograr quem isto emendou, e Vossa Senhoria viverá, e verá, e não falo mais (COUTO, 1808, p. 73-78²⁵⁶).

Ao denunciar mais um sério caso de corrupção, a venda de cargos em fortalezas, percebe-se que Diogo do Couto praticamente desiste do Estado da Índia, preferindo nada mais falar sobre isso.

4.6.4- As *Décadas*:

Pelo seu teor de obras oficiais, as *Décadas* foram escritas por Diogo do Couto com menos liberdade e espaço para a exposição de suas opiniões. Tendo o compromisso de apresentar a história de sucessos portugueses pela Ásia, as poucas derrotas são apresentadas como honrosas, sendo as ameaças sempre superadas. Os governadores, vice-reis, capitães de

²⁵⁵ A carta foi transcrita do original diretamente por António Baião, para o prefácio das *Décadas da Ásia*, volume 1, publicada em Lisboa, em 1947 (p. 83-88).

²⁵⁶ Essa carta foi transcrita do original que se encontra na coleção *Miscelâneas manuscritas do Convento da Graça*, tomo 3, p. 371, arquivada no Tombo de Lisboa. Foi publicada no livro *Obras inéditas de Diogo do Couto: cronista da Índia e guarda-mor na Torre do Tombo*, organizada por Antonio Lourenço Caminha e impressa em Lisboa pela Imprensa Imperial, no ano de 1808.

fortalezas ou armadas, assim como a figura dos reis, são mostrados com louvor e honrarias, algo bem diferente do que ocorre nos dois *Soldados Práticos* e em suas cartas.

Os textos das *Décadas* apontam que a presença portuguesa na Ásia era envolta em ciclos constantes de conflitos. Os combates em que sempre precisavam atacar ou se defender, eram consequência das dinâmicas de disputas comerciais e de poder entre eles e uma infinidade de povos asiáticos e demais impérios. Isso seria mais um motivo para Couto defender o controle do mar e de algumas fortalezas para garantir a paz, com o objetivo de manutenção das atividades comerciais.

A essa reflexão é importante acrescentar que, com todos os seus volumes somando mais de sete mil páginas, não são raros os momentos em que Couto paralisa suas narrativas para tratar de temáticas paralelas. Em parte desses momentos, ele aborda problemas contemporâneos, faz comparações entre o passado construído por heróis e o seu presente corrompido por portugueses maliciosos, ou mesmo relata suas insatisfações com a estrutura do Estado da Índia, chegando a manifestar pesadas lamúrias e seus alvitres.

A seguir, algumas passagens das *Décadas* que contribuem para a argumentação da tese construída são interpretadas, se somando às anteriores reflexões e análises documentais feitas neste capítulo que tiveram o mesmo objetivo.

Logo de início, na *Década IV*, dois importantes temas são tratados por Diogo do Couto. No primeiro deles, ele critica fortemente os costumes dos fidalgos ao avaliarem seus pares, sendo “muito antigo na India entre os Fidalgos, vituperarem huns aos outros que estão em melhor lugar, so por verem se os podem abater pera se eles alevantarem, tendo muitas vezes no votar mais respeito aos seus particulares, que ao serviço de Deos, e d'ElRey” (*Década IV*, L. I, Cap. VIII, p. 56), sendo isso causa de muitos desastes e grandes desventuras, tal como as relatadas pelos vice-reis D. Afonso de Albuquerque e D. João de Castro.

Algumas dezenas de páginas depois, Diogo do Couto retoma uma orientação antiga do rei D. João III a Vasco da Gama acerca da construção de uma fortaleza ao sul da Península Arábica. Agora, nos tempos da escrita de sua obra, essa edificação faria de El'Rei “senhor de todo aquelle boqueirão, e de toda a pimenta daquelles Reynos, [além de servir] para se defender a entrada aos Inglezes, e Turcos, como pera segurança comercio que he o substancial da India”. Importante análise se dá logo a seguir. Segundo Couto, entre os homens velhos e experientes da Índia, tal como ele, se Portugal tiver três fortalezas poderosas, uma delas a referida logo atrás (ao Norte) e as outras nas regiões da Indonésia (Achém, ao Sul) e de Miamar (costa de Pegú, ao Leste), “ficariam fechadas com três chaves as partes do Levante, e seria senhor de todas suas

riquezas” (Década IV, L. III, Cap. I, p. 168). Enfim, temos aí mais um momento em que ele defende que existam poucas, porém, poderosas fortalezas portuguesas na Ásia para que o controle do comércio seja garantido.

Esse tema é prosseguido no segundo volume da *Década IV*. Nele, o cronista defende o retorno urgente por uma melhor organização das armadas e dos militares, dando como exemplo a forma como tudo era feito nos tempos do governador Nuno da Cunha (1529-1538), época em que a ribeira de Goa era bem provida de mestres, pilotos, bombardeiros, marinheiros, calafates, e todos os mais artífices necessários, com seu número total sempre em torno de mil homens, além de todos os mantimentos necessários estocados. As promoções dos combatentes, por regimento:

não podiam ser passados em algum tempo a título de soldados, nem servirem em outra cousa, senão nas Armadas, em que os Governadores tinham tal ordem, que todas as náos, e galeões d’ElRey (que eram de vantagem de vinte e cinco) tinham Capitães nomeados, que venciam ordenados todo o anno; quer fizessem viagem, quer não: o Mestre, Piloto, Bombardeiros, e mais Officiaes ordenados a cada navio, eram obrigados a terem seus aparelhos preparados, que se em dous dias quisessem guarnecer todos os galeões, o podiam fazer sem embaraço, [...] e assim era E’lRey muito bem servido, e os seus galeões reformados, consertados e vigiados, e duravam muitos anos.

Mesmo com a Índia naquela época não rendendo a metade do que depois rendeu, Couto afirma que sempre “havia dinheiro para se pagarem quatro mil soldados e quatro quartéis cada anno, e pera se fazerem náos, galés, galeões quasi todos os annos novos; e mais não havia tanto Veador, e Superintendente da Fazenda, como há hoje pelas fortalezas” (Década IV, L. VIII, Cap. X, p. 270-271).

Em seguida, o cronista se lamenta, afirmando que a situação piorou tanto que mesmo a Índia rendendo agora “duas vezes mais do que naquelle tempo, chegou a ribeira d’ElRey a não ter mais do que cinco, ou seis Officiaes Portuguezes, e a se irem os galeões ao fundo com agua no porto, por não terem quem lhes desse a bomba, nem que os vigiasse” (Década IV, L. VIII, Cap. X, p. 272), sendo a causa disso a corrupção dos portugueses.

Na *Década V*, junto com a desestruturação da armada, outra dificuldade surgida foi a mudança imposta pelo tempo nos fidalgos e capitães, não se vendo agora mais “soldados agazalhados senão pelos alpendres dos Mosteiros, comendo da pobre ração dos Frades que quasi o não tem pera si”. As casas dos capitães se tornaram “casas de contratações, onde tudo sam fardos, caixas, comprar, vender”.

Para sua maior tristeza, o estado em que a Índia chegava não era consequência da ação dos inimigos. Sendo a:

Cubiça, e tyrannya foram as que lhe deram tão penetrantes feridas; porque também isto foi o que destruiu o Imperio Romano, que depois que conquistou o mundo todo, começando a gostar das riquezas, e adquirillas, logo as boas fortunas deixaram seu lugar ás prosperidades (Década V, L. II, Cap. III, p. 160-162).

Não há como não comparar essas suas lamúrias e argumentações com as feitas anos antes por D. João de Castro.

Bem curioso é o próximo trecho. Couto faz o mesmo tipo de lamentação expressa por D. João de Castro, em relação ao elogiado governador Martim Afonso de Souza (1542-1545). Segundo relato do cronista, diziam que estando ele um dia assistindo missa na Sé de Goa,

o governador dissera ao seu secretário Diogo da Silveira as seguintes palavras: *Dizei, Senhor, a ElRey, que mande nestas náos sucessor, porque me não atrevo a governar a India, pela mudança que nella achei nos homens, na verdade, e no primor; senão que juro por aquella hostia sagrada, e pelo verdadeiro Corpo de Christo, que nella está, que hei de abrir as sucessões, e entregar este Estado á pessoa de quem Sua Alteza o confia nellas* (Década V, L. IX, Cap. IX, p. 361).

Os dois, D. João de Castro e Diogo do Couto, comungavam da concepção de que os naturais do Reino acabavam por se degenerar ao ficarem muitos anos na Ásia.

É nesse sentido de luta contra essa degeneração que o discurso de Diogo do Couto se torna mais incisivo nos dois volumes de sua *Década VI*. É justamente nela que se trata o período do governo de D. João de Castro (1545-1548), grande exemplo de fidalgo e governante para Diogo do Couto e que, tal como ele, tivera sua vida marcada pela proteção do Infante D. Luís e de D. João III.

Páginas atrás, foram lançados alguns trechos dessa *Década* que tratavam do cerco sofrido pela fortaleza de Diu e da pessoa e governo de D. João de Castro. Voltando a esse tema, Couto defende o retorno de ações antes executadas por D. Afonso de Albuquerque e D. João de Castro em relação ao treinamento dos combatentes em Goa. Por conta dos ataques sofridos por Diu, D. João de Castro retomou os treinamentos aos domingos, nos quais ele próprio participava, o que gerava grande admiração:

Tinha o Governador assentado em conselho socorrer Dio em pessoa com todo o poder, e resto da India, pera o que se fazia prestes com mui grande pressa [...]. E pera isso tinha mandado dar embarcações, ordem, e dinheiro, se fosse necessário, e tinha mandado recolher todos os mantimentos que pudessem de toda a costa do Canará; e em quanto estas cousas tardavam, negociou a Armada, e mandou fazer gente da terra pelas ilhas vizinhas á de Goa, donde se ajuntáram mil e duzentos piães [...] fazendo alardo de todos os Portuguezes que haviam em Goa, que o podiam acompanhar, e achou perto de dous mil, que mandou exercitar aos Domingos, e dias Santos no campo de S. Lazaro, [...] e elle em pessoa armado, como se houvesse de entrar em batalha de verdade, com as bandeiras repartidas, e gente posta em ordem, [...] no que andavam muito bem exercitados (Década VI, L. III, Cap. IX, p. 239-241).

Os bons exemplos de D. João de Castro não terminam aí. Suas ações não se limitavam apenas a defesa dos portugueses e de suas posses. O desenvolvimento do comércio de especiarias para a riqueza do Reino era o objetivo econômico central. Para isso, após deixar Diu bem provida de tudo, o governador mandou escrever em língua local diretrizes que davam liberdade de acesso aos mercadores e mecânicos de todas as origens, guardando-lhes justiça e liberdades, objetivando que Diu se repovoasse em curto espaço de tempo, o que facilitaria a retomada das atividades comerciais. Esse episódio é mais um utilizado por Couto para defender a necessidade de poder aos portugueses, o que lhes garantiria a paz para as atividades comerciais caminharem com produtividade:

O Governador mandou lançar pregões pelas andêas vizinhas, em língua Guzerate “*que todo o mercador assim natural, como estrangeiro, Mouro, ou Gentio, que se quisesse passar pera a Cidade de Dio, e assim todos os mais officiaes de toda a mecânica, o pudessem livremente o fazer, porque se lhes guardariam todos os seus costumes, e se lhes faria favor, e justiça*”. Com isso começaram a entrar alguns, e pouco a pouco se tornou a Cidade a povoar. [...] e ordenou ficarem alli todos os pedreiros, cavoqueiros, e mais officiaes que de Goa levou, a que fez muito boas pagas (Década VI, L. IV, Cap. V, p. 308).

Em seu regresso à Goa, Diogo do Couto conta que foi pedido a D. João de Castro que aguardasse em sua embarcação ainda por três dias, devido ao tamanho da festa preparada em sua homenagem. Dele foi feito um grande retrato que ficou exposto na Câmara da cidade ao lado do retrato de D. Afonso de Albuquerque. Mesmo em completa glória, D. João de Castro manteve seu costume de preservar a armada e o treinamento e preparo dos combatentes:

[...] visitando elle todos os dias a ribeira, e vendo com os olhos os galeões, e os mais navios. E aos Domingos, e dias Santos fazia exercitar os bombardeiros, e os soldados no campo, em barreiras que pera isso tinha; porque este he o verdadeiro officio do Governador, e esta era a razão, porque

então os soldados se prezavam das armas; e esmeravam em as trazerem limpas, e concertadas, e não empenadas (Década VI, L. V, Cap. VI, p. 363).

Um último exemplo de ação de D. João de Castro e que também se tornou tese constante defendida por Diogo do Couto é a criação de boas relações diplomáticas e comerciais com reinos vizinhos. O estabelecimento dessas relações seria o mais importante para a manutenção da paz, deixando os inimigos em comum dos portugueses e de seus aliados distantes, preservando o constante desenvolvimento do comércio. Prova disso foi a chegada em Goa de um embaixador do Rei de Canará (também conhecido como Bisnagá), desejoso de se aliar com os portugueses contra o inimigo comum, o Idalxá do Reino de Bijapur. Com muito gosto e respeito D. João de Castro recebeu a comitiva, de onde surgiu o seguinte tratado assinado entre as partes:

Que ElRey de Portugal, e o de Canará seriam amigos de amigos, e inimigos de inimigos; e que sendo necessário, se ajudariam hum ao outro com todas as forças, e poder que tivessem contra todos os inimigos Reys da India.

O Rei de Canará deixaria tirar da Cidade de Goa todos os cavallos que a ella viessem da Persia, e de Arabia, e que nenhum passaria ao Idalxá, nem a porto seu; e que ElRey de Canará seria obrigado a fazer comprar todos os que se levassem a seus portos, e faria dar breve despacho aos mercadores que com elles fossem.

Que ElRey de Canará não consentiria que mantimento algum, de qualquer sorte que fosse, sahisse de porto algum seu pera os Reynos do Idalxá; e que todos se ajuntariam em Onor, e Barcelor, aonde ElRey de Portugal teria Feitores pera os comprarem todos. [Em contrapartida, os Governadores do Estado da Índia exigiriam] aos mercadores Portuguezes que fossem lá comprar no Reyno de Canará suas roupas, e lhes levariam cobre, coral, vermelhão, azougue, sedas da China, e todas as mais mercadorias que vinham do Reyno.

[...] vindo alguma Armada de Turcos á India, ou qualquer navio seu particular, que elle Rey de Canará os não agasalharia em porto algum dos seus; e todos os Turcos que nelles viessem, os mandaria prender, e prezos os enviaria ao Governador da India (Década VI, L. V, Cap. VI-VII, p. 389-393).

Enfim, além de contar com um grande parceiro comercial que lhe comprava e vendia produtos importantes, esse mesmo parceiro não venderia produtos que seriam preciosos aos inimigos portugueses e ainda ajudaria no controle da presença ameaçadora dos turcos. Garantia da paz e expansão das atividades comerciais são os elos para a força portuguesa na região. Para Diogo do Couto, essa visão política perdida no passado deveria voltar o mais rápido possível.

Ações para se evitar conflitos desnecessários também são trabalhadas na *Década XII*, que cobre os tempos do governo de seu amigo, o Conde D. Francisco da Gama. Ao tratar dos combates contra o Samorim de Calicute, que de tempos em tempos quebrava as pazes com os

portugueses, o cronista defende que parte dos recursos a serem empregados em guerras deveriam ser canalizados para pagar mercenários que atacariam as embarcações (“paraos”) dos inimigos. Os governadores deveriam dos “sessenta, ou setenta mil pardaos, que gastam todos os annos, pegarem vinte mil, e os repartirem pelos Arioles, e Naires desses rios pera lhes queimarem todos os Paraos que nelles houver, o que se dará com muita facilidade, e sem se saber”. Isso evitaria vários riscos aos portugueses, lhes poupando “suas vidas e muitas outras perdas e despezas”.

Na mesma reflexão, Couto faz alusão a D. Filipe I. Ele era conhecido por não perdoar gastos e despesas desnecessárias, “porque entendia bem que o officio de bom Capitão era trabalhar mais por vencer com estratagemas, e artifícios, que com armas; porque quando os inimigos se temem disso, andam mais precatados, e tímidos” (Década XII, L. I, Cap. XVIII, p. 140-141). Novamente se vê aí que um estado de guerra constante é negativo, mantendo a sua possibilidade como algo mais produtivo, gerando menos perdas, gastos e deixando os inimigos distantes.

Essa pauta é continuada ao se tratar do costume já antigo na Índia dos governadores e capitães gastarem muito e sem a eficiência devida. Em questão, Diogo do Couto denuncia o fato dos elevados gastos não serem convertidos em mais embarcações no mar para o policiamento das costas. Para exemplificar suas ideias, Couto relata ações feitas por D. Francisco da Gama. Logo no início de seu governo, o Conde percebendo que a costa da região do Canará estava desprotegida, sendo época em que os muçulmanos do Cunhale proviam de mantimentos as suas embarcações,

quiz-lhe proibir isso, porque era a mór guerra que lhes podia fazer. Per o que despedio logo o capitão de armada D. Alvaro de Menezes com dezoito navios, e regimento que andasse por aquella costa [...] porque o que governar o estado, não ha de poupar a fazenda de ElRey, porque nessas cousas he ella por melhor despendida, que em todas as mais (Década XII, L. I, Cap. XVII, p. 127).

Uma de suas últimas manifestações na *Década XII* retoma a insistência com o tema das fortalezas: “[...] e não deixarei de dizer até que me ouçam; porque he muito antigo na Índia não acudirem as cousas, senão quando não tem remédio. [...] e despendem em seu concerto dez vezes dobrado do que se houvera gastar, acudindo a tempo”. Na citada passagem, Couto se refere aos gastos com a manutenção das fortalezas não serem contínuos, tal como o necessário, já que os vice-reis e governadores sempre se apressam a partir de volta ao Reino após seu período de governo, deixando:

os trabalhos disso ao que lhe succede, que também o fez como elle, e assim de descuido em descuido se virão a perder as mais das Fortalezas, como se perderam as de Tidoro, e Amboino; que desde que se fizeram até agora não houve Viso-Rey que de propósito as mandasse reformar, e renovar.

Todas as fortalezas portuguesas na Ásia passavam por dificuldades, tanto as mais distantes quanto as mais próximas de Goa, inclusive as de:

Diu, e Ormuz, que são as mais importantes della, estão também arriscadas a vir ao chao; e se ainda estas estam apartadas; as de Onor, e Barcelor, e Mangalor, e Cananor, estando tanto a porta, estam quasi derribadas por muitas partes, sem lhes acudir, e tudo por pouparem a fazenda Real, que nunca melhor gastada, que na reedificação, e provimentos de suas Fortalezas; e se perder humma dessas quatro, que quasi são curraes, corre a fama pelo mundo, que tomaram na India huma Fortaleza a ElRey (Década XII, L. III, Cap. 9, p. 320-322).

Enfim, a defesa por investimentos em força militar, materializada por poucas e estratégicas fortalezas dando base para as poderosas armadas no mar, o que garantiria a paz e a prosperidade do comércio de especiarias na Ásia. Com isso, se identifica uma linha longa, mas consistente na reflexão histórica, comercial e política feita por Diogo do Couto sobre as ações do Estado da Índia, que mesmo sendo muito ameaçado, teria chances de se manter se seguisse esse caminho. Orientação essa que, ao contrário do que se possa pensar, não surgiu apenas da mente de Diogo do Couto. Esse caminho já era manifestado por líderes portugueses anteriores, tal como boa parte das preocupações que o afligiam. Mas, por meio do estudo e da experiência, soube Diogo do Couto argumentar sobre algo que seria de fato produtivo e possível a Portugal, que em fins do século XVI e início do século XVII, passava por mudanças significativas e desafios internacionais muito intensos.

Ações defendidas para se livrar o Estado da Índia de uma decadência. Não uma decadência territorial, mesmo porque nunca chegou a possuir grandes extensões pela Ásia. Mas, sim, uma decadência da imagem de glória e heroísmo construída sobre os primeiros portugueses que lá chegaram. Imagem essa que já não mais fazia sentido aos portugueses contemporâneos a Diogo do Couto. Ações que garantiriam a continuidade da força portuguesa naquilo em que realmente os destacavam historicamente até então dos demais povos: sua força no mar e no comércio de longa distância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitos os aprendizados adquiridos com a produção dessa tese. Os temas trabalhados exigiram a procura e análise por um corpo documental que ultrapassa em muito, no sentido de tempo dedicado e até mesmo no volume de páginas, o estudo da historiografia ligada à Diogo do Couto ou que contribuía com análises de cunho conceitual.

Foi possível perceber que no Brasil ainda é muito pequeno o estudo relacionado ao Estado Português da Índia e aos impérios e povos asiáticos de forma geral, entre os séculos XVI e XVII. Até o momento da qualificação, as referências bibliográficas que davam base ao trabalho que se desenvolvia eram basicamente de autores portugueses, o que limitou muito o processo inicial de pesquisa. Essa foi a maior contribuição trazida pela banca, que mostrou a importância de se procurar historiadores de fora de Portugal que tratam do império português. Com isso, os rumos finais da pesquisa ganharem mais fôlego e interpretações, enriquecendo as análises sobre Diogo do Couto.

De leitura em leitura, percebeu-se a necessidade de se entender melhor as dinâmicas políticas, econômicas e culturais dos asiáticos com os quais o Estado da Índia e os mercadores portugueses privados entravam em contato, o que proporcionou o surgimento de uma nova linha para a interpretação das obras de Diogo do Couto. Essas passaram a ser vistas não apenas como trabalhos realizados por um europeu que, junto com seu povo, se impunham sobre outras regiões e povos distantes. Ele entendeu que os portugueses faziam parte de um grande leque de sociedades que se relacionavam, belicosamente ou diplomaticamente, na vastidão asiática. É claro que Diogo do Couto defendia os seus e desejava que Portugal fosse a maior potência do mundo. Mas, existiam outras forças e interesses, tendo os portugueses que se inserirem e atuarem dentro dessa complexidade.

Mesmo sendo sua vontade a manutenção de um Estado da Índia poderoso, tal como supostamente teria sido em seu princípio, nos tempos dos primeiros portugueses que lá chegaram e de importantes vice-reis do passado, seus contemporâneos deveriam agir dentro do que agora era possível. Apesar da dualidade entre o desejo de retorno ao heroísmo passado e uma enorme frustração pelo desregramento existente em seu tempo, Diogo do Couto delimita o centro da questão que é bem simples: os portugueses eram navegadores e comerciantes. Seu império era um império de comércio de artigos raros oriundos de distantes regiões. Sua história havia se pautado nisso. E era isso o necessário para se manterem na Ásia: a dedicação ao comércio de especiarias.

Armadas poderosas no mar garantiriam o controle da navegação pelas rotas de comércio. Algumas e estratégicas fortalezas pelo litoral proporcionariam bases de operações para as armadas, além de proteger as comunidades portuguesas e apoiar as atividades comerciais. As relações pacíficas com parte dos povos asiáticos que se relacionavam com os portugueses por conta das dinâmicas comerciais, a partir do apoio político e defesa oferecidos pelos lusos, garantiriam um cenário estável. Apenas isso, seria o necessário, de acordo com Diogo do Couto, para a manutenção dos portugueses na Ásia a partir do que lhes sempre foi original desde os tempos de sua fundação.

Desde a formação de Portugal, seus reis ficaram ou tentaram ficar distantes das intrigas e contendas europeias. Já nos tempos do Infante D. Henrique, seja por conta da luta contra os mouros ou pela busca de recursos financeiros, os portugueses alargavam suas ações comerciais para regiões cada vez mais distantes. Ao longo dos litorais africanos até a chegada em inúmeras regiões asiáticas, seja por meio da imposição militar ou, quando possível, pela construção de relações amistosas com as sociedades locais, a expansão se dava e o comércio crescia.

Apesar de seus alvitreiros, a voz de Diogo do Couto não foi ouvida naqueles tempos. Isso se deu por vários fatores: o Brasil ganhava espaço com suas possibilidades de riquezas, outras potências europeias surgiram, as complexidades políticas asiáticas cresciam e Portugal possuía um rei estrangeiro. Mesmo assim, os portugueses avançavam e seus ganhos continuavam grandes na Ásia até o início do século XVII. Mas, isso agora não era feito em nome de El'Rei, da luta contra o inimigo muçulmano ou em glória dos antigos heróis. Os portugueses se espalhavam pela Ásia defendendo seus próprios interesses, se destacando entre os europeus por se ligarem às mais diferentes comunidades daquele continente.

Isso Diogo do Couto teve dificuldade de aceitar ou de perceber. Sua fidelidade aos ensinamentos e memórias dos tempos em que vivera próximo ao Infante D. Luís o acompanharam por toda a vida. Agora, o mundo era outro, mas seus alvitreiros olhavam para um passado que supunha cheio de heróis, glórias e riquezas. Ao mesmo tempo, soube perceber a concretude do presente e defender o mínimo para a continuidade dos lusos na Ásia.

Chegando ao final desse trabalho, aparecem lembranças dos tempos da graduação. Em especial de Darcy Ribeiro, que na introdução de seu *O Povo Brasileiro* afirmava, após várias redações e tentativas de publicação, que nenhum trabalho fica de fato pronto. Surge o momento que é necessário parar.

Ao mesmo tempo, acredita-se que a banca de defesa contribuirá com maiores possibilidades a serem alcançadas em futuros estudos. A escrita de Diogo do Couto ainda possui

inúmeros caminhos de interpretação possíveis. No Brasil, há muito espaço para os estudos asiáticos, algo necessário não apenas para ampliar o repertório acadêmico do país, mas por conta das recentes dinâmicas internacionais que têm colocado o mundo diante de novas possibilidades econômicas e políticas.

Isso também faz muito sentido para o trabalho dos professores historiadores do Ensino Básico. De forma geral, os materiais didáticos existentes trabalham pouco a Ásia. Apesar das mudanças e contribuições trazidas pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular), elas se concentraram mais na valorização das culturas indígenas e africanas que tanto se fazem presentes no Brasil. Mas, há muito ainda a crescer em relação aos estudos asiáticos. Novos conflitos, a permanência de antigas rivalidades, além do rápido crescimento da China e Índia são apenas alguns exemplos que provam a necessidade de mais estudos acadêmicos e, conseqüentemente, novas abordagens a contribuir com a Educação Básica. Isso tudo, pois, se entende que a boa compreensão e atuação no presente dependem das reflexões sobre sua construção, onde atua diretamente o estudo de História.

Mesmo chegando agora a uma fase mais avançada nos estudos de nível superior, com a defesa dessa tese, são quase vinte e quatro anos de trabalho como professor de História e coordenador pedagógico, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Os recentes desafios enfrentados pela sociedade brasileira – que também atingem grandes democracias pelo mundo – e as facilidades de conteúdo pronto disponível na internet, tornam urgentes as discussões que priorizam o olhar crítico e científico entre os mais jovens, além do alargamento de seu repertório cultural.

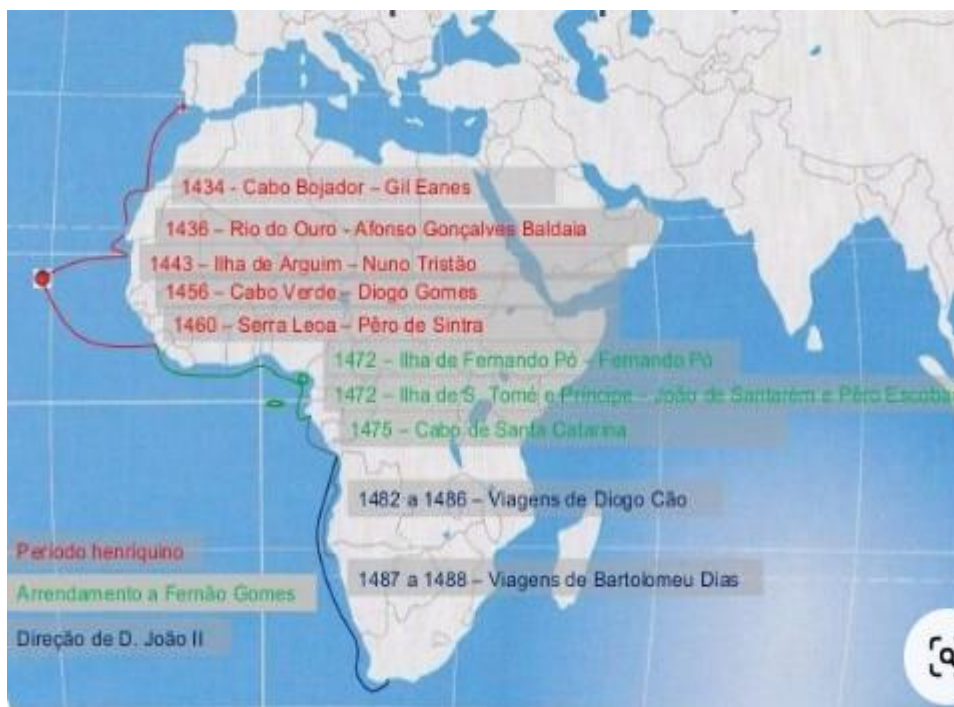
Por isso, entende-se ser a oportunização de trabalhos desse tipo algo de suma importância para os professores do Ensino Básico, o que inclui a necessidade de revisões não apenas das matrizes curriculares, mas também da própria organização didática dos estudos e da criação de planos de carreira. Diminui a cada ano a oferta de novos professores se formando e disponíveis ao mercado. Por um lado, esse cenário é explicado por certa desmotivação diante das poucas oportunidades de crescimento profissional. Não se pode negligenciar também o fato de parte das pessoas das novas gerações não se sentirem motivadas por inúmeros outros fatores, o que inclui uma certa falta de paciência diante da necessidade do trabalho duro que traz resultados em longo prazo. Ao mesmo tempo, continua urgente a necessidade histórica no Brasil de políticas públicas que proporcionem aos professores do Ensino Básico maiores possibilidades de estudo. Equilibrar as longas jornadas de trabalho com as exigências de um

doutorado, ao que se somam os compromissos familiares que a maioria das pessoas possuem, é algo desafiador e um limitador para muitos colegas.

Ao lembrar desses desafios, concluir essa tese traz um sentimento muito gratificante. Mesmo não sendo esse o espaço usual, agradecemos o apoio de todos os professores envolvidos desde a análise desse trabalho até a sua orientação. Isso, pois, transformações sociais e pessoais positivas sempre possuem professores envolvidos. Um agradecimento especial também ao departamento de pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Sem a flexibilização dos prazos, esse trabalho não teria sido concluído.

FIGURAS

Figura 1: Mapa com os principais marcos da navegação portuguesa nas costas ocidentais africanas:



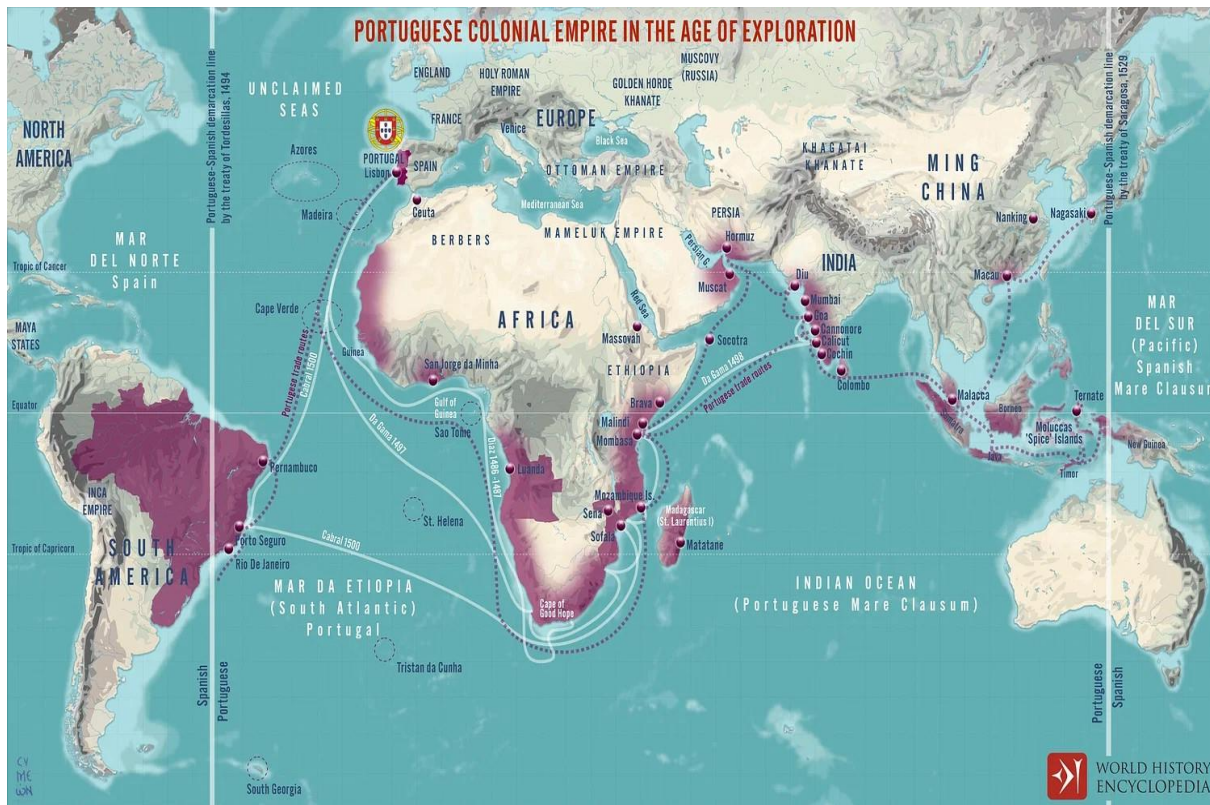
Fonte: < <https://id.pinterest.com/pin/586805026449288534/> Acesso em 24 jul. 2024.

Figura 2: Mapa-mundi com as localizações das conquistas portuguesas e suas respectivas datas de ocupação:



Fonte: < <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=133495>> Acesso em 21 jul. 2024.

Figura 3: Mapa-mundi com as possessões portuguesas no ápice das ocupações do império:



Fonte: < <https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-19861/macau-portuguesa/>> Acesso em 21 jul. 2024.

Figura 4: Costa Suaíli, no litoral leste africano:



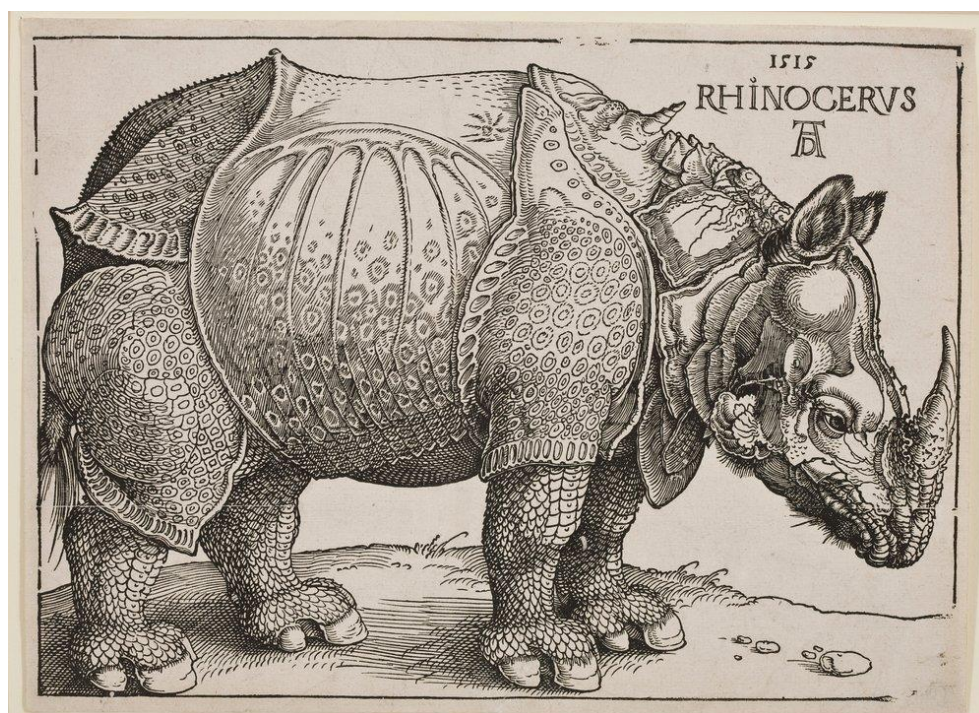
Fonte: <https://images.adsttc.com/media/images/60ef/8127/f91c/8161/9900/0112/medium_jpg/Swahili_Coast_Map.jpg?1626308> Acesso em 10 ago. 2024.

Figura 5: Mapa ou Planisfério de Cantino (1502):



Fonte: < https://www.nationalgeographic.pt/historia/o-atlas-que-foi-desenhado-por-um-portugues_3439> Acesso em 24 jul. 2024.

Figura 6: *O Rinoceronte* (1515), de Albrecht Dürer:



Fonte: < <https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Albrecht-D%C3%BCrer/151580/O-rinoceronte%2C-1515.html>> Acesso em 24 jul. 2024.

Figura 7: *Rua Nova dos Mercadores de Lisboa*, autor desconhecido, século XVI (coleção do Museu Nacional de Arte Antiga de Portugal):



Fonte: < <https://lisboa-e-o-tejo.blogspot.com/2017/03/a-cidade-global-para-alem-das-janelas.html>> Acesso em 24 jul. 2024.

Figura 8: *Lisboa, O Chafariz d'El-Rey*, autor desconhecido, 1570 (Colecção Berardo, Belém-Lisboa):



Fonte: < <https://lisboa-e-o-tejo.blogspot.com/2017/03/a-cidade-global-para-alem-das-janelas.html>> Acesso em 24 jul. 2024.

Figura 9: Lisboa, século XVI, de Franz Hogenberg, 1572 (Biblioteca Nacional da Espanha):



Fonte: < <https://artsandculture.google.com/asset/lisboa-s-%C3%A9culo-xvi/NgGziszfUmUxELw?hl=pt-PT>> Acesso em 24 jul. 2024.

Figura 10: Golfo ou Baía de Bengala:



Fonte: < <https://veja.abril.com.br/mundo/ciclone-fani-atinge-a-costa-leste-da-india-com-ventos-de-quase-200-km-h>> Acesso em 24 jul. 2024.

Figura 11: “Deste modo se deixam transportar os portugueses que são de ascendência nobre e de posses”:



Fonte: LINSCHOTEN, Jan Huygen Van. *Navegação e itinerário para as Índias Orientais Portuguesas*. Lisboa: CNCDP, 1977, p. 75.

Figura 12: Arco dos vice-reis, em Goa:



Fonte: < <https://hpiip.org/pt/heritage/details/631> > Acesso em 26 jul. 2024.

Figura 13: Biombo japonês de fins do século XVI; autor: Kanō Naizen (Museu da cidade de Kobe, Japão):



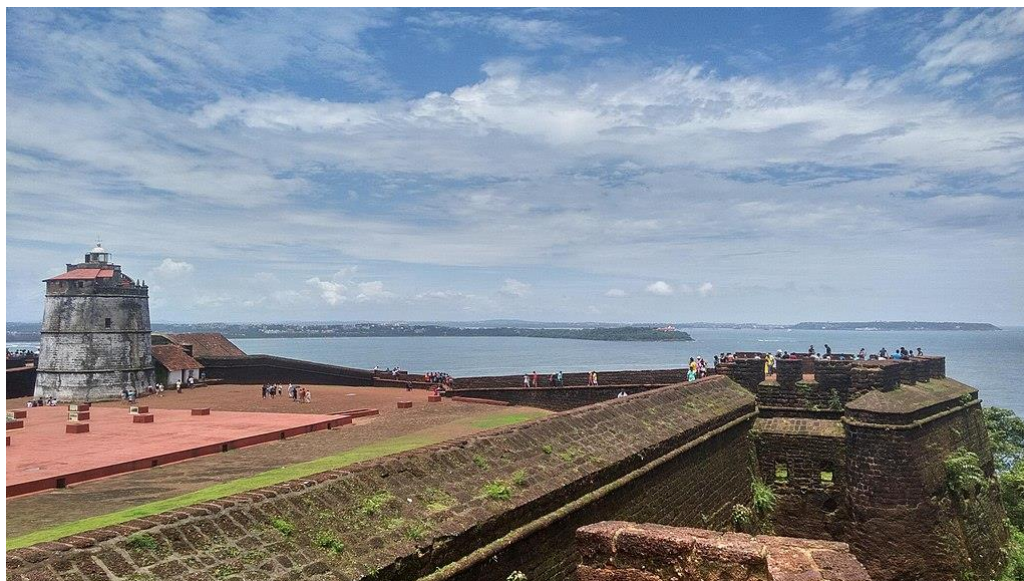
Fonte: < <https://www.worldhistory.org/image/14354/the-portuguese-in-japan/> Acesso em 24 jul. 2024.

Figura 14: Presença portuguesa no Golfo de Bengala:



Fonte: GRANGEIO, Pedro de Aguiar Frade. Império Sombra. In: *Seminário de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2021, p. 9.

Figura 15: Forte da Aguada, Candolim – norte de Goa (1612):



Fonte: < <https://pt.dreamstime.com/aguada-forte-hist%C3%B3rico-ind%C3%ADgena-em-candolim-go%C3%ADndia-panaji-november-restos-de-uma-fortaleza-costeira-portuguesa-image218455636>> Acesso em 26 jul 2024.

Figura 16: Igreja e Convento de São Francisco de Assis, Goa (1521):



Fonte: <https://br.freepik.com/fotos-premium/igreja-de-sao-francisco-de-assis-antiga-go-india_17058285.htm> Acesso em 26 jul. 2024.

Figura 17: Igreja da Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Goa (1541):



Fonte: < http://www.revista.brasil-europa.eu/131/Goa-Catedral_de_Pangim.html > Acesso em 26 jul. 2024.

Figura 18: Basílica de Bom Jesus, Goa (1605):



Fonte: < <https://x.com/indianconsspb/status/1473236156326236162> > Acesso em 26 jul. 2024.

Figura 19: Sé de Santa Catarina, Goa (1640):



Fonte: <<https://www.guiadasemana.com.br/turismo/galeria/templos-e-igrejas-da-india-para-conhecer-online>> Acesso em 26 jul. 2024.

Figura 20: Retrato e assinatura de Diogo do Couto presente na edição da *Década V* de 1612, feita em Lisboa por Pedro Crasbeeck:



Fonte: COUTO, Diogo do. *Decada Quinta da Asia: Dos feitos que os portugueses fizeraõ no descobrimento dos mares, & conquista das terras do Oriente: em quanto governaraõ a India Nuno da Cunha, dom Garcia de Noronha, dom Esteuaõ da Gama, & Martim Afonso de Sousa.* Lisboa: impresso por Pedro Crasbeeck, 1612. Folha de rosto.

Figura 21: Pórtico de entrada da Fortaleza de Diu:



Fonte: <<https://www.google.com/imgres?q=fortaleza%20de%20diu%20%C3%8Dndia&imgurl=http%3A%2F%2Fimagens.publico.pt%2>> Acesso em 26 out. 2024.

Figura 22: Foto aérea da Fortaleza de Diu. É possível perceber a complexidade da construção, composta por mais de 7 quilômetros de muralhas e diversos baluartes, ocupando também áreas externas que ampliavam sua proteção:



Fonte: <<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitectos/12.143/4323>> Acesso em 26 out. 2024.

Figura 23: Vista de uma das laterais da Fortaleza de Diu:



Fonte: < <https://www.istockphoto.com/br/fotos/golfo-de-khambhat-fotos>> Acesso em 26 out. 2024.

FONTES DOCUMENTAIS

ALBUQUERQUE, Afonso de. *Cartas de Affonso de Albuquerque* – seguidas de documentos que as elucidam, sob a direcção de Raymundo Antonio de Bulhão Pato. Tomo I. Lisboa: Typographia da Academia Real de Sciencias: 1884.

ALBUQUERQUE, Afonso de. *Cartas para El-Rei D. Manoel I.* Selecção, prefácio e notas de António Baião. Lisboa: Sá da Costa, 1942.

ALMEIDA, D. Francisco. *Carta de D. Francisco de Almeida Vice-Rei que foi na Índia.* Tombo de Lisboa. 2019. Disponível em <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7971726>>; Acesso em 26 out. 2024.

BARBOSA, Duarte. *Livro que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa.* Introdução e notas de Augusto Reis Machado. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1946.

BARRETO, Belchior Nunes. *Carta do Padre Belchior Nunes Barreto ao Padre Jaime Lainez,* escrita em Cochim, a 20 de janeiro de 1566. In: *Documenta Indica.* vol. VI. Roma: Monumenta Historica Societa Iesu, 1960. p. 673-714.

BARROS, João de. *Ásia. Década I.* Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1974.

BARROS, João de. *Ásia de João de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente.* Volume 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1988.

BARROS, João de. *Chronica de Emperador Clarimundo, donde os Reys de Portugal descendem,* tirada de língua ungará em a nossa Portuguesa por Joaõ de Barros; e agora novamente acrescentada com a Vida deste Escritor. Lisboa: na Officina de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real e do Senado, 1742.

BRITO, B. G. de. *História trágico-marítima.* Publicada sob a direcção de Damião Peres. Vol. 1. Porto: Editora Portucalense, 1942.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas.* Prefácio, paráfrase e notas por José Agostinho. 4. ed. Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas, 1930.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses.* Volume 1; Livros I, II, III e IV. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello e Irmão Editores, 1979.

CASTRO, João de. *Cartas de D. João de Castro.* Coligidas e anotadas por Elaine Sanceau. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.

CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia.* Edição e organização de Rodrigo Jose de Lima Felner. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1860.

COUTINHO, Lopo de Sousa. *Livro primeiro do cerco de Diu que os Turcos posseram à fortaleza de Diu* – por Lopo de Sousa Coutinho, fidalgo da casa do invictissimo Rey dom Joam

de Portugal, ho terceiro deste nome. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1844.

COUTO, Diogo do. *Da Ásia de Diogo do Couto*: dos feitos, que os portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras e mares do Oriente – Década Quarta, Parte Primeira. Lisboa: Regya Officina Typografica, 1778.

COUTO, Diogo do. *Da Ásia de Diogo do Couto*: dos feitos, que os portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras e mares do Oriente – Década Quarta, Parte Segunda. Lisboa: Regya Officina Typografica, 1778.

COUTO, Diogo do. *Da Ásia de Diogo do Couto*: dos feitos, que os portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras e mares do Oriente – Década Sexta, Parte Primeira. Lisboa: Regya Officina Typografica, 1781.

COUTO, Diogo do. *Da Ásia de Diogo do Couto*: dos feitos, que os portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras e mares do Oriente – Década Sétima, Parte Primeira. Lisboa: Regya Officina Typografica, 1782.

COUTO, Diogo do. *Da Ásia de Diogo do Couto*: dos feitos, que os portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras e mares do Oriente – Década Sétima, Parte Segunda. Lisboa: Regya Officina Typografica, 1783.

COUTO, Diogo do. *Da Ásia de Diogo do Couto*: dos feitos, que os portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras e mares do Oriente – Década Oitava. Lisboa: Regya Officina Typografica, 1786.

COUTO, Diogo do. *Da Ásia de Diogo do Couto*: dos feitos, que os portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras e mares do Oriente – Década Nona. Lisboa: Regya Officina Typografica, 1786.

COUTO, Diogo do. *Da Ásia de Diogo do Couto*: dos feitos, que os portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras e mares do Oriente – Década Décima, Parte Primeira. Lisboa: Regya Officina Typografica, 1788.

COUTO, Diogo do. *Da Ásia de Diogo do Couto*: dos feitos, que os portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras e mares do Oriente – Década Décima, Parte Segunda. Lisboa: Regya Officina Typografica, 1788.

COUTO, Diogo do. *Da Ásia de Diogo do Couto*: dos feitos, que os portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras e mares do Oriente – Década Duodecima. Lisboa: Regya Officina Typografica, 1788.

COUTO, Diogo do. *Décadas da Ásia*. Selecção, prefácio e notas de António Baião. vol. I. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1947.

COUTO, Diogo do. *Diálogo do soldado práctico que trata dos enganos e desenganos da Índia*. Texto restituído, prefácio e notas pelo Professor M. Rodrigues Lapa. Coleção de Clássicos Sá da Costa. 2ª edição. Lisboa: Editora Lisboa, 1937.

COUTO, Diogo do. *Observações sobre as principaes causas da decadencia dos portuguezes na Asia escritas por Diogo do Couto em forma de dialogo com o titulo de Soldado Pratico*. Organização de António Caetano do Amaral. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1790.

COUTO, Diogo do. *Decada Quinta da Asia: Dos feitos que os portuguezes fizeram no descobrimento dos mares, & conquista das terras do Oriente: em quanto governaraõ a India Nuno da Cunha, dom Garcia de Noronha, dom Esteuaõ da Gama, & Martim Afonso de Sousa*. Lisboa: impresso por Pedro Crasbeeck, 1612.

COUTO, Diogo do. *Decada Setima da Asia: dos feitos que os portuguezes fizeram no descobrimento dos mares, & conquista das terras do Oriente: em quanto governaraõ a India Dom Pedro Mascarenhas, Francisco Barreto, Dom Constantino, o Conde do Redondo Dom Francisco Coutinho, & Joaõ de Mendoça*. Lisboa: impresso por Pedro Craesbeeck, 1616.

COUTO, Diogo do. *Ilha do Elephante: sua descripção por Diogo de Couto e depois corroborada por Lopes Lima*. Bombaim: D. B. Almeida, 1880.

COUTO, Diogo do. *Obras inéditas de Diogo do Couto: cronista da Índia e guarda-mor na Torre do Tombo*. Organização de Antonio Lourenço Caminha. Lisboa: Imprensa Imperial e Real, 1808.

D. MANUEL I. *Regimento que D. Manuel I deu a Diogo Lopes de Sequeira, capitão-mor da armada, mandando-o descobrir outras terras e recolher informações sobre a China*. Tombo de Lisboa. 2010. Disponível em <<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3767912>>; Acesso em 26 out. 2024.

DESLANDES, Venâncio. *Documentos para a historia da typographia portugueza nos seculos XVI e XVII*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.

DINIZ, António Joaquim Dias (Org). *Monumenta Henricina*. Comissão executiva das comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique, vol. 12. Coimbra: Oficinas Gráficas da Atlântida, 1971.

FARIA, Manoel Serafim de. *Discursos Vários Políticos*. Évora: Impressor da Universidade, 1624.

FIGUEIREDO, Pedro José de. *Retratos e elogios dos varões e donas que illustraram a nação portugueza em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionaes, como estranhos, tanto antigos, como modernos, offerecidos aos generosos portuguezes*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1817.

GODINHO, Manuel. *Relação do Novo Caminho da Índia para Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974.

GONÇALVES, Sebastião. *Primeira parte da Historia dos religiosos da Companhia de Jesus e do que fizeram com a divina graça na conversão dos infieis a nossa sancta fee catholica nos reynos e provincias da India Oriental*. Organização de Josef Wicki. Volume 3. Coimbra: Atlântica, 1962.

LINSCHOTEN, Jan Huygen Van. *Navegação e itinerário para as Índias Orientais Portuguesas*. Lisboa: CNCDP, 1977.

LIVRO das Cidades, e Fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das Capitánias, e mais cargos que nelas há, e da importância deles, 1582. Francisco Paulo Mendes da Luz (Org). Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana, histórica, crítica e cronológica*: Na qual se compreende a notícia dos autores portugueses e das obras que compuseram desde o tempo da promulgação da Lei da Graça até o tempo presente. Tomo I. Lisboa: Oficina de António Isidoro da Fonseca, 1741.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana, histórica, crítica e cronológica*: Na qual se compreende a notícia dos autores portugueses e das obras que compuseram desde o tempo da promulgação da Lei da Graça até o tempo presente. Tomo III. Lisboa: Oficina de António Isidoro da Fonseca, 1752.

PEREIRA, Duarte Pacheco. *O Esmeraldo de Situ Orbis por Duarte Pacheco Pereira*. Organização de Damião Peres. 3 ed. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988.

PIRES, Tomé. *A Suma Oriental de Tomé Pires*. Organização e notas de Armando Cortesão. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1978.

SILVA, António de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau / reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVEIRA, Francisco Rodrigues. *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*. Edição de Luís Filipe Barreto, George Davison Winius e Benjamim N. Teensma. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.

TAVERNIER, Jean Baptiste. *Les Six Voyages En Turquie, En Perse Et Aux Indes*. Vol. 4. Londres: Nabu Press, 2013.

TRINDADE, Paulo da. *Conquista espiritual do Oriente em que se dá relação de algumas cousas mais notáveis que fizeram os Frades Menores da Santa Província de S. Tomé da Índia Oriental*. Introdução e notas de F. Félix Lopes. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1967.

VALIGNANO, Alessandro. *Historia del principio y progreso de la Compania de Jesús en las Indias Orientales (1542-1564)*. Roma: Institutum historicum S.I, 1944.

VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Do Sítio de Lisboa: sua grandeza, povoação e commercio*. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1786.

VIEIRA, António. *História do futuro*. vol II. Lisboa: Editores J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1855.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta, por El Rei D. João I.* Publicada por ordem da academia das Ciências de Lisboa, segundo os manuscritos n. 368 e 355 do Arquivo Nacional, por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.

CARTAS E DOCUMENTOS PERTENCENTES À TORRE DO TOMBO DE LISBOA

- Carta de Diogo do Couto para o Rei D. Filipe II, datada do dia 29 de novembro de 1595, redigida em Goa: *Miscelâneas manuscritas do Convento da Graça*, tomo II E, caixa 6, p. 345-347.
- Carta do Rei D. Filipe II para o Conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, datada de 5 de fevereiro de 1597: *Miscelâneas manuscritas do Convento da Graça*, fl. 299, do Tomo VI L, da caixa I6.
- Carta do Rei D. Filipe II para o Conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, datada de 15 de fevereiro de 1597: *Miscelâneas manuscritas do Convento da Graça*, fl. 367, do Tomo VI L, da caixa I6.
- Carta do Rei D. Filipe II para o Conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, datada de 3 de março de 1598: *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça*, tomo 3, p. 7-11.
- Carta do Rei D. Filipe II para o Conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, datada de 5 de março de 1598: *Miscelâneas manuscritas do Convento da Graça* caixa 16, tomo VI-L, p. 49.
- Alvará em que se dá o privilégio da impressão das *Décadas* para Diogo do Couto, datado de 22 de março de 1602: *Privilegios de Filipe II*, folha 19, livro II.
- Requerimento em solicitação ao aumento de salário de Diogo do Couto (sem data, provavelmente redigido entre 1602 e 1605): *Mesa da Consciência e Ordens*, Fl. 649 do tomo II E, da caixa I9.
- Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, datada do dia 23 de dezembro de 1605, redigida em Goa: *Miscelâneas manuscritas do Convento da Graça*, Caixa 15, III – p. 371.
- Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, datada de 16 de dezembro de 1607: *Miscelâneas manuscritas do Convento da Graça*: caixa I9 – Tomo II, E – p. 381.
- Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, datada da derradeira oitava do Natal de 1608, redigida em Goa: *Miscelâneas manuscritas do Convento da Graça*, Caixa nº 19, Tomo 2º E, p. 651.
- Documento escrito pelo Bispo D. Francisco de Castro, datado de 2 de março de 1614, em que menciona a filiação de Diogo do Couto, redigida em Lisboa: *Mesa da Consciência e Ordens*, livro 23, fl. 251.
- Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, datada de 6 de janeiro de 1616: *Miscelâneas manuscritas do Convento da Graça*, tomo 3, p. 371.
- Carta de D. Francisco da Gama para o rei D. Filipe IV, datada de 4 de março de 1626: Cópia em microfilme: mf. 1617, Livro 22 das Monções, fl. I27.
- Carta de D. Francisco da Gama para o rei D. Filipe IV, datada de 23 de fevereiro de 1627: Cópia em microfilme: mf. 1617, Docs. Remetidos da India, liv. 24, fl. 88.

- Carta do rei D. Felipe IV para o vice-rei D. Francisco de Mascarenhas, tratando da negativa do nome de Nicolau da Silva, datada de 1 de abril de 1627: Cópia em microfilme: mf. 1617, Livro 24 dos Docs. remetidos da India; fl. 149.

- Carta do Arcebispo de Goa Frei Manuel Teles de Brito para o rei D. Filipe IV, tratando da indicação de Antonio Bocarro para a continuidade da escrita das *Décadas*, datada de 19 de Agosto de 1631: Cópia em microfilme: mf. 1617, Livro 29 das Monções, fl. 89.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Luís de. *As navegações e a sua projeção na ciência e na cultura*. Lisboa: Gradiva, 1987.

ALBUQUERQUE, Luís de. Contribuição das Navegações do século XVI para o conhecimento do magnetismo terrestre. In: *Estudos de História da Ciência Náutica*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro de Estudos de Cartografia Antiga: 1994. p. 247-267.

ALMEIDA, Onésimo T. “Portugal e a aurora da ciência moderna”. In: *Anais da Universidade de Évora*. Évora, v. 12, p. 19-61, dez. 2002.

ARISTÓTELES. *Poética*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1986.

AVELAR, Ana Paula. Fernão Lopes de Castanheda. In: DOMINGUES, Francisco Contente. *Dicionário da Expansão Portuguesa (1415-1600)*. Lisboa: Círculo Leitores, 2016. p. 261-262.

AVELAR, Ana Paula. *Fernão Lopes de Castanheda – Historiador dos Portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

AVELAR, Ana Paula. Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia e Diogo do Couto: Vivências e contingências na modelação da escrita de uma História da Ásia e dos seus actores. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (Coords): *Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico*. Lisboa: Edições Húmus, 2019. p. 43-54.

AVELAR, Ana Paula. Gaspar Correia. In: DOMINGUES, Francisco Contente. *Dicionário da Expansão Portuguesa (1415-1600)*. Lisboa: Círculo Leitores, 2016. p. 307-308.

AVELAR, Pedro. *História de Goa: de Afonso de Albuquerque a Vassalo e Silva*. Lisboa: Texto Editores, 2012.

AZEVEDO, João L. *Épocas de Portugal econômico*. Lisboa: Livraria Clássica, 1947.

BAIÃO, António. A política de D. Francisco de Almeida, de D. Afonso de Albuquerque e de D. João de Castro e outros governadores e vice-reis de mais eficiente acção (1505-1580). In: BAIÃO, A.; CIDADE, H.; MÚRIAS, M. (Orgs.). *História da expansão portuguesa no mundo – A Expansão através do Oriente*. v. 2. Lisboa: Editorial Ática, 1939. p. 125-135.

BAIÃO, António. Prefácio. In: BARROS, João de. *Décadas da Ásia*. Volume I. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945. p. 9-74.

BAIÃO, António. Prefácio. In: COUTO, Diogo do. *Décadas da Ásia*. Volume I. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1947. p. 9-89.

BAPTISTA, Maria Manuela P. S. *A emergência do discurso cronístico em Gaspar Correia e Diogo do Couto – Indícios de um (des)governo português na Índia quinhentista*. Lisboa: Universidade Aberta, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.

BOXER, Charles R. *A Igreja militante e a expansão ibérica (1440-1770)*. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

BOXER, Charles R. *A Índia Portuguesa em meados do século XVII*. Trad. Luís M. N. Barão. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

BOXER, Charles R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARREIRA, P. J. Alves. A acção missionária na penetração e cristianização das Ilhas Atlânticas e do continente africano. In: BAIÃO, A.; CIDADE, H.; MÚRIAS, M. (Orgs.) *História da expansão portuguesa no mundo – A Expansão através do Oriente*. v. 2. Lisboa: Editorial Ática, 1939. p. 269-289.

CHAUDHURI, Kirti Narayan. *Trade and Civilisation in the Indian Ocean: An Economic History from the Rise of Islam to 1750*. Nova York: Cambridge University Press, 1985.

COELHO, António Borges. Os argonautas portugueses e seu velo de ouro (séculos XV-XVI). In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. 2ª ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001. p. 87-105.

CORTESÃO, Jaime. Domínio ultramarino. In: PERES, Damião (dir.). *História de Portugal*. Volume V. Barcelos: Portucalense, 1933. p. 319-389.

CORTESÃO, Jaime. *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Editora Seara Nova, 1940.

COSTA, João Paulo Oliveira (Coord). *História da expansão e do império português*. Lisboa: Editora Esfera dos livros, 2014.

CRUZ, Maria Augusta Lima. Da construção historiográfica de Couto: os trabalhos forçados do editor. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (Coords): *Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico*. Lisboa: Edições Húmus, 2019. p. 97-116.

CRUZ, Maria Augusta Lima. *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1993.

DIAS, Manuel Nunes. *O capitalismo monárquico português (1415-1549)*. Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno. Volume 2. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1964.

DOMINGOS, Francisco Contente. Navios e marinheiros. IN: CHANDEIGNE, Michel (Org). *Lisboa Ultramarina: 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*. Trad: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. p. 49-60.

DORÉ, Andréa. A fortaleza e o navio: espaços de reclusão na Carreira da Índia. In: *Topoi*. v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 91-116.

DORÉ, Andréa. Antes de existir o Brasil: os portugueses na Índia entre estratégias da Coroa e táticas individuais. In: *Revista História*. São Paulo. nº 28, 2009, p. 169-189. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/ZZzZSkwjHJY3Bp7kFDtSbZK/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 09 jul. 2021.

FERRARI, Aldo. *Bulas papais das conquistas portuguesas*. Difício, 2021. Disponível em: <<https://www.dificio.com.br/bulas-papais-das-conquistas-portuguesas>> Acesso em 28 nov. 2024.

FUNKS, Mário. Ciência e cultura: a formação do moderno no campo do saber. *Revista da Sociedade Brasileira da História da Ciência*, n. 5, p. 41-48, janeiro-junho. 1991.

GARCIA, José Manuel. Diogo do Couto cronista e guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (Coords): *Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico*. Lisboa: Edições Húmus, 2019. p. 27-42.

GHISALBERTI, Alberto Maria. *Dizionario biografico degli italiani*. Volume 94. Roma: Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 2019.

GRANGEIO, Pedro de Aguiar Frade. Império Sombra. In: *Seminário de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2021.

GUINOTE, Paulo. Geografia e população de Lisboa no século XVI. In: SILVA, Rodrigo Banha; GUINOTE, Paulo. *O quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos – roteiro arqueológico e documental dos espaços e objectos*. 1ª ed. Lisboa: Tipografia Jerónimus, 1998.

HERCULANO, Alexandre. Antologia de textos (“Carta V sobre a História de Portugal”, “A perda de Arzila”, “Cogitações soltas de um homem obscuro”, “Solemnia Verba”). In: CRUZ, Maria Leonor García. *Os “fumos da Índia”*: uma leitura crítica da expansão portuguesa. Lisboa: Cosmos, 1998, p. 323-346.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LANCIANI, Giulia. Uma história trágico-marítima. In: CHANDEIGNE, Michel (Org). *Lisboa Ultramarina: 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*. Trad: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. p. 70-94.

LAPA, Rodrigues. Prefácio. In: COUTO, Diogo do. *O soldado prático*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1937, p. 9-32.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 167-182.

LIMA, Luiz Costa. A crônica medieval e a originalidade de Fernão Lopes. In: LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LIMA, Maria Clara Porto. Ming Shi Lu ou história oficial da Dinastia Ming: possibilidades de estudo sobre o mundo português moderno na Ásia. In: *Veredas da História*. v. 11, n. 1, jul. 2018, p. 227-240. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/47903/26102>> Acesso em 19 jul. 2024.

LIMA, Priscila. Uma leitura do arbitramento português a partir das obras o Soldado Prático e da Reforma da milícia e governo do Estado da Índia Oriental. In: *Revista Vernáculo*. nº 21 e 22, p. 219-224, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20820>> Acesso em 18 ago. 2024.

LOUREIRO, Rui Manuel. *A biblioteca de Diogo do Couto*. Instituto Cultural de Macau, 1998.

LOUREIRO, Rui Manuel. Redes de informadores e tipos de fontes nas *Décadas da Ásia* de Diogo do Couto. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (Coords): *Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico*. Lisboa: Edições Húmus, 2019. p. 57-70.

MAGALHÃES, J. A. Romero. Os limites da expansão asiática. In: BETHENCOURT, F. CHAUDHURI, K. (orgs.) *História da expansão portuguesa*. v. II. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998, pp. 8-27.

MARTINS, António Coimbra. *Em torno de Diogo do Couto*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985.

MARTINS, António Coimbra. Introdução à leitura da Década Quarta. In: CRUZ, M. Augusta Lima (Coord). *Diogo do Couto, Década Quarta da Ásia*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. 29-35.

MARTINS, António Coimbra. *Sobre a génese da obra de Couto*. Paris: Arquivos do Centro Cultural Português, 1974.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Tomo I. Braga: Edições Vercial, 2010.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

MENEZES, Raquel. Fernão Lopes, historiador ou contador de histórias? In: *Revista Educação Pública*. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2010.

MONIZ, Maria Celeste. Diogo do Couto: Percurso de uma vida e perfil de uma identidade. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (Coords): *Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico*. Lisboa: Edições Húmus, 2019. p. 13-26.

NOVAES, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

OSÓRIO, João de Castro. Viagens de penetração e exploração do continente africano. In: BAIÃO, A.; CIDADE, H.; MÚRIAS, M. (Orgs.) *História da expansão portuguesa no mundo – A Expansão através do Oriente*. v. 2. Lisboa: Editorial Ática, 1939. p. 250-280.

PAULINO, Francisco Faria. *A arquitectura militar na expansão portuguesa*. Lisboa: CNCDP (Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses), 1994.

PEREIRA, Giovani Dias. Dilemas historiográficos sobre a decadência de um império: o “ocaso” do Estado da Índia (séc. XVI e XVII). In: *Aedos – Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS*. Porto Alegre, v. 10, n. 22, agosto de 2018. p. 285-309.

PINTO, João Rocha. Imagem e conhecimento da África: A invenção dos “outros” pelos navegadores portugueses e europeus. In: CHANDEIGNE, Michel. *Lisboa Ultramarina: 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. p.107-125.

PINTO, Paulo Jorge de Sousa. Crises, casados e conquistas: Ambiente social e reforma do Estado da Índia em Diogo do Couto. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (Coords): *Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico*. Lisboa: Edições Húmus, 2019. p. 285-300.

POHLE, Jürgen. *Os mercadores-banqueiros alemães e a expansão portuguesa no reinado de D. Manuel I*. Lisboa: CHAM Ebooks, 2017.

QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos*. Porto: Typographia commercial, 1871.

RITA, José Gonçalo de Santa. O governo central e o governo local. In: BAIÃO, A.; CIDADE, H.; MÚRIAS, M. (Orgs.) *História da expansão portuguesa no mundo - Volume II: A Expansão através do Oriente*. Lisboa: Editorial Ática, 1939.

ROSSA, Walter. *Cidades Indo-Portuguesas – contribuição para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental*. Lisboa. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

SABEH, Luiz Antonio. O sacramento do matrimônio: salvação e povoamento dos domínios de Portugal na Ásia e América (século XVI). Revista: *Ars Historica*, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2010, p. 71-84.

SALDANHA, Mariano. Viagens de penetração e exploração no continente asiático. In: BAIÃO, A.; CIDADE, H.; MÚRIAS, M. (Orgs.) *História da expansão portuguesa no mundo – A Expansão através do Oriente*. v. 2. Lisboa: Editorial Ática, 1939. p. 196-214.

SEABRA, Ana Dulce de. Frei Adeodato da Trindade, editor e censor de Couto. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (Coords): *Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico*. Lisboa: Edições Húmus, 2019. p. 117-144.

SENETT, Richard. *Carne e Pedra*. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SÉRGIO, António. *Breve interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

SILVA, António. *Afonso de Albuquerque, o conquistador do Oriente*. RTP Ensina, 2006. Disponível em: < <https://ensina.rtp.pt/artigo/afonso-de-albuquerque-conquistador/> > Acesso em 20 dez. 2021.

SOUSA, Alfredo Botelho de. A armada e o Império da Índia. In: BAIÃO, A.; CIDADE, H.; MÚRIAS, M. (Orgs.) *História da expansão portuguesa no mundo – A Expansão através do Oriente*. v. 2. Lisboa: Editorial Ática, 1939. p. 93-99.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Impérios em concorrência: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O império asiático português (1500-1700) – uma história política e econômica*. Lisboa: Difel, 1995.

TEIXEIRA, Victor. Soldados, Casados, Clérigos e Gentios – a sociedade do Império Luso-Oriental Segundo C. R. Boxer. *Revista de Cultura*, Macau, nº 47, p. 60-75, 2014.

UZIELLI, G. Piero di Andrea Strozzi, viaggiatore fiorentino del secolo delle scoperte. In: *Memorie della società geografica italiana*. volume V. 1895, p. 110-148.

VEIGA, A. B. da Costa: Organização militar do Oriente. In: BAIÃO, A.; CIDADE, H.; MÚRIAS, M. (Orgs.) *História da expansão portuguesa no mundo – A Expansão através do Oriente*. v. 2. Lisboa: Editorial Ática, 1939.

VILA-SANTA, Nuno. Diogo do Couto e Belchior Nunes Barreto: similitudes e diferenciações de dois interventores políticos contemporâneos. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (Coords): *Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico*. Lisboa: Edições Húmus, 2019, p. 191-220.

VITERBO, Sousa. *Trabalhos Náuticos dos Portugueses nos séculos XVI e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

XAVIER, Ângela Barreto. Tendências na Historiografia da expansão portuguesa: reflexões sobre os destinos da História Social. In: *Penélope*, nº 22, 2000, p. 141-179.